

• O INSTITUTO



VOLUME 84.^o

INSTITUTION

LIBRARY

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERARIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

VOLUME 84.^o

4.^a SERIE



VOLUME 13.^o

COIMBRA

IMPrensa DA UNIVERSIDADE

1932

SOCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBRO HONORÁRIO

Prof. F. Gomes Teixeira, Reitor Honorário da Univ. do Pôrto antigo Prof. da Univ. de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário*. — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário*. — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente*. — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente*. — Prof. Elisio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral*. — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, da U. L. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L. — Prof. M. de Sousa da Câmara, I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

ÍNDICE POR AUTORES

	Pág.
ADOLFO COELHO (F.) — Nota marginal à história do centenário de Alexandre Herculano	18
ALMACHIO DINIZ — Alexandre Herculano e o romantismo anti-religioso em Portugal.....	151
ALMEIDA (LÚCIO DE) — Febre de Malta — Febre ondulante. 118, 225, 358, 488, 619.	
ÁLVARES PEREIRA (CARLOS EUGÉNIO) — Um teorema sobre determinantes	574
AUGUSTO GIL — Alexandre Herculano ..	284
CORTESÃO (DR. ARMANDO) — Os Homens (Cartógrafos portugueses do século xv)	59, 188
FERREIRA (D. CÂNDIDA FLORINDA) — Talhinhos e as guerrilhas liberais — Notícias monográficas e inéditas	518, 605
GOMES LEAL — Alexandre Herculano, Garrett, Castilho — Estudo comparativo ..	480
MANUEL ALVES (P. ^o FRANCISCO) — Catálogo dos manuscritos de Simancas respeitantes à História Portuguesa.....	86, 251, 318, 453
MATTOS CID (ANTONIO DE) — S. Francisco de Xavier e o Oriente português	165, 375, 553
OLIVEIRA (CARLOS AUGUSTO DA SILVA E) — História da Lusitânia e dos povos que, primitivamente, habitaram a península Ibérica	29, 463
PASSOS (CARLOS DE) — A Custódia de Ponte de Lima..	395
PESSOA (DR. ALBERTO) — Ideias médicas de Eça de Queiroz — III. As doenças não mortais	267, 429, 531
RODRIGUES (DR. JOSÉ MARIA) — A propósito do testamento de Simão Vaz de Camões, primo-coirmão e homónimo do pai de Luís de Camões.....	592

	Pág.
SILVA (AGOSTINHO DA) — Miguel Eyquem, senhor de Montaigne. 1, 334, 404, 579.	
SILVA (J. DE OLIVEIRA LOBO E) — Anais da Vila da Ericeira..	301, 503
SOUSA VITERBO — Subsídios para a história da música em Portugal	103, 246, 351
VILHENA (JOÃO JARDIM DE) — A Junta Provisional da Baía em 1821	46
— As dívidas de D. Francisco Manuel de Melo	135
— Atribuições de um Almotacel	421
*** — Adam Smith e o Tratado de Methuen	523

ÍNDICE POR ARTIGOS

	Pág.
Adam Smith e o Tratado de Methuen, por * * *	523
Alexandre Herculano, por AUGUSTO GIL	284
Alexandre Herculano, Garrett, Castilho — Estudo comparativo, por GOMES LEAL	480
Alexandre Herculano e o romantismo anti-religioso em Portugal, por ALMACHIO DINIZ	151
Anais da Vila da Ericeira, por J. DE OLIVEIRA LOBO E SILVA ..	301, 503
Atribulações de um Almotacel, por JOÃO JARDIM DE VILHENA	421
Boletim do Instituto	639
Catálogo dos manuscritos de Simancas respeitantes à História Por- tuguesa, pelo P. ^o FRANCISCO MANUEL ALVES	86, 251, 318, 453
Custódia (A) de Ponte de Lima, por CARLOS DE PASSOS	395
Dívidas (As) de D. Francisco Manuel de Melo, por JOÃO JARDIM DE VILHENA	135
Febre de Malta — Febre ondulante, por LÚCIO DE ALMEIDA. 118, 225, 358, 488, 619.	
Francisco de Xavier (S.) e o Oriente português, por ANTONIO DE MATTOS CID	165, 375, 553
História da Lusitânia e dos povos que, primitivamente, habita- ram a península Ibérica, por CARLOS AUGUSTO DA SILVA E OLIVEIRA	49, 463
Homens (Os) (Cartógrafos portugueses do século XVI), pelo Dr. AR- MANDO CORTESÃO ..	59, 188
Ideas médicas de Eça de Queiroz — III. As doenças não mortais, por ALBERTO PESSOA	267, 429, 531
Junta Provisional (A) da Baía em 1821, por JOÃO JARDIM DE VILHENA.	46
Livros recebidos	641
Miguel Eyquem, senhor de Montaigne, por AGOSTINHO DA SILVA. 1, 334, 404, 579.	

	Pág.
Nota marginal à história do centenário de Alexandre Herculano, por ADOLFO COELHO	18
Subsídios para a história da música em Portugal, por SOUSA VI- TERBO	103, 246, 351
'Talhinhas e as guerrilhas liberais — Notícias monográficas e inéditas, por D. CÂNDIDA FLORINDA FERREIRA	518, 605
Testamento (A propósito do) de Simão Vaz de Camões, primo- -coirmão e homónimo do pai de Luis de Camões, pelo DR. JOSÉ MARIA RODRIGUES	592

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 84.º

4.ª SÉRIE



VOLUME 13.º

NÚMERO 1

COIMBRA
IMPrensa DA UNIVERSIDADE

1932

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBRO HONORÁRIO

Prof. F. Gomes Teixeira, Reitor Honorário da Univ. do Pôrto antigo Prof. da Univ. de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

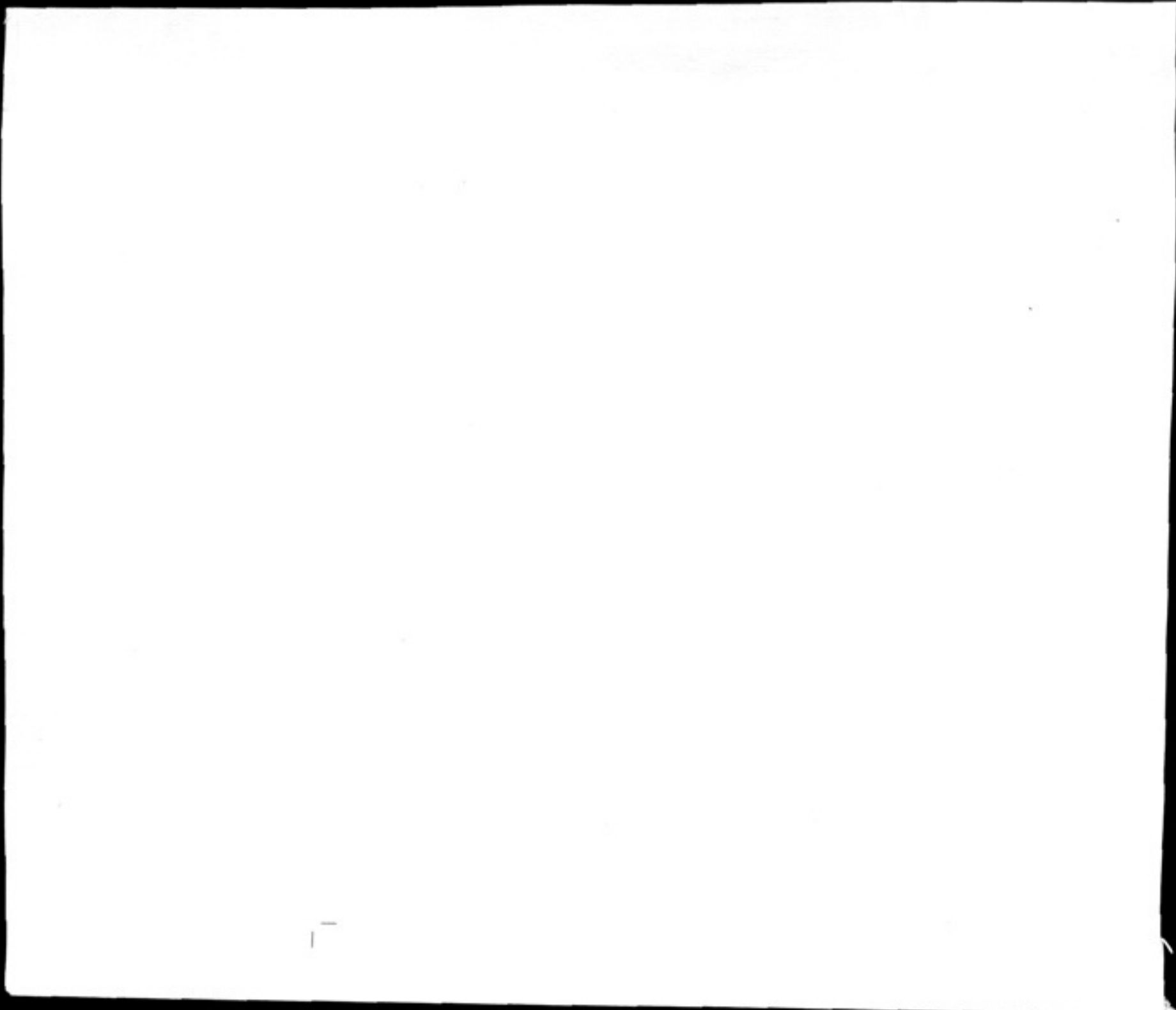
Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário*. — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário*. — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente*. — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. A. Augusto Gonçalves, da U. C., D. M. M. C. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente*. — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral*. — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, U. L. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L. — Prof. M. de Sousa da Câmara, I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

SUMÁRIO

<i>Miguel Eyquem, senhor de Montaigne</i> , por Agostinho da Silva...	1
<i>Nota marginal à história do centenário de Alexandre Herculano</i> , por F. Adolfo Coelho...	18
<i>História da Lusitânia e dos povos que, primitivamente habitaram a península Ibérica</i> , por Carlos Augusto da Silva e Oliveira	29
<i>A Junta Provisional da Baía em 1821</i> , por João Jardim de Vilhena.	46
<i>Os Homens (Cartógrafos portugueses do século XVI)</i> , pelo Dr. Armando Cortesão.....	59
<i>Catálogo dos manuscritos de Simancas respeitantes à História Portuguesa</i> , pelo P. ^o Francisco Manuel Alves.....	86
<i>Subsidios para a Historia da musica em Portugal</i> , por Sousa Viterbo.....	103
<i>Febre de malta — Febre ondulante</i> , por Lúcio de Almeida....	118

ERRATA

No artigo intitulado «Itinerário do Dr. Jerónimo Münzer», publicado em *O Instituto*, n.º 2, vol. 83.º, pág. 177, linha 25, onde se lê — D. João IV — leia-se — D. Afonso IV; e na linha seguinte, onde se lê — a hipótese de interpolação a aditamentos — leia-se — a hipótese de interpolações e aditamentos.



MIGUEL EYQUEM, SENHOR DE MONTAIGNE

I

Com certa candidez muito para admirar em homem tão céptico e tão esquadrihador de velhos livros de história, Montaigne acreditava — ou talvez apenas quisesse fazer acreditar — que descendia de uma família já nobre de muitas gerações; ali perto da torre, como num velho castelo senhorial, estava o túmulo dos antepassados; e só achava estranho o Eyquem que usava seu pai.

A pesar-do conhecimento que tinha dos eruditos do tempo, Montaigne não contava evidentemente com a habilidade, o engenho fecundo, o esforço com vezes renovado dos investigadores modernos; e, de papel em papel, através de alvarás, licenças, requerimentos, chegou-se a estabelecer a identidade de alguns dos ascendentes de Montaigne.

Provinham êles de Inglaterra, como pretende o autor dos *Ensaíos*? É possível, mas já no século xv um Ramon Eyquem se encontra estabelecido em Bordeus, na Rua de Rousselle, e negocia em peixe salgado, em vinho, como complemento necessário, e nuns bolos cuja receita se perdeu, mas que não deviam talvez ser excelentes. É êste Eyquem, que, no último quartél do século, compra as terras e o castelo de Montaigne.

Os Eyquem passaram assim a ser *de Montaigne*; a partícula e a fortuna, parece que muito fizeram pela família porque, já no século xvi, um Grimon é Preboste e Jurado

da cidade de Bordeus. As prosperidades continuaram e o seguinte Eyquem, Pedro, já nos não aparece como negociante de peixe.

É maire de Bordeus, conselheiro da Cour des Aides de Périgueux, homem de guerra; toma parte nas lutas entre Francisco I e Carlos V, bate-se em Itália, vem de lá civilizado, amigo das artes e das letras, conhecedor do seu latim, talvez dum pouco de grego, com certa cultura e razoavelmente ao par do movimento intelectual.

Não desdenhando o espírito, tratava igualmente do corpo; era homem de desportos e façanhas de músculo; arranjava engenhosamente sapatos com sola de chumbo para se exercitar no salto, trabalhava com alteres, gostava, em reuniões de amigos, de transpor mesas, só apoiado no polegar, e subia sempre para o quarto, à noite, salvando de um pulo três e quatro degraus.

Com isto, muito dedicado ao bem público; as tarefas de *maire* chegavam a pô-lo doente, tanto se interessava pelos cidadãos; não havia reunião a que faltasse e, se o tempo lhe escasseava ou os problemas o preocupavam demasiado, até em casa lhes dedicava tôdas as suas horas. A posição, a honestidade e o amor do trabalho criaram-lhe naturalmente boas amizades e boas relações.

Entre estas escolheu mulher. Era uma Antonieta de Louppes — e neste Louppes não se torna difícil descobrir um Lopes hispânico, ou, precisando mais, talvez português. Efectivamente, parece que pertencia a uma família de sangue judaico e a sua religião não era decerto o mais puro catolicismo. Pedro Eyquem não tinha, porém, grandes escrúpulos nestes dois pontos e, se alguns surgiram, o dote da noiva não seria de feição a fortalecê-los.

Eram agora os de Montaigne ricos e nobres; por um lado, abriam-se à família as carreiras públicas honrosas e lucrativas; por outro lado, sem inconveniente podiam esco-

lher a vida retirada e ociosa do castelo. Era êste o momento oportuno para que nascesse Miguel.

Foi o que sucedeu, a 28 de Fevereiro de 1533; tudo indicava que o pequeno seria educado como os filhos de casas nobres, com todos os cuidados e todos os mimos; mas o pai conhecia bem qual tinha sido a origem da sua fortuna e previa já, talvez, o tempo de lutas civis que se aproximava; depois andara na guerra, observara como num momento se arruinam os fidalgos mais poderosos e desaparecem os mais sólidos tesouros. Tôdas estas considerações o levaram a escolher para Miguel um género de educação pouco de esperar.

Os padrinhos eram gente de humilde condição, trabalhadores da quinta, e êles mesmo, provavelmente, receberam o encargo de levar Montaigne para casa e aí o tratarem como a um filho seu; «maneira de viver baixa e comum» escreveu êle depois nos *Ensaio*s, mas que teve de-certo a grande vantagem de o fazer manter sempre pelo povo uma indulgência que não era de regra em senhores com *de*.

De volta à casa, o processo de educação mudou. Segundo os usos da época, o pai devia tê-lo mandado para um colégio onde lhe ensinariam latim de maneira não muito suave e onde passaria anos de gramática e dicionário antes de poder entender um texto grego. Mas não era inútilmente que Rabelais educara Pantagruel, nem em vão Pedro Eyquem estivera na Itália, onde se adoptava uma pedagogia muito diferente da seguida nos outros países da Europa.

Os preceitos rabelaisianos e os usos transalpinos decidiram o pai de Montaigne a experimentar a eficácia da nova educação. Queria fazer do filho, mais do que um erudito à boa maneira escolástica, um homem de são juízo e perfeito entendimento, forte de corpo e forte de alma; a vida de campo fôra já uma boa preparação para lhe enrijar os músculos e o homem dos sapatos de chumbo não deixava certamente de se interessar pela cultura física de Miguel.

Ao mesmo tempo, com ternura verdadeiramente maternal, queria poupar ao filho tudo o que lhe pudesse irritar os nervos; uma das boas recordações de Montaigne, nos *Ensaïos*, é a da música tôdas as manhãs tocada no quarto, para que o seu despertar fôsse suave e brando.

No entanto, estamos no século XVI; ¿para que havia de servir um homem que só tivesse por si espírito calmo e fibra de atleta? Para soldado, talvez; e é lícito supor que Pedro sonhava com *mairies* futuras para o filho, se é que a sua imaginação não subia mais alto ainda. Era necessário, pois, ensinar o latim ao menino. ¡Mas, que tortura a gramática, quanta vergastada e quanta lágrima, antes que o Vergílio e o Cícero se abrissem como casas hospitaleiras e conhecidas! E então o pai de Montaigne teve uma idea interessante.

Contratou na Alemanha um latinista sábio, homem que falava e escrevia como Cícero, mas que não conhecia uma palavra de francês; êle próprio se lançou de novo ao seu latim e aprendeu o suficiente para se entender; por ordem expressa seguiram-lhe o exemplo mulher e criados; tão grande foi a latinização que o costume ultrapassou os muros da quinta e muita gente em redor do castelo se habituou a designar alguns objectos pelas palavras latinas.

O pequeno viu-se obrigado a falar latim; de manhã até a noite o latim era de regra e inútilmente tentaria Miguel comunicar em romance com o preceptor; o latim passou a ser a sua língua materna e o francês que sabia uma recordação confusa. Cedo entrou a conhecer autores latinos, embora, como é natural, os textos tivessem que ser muito limitados e escolhidos cuidadosamente pelo alemão.

A aprendizagem fizera-se sem esforço e o domínio que Montaigne ficara tendo do latim era maior que o dos rapazes instruídos por outros métodos; habituara-se a pensar em latim e, já homem, falando-o raramente, acudiram-lhe

sempre à bôca palavras latinas nas duas ou três vezes em que deu quedas famosas, pormenorizadamente recordadas nos *Ensaïos*.

Era difícil encontrar quem de igual modo o pudesse instruir no grego; o seu conhecimento não estava tão espalhado nem era tão profundo como o do latim e os educadores tiveram que se contentar com o ensino das conjugações e declinações por processos novos, menos eficazes, no entanto, do que os seguidos para o latim; e assim, Montaigne nem chegou a entender bem o grego e só leu Plutarco quando Amyot publicou a sua tradução.

O mal não foi grande, porque mais vale possuir o espírito grego do que a filologia grega; e, se Montaigne tivesse podido ler correntemente Plutarco no original, não parece que maiores benefícios daí tivessem vindo para a sua formação intelectual. Depois, pouparam-lhe todos os anos de esforço que seriam necessários para dominar a língua e Miguel decerto os aproveitou em leituras que mais o interessavam.

A-pesar-da sua viagem pela Itália e do seu espírito de audácia e curiosidade, o pai de Montaigne não se pôde furtar inteiramente às opiniões do século e teve dúvidas sobre a eficácia do seu método, não obstante os bons resultados colhidos quanto ao latim. Certo é que Pedro seguiu, como os grous, os que vão à frente, na frase pitoresca dos *Ensaïos* e meteu o filho no Colégio de Guiena.

Dirigia-o por essa época um humanista português, o célebre André de Gouveia, Goveanus, o que depois Montaigne qualificou de «le plus grand principal de France». Daqui tem Portugal tirado motivos de grande orgulho porque, não possuindo nós filósofos, sempre nos é grato recordar o sangue português de Spinoza e o director do colégio de Montaigne; é uma compensação, mas não totalmente justificada.

De facto, deve-se sempre desconfiar das influências que

exercem professores sobre alunos, a não ser em casos excepcionais; em regra, há entre estas duas categorias de pessoas estimáveis uma aversão instintiva — e não temos provas de que o mesmo não acontecesse com Montaigne e Gouveia; além de tudo, este é um filólogo, homem de método e disciplina, Montaigne, como veremos, pouco simpático com os que seguem sempre o mesmo caminho, sem curiosidade pelas travessas.

As palavras de Montaigne acerca de colégios não são também de molde a fazer-nos supor que o de Guena foi para ele o paraíso. Poderá considerar-se um elogio a «geôle de jeunesse captive» que encontramos nos *Ensaíos*? E, se é lícito conjecturar que Montaigne exagerou um pouco ao falar dos suplicios das crianças e dos mestres enlouquecidos pela cólera, deve haver aqui um fundo de verdade, mesmo pelo que respeita ao estabelecimento que dirigia André de Gouveia.

Havia no colégio excelentes humanistas, Nicola Grouchy, que escrevera o *De comitiis Romanorum*, Guilherme Guérente que fizera um sólido comentário de Aristóteles, Jorge Buchanan que passou em Portugal como por uma terra de selvagens, Marco António Mureto, o editor sapientíssimo e cuidadoso de muitos autores latinos; a-pesar-de tão grandes mestres e segundo as próprias palavras de Montaigne, o seu latim abastardou-se, degenerou; que devemos entender por isto, dada a impossibilidade de supor, por amor das conveniências, que o anónimo alemão sabia mais latim que homens de tão grande fama? Talvez que perdesse a prática de falar, mas se conservasse bom entendedor dos textos.

Montaigne diz muito mal de si próprio como aluno: acusa-se de negligente e de falta de memória; mas outra opinião tiveram dele os mestres, porque era sempre escolhido para desempenhar os papéis de maior fôlego nas tragédias latinas compostas por Buchanan, Guérente e Mureto.

Estes exercícios e distinções orgulhavam-no mas não o divertiam sobremaneira; e a vida de colégio piores recordações devia ter deixado em Montaigne, se não tivesse encontrado como preceptor um homem conivente no seu gosto da leitura que lhe permitia devorar os poetas e prosadores latinos que se não davam nas aulas; Plauto, Terêncio, Ovídio, Vergílio, foram percorridos rapidamente e, quando se deu por findo o seu curso, tinha lido a maior parte dos escritores romanos, uns por obrigação, outros fora ou contra os regulamentos: e, como sempre, foram decerto os últimos os de maior utilidade.

¿Que fez depois Montaigne? Partiu talvez para Tolosa onde seguiu os cursos de direito. O pai queria-o lançar na magistratura e para isso era necessário que Michel fôsse ouvir as doudas lições de civilistas e canonistas — e, pior ainda, que as estudasse. Nem uma única vez nos *Ensaio*s Montaigne fala dos seus trabalhos como estudante de leis; as suas recordações não eram boas nem más e passar-se indiferente a um Montaigne é coisa grave.

Mas as passagens do livro em que nos fala de direito dão-nos indicações suficientes para supor o que foram estes anos da sua vida, em que talvez algumas horas se tivessem passado sobre os fortes volumes latinos de costumes e leis. Já a este tempo, em plena adolescência, Montaigne começava a mostrar um espírito irresoluto, em conflito aberto com o direito, ciência da resolução.

A pluralidade de leis, quantas vezes em contradição absoluta, uma observação atenta dos usos judiciais, a cega obediência que notava pelas fórmulas, não eram de molde a banir-lhe do espírito um cepticismo nascente. E a rigidez daquelas leis, feitas para franceses segundo modelos romanos, parecia-lhe absurda; já então o instinto lhe indicava o que seria depois confirmado pela sua experiência de conselheiro do Parlamento: que grande parte das condenações

é mais criminosa de que o próprio crime e que, na maioria dos casos, dado o número de conclusões antagônicas a que pode chegar um espírito subtil, só o acaso levará a decidir com acêrto.

É de supor também que os estudos de direito exigissem de Montaigne uma disciplina, um método que lhe não estava muito nos hábitos e que lhos tornariam profundamente aborrecidos. Mas, como a sua inteligência natural, a sua argúcia e rapidez de espírito o deviam defender nos exames contra a ignorância dos textos e a severidade dos mestres, Montaigne obteve os graus e, devido às influências do pai, foi nomeado, em 1554, membro da Cour des Aides de Périgueux.

O que pressentira de fora, como estudante de direito, observava agora do lado de dentro, como juiz. Cada vez lhe desagradava mais a profissão e às vezes os embaraços eram sérios para lavrar as suas sentenças; ¿devia condenar ou absolver? ¿Em nome de que Direito, em nome de que Justiça? A cada condenação vinha-lhe a suspeita de que o acusado era inocente, a cada absolvição a quási certeza de que favorecera um culpado. A tortura, de uso corrente repugnava-lhe; via mais longe de que os colegas: ao passo que êles supunham que os inocentes torturados nunca confessariam o crime não cometido, Montaigne, com o seu receio da dor física, sabe perfeitamente que êle próprio seria capaz de, submetido aos tratos, inventar um crime cuja confissão o libertasse dêles.

Suprimida a Cour des Aides, Montaigne passou ao Parlamento de Bordeus; e, como se levantasse uma questão na etiqueta das precedências entre os novos conselheiros e os antigos, foi Montaigne quem falou em nome dos seus colegas para reclamar igualdade de tratamento; decerto Montaigne, orgulhoso de sua nobreza e cioso dos direitos que lhe assistiam, discorreu com vontade de convencer os adversários; o

resultado da sua eloquência não foi, porém, brilhante, os antigos conselheiros venceram; e esta desilusão devia ter aumentado o seu cepticismo ante a Justiça, a sua hostilidade aos Tribunais.

Montaigne lançara-se na vida pública e parece que lhe sorria a perspectiva de um futuro cheio de honras e de glória; o seu bom senso, a sua cultura, a simpatia que sabia conquistar, indicavam-lhe que poderia chegar a ocupar uma alta posição, passar de Bordeus a Paris e ganhar influência junto do Rei. Coroaria assim os esforços da família e daria nome ao seu brasão «d'azur semé de trèfles d'or, à une patte de lyon de mesmo, armée de gueules, mise en fasce». A pata do leão, sobretudo, devia-lhe dar grandes esperanças.

Mas Montaigne ia, pouco a pouco, fazendo o conhecimento próprio e o dos outros; e verificou que o bom senso era qualidade pouco vulgar; a franqueza não seria também sempre aceite com sorrisos e recompensada com boas dádivas pelos grandes senhores e pelos Reis; e, num grande meio, a inteligência e o espírito de investigação tornam-se quasi sempre muito perigosos. Depois o amor da independência...

A vontade de Montaigne balançava-se assim entre dois extremos; as mesmas qualidades que em si distinguia ou lhe pareciam boas companheiras para o caminho que se lhe abria diante ou diligentes obreiras da sua infelicidade. Se se voltava para os antigos, uns mostravam a necessidade do cidadão se dedicar à República, sacrificando-lhe interesses e tranqüilidade; outros faziam-lhe ver o homem prudente naquêle que deixa as agitações do foro e se recolhe ao *nemus opacum* a deleitar-se com as Musas e a Filosofia. O pai morrera em 68, faltava-lhe o seu conselho.

E bruscamente, como acontece a todos os indecisos, que, não se confessando, dão sempre aos outros a impressão de

homens de vontade, Montaigne decidiu-se. Apresentou aos Parlamentares de Bordeus a sua demissão e parece que os dignos homens não tiveram dúvidas em lha aceitar, tão raras vezes Montaigne comparecia às sessões e tão pródigo era em pretextos para se eximir aos «deveres do cargo».

Liberto de compromissos, retirou-se para o seu castelo e, para assinalar dia tão memorável na sua vida, redigiu e mandou gravar uma inscrição pomposa em que, declarando-se já cansado do serviço régio e dos cargos públicos, comunicava a sua resolução de passar o resto da vida no seio das doudas virgens, isto é, das Musas, e datava o acontecimento da véspera das calendas de Março.

A inscrição não fala do gosto do campo e a omissão é para notar em homem tão ledor de Horácio, o poeta que adorava Roma e as suas libertas e os seus banquetes — e a cada passo celebrava as delícias da vida rústica, num fiel de Vergílio cujas *Geórgicas* lhe apareciam como a obra mais perfeita de tôdas as literaturas. Mas Montaigne, cujo interesse pelo campo era diminuto, quisera ser sincero consigo próprio.

A sua ignorância das coisas da terra era lamentável, embora certamente o fôsse menor do que êle afirmou nos *Ensaio*s; em todo o caso, distinguia difficilmente as plantas e, como êle próprio diz, era pessoa «pipable» no que respeitava às lavouras. Nos *Ensaio*s não há descrição de paisagens, no *Diário de Viagem* limitam-se a duas linhas, mais freqüentemente a duas palavras; a Natureza não entrava no número das suas predilecções de homem (de filósofo, ver-se-á), nem lhe parecia muito útil aumentar os seus domínios ou edificar, o que era tanto do gosto do pai. Era, pois, Montaigne desprendido de dinheiro.

Esta conclusão, em homem confuso e contraditório como Montaigne, deve-nos logo levar a supor que era avarento; e assim aconteceu, de facto, pelo menos em parte da vida;

o dinheiro constituiu a sua grande preocupação, fechava-o cuidadosamente nas arcas chapeadas, andava sempre com o temor dos ladrões e as entrefálas com os caseiros, no tempo das contas, não eram positivamente suaves. Em viagem ia sempre com todo o dinheiro que podia levar, para estar seguro de que o não roubariam na sua ausência; depois, segundo diz, curou-se, mas este desejo de amealhar foi talvez um dos motivos que o levaram a retirar-se para Montaigne.

Aí, também, podia gozar uma liberdade quasi plena; nada de tribunais, de processos, de torturas, de audiências; paz e repouso; isto indica-nos já que para Montaigne a liberdade era a última coisa que o homem devia alienar, a primeira que se devia esforçar por obter; no seu domínio, com Bordeus e o Parlamento longe dêle, a inscrição de 71 a avisar algum importuno, Montaigne realizava o seu ideal de homem livre, podia, conforme a sua citação, «resoluto uiuere collo».

Este homem livre era casado desde o ano de 55. Com o respeito que devia à sua ascendência e desejoso de que a nobre dinastia não acabasse com êle, Montaigne casou-se para ter filhos. Por outro lado, como os negócios domésticos o preocupavam algumas vezes, e demais, em sua opinião, Montaigne pensou logo em encarregar dêles a mulher, vendo-se assim livre de mais um obstáculo ao inteiro desenvolvimento da sua personalidade.

Montaigne, como o pai, não se mostrava muito exigente em questão de fidalguia e de pureza de sangue: de resto, não o poderia ser, atendendo a que nas suas próprias veias corriam ainda, se é lícito dizê-lo, o peixe salgado de Ramon e os glóbulos judaicos dos Lopes. Mas reclamava da mulher as qualidades que lhe garantissem que na sua descendência haveria de facto Montaignes, e ainda «la vertu économique»; a virtude de economizar, de administrar bem o dinheiro da casa? Certamente, mas ainda mais a habilidade de governar,

a ciência doméstica que libertasse o marido de aborrecidos cuidados.

Quanto à graça e beleza, Montaigne era também muito fácil de contentar; ia-se acostumando a ver tudo por intermédio da razão e esta dizia-lhe que mais devia atender à importância dos parentes e ao dote, «l'alliance», «les moyens». E francamente nos confessa que a beleza se encarregaria êle de a procurar por outros lados; certo é que depois nós dirá que foi muito mais fiel às promessas feitas do que o tinha suposto a princípio. De resto, a felicidade no casamento estava, para Montaigne, em a mulher ser cega e o marido surdo. Parece que ambos realizaram essas condições.

A escolhida foi Francisca de la Chassagne, filha de um conselheiro do Parlamento de Bordeus; levava a Montaigne sete mil libras de dote, o que, segundo a sua filosofia matrimonial, supriria perfeitamente qualquer defeito de beleza. De carácter, parece ter sido doce pessoa, se não se entenderem com ela as alusões discretas que Montaigne faz às mulheres que têm prazer em ralhar com os criados e a família; mas, ainda que seja Francisca a pessoa visada, Montaigne desempenhava bem o seu papel de surdo e não havia dificuldades entre os dois. Por sua vez, a cegueira da mulher não lhe daria grandes motivos para ralhos.

Possuidora da tal «vertu économique», a sua gerência de casa agradava plenamente a Montaigne e fazia-lhe desculpar os defeitos que ela porventura teria; o contacto do digno gentleman com as contas dos caseiros foi-se tornando cada vez mais raro e também menos áspero; quando acontecia ter ainda de se ocupar de administração doméstica, fazia-o rapidamente, deixando-se «piper» para não ter que se encolerizar e sobretudo para que depressa o deixassem novamente livre. Máquina bem tratada e bem dirigida, a casa funcionava por si própria, sem necessidade da sua in-

tervenção. Estava, pois, encontrada uma das vantagens do casamento: a de se ter uma boa governanta.

Quanto aos filhos, as coisas não tinham corrido com a mesma felicidade; morreram-lhe quasi todos ainda pequenos, na ama. O desprendimento com que Montaigne fala dos «dois ou três» falecidos, sem lhes poder ou querer precisar o número, tem impressionado todos os biógrafos; uns atacam-no duramente e lançam-lhe palavras severas, outros procuram-no desculpar e buscam circunstâncias atenuantes; ambas as atitudes são inegavelmente ridículas, dado que não há o direito de censurar um homem, mas apenas de o expor, e que Montaigne não procurou por si próprio as tais «circunstâncias atenuantes» que faria valer mais inteligentemente do que os eruditos críticos.

Montaigne, como se verá no decorrer do conto, era bom e nada egoísta; é uma atitude muito sua a de nos aparecer assim desprendido da família, como o encontramos avarento e fundamentalmente desprezador de dinheiro; querer introduzir uma regra na vida de Montaigne é empresa baldada, porque a cada passo êsse homem «ondoyant et divers» se nos escapa em piruetas de garoto; e, diante do sorriso irónico, a nossa figura é lamentável.

Depois, Montaigne não diz que perdeu os filhos sem pena, mas apenas que aceitou a sua morte «sans fâcherie», sem excessos de lamentação, como um homem a quem a ideia da morte não atormentava nem aparecia povoada de horrores. E talvez lhe andasse ainda no espírito a frase escrita num momento de ansiedade de eterno e em que os biógrafos apenas têm visto um coração péssimo, as palavras em que Montaigne diz que preferiria, a ser Vergílio, ter como filho a *Eneida* de que o mais belo rapaz de Roma.

O que é certo é que Montaigne se interessava pelas crianças e, no seu capítulo pedagógico à imitação de Rabelais, de Erasmo, de João Bonifácio, indicava a maneira de

os libertar dos brutais processos escolares do seu tempo; e de-certo êsse ensaio revela em Montaigne uma preocupação não apenas de momento, mas interêsse que já vinha de longe. Ainda seria, no entanto, provável que tivéssemos aqui um pedagogo para os filhos dos outros, à Rousseau.

Mas da filha que lhe restava, da pequena Leonor, fala com affecto, procura educá-la com bondade, não deixando que lhe batessem e, ao mesmo tempo, dando plena liberdade à mãe e às criadas porque, segundo Montaigne, a «*police*» feminina tem certas maneiras de proceder incompreensíveis ao homem. E, ao partir para uma viagem, fala da tristeza de deixar a família, da angústia que constrange o coração do homem mais desprendido, ao saltar sobre o cavalo, ao afastar-se dos lugares a que provavelmente não voltará.

De tudo é lícito concluir que Montaigne amava a família, mas como Sêneca dizia que os deuses amam os homens, «*fortiter*», e com «*animum patrium*»; a vida do interior não lhe devia trazer, para ser perfeita, preocupações e incômodos, nem se encontrava disposto a lamentar eternamente os males irremediáveis; e, quando a morte vinha, Montaigne pensava na Vida.

Na vida que desejaria levar, livre, sem qualquer espécie de dependência «*et conjugale, et filiale, et civile*», vida dedicada aos seus livros, aos seus escritos, às suas meditações. E cedo Montaigne elegeu para seu domínio próprio uma das torres do castelo.

A biblioteca e o gabinete achavam-se instalados no segundo andar da torre, em sítio onde não podiam chegar os ruídos da casa; estes aposentos, cuja «*domination pure*» lhe pertencia, eram circulares e das janelas via-se uma grande extensão de planície, os campos dos Eyquem, o jardim, o galinheiro; talvez a sua contemplação tivesse despertado em Montaigne o gosto de observar os animais; em todo o caso,

como as galinhas a terra, o fidalgo ia esgaravando os seus livros, no calmo silêncio...

Os volumes encontravam-se dispostos a tóda a volta da biblioteca, em cinco prateleiras, e andariam por um milhar; leu-os todos Montaigne? É provável que não porque, se é possível ler-se um milhar de livros, é muito difícil ler-se o milhar que nos pertence e constitui a nossa biblioteca; há aqui uma espécie de vagabundagem, uma «escapade» que não seria muito desagradável a Montaigne. Mas certamente os folheou a todos.

Porque Montaigne é muito amigo dos livros; vive na livraria, quando parte em viagem leva sempre livros consigo; tem imenso gosto pelas citações; e as traves da biblioteca estavam adornadas de inscrições gregas e latinas, cuidadosamente feitas a pincel e tiradas de livros predilectos. Nem sempre bem escolhidas, é certo: ao lado do brasão, adornado de um formidável colar de S. Miguel, lia-se o «vanitas...» do *Eclesiastes*; mas esquecia-me de que Montaigne é o homem das contradições.

Como os livros eram o grande amor da sua vida, Montaigne lia pouco; a ciência era decerto muito interessante, a filologia subtil, a história instrutiva, a eloquência útil, a filosofia indispensável, a poesia um puro encanto, mas nada havia que o levasse a «se rompre la tête»; pegava nos livros para se distrair, uma hora o máximo, e mesmo a tirania da sua amizade lhe parecia coisa insuportável.

Os autores difíceis, aqueles que precisam para ser entendidos de que o estudioso «se ronge les ongles», ficavam sossegados e quietinhos nas suas prateleiras, porque, muito comodamente Montaigne os podia conhecer por traduções e resumos. E quanto aos livros de Direito, Montaigne só os abria com repugnância e em ocasiões extremas.

Esta dificuldade de aplicação ao trabalho aumentou para o fim de vida, quando os olhos começaram a cansar-se e

teve que socorrer-se de lente. Mas, por agora, enquanto está na fôrça da idade, é pura preguiça ou puro exagero de expressão nos *Ensaio*s; ou ainda o desejo de mais uma vez se mostrar independente.

Estava, pois, organizada a sua vida: ler quando queria, escrever repousadamente, meditar o *Eclesiastes* e o colar de S. Miguel, dar sua olhadela às galinhas e sua olhadela aos campos. Paz absoluta, diante de si a perspectiva de alguns anos de tranqüilidade e pensamento.

É precisamente nesta altura que Montaigne resolve ir viajar; e nada mais lógico, visto que tudo estava preparado para ficar em casa. Mas Montaigne partia com a esperança de encontrar remédio para a doença de que sofria e que herdara do pai: pedra na bexiga. A pedra era o seu tormento e a medicina não encontrava remédio para o mal — o que explica de certo modo, e até de todos os modos, o desdém com que Montaigne tratava os médicos, embora não deixasse de os chamar — «e de lhes pagar», acrescentava êle.

Saiu, pois, em Junho de 1580, com o séquito que convinha ao senhor de Montaigne, e levou, como companheiros de viagem, um irmão e um amigo. Conhecemos todos os pormenores da excursão pelo *Diário de Viagem* que Montaigne teve o cuidado de redigir ou mandar redigir pelo secretário. Uma boa parte dêle é em italiano, porque o viajante se queria exercitar nessa língua. Todo o considerável volume é um diário de doente de pedra e por vezes com minúcias tão pitorescas que um honesto rubor sobe à fronte dos comentadores.

Montaigne, se não tinha fé nos médicos, tinha fé na virtude das águas; a sua grande esperança eram os banhos de Bade, mas também noutras terras, como Plombières, experimentava o tratamento de um modo particularmente intensivo; aquele gascão que bebe sem vacilar nove copos de

água, que se banha e chapina a cabeça, tudo contra as estritas prescrições médicas e os costumes sempre observados — passa como um prodígio entre as populações admiradas; e êle chega, engole os seus litros de água, o que o não dispensa de beber vinho, come bem, passeia, pergunta, sorri e parte.

Vai sem itinerário fixo, ao sabor das curiosidades que lhe apontam, firme dez horas na sela debaixo de chuva ou debaixo de sol, por monte ou plaino, para ver e saber. Não se importa de voltar para trás, tem dinheiro e tempo. Os companheiros aborrecem-se, deixam-no, e êle, mais livre, aponta no *Diário* o facto, sem se queixar e sem se dar por feliz, moderado e cortês.

(Continua).

AGOSTINHO DA SILVA.

NOTA MARGINAL À HISTÓRIA DO CENTENÁRIO DE ALEXANDRE HERCULANO⁽¹⁾

Andamos há trinta anos a celebrar centenários. Começamos pelo da morte de Camões, em 1880; passámos ao do Marquês de Pombal; recordámos com pompa o da viagem de Vasco da Gama; não esquecemos o do nascimento de Almeida Garrett; meteram-se de permeio cortejos cívicos, que ficaram em moda desde 1880, até pelas aldeias; comemora-se presentemente, em várias solenidades, a guerra peninsular e têm-se feito apoteoses de vivos, para que tenham ante-gôsto das manifestações de culto que os hão-de consagrar *post portem*. Chega a vez agora a Alexandre Herculano.

¿ Que significam estas homenagens póstumas ou em vida?
¿ Será um ardente amor de justiça, um impulso irresistível

(1) O artigo que o *Instituto* publica, devia fazer parte com muitos outros, de um *In Memoriam* comemorativo do Centenário do nascimento de Alexandre Herculano, realizado em 10 de Março de 1910, e que uma comissão delegada pela Academia da Universidade de Coimbra, projectava publicar.

Razões de ordem económica, obstaram a que fôsse por diante tal publicação, a qual pelo valor dos artigos, e dos autores que os firmavam, prometia ser uma das mais brilhantes publicações que em homenagem ao egrégio historiador se fizeram por essa época. Ao Ex.^{mo} Sr. Dr. Gualberto de Melo aqui ficam expressos os nossos agradecimentos pela cedência dos autógrafos que publicaremos seguidamente, e serão depositados na Biblioteca Geral da Universidade.

(N. da R.).

de gratidão que não quer deixar esquecidos os que por algum modo criaram para si um nome famoso já por actos heróicos, já por livros preciosos, glorificando o nome português?

A história consultada sobre a matéria, diz-nos em primeiro lugar que os feitos dessa natureza surgem em regra nos períodos de decadência mais ou menos profunda.

Assim em Atenas, na época em que a tragédia estava na maior miséria, é que no teatro dionisiaco se erigiram estátuas a Eschilo, Sofocles e Eurípides; e, no meio da decadência geral das letras, quando os grandes oradores tinham desaparecido levantam-se na cidade que ouvira Demóstenes, 360 estátuas a Demétrio Faléreo. Falando da fúria dos monumentos (*Denkmalswuth*), desenvolvida nos últimos tempos na Alemanha, um historiador filósofo pronuncia exactamente essa palavra *decadência*. Quando se sente mais ou menos obscuramente a falta de grandes espíritos enche-se o espaço com a aclamação de mortos mais ou menos ilustres ou exaltam-se mediocridades vivas.

O verdadeiro culto dos que foram grandes, dos que contribuíram para o progresso de uma nação, da humanidade inteira, está no esforço para continuar e exceder até, sendo possível, a sua obra. É bom lembrá-la, é indispensável que tal se faça; mas não bastam os rios de entusiásticos discursos, as grosas de monumentos espalhados por aqui e por ali: é indispensável o trabalho novo e eficaz, o impulso incessante para a frente. Viver do passado é uma forma de parasitismo. «O que tu herdaste de teus pais, ganha-o de novo para que o possuas» escreveu o alto poeta do *Fausto*.

Povo que se sente decaído, o português tem esperado redentores e muitas vezes considerado como tais charlatães de feira; pobres de energias passa momentos em que a sua acção pareça aquecida por alguma idea e concebe então grandiosos projectos de regeneração; a embriaguez do momento,

a exaltação artificial cai e a vida continua no seu monótono curso.

As festas camonianas de 1880 produziram em muitos espíritos a ilusão que ia iniciar-se vida nova neste país; mas a vida velha continuava a subsistir.

Pela força de inúmeras circunstâncias convergentes tem entre nós havido melhoramentos sobretudo nas condições materiais da nação; temo-nos exteriormente modernizado; mas na vida política, artística, científica e religiosa nenhuma modificação se produziu que atingisse o âmago das coisas. Os novos parecem-se extraordinariamente com os velhos, cujos processos repetem, e assim vemos com os mesmos princípios chegar-se a resultados opostos e com princípios opostos chegar-se aos mesmos resultados. Vinhos diversos com os mesmos rótulos e ainda mais o mesmo vinho com rótulos diversos.

As celebrações centenárias têm aqui, como o patriotismo português em geral, o carácter de diletantismo, espuma que nada à superfície e qualquer brisa desfaz num instante. Essas celebrações levam à produção de alguns estudos de ocasião, à exibição da junta oratória nacional; nomeiam-se comissões, que celebram sessões mais ou menos ruídas. O que fica é sempre pouco e não é ordinariamente bom.

Ora os povos só podem progredir por esforço rítmicamente regulado, mas persistente, de modo que se pesou o menos possível da energia empregada. E êsses esforços momentâneos, com largas intermitências, sem serem canalizados por aparelhos apropriados, só dão em regra resultado negativo: perda de energia.

Tanto quanto posso julgar está longe de ser claro no espírito mesmo dos que celebram as festas que temos em vista qual o fim delas. O povo ignorante assiste a essas celebrações, como a um espectáculo qualquer sem significação. Em 1880, quando o cortejo cívico passava numa das ruas da

baixa de Lisboa, ao surgir nêle a figura alentada do dr. António José Teixeira, com o seu capelo da Faculdade de Matemática, um grupo de populares exclamou: «Olha aquele é que é o Camões». A frase encerrava tãda a filosofia da festa, e um folhetinista, Júlio Cesar Machado, escrevia ao terminar a celebração: «Agora vão ler Camões». Não seriam muitos os que seguiram o conselho.

Quando faleceu Alexandre Herculano, em Val-de-Lobos, e foram pessoas gradas de Lisboa assistir ao saimento, a gente do sítio concluiu que devia ter estado ali, sem que êles dessem por tal, tantos anos, um homem importante. Herculano esqueceu-se de lho participar: se êles não podiam entender nada do que fôra durante longa parte da vida do escritor o objecto das suas cogitações. De azeite ainda êles entenderiam alguma coisa, o que já não era pouco, porque, segundo a tradição, não é para todos *entender de lagares de azeite*.

Emquanto aos doutos também não vejo que claramente tenham idea do fim da celebração do centenário de Herculano. Li que para apreciar o verdadeiro valor dêste era preciso proceder a trabalhos, que portanto não estavam ainda feitos. Li também que sob a égide do nome do comemorado devia iniciar-se vida nova. ¿Que vida nova será essa? Mais uma vez nos surge aqui ante os olhos aquela idea ingénua (chamo-lhe ingénua para não empregar epíteto mais apropriado) de que com uma festa se transformam os nossos costumes. ¿Pensar-se-á, no caso presente, que a leitura das obras de Herculano, os estudos que a respeito dêle se publiquem, os discursos de patriotismo de ocasião, as passeatas cívicas e mais ingredientes produzam o desejado efeito? ¿Estaremos hoje mais dispostos para mudarmos de costumes que em 1880? Não me parece. Limitar-me ei a notar que os costumes políticos de todos os partidos antes peoraram que melhoraram. A criminalidade tem crescido nestes últimos

dois anos de modo prodigioso, sobretudo a grave, a homicida, para que a imprensa contribui com a sugestão das narrações minuciosas que um público estupidificado lê com avidez. Nas escolas é geral a queixa de que a aplicação dos escolares diminui, sendo de cada vez maior o trabalho das famílias para alcançar os diplomas para os seus filhos sem que representem saber e desenvolvimento mental adquirido. Dirijo uma escola em que a média das aprovações, por uma medida regularmente fixada, atendendo a numerosas circunstâncias, era de 60⁰/₀ dos matriculados anualmente: pois, sem levantar a medida, a percentagem desceu em 1908 a 49⁰/₀ e em 1909 a 41⁰/₀ e no ano corrente prevê-se baixa maior. Nos periódicos têm sido publicadas observações que provam que o fenómeno é geral.

Herculano escreveu em 1841: «creio e espero na regeneração intelectual e moral do povo português, por meio de um novo sistema de instrução pública». Êle tinha aventado, de colaboração com Vicente Férre, o plano de uma organização do ensino que chamava geral, que era sobretudo destinado ao povo; mas logo os dois foram excluídos acintosamente da comissão parlamentar de instrução. Já então o liberalismo triunfante tinha produzido dois decretos de organização do ensino primário, o de Rodrigo da Fonseca (1835), que não chegou a ter execução, e a de Passos Manuel, de 1836. Tivemos depois as chamadas reformas de 1878, 1894, 1901 e está outra na forja. ¿Mas que se tem adiantado neste importante ramo de ensino? Os próprios professores primários, em testemunhos que tenho reunido, declaram que êle é mau e pela minha parte tenho verificado essa triste verdade em alguns milhares de exemplares.

Salta aos olhos de todos que o ensino secundário não ministra de modo nenhum a educação que dêle se deve esperar. Eis o que ao fim de 76 anos produziu no domínio do ensino geral, nos seus dois rumos, o liberalismo. Êste conti-

nuou a ser o que Herculano o definira no seu estudo sobre Mousinho da Silveira (publicado em francês em 1856, na *Revista peninsular*). Com excepção de dois, os ídolos do nosso historiador, D. Pedro IV e Mousinho, os liberais, antes e depois dos acontecimentos de 1831 a 1834: «São financeiros, barões, viscondes, condes, marqueses de fresca e até de velha data, comendadores, grã-cruzes, conselheiros, que se ouvem ganir, se vêem precipitar, apertar, acotovelar, deitarem-se mutuamente ao meio do chão, levantarem-se, para deitarem os dentes ao magro osso que se chama o orçamento, ou que gritam «agarra, que é ladrão», quando não podem tomar parte na carniça». Se tivéssemos um Aristófanes, que nos seus *Acharnios* explicava a guerra do Peloponeso por uma intriga de mulheres, quantas coisas na política portuguesa nos mostraria êle terem igual determinante e aqui com mais verdade histórica.

Todos os dias é certo se anunciam salvadores da pátria, declarando-se possuidores de infalível elixir e acham crédito, como os vendedores de cadeias de papagaio que pobres imbecis tomam por ouro. Há sujeitos que trazem nas algibeiras planos completos de reformas sociais e em especial de reformas do ensino, mas são tantos que não há tempo de os ouvir.

Os filósofos tornaram corrente que o único factor verdadeiramente eficaz de transformação social é a educação e tal verdade, bem examinada, resolve-se afinal numa banalidade, numa verdade de Mr. de la Palisse, tal como a de que o sol deixa de brilhar quando se põe. Todavia esquece-se na prática quotidiana aquela verdade e recorre-se, para curar as doenças sociais, a pilulas de dinamite ou balas de revólver e pensa-se que abrindo escola de mentiras, de insultos e calúnias se educa o povo.

Auguste Comte, um dos filósofos que mais creu na educação como meio único seguro de reforma social e política,

mostrou o êrro dos que julgam que substituindo constituições se transformam as sociedades. A história do liberalismo português nesses 76 anos decorridos comprova a tese do filósofo, que pode reforçar-se com os estudos de outros pensadores, em escritos notáveis pelo saber e espírito independente sobre o liberalismo e a democracia, coisas belas na ideia, mas que, em regra, são apenas manto acobertado de mal intencionados.

Comte dissera, quasi em unísono com Herculano, de que profundas diferenças o separavam: «hoje (êste hoje applica-se também ao nosso tempo presente) são os incompetentes que têm a principal influência política. As almas elevadas e as inteligências supremas ficam de lado e os charlatães e mediocres dominam o mundo político. Estes buscam o poder não para fazerem prevalecer ideias gerais, mas para satisfazerem ou inconfessável avidez ou necessidade pueril de mando. Ao que adquiriu certa facilidade de palavra são acessíveis todos os poderes políticos. Qualidades secundárias, o estilo, a palavra tornaram-se monstruosamente preponderantes».

Herculano não era orador, conquanto escrevendo fôsse muitas vezes eloquentíssimo; mas pior do que isso era a sua qualidade de homem de convicções fortes; a sua influência directa na vida política estava pois embargada; a influência indirecta pouca podia ser, dadas as condições do país. Restava-lhe a influência literária, que foi muito menor do que poderia, noutras circunstâncias, ter sido. Fôra de desejar sobretudo que no domínio dos estudos da história nacional se estendesse ampla essa influência; mas apontam-se a dedo os que animosos tentaram seguir o mestre na construção da nossa história sobre os documentos originaes e a acção dêsses tem sido mais ou menos limitada. Nem sequer a Academia Real das Ciências tem continuado com a actividade desejável a colecção de que Herculano traçara o plano e iniciara a publicação dos *Portugaliæ monumenta historica*, tendo havido

até na história dessa colecção episódios cómicos, como o de um académico, que, nomeado para a dirigir, se foi habilitar à última hora para o fazer, recebendo aliás os tantos réis da respectiva comissão. Ora aí está como a Academia pode e deve celebrar a memória de Herculano: continue com afínco e competência os *Portugaliæ monumenta* e dê a lume o *Dicionário*, arrancando-o de vez às mãos de charlatães, que, ouvimos dizer, têm feito gastar nêle para cima de cem contos de réis, além da despesa da compra do *Dicionário* do egresso Ramalho, ou melhor o exemplar do *Dicionário* de Moraes, anotado por êsse Ramalho e comprado a Herculano, a quem fôra legado.

Há um aspecto dos trabalhos do nosso historiador, verdadeiro polígrafo, que merece um estudo — é o que interessa ao ensino público. Herculano não escreveu em verdade muito sôbre essa matéria vasta; mas, já pela pena que o traçou, já pela data, já mesmo pelo seu valor, o que êle escreveu em tal domínio chama a atenção, embora contenha algumas ideias discutíveis ou antiquadas. Mas há mais: tôdas as suas obras poderiam ser estudadas do ponto de vista da sua importância para o ensino. Num curso superior de história nacional é ponto de partida incontestável para a fixação do método e conhecimento de resultados o exame crítico da *História de Portugal*, da *História da Inquisição*, dos *Opúsculos históricos*. Na Faculdade de Direito não podem esquecer-se as páginas do nosso autor que interessam particularmente à nossa história jurídica e administrativa, ao direito eclesiástico e civil. No ensino da língua portuguesa, nas escolas secundárias e ainda noutras figuram já trechos em prosa ou verso de Herculano. Assim a influência educativa dêste estende-se já ao ensino público e pode e deve estender-se mais intensamente, como se exerce pela leitura particular, e de diversos aspectos: filológico, estético, moral, científico. E assim podemos considerar Herculano como

educador nacional, sem o mínimo exagêro. Foi pelos seus escritos no *Panorama* que eu na minha infância fui introduzido no conhecimento e interêsse da história nacional e muitos da minha idade se acham em igual condição. Ainda por outro lado deve ser visto o nosso autor pelo que respeita à educação. Herculano foi em grande parte autodidacto: é o destino de largo número de homens que se elevam acima da craveira ordinária. A escola de pouco ou nada lhes serve; saem de lá até muitas vezes com fama de mediocres ou ainda coisa peor, enquanto os que ali triunfam, em geral mais tarde patenteiam a sua insignificância. ¿E onde havia Herculano de ir estudar os métodos históricos que se estavam formando nos países mais adiantados numa terra em que a história ainda não tinha lugar independente no ensino quer secundário, quer superior? Os seus mestres foram pois os livros, foi o próprio esforço, foi o *quid* innato com que a natureza o designara para ser alguém. A escola é sobretudo o refúgio dos mediocres. Herculano, como outros homens, já nacionais, já estrangeiros, que foram autodidactas, são exemplo a todos os que animados do desejo de saber, mas desgostados de trabalhos escolares que não convêm ao seu espírito querem escapar ao que é muitas vezes um suicídio mental. A pedagogia moderna preceitua que os educadores respeitem o mais possível a espontaneidade dos educandos, procedam mais passiva que activamente e deixem desenvolver nêles a actividade própria, quando sã, o mais livremente possível; infelizmente êsse preceito mui raro se observa entre nós e por via de regra os educandos, os alunos, chegam às escolas superiores incapazes de qualquer iniciativa e ali lançam-se submissos nos braços da dôce sebenta ou do compêndio decorável. É certo que dado o pêso terrível da burocracia, que, por via de regra, sujeita tudo a uniformidade homicida, há o sistema das habilitações, dos diplomas que tornavam, por exemplo impossível a Herculano ser lente de

história do direito pátrio na Universidade de Coimbra: não era doutor. Um lente dêsse estabelecimento que foi membro com o nosso historiador de uma comissão pública, falava com aplauso do seu colega, mas achava-lhe o tristíssimo defeito de não ser doutor. Não foi também visconde, nem comendador, nem grã-cruz. Nem Almeida Garrett, nem Feliciano de Castilho, nem Camilo Castelo Branco escaparam à chancela de um título. Por êsse lado Herculano revelou também a sua superioridade e impôs-se como exemplo educador. A posteridade o não justificará talvez de ter abandonado cêdo a emprêsa da *Historia de Portugal* e ter deixado de fazer bons livros para fabricar *azeite*, que (permita-se-me a franqueza porventura de incompetente) eu gastei algum tempo, mas não consegui achar bom. Por êsse lado o exemplo deve ser evitado. Quem se sinta um pouco Herculano não se meta a azeiteiro. E, por fim, bem pesado tudo, o nosso historiador tinha menos razão na sua retirada de Aquiles do que talvez alguns julgam. Não devia o soldado firme da defesa do Pôrto abandonar o seu pôsto que sem dúvida lhe pareceu mais duro e menos prometedor de vitória de dirigente mental da nação; porque a verdade é esta: a-pesar-da guerra acintosa que lhe fêz gente que êle devia ter desprezado, poucos homens foram como êle respeitados. Porque não ouviu êle as palavras postas na bôca do Mestre, de Vergílio pelo Dante:

Perchè l'animo tuo tanto s'impiglia,
Disse'l Maestro, che l'audare allenti?
Che ti fa ciò, che quivi si pispiglia?
Vien dietro a me, e lascia diz le genti:
Sta come torre fermo, che non crolla
Giaminai la cima per soffiar de venti.

Até a lição de Herculano no que ela tem de negativa nos deve aproveitar, para não a imitarmos.

Pregunto agora: ¿vamos de facto fazer alguma coisa boa, vão surgir as iniciativas benéficas para êste nosso pobre país, educar a valer o povo, como queria Herculano, mas com plano mais amplo do que êle traçara no seu tempo, combater o charlatanismo, que por aí está aproveitando a ocasião para ostentar as suas promessas mentirosas? Se isso se fizer, se cada um começar por onde deve, que é pela reforma de si mesmo, vale a pena celebrar o centenário de Herculano.

Pela minha parte direi que nunca me recusei a contribuir com algum pouco do meu para as festas da natureza desta quando para isso fui convidado. Sendo estas reflexões aqui lançadas apenas ditadas pelo desejo de corresponder ao desejo da digna Comissão Académica de Coimbra de que eu colaborasse no *In Memoriam*, por no meio de absorventes trabalhos escolares não poder dar melhor, permita-se-me dizer, que vou concluir um desenvolvido estudo sôbre *Alexandre Herculano e o ensino público*, em que lembrarei que a primeira *escola primária superior* criada em Portugal o foi por iniciativa minha, em 1883, que a organizei e que ela vive ainda, tendo larga freqüência, embora com outro nome. Ora Herculano pedia em 1841 a criação de escolas dessa natureza, facto que só em 1901 conheci pelo volume VIII dos *Opúsculos*. No *Boletim da assistência nacional aos tuberculosos* iniciei em o número de janeiro do corrente ano uma série de amplos *Estudos sôbre a educação popular*, série em que fundo notas e investigações espalhadas em numerosos artigos e folhetos e muita matéria nova, considerando aspectos daquela complicada questão desconhecidos em o nosso país e em parte mesmo fora dêle. Assim, dentro dos limites do que tenho podido fazer, me ei esforçado por prosseguir na obra encetada por Herculano em 1841 e infelizmente logo abandonada. Façam outros mais e melhor.

Lisboa, 4 de Março de 1910.

F. ADOLFO COELHO.

HISTÓRIA DA LUSITÂNIA E DOS POVOS QUE, PRIMITIVAMENTE HABITARAM A PENÍNSULA IBÉRICA ⁽¹⁾

III. Hanc ob caussam Amoas Tyriis erat iratissimus.

Neque tamen primo eorum studiit permiciei, sed multis precibus eos sibi conciliare contendit.

Illi vero in Sidoniorum castris stipendia facere recusabant; numquam enim sese Melicarthi genus deserturos esse, Tyrique urbis conditores.

Sæpins admoniti cum Tyrii recusare pergerent, Amoas Melcoæman Obadi filiuno cum classe emisit contra Tartesios, ipse autem Tyrum obsidebant.

III. Por causa disto Amoas estava irritadíssimo contra os Tírios.

Entretanto não se empenhou em causar-lhes ruína, mas pelo contrário empregou-se em chamá-los a si nas várias contendas com o inimigo.

Êles, a-pesar-disso, recusaram-se a fazer parte do acampamento dos Sidónios; nem tão pouco consentiram à geração de Melcarto que abandonasse a cidade de Tiro, e que os seus edificadores levassem consigo o seu patrono.

Por freqüentes vezes advertidos, Amoas mandou Melcoame filho de Obade com uma frota bloquear Tartesso; logo que viu os Tírios recusarem-se a todo o transe em

(1) Cont. do vol. 83.º, pág. 343.

Noctu vero Tyriis erumpentibus, Sidoniorum magna multitudo interfecta est, atque Amoas curru vehens confugit Sidonem, ubi classem invenit, quæ etiam erat victa ab Tartessiiis in Cittro insula, atque vulneratus mox obiit, sevagesimo anno postquam regnaverat.

Etiam Obadus mortuus est, moerore consuntus, quod Melcœmas filius in prelio navali contra Tartessios obierat.

Obadus autem tredecim annos regnavit.

IV. Byblii Hannonem sibi elegerent regem Melcœmam filium, admodum adolescentulum, qui equo vehens debilitatem suam celebrat, atque annos regnavit quinquaginta quinque, Bybliorumque gratiam sibi conciliavit.

auxiliá-lo como seus aliados, marchou contra Tiro primeiro que tudo.

Apenas desceu a noite uma grande parte dos Tírios irrompeu da cidade e acometeu os Sidónios, matando uma grande parte dêles e Amoas, vendo a sua causa perdida tomou rapidamente a direcção de Sidon, levado a tóda a brida no seu carro triunfal. Aqui, esperavam-no vários dissabores não só porque soube que a frota do comando de Melcoames tinha sido derrotado pelos Tartessidas na ilha de Chipre mas também porque o seu almirante morrera no combate. Amoas, por sua vez morreu do agravamento das suas feridas, após 60 anos de reinado.

Óbade, morreu também, consumido pelo desgosto ao saber da morte de seu filho Melcoámes ferido na batalha naval contra os Tartessidas.

Óbade, porém, reinou ainda 13 anos.

IV. Os Biblios elegeram para seu rei Hannon, filho de Melcóames, ainda adolescente, o qual ocultava a sua disformidade de andar, com a saída a cavalo. Reinou 55 anos e fêz-se amado pelos Biblios graças ao seu carácter benigno.

V. In locum vero Amoæ Jasimon substitutus est, qui ea conditione pacem accepit a Tyriis, mercaturam Sidone facere atque in Sidoniorum oppidis iis permetteret, earumque iis cederet possessione coloniarum quas in Ersiphonia et Tenga constituerant Sidonii, promitteret que, sese nunquam classem missurum esse ultra Mylitæ insulam, neque in eas regiones, quæ in Tyrriorum ditione, nec Tartessum.

Jasimon viginti annos regnavit, neque eo regnante, pax cum Tyriis violata est.

Hi vero dum versarentur in miseria redigerenturque ad paupertatem, Jasimon multas divitias sibi comparavit.

VI. E regione insulæ Mylittensium, Mazaurisa insula sita est, cui nomen est a monte in ea ignivomo.

V. Mas verdadeiramente a quem cabia o reino era a Jasimon, filho de Amoas, o qual fêz pazes com os Tírios com a condição de lhe ser permitido o comércio com os Sidónios e suas cidades. Prometeu-lhes igualmente que lhe cederia a posse de tôdas as colónias criadas por êste último povo em Ersifónia e Tenga, e em tempo algum mandaria as suas frotas para além de Milita (Malta), nem para outras paragens de que fossem já senhores os ditos Tírios, nem Tartesso.

Durante 20 anos de reinado de Jasimon, nunca a paz com os Tírios foi violada.

Jasimon, porém, empregou-se, enquanto conviveu em paz com êsse povo, em reunir consideráveis haveres que depositava nos cofres da nação, ao passo que via os Tírios estar reduzidos à pobreza e à miséria extrema, pelas suas empresas infelizes.

VI. Defronte da ilha Mirlita está situada uma ilha de grandes dimensões, cujo nome é Mazaurisa (Sicília). Nela existe um vulcão em actividade (Etna).

Junto dela há um estreito pelo qual é permitida a nave-

Ad eam est fretum, quod si quis pernavigaverit, cellerime Ersiphoniam consequetur, sive minus totam opus est circumnavigare insulam.

Sed gentes, quæ fretum hoc accolebant feritate erant inhospitali, ita ut nemo sine periculo præternavigate posset.

Tyrrii igitur in utroque freti litore colonias constituerunt, ut transitum redderent tutum, oppidum in insula, in ea autem ripa, quæ e regione insulæ erat turrim ac munimenta.

Barbarum autem multitudo descendit disjecit que turrimot munimenta, ac vigilias trucidavit practer unum qui in oppidum confugit, oppidanosque de barbarorum incursione certiores fecit.

Cum autem oppidani magno essent in metu, ne urbem

gação a quem queira empreender uma viagem até Ersifónia, ou, pelo menos, queira circumnavegar por tôda a ilha.

Mas as gentes que habitavam nestas costas eram pouco hospitaleiras e de maus costumes, pelo que ninguém se atrevia a dobrar o dito estreito, sem perigo.

Em vista disto os Tírios fundaram colónias em ambas as margens do estreito e deram todo o impulso à navegação; construíram uma cidade na mesma ilha, assim como edificaram uma tôrre na praia adjacente à região insular, convenientemente abastecida de material.

Os Bárbaros, porém, desceram em grande número, das suas moradas, atacaram os Tírios, destruíram a tôrre e seus baluartes e mataram as sentinelas à excepção duma que se refugiou na cidade e mais tarde contou aos seus habitantes, a história exacta da incursão dos referidos assaltantes.

Como, porém, os habitantes da cidade estivessem concentrados no meio dela, não puderam os ditos Bárbaros expulsá-los do reducto e bem assim a todos os Tírios e tropas auxiliares do seu exército que ali estavam aquarteladas.

barbari expugnarent, Tyrii omnes et suas et insulanorum copias iis in auxilium miserunt.

Primo quidem Tyrriorum exercitus insulae incolas devicit.

Cum vero victoria glorientur, disciplinamque militarem minus observarent, barbari noctu maximam eorum cladem edidere.

Eodem tempore barbarorum quidam per portum nantes, quinquaginta naves longas incenderunt. Quattuor Tyrriorum millia hoc in proelio occidisunt.

Victu autem, qui adhuc in navibus fuerat combuto enim, inopia exstitit frumentaria, ita ut multi fame perirent, donec naves adportarum ex Ersiphonia frumentum.

Eodem tempora Tyrii hostes repulere.

Sed cum saepes barbari redirent, magno opus erat praesidio firmare oppidum.

Como era de acreditar os primeiros habitantes da ilha foram os combatentes do exército tiriense.

Mas como os Tírios se tivessem jactanciado da vitória e observassem com pouco escrúpulo a disciplina militar, os Bárbaros, em grande número, reuniram-se durante a noite e causaram-lhes grande revés.

Pela mesma ocasião alguns Bárbaros que navegavam nas proximidades do porto incendiaram-lhe 50 grandes naus.

Naquele combate morreram 4.000 Tírios.

Os vencidos, por sua vez, dirigiram-se para bordo dos barcos e queimaram todo o trigo que acharam nos porões e se destinava para sustento dos Bárbaros, pelo que muitos destes pereceram pela fome, enquanto não houve tempo de mandar vir da Ersifónia, novo carregamento de trigo.

Enquanto sucedia isto, os Tírios repeliram o inimigo.

Mas dentro em pouco, como os Bárbaros contra atacassem aqueles assaltantes, o grande resultado de toda a em-

VII. Jam vero Sidon, Jasimonis filius, cum Tyrios in Mazaurisa esse victus audiret ac rei pecuniariæ apud eos esse inopiam, iis, si iterum Sidoniis sese vellent subdicere, auxilium se misseram esse promisit, naves longas triginta, militum autem tria millia.

Liberter Tyrii annuere urbemque atque insulas Sidonis subjecerunt potestati.

Juvante deinde auxilio Tyrios Sidone, Tyrriorum hostes in Mazaurisa insula brevi tempore victi sunt.

Hoc modo Sidon imperium restituit Sidoniorum.

Obiit post regnum quadraginta annorum; utrum vero veneno interceptus, an gladio se transfigens, in dubio relinquam.

presa foi, os Tírios ficarem senhores da cidade e aprisionarem os ditos Bárbaros.

VII. Logo que Sidon, filho de Jasimon, soube, que os Tírios tinham sido batidos em Mazaurisa, e que o tesouro público dêste povo estava exausto, ofereceu-lhes por meio duma embaixada, um auxilio de 30 galeras grandes e 3.000 homens de guerra, em troca da sua sujeição ao poder dos Sidónios.

Os Tírios anuíram por sua livre vontade à proposta e as suas cidades e colónias insulares ficaram sujeitas ao poder dos Sidónios.

Depois que Sidon auxiliou tão vantajosamente os Tírios, as hostes inimigas da ilha Mazaurisa, em breve tempo, foram vencidas.

Dêste modo Sidon restituiu o poder da ilha aos Sidónios.

Sidon morreu após um reinado de 40 anos; é ponto de dúvida se a sua morte foi causada pelo veneno, se atravessado por uma espada.

Em consequência duma doença corrupta e sem cura, a vida de há muito era para êle um fardo.

Immedicabili enim correptus morbo, vitæ pertæsu erat.
Sidone mortuo Citylbas regnavit apud Sidonios.

VIII. Quarto et trigessimio anno regni Sidonis, Hauno, penes quem per quinquaginta quinque annos fuerat Bybliorum imperium, obiit.

Quo mortuo Hierbas Hannonis filius in urbe Bybliorum regnabat duo e triginta annos.

Sidone regnante amicitiam, quam erga Sidonios pater instituerat, maxima diligentia coluit gravisque armaturæ alebat mille milites ac decem naves, partem ratam, in proutu habebat sex annos, ita ut magnam in rem militarem faceret impensam.

Post mortem vero Sidonis, cum Citylbas, quamquam bellum in Mazaurisa jam diu compositum esset, milites tamen navesque Hierbæ imperaret, hic; quominus exercitum præstaret, recusavit.

Pela morte de Sidon, succedeu-lhe no reino Citilbas.

VIII. No trigéssimo quarto ano do reinado de Sidon, Hanno que fôra rei dos Biblios perto de 55 anos, morreu.

Pela morte do dito Hanno, Hierbas seu filho, reinou no país dos Biblios durante 32 anos.

Reinando Sidon, a amizade, que como pai êle consagra a aos Sidónios, era cultivada por êste povo com a máxima diligência, e após seis anos decorridos, já o país dispunha de mil homens de guerra e dez triremes, que, em grande parte eram sustentados pelo orçamento das despesas militares do dito país.

Depois da morte de Sidon, porém, como Citilbas, em tempo tivesse feito guerra ao povo tiriense, na ilha Mazaurisa, pretendia obrigar Hierbas, actual rei, a auxiliá-lo em homens e navios, mas êste recusou-se a isso.

Assim pois, Citilbas cuidou em primeiro lugar em assaltar o país dos Biblios.

Primo igitur Citylbas Byblum expugnare constituit.

Sed cum etiam Aradios et Berytios audiret voluntati suæ esse repugnatos, mitius egit ac pacem cum iis firmare studiut.

IX. Hierbas vero in eam Ciliciæ partem, quæ Cittiorum prospicit insulano, misit coloniam.

Qua devastata ab indigenis, diu hæc regio deserta erat.

Nonnulli vero Tartessi patria profugi, agros a Tyriis petivere; cum autem Byblum mitterentur a Tyriis, Byblisque deliberarent de agris assignandis, coloniam illam vastatam iis dederunt.

Byblii igitur Ocalothonem misere cum classe urbis condendæ custodem.

Ocalothon autem urbem maris circumdedit, atque regionis incolas repulit, quanquam hi colonos superavit multitudine.

Mas como soube que os Arádios e Béritos, tinham também, voluntariamente, sido contrários a tal empresa, considerou melhor os resultados e decidiu-se a fazer pazes com os Bíblios.

IX. Por este tempo Hierbas fundara uma colónia na parte da Cilícia que fica em frente da ilha de Chipre.

A qual, como foi devastada pelos naturais da mesma ilha, por muito tempo permaneceu hostil aos estrangeiros.

Mas alguns dos proscritos foram procurar um abrigo aos campos de Tiro, à qual pediram terrenos para cultura; a cidade, porém, que havia recebido igual pedido dos Bíblios, resolveu, que tantos uns como os outros fossem ocupar os campos que tinham pertencido à colónia devastada.

Para tal fim, os Bíblios mandaram Ocalóton com poderes para ocupar a cidade, o qual para lá partiu com uma frota.

Ocalóton cercou de muros a cidade e expulsou da supra-

Cum enim equites in barbaros procurrerent, quam cellerime hi sese receperunt.

Ocalothonem vero, postquam decem annos cum hostibus bellum gessit, Byblii deseruere; milites enim ac naves Tyriis miserant obsessis.

Finitimos vero cum animadvertisset potentissimos esse, nec muros disiectos amplius esse præsidio, oppidanos in Cittium insulam traduxit, ipsi vero Byblum se contulit.

Urbem vero desertam nominant Tartessum sive Tarsim, quia incolæ fuere Tartessii.

Ocalothon vero summa in senectute, cum Cusabæ filii mors ei ammuntiaretur, mœrore consumtus est.

dita região, os habitantes do país, ainda que êles formassem uma grande parte dos colonos.

Em consequência disto, os Bárbaros possuidores de cavalos aptos para o ataque, correram impetuosamente sobre os assaltantes e apoderaram-se de novo da cidade.

Mas a verdade é que Ocalóton depois que sustentou dez anos de guerra consecutivos contra os inimigos, tinha abandonado os Bíblios; em consequência disto estes povos restituiram aos Tírios, os homens de guerra e navios bloqueados.

Todavia os povos circunvizinhos como viessem no conhecimento de que os Tírios eram poderosíssimos, não deitaram abaixo as muralhas da cidade que tornavam êste presidio de maiores dimensões; transportaram os habitantes para a ilha de Chipre e daqui, por sua vez, concorreram para a sua repatriação.

Ora a cidade abandonada chama-se Tartesso, porque os habitantes da mesma tinham vindo de Tartesso, sua pátria primitiva. Também era conhecida por Tarsim.

Ocalóton já velho em extremo, assim que lhe foi anunciada a morte de seu filho, Kúsabas, morreu de melancolia.

X. Básanus vero in urbe Bybliorum auctoritate præditus, cupidusque regnandi, Hierbam noctu interfecit, multisque adjuvantibus, arcem ex portum occupavit, ac postridia a populo rex creatus, Sidoniorum Hierbæ mortem primo vividicatorum, sibi conciliavit favorem omnia iis, quæ petabant, concedens.

Obiit vero Hierbas post regnum triginta duorum annorum, anno vigesimo sexto post quam Sidoniorum regnum ad Citylbam rediit.

Basanus vero, qui Hierbam interfecerat, quinquagesimo primo regni anno a Bybliis urbe ejectus est, quia suorum insolentiæ rationem non habebat.

Citylbas vero omnino duo et quadraginta annos regnavit.

Post ejus mortem Agathon Citylbæ filius Sidoniorum regnum triginta octo tenebat annos, magnumque in Mazau-

X. Entretanto Básano fôra investido de autoridade na cidade dos Biblios mas como estava ansioso por reinar, matou Hierbas durante a noite, e auxiliado por um grande número de partidários, ocupou a fortaleza e o pôrto. No dia imediato foi aclamado rei pelos Sidónios, e acusado mais tarde pelos seus inimigos de ter morto Hierbas, tratou de trazer a seu favor a gente do país, para a qual se mostrou sempre um príncipe magnânimo.

Morreu Hierbas após um reinado de 32 anos, no vigésimo sexto depois que Citilbas abdicou do reino dos Sidónios.

Todavia Básano que matara Hierbas, foi expulso pelos Biblios da sua cidade e capital do seu reino ao fim do quinquagésimo primeiro ano de reinado porque a sua arrogância não continha razão de ser.

Mas Citilbas reinou ao todo, quarenta e dois anos.

Depois da sua morte, Agatão, filho de Citilbas, rei dos Sidónios que contava 38 anos de idade nessa época foi acla-

risiorum misit classem, et quinque colonias condidit, quo populo abundantiam educaret; mille etiam coloni incoluere Ersiphoniam, cujus urbs antea Tartessiiis resistere non poterant, sæpe in hanc regionem incurrentibus.

E regione Ersiphonia duæ sitæ sunt insulas, Cyton et Gadyla, fertiles ac materiæ abundantia peæditæ.

Apud id igitur, quod inter eas est fretum, urbem condidit.

Jussit etiam Byblios atque Aradios colonias in Tengan mittere, Berytios vero portum restituere; omnia hæc Tyriorum invidiam ciebant, neque tamen poterant impedire.

XI. Illis temporibus piraticam fecere multi ex Ceratis, quæ ex insulis rediere, insidiatis, atque, ubi divitiis oneratam

mado rei e mandou uma fróta à ilha Mazaurisa (Sicília), a qual se compunha de muitas naus cheias de gente com destino às cinco colónias que o mesmo fundara na dita ilha com o concurso dos naturais; mil colonos habitaram também a Ersifónia, cuja cidade não podia desde há muito resistir aos ataques dos Tartessidas, freqüentemente dirigidos contra os seus habitantes.

Na região da Ersifónia e muito na vizinhança dela, estão situadas duas ilhas, de nome Citon e Gádila, férteis e abundantes em madeiras de preço.

Em consequência disto, os Sidónios edificaram uma cidade nas vizinhanças do estreito que as separa.

Agatão ordenou também aos Bíblios e Arádios que enviassem colónos para Tenga (Tanger) e aos Beritos que aumentassem o valor comercial e militar do pôrto; tudo isto causava inveja aos Tírios sem que lho pudessem impedir.

XI. Naqueles tempos as piratarías dos Ceratos causavam muito dano aos navios que iam e vinham por aquelas paragens insulares, cujos carregamentos os ditos Ceratos apri-

invenere, merces abstulere, nautas vero abduxerunt in servitute.

Hanc ob rem Ceratis iratus, Agathon magnum collegit exercitum atque Ascalonitarum urbem expugnavit.

Aradiis vero Bibliosque, præcipuum tamen Tyriis, omnino mille militibus relictis, urbem præsidia firmavit, atque Gazam versus profectus est, quo in itinere obiit, noctu in prætorio interfectus a Melcalace Melcuaco, qui Tyrriorum copia decebat, atque, rege trucidato, cum Tyrriorum exercitu quam celerrime Ascalonem profectus est. Ab eo tempore diu urbs in ditione erat, Tyrriorum.

Sidoni deinde et Aradii e Berytii in naves seu contulerunt, sed plerique periere.

In hoc autem contra Cerátos bello Bybliorum nemo aderat.

sionavam e das tripulações dos quais se apoderavam para levar à escravidão.

Por causa disto, Agatão irado contra os Ceratos, formou um grande exército e conquistou a cidade aos Ascalonitas.

Com êste fim, os Arádios e Bíblios, especialmente os Tírios, formaram uma guarnição de mil soldados que converteram a cidade num presídio e pondo-se a caminho para Gaza, que lhe ficava no itinerário, aconteceu morrer de morte violenta, Agatão porque um general de nome Melcálace Melcuaco, comandante das tropas tirienses, o matou durante a noite e ao depois dirigiu-se em marchas forçadas para Ascalão. Os Tírios conservaram em seu poder a cidade.

Mais tarde, os Sidónios e Béritos armaram uma frota a-fim-de combater os Tírios, mas pereceram, na sua maior parte, num recontro.

Nesta guerra contra os Cerátos; nenhuns Beritos tomara parte.

Post mortem vero Agathonis Sidoniis imperabat Asmunius, puer admodum, qui in firina erat valetudine.

Finis liber quintus

LIBER SEXTUS

I. Bellum, quod Sidonii cum Tartessus gesserunt, et Tyrii, qua ratione ad magnam primo pervenerunt potentiam, deinde vero ad inopiam redacti sunt, et quamodo reges Hierbæ restiterunt, atque quedammodum Tyrii, Agathone Sidonio interfecto Ascalonitarum arcem occuparunt, in libro quinto narratur.

Attamen que madmodum Biblii urbe ejecerunt reges ne Gommadem vicerunt, et Sidoniorum res gestaë, sicut et bella Judaeorum et Somyraeorum in hoc libro narrabantur.

Por morte de Agatão, sucedeu-lhe no trono Asmunios, ainda impúbere, o qual era dotado duma saúde débil.

Fim do livro quinto

LIVRO SEXTO

I. As guerras que se travaram entre Sidónios e Tírios contra os Tartessidas, a razão principal pela qual chegaram a alcançar preponderância sôbre estes últimos, em seguida a sua reconquista pelos ditos Tartessidas por causa da inércia dos primeiros ditos povos e de que modo resistiram ao rei Hierbas e bem assim porque meio os Tírios mataram Agatão, rei de Sidon e ocuparam a fortaleza dos Ascalónitas, acham-se descritas no livro quinto desta obra.

Porque meio os Bíbios expulsaram os reis das cidades e venceram Gommade, as façanhas atribuídas aos Sidó-

Jam vero cives, dicit, in arcem regione convenisse, atque regi, ut comites, Byblios offendentes, supplicio afficeret instituisse.

Sed Basanus, ut cives rejicerent, emisit hastatos, qui ordinato agmine, in populum fecere impetum, sed Bybliis magno clamore resistantibus, aufugerunt invicem se hastis confingentes.

Hoc modo cum hastatos devicissent Byblii, in regiam arcem vi irrupere, atque quem e canitatu regis invenerunt, trucidavere.

Basanus ipse aufugit vulneratus atque obiit postridie.

Post hæc Byblii civitatis imperium senatui solo mandarunt, propter regum et insolentiam et injustiam.

nios, assim como as guerras dos Judeus e Sómiros, são narradas neste livro sexto.

Ao presente, os cidadãos reünem-se perto da fortaleza e acusam o rei de ser rigoroso na aplicação do castigo aos ministros que ofenderam gravemente os Bíblios.

Mas Basáno como notára o modo porque aqueles cidadãos se apresentavam, mandou aos lanceiros que refreassem o ímpeto da multidão; esta, porém, constituída pela grande massa dos Bíblios, resistiu-lhes com grande ruído e obrigou a fugir os lanceiros na sua frente, sendo alfim massacrados.

Dêste modo como os lanceiros foram desbaratados pelos Bíblios, estes irromperam com violência na fortaleza por sua vez e logo que descobriram os ministros, assassinaram-nos.

O mesmo Basáno em pessoa pôs-se em fuga já ferido e morreu pouco depóis.

Depois disto, aos cidadãos Bíblios foram-lhe impostas por intermédio dum senado de que o próprio rei dependia, as leis do reino. Estes senadores fizeram-se insolentes e pouco justos.

Filii autem Basani, ut regnum recuperarent cum exercitu contra urbem profecti sunt, atque advenere noctu, ut portis ex inopino potirentur.

Qua de re certiores facti, appropinquant in fugam dederunt oppidum.

Urbem deinde obsidebant, fame eam expugnativi ac Byblis classe comeatum in urbem importantibus portum ferreis præcluserunt catenis.

Qua de urbs cum fame premeretur obsideates eam brevi sese expugnatuos esse, sperabant.

Sed spes hæ successu carebat.

Byblii enim naves exornantes longas in catenas vecti sunt, omnesque in alto stabant naves margine, ut enim deflecterent in eam partem, ubi catenæ erant, atque eo facilius palos fusibus circumdarent.

Mas os filhos de Basáno, a quem o reino foi restituído, dirigiram-se com um exército contra a cidade e aproximaram-se dela durante a noite a-fim-de lhes ser franqueadas inesperadamente, as portas.

Mas os cidadãos certamente conhecedores do facto puseram os assaltantes em fuga para mui longe da cidade.

Em seguida estes assaltantes pretenderam render a cidade pela fome, mas como os Bíblis recebessem pelo mar importantes abastecimentos, fecharam o pôrto com cadeias de ferro.

Como a fome fôsse cada vez maior, os atacantes esperavam que os habitantes da cidade, obsidiados pelo mal, em breve a entregassem.

Faltou-lhes, porém, esta derradeira esperança.

Porque os Bíblis, embarcados nas suas longas naves, fizeram frente às cadeias e como tôdas estavam ancoradas na margem oposta, arremeteram em massa contra a entrada do pôrto, no ponto onde as cadeias estavam presas por

Tunc vero eodem impetu in alterum contenderunt margine, quo navis subito sublata et, est hoc modo catenas pallos que magno extraxerunt clamore atque in urbem abstulerunt.

II. Quibus rebus cognitis, de urbis expugnatione hostes desperare coeperunt, Bybliisque de pace componenda misere legatum, virum nobilem ex regione montana.

Qui cum modo cum auxiliaribus copiis in castra venisset, ac nunquam conspexisset navem, accuratuis contemplari, optavit.

A Bybliis igitur in navem missus longam ejus et magnitudinem et firmitatem est admiratus, praecipue tamen celeritatem, omnia vero contemplatus in castra rediit, pacemque brevi conciliavit.

amarras conseguiram facilmente parti-las e metê-los no fundo.

Depois disto impeliram os navios com força para o mar alto, no qual entraram subitamente; dêste modo tendo partido as cadeias e lançado ao pêgo os ganchos com grande clamor, entraram no pôrto, e depois na cidade, com grande gaudio pela vitória alcançada.

II. Sabido isto, os habitantes perderam a esperança de ver a cidade resistir ao assalto do inimigo e mandaram embaixador aos Biblios na pessoa dum homem nobre da região das montanhas a-fim-de concertar pazes com êles.

O qual como viesse no conhecimento do modo como as tropas auxiliares estavam repartidas nos entricheiramentos e nunca vissem um navio, applicou-se em examinar com muita atenção estes casos, na verdade, dignos de estudo.

Assim pois introduzidos pelos Biblios nos navios mais compridos, ficou admirado não só pela sua grandeza, mas também, mui especialmente, pela sua solidez e velocidade; contemplado que foi tudo, voltou para o acampamento e

Ex hoc deinceps tempore, Byblij erat interregnum viginti et centum annorum et ad suum quisque agebat arbitrium.

Qua re factum est, ut multa exorirentur bella, omnisque regio depopularetur.

Ferarum, autem, et leonum et pantherarum et luporum multitudo crevit mirum in modum, ut et homines media in urbe devorarent.

em breve se celebrou a paz entre ambas as partes contendôras.

A partir desta época, os Bíblios mantiveram-se em república durante 120 anos e cada qual empregou a seu talento, os seus bons ofícios.

Mas o certo é que dêste facto nasceram muitas guerras e tôda a região ficou despovoada.

Ao depois, as feras, tais como leões, panteras e lobos, cresceram em grande quantidade, pelo que vinham ao meio da cidade, devorar os seus habitantes.

(Continua).

CARLOS AUGUSTO DA SILVA E OLIVEIRA.

A JUNTA PROVISIONAL DA BAÍA EM 1821

A Revolução de 1820, que trouxera às fôrças combalidas de Portugal uma provisão de sangue novo, dando-lhes esperanças de um ressurgimento futuro, encontrou no Brasil o mesmo ardor e o mesmo entusiasmo que havia despertado em terras portuguesas.

Logo que a notícia chegou às praias de Santa Cruz, correu celere por tôdas as Capitanias, e em tôdas se acaloraram os espíritos e se desenvolveram as vontades no sentido de se apoiar um movimento, cuja finalidade estava no coração de todos os insubmissos contra o Govêrno do Rio de Janeiro.

As primeiras províncias que alçaram o grito da adesão aos principios liberais que as Côrtes vintistas preconizavam como redentores de uma Pátria desiludida foram o Grão Pará, em 1 de Fevereiro de 1821, e a Baía, a 10 do mesmo mês e ano.

Depois o Rio de Janeiro a 26, o Maranhão a 6 de Abril, a 14 o Ceará, a 29 a Paraíba, a 24 de Maio o Rio Grande do Norte, a 28 o Recife, a 11 de Junho Maceió, a 23 S. Paulo e quási por último em 21 de Setembro, — arranco estreme de lealismo — as Minas Gerais.

E porque as ideas de liberdade afluíam a todos os lábios, e porque todos previam que estes movimentos eram os prolegomenos de resoluções heróicas que, velados com a submissão à soberania portuguesa, anelavam proclamar

o grito da Independência, o rastilho corria pelo resto do Brasil, explodindo aqui e ali num arremêso louco e vibrante.

Comandava as forças revolucionárias da Baía o tenente-coronel Manuel Pedro de Freitas Guimarães e foi ele a alma do movimento, o fulcro em volta do qual se congregaram todos os desejos ardentes, tôdas as vontades enérgicas e decisivas. Depois de algumas hesitações sangrentas das forças fiéis e dos revolucionários, e de algumas peripécias mais ou menos grotescas, os marechais Luis Paulino Pinto da França e Felisberto Caldeira Brant Pontes conluíram-se para resolver o conflito. E do acôrdo celebrado com o Governador da Capitania, Conde de Palma, D. Francisco de Assis e Mascarenhas, com oficiais e cidadãos de notória autoridade, foi resolvida a plena adesão ao movimento:

Jurou-se obediência a D. João VI, adesão à sua real dinastia e prometeu-se guardar a Religião Católica; jurou-se a Constituição das Côrtes de Portugal e interinamente a da Espanha da mesma maneira que fôsse adotada em Lisboa; propôs-se à aprovação do exército e do povo as pessoas que haviam de compor a Junta Provisional; ordenou-se que a Junta mandasse proceder à nomeação dos deputados provinciais para as Côrtes portuguesas; resolveu-se que todos os actos de administração continuassem em nome de D. João VI; e por último que todos os habitantes da Província se reconcilhassem, quaisquer que fôssem as suas opiniões políticas!

E tudo devia ter acabado aos gritos de: *vivam a Constituição e Côrtes na Baía e no Brasil, viva el-rei D. João VI* nosso soberano pela Constituição, como em uma proclamação distribuída antes do movimento se incitavam os soldados a *destruir a tirania, e a libertar o Brasil do despotismo e da traição que o Rio de Janeiro maquinava contra ele!!*

Constituiu-se, portanto, a Junta Provisional do Govêrno

da província da Baía com estes nomes; Presidente, Luis Manuel de Moura Cabral; vice-presidente, Paulo José de Melo de Azevedo e Brito; secretários, José Lino Coutinho e José Caetano de Paiva; Deão José Fernandes da Silva Freire, vogal pelo clero; tenentes-coronéis Francisco Paula de Oliveira e Francisco José Pereira, vogais pelo exército; Francisco António Trigueiros e José António Rodrigues Viana, vogais pelo comércio; e o tenente-coronel Manuel Pedro de Freitas Guimarães, o Herói da Revolução, vogal pelo povo! Ele que devia ser tudo e nada foi.

A-pesar-de reconhecer a soberania de D. João VI e quasi que subordinada à autoridade deliberativa das côrtes portuguesas, a Junta da Baía mostrou logo de princípio as intenções ditatoriais que a dominavam. Criou as Repartições do Interior e da Fazenda, que foram entregues ao Secretário Dr. Caetano de Paiva e as dos Estrangeiros, da Guerra e da Marinha, ao outro Secretário Dr. José Lino, e entrou logo a publicar as suas determinações contrariando os princípios justos, equitativos e prudentes que havia prometido em uma Proclamação publicada um dia depois da sua Constituição.

A esperança de um bom Govêrno em breve se desvaneceu, e a-pesar-da reconciliação preconizada e dos juramentos prestados na comunhão de liberalismo, continuava a ferver a espuma de velhos ódios. Muitos baianos, na comoção do grande acontecimento, haviam aprovado tôdas as resoluções, mas depois no fundo da sua consciência revoltavam-se e ansiavam azado momento para se manifestarem. Além disso, os elementos estranhos revolucionários que ambicionavam um país livre, semeavam a cizania e a intriga.

A rivalidade entre portugueses nascidos no Brasil e os verdadeiros portugueses era insistente. Uns e outros detestavam-se e procuravam por todos os meios de malevolência desconsiderar as autoridades.

As proclamações manuscritas pregadas à porta dos quar-

téis da Legião de Caçadores incitavam agora a revolta contra o despotismo da Junta:

PROCLAMAÇÃO

« Habitantes da Bahia! A Patria necessita já de um Governo cheio de energia, facil em deliberar, activo na execução, soberano nas ideas, magestoso no procedim.^{to}, justo nas decizoes, severo no castigo; e sobre tudo exemplar na conducta!: nada disto vemos no actual Governo desta dôce Prov.^a! Só aparece o geral descontentamento, queixas e alvoroço: e breve tramar-se ha arebelião vendo-se os Povos no ultimo dezespêro! E p.^a q̃. consentir tão grande mal. Á vista do exemplo de Pernambuco, e Sabio Decreto das Cortes; estabelêça-se a boa ordem, evite-se adiscordia, extermine-se a guerra civil traçada pela venalid.^e dos infames Bachás... com vistas de serem conservados p.^a securarem de pobreza!!! Olhay Povos! esses filhos da fortuna, q̃. só querem facinar-nos, e arrancar-nos o poder q̃ a Constituição nos concede! Elles q̃. fazem em nosso beneficio? Nada! Nossa forza se vai quebrando, ecada vêz mais por meios criminosos! O dispotismo vai criando groças raizes! tal he o cume do nosso pircipicio, q̃. já choramos o passado Governo! Ah Caros Irmãos! Trabalhemos de comum p.^a ver-mos derubado o despotismo, desterrada a arbitraridade; e restituída a justiça ea razão em nossa Provincia! Clamemos todos pelo indeçoluvél comprimento da Ley, e das sabias Bazes da Constituição; e ao mesmo tempo salvemos a Patria de orrozas Scenas! Salvemos com firme adhesão e amor a Santa Constituição! Sejam dignos imitadores dos Heroes Regeneradores da May Patria! ».

O cadete de artilharia João Primo, alma ardente de jovem esperançoso, novo aliciador dos regimentos, o fervido

e incansável preparador de uma nova revolta publicava também a seguinte :

PROCLAMAÇÃO

« Amados Irmãos, e verdadeiros Concidadãos!

« Hoje consolidamos nossos mutuos interesses! Achara Patria atraçoada pela venalid.^e de perversos Bachás... vai ser salva p.^r seus charos, e Benemeritos Filhos!

« Dezapareça amizeravel desconfiança entre os naturaes de ambos os mundos, q̃. só formão hũa Nação! Sigamos religiozam.^{te} os energicos exemplos dos Heroes Regeneradores da May Patria! Desterre-se iniquid.^e, e triunfe a virtude!!! Viva a nossa Relegião! Viva as Cortes em Lisboa, e Constituição Viva El-Rey Constitucional o S.^r D. João 6.^o! Viva o briôzo Povo desta Provincia! Bahia 3 de novembro de 1821—*João Primo* ».

E como a Junta tivesse desfeitoado o brigadeiro Manuel Pedro de Freitas Guimarães, uma outra proclamação appareceu em que se verberava êsse procedimento:

PROCLAMAÇÃO

« Camaradas! O Heroe q̃ se arriscou no immortal dia 10 de fevereiro p.^a nos salvar he tido em menoscabo! Atten-dei ao publico insulto q̃. lhe fizerão os fracos invejosos...! Quando em todas as portas dos seus artificiosos collegas se vê um Irmão de armas, adelle se acha sem esse distinctivo! Seu voto p.^r imparcial denada vale! Sua exacta conducta foi atacada p.^r Portaria de 11 de março como sevê no suplemento da *Idade d'ouro* n.^o 49! Todos outros nossos Irmãos, q̃ guiarão a Regeneração são menosprezados! A Tropa de Portugal nos hé applicada como sentinela! O Regim.^{to} de

Artr.^a de Linha se vai evaporando! Nossas Armas não são rezervadas p.^a defender a Constituição; mas já caminharão asustentar o governo do Tirano Luis do Rego; e procederão vilm.^{te} contra nossos Irmãos, e Vizinhos Pernambucanos! Elle nos deve olhar como Soldados indignos de tal nome! As nossas Armas se fizeram funestas asy mesmo, e a um Povo briôzo q. as mantem! Quanto hé pungente meus camaradas aconçideração de Havermos Sacrificado atantos concidadãos Benemeritos...? Hé mizeria a condição dos infames Bachás...; porem mais desgraça hé anossa em sofre-los! Olhay valentes sold.^{os}, q. quasi todos os nossos Irmãos: os da 2.^a linha observão nossa conducta! Varoens virtuosos nos devem reger! Viva a Constituição q. fazem Cortes em Lisboa; mas decaião os nossos satelites do Dispotismo!!!».

O dia 3 de Novembro de 1821 amanheceu risonho e prometedor. O Sol despido das alvas cambraias do dilúculo avançava soberano pela abóbada celeste como anunciador de uma restauração na vida escravizada da Província da Baía.

Eram 11 horas da manhã, quando um grande magote de povo, levando à frente o Juiz de Fora, Presidente da Câmara, se dirigiu à Praça do Palácio e entrando na sala do docel do palácio do Govêrno, intimou o Presidente da Junta Provisional a demitir-se e bem assim os seus membros, visto *ser vontade de todo o Povo da Província em péso*.

O Presidente respondeu que não conhecia autoridade alguma legítima para depor o Govêrno, no entanto, se o exército e o povo amotinados quisessem eleger nova junta, a actual cederia o lugar para evitar derramamento de sangue.

Mas êle dizia isto não por medo, nem para conciliar ânios exaltados, mas porque, por portas travessas, havia expedido ordens à Legião Constitucional Lusitana, aos esquadrões de cavalaria e à companhia de artilheiros para acor-

rerem e dentro em pouco as tropas fiéis acampavam na Praça do Palácio aos gritos de viva a Religião, viva D. João VI, vivam as Soberanas Côrtes, e afirmavam ao presidente da junta a confirmação da sua autoridade e que estavam ali para a defenderem. Entrementes os Governadores (excepto o Deão Governador do Bispado, que estava de cama com um ataque de reumatismo) apareceram na varanda do Palácio e aclamados pelas tropas mostravam aos revolucionários que tinha sido gorado êsse movimento. Uns fugiram pelos saguões do edifício, pelas congostas da cidade, mas alguns chefes ficaram, dando-se à prisão, tanto mais que, nesse momento, apareceu na Praça o Capitão da «Galera Conceição», Filipe Vieira dos Santos comandando cem marujos armados de espingardas, chuços e espadas, e à vista destes mantenedores da Soberania Provincial, tudo estarreceu.

Segundo a representação da Junta⁽¹⁾, enviada às Côrtes, e dando conta do acontecimento, o movimento tinha sido composto de descontentes, de despeitados e de indeferidos nas suas pretensões:

— José Egídio de Barbuda Gordilho queria o comando das milícias da Baía a-pesar-de ter sido nomeado pelo Príncipe Regente, Coronel do Estado Maior. Queria para um dos seus filhos de *menor idade* (?) o sôlido de capitão adido ao Estado Maior, mercê concedida também por aquele Príncipe (?).

— Felisberto Gomes Caldeira queria que o seu primo marechal Felisberto Caldeira Brant fôsse do agrado completo da Junta e como não era, e por que esta havia mandado cumprir várias sentenças da Casa da Suplicação con-

⁽¹⁾ Esta representação está incluída no processo da devassa mandada organizar pela Junta Provincial e que depois foi remetida para o Govêrno de Lisboa que a mandou julgar pelos desembargadores da Casa da Suplicação. O processo está no *Arquivo dos Feitos Findos*, na pasta 359 — *Brazil* —.

tra aquele Marechal sôbre a posse de um engenho de açúcar, cujos rendimentos êle havia espoliado, manifestava assim o seu desgosto;

— António Maria da Silva Tôrres, ajudante de ordens do ex-Governador Conde de Palma, queria ter aquele cargo junto da Junta, depois de ter desertado.

— João António Maria, ajudante da Legião de Caçadores, queria que lhe dessem sôldo e lhe contassem o tempo, estando quási sempre fora do serviço. Além disso foi tourear mediante paga, a um corro público, sendo censurado pelo facto. Queria também ser sargento-mór daquele Corpo.

— Salvador Pereira da Costa, furioso, porque a Junta não nomeou o genro, coronel Bento da França Pinto de Oliveira, Inspector da arma de Cavalaria das Tropas Ligeiras, logar que o pai dêste o Marechal Luís Paulino de Oliveira Pinto da França havia exercido.

— José Elói Pessoa, capitão de artilharia, formado pela Universidade de Coimbra à custa da Província da Baía, com antigüidade de Sargento-Mór agregado, queria ser Tenente-coronel de artilharia, preterindo o Major efectivo Bernardino Álvares de Araujo, que além de ser Lente da cadeira de Geometria, era o mais antigo, o mais apto, o mais inteligente official daquele regimento.

— José António da Fonseca Machado, Capitão de Caçadores, irmão do Brigadeiro Luís António da Fonseca Machado, ex-Governador de Sergipe de El-Rei, que havia atraído a Causa Constitucional não acedendo ao convite que da Baía lhe haviam feito e obedecendo a irreflectidos impulsos abandonara a capitania recém-criada entregando-a a Carlos César Burlamaque. Aquele Brigadeiro enviado para Alagôas, recebêra ordens para atacar a Baía como *Baluarte da Constituição no Brasil*. José António metera-se no movimento, caso vencesse, para salvar o irmão.

— José Gabriel da Silva Daltaro, Major de Caçadores, queria a alforria de uma mulata que *com elle tinha comércio ilícito, violentando para este fim a senhora, cujo direito de propriedade devia ser respeitado* e como a Junta não concedia a alforria elle havia jurado vingar-se.

— João Francisco de Oliveira, ex-sota patrão da Ribeira, antigo marujo, possuidor de uma fortuna de cem mil cruzados em vinte e oito propriedades urbanas, era na Repartição do Arsenal um dos maiores ladrões! Por causa de uma amarra pertencente à Fazenda Pública, que elle vendeu por sua conta, foi prêso e condenado em cinco anos de degrêdo, pena que remiu a dinheiro de contado. Quis ser reintegrado no lugar, mas foi-lhe indeferido.

— João Carneiro do Rêgo, queria a patente de Capitão-mór da Vila de Santo António da Jacobina, já conferida a outrem, para seu irmão José Baptista Carneiro.

Além destes foram também presos Francisco Rodrigues Gomes de Sousa, Tenente de artilharia montada, Francisco José da Silva Castro, secretário do 1.º regimento de milícias, Luís António da Silva Horta, Capitão de cavalaria, Filipe Justiniano Costa Ferreira, Capitão de milícias, João de Sousa Neto, Secretário da Inspecção de Milícias, José Soares, feitor da Alfândega, — meros comparsas arrastados com promessas loucas.

Recolhidos às prisões do Barbalho e de Santo António da Barra e depois remetidos ao reino a bordo da Fragata Príncipe D. Pedro deram entrada no castelo de S. Jorge de Lisboa, enquanto na Baía se procedia ainda à prisão de Manuel Marques Cardoso, ajudante de cavalaria da Legião de caçadores, Herculano José Pereira Lisboa, 2.º tenente de artilharia montada, Inácio de Matos Teles de Menezes, cadete, José Francisco de Pinho, alferes, Francisco da Costa Branco, major, que foram depois remetidos a bordo da Galera Conceição.

De todos os chefes os que puderam escapulir-se fôram João Primo, João Pedreira do Couto, Faustino Fernandes e o Doutor José Avelino Barbosa.

Os presos dirigiram às Côrtes uma representação em termos veementes, arrebatados, patrióticos, dizendo-se *Pro-bos e Honrados*, vítimas de perseguições e de ódios e pedindo justiça.

E como a Junta havia pôsto a claro as suas más qualidades e as razões pelas quais eles se haviam revoltado, como despeitados nas suas pretensões, defendiam-se também com virulentas acusações aos membros do Govêrno, que fizera da Província da Baía uma crápula de impudência:

— Luis Manuel de Moura Cabral, presidente. Antigo Intendente do ouro do Brasil, atribiliário e deshonesto. Investiu-se após a eleição no lugar de Desembargador da Relação da Baía, sem nomeação real, nem cartas que lhe dessem habilitações.

— Paulo José de Melo de Azevedo e Brito, vice-presidente, devasso e estroina, herdeiro de uma imensa fortuna legada por seus pais, e que êle dilapidou sem dó nem consciência.

— Francisco de Paula de Oliveira, vogal pelo exército, que de tenente-coronel passou a coronel da Legião de Caçadores, por sua proposta e aprovação, saqueador da Câmara de Sergipe de El-Rei e covarde nos movimentos de Pernambuco.

— Francisco José Pereira, vogal pelo comércio, tenente-coronel, *estúpido* oficial destacado. Sem a qualidade de nato da Baía, prepotente em façanhas praticadas em Almeida. Obtinha a seu pedido e por intermédio de sua mulher, empregos públicos e postos militares, — o que lhe rendia *pingues gratificações por parte dos favorecidos*.

— Francisco António Filgueiras, vogal pelo comércio, extremo debochado, mendigando com baixeza o directório

da Companhia de Seguros Conceito Público e o lugar de membro da mesa da Inspeção para ter alguma coisa para comer. Elevou o filho de uma meretriz, sobrinho de sua mulher, a voluntário da marinha.

— José António Rodrigues Viana, vogal pelo comércio, comprador de toda a cargação boa e má da Fragata Príncipe D. Pedro, vendendo-a com um lucro de 60%, com dolo e refalsada má-fé;

Estes eram os crapulosos, porque os únicos honestos o Brigadeiro Manuel Pedro de Freitas Guimarães, vogal pelo povo, o Homem valente, o militar incorrupto que havia exposto a vida a mortíferas balas para o triunfo do movimento, foi declarado *demente* por uma Portaria; o Desembargador José Caetano de Paiva Pereira, secretário, desapareceu não se sabe como e o outro secretário José Lino Coutinho foi nomeado deputado às Côrtes. ¿E estes três foram substituídos? Não. *Porque em todas as instituições políticas quanto menos membros há, mais fáceis são o suborno, a arbitrariedade e o despotismo!...*

Livres de oposição, singrando a pleno vento em um oceano de veniagens de extorsões, de impudências, os da Junta praticaram tudo o que lhes veio à cabeça: porque a mulher do coronel Inácio Luís Madeira odiava uma viúva, obrigaram esta a despejar a casa em que morava, contra a vontade do senhorio; criaram duas secretarias de Governo com inúmeros empregados e quantiosos ordenados; reformaram militares, compraram munições escusadas, fizeram promoções fora do tempo e requisitaram à metrópole contingentes de tropas sem necessidade real e efectiva; anularam por Portaria os feriados oficiais e eclesiásticos; infringiram penas aos advogados que não entregassem certos processos; mandaram que o gado achado em campo de lavoura pudesse ser morto sem indemnização; mandaram por edital que os escravos encontrados sem bilhete de residência, depois das nove horas da

noite, fôsem açoitados; decidiram por seu livre arbítrio várias questões pendentes do Poder Judicial, mandando entregar propriedades aos seus apaniguados; promoveram oficiais agregados a Capitães-mores, regalia atinente aos municípios; protegeram a subida dos géneros para consumo, dando, entre outros monopólios, o da carne ao tenente-coronel Paula e Oliveira, (vogal pelo exército) *de Sociedade com a parda Maria Francisca, com o seu antigo soldado de ordens o Cigano e com o famoso bandido Eusébio*; absolveram os empregados alfandegários, ladrões dos direitos pautais, no despacho de fazendas estrangeiras; protegeram o contrabando da escravatura a bordo do Bergantim Caridade em que era interessado um amigo íntimo e credor de José António Rodrigues Viana, vogal pelo comércio; mandavam que o procurador da Câmara fizesse *abaúlados* ⁽¹⁾ nas ruas e travessas onde moravam alguns dos Governadores com grave dispêndio dos dinheiros da Câmara e em prejuízo de outras obras mais necessárias, e por último permitiram que na sala do docel do Palácio do Govêrno se estabelecesse uma tavola-gem escandalosa com cenas de deboche e de bebedeira, a ponto de não haver quem desse o Santo e a Senha para as Guardas e sofrendo que o povo *apinhado na praça, bradasse em altas vozes: — ¡mais carne, mais farinha e menos função!...*

(1) Dos três dicionários portugueses Figueiredo, Aulete e Moraes, só êste traz o têrmo *abaúlado* como adjectivo, e diz: *da feição das costas dos baús, com volta de meia laranja: v. g. estradas abaúladas.*

Não calculamos, à primeira vista, qual fôsse a utilidade dêste processo na construção das ruas ou na facilidade da viação. O que parece é que êle representava um favoritismo para os Governadores — e por êsse facto eram censurados.

*

As Côrtes gerais e extraordinárias da Nação Portuguesa que só queriam a paz e a harmonia entre todos os portugueses de àquem e de além mar, em sua sessão de 29 de Abril de 1822, concedeu ampla anistia aos signatários desta representação, detidos no Castelo de S. Jorge de Lisboa.

JOÃO JARDIM DE VILHENA.

OS HOMENS⁽¹⁾

(CARTÓGRAFOS PORTUGUESES DO SÉCULO XVI)

Antes de fazermos a crítica desta série de documentos tão importantes para o estudo da discutida personalidade de Lopo Homem, é conveniente referir os quatro trabalhos conhecidos dêste cartógrafo, três dos quais assinados e dois dêstes datados.

Planisfério de 1519. — É um pergaminho iluminado, com 580 × 415 mm., que contém dentro dum rectângulo um mapa-mundi circular, com 328 mm. de diâmetro.

Nos cantos dêsse rectângulo, quatro cabeças sopram os ventos; à direita está representado o Sol e à esquerda a Lua; no planisfério vê-se a Europa, a África, a Ásia, o Brasil («MVNDVS NOVVS BRASIL») e parte das Antilhas; todos estes continentes estão situados muito ao norte, e a porção austral do Planisfério é preenchida por um fantástico continente, com a designação de «MVNDVS NOVVS», que liga o Brasil à Ásia; outras porções de continente(?), da parte ocidental do Atlântico Norte, estão também ligadas com o norte da Europa e da Ásia. No extremo direito do Planisfério, depois das penínsulas indiana e de Malaca, vê-se um grande gôlfo que recorda o «Sinus magnus» de Ptolomeu ou o «magnus golfus chinarum maris», de uma das cartas do Atlas Miller, de Jorge Reinol e elaborado aproxi-

(¹) Cont. do vol. 83.º, pág. 580.

madamente na mesma época, talvez três ou quatro anos antes.

Só os continentes e os mares estão designados com grandes letras; sobre o continente europeu, além da palavra «OVROPA», a tóda a extensão, apenas, sobre a Península Ibérica tem escrito «ISPHANIA». Por fora dos quatro lados do rectângulo, vêem-se quatro dísticos em que mal se distinguem ainda umas palavras que não conseguimos decifrar, a-pesar-de possuírmos uma excelente reprodução fotográfica, em tamanho natural, que obtivemos graças à amável intervenção do ilustre Director da Biblioteca da Sociedade de Geografia de Londres, Mr. Edward Heawood.

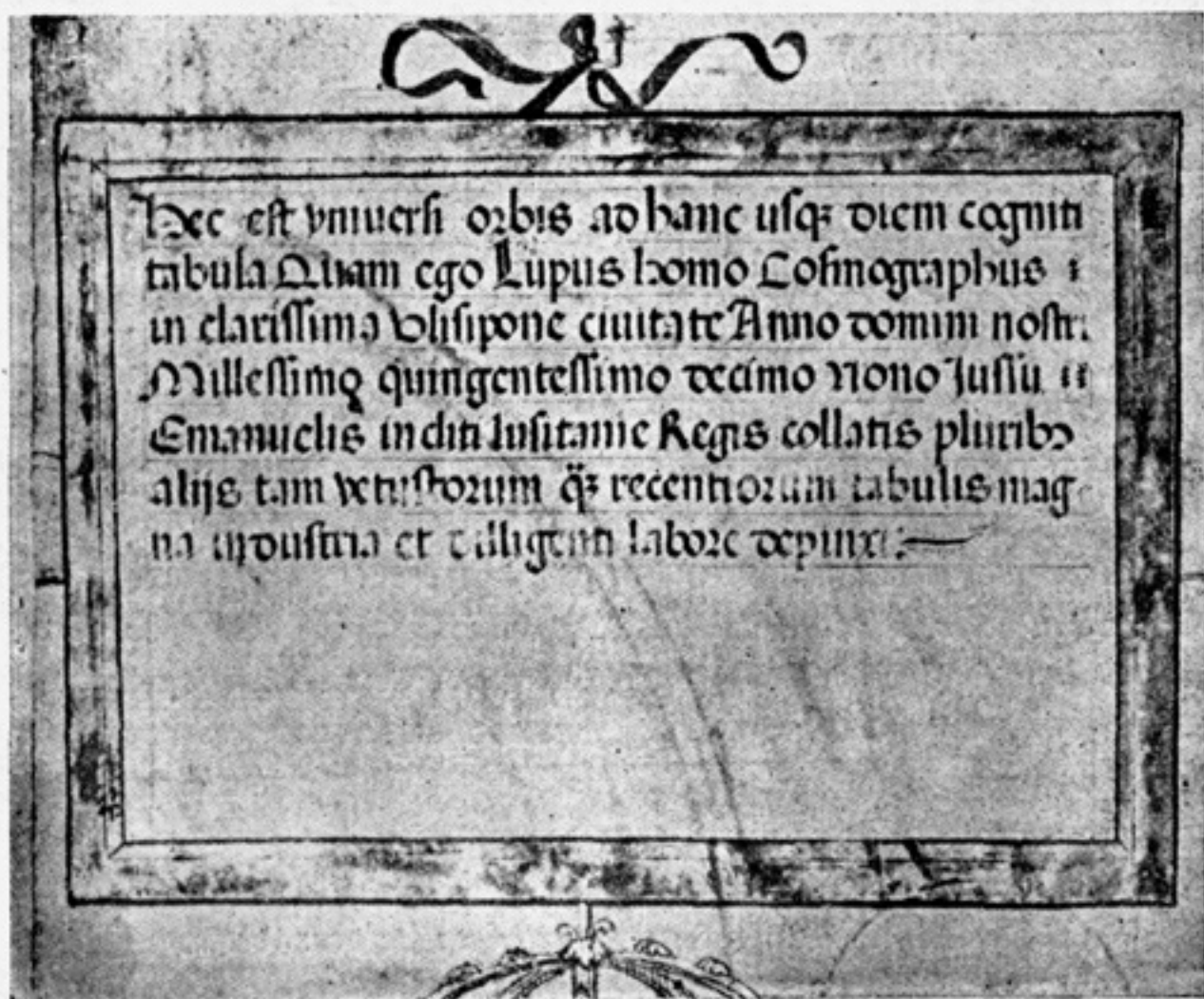
Segundo a descrição dêste autor, os continentes são pintados de verde claro, os montes de verde escuro, as ilhas de vermelho, e os mares de azul, excepto o Mar Vermelho que está pintado da côr que o seu nome indica.

No verso tem desenhadas as armas reais da França, usadas pela rainha Catarina de Medicis, mulher de Henrique II, com quem casou em 1533 e a quem parece ter pertencido (Heawood); por cima destas armas, a seguinte legenda:

«Hec est vniuersi orbis ad hanc usqz diem cogniti tabula Quam ego Lupus homo Cosmographus in clarissima Olisipone ciuitate Anno domini nostri Millessimo quingentessimo decimo nono Jussu Emanuelis incliti lusitanie Regis collatis pluribs alijs tam vetustorum qz recentiorum tabulis magna industria et dilligenti labore depinxi: —» cuja tradução diz: «Este é o mapa de todo o mundo conhecido até hoje, o qual eu Lopo Homem, cosmógrafo, comparando muitos outros tanto antigos como mais modernos, debuxei com grande aplicação e diligente trabalho na ilustre cidade de Lisboa, no ano do nosso senhor de 1519 por ordem de D. Manuel, inclito Rei de Portugal».

É curiosa a relação que existe entre uma passagem, já

famosa, do *Esmeraldo de situ orbis* e este Planisfério de Lopo Homem. Depois de no segundo capítulo do livro primeiro, intitulado «Da cantidade e grandeza da Terra e d'augua, qual d'estas he a mayor parte», procurar pôr de acôrdo os



Legenda no verso do Planisfério, de Lopo Homem, de 1519

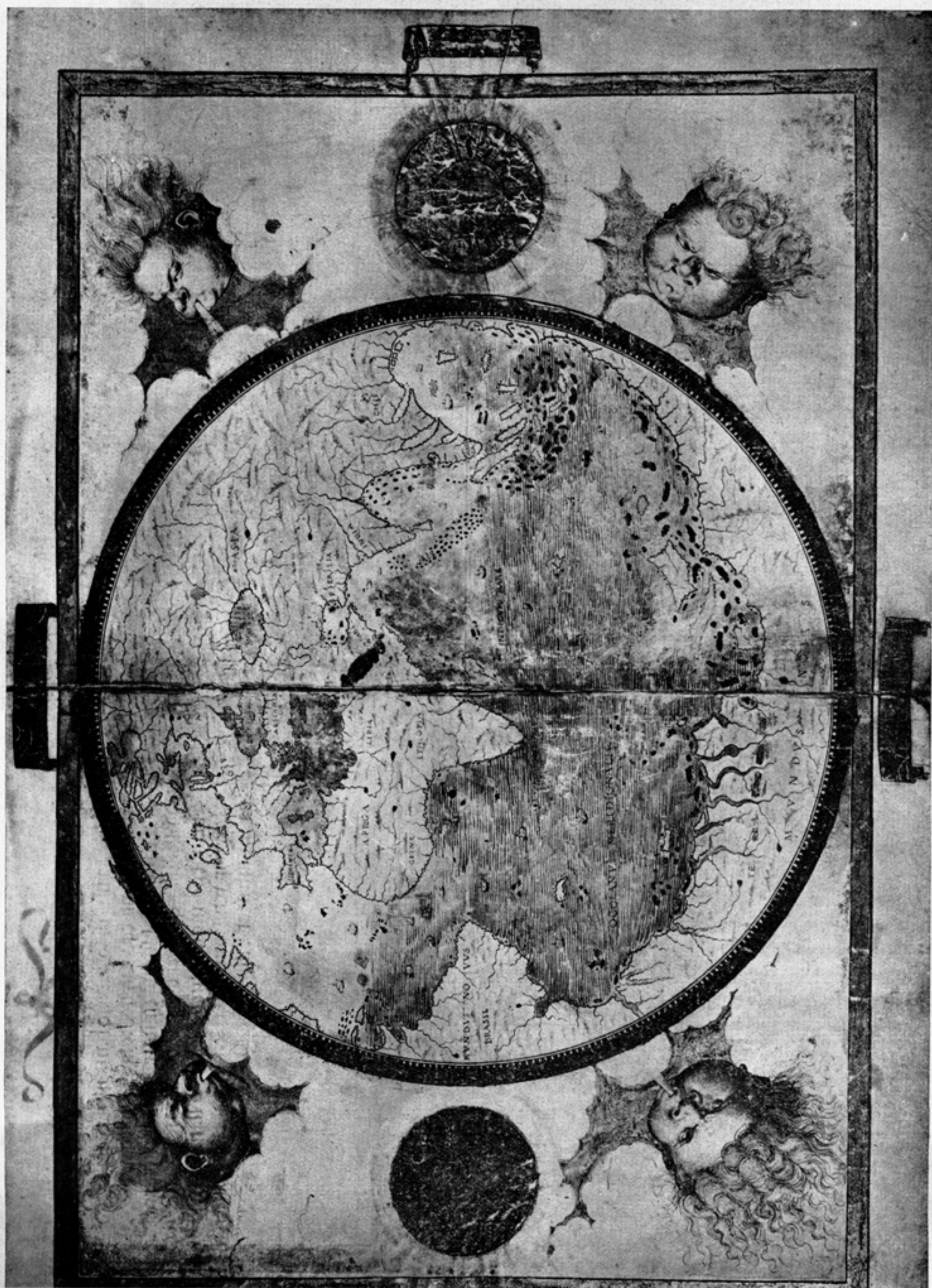
recentes conhecimentos geográficos de então com o que diziam os livros sagrados, escreve Duarte Pacheco:

«E alem do que dito he, ha experiencia, que he madre das cousas, nos desengana e de toda a duuida nos tira; e por tanto, bemaumenturado Principe, temos sabido e visco como no terceiro anno de vosso Reinado do hanno de nosso senhor de mil quatrocentos e noventa e oito, donde nos vossa alteza mandou descobrir ha parte oucidental, passando alem ha grandeza do mar oceano, onde he hachada e navegada hũa tam grande terra firme, com muitas e grandes ilhas ajacentes a ella, que se estende a satenta graaos de ladeza da linha equinoçial contra ho pollo artico e posto que seja asaz fóra, he grandemente pouorada, e do mesmo

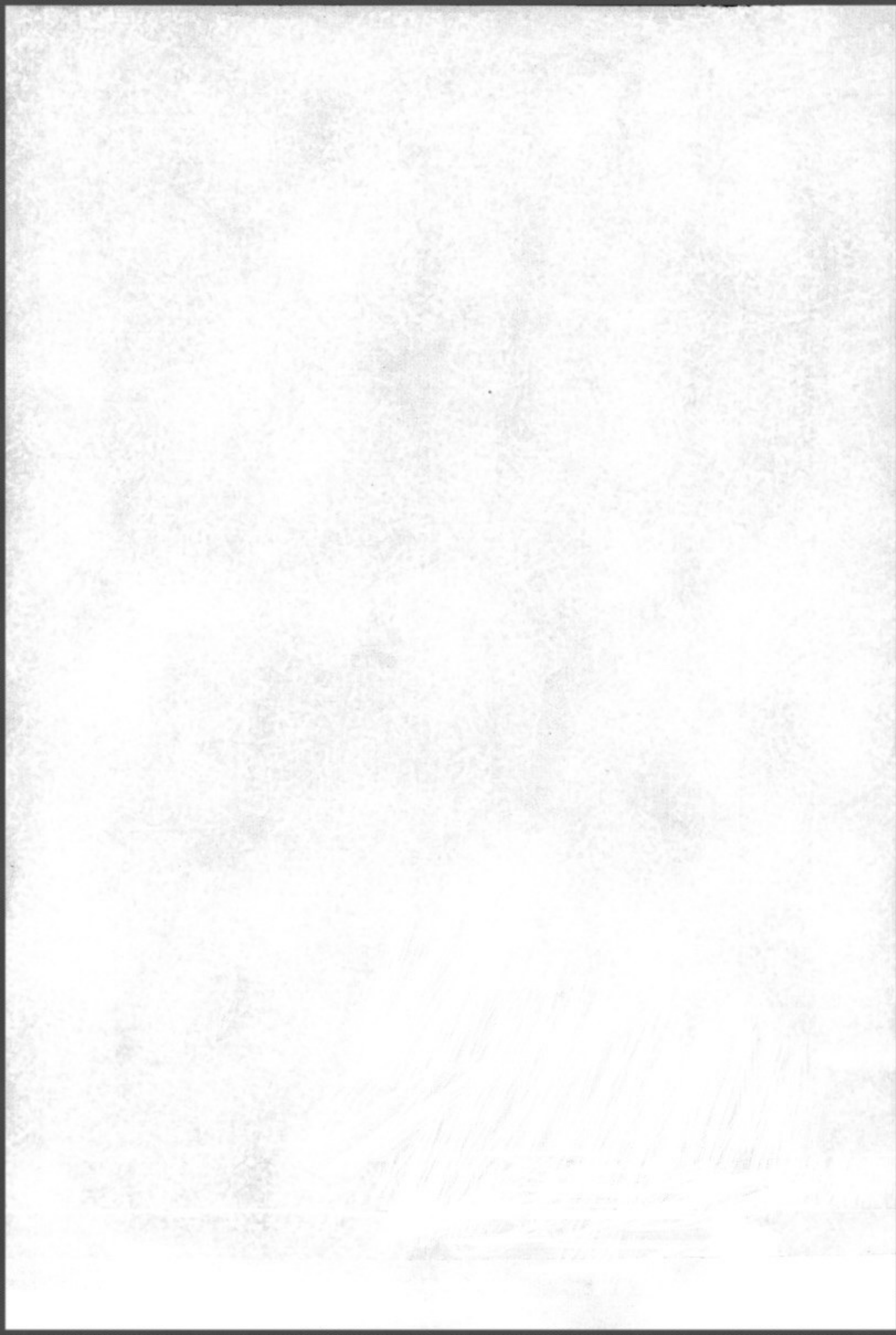
circulo equinocial torna outra vez e vay alem em vinte e oito graaos e meo de ladeza contra ho pollo antartico, e tanto se dilata sua grandeza e corre com muita longura, que de hũa parte nem da outra nam foy visto nem sabido ho fim e cabo della; pello qual segundo ha hordem que leua, he certo que vay em cercoyto por toda a Redondeza; asim que temos sabido que das prayas e costa do mar d'estes Reynos de Portugal e do promontorio de Finis-Terra e de qualquer outro lugar da Europa e d'Africa e d'Asia hatravesando alem todo ho oceano directamente ha oucidente, ou ha loest segundo hordem de marinharia, por trinta e seis graaos de longura, que seram seiscentos e quarenta e oyto leguoas de caminho, contando ha dezoyto leguoas por graao, e ha luguares algum tanto mais longe, he hachada esta terra nam naueguada pellos nauios de vossa alteza e, por vosso mandado e liçença, os dos vossos vassalos e naturaes; e hindo por esta costa sobredita, do mesmo circulo equinocial em diante, per vinte e oyto graaos de ladeza contra o pollo antartico he achado nella munto e fino brasil com outras muitas cousas de que os nauios nestes Reynos vem grandemente carregados; e primeiro muitos annos que esta costa fose sabida nem descuberta, disse Vicente istorial no seu primeiro livro que se chama «Espelho das estorias» no capitulo cento e satenta e sete: «Alem das tres partes do orbe ha quarta parte he alem do mar oceano interior em ho meo dia em cujos termos os antipodes dizem que abitam»; ora como asim seja que esta terra d'aleem he tam grande e d'esta parte d'aquem temos Europa, Africa e Asia, manifesto he que o mar oceano he metido no meo d'estas duas terras e fica medio-terrano; pello qual podemos dizer que ho mar oceano nam cerca ha terra como os philosophos disseram, mas antes as terra deue cercar o mar, pois jaz dentro na sua comcauidade e centro; pello qual comcrudo que o mar oceano nam he outra cousa senam hũa muito grande halaguoas metida dentro na comcauidade da terra, e ha mesma terra e ho mar, ambos juntamente, fazem hũa Redondeza, de cujo meo saem muitos braços que entram pella terra, que medios-terrano sam chamados, e que isto creamos por verdade» (1).

(1) *Esmeraldo*, págs. 23-24.

Esta passagem acima transcrita da obra imortal do grande Duarte Pacheco, além do que de interessante apresenta para o nosso caso especial do Planisfério feito por Lopo Homem em 1519, é notável pela referência que faz a uma expedição em 1498 enviada por D. Manuel ao continente americano. Autores com a categoria do Prof. Luciano Pe-



PLANISFÉRIO DE LOPO HOMEM, DE 1519



O Planisfério de 1519, de Lopo Homem, feito ainda antes da viagem de Magalhães, corresponde perfeitamente à concepção de Duarte Pacheco, em que «o mar oceano não é outra coisa senão uma muito grande alagoa metida na concavidade da terra, e a mesma terra e o mar, ambos juntamente fazem uma redondeza, de cujo meio saem muitos braços que entram pela terra». Na verdade, no Planisfério a terra vai ininterruptamente «em circuito por toda a redondeza», ficando o oceano no meio, de tal modo que é de supor que este monumento cartográfico tenha sido inspirado no mapa-mundi que segundo a própria declaração de Duarte Pacheco estava pintado no original, hoje infelizmente perdido, do *Esmeraldo* ⁽¹⁾.

Ao contrário do que julga o Prof. Caraci ⁽²⁾, que se um cartógrafo oficial como Lopo Homem em 1519 se atrevesse a representar o orbe ligando a América austral e a Ásia por um continente seria até degredado, essa representação

reira da Silva e Dr. Jaime Cortesão, e alguns estrangeiros, admitem que essa expedição foi feita pelo próprio Duarte Pacheco ao Brasil, que assim teria descoberto dois anos antes de Cabral.

Porem, um americanista eminente, o Prof. Duarte Leite, no seu recente livro *Descobridores do Brasil*, dedica o primeiro capítulo, sob o título de «Duarte Pacheco e o Brasil», a demonstrar, com o seu conhecido saber e razão crítica, a persuasão em que está de que a viagem de Pacheco se realizou sim, mas apenas ao continente norte-americano.

Este seu valioso e erudito estudo, termina por estas palavras: «persuado-me pois de que Pacheco nem descobriu o Brasil em 1498, nem assistiu dois anos depois à sua descoberta por Álvares Cabral». (pág. 27).

A nosso ver, do texto em questão pode deduzir-se que na sua expedição Duarte Pacheco visitou não só parte do litoral norte-americano, como também da América meridional, para o sul do equador.

(1) *Esmeraldo*, pág. 143, Ed. Epifânio.

(2) *Di una carta falsificata...*, in-*Rivista Geografica Italiana*, 1930, págs. 77-78.

em 1519, antes da viagem de Magalhães, era perfeitamente admitida.

Esta é mais uma prova de que o Planisfério de Londres de modo algum constitui uma falsificação, pois corresponde exactamente à concepção dum dos maiores cosmógrafos de então, o qual devia estar em contacto com Lopo Homem, quanto mais não fôsse pelas funções oficiais que êste desempenhava.

Êste Planisfério foi há anos comprado em Itália por um inglês chamado Morrisson, cujo filho felizmente dêle se desfez em 1930. E dizemos felizmente, porque sem isso é provável que se continuasse a ignorar a sua existência. Foi assim que êste monumento cartográfico apareceu anunciado no catálogo dum leilão realizado em Londres em 5 de Maio de 1930⁽¹⁾.

Pouco depois, num artigo intitulado *Di una carta falsificata attribuita a Lopo Homem*, publicado no fascículo de Maio-Junho da *Rivista Geografica Italiana*, o Prof. Giuseppe Caraci, de Milão, ocupa-se desenvolvidamente dêste planisfério. Em Agosto dêsse mesmo ano, sob o título *An undescribed Map of Lopo Homem, 1519*, independentemente daquelle, aparece na revista da Sociedade de Geografia de Londres, *The Geographical Journal*, assinado com as iniciais de Edward Heawood, um pequeno artigo que, com o anterior, tornam o documento conhecido do mundo científico.

Em vista dêste, publica G. Caraci, na *Rivista Geografica Italiana* de Julho-Dezembro de 1930, novo artigo *Ancora*

(1) *Catalogue of valuable printed books and a few manuscripts which will be sold by auction by Messrs. Sotheby & Co, on Monday the 5th of May 1930.* London. Diz Caraci (*Ipotesi, fantasie e dati di fatto, intorno ai cartografi Homem*, pág. 11) que êste planisfério está no Museu Britânico — «ora compreso fra i manoscritti della Cottoniana». Sabemos porém que êle foi adquirido por um particular que ainda o conserva em seu poder, de resto sem carácter definitivo.

del falso Homem, a que Heawood responde com um outro intitulado *Lopo Homem's map of 1519*, no número de Março de 1931 de *The Geographical Journal*, voltando ainda Caraci, na *Rivista Geografica Italiana* de Maio-Agosto de 1931, a responder com novo artigo *Sempre a proposito di Lopo e di Andrea Homem*, assim como na revista *Bibliofilia* de 1931 (ano XXXIII, Dispensa 1.^a), num artigo em que, por assim dizer, reúne toda a sua argumentação, intitulado *Ipotesi, fantasie e dati di fatto intorno ai cartografi Homem*. Finalmente o Prof. Sebastiano Crinó, de Florença, publica há pouco, em suplemento da *Rivista Marittima*, de Roma, um estudo em que com certo desenvolvimento trata do assunto ⁽¹⁾, defendendo aproximadamente os mesmos pontos de vista que Ed. Heawood.

Caraci que possivelmente teria visto o original em Itália já há alguns anos ⁽²⁾, diz: «nessun dubbio che questo preteso cimelio portoghese altro non sià se non una grossolana falsificazioni moderna». As razões que apresenta são a diferença de técnica entre esta e as outras duas Cartas conhecidas de Lopo Homem, o facto de uma destas ser datada de 1554 e a análise da legenda no verso do Planisfério de 1519 invocar uma data que briga com aquela. Responde Heawood que o simples facto de o Planisfério agora des-

⁽¹⁾ *Le Carte da Navigare conservate nel Museo degli Strumenti Antichi di Firenze e la Carta di Lopo Homem posseduta dal Duca Salviati di Migliarino (Pisa)*. «Supplemento al fascicolo della *Rivista Marittima*. Marzo 1932». Esta é a parte II dum estudo do Prof. S. Crinó, intitulado *Portolani Manoscritti e Carta da Navigare compilati per la Marina Medicea*. A Parte I, *Portolani di Bernardo Baroncelli*, foi publicada no «Supplemento al fascicolo di Settembre 1931», daquela *Rivista*.

⁽²⁾ «Nel caso specifico, ricordo perfettamente di aver messo in guardia, qualche anno fa, il proprietario, inglese, di una carta come questa — le rassomiglia tanto che potrebbe fino essere la stessa! —: ne sa nulla il signor Morrisson? *Di una carta falsificata...* in *Rivista Geografica Italiana*, pag. 80.

coberto diferir dos trabalhos do mesmo cartógrafo já anteriormente conhecidos, deve considerar-se antes uma prova da sua autenticidade; que o pergaminho e o desenho têm tôdas as características da sua antigüidade e que a legenda teria sido escrita posteriormente, talvez por um descendente de Lopo Homem (Crinó).

«Como credere che Lopo — dopo aver dimostrato di conoscere così bene il latino come abbiamo visto nello sproloquio apposto sul verso della pergamena — potesse scrivere «Isphania»?», pergunta ainda Caraci⁽¹⁾; e como ter escrito essa palavra sobre a Península Ibérica, sendo êle funcionário do Rei de Portugal⁽²⁾?

O Planisfério foi um dos primeiros trabalhos de Lopo Homem e êle escreveu «Isphania» pela mesma razão que escreveu «Ouropa». Poder-se-ia até explicar por um lapso do cartógrafo, pondo em quarto lugar o «h» que devia ser a primeira letra. Pois não se enganou êle também, e de maneira mais grave, no Planisfério de 1554, existente em Florença, escrevendo sobre a América do Norte «Zona frígida ex parte polli *antartici*» (*sic*), quando escreveu designações do mesmo género, mas correctamente, no norte da Ásia e no sul da América do Sul?

Aquela palavra, com o mesmo sentido, encontra-se frequentemente, entre outros escritores portugueses, num dos mais autorizados da época, Duarte Pacheco, que repetidamente diz: «esta nossa pátria d'Espanha», ou expressão equivalente⁽³⁾. Nesse tempo não havia Espanha, nação, como hoje; chamava-se Espanha ao conjunto de reinos, Portugal, Castela, Aragão, etc., em que estava dividida a Península Ibérica.

(1) *Di una carta falsificata...*, pág. 70.

(2) *Ipotesi, fantasie e dati di fatto...*, pág. 15.

(3) *Esmeraldo*, págs. 43, 78, 96, 113, 119.

A nossa impressão é que o Planisfério, anos depois de feito, teria sido aproveitado para abrir um Atlas ou um Códice⁽¹⁾, tendo-lhe o cartógrafo acrescentado a legenda; esta foi desenhada na metade da direita do verso do pergaminho, ficando assim na primeira página uma vez que êle fôsse dobrado com o verso para fora. E que êle esteve sempre ou quasi sempre dobrado, não resta a menor dúvida pelos claros vestígios dessa dobra que o desenho mostra. Mais tarde teria sido separado do Atlas. A hipótese de que o Planisfério abria originalmente um Atlas, que de resto podia estar incluído num Códice, como sucede por exemplo com o Atlas de Vaz Dourado (Duque de Palmela) ou o de Francisco Rodrigues (Biblioteca de Paris), é fortemente abonada com o que diz o próprio Lopo Homem na legenda: «que êste é o mapa (*tabula*) de todo o mundo conhecido, desenhado com grande aplicação e deligente trabalho, comparando muitos outros mapas, tanto antigos como mais modernos». De-certo não foi o desenho, aliás pouco cuidado, dêste Planisfério que exigiu tanto trabalho deligente e aplicação; a *tabula* a que o cartógrafo se refere devia ser antes um Atlas de várias fôlhas, em que estava representado o mundo até então conhecido.

Embora não seja argumento decisivo, é curioso notar que a letra desta legenda é perfeitamente semelhante à que se vê nas legendas das Cartas de Lopo Homem, de Pisa e de Lisboa, feitas posteriormente, sobretudo nas palavras «Partes de Africa» e na assinatura daquela. Isto mostraria que a legenda foi na verdade escrita anos depois do Planis-

(1) «The map is not of the portulan-map type, but is obviously designed from the first to be bound in a book, i. e. to form part of an atlas. This is apparent not only from its general appearance but most clearly from the way the inscription is placed». Heawood, *Lopo Homem's map of 1519*, *Geogr. Journ.* pág. 254.

fério desenhado, provavelmente quando da conclusão do Atlas.

Quanto às armas que se vêem desenhadas por baixo da legenda e que eram as usadas por Catarina de Medicis quando viúva, depois de 1559, embora se saiba que Lopo Homem ainda vivia em 1565, não sendo por conseguinte impossível que da sua mão tivesse saído êsse desenho, é perfeitamente de aceitar a hipótese de Ed. Heawood: «If, as is asserted, the map was made by the King's order, it is not unnatural to suppose that it was sent by him to some French royal personage, and that the Queen's arms were added after it came into her possession. This would be merely on a par with the stamping of an owner's arms on the bindings of his books» (1).

Mas como uma «falsificação moderna», se, conforme diz Heawood e nós podemos depreender da excelente reprodução fotográfica que possuímos, tanto o desenho do mapa como o da legenda apresentam os mais evidentes sinais da sua secular antigüidade?

Para explicar o grande espaço que medeia entre as cartas de 1519 e a de 1554, diz Heawood, no que é seguido por Crinó, que não teria havido só um Lopo Homem, mas sim dois cartógrafos com o mesmo nome, chamando Crinó, «Senior» ao que fez aquele Planisfério e «Junior» ao que fez êste.

Assim como não há razão para duvidar da autenticidade do monumento de 1519, cuja feitura diferente do de 1554 mostra apenas que a técnica do cartógrafo evolucioneou, também se não pode sustentar, como adiante veremos, esta hipótese dos dois cartógrafos Lopo Homem, «Senior» e «Junior».

Planisfério de 1554. — Consta de oito fôlhas de perga-

(1) *Lopo Homem's Map of 1519*, pág. 252.

minho iluminadas as quais postas lado a lado formam um rectângulo com $1,49 \times 2,30$ m., mostrando o mundo então conhecido. O noroeste da América do Norte, o sudoeste da América do Sul, assim como o sul, centro e norte do Pacífico, não vêm desenhados.

No canto inferior direito, a seguinte legenda: «Lopo homẽ cosmographo caualeiro fidalgo delrei nosso snõr me fêz ẽ lixboa Era de. 1554 Annos:—»

Todo o Planisfério tem os continentes orlados de numerosa nomenclatura, abundando ainda as legendas em grandes caracteres: sôbre o continente africano, lê se, a noroeste, «Barbaria», «Africa» e «Regnũ guine»; ao sul, «Bonasper»; a nordeste, «Opreste»; Madagascar tem a designação de «Insula diui laurentis»; ao sul do continente africano, «Mare bonæ spei», e em frente da Libéria, «Mare æthiopiæ». Sôbre a América do Norte, «Zona frigida ex parte polli antarctici» (*sic*), «Zona temperata septentrionalis», «Quarta pars mūdi»; sôbre a região do Lavrador, «Terra noua lusitaniæ». Na América do Sul, «Peru:—», «Mūds nouus», «Terra argētea»; a sudoeste, «Mare Inuentum per magalhães». Sôbre a Ásia, «Asia mgna», «Zona frigida ex parte poliarctici», «Zona tēperata septētrionalis», «India extragãgẽ fluuiũ (China do Norte), «India itragãgẽ», «Sina regio». (China do Sul), «Arabia deserta. Perfidis», «Arabia felix»; no sítio em que devia estar o Japão, um amontoado indefenido e fantástico de ilhas com a designação geral de «Os lequios»; «Noua guine. p.», «Mare chinorum», «Mare gāgeticum», etc. O Índico, é o «Mare magnũ indicũ»; no Atlântico, lê-se do Norte para o sul «Mare gallium», «Mare hispaniæ», «Mare oceanũ», «Mare antiliarũ», «Mare brasilis», «Mare magnum meridionale:»; no Pacífico, em frente da América Central, «Mare austrũ», e um pouco mais ao sul, «Mare de perũ»; na parte inferior do planisfério, «Zona frigida ex parte polli ātarctici». Numerosas bandeiras, cinco

escudos com as armas de Portugal, onze grandes rosas dos ventos e quatro escalas de distâncias, se vêem sobre a carta. Estas escalas de distâncias estão dispostas em artísticos escudetes, assemelhando-se extraordinariamente aos que ornamentam os Atlas de Lázaro Luís e de Vaz Dourado que, como parece, se teriam inspirado em Lopo Homem.

Este precioso monumento cartográfico, que se encontra no Museu dos Instrumentos Antigos de Florença, foi em 1916 pela primeira vez descrito por F. C. Wieder⁽¹⁾, depois referido em 1918 por E. C. Abendanon⁽²⁾ e em 1926 novamente descrito por G. Caraci, numa reprodução feita pelo editor Otto Lange⁽³⁾. Finalmente S. Crinó em 1932 ocupa-se desenvolvidamente dêste planisfério que reproduz em fotogravura⁽⁴⁾.

Wieder pretende que, na parte nordeste da América, Lopo Homem copiou uma carta de Alonso de Chaves, hoje desaparecida mas cuja descrição se conhece através de Oviedo⁽⁵⁾; porém Crinó, que estuda atentamente o assunto, é levado a dizer: «Dopo un attento esame, posso con sicura coscienza affermare che non esiste la più lontana

(1) *Discovery and early cartography...* in *The Iconography of Manhattan Island*, de J. N. Phelps Stokes, Vol. II, págs. 22 e segs., New York, 1916.

Onderzoek naar de oudste kaarten van de omgeving van New York, pág. 252, Tijdschrift Kon. Ned. Aardrijkskundig Genootschap, 1918. Cits. Abendanon.

(2) *Voyages géologiques et géographiques à travers la Célèbes Centrale (1909-1910)*, Tômó III, págs. 1429 e segs. Leyde, 1918.

(3) In *Tabulæ geographicae vetustiores in Italia adservatae*, Vol. I, Firenze, 1926. Cit. Crinó.

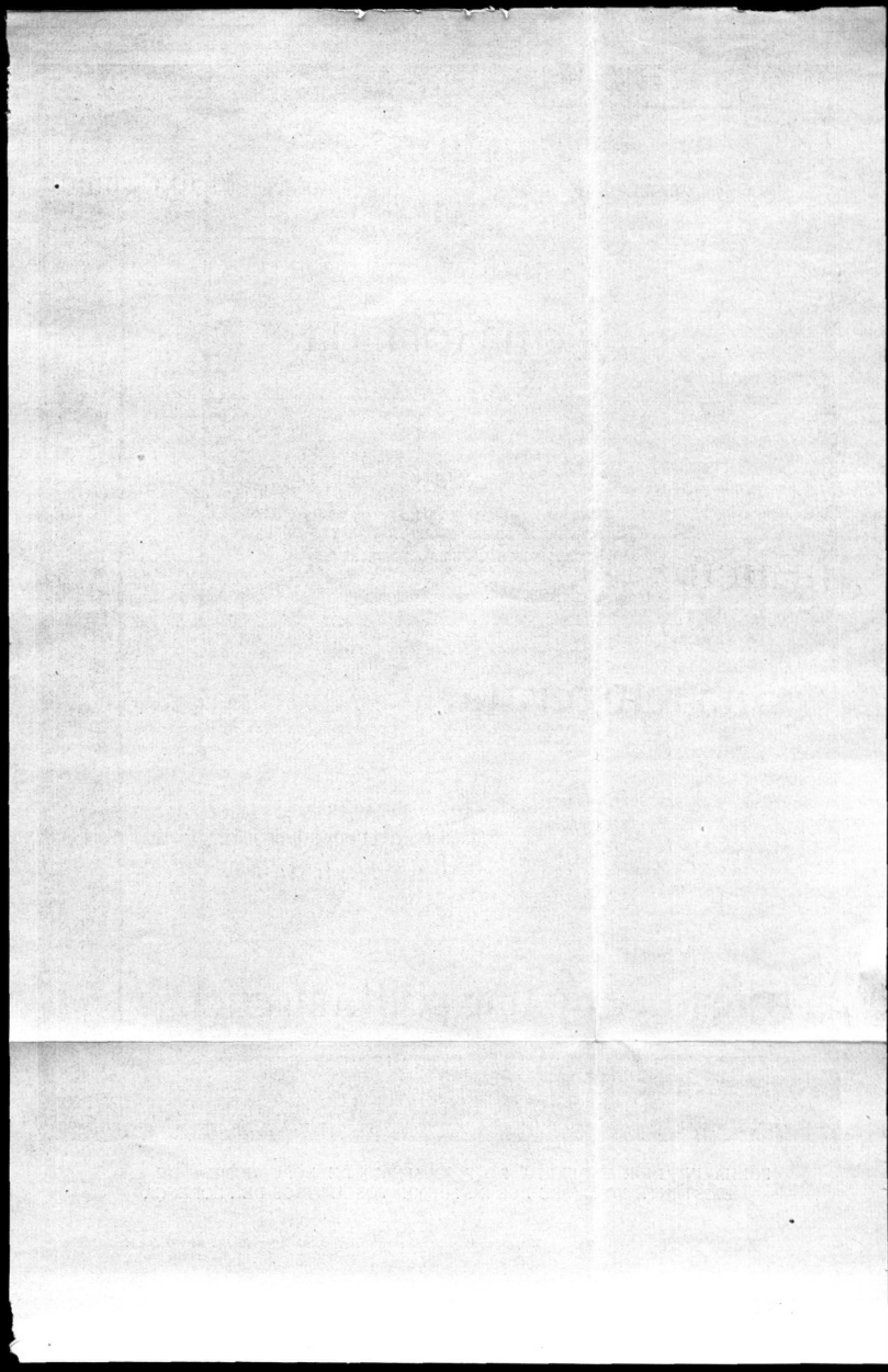
(4) *Op. cit.*, págs. 4 e 8 a 22.

(5) *Historia general y natural de las Indias, islas y Tierra-firme del Mar Océano*, por el capitan Gonzalo Fernandez de Oviedo y Valdés, primer cronista del Nuevo Mundo, Tômó I, págs. 147 e segs. Madrid, 1852.



FOLHA INFERIOR ESQUERDA DO PLANISFERIO DE LOPO HOMEM, DE 1554,
EXISTENTE NO MUSEU DOS INSTRUMENTOS ANTIGOS DE FLORENÇA

(Reproduzida do *Supplemento al fascicolo della «Rivista marittima»*. Marzo, 1932)



corrispondeza tra la Carta del Chaves, come la describe l'Oviedo col Planisfero di Lopo Homem». Conclui este autor que a descrição de Oviedo corresponde antes a uma carta anónima espanhola existente na Biblioteca Laurenziana de Florença; por uma reprodução que dá dum trecho desta carta se vê que é de desenho grosseiro, incomparavelmente inferior, como «abbondanza e bellezza di ornamenti», à do cartógrafo português.

É magistral a descrição que Crinó faz deste monumento cartográfico, dizendo que nenhum outro planisfério pode, melhor do que este, dar idea clara da técnica construtiva da Carta de marear, fazendo notar a «precisione meravigliosa» das escalas de distâncias, e o «miracolo di pazienza e di precisione!» da escala de latitudes (1).

(1) Desta muito interessante descrição é oportuno registrar aqui a parte que se refere propriamente à construção da carta:

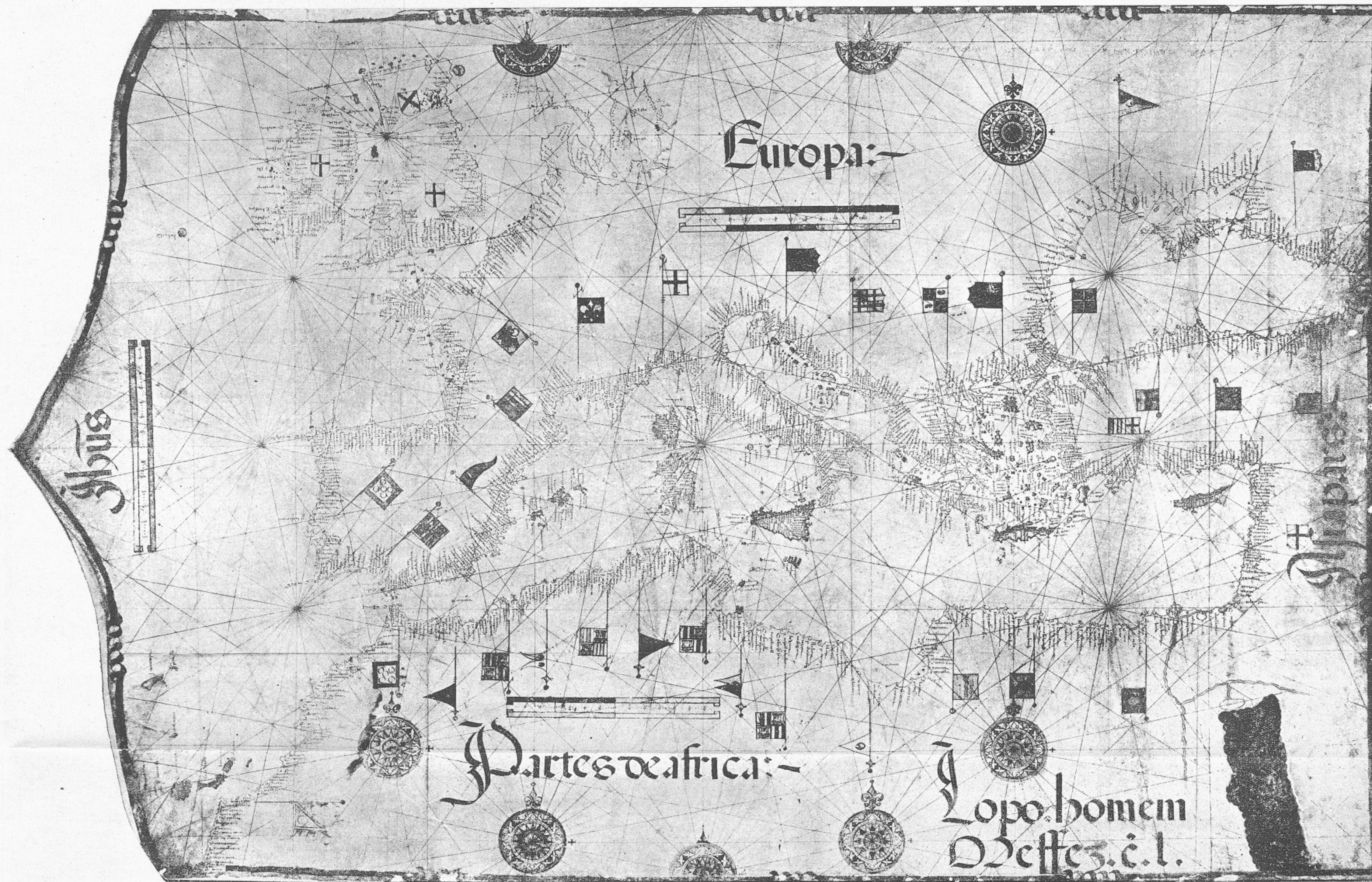
«Il centro de costruzione del Planisfero si trova nel Golfo di Guinea, ad oriente dell'isola di S. Tomè, sull'Equatore, ove peraltro non c'è disegnata una rosa dei venti per le regioni già dette a proposito della Carta del Maggiolo. Sopra un circolo che ha per raggio 64 centimetri si trovano disposti, ad intervalli regolari, i centri di 32 rose dei venti, di cui però sono disegnate soltanto 10, di varia grandezza: la maggiore ha un diametro di 12 cm. e 1/2. I punti d'incontro delle rose dei venti distano uno dall'altro 125 millimetri; onde l'orizzonte base della costruzione del Planisfero è rappresentato da una circonferenza che misura 4 metri.

Nessun Planisfero meglio di questo può dare una visione chiara della tecnica costruttiva delle Carte da Navigare. I 32 punti d'incontro, che rappresentano la rosa centrale, stendono i loro raggi verso i rombi delle 32 rose dei venti poste all'intorno. I punti d'incontro fra gli uni e gli altri formano altrettanti centri di circoli subalterni alla rosa dei venti principale. Nel piano così occupato il cartografo cominciò a disegnare i quattro raggi o linee che corrispondono ai punti cardinali fondamentali. Poi altri quattro raggi intermedi ai precedenti corrispondono al greco, sci-rocco, libeccio o garbino, e maestro. Questi otto venti nel Planisfero sono distinti con la colorazione dei rombi in nero e bleu, i quali sono uniti ai

Por fim nota êste autor que Lopo Homem não registou no seu trabalho várias descobertas ao tempo já feitas, o que

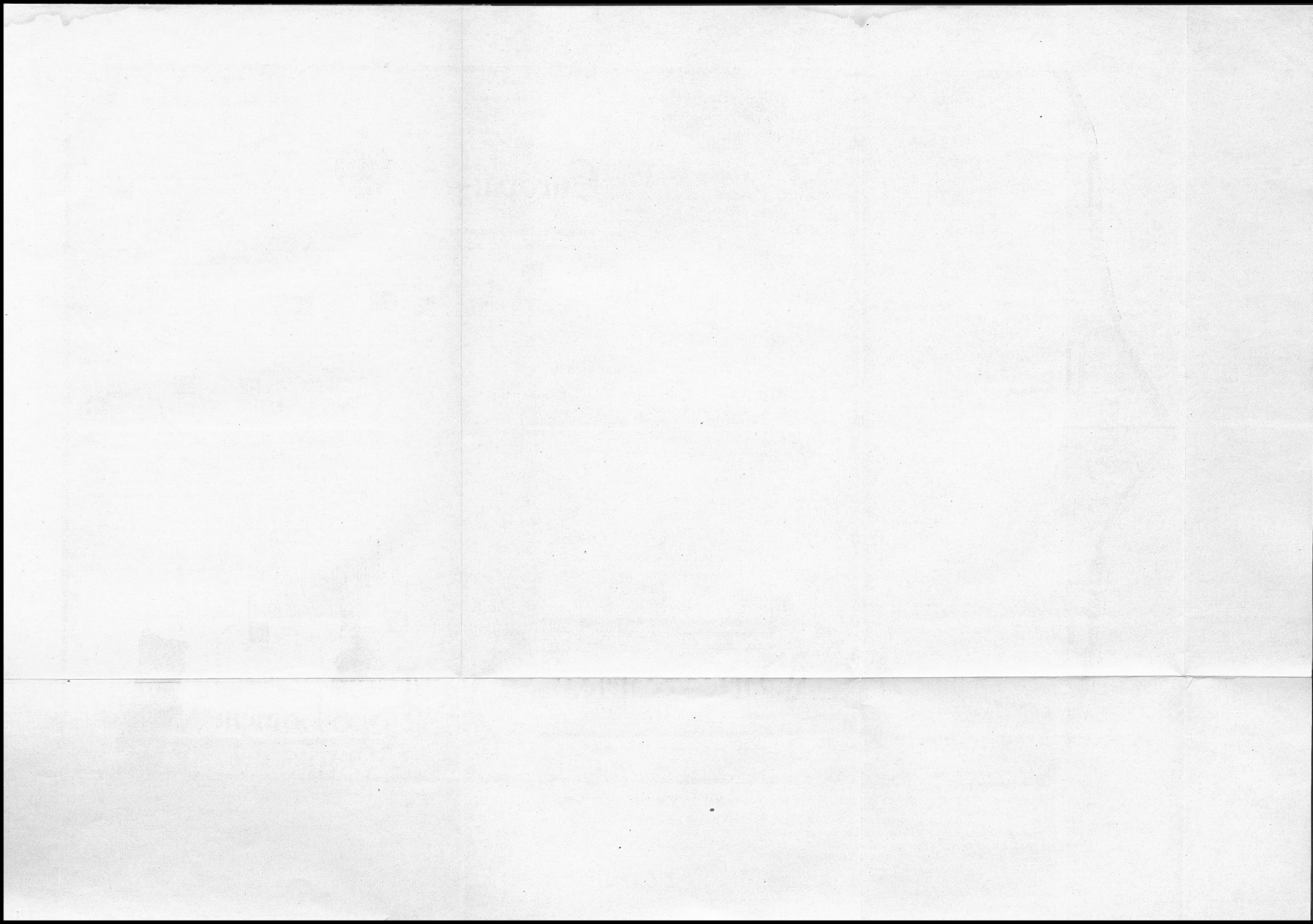
rombi corrispondenti delle altre rose dei venti mediante linee nere. Seguono altri otto rombi (intermedii agli otto precedenti), i quali si chiamano mezzi venti; essi nel Planisfero sono distinti con la colorazione dei rombi in verde, colorazione sostituita talora con quella aurea, e sono uniti ai rombi corrispondenti delle altre rose dei venti mediante linee verdi. Infine ha luogo una nuova suddivisione in sedici venti (intermedi ai venti precedenti), i quali si chiamano quarte di venti; essi nel Planisfero sono distinti con la colorazione dei rombi in rosso e sono uniti ai rombi corrispondenti delle altre rose dei venti mediante linee rosse. Il totale di tali divisioni e suddivisioni forma 32 rombi o venti, ossia 32 raggi di circolo, il quale ad ogni quarta di vento dà gradi $11\frac{1}{4}$, ad ogni mezzo vento gradi $22\frac{1}{2}$, ad ogni vento gradi 45. L'insieme forma un fitto reticolato con linee variamente colorate, le quali servivano di direttiva al cartografo per fissare le varie località costiere, le isole, le secche, e via di seguito, in modo che corrispondevano alla loro naturale posizione e direzione secondo che la bussola e l'esperienza insegnavano. Quindi il pilota non aveva che a tenere come guida la carta: partendo da una data località verso la mèta prefissasi, vi giungeva diritto se il vento era in poppa, ovvero più adagio pei venti contrari, *allargando, avanzando, ritornando*, coll'uso dei calcoli applicati al martello.

Naturalmente il pilota doveva poter calcolare sulla carta, comodamente e con precisione, le distanze percorse e da percorrere. Onde l'abbondanza delle scale nelle Carte da Navigare. Sul Planisfero in esame ve ne sono quattro: due son poste a SW e le altre a NE e a SE. Le prime due sono di una precisione meravigliosa; in esse 20 spazi corrispondono a 122 mm. Invece in quella a SE 20 spazi misurano 120 mm. e in quella a NE ancora di meno: 116 mm.! Queste scale presentano una particolarità che va rilevata: portano contrassegnate con due trattini le linee che chiudono gli spazi di quattro in quattro; essendo uno spazio 50 miglia, la distanza tra le linee contrassegnate con trattini corrisponde a 50 leghe. Nel Planisfero c'è disegnata pure una fascia indicante la graduazione delle latitudini; questa fascia porta nel centro una grossa linea in cui i singoli gradi sono distinti mediante colorazione diversa; ai lati della linea, con puntini (2 a destra e 3 a sinistra per ogni grado) sono segnate le suddivisioni del grado, e nelle due zone esterne si trova



CARTA MARÍTIMA DE LOPO HOMEM, EXISTENTE EM PISA

(Reproduzida do Supplemto al fascicoló della «Rivista marittima». Marzo. 1932).



levaria a atribuir-lhe mais dez anos de idade, se não estivesse datado.

Carta marítima existente em Pisa — Esta bela carta iluminada, em pergaminho, mede 59×90 cm. e abrange o litoral atlântico da Europa, até ao norte da Escócia, Noroeste africano, apanhando a Madeira e parte das Canárias, regiões do Mediterrâneo e Mar Negro e ainda parte do Mar Vermelho.

À esquerda, quasi na lingueta (pinax) da Carta, e por cima duma escala de distâncias, tem desenhada a palavra «Jhūs», e sobre os continentes respectivos: «Europa», «Partes de africa»: — e «Asiapars»: — em baixo, à direita, «Lopo homem meffez. ē. l.» (Lopo Homem me fêz em Lisboa). Estas cinco inscrições estão desenhadas no mesmo tipo e tamanho de letra. Numerosas bandeiras e oito grandes rosas dos ventos ornamentam a carta.

Este monumento, que se encontra em Pisa no arquivo dos Duques Salviati, foi descoberto e pela primeira vez descrito em 1884 pelo padre missionário F. Borghero⁽¹⁾, ten-

la numerazione di grado in grado (nella zona a destra) e di 5 gradi in 5 gradi (nella zona a sinistra). Questa fascia delle latitudini è un miracolo di pazienza e di precisione! — Essa è spezzata sulla Linea Equinoziale e attraversa da sud a nord l'Atlantico settentrionale, segnando i gradi di latitudine boreale (*Gradus latitudinis septentrionalis*) da 0° a 80; e da nord a sud l'Atlantico meridionale, segnando i gradi di latitudine australe (*Gradus latitudinis meridionalis*) pure da 0° a 80°. L'intera fascia di 80 gradi misura 68 centimetri.

Una misura più precisa l'no potuta ottenere per 20 gradi, che corrispondono esattamente a 171 mm. Questi dati e quelli delle varie scale concordano nel far assegnare al Planisfero il rapporto approssimativo di 1:12.000.000, cioè quello solito adoperato generalmente per i grandi planisferi».

S. Crinó, *Op. cit.*, págs. 16 a 18.

(1) *Sulla scoperta fatta a Pisa di una antica carta nautica disegnata in pergamena*, in *Atti dell'Accademia Pontificia de' Nuovi Lincei*, págs. 161 e segs., Roma, 1884.

do-se em seguida dêle ocupado também, C. Desimoni⁽¹⁾. Nesse mesmo ano é citado por G. Uzielli e P. Amat de S. Fillipo⁽²⁾; Nordenskiöld também se lhe refere⁽³⁾, assim como Harrisse⁽⁴⁾.

É porém o Prof. S. Crinó quem desta Carta nos dá uma descrição e análise completa, no seu citado excelente trabalho, recentemente publicado⁽⁵⁾, em que dá a sua reprodução fotográfica a meia escala. Diz que só a conseguiu encontrar ao fim dum ano de buscas; no entanto os primeiros trabalhos citados já diziam que ela pertencia à biblioteca do Duque Salviati, em Pisa ao passo que Nordenskiöld a dá como existente em Roma.

Borghero, alegando que sobre Constantinopla ainda se vê uma bandeira com as armas dos Paleólogos, conclui que a Carta deve datar do meado do século xv, antes da tomada daquela cidade pelos turcos, em 1453. Desimoni mostrou a sem razão dêste raciocínio, atribuindo a sua feitura à primeira metade do século xvi.

Embora os outros autores não se definam sobre a data, Harrisse tomou demasiado à letra a opinião de Borghero, dizendo que a carta é de 1453⁽⁶⁾.

(1) *Sulla fotografia della sudetta carta nautica*, ibidem, págs. 164 a 167. Cits. Crinó.

(2) *Studi biografici e bibliografici nella storia della geografia in Italia-Appendice*, pág. 48. Roma, 1884.

(3) *Periplus*, pág. 63.

(4) *The Discovery of North America*, pág. 646.

(5) *Op. cit.*, págs. 4 e 22 a 27.

O Prof. G. Caraci, menos feliz, queixa-se de não ter conseguido examinar esta carta: «Senonchè tentativi fatti per esaminare le carta Salviati ed ottenere almeno una riproduzione han sempre urtato contro un inspiegabile diniego da parte del proprietario». *Di una carta falsificata...*, pág. 75.

(6) Conforme já fez notar Crinó, Harrisse escreveu 1543, o que se deve atribuir a uma falha de revisão.

Crinó considerando, entre outras razões, que o Planisfério de 1554 apresenta uma técnica mais perfeita, conclui que esta Carta deve ser uma dezena de anos mais antiga, ou seja de *circa* 1544.

Pelo nosso lado não nos repugna aceitar que ela seja mesmo mais antiga ainda.

Carta marítima da Biblioteca Nacional de Lisboa — Já no capítulo antecedente, ao tratarmos da obra dos Reineis, tivemos que nos referir a esta Carta não assinada nem datada, cuja autoria até hoje indevidamente lhes tem sido atribuída por Hamy, Ramalho Ortigão e Esnesto de Vasconcelos, entre outros, como se vê pelo *Catálogo da Exposição de Cartografia Nacional (1903-1904)*, onde vem descrita com o número 967.

É um pergaminho iluminado medindo 873×573 mm., e compreendendo o Noroeste da costa africana a partir de 12° de latitude Norte, uma parte da Europa desde a costa meridional da Itália até ao norte da Escócia e, no canto superior esquerdo, a Nova Escócia, a Terra Nova e o sul da Terra de Côrte-Real. À esquerda, onde o pergaminho é aparado como que a formar lingueta, a palavra «Jhūs» e sôbre o continente africano, «Partes dafrica»; vêem-se ainda numerosas bandeiras, rosas dos ventos e três escalas de distâncias.

Esta Carta, que estava em poder do Rei D. Carlos, figurou na Exposição de Cartografia Nacional, realizada em 1903-1904 na Sociedade de Geografia de Lisboa, transitando, depois de 1910, do Paço das Necessidades para a Biblioteca Nacional, onde até há pouco estava exposta debaixo de vidro, na respectiva Secção de Cartografia⁽¹⁾.

(1) As côres da iluminura e até alguma nomenclatura encontram-se muito sumidas, provavelmente devido ao facto de a carta ter estado, durante anos, lamentavelmente exposta à luz viva que, em grande parte

Segundo a nota de Ramalho Ortigão, no referido *Catálogo da Exposição*, o que levou Hamy a, «sem hesitação», atribuir a Carta a Reinel, foi a comparação que fêz, segundo parece apenas de memória, com a de Munich assinada por Pedro Reinel, achando analogias em «a maneira muito especial de desenhar e de colorir as rosas dos ventos e as escalas; a cercadura verde que cinge os continentes; a figuração de pequenas colinas verdejantes nos pontos em que se acham cravadas as hastes das bandeiras e dos estandartes triangulares; o sytéma de colorir a verde as grandes ilhas e a azul ou vermelho os ilheus, o emprego invariavel da tinta encarnada nas denominações de todas as terras isoladas, etc.».

Desde já se pode dizer que, segundo a reprodução do Atlas de Kunstmann, a Carta de Munich, assinada por Pedro Reinel, tem pintadas a verde ilhas pequenas como a Madeira, São Miguel, São Jorge, Graciosa, etc.; a ilha de Lançarote tem uma cruz vermelha e a Gran Canária, linhas também vermelhas.

Ernesto de Vasconcelos acrescenta: «Comparando vê-se que a representação das costas, o colorido e os limites na carta d'El Rei condizem perfeitamente com a descrição da Biblioteca Real de Munich; as dimensões do mapa, na lar-

do dia, invade a sala das cartas, onde êste precioso monumento da cartografia nacional se achava tão mal resguardado. Hoje já se encontra mais preservado.

Vem reproduzida em fotogravura na *História da Colonização Portuguesa do Brazil*, Tômo I, pág. LVI.

Na *Broteria*, de Julho de 1929, num artigo intitulado *Ensaio sobre a cartografia do século XVI. Identificação duma carta de marinha existente na Biblioteca Nacional de Lisboa*, pelo Sr. Dr. Emilio Salgueiro, ao tempo Conservador da Secção de Cartas da mesma Biblioteca, julga o autor que a carta «pela primeira vez é reproduzida para o público» (pág. 5), quando ela já o fôra em 1921, até em escala muito maior.

gura sobretudo, condizem igualmente, devendo por isso confirmar-se a opinião de que o mappa de El-Rei é da lavra de Pedro Reinel, embora os desenhos das escalas e das rosas

(a) *Jhūs* (b) *Jhūs.*

Jhūs. (c)

pedro Reinel  *l. f. 3*

IHVVS (d)

REINEL

A palavra *Jhūs*, nas cartas de Lopo Homem, de Pisa, (a), da Bibliototeca Nacional de Lisboa (b), de Pedro Reinel, de Munich (c), e de Reinel (Jorge), de Florença (d). Parte da assinatura de Pedro Reinel está cortada pelo bocado que falta à Carta de Munich. Começar as legendas principais por minúsculas é característica de Pedro Reinel, assim como escrevê-las tôdas com maiúsculas é particular de Jorge Reinel

dos ventos não sejam perfeitamente eguais, o que não deve admirar por obvias razões» (1).

(1) *Catálogo da Exposição de Cartografia*, págs. 207 e 208.

Em 1916 diz Ernesto de Vasconcelos, perentoriamente, que «o exemplar pertence à Biblioteca da Ajuda e é igual ao de Munich»: *Subsidios para a história da cartografia portuguesa nos séculos XVI, XVII e XVIII*, in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Ja-

Não se nos afigura que nenhuma destas razões seja de suficiente pêso para se atribuir a autoria da Carta a Pedro Reinél. Outras bem mais fortes nos mostram ela ser obra de Lopo Homem.

Em primeiro lugar, a palavra «Jhūs» é desenhada na carta de Lopo Homem existente em Pisa e na de Lisboa, de maneira idêntica, quási igual, ao passo que na assinada por Pedro Reinél, existente em Munich, faz muita diferença, como se pode ver pelos fac-símiles aqui reproduzidos; com

Partes de africa:~

Partes. dafrica:~

partes de  frica

As palavras «Partes de africa», nas Cartas de Lopo Homem, de Pisa e da Biblioteca Nacional de Lisboa e na de Pedro Reinél, de Munich. As duas últimas reproduções estão muito mais reduzidas do que a primeira

a Carta de Reinél (Jorge) existente em Florença, nem se pode comparar. A semelhança apontada é ainda mais flagrante nas palavras «Partes de africa» da Carta de Pisa e

neiro Março de 1916, pág. 102. Nem pertence à Biblioteca da Ajuda, porque desde 1911 está na Biblioteca Nacional, para onde veio do Paço das Necessidades, nem é igual ao de Munich.

«Partes dafrica» da de Lisboa, estando na de Munich desenhadas de maneira muito diversa.

A caligrafia é tão semelhante entre aquelas duas Cartas, que a maneira como está escrito «C. de Sto V^{te}» (Cabo de São Vicente), por exemplo, é perfeitamente igual. Na Carta de Pedro Reinell, de Munich, lê-se «c. de samv^{te}», sendo a caligrafia nitidamente diferente, inconfundível com a daquelas.

Grande parte das bandeiras estão desenhadas exactamente da mesma maneira numa e noutra Carta, colocadas nos mesmos lugares e perfeitamente na mesma posição, de maneira flagrante, como por exemplo as quatro que se vêem sobre a Península Ibérica, com a cruz na parte superior da haste desenhada do mesmíssimo modo, tanto nas bandeiras das nações católicas da Carta de Lisboa, como nas das Cartas de Pisa e de Florença, de Lopo Homem. As bandeiras da Carta de Munich, de Reinell, são marcadamente diferentes e de desenho inferior, assim como tôda a iluminura, à de Lisboa. Tôdas as rosas dos ventos da Carta de Pisa têm o anel externo com uma ornamentação especial, exactamente igual à da rosa dos ventos central da Carta de Lisboa, e que raramente se encontra noutras cartas. Apenas encontramos rosas dos ventos do mesmo género, no Planisfério português de 1520(?), da Biblioteca do Exército, de Munich, na Carta de Gaspar Viegas, de 1534, existente em Paris e de que a Sociedade de Geografia de Lisboa possui uma bela cópia, e na de Diogo Homem, de 1568, que está em Dresde. Numa publicação que reproduz inúmeras rosas dos ventos de cartas antigas, e em que além da já citada de Diogo Homem, (Tafel 18, fig. 5), vêm também as das cartas dêste cartógrafo, de 1557, 1558 e 1560, nenhuma mais aparece semelhante, além daquela⁽¹⁾.

(1) A. Schück, *Der Kompass*. Hamburg, 1911. Esta publicação consta

As da Carta Reinell, assinada, de Munich, são inteiramente diferentes e muito inferiores como desenho às da Carta de Lisboa. A flor de liz que na maior das rosas dos ventos da Carta de Lisboa marca o Norte, e que constituiu um dos argumentos de Hamy ao compará-la com a de Munich, observa-se em tôdas as rosas dos ventos, inteiras, da Carta de Pisa. Outro tanto se pode dizer das escalas bicolores.

A cercadura marginal da Carta de Pisa e da de Lisboa é idêntica, com os mesmos desenhos (simples ornamento?) interrompendo a facha contínua; a Carta Reinell, de Florença tem uma cercadura semelhante mas um pouco diferente, e na de Munich êsses desenhos desaparecem, havendo apenas linhas rectas contínuas.

A maneira como na Carta de Lisboa está desenhada a Nova Escócia, Terra Nova, parte do Golfo de São Lourenço e sul das Terras de Côrte-Real é quasi idêntica ao desenho da parte correspondente do Planisfério de Lopo Homem, datado de 1554 e existente em Florença. A forma como estão representadas corresponde muito mais à verdade nestas cartas do que na Carta Atlântica Miller, que attribuímos a Jorge Reinell, actualmente na Biblioteca Nacional de Paris, outro tanto se podendo dizer da Carta de Munich.

Tendo que fazer êste estudo apenas pelas fotogravuras das Cartas de Pisa e de Florença, publicadas por Crinó no seu valioso trabalho, não podemos fazer a análise comparativa da nomenclatura, impossível de ler com segurança, sobretudo na reprodução do Planisfério de 1554; assim como não podemos também fazer a comparação, tão impor-

de 17 páginas e 46 planchas (tafeln) coloridas. Na carta de Pedro Reinell, não assinada existente na Biblioteca do estado, em Munich, vêem-se algumas rosas dos ventos cujo desenho lembra o daquelas, sendo contudo bastante diverso.

tante, dos coloridos. A nomenclatura destas partes é bastante mais completa no Planisfério de 1554, em que se vêem sessenta e quatro nomes, que na Carta de Lisboa. Por exemplo, a costa ocidental da Nova Escócia, que naquele apresenta nove nomes, nesta mostra apenas cinco.

A nomenclatura da Carta da Biblioteca Nacional de Lisboa é, de norte para sul:

I. da furtuna	illes de chenall	illas de spera
I de marco	lemoj	R. fermoso
Ilheus dos saues	ille de pengem	C. Rasso
Chasteau	ille de quorques	taesco
C. bell	C. de uiste	macaracade.
bell ille	ille berole	pescagudique
ille degra	ille bacajlo	C. dos bertoes
C. Branco	b da comcejcam	xocarade
ille de ficho	C. de stō fr. ^{co}	I. de Stōbordam
ille de stō Juliem	C. da espera	I. fagunda
ille	R. das patas	I. danao q̄ ca (?)

A nomenclatura correspondente na Carta assinada por Pedro Reinell, é:

y. da furtuna	C. da boaventura	c. da espera
y. da tormēta	y. de boaventura	r. das patas
C. do marco	C. do marco	R. de sam francisquo
sam joam	y. de frey luis	C. raso
sam pedro	b. de santa ciria	sam johã
y. dos saues	y. dos bocalhas	samtacruz
G. das gamas	b. da conceiçã	

O simples enunciado dêste nomes mostra que aquela Carta foi feita bastante depois desta, sendo possível que o exame da nomenclatura da Carta de Lisboa nos permita determinar com bastante aproximação a data da sua feitura. Esta Carta não se limita, como a de Gaspar Viegas, de 1534, a registar mais os resultados das viagens de Álvaro

Fagundes, em 1520, e de Estêvão Gomes, em 1524-1525, ou da do florentino Giovanni Verrazano, corsário ao serviço de França, que em 1523-1524, como aqueles, também foi à Terra-Nova. Nota-se nalguns dos nomes nela registados uma certa influência francesa, a qual, combinada com o aspecto insular que a Terra-Nova apresenta, indica que a Carta foi executada após a descoberta do Estreito de Belle-Isle, por Jacques Cartier, em 1534⁽¹⁾. Só as cartes posteriores a esta data apresentam tal particularidade.

Em nenhuma carta anterior a esta encontramos «bell ille», «Chasteau», etc., ou coisa parecida. Conta HARRISSE que, por exemplo, «Baye des Chasteaulx» (estreito de Belle-Isle), se encontra num relato coevo da primeira viagem de J. Cartier; só tornamos a encontrar «Baye des chasteauxl», na costa sul do Lavrador, numa carta da Colecção Harleiana do Museu Britânico, de 1542⁽²⁾.

E se antes da viagem de Jacques Cartier nenhuma carta mostrava a Terra-Nova com forma insular, inclusive a de Gaspar Viegas, de 1534, também as primeiras cartas conhecidas, posteriores a essa data, as de Desliens (1541), Jehan Roze (1543) e Sebastião Cabot (1444) — apresentam um desenho do contôrno dessas regiões muito mais perfeito que o da Carta de Lisboa, revelando claramente que esta é anterior. Pode pois concluir-se que ela foi executada depois da viagem de Jacques Cartier, de que inclui elementos, e antes daquelas, ou seja entre 1535 e 1540. Isto condiz, de resto, com a conclusão a que chegou o Prof. Crinó ao atribuir à Carta de Pisa, de Lopo Homem, mais uma dezena de anos que o Planisfério de 1554.

(1) Foi a primeira das viagens de Jacques Cartier á Terra-Nova. Este navegador era de St Malo, que nesse tempo não estava sob o domínio francês. Vide H. HARRISSE, *Découverte et évolution cartographique de Terre-Neuve...*, págs. 135-137, passim.

(2) Add. Mss. 5.413. Vide HARRISSE, *Op. cit.*, pág. 207.

A região báltica, que naquela está desenhada com menos precisão e mais despida de nomenclatura do que neste, aparece na Carta de Lisboa com as terras recortadas da mesma maneira que na Carta de Pisa, mas sem nomenclatura alguma. A Carta de Pisa seria de 1544 e a de Lisboa ainda mais antiga.

É muito curioso o estudo da nomenclatura desta parte da Carta de Lisboa. Algumas das suas designações, como «lemoj», «ille de pemgem», «ille de quorques», «ille berole», «macaracade», «pescagudique» e «xocarade», só voltam a ser encontradas, ainda que com grafia diversa, na Carta de John Dee, de 1578-1580, existente no Museu Britânico. É tal a afinidade entre esta parte das duas cartas, que se diria que a de John Dee, famoso astrólogo e cosmógrafo inglês do último quartel do século XVI, se inspirou no mesmo protótipo que a de Lisboa, se não nela mesmo ou noutra igual.

— O Sr. Dr. Emílio Salgueiro, no seu citado *Eusaio*, diz que «esta carta foi desenhada em duas fases distintas: uma, entre 1512 e 1516, por Pedro Reinel, outra nas proximidades de 1560, por Jorge Reinel». Pretende o autor justificar o seu ponto de vista com a análise das bandeiras existentes sobre a Península Ibérica, dizendo que o facto de as quatro bandeiras de Portugal, Castela, Aragão e Denia aparecerem conjuntamente corresponde ao período de 1512-1516; quanto à data de 1560, reproduz o autor vários dos desenhos esquemáticos publicados por Henry Harrisse, em 1900, no seu último e belo trabalho ⁽¹⁾, procurando com êles demonstrar que o desenho e nomenclatura da parte repre-

⁽¹⁾ *Découverte et évolution cartographique de Terre-Neuve et des Pays circonvoisins. 1497-1505-1769. Essais de géographie historique et documentaire.* Paris, 1900. Desta volumosa, excelente e preciosa obra tiraram-se apenas 380 exemplares.

sentada do nordeste americano deviam ter sido feitos cêrca dessa data.

Mesmo que as bandeiras correspondessem ao que se supõe, isso não seria razão bastante para se fixar aquela data. Nesse tempo os cartógrafos copiavam-se e repetiam-se a cada passo, sobretudo nas indicações de carácter histórico e político, a que não ligavam grande importância, notando-se «um freqüente anacronismo nas bandeiras colocadas para designar a posse das várias localidades», segundo diz o Prof. S. Crinó num recente e valioso estudo⁽¹⁾. Quanto à data de 1560, basta comparar o contôrno das referidas terras na Carta da Biblioteca Nacional de Lisboa, com os esquemas de Harrisse, reproduzidos pelo autor, referentes às Cartas de Bartolomeu Velho (1561) e Lázaro Luís (1563), etc., para imediatamente se ver que aquela é muito anterior a estas. No Planisfério de Lopo Homem, de 1554, estas mesmas terras apresentam quarenta e um nomes, ao passo que na Carta da Biblioteca Nacional de Lisboa, apenas trinta.

A demonstração feita, de que esta Carta é de Lopo Homem, basta para destruir a fantástica hipótese de Jorge Reinêl acrescentar em 1560 a carta que seu pai fizera 45 anos antes. O simples facto das quatro bandeiras que se vêem na Carta da Biblioteca de Lisboa e na Carta de Pisa estarem dispostas do mesmo modo e desenhadas de maneira perfeitamente igual, constitui mais um argumento demonstrativo de que elas são do mesmo cartógrafo. Mas a caligrafia das duas partes da Carta, que se diz terem sido desenhadas com tão grande intervalo por dois cartógrafos diferentes, é exactamente a mesma; ora, como já vimos no capítulo em que tratamos dos Reineis, a letra de Jorge Reinêl era muito diferente da de seu pai. Por outro lado, o

(1) *Metodi costruttivi ed errori nelle carte de navigare*, pág. 8. Estratto dal volume XXXVI, Dispensa 5.^a della *Bibliofilia*. Firenze, 1932.

exame directo da Carta de Lisboa mostra que a rede de rumos cobrindo o pergaminho foi feita na mesma ocasião, por cima das terras que o cartógrafo desenhara; se a parte da América tivesse sido acrescentada posteriormente devia o desenho aparecer por cima das linhas dos rumos, ou êstes estariam emendados, o que nitidamente se vê não acontecer ⁽¹⁾.

— Deve pois ser de Lopo Homem a Carta existente na Biblioteca Nacional de Lisboa, até aqui indevidamente atribuída a Pedro Reinel, e não se andará muito longe da verdade colocando a sua data entre 1535 e 1540.

(*Continua*).

ARMANDO CORTESÃO.

(1) Do *Ensaio* do Sr. Dr. Emílio Salgueiro apenas consideramos a parte que ao nosso trabalho interessa. Além da sua hipótese, cuja sem razão e falta de fundamento científico deixamos demonstrada, outros pontos há no referido trabalho que poderíamos rectificar ou refutar. É, porém, de justiça dizer-se que se o autor tivesse conhecimento da Carta de Lopo Homem. de Pisa, que já conhecíamos mesmo antes do notável estudo do Prof. Crinó, possível seria que tivesse chegado às mesmas conclusões a que nós chegamos.

CATÁLOGO
DOS MANUSCRITOS DE SIMANCAS
RESPEITANTES À HISTÓRIA PORTUGUESA⁽¹⁾

- 50-94 Dispensa do cardeal Sahati, legado apostólico, para que Carlos V e a imperatriz Isabel pudessem solenizar seus desposórios, apesar-de ser tempo quadrasimal. Toledo, 18 de Janeiro de 1525.
- 50-57 Inventário e avaliação das peças de prata e joias que levou em dote a infanta D. Catarina ao tempo do seu casamento com D. João III, rei de Portugal. Évora, 16 de Fevereiro de 1525.
- 50-60 Cédula de D. João III prometendo dar à rainha D. Catarina, sua mulher, as mesmas terras, que tivera a rainha D. Leonor. Évora, 10 de Março de 1525.
- 50-61 Cédula do mesmo consignando em favor da rainha D. Catarina, sua mulher os quatro contos, que prometera para sustento de sua casa nos contratos matrimoniais. Évora, 10 de Março de 1525.
- 50-62 Recibo de pagamento confessando D. João III, rei de Portugal, estar entregue de 34:666 dobras, valor das joias levadas em dote pela rainha D. Catarina, sua mulher. Évora, 10 de Março de 1525. Firma autógrafa.
- 50-86 Idem, sôbre os vestidos, atavios de sua pessoa e

(1) Cont. do vol. 83.º, pág. 652.

e casa, levados pela rainha D. Catarina, irmã de Carlos V. Évora, 10 de Março de 1525. Firma autógrafa.

- 50-95 Breve de Clemente VII oferecendo dispensar o imperador Carlos V no parentesco que pudesse ter com a mulher eleita para esposa. Roma, 8 de Setembro de 1525.
- 50-65 Capitulações para o casamento do imperador Carlos V com a princesa de Portugal D. Isabel. Tórres Novas, 17 de Outubro de 1525.
- 50-82 Bula de Clemente VII dispensando para casar Carlos V e a infanta D. Isabel, do número anterior. Roma, 13 de Novembro de 1525.
- 50-87 Cédula de Carlos V para que Pedro Araiz, secretário da rainha de Portugal pudesse dar fé nas escrituras concernentes ao seu casamento com D. Isabel «haciendole para este efecto escribam publico sin necesidad de examen ni otros requisitos». Madrid, 1525. Assinatura autógrafa.
- 50-88 Carta da rainha de Portugal D. Leonor a João Vasques de Molina sobre a escritura de segurança das 200:000 dobras de seu dote outorgado pelo imperador Carlos V. Firma autógrafa.
- 50-89 Acta de casamento da infanta de Portugal D. Isabel com Carlos V representado pelo seu procurador Carlos Popet, senhor de Laxao. Almeirim, 20 de Janeiro de 1526.
- 50-64 Recibo de pagamento de D. João III de Portugal, confessando ter recebido os 50:000 cruzados que o Rei de Portugal, seu pai, emprestou a Carlos V por ocasião das guerras das comunidade, sendo essa quantia descontada ao imperador em parte do dote da imperatriz sua mulher. Almeirim, 28 de Janeiro de 1526. Firma autógrafa.

- 50-53 Recibo de D. João III, rei de Portugal confessando ter recebido o resto das 200:000 dobras de ouro de Castela, do dote da rainha sua mulher. Almeirim, 28 de Janeiro de 1526. Firma autógrafa.
- 50-77 Recibo do imperador Carlos V confessando ter recebido do rei de Portugal 205:479 dobras de ouro à conta do dote da imperatriz D. Isabel. Sevilha, 16 de Março de 1526. Assinatura autógrafa.
- 50-76 Idem, idem, confessando ter mais recebido 94:521 dobras de ouro castelhanas à conta do mesmo dote. Sevilha, 21 de Março de 1526. Autógrafo.
- 50-80 Recibo de João Adurra, banqueiro do imperador Carlos V, confessando ter recebido do tesoureiro Fernandes Alvarez 75:000 ducados de ouro e 6.375:165 maravedis à conta de maior soma. Sevilha, 24 de Março e 12 de Maio de 1526. Assinatura autógrafa.
- 50-79 Recibo do imperador Carlos V confessando ter recebido do rei de Portugal 581:662 dobras de ouro e 361 maravedis à conta das 900:000 dobras de dote da imperatriz, sua mulher. Sevilha, 8 de Maio de 1526.
- 50-69 Cédula do mesmo consignando 40:000 dobras de ouro castelhanas, à imperatriz sua mulher para sustento de sua casa e pessoa. Granada, 15 de Setembro de 1526.
- 50-70 Idem e na mesma data e local consignando mais à imperatriz sua mulher 11.645:719 maravedis em cumprimento do seu dote.
- 50-66 Relação das cidades e vilas com suas fortalezas, vassalos, jurisdição civil e criminal, com suas rendas dadas à imperatriz mulher de Carlos V para sustento da sua casa. Ano 1526.
- 50-67 Averiguação da conta das 900:000 dobras que o

rei de Portugal deu em dote à imperatriz. Ano 1526.

- 50-73 Carta de Carlos V para que a cidade de Soria recebesse a imperatriz por senhora dela. Sevilha, 18 de Março de 1526.
- 50-91 Outra relação conforme a do n.º 50-66 passada na mesma data.
- 50-92 Consentimento de D. João III rei de Portugal para o casamento do infante D. Fernando, seu filho, com a infanta D. Beatriz, sua sobrinha.
- 50-68 Cédula do imperador Carlos V a seus tesoureiros para que fossem recebendo parcelas por conta do dote da imperatriz Isabel, sua mulher. Da mesma consta estar pago de tudo. Anos 1526-1529.
- 50-74 Cédula do mesmo imperador consignando hipoteca para garantia das quantias que ia recebendo à conta do dote de sua mulher. Sevilha, 29 de Abril de 1527.
- 50-90 Outra no sentido da anterior hipotecando além de Ubeda, Baeza e Andujar, mais as vilas de Villena, Almansa e Yecla e, não chegando também o almoxarifado de Sevilha. Burgos, 29 de Novembro de 1527. Firma autógrafa.
- 50-78 Cédula de Carlos V dirigida aos Belzares, Strocis e outros banqueiros a-fim-de entregarem a Alonso de Baeza várias somas, à conta de letras de câmbio do rei de Portugal, na feira de Villalon. Madrid, 20 de Março de 1528. Assinaturas autógrafas. Junto há letras de câmbio de Alberto Ciron, em nome de Bartolomé Belzar e companhia, de dinheiros a pagar em Medina del Campo, 27 de Julho de 1528.
- 50-71 Poder de Alonso de Baeza, criado do imperador Carlos V, a favor de Alonso Perez para cobrar

de Reinalo Strocci e companhia, na feira de Villalon, 15:000 ducados, importe de uma letra de João Francisco Lafetani, de Portugal. Madrid, 23 de Março de 1528.

- 50-72 Memorial acêrca das cousas concernentes ao dote da Imperatriz Isabel.
- 50-83 Relação das joias e alfaias que o príncipe D. Filipe tomou da recâmara da imperatriz sua mãe e do seu valor para efeito de partilhas.
- 50-84 Parecer do doutor Guevara e do licenciado Gregório Lopez sôbre as dúvidas suscitadas a propósito do dote da imperatriz D. Isabel. Firmas autógrafas.
- 50-85 Poder da imperatriz Isabel a favor de D. Iñigo Manrique para pedir ao arcebispo de Toledo cópia autêntica das letras apostólicas da dispensa para seu casamento com Carlos V. Firma autógrafa.
- 50-115 Escritura outorgada em nome dos infantes D. João, e D. Joana de Castela, com autorização de seus pais, reis dos dois países, prometendo contrair matrimónio, conforme ao capitulado nos respectivos contratos, logo que tivessem idade competente e dispensa do papa. Almeirim, 13 de Janeiro de 1543.
- 50-104 Rectificação feita por Luís Sarmento e o rei de Portugal de que se realizaria o matrimónio combinado entre a infanta D. Joana e o príncipe D. João, de Portugal. Almeirim, 13 de Janeiro de 1543.
- 50-96 Confirmação feita por D. João III, de Portugal das capitulações outorgadas a 1 de Dezembro de 1542 para os matrimónios de Filipe II com a infanta D. Maria, de Portugal e do príncipe D. João, de Portugal com a infanta de Castela D. Joana, filha de Carlos V. Almeirim, 17 de Janeiro de 1543.
- 50-103 Breve de Paulo III, concedendo a dispensa para ca-

sarem Filipe II com a infanta portuguesa D. Maria.
6 de Março de 1543.

- 50-105 Idem do mesmo papa para poderem casar os infantes D. João, de Portugal e D. Joana, de Castela. Parma, 6 de Abril de 1543.
- 50-106 Relação do importe das pedras, pérolas, ouro, prata e joias levadas pela princesa portuguesa D. Maria.
- 50-108 Recibo de Felipe II, das joias e prata levada em dote pela princesa D. Maria de Portugal. Valladolid, 8 de Maio de 1544:
- 50-107 Carta de Filipe II, hipotecando para garantia do dote da princesa D. Maria, de Portugal, em caso de restituição as cidades de Córdoba e Ecija. Valladolid, 8 de Maio de 1544.
- 50-109 Cédula de D. João III, rei de Portugal sobre a designação do dote da princesa D. Maria, sua filha, para casamento com Filipe II. Évora, 26 de Janeiro de 1545.
- 50-110 Relação da carta de Carlos V, ao comendador mór Francisco dos Cabos acêrca das disposições a tomar referentes à casa e criados da princesa defunta, segundo suas disposições testamentárias. 2 de Agôsto de 1545.
- 50-111 Recibo de Felipe II, confessando estar pago do dote da princesa portuguesa D. Maria, sua mulher. Madrid, 5 de Novembro de 1546.
- 50-102 Renúncia da infanta D. Maria, depois de contrair matrimónio com o arquiduque Maximiliano, de todos os direitos e acções à herança de seus pais, de que se deu por paga com seu dote. Valladolid, 17 de Setembro de 1548.
- 50-97 Resposta do rei de Portugal ao embaixador Luís Sarmiento sobre a forma de pagamento dos 400:000 cruzados do dote da infanta.

- 50-116 Parecer do patriarca Seguntino e do licenciado Menchaca sôbre o dote prometido na capitulação feita por Luís Sarmiento para os matrimónios de Filipe II com a princesa portuguesa D. Maria e o príncipe de Portugal D. João, com D. Joana de Castela. Firmas autógrafas. Junto o parecer do licenciado Gregório Lopes sôbre os dois contos prometidos por Sua Magestade à princesa durante sua vida.
- 50-121 Procuração do príncipe português D. João a Lourenço Pires de Távora para prometer e jurar em seu nome, que casaria com a infanta D. Joana logo que chegasse a Portugal. Almeirim, 22 de Dezembro de 1551.
- 50-120 Idem da princesa D. Joana, jurado a D. Lopo Furtado de Mendonça comprometendo-se a casar logo que chegasse a Portugal. Toro, 10 de Janeiro de 1552. Firma autógrafa.
- 50-118 Desposorios dos infantes mencionados nos dois números anteriores feitos pelos seus procuradores D. Lourenço Pires de Távora e D. Lopo Furtado de Mendonça. Almeirim, 29 de Janeiro de 1552. Toro, 11 de Janeiro de 1552. Firma autêntica de D. Joana.
- 50-122 Procuração de D. João III rei de Portugal ao duque de Aveiro, para receber na fronteira portuguesa, em seu nome, a infanta D. Joana. Lisboa, 4 de Novembro de 1552. Firma autógrafa. Junto outra procuração sôbre o mesmo assunto assinada pelo príncipe D. João.
- 50-123 Declaração feita por Lourenço Pires de Távora, embaixador português, sôbre o modo de receber e beijar a mão à princesa D. Joana. Badajoz, 23 de Novembro de 1552.
- 50-124 Acta da entrega da princesa D. Joana feita pelo

marquês de Vilhena ao duque de Aveiro. Badajoz, 24 de Novembro de 1552.

50-125 Cerimonial do casamento dos príncipes indicados nos números anteriores. Ano 1552.

50-99 Minuta de uma carta de Filipe II, acêrca de enviar Rui Gomes da Silva a Portugal para tratar de negócios pendentes nesta côrte. 11 de Junho de 1553.

50-100 Cartas de Luís Sarmiento a Filipe II, sôbre a negociação que Rui Gomes da Silva e êle fizeram em Portugal acêrca do dote da infanta D. Maria. Lisboa, 28 de Junho, 30 de Julho de 1553. Assinaturas autógrafas. Junto mais cartas de Sarmiento e respostas do rei de Portugal sôbre o caso.

50-119 Escritura outorgada pela princesa D. Joana renunciando todos os direitos à herança de seus pais, dando-se por paga com seu dote. Lisboa, 20 de Dezembro de 1553.

50-117 Conta do que se devia à infanta de Castela, D. Joana, do seu dote e da legítima da imperatriz. Valladolid, 2 de Junho de 1555.

50-98 Cédula da princesa D. Joana, onde consta o requerimento que ante ela apresentou Francisco de Barros, sôbre certa escritura outorgada pela rainha de França, acêrca do direito de eleição de seu dote em Espanha ou Flandres, no caso que, depois de casada, tivesse que regressar a estes reinos. Valladolid, 10 de Outubro de 1558. Declaração de Carlos V, dada a Francisco de Barros, dizendo que ante êle se fizera idêntico requerimento. Yuste, 17 de Maio de 1558.

50-101 Minuta do Breve de dispensa que se havia de pedir ao papa para casamento de Filipe II com D. Maria, de Portugal.

- 50-126 Resposta por parte de Portugal ao secretário da rainha de França sobre o dote da infanta de Portugal.
- 51-8 Alegação jurídica à coroa de Portugal, por morte do rei D. Henrique, apresentada por D. Catarina, rainha de França, como descendente em linha directa de D. Afonso III rei de Portugal. Apresenta a respectiva árvore genealógica. Firmam a alegação o licenciado Afonso Lucena e o doutor Teixeira e procurador da alegante era o duque de Bragança. Vêm junto vários documentos, bulas de papas, testamentos régios, cartas régias, títulos de legitimação, pareceres, etc. extraídos da Torre do Tombo em que a rainha de França baseia seus direitos, que na verdade a-pesar-de tão largamente documentados pouco ou nada provam.
- 51-3 Cédula dos governadores de Portugal nomeados pelo cardeal-rei D. Henrique, sobre a sucessão do reino e declaração de D. António, Prior do Crato por rebelde, condenando-o às penas cominadas nas leis. Castro Marim, 17 de Julho de 1580. Firmas autógrafas.
- 51-7 Carta de D. António, Prior do Crato, fazendo mercê a Amador Pacheco do hábito da Ordem de Cristo. Lisboa, 28 de Julho de 1580. Assinatura autógrafa.
- 51-6 Carta de D. António, Prior do Crato às vilas e lugares de Portugal para que o acatassem como rei. 15 de Setembro de 1580. Firma autógrafa. Junto há autos das cartas que escreveu a Tristão da Rocha, Melchior de Saa, o édito que mandou pôr nos portos de Viana e várias sentenças dadas em seu nome.
- 51-5 26 cartas de D. António, Prior do Crato, a seus partidários chamando-os em seu auxílio, distri-

buindo-lhes cargos e dando-lhes notícias favoráveis: Os partidários a quem estão dirigidas as cartas são:

Pero Pinto

Diego Lopes de Mesquita

Tristão da Rocha

D. João de Azevedo

Heitor Velho Barreto

Diego Machado

Jorge Vieira

Manuel Alvares, licenciado

Manuel Figueira

Jorge de Lemos

Franciso Freire

Simão da Costa

Jerónimo da Cunha

Manuel Luís

Abadessa do Mosteiro de Arouca

Martins Lopes de Azevedo

Salvador Correia

José Correia

Álvaro Machado

Diego Pimenta

Francisco de Almeida

Manuel de Sousa

António Cordeiro

António de Faria, licenciado

Francisco Aranha.

Deve faltar um, mas não vem mencionado no Catálogo. Pôrto, 16 de Outubro de 1580. Firmas autógrafas.

- 51-2 Parecer teológico a que Felipe II, mandou proceder antes de empreender a posse de Portugal. Ano 1580. É assinado pelos doutores Valdivieso,

- Tôrres y Casas de acôrdo com a Faculdade de Teologia da Universidade de Alcairá de Henares.
- 51-1 Exortação que um Principal da cidade de Coimbra enviou aos Governadores do reino de Portugal a 18 de Junho de 1580.
- 51-4 Édito de Felipe II contra D. António, Prior do Crato e seus partidários para que fôsem presos. Tomar, 26 de Abril de 1581.
- 50-112 Escrituras dos autos seguintes: Auto de juramento de Felipe II; Auto das Côrtes de Tomar; Auto do juramento do príncipe D. Diego; Auto do juramento do príncipe D. Filipe.
- 50-113 Auto do juramento dos governadores do reino de Portugal; D. Miguel de Castro, arcebispo de Lisboa; D. João da Silva, conde de Portalegre; D. Francisco de Mascarenhas; D. Duarte de Castelo Branco, conde de Sabugal e Miguel de Moura, para governarem Portugal durante a ausência de Felipe II. Lisboa, 15 de Agôsto de 1593. Firmas autógrafas.
- 50-114 Aprovação do tratado de Paz entre Afonso VI, rei de Portugal e Carlos II rei de Espanha. Lisboa, 13 de Fevereiro de 1668.

INVENTARIO MANUAL DE LAS SECRETARIAS PROVINCIALES FORMADO NUEVAMENTE PARA EL USO DESTE REAL Y GENERAL ARCHIVO DE SIMANCAS. 1826 ⁽¹⁾

CONSULTAS E DECRETOS

Numera- ção moderna	Numera- ção antiga
---------------------------	--------------------------

- | | | | |
|-----|---|------|---|
| 507 | { | 2634 | Negociações de ofícios e de partes dos anos de 1606, 607, 35 e 39. Maço de consultas originais, decretos e outros papéis. |
| | | | |

⁽¹⁾ As *Secretarias Provinciales* dividem-se em *Consultas*, *Decretos*,

Numera-
ção
moderna

Numera-
ção
antiga

- 2635 Idem, do ano de 1641 com alguns antecedentes de datas anteriores. Várias consultas sobre a pretensão de Gaspar Cardoso desde 1641 a 1633.
- 507 { 2636 Outro, do mesmo do ano de 1642.
2637 Outro, do mesmo do ano de 1643.
2638 Outro, do mesmo de 1644. Neste maço há consultas sobre a pretensão de Pedro Fernandes de Pegueroça desde 1644 e 1661 e também sobre a pretensão de Gabriel de Almeida de Vasconcelos desde 1644 a 1655.
- 2639 Outro, do mesmo desde 1645 a 1651.
- 2639 Outro, do mesmo desde 1645 a 1641.
- 508 { 2640 Outro, de consultas, decretos e outros papéis desde 1652 a 1658.
- 2641 Outro, do mesmo de 1659 a 1663.
- 509 { 2642 Outro, do mesmo de 1664 a 1668.

VÁRIOS

- 509 { 2643 Cartas do Governador de Ceuta desde 1654 a 1660.
2644 Cartas do mesmo dos anos de 1661 a 1668.
2645 Outro, de decretos originais sobre várias pretensões de partes do ano de 1635.

Vários, Estado S. P. Portugal, Correspondência com sua Magestade e Livros Inconexos, mas para pedir no Arquivo ou fazer referências em publicações basta indicar *Secretarias Provinciales*, livro N.º (indicar a numeração moderna e não a antiga). Diz-se livro e não legajo porque estes estão encadernados em volumes compreendendo alguns vários legajos.

Numera-
ção
moderna

Numera-
ção
antiga

- | | | |
|-----|------|---|
| | 2646 | Outro, com memoriais relativos a informes de serviços de diferentes anos. |
| | 2647 | Outro, do mesmo. |
| 510 | 2648 | Outro, de cartas do rei ao Dr. Miguel Soares Pereira, seu agente em Roma desde 1622 a 1635 e vários breves e bulas de diferentes anos e entre elas uma cópia do breve do papa Paulo III sobre a fundação da Universidade de Coimbra do ano de 1639. |
| | 2649 | Outro, de papéis de partes e alguns Breves de diversos anos. |
| 511 | 2650 | Outro, que contém certidões de se terem publicado em diversas terras de Portugal os éditos contra D. António Prior do Crato no ano de 1580 e cartas de diversos povos e fidalgos apresentando obediências a Felipe II no mesmo ano com provas de a terem realizado. |
| | 2651 | Outro, de informações e outros documentos apresentados pelas partes para hábitos da ordem de Cristo do ano de 1642. |
| | 2652 | Outro, de 1643 a 1645. |
| | 2653 | Idem, de 1646 a 1647. |
| 512 | 2654 | Idem, de 1648 a 1649. |
| | 2655 | Idem, de 1650 a 1651. |
| | 2656 | Idem, de 1655 a 1657. |
| 513 | 2657 | Idem, de 1658 a 1660. |
| | 2658 | Idem, de 1661 a 1662. |
| | 2659 | Idem, de 1663 a 1664. |
| | 2660 | Idem, de 1665 a 1668. |
| 514 | 2661 | Outro, da mesma classe de documentos para obter hábitos da Ordem de Santiago de 1640 a 1641. |

Numera- ção moderna	Numera- ção antiga
---------------------------	--------------------------

- | | | |
|-----|---|--|
| 515 | { | 2662 Idem, do ano de 1642. |
| | | 2663 Idem, de 1644 a 1645. |
| | | 2664 Idem, de 1646. |
| 516 | { | 2665 Idem, de 1666 e 1668. |
| | | 2666 Outro, de idêntica documentação para obter hábitos da Ordem de Aviz de 1641 a 1643. |
| 517 | { | 2667 Idem, de 1644 a 1668 |

CONSULTAS

- | | | |
|------|---|---|
| 1455 | { | 2668 Um livro com o título <i>Consultas</i> de despachos régios de 1580 datados de Badajoz e de 1581 onde está copiada a carta geral mandada ao vice-rei de despachos dos que estavam na Índia. |
| 1456 | | 2669 Outro, livro intitulado <i>Consultas</i> de despachos de 1583 a 1584. |
| 1457 | | 2670 Outro, livro do mesmo de 1584. |
| 1458 | | 2671 Outro, livro do mesmo assunto de 1591. |
| 1459 | | 2672 Outro, livro do mesmo assunto desde Janeiro de 1598 a Setembro em que morreu o rei. |

ESTADO S. P. PORTUGAL

- | | | |
|------|---|---|
| 1460 | { | 2673 Outro, livro de <i>Consultas</i> originais de 1600. |
| | | 2674 Outro, livro do mesmo assunto de 1601. (Alem de outros documentos contém os referentes ao pedido do arcebispo de Braga em 1600 para fazer doação de bens ao mosteiro do Populo por êle fundado). |
| 1461 | { | |
| 1462 | | 2675 Outro, do mesmo de 1602 a Junho dêsse ano. |
| 1463 | | 2676 Outro, do mesmo ano de 1602 desde Junho a fins de Dezembro. |

Numera-
ção
moderna

Numera-
ção
antiga

- | | | |
|------|------|---|
| 1464 | 2677 | Outro, do mesmo de 1601 a 1606. |
| 1465 | 2678 | Outro, do mesmo de 1604 a 1608. |
| 1466 | 2679 | Outro, do mesmo de 1606 a 1607. |
| 1467 | 2680 | Outro, livro do mesmo o titulo diz Consultas respondidas por Sua Magestade do ano de 1629. |
| 1468 | 2681 | Outro, do mesmo do ano de 1626. |
| 1469 | 2682 | Idem, do ano de 1636. |
| 1470 | 2683 | Idem, do ano 1638 a 1640. |
| 1471 | 2684 | Idem, de 1639 e 1640. |
| 1472 | 2685 | Outro, livro de Consultas do Conselho de Fazenda de 1613. |
| 1473 | 2685 | Idem, de 1620. |
| 1474 | 2687 | Idem, também de 1620. |
| 1475 | 2688 | Outro, de Consultas do Desembargo do Paço de 1629 a 1640. |
| 1476 | 2689 | Outro, de Consultas de África e Conquistas de 1605 a 1607. |
| 1477 | 2690 | Outro, de Consultas da Junta do Conde-Duque sobre cousas do Brasil de 1631. |
| 1478 | 2691 | Outro, livro de Cópias de consultas respeitantes ao Brasil de 1635 e 1636. |
| 1479 | 2692 | Outro, livro de Consultas originais respeitantes à Índia de 1608 e 1609. |
| 1480 | 2693 | Outro, de Consultas originais sobre assuntos eclesiásticos e das ordens militares de 1587 a 1603. |
| 1481 | 2694 | Idem, de 1610 e 1611. |
| 1482 | 2695 | Outro, de Consultas místicas respondidas por el-rei de 1641 a 1654. |

Numera- ção moderna	Numera- ção antiga
---------------------------	--------------------------

DECRETOS

- | | | |
|------|------|---|
| 1483 | 2696 | Decretos de 1603 a 1609. |
| 1484 | 2697 | Idem, de 1603 a 1612. |
| 1485 | 2698 | Portarias de 1585 a 1587. Contém despachos régios feitos a diversos indivíduos. |
| 1486 | 2699 | Portarias de 1587 a 1589. |
| 1487 | 2700 | Registos de cartas régias para os governadores, vice-reis e outros personagens de Portugal de 1603 a 1604. (Sôbre o tombo dos bens do arcebispado de Braga. |
| 1488 | 2701 | Registos de despachos sôbre negócios eclesiásticos e queixas de algumas pessoas de 1603 a 1605. (Condenação de Francisco Pereira em 1603, dentro da colegiada de Valença, por abusos com as freiras do convento da mesma vila). |
| 1489 | 2702 | Registo de Cartas régias de 1604. (Mudança das freiras de Retortinho para um novo convento fabricado em Braga em 1604. |
| 1490 | 2703 | Registo de Cartas régias de 1604. |
| 1491 | 2704 | Despachos de Estados e de Justiça de 1604 e 1605. |
| 1492 | 2705 | Outro, livro de Cartas del-rei de 1605. |
| 1493 | 2706 | Portarias de 1605 a 1607. |
| 1494 | 2707 | Despachos a cartas régias de 1605 a 1607. |
| 1495 | 2708 | Registos de Cartas régias de 1607. |
| 1496 | 2709 | Idem, do mesmo ano. |
| 1497 | 2710 | Idem, idem. |
| 1498 | 2711 | Registo de cartas e despachos régios para a Índia de 1608. |
| 1499 | 2712 | Registo de Cartas régias de 1608. |

Numera- ção moderna	Numera- ção antiga
---------------------------	--------------------------

1500	2713	Idem, de 1609.
1501	2714	Idem, de 1609.
1502	2715	Idem, de 1609.
1503	2716	Idem, 1610,
1504	2717	Idem, 1610 e 1611.
1505	2718	Idem, de 1612.
1506	2719	Despachos régios para vice-reis e governadores de Portugal de 1612 a 1617.
2507	2720	Outro, livro de Cartas e despachos para a Índia de 1612 a 1614.

(Continua).

P.º FRANCISCO MANUEL ALVES.

SUBSIDIOS PARA A HISTORIA DA MUSICA EM PORTUGAL⁽¹⁾

VAZ (SIMÃO)

Gil Vicente allude á voz d'um Simão Vaz:

Peor voz tem Simão Vaz,
Thesoureiro e capellaõ,
E peor o Adaiaõ,
Que canta como alcatraz,
E outros que por hi estaõ.

Farça dos Almocreves, tomo 3.º, da edição
de Hamburgo, pags. 207.

VEIGA (LUIS DA)

(Cantor)

«Eu elRey faço saber aos que este aluara virem que avendo respeito aos seruiços de Luis da Ueigua, meu cantor, e auer seis annos que serue contino em minha capella, ey por bem e me praz de lhe fazer merce de oito mil rs cada anno pera mantimento de hua caualgadura, os quaes começara a vencer de trinta dias dabril deste anno presẽte de quinhentos e nouenta em diante, em que lhe delles fiz merce e lhe seraõ paguos com certidaõ &c. Antaõ da Rocha o fez em Lixboa a xxbj de junho de mil e quinhẽtos e nouenta, e eu Gaspar Fernandez Rodoualho o fiz escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe I, Doações*, liv. 23, fol. 104 v.).

«Dom Filippe &c Aos que esta minha carta virem faço saber que avendo respeito aos annos que ha que serue Luis da Veiga, cantor

(1) Cont. do vol. 83.º, pág. 538.

contralto de minha capella, e ao bom seruiço que nelles me tem feito e espero que ao diante me faça, ey por bem de lhe fazer merce de huũ moyo de trigo de tença cada anno em sua vyda equanto servir a cappella, o qual começará a venser do primeiro dia do mez doutubro deste anno presente de b^olRb em diante e lhe será pago com certidão do capelaõ mor ou dayaõ de minha Capela de como serue nella atualmente. E mando aos vedores de minha fazenda que lhe fação assentar o dito moyo de trigo no liuro della e despachar cada anno para lugar omde delle aja bom pagamento com declaração que lhe será pago com a dita certidão e para firmeza de todo lhe mandei dar esta per mim assynada e passada pella minha chancellaria e asellada com o meu sello pendente. Dada na cidade de Lixboa a xxbij de nouembro. Joaõ Aluares a fez anno do nacimẽto de nosso Senhor Ihu Christo de mil b^olRb. Sebastiaõ Perestrello o fez escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe I, Doações*, liv. 31, fol. 109).

«Dom Felipe &c aos que esta minha carta uirem faço saber que auendo eu respeito a informação que tiue das necessidades e pobreza de Antonia Franca molher que foi de Luis da Veiga, meu musico da camara e cantor, e ao bom seruiço que me fez, ey por bem e me praz de lhe fazer merce de moyo e meo de trigo de tença cadano em dias de sua uida pera ajuda de sua sustentação, o qual começara a vencer de vinte e cinco dias de feureiro deste ano presente de seis centos e quatro em diante, em que lhe fiz esta merce, e portanto mando a dom Fernando de Noronha, conde de Linhares... Dada na cidade de Lixboa aos quinze dias de junho — Antaõ da Rocha o fez — ano do nascimento de nosso Senhor Ihũ X.^o de jbj^oiiij. Sebastião Perestrello o fez escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe II, Doações*, liv. 12, fol. 246).

VEIGA (LUIS DA) 2.^o

«Dom Felipe &c faço saber aos que esta minha carta virem que avendo respeito a boa vos e talento de Luis da Vega, cantor tenor de minha capella real, e ao muito tenpo que ha continuado nella com satisfação, ei por bem e me praz de lhe fazer merce de dez mil rs e dous (falta a palavra moios) de trigo, de tença cada anno, a qual tença de di-nheiro e trigo comesara a vencer de vinte e sette de setembro deste anno presente de seis centos e dezasette em diante com clausulla de até ser prouido em renda eclisiastica dos que se comsignaõ a minha capella real, e tudo lhe sera pago com sertidão do meu capellaõ mor ou, em

sua ausencia, do daiaõ, de como serue atualmente e naõ he prouido em outra couza. E mando ao vedor de minha fazenda lhe faça asentar os ditos dinheiro e trigo nos Liuros della, e do dito tempo en diante despachar cada anno em partte onde aja bom pagamento; e por firmeza de tudo mandei dar esta cartta de padraõ ao dito Luis da Vega por mi asinada e selada com o meu sello pendente. Luis de Lemos a fez em Lixboa a xxx de outubro de mil e seis centos e dezasette. Sebastiaõ Perestello a fez escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe II, Doações*, liv. 43, fol. 59 v.).

«Dom Phelipe &c aos que esta minha carta virem faço saber que auendo respeito a boa informação que tiue de Luis da Veiga, cantor de minha capella real, e auer muitos anos que serue nella com continuação e satisfação e a ter boa voz e ser muito destro no canto de orgaõ, ei por bem de lhe fazer merce de vinte mil rs de tença e hum moio de trigo, alem dos dez mil rs e dous moios de trigo que ja tem, pera que aja ao todo os trinta mil rs e tres moios de trigo a que pode ser acrescentado cõforme o Regimento da dita capella, o que tudo uencera com certidaõ do meu capelaõ mor de como serue nella atualmente e naõ he prouido de renda eclesiastica; pello que mando aos veedores de minha fazenda que lhe façã asentar os ditos vinte mil rs e hum moio de trigo de tença nos liuros della e de noue de setembro deste ano presente, em que lhe concedi a dita merce, despachar cada ano en parte onde aja de tudo bom pagamento pera se lhe pagar com a dita certidaõ, e por firmeza de todo lhe mandei dar esta carta por mim asinada e aselada do meu sello pendente. Baltesar Ferreira o fes em Lixboa a uinte seis dias do mes de setembro de mil e seis centos e uinte e seis anos. E Sebastiaõ Perestrello o fez escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe III, Doações*, liv. 31, fol. 35).

«Eu ElRey faço saber aos que este alvara virem que avendo respeyto aos seruiços de Luis da Veyga, cantor da minha capella da cidade de Lixboa, hey por bem e me praz de lhe fazer merce que elle seya prouido de hum officio de yustiça ou da fazenda, que cayba na qualidade de sua pessoa, e para minha lembrança e sua guarda lhe mandey pasar este aluara, que se cumprira como nelle se comtem sem duvida nem contradicãõ algũa, posto que seu efeyto haya de durar mais de hum ano sem embargo da ordenação em contrario. Francisco Pereira de Betancor o fez em Madrid a vinte e quatro dias do mez de yaneiro de mil e seis centos e vinte sete». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe III*, liv. 16, fol. 213).

« Eu elRei faço saber aos que este aluara virem que auendo respeito aos seruiços de Luis da Veiga, cantor de minha cappella desta cidade de Lisboa, ei por bem e me praz de lhe fazer merce que elle seja prouido de hum officio de justiça ou fazenda, que caiba na calidade de sua pessoa, e pera minha lenbrança e sua guarda lhe mandei pasar este aluara, que se cumprira como nelle se contem sem duuida nem contradição algũa, posto que seu effeito haja de durar mais de hum anno sem embargo da ordenação em contrario. Baltesar Gomes a fes em Lisboa aos desoito de setembro de seis centos quarenta e hum. Baltesar Roiç dA-breu o fez escreuer. Rei». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João IV, Doações*, liv. 12, fol. 248 v.).

VEIGA D'AZEVEDO (LUIS DA)

(Cantor)

« Dezembargadores do paço, amigos, auendo respeito aos seruiços de Luis da Veiga dAzeuedo, meu mosso da camara, me tem feito sendo cantor de minha capella real, de muitos annos a esta parte; hey por bem de lhe fazer merce para seu filho Manoel Veiga da administração da capella de São Bras, que esta na freguezia de Nossa Senhora da Oliueira do lugar de Matacaes, termo da villa de Torres Vedras, em sua vida, que vagou por falisimento de Antonio Nunes Pereira, vltimo adeministrador que della foi, com obrigação dos emcargos della e de fazer o tombo e demarcações dos bens da dita capella, se o naõ ouuer feito seu antecessor, e pagou de mea annata desta merce dous mil e nouecentos e sesenta r^s por lhe ficarem liquidos, pagos os emcargos sete mil r^s e se lhabateraõ quinhentos e carenta rs que hade pagar na chancelaria de direitos de merce da dita capella que se carregaraõ ao thesoureiro Joaõ Frias de Matos a fl^s 185 do l.^o 6.^o de seu recebimento: Pello que uos mando façaes passar carta em forma da adeministração da dita capella ao dito Manoel da Veigua, filho do dito Luis da Veigua dAzeuedo, na qual se traladara este aluara, que se comprira inteiramente como nelle se comthem. Joaõ Pimenta o fez em Lixboa a vinte de setembro de mil e seis centos e quarenta. Joaõ da Costa Trauaços o sobescreuj. Rei». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe III, Doações*, liv. 40, fol. 318).

VILHAMAR (JOÃO DE)

(Cantor)

« Dom Felipe &c aos que esta minha carta de padraõ virem faço

saber que eu ey por bem e me praz de fazer merce a Joaõ de Vilhamar, que nouamente tomei por cantor de minha capella, de trinta mil rs de tença cadanno equãto seruir e nã for prouido doutra cousa, os quaes começará a vencer por este padraõ do primeiro dia de janeiro deste anno presente de seis centos e sete em diante, e lhe seraõ paguos com certidaõ do meu capelaõ mor ou daiaõ de minha capella de como he cõtino no seruiço della e naõ he prouido doutra cousa como dito he, e portanto mando a dom Duarte de Castel Branco, conde do Sabugal, meirinho mor destes reinos de Portugal, do meu conselho do estado e vedor de minha fazenda, que lhos faça asêtar nos liuros della e do dito tempo em diante despachar cadanno em parte onde aja bom pagamento delles e por quanto os elle avia de começar a vêcer de sete dias doutubro do anno de seis centos e cinco em diante que he o tempo em que começou a seruir e lhe fiz delles merce e por este padraõ os hade aver do primeiro de janeiro deste dito anno como nelle he declarado, eu lhe mãdei dar prouisaõ para o meu thesoureiro mor lhe pagar trinta e seis mil e noucentos e quarenta e tres rs, que lhe montaraõ dos ditos sete dias doutubro do anno de seis centos e cinco ate fim de dezembro do anno passado de seis centos e seis a rezaõ destes trinta mil rs por anno e para firmeza de todo lhe mandei dar este por mym asinado e sellado do meu sello pendente. Antaõ da Rocha o fez em Lixboa a xxij dias de março anno do nascimento de nosso Senhor Ihũ Xpo de mil bjº e sete. Sebastiaõ Perestrello o fiz escreuer».

«Dom Felipe &c outro tal padraõ nem mais nem menos como o acima escrito ao mesmo de tres moios de trigo. Feito e sobrescrito pellos mesmos escriuaẽs no mesmo anno mes e dia e com as mesmas condiçoẽs e clausullas». (Torre do Tombo, *Chancellaria de Filipe II, Doações*, liv. 16, fol. 212).

VELHUZ (BENTO DE)

Charamella d'el-rei D. Sebastião, que em 12 de outubro de 1563 lhe fez mercê de dous moios de trigo por anno, os quaes, por sua morte, ficaram pertencendo a sua filha Benita d'Espinhosa.

Em 7 d'agosto de 1572 lhe fez mercê de mais dez mil reaes alem das mais tenças que recebia.

Falleceu, depois de estar aposentado, ahi por 1583, pois

n'este anno, a 20 d'abril, era concedida a sua viúva, Anna Ximenes, a pensão annual de seis mil reaes e outra igual a sua filha Beatriz d'Espinosa.

Bento de Velhuz era genro do charamella Antonio Ximenes. Vide este nome.

«Dom Sebastiam &c Aos que esta minha carta virem faço saber que por fazer merce a Bento de Velhuz, meu charamella, ey por bem e me praz que elle tenha e aja de minha fazenda, em cada hum anno, em quamto minha merce for, dous moyos de trigo de janeyro deste ano presente de quynhemtos sesemta e tres em diamte, dos quaees lhe fazya merce cada ano por mandados que pera iso lhe mādava pasar, e por tanto mādó aos veedores de minha fazenda que lhe fação hasemtar os ditos dous moyos de trigo no liuro della e despachar em cada hum ano pera luguar homde delles haja bom paguamento e pera firmeza de todo lhe mādey dar esta por mim asynada e pasada pela minha chancelaria e asellada com ho meu sello pendemte. Dada na cidade de Lixboa a xii dias do mes doutubro — J.^o Alluarez a fez ano do nacimiento de Noso Senhor Ihu Xpo de jb^olxiiij, e eu Alluaro Pirez a fiz escreuer».

Tem ao lado a seguinte verba:

«Per fallecimento de Bento de Ueluz conteudo neste padraõ pertenceron os dous moios de trigo que por este auia a Benita despinhosa sua filha per uertude de hum aluara de lembrança delRey dom Sebastião, que Deus tem, a qual se hade fazer nouo padraõ delles, portanto se pos esta uerba por despacho de dom Duarte de Castello Branco, ueador da fazemda delRey noso Senhor feito em Lixboa a 24 doutubro de 1581, a qual uerba e riscos pus eu Christouaõ de Benaunte, escriuaõ da Torre do Tombo. Xpõuaõ de Benaunte». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, liv. 10, fol. 440 v.).

«Eu ellRei faço saber aos que este alluara virem que avendo eu respeito aos seruiços de Bento de Velhuz meu charamella, ei por bem e me praz de lhe fazer merce de dez mil r.^s em cada hum anno, que lhe será pagos no meu thesoureiro mor ou em quem seu cargo servir do primeiro dia do mes de janeiro do ano que vem de jb^olxxiiij em diante, os quais dez mil r.^s ey por bem que aja cada anno alem dos mais ordenados que de mim tem. E portanto mando a Ruy Gomez de Carualhosa,

que ora serue de meu thesoureiro mor, e a quem pello tempo em diante tal cargo servir, que do dito prymeiro de janeiro do anno que vem de jb^elxxij em diante de e pague ao dito Bento de Velhuz estes dez mil r^s, de que lhe mais faço merce, em cada hum anno, e aos vedores de minha fazenda que lhe fação asemtar no L.^o della no titulo do thesoureiro mor pera nelle lhe serem pagos cada anno como dito he, e porque eu lhe fiz esta merce aos trinta dias do mes de julho deste anno presente de mil b^elxxij lhe mǎdei pagar em Ruy Gomez da Carualhosa, que serue de meu thesoureiro mor, quatro mil dozentos corenta e seis rs, que lhe mǔtaraõ aver dos ditos trinta dias de julho deste anno presente, em que lhe fiz esta merce ate fim de dezembro delle, e este aluara quero que valha e tenha força e vigor como se fose carta feita em meu nome per mim asinada e pasada por minha chancelaria sem ẽbargo da ordenaçaõ do 2.^o L.^o titulo xx que diz que as cousas cujo efeito ouuer de durar mais de hum anno pasem por cartas e passando por alluaras nã valhã. Manoel Franco o fez em Lixboa aos sete dias dagosto de jb^elxxij. Sebastiaõ da Costa o fez escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, liv. 32, fol. 84 v.).

«Eu ellRey faço saber aos que este aluara virem que eu ey por bem e me praz fazer merce a Bẽto de Velhuz, meu charamella, que os dous moyos de trigo que elle tem de tẽça em cada huũ anno de minha fazẽda, que ora lhe mandey assentar no allmoxarifado das rẽdas da ordem de nosso Senhor lhũ Xpõ da villa de Tomar, no celeiro da Albiueyra fique por seu fallecimento a Benedita despinosa, sua filha, pera ajuda de seu casamento, e pera sua guarda e minha lẽbrança lhe mandey dar este aluara, pello qual, ao tempo que fallecer mandarey pasar padraõ em forma dos ditos dous moyos de trigo de temça a sua filha Benedita despinosa, asi e da maneira que elle Bẽto de Velhuz os tem per seu padraõ e conforme a elle que ao tall tempo apresentara, e este aluara quero que valha e tenha força e vigor como se fose carta feyta em meu nome per mym asinada e pasada per minha chancelaria sem embargo da ordenaçaõ do 2.^o liuro titulo 20 que diz que as cousas cujo efeito ouuer de durar mais de huũ ano pasem per cartas e pasando per aluaras nã valhaõ. Symaõ Borralho o fez em Simtra a xiiij de julho de jb^elxx. E eu Duarte Dias o fiz escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, liv. 28, fol. 86 v.).

«Eu elRey faço saber aos que este meu alluara vyrem que auemdo respeito aos seruiços de Bento de Belhus que foy charamella dos Reis

destes Reynos, que estão em gloria, e a falecer ora depois de estar apousemtado, ey por bem e me praz de fazer merce a Ana Xemenes, sua molher, de $\overline{b}j$ r.^s de tença cada ano paguos no thesoureiro do dinheiro de hum por cento e obras pias, os quais começara a vemcer de $b^{\circ}lxxxij$ em diamte, em que lhe delles fiz merce, e isto halem doutros $\overline{b}j$ r.^s, de que fiz merce, pellos mesmos respeitos, ha Briatiz despinhosa, filha do dito Bento de Belhus; e por tamto mado a João Roiz de Palença, thesoureiro do dito hum por cento, ou a quem ao diamte o dito carguo servir, que dos ditos dez dias de dezembro do ano pasado dee he pague a dita Ana Xemenes os ditos $\overline{b}j$ rs de tença cada ano, e pello trellado deste, que seraa registado no liuro de sua despesa pello espriuaõ de seu carguo com seus conhecimentos mando aos contadores que lhe leuem em comta os ditos $\overline{b}j$ r.^s, que lhe asy pagar cada ano, e este alluara ey por bem que valha &c na forma. Antaõ da Rocha o fez em Lixboa a xx dias dabrill de $jb^{\circ}lxxxij$. E eu Alvaro Pirez o fiz espriuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe I, Doações*, liv. 9, fol. 131 v.).

«Eu elRey faço saber aos que este aluara virem que avêdo respeito aos seruiços de Bento de Velhuz, que foi charamella dos Reis destes Reinos qne estão em gloria e a falecer ora depois de estar apousêtdo, ey por bem e me praz de fazer merce a Briatiz despinhosa, sua filha, de seis mil rs de tença cadanno, paguos no thesoureiro do dinheiro de hum por cento e obras pias, os quais começara a vêcer de dez dias de dezembro do anno passado de $b^{\circ}lxxxij$ em diãte, em que lhe fiz delles merce, e isto alem doutros seis mil r.^s de tēja, de que pellos mesmos respeitos fiz merce a Anna Ximenez, molher do dito Bento de Velhus, e portanto mando a João Roiz de Palma, thesoureiro do dito hum por cento e obras pias, ou a quem ao diante o dito carguo servir, que dos ditos dez dias de dezembro do anno passado de $b^{\circ}lxxxij$ de e pague a Briatis despinhosa os ditos $\overline{b}j$ r.^s de tēja cadanno e pello treslado desta, que sera registado no liuro de sua despesa pelo escriuaõ de seu carguo, com seus conhecimentos, mado aos contadores que lhe leuem em conta os ditos $\overline{b}j$ r.^s que lhe pagar cadaño e este aluara ey por bem que valha como carta &c. Antaõ da Rocha o fez em Lixboa a xxj dabrill de $jb^{\circ}lxxxij$ ». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe I, Doações*, liv. 7, fol. 179 v.).

VERDUGO (SEBASTIÃO MARTINS)

Em alvará, com força de carta, de 5 de abril de 1596, foi nomeado Sebastião Martins Verdugo, filho de Sebastião Martins, natural de Madrid, para tangedor de tecla da Capella Real, com a tença de sessenta mil reaes, alem de tres moios de trigo, o que tudo começaria a vencer desde 20 de novembro do anno transacto.

«Dom Filippe &c Aos que esta minha carta virem faço saber que eu ey por bem de fazer merce a Sebastiam Martinz Verdugo filho de Sebastiaõ Martinz, que ora tomey por tangedor de tecla de minha capella, de tres moyos de trigo de tença cada anno em sua vida, em quãto servir a dita capella, que lhe seraõ pagos com certidaõ do capellaõ mor ou deam de como serue autualmente na capella, os quais tres moyos de trigo começará a vencer de vinte dias de nouembro do anno passado de b.^olRb (1595) em diante, em que lhe fiz merce de o tomar. E mando aos vedores de minha fazenda que lhos façã assentar no lyuro della e despachar cada anno para lugar onde delles aja bom pagamêto, e pera firmeza de todo lhe mandei dar esta carta per mym asinada e passada pella minha chancellaria e asellada com o meu sello pendente. Dada na cidade de Lixboa a xxx de março Joaõ Aluares a fez, anno do nacimêto de nosso Senhor Ihuũ Christo de mil b.^olRbj (1596). Sebastiaõ Perestrello o fez escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe I, Doações*, liv. 31, fol. 123).

VICENTE (JOÃO)

«Johã Vicente, morador no termo de Lisboa, tronbeta do conde dArraiollos, meu bem amado primo. Carta de privilegio dada em Santarem a 5 de junho de 1442». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Affonso V*, liv. 37, fol. 63).

«Joham V.^{to}, morador no termo de Lixboa, tronbeta do conde dArrayollos. Carta de privilegio dada em Sintra a 26 dagosto de 1450» (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Affonso V*, liv. 11, fol. 98 v.).

VICIOSO (AFONSO)

(Cantor)

«Dom Joham &c A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que nos querêdo fazer graça e mercee a Afonso Vicioso, noso cantor, morador em esta nossa cidade dEuora, teemos por bem e nos praz que de janeiro que vyra de ⁱⁱⁱⁱ°lxxxiiij anos em diante em cada hum ano ele aja de nos em sua casa os noue mil e seis centos rs de sua moradia, posto que em nossa corte per sy nom sirua como he hordenado, segundo elRej meu senhor e padre per seu aluara lho tynha outorguado, e mais nos praz e queremos que elle aja pagamêto dos ditos dinheiros nesta dita nossa cidade dEuora nas rendas do nosso almoxariffado della em cada huũ anno, sem mais tirar outra carta de nossa fazenda, segundo hordenaçã. E porem mãdamos ao nosso almoxarife ou recebedor do almoxarifado da dita cidade e ao nosso cõtador della e a quaes outros officiaes e pessoas a que esto pertêcer que pello trellado desta nossa carta que em cada hum ano cobrara, pague ao dito A.º Vicioso os ditos dinheiros, fazêdo lhe delles mui boo paguamêto aos quarteos do ano. E pello dito trellado e com o conhecimêto do dito Vicioso mãdamos aos nossos cõtadores que lhos leuem em despesa, e esto queremos e mãdamos que se guarde e cumpra inteiramête ao dito Vicioso sem outra duuida nem cõtradiçã algũa, sem êbarguo de quaees quer hordenaçoẽs e regimentos de nossa fazenda feitos e por fazer que hi aja em contrairo, por que em especial asy he nossa merce, e em testemunho dello lhe mãdamos dar esta nossa carta assignada per nos e seelada do nosso seello. Dada em Euora xiiij dias doutubro — Xpouaõ de Barros a fez — de mil e ⁱⁱⁱⁱ°lxxxij». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João II*, liv. 3, fol. 72).

VICTORIA (CRISPIM DE)

(Musico)

Vide *Respatero* (Luis de Victoria).

«Dom Filipe &c aos que esta minha carta virem faço saber que auendo respeito a boa informaçã que tiue do tiple e tallento de Crespim da Uitoria Respatero, natural da uilla de Madrid, a quem tenho tomado por capillaõ cantor de minha capella real, hei por bem de lhe facer merce de tres moios de trigo de tença cada anno em quanto servir na

ditta capella e não for prouido por mim de renda algũa eclesiastica e lhe serã pagos com certidã do meu capillaõ mor ou quem o dito cargo servir de como serue bem e não he prouido, pello que mando aos vedores de minha fazenda que lhe façã asentar os ditos tres moios de trigo nos liuros della e de dezoito de dezembro do anno passado de seis centos e vintaquatro de que lhe cõsedi a dita merce despachar cada anno a parte donde delles aja bom pagamento pera lhe serem pagos com a dita certidã, e por firmeza de todo lhe mandei dar esta carta per mi asinada e sellada do meu sello pendente. Baltesar Ferreira a fes em Lixboa aos oito de janeiro de 1625. Sebastiaõ Perestrello a fis escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe III, Privilegios*, liv. 3, fol. 92).

VICTORIA (LUIS DE)

Pedro d'Andrade Caminha (*Poesias*, pags. 272) consagra-lhe o epitaphio XXX, inscrevendo debaixo da dedicatoria estas phrases encomiasticas: *o mayor musico de seu tempo e bom Poeta*. O epitaphio é d'esta fórma:

«Foy Luis de Victoria, cujo esprito
Foy na Musica só, nas Musas raro.
A quem seu doce canto, e brando escrito
Tem dado immortal fama, e nome raro.

Tudo na terra acaba, outro infinito
Tempo logra no Ceo fermoso e claro,
Onde mais brandamente Alma levanta
Os versos que mais doce tange, e canta.»

Pela oitava de Caminha se vê que Luis de Victoria era tambem poeta, mas tem passado, tanto numa como noutra cousa, desconhecido aos nossos bibliographos. Era cavalleiro fidalgo da casa do infante D. Luis, a quem parece ter sobrevivido, mas era já defunto em 1556 pois, n'este anno, mandou D. João III dar á sua viuva, Margarida Antunes, a tença de dous moios de trigo e a seu filho Manuel Ferreira a tença de seis mil reaes. Não duvido identificar este Luis

Victoria com o musico, porque n um manuscripto de *ditos e sentenças*, que ha na Torre do Tombo, se conta uma anedocta passada entre o infante D. Luis e um seu musico Luis de Victoria, excellente tangedor de viola, o qual compuzera um credo e o cantara.

Dou a seguir a passagem do manuscripto e a carta de D. João III:

«O infante tinha hum musico chamado Luis de Victoria, excelente tangedor de viola, o qual compoz hum credo e tangeho e cantouho ao Infante, a quem pareceo tam bem que lhe fez por isso merce: ao outro dia, tangendo-lhe este musico, preguntou a S. A. se queria que lhe tangese o credo, e o Infante respondeolhe que o tangese para sy, porque o que elle hua vez cria, nunca mais o duvidava, e esplicandolhe Luis de Victoria que bem crera elle ontem a merce que S. A. lhe fizera; tornou-lhe o infante: pois que quereis vos agora Luis de Victoria que crera eu oje a merce que uos hey de fazer?» (Torre do Tombo, *Manuscripto* 1126).

«Dom Joam etc Aquamtos esta minha carta virem faço saber que eu comcidy ao ifamte dom Luis, meu irmão, que samta gloria aja, de por seu falecimento fazer merce aas pessoas que delle tiuesem temças em vida lhas mandar dar das remdas que delle vaguasem pera mym e porque Marguarida Antunez, molher que foy de Luis da Vitoria, jaa defumto, que foy caualeiro fydallguo da casa do dito ifante, tinha delle dous moyos de triguo de temça em vida por hum padrão feyto a xij dias de junho do anno de b^eliiij em satisfação dos seruiços que o dito seu marido tinha feytos ao dito ifamte, lhe mamdey dar esta carta de padrão, pella qual, por niso lhe fazer merce ey por bem e me praz que ella dita Marguarida Amtunez tenha e aja de mim de temça em cada hum anno em dias de sua vida os ditos dous moyos de triguo de janeiro que pasou deste anno presente de b^elbj em diante, os quaes ey por bem que lhe sejam asentados e paguos no paull de Traua... Dada na cidade de Lisboa a 16 dias do mes doutubro. Joham Aluarez a fez — anno do nascimento de noso Senhor Jhuu xpo de jb^elbj; e eu Alvaro Pirez o fiz escrever». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III*, liv. 65, fol. 302 e 302 v.).

Segue-se outra carta identica a Manuel Ferreira, filho de

Luis da Vitoria, de seis mil reaes em dinheiro e trinta alqueires de trigo de tença.

VIEIRA (JOÃO)

Cantor do paço no tempo d'el-rei D. Manuel — *Lisboa Antiga*, tom. VII dos *Bairros Orientaes*, pag. 315.

VIEIRA (MIGUEL)

(Baixão)

«Dom Phelipe &c faço saber aos que esta minha carta virem que hauendo respeito a Miguel Vieira, tangedor de baxão de minha capella real, me ter seruido nella vinte annos com boa satisfação, hey por bem de lhe fazer merce de trez moyos de trigo cada anno de seu acrescensamento conforme ao Regimento, os quaes lhe serão pagos com certidão do meu capellaõ mor de como atualmente esta continuando no seruiço da dita capella: Pello que mando ao prezidente do conselho de minha fazenda que lhe faça asentar os ditos trez moyos de trigo nos liuros della e de dezaseis de junho passado deste anno prezemte despachar cada anno em parte omde delles aja bom pagamento e por firmeza de todo lhe mandey dar esta carta por mim assinada e sellada do meu sello pendente. Baltezar Ferreira a fez a sete de julho de mil e seis centos e trinta e noue annos, e pagou de mea annata dez mil e duzentos e sessenta rs ao thesoureiro das meas annatas sobre quem se carregaraõ no liuro quinto de seu recebimento fl.^a 122 como se vio por certidão do escriptaõ de sua receita assinada por ambos que se rompo ao assinar desta. Fernaõ Gomes da Gama a fez escreuer. Rey». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe III, Doações*, liv. 40, fol. 236 v.).

«Ev ElRey faço saber aos que este aluara uirem que hauendo respeito ao trabalho que Miguel Vieira, baixam de minha capella real, tem adestimdo todos os dias no exercicio de muziqua que se faz pera insino dos mosos da dita capella sem ser obrigado a hisso em rezão de seu officio, hey por bem de lhe fazer merce de huũ moyo e quinze alqueires de trigo de ordenado em cada huũ anno, que lhe serão pagos com certidão do Bispo meu capellaõ mor emquanto continuar com esta

obrigação... Baltezar Ferreira o fez em Lisboa a vinte de nouembro de seis centos e quarenta e dous annos. Fernão Gomes da Gama o fez escrever. Rey». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João IV*, liv. 13, fol. 234 v.).

«Dom João &c faço saber aos que esta minha carta de padraõ vierem que tendo respeito ao bem que Miguel Vieira, baixaõ da capella real, procede no ministerio della de mais de trinta annos a esta parte, acodindo sempre com pontualidade ao cumprimento de suas obrigações, e ao mais que por hora por elle se representou, hei por bem fazerlhe merce para seus dous filhos, Joseph Vieira e Pero Vieira de uinte mil rs de tença, des mil rs para cada hum, pagos em hum dos almoxarifados onde couberem, os quaes uinte mil rs haõ de auer em vida delles somente, cujo uencimento correrá desde vinte sinco de junho do presente anno, em que se deu o despacho referido: pello que mando aos vedores de minha fazenda que na forma assima referida, digo assima declarada, lhes fação assentar nos liuros della os ditos vinte mil rs de tença, des mil rs a cada hum, para lhe serem pagos em hum dos almoxarifados donde couberem como dito he, e os ditos vinte mil rs de tença haõ de comessar a venser desdo tempo assima declarado, e per firmeza de todo lhe mandei dar esta carta de padraõ por mim assinada e selada com o meu cello pendente, e na chancellaria pagara os direitos novos e velhos que deuer conforme ao Regimento. João Pereira o fes em Lixboa a desoito de julho de seis centos sincoenta e quatro annos. Fernão Gomes da Gama o fes escrever. ElRey». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João IV*, liv. 26, fol. 159 v.).

VILLA (FERNÃO DA)

(Cantor)

«Dom Felipe &c faço saber &c outra tall carta, nem mais nem menos, como a que fica atras registada neste Liuro de Balltesar Guallvão ha Fernã da uilla, cantor, doutros doze mill rs de temça em vyda do primeyro de janeiro de lxxxij em diamte. Feyta e subscripta pelos ditos spriuæes e no dito dia, mes he ano acima contheudo». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe I, Doações*, liv. 1, fol. 191).

Vide *Balthasar Galvão e Duarte Dias*.

VILLA CASTIM (JOÃO DE)

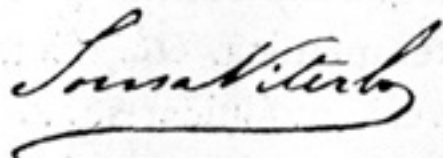
Veja-se o meu artigo — *Mestres da Capella Real nos reinados de D. João II e D. Manuel* na *Arte Musical* n.^{os} 176 e 177 de 1906.

VILLES (MATHEUS DE)

(Charamella)

« Dom Ioham &c a quamtos esta nosa carta virem fazemos saber que querendo nos fazer graça e mercee a Mateus de Uylles, nosso charamella, temos por bem e queremos que elle tenha e aja de nos, des primeiro dia de janeiro que ora pasou deste anno presente de iiij^o lxxxbij, de tença em diante em cada hun anno, em quanto nosa mercee for, tres moios de tryguo, os quaaes lhe seram asemtados em o liuro da nossa fazenda domde em cada huñ anno tirara delles carta pera luguar homde delles aja muy boo paguamento segundo nossa hordenamça, e por sua guarda lhe mamdamos dar esta nosa carta de padrã per nos asinada e asellada de nosso sello pendente. Dada em Samtarem a xiiij dias de feureiro. Pamteliam Diaz a fez anno de mill iiij^o lxxxbij». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João II*, liv. 19, fol. 42 v.).

(Continúa).



FEBRE DE MALTA — FEBRE ONDULANTE

(BRUCELOSE HUMANA)

PREÂMBULO

« La mélicoccie est en train d'évoluer, elle a tendance à devenir chronique, c'est une maladie que plus tard deviendra, par ses manifestations et sa chronicité, une des affections les plus fréquentes et les plus tenaces. La mélitococcie est une maladie d'avenir ».

Estas palavras, proferidas há anos por Nicolle num tom de profecia, tornaram-se pouco e pouco uma realidade. Com efeito, desde então (1921) esta doença tomou aspectos novos em todos os elementos da sua personalidade nosológica: etiologia, sintomatologia, distribuição geográfica, epidemiologia, terapêutica, etc. Conseqüentemente até o próprio nome deveria modificar-se... Na verdade, as designações de febre de Malta, febre mediterrânea, febre caprina, febre ondulante, — fièvre batarde (Jaccoud) e *caprichosa* (Nicolle), melitococcia etc. — com as quais (segundo a sua distribuição geográfica, a sua epidemiologia, o aspecto da sua curva térmica, a sua evolução e a sua bacteriologia) tem sido tratada, deveriam, muito naturalmente, ser substituídas pela de Brucelose humana (tipo *melitensis*, *abortus* e *suis*, conforme o *Brucella* em causa), designação aliás bastante empregada por vários autores⁽¹⁾ de algum tempo a esta parte.

(1) Spiro Livierato, «La Brucellose en Grèce», *La Presse Médicale*,

Doença localisada durante muito tempo à ilha de Malta onde Bruce (1887) fez o respectivo estudo clínico e verificou pela primeira vez a existência do *micrococcus melitensis* no homem; extensiva depois a toda a região mediterrânea, origem, respectiva e sucessivamente, dos nomes de febre de Malta e febre mediterrânea pelas quais a princípio foi conhecida, encontrando-se actualmente disseminada pelas cinco partes do mundo justo é que tais nomes deixassem de ser empregados, evitando-se conseqüências clínicas e ainda prejuízos de toda a ordem da parte das regiões em causa (¹).

Considerada, por longos anos, como devida apenas ao *micrococcus melitensis* de origem caprina e transmitida exclusiva ou principalmente pelo leite daquele animal, também as designações de *melitococcia* e de febre caprina deviam abandonar-se sabido como é que o *Brucella abortus* (micr. de Bang, 1896), considerado, no princípio, agente, apenas, do *aborto epizootico*, pode realizar (e realmente tem realizado numerosíssimas vezes) a mesma sintomatologia que o *Br. melitensis* e ainda porque este se pode encontrar nos bovídeos, ovídeos e suídeos. Tão pouco o nome de doença de Bruce ou de Bruce-Bang, em homenagem ao autor e autores que primeiro evidenciaram a morbilidade do *Brucella melitensis* e do *Br. abortus* lhe deverá ser atribuído.

Nenhum daqueles autores, com efeito, no início dos seus estudos, encarou o problema das Bruceloses como hoje se encontra. O *Br. melitensis* e o *Br. abortus* eram o agente,

n.º 11, 1932, pág. 198; A. Lemierre et D. Mahoudeau-Campoyer, «Un cas de brucellose contractée en Lorraine. Traitement par le jaune d'acridine. Guérison. Psychose port-infectieuse». *Soc. Méd. des Hôp. de Paris*, 1932, pág. 319, etc.

(¹) Assim é que a Câmara Médica de Malta e outras entidades representaram à Academia de Medicina de França no sentido dos nomes de *febre de Malta* e *febre mediterrânea* serem substituídos pelo de *febre ondulante*. Ver *Bull. de l'Acad. de Méd.*, 1928, pág. 127.

respectivamente, de um estado febril especial na raça humana e do abôrto epidémico nos animais. Entre os dois gérmens — um virulento só para o homem, o outro só para os animais — não existia a menor afinidade patogénia.

Finalmente, porque nem sempre a curva térmica reveste o tipo ondulante podendo, pelo contrário, apresentar os restantes tipos (intermitente, remitente, contínuo e recorrente) tal designação, que lhe foi dada por Hughes em 1895, deveria, igualmente, ser posta de parte.

O nome, pois, que, no estado actual dos nossos conhecimentos clínicos e epidemiológicos mais conviria aos processos mórbidos humanos devidos à espécie Brucela (*Br. melitensis*, *abortus* e *suis*) é, naturalmente, o de Brucelose — tipo *melitensis*, *abortus* e *suis*, repetimos, conforme o *Bru-cella* em causa.

Designação de natureza bacteriológica, como que abrange totalmente o problema patológico que constitui, ao mesmo tempo que não prejudicaria em nada, parece, o significado parcial, — geográfico, epidemiológico, microbiano e clínico — das demais designações sucessiva ou simultâneamente usadas.

Bem deliberadamente, nós, empregaremos, todavia, e indistintamente, as expressões *febre de Malta*, *febre ondulante* e *brucelose*, procurando, dêste modo, conciliar a nossa preferência pela última com aquela que, em obediência à tradição, raras vezes totalmente defensável, (em patologia médica como em patologia social) outros poderão ter pelas duas primeiras.

OBS. I — M. dos S., casado, trabalhador rural, natural de Mata Mourisca (Pombal), de 28 anos de idade.

Antecedentes hereditários, próprios e colaterais sem importância. A sua história clínica consiste no seguinte: em meados de Janeiro, depois de andar adoentado dez a doze dias (astenia, fastio, cefaleia, etc.) começou a sentir, das 14

para as 15 horas, arrepios violentos mas pouco duradouros (5 a 6 minutos) seguidos de hipertermia (38,5, 39 e 39°,5) que lhe durava até de madrugada (4 a 5 horas) decrescendo concomitantemente com o aparecimento regular, metódico, de suores profusos e generalizados obrigando-o constantemente à mudança da roupa do corpo e freqüentemente a parte da da cama (lençóis e travesseira).

Um médico que o examinou em fins de Janeiro, admitindo o diagnóstico de paludismo, prescreveu-lhe umas hóstias de quinina, absolutamente ineficazes sobre todos os sintomas existentes.

Com efeito, os arrepios, a hipertermia e os suores continuavam a aparecer nas condições referidas atenuando-se os arrepios e os suores duas ou três semanas antes de se hospitalizar ou faltando, mesmo, nalguns dias. Como, a-pesar-da febre elevada, comia regularmente, sobretudo nas horas de apirexia (das 5 às 14 ou 15 horas) não emagreceu sensivelmente tornando-se, no entanto, muito abatido e anemiado.

Foi em face destas manifestações e da rebeldia da febre aos sais de quinina (tomados por três ocasiões, durante 6 a 8 dias com intervalos de 10 a 15) que, a conselho do seu médico, resolveu baixar ao Hospital, o que fez em 14 de Abril de 1931 onde esteve até ao dia 9 de Julho do mesmo ano (Enfermaria 4.^a M. h.).

À data da entrada, além dos sintomas já referidos, apresentava a língua saburrosa, relativa anorexia, constipação (moderada) esplenomegália (ligeira) e taquicardia. Queixava-se, ao mesmo tempo, de fortes dores lombares (sobretudo à direita), do artro-mialgias (côxa direita, joelho esquerdo e articulação côxo-femoral direita). Nesta articulação as dores foram tão intensas e as perturbações funcionais tão manifestas durante alguns dias que, na possibilidade do diagnóstico de infecção tuberculosa acompanhada ou seguida de coxalgia se chegou a requisitar uma radiografia daquela arti-

culação (a qual se não fez, primeiro por motivos de laboratório e depois por já não estar indicada).

De 14 de Abril a meados de Maio teve o doente os costumados arrepios algumas vezes e os suores tôdas as noites, das 3 para as 5 horas, numas mais intensos e duradoiros do que noutras. Como, em princípios de Maio (6 a 8), lhe apparecesse um sôpro cardíaco sistólico (foco mitral) de caracteres imprecisos, mistos, e as articulações do punho se tornassem dolorosas, admitindo-se a possibilidade de uma fórma, algum tanto atípica, da infecção reumatismal, fêz-se-lhe a prova terapêutica do salicilato de sódio (6 a 8 gr. quotidianos) durante cinco dias, de efeitos nulos, como igualmente o tinha sido a de quinina, administrada por via digestiva na dose diária de 1,5 gr. de 24 a 28 de Abril e em injeccão intra-muscular (1 gr.), desde 29 daquele mês até 2 de Maio. Admitindo vários diagnósticos, tendo em vista a evolução, a curva térmica (vid. gráfico I), a ineficácia de certas provas terapêuticas, etc., fizeram-se os seguintes exames laboratoriais:

Pesquisa de hematozoários no sangue: negativa em 18-IV e em 8-V, após injeccão intra-muscular de um miligr. de adrenalina;

Hemocultura (sangue colhido em 15-V), negativa.

Radioscopia do torax (em 20-IV e 1-VII), negativa

Wassermann do sangue (18-IV) idem

Urinas (18-IV), normais.

Exame hematológico (8-V)

Hemoglobina	65 %
Glóbulos vermelhos	3.656.000
Glóbulos brancos	1.800

sendo :

Polinucleares neutrófilos	30,6 %
Linfocitos (pequenos e médios	61,1 %
Grandes mononucleares	6,9 %
Eosinófilos	1,4 %

Em 13 do mesmo mês:

Hemoglobina.	70 %
Glóbulos vermelhos.	3.776.000
Glóbulos brancos	2.000

sendo:

Polinucleares neutrófilos.	56,6 %
Linfocitos (pequenos e médios).	34,8 %
Grandes mononucleares	6,1 %
Eosinófilos.	2,5 %

Cuti-reacção à tuberculina: negativa em 12-V; francamente positiva em 26-VII. Intradermo-reacção à melitina: *francamente positiva* em 14-VII e em 4-VIII (comparada com a intradermo-reacção ao caldo peptonado vulgar, absolutamente negativa). Reacções de Widal e de Wright: negativas em 2 e 21-V e em 12-VI; *positiva*, a segunda (*só a 1/320*) em 20-VII; *negativa* em 11-VIII. Terapêutica: injeções intravenosas de gonacrina, auto-hemoterapia; tonicardíacos, etc.

Nota. — Durante o tempo que mediou entre estes dois exames o doente foi tratado com injeções subcutâneas de electrargol.

OBS. II — M. E., casado, trabalhador rural, natural da Guia (Mata Mourisca) concelho de Pombal, sem antecedentes hereditários, colaterais e próprios dignos de registo. Em fins de Abril começou a sentir febre (tipo remitente) astenia, fastio, suores noturnos, etc. baixando, por isso, à Enfermaria 4.ª M. h. em 6 de Maio seguinte.

Nessa data apareceram-lhe intensos e prolongados calafrios precedendo maiores ou menores acessos febris, seguidos, no declínio destes (2 ou 3 horas) de suores abundantes. Apresentava ao mesmo tempo a língua saburrosa, ligeira

constipação (sem meteorismo abdominal) taquicardia, hipotensão arterial (10,5 Mx e 6,5 Mn) discretos sibilos no hemitorax esquerdo; fígado normal, baço levemente hipertrofiado (hipertrofia constatável à percussão). Assim esteve até ao dia 15.

De 17 a 27, coincidindo com uma *poussée* febril intensa (vid. gráfico II), aparecimento de poliadenite cervical esquerda — dolorosa à pressão e *expontaneamente*. Esta flegmácia ganglionar, não satélite de qualquer infecção regional, apresentava-se claramente como efeito e não como causa do estado septicémico concomitante.

De 27 de Maio a 2 de Junho apirexia e desaparecimento de poliadenite cervical; neste dia início de nova *poussée* febril e reaparecimento da poliadenite em questão; idem de 16 a 23 e de 28 a 7 de Julho com os respectivos intervalos de apirexia; de 29 deste mês até 6 de Agosto (desta vez sem a costumada poliadenite cervical) e, finalmente, desde 29 a 1 de Setembro (inclusivé).

Exames laboratoriais:

Pesquisa de hematozoários no sangue: negativa (em 13-V) após injeção intramuscular de um miligr. de adrenalina;

Homocultura (sangue colhido em 22-V): negativa;

Radiografia do torax: sombra hilar esquerda bastante aumentada de volume e de densidade (15-V); normal em 15-VII;

Wassermann do sangue (19-V): negativa;

Urinas (16-V): normais;

Exame hematológico (5-VIII)

Hemoglobina	80 %
Glóbulos vermelhos	3:970.000
Glóbulos brancos	5.200

sendo:

Polinucleares neutrófilos	35,9 %
Linfocitos (pequenos e médios)	54,1 %
Grandes mononucleares	7 %
Eosinófilos	3 %

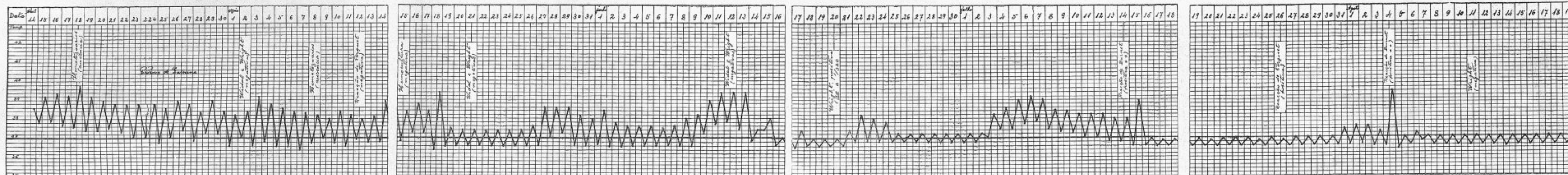


GRÁFICO I

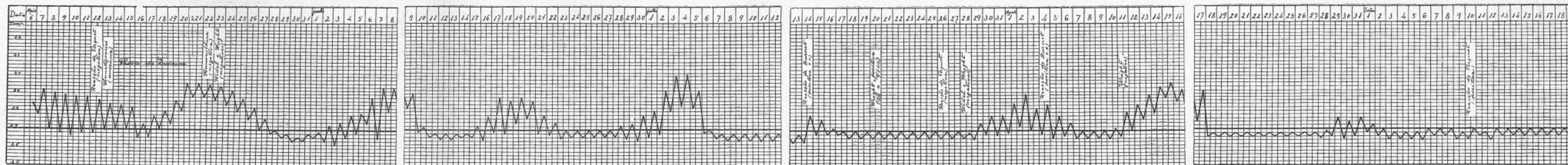


GRÁFICO II

卷之四

Cuti-reacção à tuberculina: *negativa* em 12-V; *francamente positiva* em 26-VII e em 10-IX;

Intradermo-reacção à melitina: *fortemente positiva* em 14-VII e em 4-VIII (comparada com a intradermo-reacção ao caldo peptonado vulgar, absolutamente negativa);

Reacções de Widal e de Wright: *negativas* em 23-V e em 28-VII; *positiva*, a segunda, *sòmente a 1/640* em 20-VII e *negativa* em 11-VIII. Tratamento: igual ao da primeira observação.

Nota. — Admitindo-se a hipótese de paludismo, a-pesar-da pesquisa negativa dos hematozeários no sangue, fêz-se neste doente de 14 a 20-V) a *prova terapêutica* da quinina, a qual foi absolutamente ineficaz.

*

Oferecem estas duas observações algumas particularidades que não queremos deixar sem a devida apreciação: origem provável na ingestão de queijo fresco de leite de cabra (que ambos ingeriram abundantemente antes de adoeceram); febre do tipo remitente e intermitente durante os primeiros tempos (*quatro meses na primeira, vinte a vinte cinco dias na segunda*) e, sobretudo, *carácter fugaz, transitório da positividade da reacção de Wright*. Pondo de parte as duas primeiras, as quais, a-pesar-de dignas de registo, não são de excepcional importância, fixemos a nossa atenção na última, merecedora, sem dúvida, de alguns comentários.

Em primeiro lugar: ¿seria devida a outro estado infeccioso que não à febre ondulante e, nestas condições, praticou-se um erro de diagnóstico? Evidentemente que não, pois como veremos quando tratarmos do significado da reacção de Wright nenhum estado mórbido a pode tornar positiva a tais diluições. Essa característica pertence de preferência à febre de Malta (reacções paradoxais).

¿Ter-se-ia empregado uma *souche* expontâneamente aglu-

tinável? Sendo assim (a *souche* foi sempre a mesma) ¿por-que não deveria tal reacção ser positiva anteriormente e, quando o foi, porque o não seria em igual diluição para os dois soros? ¿Finalmente, a sôro-aglutinação poderia ter sido provocada pela intradermo-reacção à melitina feita alguns dias antes? Julgamos essa hipótese indefensável não só porque as duas reacções são patogénicamente independentes não sendo lógico, portanto, que a primeira fôsse condicionada pela segunda, mas ainda porque, nesse caso, natural seria que a reacção de Wright fôsse também positiva em 11 de Agosto, o que se não verificou (como o tinha sido em 20 de Julho) separada, como estava, nas duas datas, da intradermo-reacção à melitina, por um período de tempo sensivelmente igual.

«Ces substances à réaction allergique ne présentent pas les caractères principaux des antigènes car elles ne donnent pas lieu à la formation d'anticorps spécifiques chez les animaux neufs» ⁽¹⁾.

Por outro lado, como demonstraram Dubois e Sollier, nem as proteínas estranhas (leite e peptona) nem as provenientes do micrococus melitensis (endo, exo-proteínas e corpos microbianos), injectadas a animais, modificam os resultados da sôro-aglutinação ⁽²⁾, factos que, lógicamente transportados para o terreno humano, nos autorizam a admitir, juntamente com outros, que as reacções de Burnet feitas aos nossos doentes nenhuma influência tiveram sobre as reacções de Wright.

¿Não seria realmente de esperar que os dois organismos nas mesmas condições, solicitadas por uma mesma causa,

⁽¹⁾ H. Violle, *loc. cit.*, pág. 33.

⁽²⁾ Ch. Dubois et N. Sollier — *Sur les variations des résultats de la séro-agglutination et de l'hémoculture dans la mélitococcie ovine et caprine au cours de l'infection expérimentale et naturelle. Ann. de l'Inst. Pasteur*, n.º 1, Juillet, 1931, pág. 83.

reagissem de igual modo? Concluiremos, portanto, que as particularidades observadas nestes dois casos de febre ondulante da parte da reacção de Wright se devem atribuir ao fraco (quási nulo e episódico poder aglutinogénio dos organismos e dos gérmens em causa) que não, repetimos, às aglutininas inespecíficas dos soros, à aglutinabilidade expontânea da *souche* de *Brucella* (a mesma em tôdas as reacções) ou aos efeitos aglutinogénios das intradermo-reacções à melitina.

Além da absoluta incapacidade aglutinogénia de alguns organismos (humanos e animais) e de certos micróbios, a negatividade, constante ou transitória, da sôro-aglutinação em geral e, conseqüentemente, da reacção de Wright, pode attribuir-se à falta de concentração ótima dos coloides que a condicionam (Arrhenius); à transformação das aglutininas em aglutinoides e, ainda, à acção fortemente bacteriolítica da alexina. Assim o pensam e parece terem demonstrado J. J. Van Loghem⁽¹⁾ e V. Anthadsé⁽²⁾, êste num trabalho importante, parte de cujas conclusões julgamos conveniente citar: «*Un anticorps unique est responsable de l'agglutination et de la bactériolyse spécifiques. L'anticorps spécifique, en présence de l'alexine, provoque la bactériolyse. Si le complément est présent en quantité suffisante, les propriétés lytiques du sérum se manifestent jusqu'aux dilutions terminales.*

.

L'alexine, antagoniste de l'action floculante, peut masquer la réaction d'agglutination avec les sérums frais; ce n'est que plus tard, quand le titre de l'anticorps commence à dépasser la limite d'action de l'alexine (l'isoalexine, dans nos expériences, peut se montrer active aux dilutions à 1/320 et

(1) Dr. J. J. Van Loghem, — *Au sujet de l'agglutination par les sérums frais*, — *Ann. de l'Inst. Pasteur*, n.º 1, 1931, pág. 78.

(2) Dr. V. Anthadsé, — *Action antagoniste de l'alexine vis-à-vis de l'agglutination. Son mécanisme. Sa valeur comme preuve de l'unicité des anticorps bactériens*, — *Ann. de l'Inst. Pasteur*, 1930, págs. 203-220.

même à 1/480), que l'agglutination se manifeste dans les derniers tubes de la série (agglutination dite «paradoxe»).

L'emploi de sérums actifs (surtout à des dilutions insignifiantes, qu'il est classique de voir conseillées dans tous les traités: 1/25; 1/50; 1/100; 1/200!), et d'émulsions microbiennes fines, ne devrait pas être admis pour la réaction d'agglutination courante.

L'inactivation à 56° durant trente minutes doit entrer dans la pratique de la réaction d'agglutination, si l'on ne veut pas passer à côté d'une réaction positive quand le titre agglutinant de sérum à examiner est faible (par exemple dans les premiers jours de la formation d'anticorps dans l'organisme du malade).

Estes factos, dando a explicação das sôro-reacções de Widal paradoxais, são, cremos, inteiramente aplicáveis à reacção de Wright, cujo carácter paradoxal se verifica nela com especial frequência. Sem dúvida que outra causa — que não a acção bacteriolítica da alexina — pode ter condicionado nas nossas duas observações a negatividade da reacção de Wright, pelo menos na pertencente a M. E., feita em 28 de Julho com sôro *inactivado*. Possivelmente tais resultados foram a consequência de insuficientes ou fugazes *poussées* de bacterémia, necessária (em certas condições de duração e intensidade) à elaboração de aglutininas. «*Les réactions positives ne seraient observées que lors des décharges microbiennes dans le torrent circulatoire, celles-ci ne se produisant qu'à intervalles très irréguliers, doi la production d'anticorps fugaces et passagers difficilement décelables*(¹)».

Evidentemente, estes argumentos seriam absolutamente dispensáveis para se admitir o diagnóstico de febre de Malta, dando o devido significado à reacção de Wright. A positi-

(¹) Ch. Dubois et N. Sollier — *Variations des Résultats de la séro-agglutination, etc.* — *Ann. de l'Inst. Pasteur*, n.º 1, Juillet, 1931, pág. 83.

vidade — franca, manifesta — da reacção de Burnet, feita duas vezes em cada doente nas melhores condições, conjuntamente com a sintomatologia e a evolução, etc., impõem claramente tal diagnóstico, ao qual a leucopenia, tão acentuada na primeira (com linfocitose e neutrofilopenia nas duas) confere também um certo valor confirmativo. Duvidar da sua autenticidade seria condicioná-lo apenas, e sempre, à positividade da hemocultura (a qual, infelizmente, se não verificou nas nossas observações), cometendo-se, dêste modo, erros de diagnóstico e de terapêutica muito importantes e frequentes.

.

A cuti-reacção à tuberculina (*negativa* em 12 de Maio e *francamente positiva* em 26 de Julho, nas duas observações, e em 10 de Setembro na segunda) é ainda um elemento a favor do diagnóstico de brucelose.

Podendo, muito embora, ser considerada como traduzindo, sucessivamente, um estado de *anergia* e *alergia* bacilares julgamos antes que a sua negatividade e positividade correspondessem, respectivamente, a um estado de *anergia*, sim, mas provocado pela brucelose (como geralmente sucede⁽¹⁾ e daí o seu relativo valor diagnóstico) e a um estado de *alergia* realmente bacilar, anterior à brucelose, anulado por ela e de novo estabelecido após a respectiva cura.

A radioscopia normal do torax num caso, o simples aumento de sombra hilar esquerda no outro bem como a evolução de ambos (independentemente dos sintomas positivos, clínicos e laboratoriais) a favor da brucelose justificam suficientemente,

(1) Olmer et Marsol, «L'anergie tuberculinique au cours de la mé-litoccie», *Rev. Méd. de France et Colonies*, Juin, 1925; cit. in *Paris Médical*, 1926, vol. I, pág. 82; M. Jantou, et A. Balmes, «Fièvre ondulante et tuberculose», *Bull. de la Soc. des Sc. Méd, et Biol. de Montpellier*, 1930, pág. 355.

cremos, esta interpretação dos resultados da cuti-reacção tuberculínica.

Nota. — Uma particularidade da segunda observação, digna de referência, consiste na intensa reacção gânglio-cervical e hilar esquerdas (especialmente a cervical) conhecida, já, como possível manifestação da brucelose. Dr. R. Partearroyo, *La fièvre méditerranéenne en Espagne* — *Office International d'Hygiène Publique*, n.º 10, 1927, pág. 1465.

Feitas estas breves considerações de ordem especial passemos, sob o ponto de vista geral da brucelose, ao estudo da respectiva etiologia, contágio e profilaxia, sintomatologia, formas atípicas, diagnóstico (clínico e laboratorial); diagnóstico diferencial, evolução e complicações, mortalidade, dieta e terapêutica.

ETIOLOGIA

Considerada durante muito tempo, já o dissemos, como devida *exclusivamente ao micrococus melitensis*, os numerosos casos determinados pelo *Br. abortus* e pelo *Br. suis* desde há seis ou sete anos, trouxeram a êste e outros capítulos da febre ondulante aspectos novos da maior importância. Na verdade, os notáveis trabalhos de Alice Evans⁽¹⁾ e de outros autores⁽²⁾ concluindo pela identidade morfoló-

(1) Ch. Nicolle, Burnet et Conseil, *Acad. des Sciences*, Avril 1923, os quais, baseando-se na inocuidade absoluta do *B. abortus* inoculado por via subcutânea a cinco indivíduos, preconisaram o seu uso nas investigações laboratoriais, afirmando simultaneamente: «L'opinion qui domine est donc celle-ci: le *Bacillus abortus* Bang n'est qu'une variété non pathogène pour l'homme du *Micrococus melitensis* Bruce. C'est même le seul caractère qui permette de différencier les deux microbes, tous les autres étant identiques».

(2) A. Evans (1918), *Journ. Infect. Dis.*, 22:580.

gica, cultural, biológica (reacção do desvio do complemento, sôro-aglutinação, imunisação e intradermo-reacções cruzadas à melitina e à abortina) do poder patogénio para os animais, etc., entre os dois primeiros gérmens, que apenas se distinguiriam por o primeiro ser *virulento* e o segundo ser *avirulento* para a raça humana, são hoje, quanto a esta última propriedade, absolutamente insustentáveis, falsos como se mostraram por numerosos factos clínicos e experimentais.

Com efeito os casos de febre ondulante produzidos pelo *Br. abortus* abundam actualmente na literatura médica. Na Dinamarca⁽¹⁾ são até os únicos conhecidos. Existem, porém, noutros países. Começando por ser observados no Canadá e nos Estados Unidos da América do Norte, observaram-se depois⁽²⁾ na Inglaterra, na Alemanha, na França, na Suécia, na Espanha⁽³⁾, etc., etc.

Em França os casos relatados são já bastantes, tudo fazendo crer que se tornarão cada vez mais numerosos. Referimo-nos, evidentemente, à febre ondulante devida ao *B. de Bang* ou *Br. abortus* e não ao *micrococcus melitensis* de

(1) Martin Kristensen, *La fièvre ondulante d'origine bovine principalement d'après les expériences faites au Danemark, Rapport au II^e Congrès international de Pathologie comparée*, Paris, 14-17 Octobre 1931).

O número de casos de origem bovina (contacto, absorção de leite ou dos seus produtos frescos), diagnosticados pela reacção de Wright e do desvio do complemento, desde Abril de 1927 até ao fim de 1930 foi de 1647 sendo um pouco menor o de febres tifóide e paratifóide *B.* (1253, apenas), o que prova bem a importância de tal doença naquele país.

(2) H. Violle, *loc. cit.*; Ch. Dubois et N. Sollier, «Premiers résultats de la vaccination préventive de l'homme contre la fièvre ondulante», *An. de l'Inst. Pasteur*, n.º 5, 1930, págs. 596-612, etc.

(3) Prof. R. Nóvoa Santos, *Fiebre ondulante de Bang*, R. Nóvoa Santos, *Documenta Patológica. Modernos Estudos sobre Patologia Interna*, 1931, pág. 295, Javier Morata, editor Madrid.

origem bovina como Burnet⁽¹⁾ e outros condicionalmente pretendem que sejam devidos tais estados mórbidos: «*Miss Evans ayant démontré que l'inoculation à la vache du Brucella melitensis la faisait avorter, Burnet écrivait récemment que «tant qu'on n'aura pas prouvé que les espèces bovine et porcine n'hébergent jamais le melitensis on n'aura pas le droit de parler de fièvre ondulante causée par le B. abortus mais seulement de fièvre ondulante de provenance bovine*»⁽²⁾.

A êste respeito deve afirmar-se que tal autor, perante a evidência dos factos, modificou bastante a sua opinião admitindo a possibilidade de casos de febre ondulante devidos ao *Br. abortus bovis*, (*Arch. de l'Inst. Pasteur de Tunis*, n.º 1, 1929).

Neste país, o estado de tal questão, pode resumir-se nas seguintes palavras respectivamente de Ledoux, Archer e Clerc: «*Il y a peut de temps encore, les épidémiologistes français n'admettaient pas l'origine bovine de la fièvre ondulante. Ils opposaient la carte française de la fièvre de Malte humaine à celle de l'avortement épi-zootique des vaches. Ces cartes se juxtaposaient et ne se recouvraient pas. Mais, récemment, M. Lisbonne, connaissant les faits italiens et les très rares cas français de fièvre ondulante d'origine bovine, laissait entrevoir l'extension possible, en France, de cette nouvelle source de contagé. Déjà, en effet, dans le Loiret, un vétérinaire paraît avoir contracté une fièvre ondulante en délivrant une vache atteinte d'avortement épi-zootique. P. Girand a signalé, à Marseille un cas semblable. Nous donnons ici le troisième cas français de fièvre ondulante d'ori-*

(1) E. Ledoux et P. Raufle «La fièvre ondulante d'origine bovine en Franche-Comté», *Bull. de l'Acad. de Méd.*, 1930, 2.º semestre pág. 218.

(2) Et. Burnet, «La fièvre ondulante et le melitensis», *Paris Medical*, 4 Juin 1927, pág. 541.

gine bovine» ⁽¹⁾ e de Ch. Dubois e N. Sollier: «*L'ère de la fièvre ondulante d'origine bovine ne fait que s'ouvrir dans notre pays. Bientôt se posera la question d'ajouter la melitococcie bovine à la liste des maladies contagieuses des animaux donnant lieu à l'application de mesures sanitaires légales*» ⁽²⁾.

Também na Itália se verificaram já muitos casos de febre ondulante determinados pelo *B. abortus* ⁽³⁾. Igual poder patogénio para a raça humana ⁽⁴⁾ tem o *Br. suis*, agente, nos Estados Unidos da América do Norte, de numerosos casos de febre ondulante, sendo de prever, à semelhança do que sucedeu com o *Br. abortus*, que mais cedo ou mais tarde se manifeste noutros países.

Três tipos distintos de uma espécie microbiana em evolução, os *Br. melitensis*, *abortus* e *suis* (além da sua origem em geral caprina, bovina e porcina) e da sôro-aglutinação considerada específica por certos autores ⁽⁵⁾, os quais afirmam que as aglutininas do *Br. melitensis* e do *Br. abortus* são destruídas, respectivamente, à temperatura de 65 e 75°, agindo durante meia hora, caracterisam-se rigorosamente, segundo Hudleson ⁽⁶⁾ pelas seguintes propriedades bio-químicas:

Tipo bovino: suporta melhor o violeta de metilo que a

⁽¹⁾ Ledoux, Archer et Clerc, «*Fièvre ondulante d'origine bovine*», *Soc. des Hôp. de Paris*, 1928, pág. 291.

⁽²⁾ Ch. Dubois e N. Sollier, «*Prémiers résultats de la vaccination préventive de l'homme contre la fièvre ondulante*», *Ann. de l'Inst. Pasteur*, n.º 5, 1930, pág. 599.

⁽³⁾ Mansini e Boschi, *cits.* p. A. M. Cayrel, «*Faut-il démembrer la fièvre de Malte?*» *Paris Médical*, 1926, vol. I, pág. 141; Ficaí e Alessandrini, *Accademia Medica de Roma*, 27-XII-1924 e *Annali di Igiene*, Roma, 1925, etc.

⁽⁴⁾ H. Violle e Martin Kristensen, *locs. cit.*

⁽⁵⁾ Ficaí e Alessandrini, *cits.* p. A. M. Cayrel, in *Paris Médical*, 1926, vol. I, pág. 141; Bieling, Olitzki e Bromberg, *cits.*, p. Martin Kristensen, *loc. cit.*, pág. 80, etc.

⁽⁶⁾ Eodem loco.

tionina, produz muito H_2S e, actuando sôbre a glicose, produz pouco ácido;

Tipo suino: suporta melhor a tionina que o violete de metilo, não produz H_2S e produz pouco ácido (agindo sôbre a glicose);

Tipo melitensis: suporta tão bem a tionina como o violete de metilo; agindo sôbre a glicose produz pouco ácido e não produz H_2S o que se resume no seguinte quadro:

V. de metilo	Tionina	H_2S	Glicose (1)	Aerobismo
Brucela melitensis +	+	0	2	+
Br. abortus +	0	+	1	0
Br. suis (<i>souche americana</i>) 0	+	+	3	+
Br. suis (<i>s. dinamarquesa</i>) 0	+	0	1	+

(Continua)

LÚCIO DE ALMEIDA.

(1) Os números 2, 1, 3 e 1 indicam a quantidade de ácido elaborada.

LIVROS A VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

- O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique.* Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho 12\$00
- Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães.* Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) 10\$00
- Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto português,* por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15\$00
- Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra.* A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 6\$00
- Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)*..... 4\$50
- Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra,* pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 4\$50
- Notícia sobre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade,* pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5\$00
- Memória histórica e crítica sobre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II,* por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 4\$00
- Apontamentos de optica,* pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 3\$00
- Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões,* por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 3\$00
- Memórias de Castilho,* por Júlio de Castilho:
- | | |
|-------------------------|--------|
| Vols. I e II cada | 20\$00 |
| Vol. III | 25\$00 |
| Vol. IV | 18\$00 |
| Vol. V | 20\$00 |
-

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERARIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação mensal do *Instituto de Coimbra*, sociedade científica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos de autores nacionais e estrangeiros e na língua por eles preferida; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

ASSINATURAS

Série de cinco números..... 25,000

Número avulso 10,000

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto*, Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra — Portugal.

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 84.º

4.ª SÉRIE



VOLUME 13.º

NÚMERO 2

COIMBRA
IMPrensa DA UNIVERSIDADE
1932

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBRO HONORÁRIO

Prof. F. Gomes Teixeira, Reitor Honorário da Univ. do Porto
antigo Prof. da Univ. de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário*. — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário*. — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente*. — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. A. Augusto Gonçalves, da U. C., D. M. M. C. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente*. — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral*. — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, U. L. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L. — Prof. M. de Sousa da Câmara, I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

SUMÁRIO

<i>As dívidas de D. Francisco Manuel de Melo</i> , por João Jardim de Vilhena	135
<i>Alexandre Herculano e o romantismo anti-religioso em Portugal</i> , por Almachio Diniz	151
<i>S. Francisco de Xavier e o Oriente português</i> , por António de Matos Cid	165
<i>Os Homens (Cartógrafos portugueses do século XVI)</i> , por Armando Cortesão	188
<i>Febre de malta — Febre ondulante</i> , por Lúcio de Almeida	225
<i>Subsidios para a Historia da musica em Portugal</i> , por Sousa Viterbo	246
<i>Catálogo dos manuscritos de Simancas respeitantes à História Portuguesa</i> , pelo P. ^o Francisco Manuel Alves	251

AS DÍVIDAS DE D. FRANCISCO MANUEL DE MELO

El hombre de mas ingenio que produjo la Peninsula
en el siglo xvii á excepcion de Quevedo.

DR. MENENDEZ Y PELAYO.

Tudo o que se sabe da vida particular, literária e official de D. Francisco Manuel de Melo está soberbamente descrito e comentado pelo Sr. Edgar Prestage, membro efectivo da Academia das Ciências de Lisboa, em um volume que por cuidado da mesma Academia saiu à luz da publicidade em 1914.

Tudo o mais que sôbre D. Francisco anda disperso por dicionários, capítulos de livros, artigos de revistas, conferências e peças de teatro, se apaga perante a verdade histórica e o senso crítico, com os quais está escrita aquela obra que é um magnífico monumento da literatura portuguesa.

Nela se afirma a personalidade afamada e notável do Homem que no seu tempo foi glorioso soldado, clássico prosador, donairoso poeta, hábil político e inteligente diplomata.

Desde a publicação daquela obra até hoje, 18 anos decorreram, sem que tivessem aparecido quaisquer documentos mais, que podessem fornecer outros informes sôbre a vida do ilustre fidalgo que nos intervalos das suas intrigas políticas trabalhava as locuções da língua portuguesa com a

mesma elegância com que conquistava os corações femininos da primeira côrte brigantina.

Mas hoje, por um dêstes acasos que algumas vezes sucedem no interior dos arquivos públicos, foi-nos dado achar no *Arquivo dos Feitos Findos*, três acções que dizem respeito ás dívidas que D. Francisco Mauuel deixou quando morreu, e que algumas informações podem dar sôbre passagens da sua vida.

As três acções estavam apenas umas ás outras, pelo facto de se referirem ao mesmo assunto e à mesma pessoa incriminada. A ordem da apensação influiu bastante para que nos apparecessem presentemente, — 266 anos depois de terem sido movidas e julgadas ⁽¹⁾.

A *primeira acção* tem por autor António Barbosa, mercador-fanqueiro, em cuja loja, D. Francisco se fornecia e a quem encarregava de comprar cousas que êle não tinha à venda.

O libelo desta acção, subscrito pelo advogado constituído pelo autor, é assim concebido :

«Diz como A. Antonio Barboza morador nesta cidade contra D. Jorge Di Manuel e seu tutor e curador R.R. que
sendo necessario

P. que Dom Francisco Manoel que Deus tem pedio ao A. lhe comprasse as cousas contheudas no rol iunto por lhe serem necessarias pera o mesmo R. seu filho, e o A. as comprou com o seu dinheiro e lhe entregou tudo e despendeo por sua ordem tudo o que conthem o rol que apresenta que importa trinta e nove mil e setecentos e quinze reis de que o dito defuncto se satisfez e prometeo pagar ao A. do mesmo dinheiro que tivesse o que não teue effeito por falecer.

(1) Como estamos a inventariar todos os processos dos *Feitos Findos*, começámos o trabalho pelos maços cujo rótulo tem a letra A. No Maço A 1493 appareceram estas três acções e porque a primeira foi apresentada em 1666 por um *Antonio*, assim foram apenas e arquivadas em um maço daquela letra.

«P. que outrosi deuia o dito D. Francisco Manoel ao A. seis mil e novecentos reis de resto do escrito iunto de cousas que lhe deu o A. da sua logea o qual escrito he da letra e signal do dito D. Francisco Manoel.

«P. que o R. menor filho do dito defuncto ficou per seu herdeiro universal e neste juizo se está fasendo inventario dos bens e deue ser condenado na pessoa do seu tutor nas duas partidas que importão 46U615 reis. Protesto pelo necessario e depoimento. — C. Baptista».

O Documento de dívida a que se refere êste libelo é do teor seguinte:

«Devo ao Sr. Antonio Barboza morador em Lisboa de couzas que tirei da sua logea de fancaria desazete mil reis que lhe pagarei todas as vezes que mos pedir. Lisboa em 22 de Julho de 1660.»

«São 17U».

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Antonio Barboza', with a large, sweeping flourish at the end.

Êste documento é do ano de 1660. Estava D. Francisco em Lisboa e ao mesmo tempo que vigiava a publicação das *Epanaphoras*, assistia ás sessões da *Academia dos Gerosos*.

É para admirar que recebendo bons ordenados, como adiante se verá, não tivesse liquidado esta dívida durante seis anos, que tantos foram os decorridos até à sua morte, e de mais a mais a mais com a declaração expressa *de que pagaria os 17 mil reis tódas as vezes que Barbosa os pedisse!*

No verso do documento ha uma declaração de Barbosa dizendo que recebeu por conta 10:100 reis em 22 de Setembro (de 1660?) ficando, portanto a dever 6:900 reis.

Segue-se o

« Rol do que comprey per mandado do sr. D. Francisco Manoel que Deuz tem em 28 de janeiro de 666

5 couados e $\frac{3}{4}$ de pano de Portalegre a 800 rs.	4U600
3 couados de saieta de Portalegre	1U000
10 couados de sarja a 360 rs.	3U600
9 couados e m. ^o de tafeta a 250 rs.	2U375
5 couados e $\frac{3}{4}$ de gorgoraa a 280 rs.	1U610
	<u>13U185</u>
3 couados de olandilha a 100 rs.	U300
5 uaras de panigo a 180 rs.	U900
meia groza de botois	U500
4 couados de tafeta a 260 rs.	1U040
104 uaras de fitas negras e de cor a 40 rs.	4U160
	<u>20U085</u>
9 duzias de botois a 70 rs.	U630
3 duzias de botois a 30 rs.	U090
Hum chapeo	1U500
Huas meyas de seda	1U500
Hum cabeção e voltas	U220
	<u>24U025</u>
3 couados e m. ^o de pano negro a 1300 rs.	4U550
Dois pares de meyas de linhas a 400 rs.	U800
32 uaras de fita a 40 rs.	1U280
3 couados de tafeta azul a 280 rs.	U560
1 C. ^o e $\frac{1}{3}$ de tafeta negro	U320
	<u>31U535</u>
3 duzias e meia de botois.	U200
1 couado de sarja.	U360
1 meiyas de seda	2U200
1 chapeo de meyo Castor.	2U500
1 meyas brancas.	U220
1 espada.	1U200
1 boldrié	U200
20 uaras de fita negra a 40 rs.	U800
que a sua ordem dey a M. ^a de Almeida.	U500
	<u>39U715</u>

Nesta acção há um traslado de uma procuração em que figurava como tutor do filho de D. Francisco, o Doutor Martim Afonso de Melo:

«Como testamenteiro e tutor do menor filho que ficou do senhor Dom Francisco Manoel que Deus tem, faço meu procurador ao senhor lisenseado Francisco Rombo do Valle advogado da Casa da Supplicação pera defender todas as causas que se mouerem contra sua fazenda pera o que lhe cometo todos os poderes em direito necessarios. Lisboa outubro sinquo de 666 — *Martim Affonso de Mello*.

Barbosa Machado marca o dia da morte de D. Francisco a 13 de Outubro de 1666, concordando com essa opinião o Sr. Prestage. Mas, pelo texto dêste documento, se vê que o dia do falecimento deve ser marcado antes de 5 de Outubro daquele ano.

Sabe-se que D. Francisco Manuel em seu testamento, instituiu tutor de seu filho menor D. Jorge Diogo, o criado António Varela. E além de ser *tutor*, era também *testamenteiro*, como se acha declarado na *Carta de legitimação* do dito menor, mandada passar por D. Pedro Regente do Reino, a pedido do Varela, para efectivação do Breve Apostólico que fôra concedido pelo Papa.

Varela em tôdas as três acções deu procuração a advogado, mas, porque motivo aparece êste Doutor Martim Afonso de Melo, arrogando-se o título de tutor e mais o de testamenteiro, que só por testamento poderia ter?

É na verdade para estranhar, como muito bem diz o sr. Edgar Prestage na sua obra *D. Francisco Manuel de Mello*, que êste tivesse confiado a tutoria a um simples criado.

E é tanto para estranhar, porque êle poderia efectivá-la no seu criado de confiança, camarista, pagem, estribeiro, Jerónimo Leite Pereira ou também neste Doutor Martim Afonso⁽¹⁾ que alguma razão teve para se declarar tutor.

(1) Diz a *Historia Genealogica* que êste D. Martim foi Bispo da

Modernamente, as procurações ou as suas públicas formas são juntas aos processos. Naquele tempo fazia-se traslado delas. Hoje entende-se que se o documento original não é junto, é porque êle é necessário ao possuidor para fazer valer os seus direitos em mais de um acto forense, civil ou crime. É possível que então assim sucedesse, e neste caso, qual seria o uso que Martim Afonso pretendia fazer da procuração em que se arrogava títulos e poderes em que não estava investido por quem de direito.

Para efeito dessa procuração, o advogado Rombo do Valle ficou constituído curador do menor. E respondendo ao libelo contestou-o por negação, aprovando a audiência das testemunhas apresentadas pelo autor.

Essas testemunhas eram:

- Pedro de Sousa de Azevedo, criado de D. Francisco.
- Capitão Manuel Carvalho
- Mateus de Sousa, mercador

que foram concordes em que D. Francisco Manuel devia ao Barbosa, e juraram que o documento de dívida era do seu próprio punho.

António Varela deu também procuração ao Dr. Rafael de Lemos da Fonseca. Parece que esta procuração anulou os efeitos forenses da de Martim Afonso, porque o Dr. Rafael foi o único intimado da sentença final que mandou que o menor pagasse a dívida paterna.

Guarda, tendo o grau de Doutor em direito pontifício pela Universidade de Coimbra. Em 1635 foi colegial do Real Colégio de S. Paulo e lente substituto de diversas cadeiras. Cónego doutoral da Sé do Algarve, deputado da Inquisição de Coimbra, desembargador da Casa da Suplicação e dos Agravos, deputado da Meza da Consciencia e da Bula da Cruzada. Foi o executor do Breve de Clemente X sobre a nulidade do casamento de D. Afonso VI em 1669. Celebrou sinodo na sua diocese em 1681 e nela reedificou vários edifícios sagrados. Faleceu em 1684.

Vê-se por esta biografia que era alguém, e de mais importância que Varela que era um criado, sem outro officio cumulativo.

2.^a *Acção.* — Intentada por Jerónimo Leite Pereira, criado de D. Francisco, nos seguintes termos:

«Diz Hieronimo Leite Pereira que sendo elle supplicante hum moço nobre e que estava estudando na Universidade de Coimbra o persuadio Dom Francisco Manoel que deixasse seu estudo e fosse para seu serviço prometendo-lhe grandes acrescentamentos por estar muito pago do bom serviço que lhe auia feito hum irmão delle supplicante por nome Bernardo Coutinho que morreo em sua casa (cuio serviço elle supplicante protesta requerer por outra uia) e fiado nas promessas do dito D. Francisco Manoel deixou o supplicante seu estudo e foi pera sua casa aonde o serviço oito pera noue annos a principio de pagem e depois de camarista e estribeiro e o acompanhou em todas as jornadas que fes a Italia, França e Inglaterra pondo em grandes riscos sua vida e pessoa e chegou a estar quasi tomado de Turcos e o supplicante o serviço sempre com grande amor e fidelidade e delle supplicante não só confiava todo seu fado e fazenda, mas os papeis de grande porte e por tão grandes serviços esperava o supplicante hua grande satisfação e porque foi Deos servido levalo pera si apresadamente sem lhe dar lugar de ordenar que se pagassem ao supplicante tão grandes serviços e he justo que se lhe paguem e considerada sua calidade e o grande trabalho e riscos que passou o menos que merecia o supplicante cada anno era quarenta mil reis que nos oito annos seuem a montar trezentos e vinte mil reis e porque V. M. he juiz do inventario.

«Pede m. de que justificando o referido citados os testamenteiros e tutor do menor seu filho se lhe paguem os ditos serviços pella fazenda do defuncto».

O advogado do autor, Martim Alarcão de Castro, defende assim o libelo:

«Per uia de aução sumaria no serviço diz como A. Hieronimo Leite contra o Sr. D. Martim Affonso Mello e Dom Jorge Diogo Manoel R. R.

«E se cumpre

«P. q sendo elle A. hum moço nobre e que estava estudando na Universidade de Coimbra Dom Francisco Manoel que Deos tem o persuadio a que deixasse seu estudo e que fosse pera seu serviço e que lhe daria grandes acrescentamentos.

«P. que esta promessa lhe fes o dito defuncto em resão de que hum Irmão delle A. por nome Bernardo Coutinho o auia servido muito

tempo e pelo muito bem que o servio e auer morrido em seu servio se quis tambem do A.

«P. que fiado o A. nas promessas do dito defunto D. Francisco Manoel deixou seu estudo e foi pera sua casa.

«P. que com effeito elle A. servio o dito D. Francisco Manoel oito pera noue annos a principio de pagem, e depois de camarista e ultimamente de estribeiro;

«P. que no descurço destes 8 pera 9 annos que servio ao dito defunto foi acompanhando o desta cidade pera Inglaterra e de Inglaterra o acompanhou pera França e de França pera o estado de Parma e de Parma pera Roma e de Roma a Venesa e de Venesa outra ves pera Roma e de Roma a França tornou a Inglaterra e de Inglaterra outra ves a França e de França tornou a esta cidade sempre servindo ao dito defunto com muita fedelidade e pelo assi conhecer o dito defunto só fiaua delle todo seu fato mas todos os papeis de suas embaxadas.

«P. que todas estas jornadas correo grandissimos riscos a vida do A. assi por causa das navegações e naufragios do mar, como tambem em rezão de muitas vezes se ver em riscos de se ver captivo de turcos.

«P. que estas jornadas fes o defunto em servio de S. Mg.^{de}, o qual recebia do dito Sr. grandes ordenados de duzentos e cincoenta mil reis cada mes fora o que esperaua auer de seus servios.

«P. que em rezão do referido o menos que o A. merecia cada anno de seu ordenado erão quarenta mil fora comer e beber e vestir e calçar e muito mais esperaua o A. que lhe desse o defunto em satisfação dos ditos servios porque o menos que poderia era que lhe alcançasse de S. Mg.^{de} hum bom officio com que pudesse passar toda a sua vida.

«P. que elle A. entrou a servir a m. e se lhe deue de alvidrar seu salario conforme seu servio e risco em que pos sua pessoa que he o menos os ditos 40 mil reis cada anno e tantos se costuma dar a pessoas que fazem semelhantes servios.

«P. que o dito Dom Francisco Manoel he falecido da vida presente e he seu herdeiro e sucessor de seus morgados o R. D. Jorge Diogo Manoel e o D. Martim Affonso de Mello he seu testamenteiro e assi deuem ser condemnados a que pelos bens do defunto paguem a elle A. os ditos servios que em oito annos vem a montar trezentos e vinte mil reis pois lhos não querem pagar sem contenda de juiso.

«Protesto por tempo carta para R. fora juntar papeis e sendo necessario carta para fora do Reino. — *Castro* ».

O advogado, depois de apresentar esta sua alegação, re-

forçou a mais tarde, sendo ouvidas as testemunhas, com o seguinte :

« A *Ordenação* no titulo 4.º e n.º 31 e *Graciano* capitulo 171, n.º 15, mandam que se faça o pagamento de soldada ainda que não tenha sido contratada ou estipulada; e suposto que a *Ordenação* tivesse taxado os salarios que os fidalgos deuiam pagar aos seus criados, aluidrando oito mil reis cada ano ao estribeiro, e dois mil reis ao pagem, refere-se ella aos seruiços prestados no Reino, porque fora do Reino, quando o trabalho he muito maior e elles correm mais riscos, o ordenado deue ser maior. E se Sua Magestade attendia ao risco que Dom Francisco Manoel sofria nas embaxadas e lhe daua hum tão grande ordenado de 250 mil reis cada mez como dizem as testemunhas, assim tambem hera justo que o A. uencesse ordenado proporcionado, pois em todas as embaxadas acompanhou D. Francisco Manoel. E demais sendo o A. hum moço nobre e que deixou seus estudos da Universidade de Coimbra só para servir o defunto na espetativa de acrescentamentos ou de alcançar de S. Magestade outro officio, o que não teue efeito, he justissimo que seja concedido ao A. o pagamento da quantia que elle pede ».

Martim Afonso de Melo como tutor apresentou sua procuração ao mesmo Rombo do Valle que ficou curador do menor. Êste contestando por negação, confirmou a audiência das testemunhas apresentadas pelo autor, e foram elas:

—Louis de Braille.

—Sargento-mór Manuel de Abreu Couto.

—Bacharel em leis Dionísio Lobo.

—Pedro de Sousa de Azevedo, criado do defunto.

António Varela deu também procuração ao Dr. Rafael de Lemos da Fonseca requerendo êste que o A. fôsse submetido a um *juramento supletório* para dizer, se em vida de seu amo, recebera algum dinheiro em paga dos seus serviços, e que no pagamento das suas soldadas se devia separar o tempo do serviço de pagem do de estribeiro e do de camarista, e liquidar-se tudo em formas.

O A. submetido a *juramento supletório* afirmou nunca haver recebido estipêndio algum!

O juís em sua sentença mandou que, em conformidade da lei do Reino, fôsem pagos ao A. os serviços de pagem e de camarista à razão de 8 mil reis cada ano, importando a dívida em 56 mil reis.

Jerónimo Leite Pereira ocupou na casa e serviço de D. Francisco os logares de pagem, camarista e estribeiro, mas na classificação geral dos serviços era considerado como um criado. Assim se intitula no depoimento que fez na 3.^a acção. Pelo que se vê do libelo, gozava da confiança de seu amo, tomando-lhe conta das roupas e dos papéis das embaixadas. Era uma espécie de criado grave com atributos de secretário, mas nunca se chamou secretário, como o exigia a nobreza que dizia possuir e os estudos universitários que praticou em Coimbra.

Muito extraordinário é que nunca tivesse recebido remuneração ou gratificação pelos serviços. Foi talvez o único criado que nada recebeu, porque eram oito ao todo e nenhum reclamou as suas soldadas vincendas, e só a êle que muitos serviços prestou e muitos riscos correu é que se ficou devendo!

3.^a acção (1):

Esta é intitulada por Pedro Audiberto, capitão de uma

(1) Alguns documentos destas três acções estão escritos em papel selado de diferentes taxas.

No ano de 1640, Filipe III pretendeu estabelecer em Portugal o uso daquelle papel, mas a aclamação de D. João IV não o consentiu. Depois, no reinado dêste Rei, o Conselho da Fazenda ainda chegou a elaborar um Regimento para o seu uso, mas uma Consulta do Desembargo do Paço e o jurisconsulto Tomé Pinheiro da Veiga impediram que êsse regimento se publicasse.

Em 1660, a Rainha D. Luísa de Gusmão, regente do Reino na menoridade de El-Rei D. Afonso VI, mandou lavrar um alvará nos seguintes termos:

«Eu El-Rey. Faço saber aos que este Alvará virem, que conside-

nau que transportou a bagagem e o pessoal da casa de D. Francisco, de Livorno para Lisboa.

rando Eu a maior prevenção, que he necessaria para defensa deste Reino, em tempo que seus inimigos estão desoccupados de outras diversões; e mandando consultar por Ministros de satisfação, experiencia, e zelo do bem publico, os meios mais ajustados para se tirar o dinheiro preciso para as despesas, que se deve fazer, entre outros se achou por mais conveniente usar do mesmo papel sellado, de que os inimigos se valem para a offensa, por ser effeito prompto, e que por pequenas quantias, com menos oppressão de meus vassallos, se vai cobrando proporcionalmente daquelles que se expoem aos gastos dos negocios de que querem tratar; e com tudo desejando por todas as vias aliviar meus vassallos quanto for possivel mandei moderar e reduzir as Órdens, e Regimentos, que em outros Reinos ha sobre esta materia, á forma seguinte:

«Haverá quatro sellos com a marca, que parecer aos Ministros a que tenho encarregado esta administração, com differença em cada hum anno; e a do primeiro será as Armas de Portugal, com a inscripção do anno, sello, e preço á roda, e cada sello terá seu preço que irá declarado nelle mesmo.

«O primeiro será de duzentos e quarenta reis.

«O segundo de oitenta reis.

«O terceiro de quarenta reis.

«O quarto de dez reis.

«E em papel de cada hum destes se escreverão as cousas abaixo declaradas, por esta maneira. (*Segue-se a Relação das cousas.*)

«Hei por bem, que valha como Lei que se publicará na Chancellaria, e se enviará a copia della pelas Comarcas, na fórma acima dita, e se registará no livro da Meza do Desembargo do Paço, Casa da Supplicação, e Relação do Porto, e nos Tribunaes desta minha Corte, onde semelhantes Leis se costumão registrar. Manoel da Silva Collaço a fez em Lisboa a vinte e quatro de Dezembro anno do nascimento de nosso Senhor Jesus Christo de mil e seiscentos e sessenta. Pedro Sanches Farinha o fez escrever. — Rainha». (Vide *Systema dos Regimentos Reaes*, vol. VI).

Donde se conclui que o papel selado era já usado em alguns países da Europa; que a Espanha para sustentar a guerra com Portugal, — a chamada guerra da Restauração —, puzera em uso aquele papel e que Portugal em resposta o adoptara também para fazer face ás despesas

« Diz como A. Pedro Audiberto Frances contra D. Jorge Dio. Manoel menor filho que ficou de D. Francisco Manoel e contra seu tutor R. R. que
sendo necessario

« P. que estando o A. no Porto de Liorne em novembro de 664 carregando o seu navio chamado yerusalem de que he capitam e mestre para

provenientes dessa guerra. Concluida ela em 1668 pela batalha de Montes Claros, o papel selado deixou de se usar em Portugal, até que em 1797, na regência do Príncipe D. João, foi publicado um Alvará restabelecendo o seu uso com as taxas de 5, 10 e 20 reis. E desde aquele ano até 1804 publicou-se uma infinidade de Alvarás, Regulamentos, Provisões, Decretos e Avisos, regulando a sua applicação. Em 1804, um Alvará mandou outra vez suspender o seu uso, restringindo-o a certos documentos da Chancelaria Mór. Finalmente a Portaria de 1 de Março de 1811 subscrita por três Governadores do Reino tornou a estabelecê-lo com as taxas de 20 e 40 reis, e a sua vigência até nossos dias, nunca mais foi interrompida.

Por serem interessantes algumas disposições do Alvará que criou o papel selado em 1660, vamos transcrevê-las:

— Alvarás, Provisões, Patentes, Mandados assinados pela Rainha, Conselho ou Tribunal; Alvarás, Provimentos e apresentações de officios de justiça; licenças passaportes, cartas de nobreza, quitações, seguros, testamentos, protestos, embargos, sequestros, fianças, partilhas, processos cíveis ou crimes, tudo será em papel selado; para a arrecadação do rendimento haverá um Tesoureiro Geral em Lisboa, que o confiará aos Provedores das comarcas, que o entregarão nas Câmaras e os tesoureiros destas serão responsáveis da sua cobrança. Estes o darão a pessoas particulares de sua confiança para a venda. De três em três meses, haverá prestação de contas com o Tesoureiro Geral que guardará para si real e meio de cada fôlha e dará meio real aos tesoureiros e meio real ás pessoas que o vendam; o papel será vendido *por dinheiro de contado e nunca fiado*; e quando nalgum despacho, lançamento ou termo se fizer êrro, a parte interessada poderá substituir a fôlha de papel por outra que deve ser pedida por troca à pessoa que a vendeu e esta fará a descarga nas suas contas!!

Tanto no papel selado de 1660, como em todo aquele que desde 1797 até 1910 tem sido usado em Portugal, a vinheta que o encima, em carimbo a tinta de óleo, ou em relêvo a branco mostrava o escudo das

fazer viagem para este Reino, por ordem do defuncto D. Francisco Manoel que Deus tem se cargarão no dito navio vinte nove fardos de fato e fazenda do dito D. Francisco Manoel e outrosi se embarcarão com o dito fato oito pessoas de casa do mesmo D. Francisco Manoel e tudo chegou e trouxe o A. a saluamento a esta cidade e se entregou a ordem do defuncto que tudo recebeo e houve a seu poder.

«P. que por frete deste fato e pessoas se aiustou com o A. por parte do defuncto que se lhe auião de dar cento e setenta patacas seuilhanas que reduzidas a dinheiro deste Reino importão a quinhentos e quarenta reis cada pataca como he costume darse nesta cidade nouenta e hum mil e oito centos reis de que se passarão conhesimentos que apresenta e se não deu ao A. satisfação deste dinheiro.

«P. que o R. menor ficou por herdeiro do defunto seu pai e neste juizo se trata da arrecadação e venda dos bens e deue ser condenado no pedido para se lhe fazer pagamento. Protesto pelo conhecimento. — *Baptista*».

Esta acção seguiu os mesmos termos que as outras duas.

As testemunhas apresentadas por Pedro Audiberto foram :

- Jerónimo Leite Pereira.
- Pedro de Sousa Azevedo.
- Gonçalo Lopes de Oliveira.

creados de D. Francisco, e dizendo-se os três moradores no Campo do Curral, parece que eles não moravam na quinta que êle possuia no sítio de Alcântara e onde faleceu.

Desta acção existem duas *Cartas de consignação* da náu e seu carregamento a António Varela residente em Lisboa e na sua falta a António Barbosa.

Uma das Cartas diz com respeito ao carregamento : 23

armas reais portuguezas. Só houve uma excepção: no reinado de D. Maria II, a vinheta apresentava em perfil o busto da Rainha, com a cabeça penteada à Imperatriz Eugénia, tendo aos lados os clássicos *sacacrolhas*, não como os tinha sua mãe Maria Leopoldina, mas como a Rainha Izabel da Prússia os havia imaginado e usado.

colli Robbe diverse a volti in canonaccio e ben conditio-nati. A outra Carta diz: 5 caisce, Hue patrory Stattue di marmori, 1 baulo, Hue amaghato con forma de canapo⁽¹⁾.

O Juiz em sua sentença condenou o menor a pagar a Pedro Audiberto 170 patacas sevilhanas. O menor também foi condenado nas custas e selos das três acções e como as sentenças mandavam que se fizesse penhora nos bens do defunto para pagamento das dívidas, assim se fêz, incidindo ela sôbre móveis e dinheiro.

Em 1663, D. Francisco foi a Londres conferenciar com o nosso Embaixador Marquês de Sande sôbre vários negócios que interessavam às côrtes portuguesa e inglesa. E passado tempo partia para a Itália encarregado de negócios da Rainha de Inglaterra D. Catarina de Bragança. Como o pessoal ao seu serviço se compunha de 8 creados, êle requisitou à Côrte de Londres, passaportes que lhe foram concedidos.

Cinco criados, cujos nomes eram Pedro de Sousa Azevedo, Jerónimo Leite Pereira, João Gonçalves, Ventura Manuel e Baltazar Francisco foram por mar para a Itália e levaram dois cofres com a prata de uso e que havia ido de Portugal, dois baús com vestidos, duas caixas e a respectiva matalotagem⁽²⁾.

D. Francisco com os outros três, atravessou a Mancha e desembarcando em Dieppe, seguiu para Paris, Marselha e Roma.

Em Novembro de 1664 depois de ter sido recebido pelo Papa e ter assistido no porto de Livorno à saída da nau de

(1) Impossível nos foi fazer a tradução completa. Não encontramos algumas palavras no dicionário italiano-português, talvez porque elas possam ser de dialecto. No entanto podemos determinar que o carregamento se compunha de 23 fardos de roupas, 5 caixas com estátuas de mármore, 1 baú e 1 móvel com feitiço de um canapé.

(2) Edgar Prestage, *ob. cit.*

Pedro Audiberto e na qual havia embarcado todo o seu pessoal com destino a Lisboa e com os volumes descritos nas Cartas de consignação, partiu para França. Foi-se demorando pelo caminho até Paris, onde chegou em Outubro de 1665.

Aí ultimou as negociações do casamento de D. Afonso VI com Mademoiselle d'Aumale. Esse casamento efectuou-se em Paris em 27 de Junho de 1666, representando El-Rei o Marquês de Sande. Em 4 de Julho embarcou a Rainha para Lisboa onde chegou a 2 de Agôsto.

O sr. Edgar Prestage não conseguiu determinar o mês do ano de 1666, em que êle chegou a Lisboa.

No entanto se formos a interpretar à letra o que diz António Barbosa no seu libelo, quando se refere ao Rol das cousas encomendadas por D. Francisco, vemos: — que D. Francisco Manoel que Deus tem *pedio ao autor...* e o Autor as comprou e *lhe entregou tudo...* de que o dito defunto *se satisfez e prometeo pagar* —, e como a encomenda foi feita em 28 de Janeiro, podemos concluir que já neste mês êle estava em Lisboa.

D. Francisco regressando ao Reino foi nomeado Deputado da Junta dos 3 estados, logar considerado pelos ambiciosos, tão bom e tão rendoso, que o Marquês de Sande, em carta, o felicitou, dizendo: — «Muito folgo que Don francisco Manoel esteja na junta porque não só está bem mas ahi se pagará o que se lhe deue e he o lugar mais apeteçido» (1).

Quanto tempo gozou êle êsse logar?

Desde Janeiro, como nós queremos ou desde Agôsto, se é que veio na comitiva da Rainha.

Em todo o caso, pouco tempo, porque nesse ano, no mês de Outubro faleceu, e como não podia prever a morte, não poudes pagar as suas dívidas, e no entanto, teve tempo bas-

(1) *Ob. cit.*

tante para o fazer, porque a primeira dívida a António Barbosa durava já há 6 anos, a segunda ao mesmo 10 meses, a de Jerónimo Leite 9 anos e a de Pedro Audiberto 2 anos!

E parece incrível que êle, desde 1657 até 1666, nunca se lembrasse de as saldar, deixando a seu filho uma casa livre de encargos, — com tôdas as suas *honras, dignidades, heranças, morgados*, — êle que tôda a sua vida foi liberal, generoso, cuidando do bem dos seus soldados, esmolando os pobres com dinheiro, dando da sua mesa aos que não tinham colocação e protegendo os indigentes e os perseguidos.

JOÃO JARDIM DE VILHENA.

ALEXANDRE HERCULANO E O ROMANTISMO ANTI-RELIGIOSO EM PORTUGAL⁽¹⁾

«Quizeramos chamar ao sr. Herculano o facho illuminador de prestígios aposentados na escuridade intellectual do maior numero de portuguezes... mas — nada de lisonjarias — muito tempo ha que um compendio de historia, sem dizer-nos o porque, duvidava da appareição de Christo ao fundador da monarchia. Agora, sim, sabe-se como pensavam os scepticos do milagre; vê-se que o raciocinio e a religião vivem num abraço muito cingido; e, portanto, bemdita esmola foi essa que nos veio, de um esforço — esmola de caridade tão incompativel na apparencia com o sentimento que a inspirou; — finalmente fructo saboroso sacudido da arvore da sciencia por tufão violento».

CAMILLO CASTELLO BRANCO.

A história da literatura portuguesa regista a acção hegemónica, e também concomitante, de Garrett e Alexandre Herculano na genesis e evolução do Romantismo, nas primeiras décadas do século passado. Concomitante a acção dos dois clássicos ilustres, não foi, contudo, a mesma, não foi, por certo, idêntica, e quando muito teria sido semelhante no seu carácter geral. E esta semelhança não foi além da feição reaccionária dos dois grandes estilistas, feição, aliás, privativa, sem dúvida, naqueles tempos, do movimento romântico. «Em todos os países da Europa — escreveu o sr. Teófilo Braga, fazendo a descripção do ambiente social do velho mundo, na época em que se acentuou, com

(1) Vid. nota de pág. 18.

Vol. 84.º, n.º 2 — 1932.

fôrças próprias, o Romantismo fransinamente criado pela Alemanha — apareceram simultâneos e solidários os dois movimentos, o do Romantismo visando à expressão do génio nacional nas Literaturas, e o Liberalismo, ou o princípio da *soberania nacional* na Política. A Revolução Francesa foi a crise violenta na longa dissolução do regimen católico-feodal, e por isso os esforços estólidos da Santa Aliança ficam impotentes contra a corrente das aspirações modernas; comprimiram os povos, perseguiram as inteligências, quiseram restaurar o Antigo Regimen decaído, mas a Revolução fulgurava nas *ideias* e impelia as consciências. As Literaturas procurando libertar-se da autoridade das formas clássicas, naturalmente serviram de expressão a um novo ideal». Foi êsse carácter revolucionário do Romantismo, emparelhado com o Liberalismo, ambos provindos da agitação progressista que os movimentos políticos de França tinham imprimido ao pensamento universal, foi êsse carácter protestante que a Arte assumiu, beneficiada pelas transformações dos meios sociais, a única semelhança, porventura, encontrada possivelmente nas obras contemporâneas de Alexandre Herculano e Almeida Garrett. Em tudo mais, desde as simplicidades mais fáceis da filosofia de cada qual, os dois vultos se distanciaram tanto quanto aos olhos dos seus pósteros, não raro, aparecem como homens de séculos diferentes, Herculano caracterizando uma época muito próxima e Garrett uma outra mais distante. E tudo isto, na realidade, não passa da vastidão do oportunismo filosófico do autor de *Eurico*.

Em Portugal, o Romantismo não proveio do Liberalismo. Quer um, quer outro, ambos êles, emfim, se perpetraram, não originariamente, mas por uma trasladação fácil das correntezas políticas e literárias, que, partidas da França, se irradiaram pelo mundo heleno-latino, indo ecoar, bemfazejamente, nos demais países europeus. Quando não bastasse

a prova das datas, tendo a França antecedido Portugal nas conquistas liberais da Arte e da política, características perfeitas do começo do século XIX, quando não influísse no caso o facto da França ter proclamado a sua soberania nacional com a queda da Bastilha, em 1789, e Portugal, repelindo o protectorado inglês, em 1820, aí estavam os próprios accidentes políticos do reino português, desprotegido com a ausência de seu monarca que viajava pelo Brasil, o próprio protectorado inglês distendido até tão tarde, como um efeito do Liberalismo Político, que conflagrou, nos seus primeiros passos, a culta Europa. Esmagado, por tôda a parte, o absolutismo da divindade dos monarcas, contra os progressos da ciência, contra os desenvolvimentos da civilização humana, contra a própria razão de ser dos organismos nacionais, aceitou-se nos países pequenos dos extremos da Europa, Finlândia e Polónia, ao Norte, Portugal, Espanha (embora menos) e Turquia, ao Sul. Por consequência, só depois que os grandes, os maiores triunfaram, de facto, com a *soberania nacional*, a reacção vantajosamente se distendeu pelos menores, até então esquecidos, mais ou menos, pelas suas próprias posições geográficas. Portugal, então, com a viagem de seu rei à Colónia brasileira, immobilizou-se, por mais tempo, do que os mais. Não foi, porém, somente a ausência do soberano o que retardou a evolução da nacionalidade. Influíra, igualmente, o apêgo personalíssimo do homem aos preconceitos despresíveis de sua majestade. Um dos factos mais assinaláveis da guerra feita pela casa reinante de Portugal à ciência e aos progressos outros da inteligência humana, é, naturalmente, êsse da proibiçã, pela carta régia de 2 de Junho de 1800, criada contra a expedição científica do sábio Alexandre de Humboldt, a quem se negou, dêste modo, a liberdade de viajar, com objectiva científica, no Brasil, attribuindo-se às «suas investigações botânicas, etnográficas e geográficas o intuito de encobrirem ideias novas que iam

perturbar a tranqüilidade» dos vassallos das retrógradas côrtes de Portugal. Foram todos êsses factos que a história regista, as determinantes da prática de medidas, com proveito postas em uso na universalidade quási dos países europeus. E, foi, assim, que se causou a grande revolução de 1833, no retardatário país de Alexandre Herculano. Não lhe vejo, pois, nenhuma espontaneidade, diante da avalanche libertadora, que destronou o restante feudalismo, de norte a sul, de um a outro continente.

Vencedor, na política, o movimento reaccionário não repercutiu na literatura portuguesa, como seria de esperar. E não repercutiu, com certeza, porque a obra romântica de Almeida Garrett antecedeu, na verdade e de certa forma, como obra de importação francesa, ao conflito libertador de 1820. Os seus primeiros trabalhos, de pequena importância embora, datam desta fase de sua vida em que, conforme escreveu o sr. Teófilo Braga, «predominaram as normas arcádicas, o gosto das academias e um *sentimentalismo chato da imitação francesa*». Reconheça-se aqui, aliás sem grande esforço, que já era romântico êsse sentimentalismo chato da imitação francesa... Liguemos a característica da obra garreteana, nesse período gestatório, à do meio coimbrão em que se manifestou, e demos tôda a importância ao facto de que, em Coimbra, naqueles primeiros anos de Garrett, de 1816 a 1820, já se representavam as tragédias filosóficas de Voltaire, já se liam as obras dos Enciclopedistas. Foi envolto nessa correnteza de reaccionarismo francês, em que se incubava o romantismo posterior de Chateaubriand e M.^{me} de Stael, que Almeida Garrett começou a manifestar a sua propensão para a Arte protestante. De formas que, diante dos movimentos da política nacional, a arte do autor de *Dona Branca* foi uma concorrente e não uma conseqüente, como era de esperar não só, mas também como acontecera em todos os países da reaccionária Europa. Também o que

acabo de aoontar é, por outras palavras, e em dados termos, sufragado pelo sr. Teófilo Braga. «Em Portugal — diz êle — os iniciadores do Romantismo foram os partidários do Liberalismo: Garrett auxilia o renascimento político nacional pela idealização das tradições pátrias; Herculano confessa-se no romantismo emanuelico, e exerce-se na renovação crítica da *Historia de Portugal*; Castilho mantem-se no pseudo classicismo post-revolucionário, no meio da debandada dos ultra-românticos na exploração do regimen liberal». De modo diferente sempre diria eu, atendendo à influência do romantismo francês na formação garreteana e não da idealização das tradições pátrias; ao romantismo anti-religioso de Alexandre Herculano, produzido pela sua positiva cultura filosófica, quer na Arte, quer na Crítica, quer na História portuguesa; e ao romantismo sentimentalista de Castilho, ao serviço de uma política de reacção contra as primeiras reacções liberalistas de Portugal.

O romantismo anti-religioso de Alexandre Herculano há-de ser estabelecido não no sentido de que o festejado clássico não tivesse nenhuma inclinação religiosa, mas sim, no de que, largamente conhecedor das misérias conventuais, das absorpções monásticas, dos absurdos criados pelos frades, a religião para inspirar fé carecia do respeito público, que só as boas práticas, as melhores normas, as mais puras intenções, poderiam determinar. Daí as suas lutas com a organização religiosa de seu tempo. Educado, como contam os seus biógrafos, até aos quatorze anos, pelos Padres do Espírito Santo, no mosteiro das Necessidades, Herculano ganhou uma vasta erudição nos assuntos religiosos, ficando apto, pelo conhecimento das bondades e das ruindades da vida monástica, a explicar e enumerar as vantagens de uma reforma clerical, como também, e principalmente, as escamas da hidra, carentes de alteração e de repúdio. Esta aptidão tôdas trouxeram-lhe, afinal, de um lado, os inúmeros e

poderosos ódios do clero, sempre enxertado, com vantagens, nas côrtes portuguesas, e, do outro, uma attitude vastamente simpática e de valor nacional. O sr. Alberto Pimentel justamente pensou que Alexandre Herculano deveria ter morrido orgulhoso com a maneira feroz por meio da qual o clero todo o recebera, vendo nele, não um simples reformador da história, conforme disse o sr. Teófilo Braga, mas como um heresiarca, tal qual Lutero ou Calvino. Reagiu Herculano, portanto, com profusão de fôrças intellectuais, e com largueza de conhecimentos, contra o manhoso poder do grande povo clerical. E esta reacção, de carácter filosófico, desdobrou-se no romance histórico, cujas personagens foram sempre pessoas iniciadas na vida monacal, e cujos meios foram sempre os próprios conventos e mosteiros, na poesia romântica, cujas melhores partes são as que contém as rebeliões do religioso contra a religião adulterada e vendida aos mercenários da fé, e nos processos de cultura histórica, em que a verdade dos métodos científicos depôs o onnipoderio dos critérios suspeitos de jesuitismos e clericalismo. Tôda uma existência, assim, contra os mestres e formadores de sua mocidade, deu a Alexandre Herculano um ruidoso successo entre os homens de seu tempo, successo que teve, entre os clericalistas, o reverso de um ódio medonho, e de uma enervante represália. Alvo de tôdas as guerrilhas, salvo de tôdas as emboscadas, escapo dos assenhoreamentos frades-cos de seu tempo, com a publicação do opúsculo — *Eu e o clero* —, viu a batalha tornar-se decisiva, cantando o clero o seu triunfo atroador de facto, e o glorioso publicista o seu imorredouro triunfo moral. Dêsse triumpho incontestável, teve Herculano tôdas as provas nas eloquentes manifestações de sympathia dos seus coevos. Camilo, num opúsculo — *O clero e o sr. Alexandre Herculano* — assinalava o seu apoio à campanha anti-monástica do seu brilhante confrade. E assim discreteou a propósito: «*Eu e o clero. — Eu, representa*

uma inteligência superior nas letras portuguesas do século XIX. Não é uma inteligência perecedora o meteoro que passa; tem no seu brilhar a perpetuidade dos luzeiros celestes; mas, mais agraciado que eles, não é dado aos outros cá em baixo eclipsá-lo. Homens, que fazem a literatura de um século, passam desafrontados e sòzinhos na eclíptica da sabedoria. *O clero*, representa os padres portugueses.

Estes, divina e humanamente escrevendo, representam a classe que, dantes, ensinava aqui aos reis e aos povos a vereda que levava ao céu, algumas vezes. O padre, ungido entre os preceitos do Altíssimo, e corações tão rudes como crentes, era o enlace de ambas as filosofias — a do céu e a terrena. Depois, materializado, empobrecido, e desalentado no seu abandono — o pobre do Clero assim raquítico e passivo — é como ele estava na época em que este país saudou o natalício da *História de Portugal* do sr. Alexandre Herculano». Tantos e não poucos foram os triunfos morais do autor famoso de *Eurico*, contra o abominado clero de seu tempo.

É sobre esses instintos anti-clericaes que descansa, sem dúvidas, o Romantismo anti-religioso de Herculano. Portanto, foram seus agentes: a educação religiosa dos primeiros anos de vida, o meio de perturbações religiosas de seu tempo, e a tendência reaccionária que presidia a tôdas as formações do pensamento português contemporâneo.

Na conformidade da educação religiosa dos seus primeiros anos de gestação intelectual, Alexandre Herculano foi um homem de fé. Creu no Cristianismo, que, de principio, foi pôsto à luz de sua clara inteligência. E esta crença estratificou-se no seu cérebro, tornando-se o eixo em torno da qual, como a massa fluída e luminosíssima das nebulosas, giraram as suas preocupações de reconstrução religiosa. A fé primeira constituiu-se um princípio de excitação. Tôda a existência moral posterior manteve ou reproduziu esse prin-

cípio, dando origem a estados imitativos, que poderiam ser incluídos facilmente entre aqueles que formam, segundo o sr. Baldwin, no seu importante livro — *Mental development in the child and in the race* —, as reacções imitativas assim definidas: «as que tendem regularmente para manter ou para reproduzir o processo de excitação». Alexandre Herculano, possuído do liberalismo artístico de seu tempo, exerceu-o contra a maior clausura em que se encerrou, de comêço, a sua grande alma: a fé cristã. Mas, porque crêsse, porque sentisse estacada sôbre o credo de Cristo a sua intelectualidade pujante, não se rebelou contra a própria essência da religião, mas simplesmente contra os seus agentes materiais reunidos no ambicioso clero português. Não era de admirar, pois, que seguisse primordialmente o absolutismo, contra o qual, entretanto, dentro de pouco tempo, se exaltou, cheio de dignidade e repudiando com a sua nova atitude as posiçõeslouvaminheiras de tempos anteriores. E, por isso, abrindo a sua alma rebelada, na poesia *A vitória e a piedade*, de que é a estrofe:

Eu nunca fiz soar meus pobres cantos
Nos paços dos senhores!
Eu jamais consagrei hymno mentido
Da terra aos opressores!

favoreceu a que o sr. Teófilo Braga o encontrasse, «até certo ponto, em contradição com os factos». Contradizer-se, e contradizer factos, na mais manifesta das evoluções intellectuais, é uma necessidade incommutável da intelligência humana. Longe de prejudicá-lo, a educação religiosa, para a sua obra combativa foi de grandes e reais efeitos. A isto referindo-se, ainda escreveu o sr. Teófilo Braga: «... ficou-lhe contudo essa feição autoritária, que a educação católica pela leitura da Bíblia amoldou a um tom parabólico, e com

a ênfase do psalmo». Dêse facto incontestável em toda a linha, sábiamente apontado pela maior cultura da intelectualidade portuguesa actual, nasceu a estrutura especialíssima do Romantismo anti-religioso de Alexandre Herculano. O seu verso, bem como a sua prosa, o seu poema, bem como o seu romance, têm a estrutura das organizações bíblicas. A ênfase, na verdade, é a sua principal característica. E, não mais do que em tanto, foi a acção, na arte do autor de *Monasticon*, de sua educação religiosa entre os Padres do Espírito Santo, no mosteiro das Necessidades, durante os primeiros quatorze anos de sua existência.

Por outro lado, impulsionado pela agitação do liberalismo político, para estabelecimento da soberania nacional, graças à revolução que nos costumes de todo o mundo fizera logo a *Declaração dos Direitos do homem*, o monaquismo permanecia absolutista, num desespero de destronamento, contra a aspiração do povo português. Dai o meio de perturbações religiosas a que me tenho referido. «As ordens religiosas, absorvendo cada vez mais a riqueza territorial pelas doações do fanatismo, apoderavam-se das inteligências, educando-as no sentido das doutrinas que mais convinham à sua associação egoísta. Reinava a mediocridade nos espíritos e a estupidez nas multidões». A verdade é que, por essas palavras do sr. Teófilo Braga, que definem perfeitamente a coalescência de interesses clericais na sociedade lusitana, os padres, de qualquer sotaina, eram os assessores da política nacional. Os espíritos lúcidos, como o de Herculano, levantavam-se, com todas as forças, contra essa indébita dominação. E, um tal regimen só se modificou sem se abolir todavia, quando se agiu no sentido da abolição dos conventos. O clero tornou-se dragão, a serpente, sem mais ter o que calmamente digerir, passou a dar botes francos nas instituições, e foi um elemento de número na resistência do absolutismo miiguelista contra a vontade liber-

tadora do povo, em cujo exército Alexandre Herculano, teve praça por fôrça da sua situação de rebeldia. Assim, narra êle na poesia *Mosteiro deserto*, a intromissão guerreira dos monges contra a nação que se impelia heroicamente para a sua própria liberdade nacional:

Na garganta da serra, ou sôbre o outeiro,
Pelo pinhal da encosta ou da campina,
Nesse dia de atroz carnificina,
Negros, uns vultos vaguear se viam :
A cruz do Salvador na esquerda erguida, ,
Na dextra o ferro, preces blasfemando :
«Não perdoeis a um só !» féros bradando,
Entre as fileiras rápidos corriam :

E era o Monge que bradava,
E era o Monge que corria,
E era o Monge, que, blasfemo,
Preces vãs a Deus fazia ;
Vãs, que à tarde, nesse plaino
No sangue de irmãos retinto
Só restava o moribundo,
O cadáver só do extinto.
E por gandas e por montes,
Aterrados, perseguidos,
Em desordenada fuga
Retíravam-se os vencidos.
E os vencidos eram êsses
Que a esperança da vitória
Arrastára, miserandos,
A uma guerra ímpia, sem glória.

Não se veja, porém, na palavra do Poeta a fantasia para emover almas. A história regista crûamente o barbarismo dos monges portugueses, espalhados entre os absolutistas, com a sêde do sangue humano, como lobos vorazes nas charnecas matando a fome... «Os frades tinham tal ódio aos constitucionais — escreveu F. Dénis, na sua *História de*

Portugal — que os de S. Francisco deitaram fogo ao seu convento para ver se conseguiam destruir o batalhão de caçadores 5 que lá estava aquartelado; salvaram-se os soldados e os frades só à generosidade do govêrno liberal deveram o ser protegidos contra a fúria do povo indignado, nem por isso deixaram de tramar contra D. Pedro, mas afinal viram-se tão odiados que a maior parte deles abandonou os seus conventos e fugiu para o exército de D. Miguel». Sabedor dêsses furores fradescos, Alexandre Herculano cantava em verso a sua rebeldia, referindo factos...

Essas scenas de pranto e de luto
Quem as trouxe a está terra querida?
Foi o monge, que em animos rudes
Instalou o furor fratricida.

ou, então, protestava com a alma em fogo escapando se pelo seu verso como a lava de um vulcão íntimo...

Caia em pó o Mosteiro; e maldito
O que ergue-lo outra vez intentar,
Si não treme ante as núas caveiras
Que insepultas verá branquejar...

Acima de tudo, para se elogiar em Alexandre Herculano era que a sua reacção contra o clericalismo não passava de um simples método de rebeldia, e não chegou, jámais!... a ser um sistema. «Ainda hoje — escreveu êle a propósito da ordem dos Beneditinos — não ousaremos afirmar que a sua conservação fôsse inteiramente desvantajosa: deixaremos decidir esta questão gravíssima por aqueles que, sem nunca saírem dentre o bulício das cidades, julgam os *monges* dos campos pelos frades viciosos das povoações». Dava-se, por certo, que o poderoso criador de *Eurico* era antes um reformista do que um nihilista. Pois se êle cria em Deus?

pois si — mais do que isso — êle cria em Cristo? como negar a necessidade dos agentes dessa crença? Era sincero, por conseguinte, agindo contra a usurpação clerical, desenvolvida com o assentimento criminoso das côrtes portuguesas no seu tempo, e não abandonando os princípios básicos entre os quais sem dúvida, está um bom clero daquela fé, sob cujos confortos, illusórios embora, a sua alma ganhara as plumagens literárias com que se fizera a águia altaneira de tempos mais tardos...

Em consequência de tudo isto, tendo-se em vista o domínio inglês a repelir, o absolutismo de D. Miguel a combater, a soberania nacional a sufragar, o liberalismo intelectual a propelir, o clericalismo a esmagar, Portugal era um viveiro de atritos interesseiros. Para o defender, os elementos liberais, uns por inspiração directa nas leituras de obras francesas, outros por estímulos ganhos nas emigrações forçadas, como o próprio Alexandre Herculano, se coligavam e a reacção era politica, era literária, era artística, era pessoal, contra D. Miguel, o rei que, desgraçadamente, assinava — *Migel* —, era religiosa, contra o clero, essencialmente contra o monaquismo. Foi êste o terceiro agente do romantismo anti-religioso de Herculano. Indubitavelmente foi o mais importante, o que mais lutou contra a estratificação cristã e monástica que se introduzira no cérebro do grande clássico português. Nenhum movimento mais sugestivo do que êsse nacional de reagir contra o exotismo das forças sociais de então. E não se conteste que a sugestão, como provou bastamente o sr. P. Sourian, no seu livro *La suggestion dans l'art*, exerce um papel considerável na contemplação do belo e da arte. Esta sugestão não é, entretanto, a imitação que o sr. G. Pistolesi, notavelmente, estuda na sua última obra, *L'imitazione*, e que não deixa de confundir com a memória e a fantasia. Deve-se mencionar como um exemplo dêsse poder sugestivo da reacção nacional portu-

guesa contra as diversas fôrças componentes do todo social respectivo, o caso específico da reacção religiosa de Alexandre Herculano. Produziu êle — e aqui refiro um acontecimento típico — um poemeto lírico, que dedicou ao Marquês de Rezende, sob a epígrafe de *A Semana Santa*, em que o autor se excedeu a si mesmo, à sua própria vontade, conforme deixou compreender-se de uma nota ali aposta nos seguintes têrmos: «Eis o poema da minha mocidade: são os únicos versos que conservo dêsse tempo, em que nada neste mundo deixava para mim de respirar poesia. Se hoje me dissessem: Fazei um poema de quinhentos versos acêrca da Semana Santa, eu olharia ao primeiro aspecto esta proposição como um absurdo; entretanto, eu mesmo, há nove anos, realizei êste absurdo. Não é esta a primeira das minhas contradições, e espero em Deus e na minha sincera consciência, que não seja a última. — Quando eu compus estes versos, ainda possuía tôda a vigorosa ignorância da juventude; ainda queria conceber tôda a magnificência do grande drama do Cristianismo, e que a minha harpa estava afinada para cantar um tal objecto. Enganava-me: a *Semana Santa* do poeta não saiu semelhante à Semana Santa da religião».

O poeta fôra além por uma inconsciente sugestão do meio, e acentúe-se aqui que são sempre despercebidas ao homem sugestionado essas sugestões importantíssimas, de que se tem um exemplo claro e vibrante no caso de Alexandre Herculano. A reacção geral agiu no seu espirito, dando-lhe fôrças liberais que se contrapunham, não poucas vezes, à sua educação religiosa dos primeiros anos. E, como em estética, no domínio científico dos fenómenos correspondentes, se chamou romantismo à reacção do génio em favor das vontades nacionais e contra a fulgorância repulsiva dos exotismos de qualquer espécie, a arte anti-religiosa de Herculano foi, por isso mesmo, um romantismo digno de uma anotação especial, não só pela facilidade de sua

documentação, como também pelo cabimento louvável de seu desenvolvimento.

Certamente foi êsse romantismo bem diverso do de Almeida Garrett, e mais diferente ainda do de Castilho, a que o sr. Teófilo Braga chamou pseudo-classicismo. Não o perturbou, na sua consolidação estética, o largo conhecimento da história humana. Ao contrário, no *Eurico*, por exemplo, a mais bela página do romantismo anti-religioso, a história é o fanal da arte e esta se alcandora nos efeitos estéticos pela verdade mesma da sabedoria histórica. Foi a mesma pena arrojada pelo mais alto talento em pugna, naqueles tempos, contra o clericalismo, que desmentiu, na história do reino português, a aparição de Deus ao fundador da monarquia, arremetendo contra a fábula a verdade dos métodos científicos, e traçou o perfil sumariamente divino dêsse Presbitero que se chamou *Eurico*, poderoso bastante para olhar, de pé, «o horrível espectáculo de uma nação cadáver», e com a voz bem forte para poder afrontar a loucura humana, interrogando-a:

«Orgulho humano, qual és tu mais — feroz, estúpido ou ridículo?».

Bem definido passou aos seus posteriors o perfil do homem que escreveu o *Eurico*; melhor assentadas ficaram as características dos processos estéticos de que êle conscientemente se serviu para chegar aquele êxito — o Romantismo anti-religioso!

Baía (Brasil), 1910.

ALMACHIO DINIZ.

(Catedrático da Faculdade de Direito).

S. FRANCISCO DE XAVIER E O ORIENTE PORTUGUÊS (1)

O REINO E O ESTADO DA ÍNDIA

Albuquerque por mar, à guisa de Alexandre na Pérsia, fizera, rapidamente, numa breve sucessão de batalhas navais a conquista do Extremo Oriente litoral desde Gôa por Zeyland à península Malaia, desde as costas da Arábia a Ormuz que foi a pérola fina que pôs de diadema na sua gorra de vice-rei e logo fundando em sólidos baluartes marinhos o império português, o manteve e o fêz prosperar pela inteira justiça que usava para com os povos que iam entrando uns após outros sob a sua suzerania: da mesma maneira Francisco de Xavier, em sucessivas peregrinações apostólicas, fundou as cristandades portuguesas do cabo Comorim e Costa da pescaria a Travancore e desde Malaca às ilhas de Moluco e ao Japão; justos conquistadores dos povos e das almas, ambas as memórias são ainda hoje veneradas pela Índia: a lembrança do soldado forte e terrível perdurou longos séculos pelos povos do Oriente como o culto do santo Apóstolo cujo túmulo em Gôa é um lugar de devota romagem para os cristãos de toda a península Hindustanica.

A vinda do P. Mestre Francisco à Índia e como em tão breves anos trouxe a Cristo tantos e tão diversos povos, eis um verdadeiro milagre da fé comparável aos primeiros tem-

(1) Cont. do n.º 5, pág. 622.

pos do apostolado cristão no Mediterrâneo e renovando num mundo cansado a ardente e vigorosa propaganda proselítica de um S. Paulo nas províncias orientais do Império romano.

*

A côrte de D. João III e da Rainha D. Catarina era por certo uma das mais graves e devotas do seu tempo.

Aquele rei não tinha a perspicácia do hábil estadista que foi D. João II, nem o rasgo soberbo do homem da Renascença que foi D. Manuel: espírito generoso, mas sem personalidade, nem grandeza de alma; herdando um reino em que já era fácil vislumbrar os primeiros factores de deliquescência da raça e dos caracteres, tão pouco soube desviá-lo dos erros que fatalmente viriam a destruí-lo; basta olhar para um dos retratos dos numerosos painéis seus coevos para ver que estamos em face de um homem comum; cheio, barbudo e còrado, o beijo inferior grôso e caído, sem nada nos olhos linfáticos e bovinos que revele aquele ardor concentrado ou aquela doçura cismática da gente de Avis e Lencastre; simples, pôsto que bondoso, sem dúvida era aquele Príncipe do ramo de Viseu que o destino dos impérios não quis que acabasse sob o punhal do perfeito discípulo de Maquiavel: a Rainha, irmã de Carlos V, castelhana por adopção, favorecia naturalmente junto do Rei a influência de Madrid; a côrte conservava ainda a magnificência de D. Manuel nos seus saraus e festas e ao princípio tinham ainda fóros de agrado as liberdades vicentinas.

A inquisição, pôsto que insistentemente solicitada do Papa, ainda não fôra abertamente concedida para Portugal; com a discrepância religiosa da nação judaica, baptizada à fôrça no reinado do Venturoso, uma certa liberdade de crítica à Igreja, senão de pensamento, era admitida correntemente e alguns autos do comediógrafo dos príncipes ataca-

vam-a tão vigorosamente nos seus dignatários e nas suas ordens fradesas e com doestos e chalaças tão irreverentes que, afóra a liberdade de crítica filosófica, não eram mais maltratadas pelos poetas livre-pensadores do nosso tempo.

Mordiam-se, provàvelmente, os atingidos e manobrando um Rei piedoso, iam negociando encapotadamente, com o auxílio da influência do Imperador, o breve do estabelecimento do Tribunal da Inquisição cuja concessão, até aí, sucessivas bulas pontificias vinham oportunamente iludindo: entretanto certos altos dignatários, ou por fanatismo ou por animadversão contra os judeus, servindo-se do Rei como de um seu activo e prestigioso agente, conseguiram a bula de 23 de Maio de 1536 que estabelecia a inquisição; pôsto que muito mitigada pela escolha de dignidade do inquisidor-mór que era o liberal e humano Bispo de Ceuta, franciscano que albergava no íntimo a tradição de bondade do seu Patriarca.

Nesse mesmo ano de 36, pelo outono, punham-se a caminho de Roma os nove companheiros de Loyola e logo no de quarenta Francisco de Xavier chegava a Lisboa com o embaixador D. Pedro de Mascarenhas; já êste hábil negociador trazia nos seus despachos, depois de algumas azedas discussões com Paulo III, as armas com que inutilizar os grandes esforços e despesas dos judeus conversos em Roma em prol de defesa das suas vidas e fazendas; com efeito a inquisição mitigada não satisfizera a cubiça ou o fanatismo dos validos de D. João III: Paulo III não se decidia a confiar-lhe das mãos uma arma de cujo abuso adviriam verdadeiros crimes de lesa humanidade; o Papa bem informado pelo seu núncio do que se passava em Lisboa e no reino conferia a êste poderes para fiscalizar em última instância e assim examinaria todos os processos da inquisição para verificar se a bula de 23 de

Maio se cumpria verdadeiramente; o núncio trazia poderes para obstar a que tivessem a menor ingerência nas causas da inquisição certas pessoas que se tinham oposto à bula de perdão aos cristãos-novos, porque decerto os opositores não o faziam por zêlo ou sentimentos religiosos mas tão somente pelo ódio ou pela cubiça dos seus bens; assim o Papa mandou excluir expressamente um Dr. João Monteiro, grande inimigo dos conversos e com êle um tal mestre Afonso, fanático ignorante que nas suas práticas ofendera a mesma Côrte romana e que já por ferós se distinguira em Castela no tempo da revolta dos Comuñeros: o Papa admirava-se com razão de que um homem de vida escandalosa e turbulenta fôsse admitido à privança de El-Rei.

Faltava ao monarca aquele discernimento, aquele tacto dos Príncipes que lhes permite escolher para seus conselheiros os melhores e mais leais vassallos: tinha porém o apoio da gente da rua, sempre pronta a roubar e maltratar os judeus cuja superioridade financeira os fizera odiosos ao povo em geral.

O Rei, a-pesar-das queixas das côrtes de Évora de 1535, mantinha ao seu lado mestre Afonso e com estes os outros conselheiros e não se cansava de prosseguir em Roma a sua odiosa política contra os conversos; é certo porém que se não fôra o predomínio político de Carlos V, o Papa nunca consentiria no estabelecimento do tribunal da Inquisição com as amplas prerogativas que veio a ter, passados poucos anos, em Portugal; o Imperador porém, ou pelo seu sentimento pessoal ou pela influência da Rainha, foi o primeiro a condenar a tolerância até aí usada por Paulo III com os infelizes perseguidos e graças à sua intervenção e pêso influindo junto da côrte pontifícia, o embaixador português viu finalmente os seus esforços coroados de êxito.

O Mascarenhas além de leal e honrado era homem astuto e experimentado em Côrtes o que porventura-lhe ensinara

um arreigado septicismo sôbre a honestidade de príncipes e cortesãos; pertencia a estas famílias da nobreza média, ao tempo bastante culta e desejosa de subir, aonde sucessivamente D. João II, D. Manuel e D. João III foram recrutar o seu pessoal de estado: foi sem dúvida esta fidalguia pobre e militar, educada nos prélios violentos das praças de África (grande escola de guerra) e à qual os discípulos dos cosmógrafos do Infante ensinaram a navegação pelo astrolábio e pelas cartas de marear e os humanistas da escola dos Barros e Gouveias uma sólida cultura, o alfôbre de onde saíram todos os homens prestáveis daqueles tempos.

Nas praças de África e nas guerras marítimas contra os turcos se tinham distinguido os Meneses, os Almeidas, os Távoras, os Mascarenhas e muitos outros como antes nas viagens ordenadas pelo Infante D. Henrique e depois no caminho da Índia se nobilitaram os Velhos, os Zarcos, os Nóvoas, os Câmaras, os Dias, os Gamas, os Pachecos, os Cunhas, os Noronhas e na descoberta do Novo-Mundo os Côrte-Reais e os Cabrais.

Famílias halogéneas, homens irradiando em volta de si audácia, valor, confiança, comandavam um povo de gente serrana e marítima, corajosa, paciente e frugal e assim os frágeis varineis do Príncipe cosmógrafo, armados com as rendas do mestrado de Cristo, foram como almogares ou esculcas do mar abrindo o caminho às altas naus veleiras de D. João II e D. Manuel.

Na Índia, na África e na Côrte se distinguiram também muito, em armas e letras, os Mascarenhas a cuja família pertencia o encarregado dos negócios de D. João III em Roma: fôra D. Pedro de Mascarenhas substituir um Sousa de Távora que já conhecera bastante da côrte romana para aconselhar ao Rei que fôsse mais liberal com os secretários e camareiros do Papa se pretendia encaminhar as negociações a bom fim; D. Pedro de passagem estivera em Madrid e

depois em França, junto de Francisco I, para quem também levava uma missão especial; tinha bastante trato de côrtes para saber conduzir as pretensões nem sempre justas do seu Rei: hábil conhecedor de homens, era êste embaixador o que escrevia para D. João III (que se opunha à efectivação do imposto pontifício das duas décimas sôbre o rendimento do clero) referindo-se a Paulo III: «tudo se fará como lhe não tocarem do seu interêsse» e depois, chocarreiramente «e V. A. dêste pão do seu compadre, deixe ao afilhado levar a parte que quizer, com tanto a de V. A. não seja mais pequena e não queira ser mais piedoso da fazenda eclesiástica de que é o seu próprio dono e vigário universal».

Êste subtil psicólogo cortesão, à S. Simon, conhecia as almas através o olhar, mesmo que à máscara humana cobrisse a tiara ou o barrete cardinalício: não parecia porém eivado da cobiça geral que tão sagazmente via nos palatinos através as suas maneiras delicadas e conhecia os homens mais por um ascendente de vista penetrante sôbre as almas do que por experiência da mesma inconfessável sêde de ouro que então dominava: enojava-o a côrte e a sua baixa ganância e pedia ao Rei o ocupasse em qualquer outro serviço por mais trabalhoso que fôsse e o tirasse daquele de embaixador em que o não podia servir sem doença de alma e corpo.

Havia nestas famílias dos capitães de África e dos cavaleiros da descoberta e conquista da Índia, um fundo herdado de lealdade e franqueza militar que os não punha à vontade entre a malícia de uma côrte corrupta: ainda não ia longe o tempo das barbas longas e das espadas largas dos portugueses com que se conquistara o Império do Oriente; êste soldado como o marinheiro corsário Duguay-trouin, percebera a duplicidade dos cortesãos e tratava-os rudemente.

Por que via conhecera em Roma o embaixador a Francisco de Xavier?

Segundo o seu biógrafo trancosano, o P. João de Lucena,

D. João III tivera cartas do dr. João de Gouveia (o erudito humanista daquela família intelectual dos Gouveias e que a êsse tempo regia o colégio de S. Bárbara em Paris) de como sucedia que o Padre Inácio de Loiola e os seus companheiros, professando pobreza e humildade evangélica, tendo ido a Roma pedir a bênção pontifícia para de lá se passarem à terra Santa no cumprimento do seu voto de apostolado entre os infiéis, a guerra entre os turcos e senhoria de Veneza lhes tinha impedido a viagem: D. João III, seguindo a política missionária dos seus predecessores, pensou talvez logo em aproveitar tão boas vontades para prègarem o Evangelho nos seus vastos domínios gentílicos; já no tempo de D. Manuel tinham os franciscanos que foram na armada de Cabral aberto o caminho das missões do Extremo-Oriente: porém a conquista e influência portuguesa nos Estreitos ia-se alargando desmesuradamente e mesmo para prover as cidades e feitorias habitadas de reinos era muito limitado o clero existente.

D. João III ciente disto escrevera a Pedro de Mascarenhas prestes a deixar Roma, recomendando-lhe muito lhe trouxesse consigo, ao menos, seis dêsses novos prègadores cuja fama soava já também na Itália; o Rei, tomando inteiramente à letra o voto de Loiola dizia-lhe: «se êsses padres têm tanto desejo de converter almas a Cristo, porque não vêm então para os meus domínios, aonde se contam por milhares os gentios a doutrinar» e como desejava ser servido com brevidade punha logo a sua bolsa liberalmente para as despesas da viagem: sabendo porém o preço das cousas tratadas na còrte pontifícia, recomendava-lhe em *post-scriptum* que negociasse tudo directamente com o Padre Inácio de Loiola: possivelmente o embaixador o conhecia, senão pessoalmente, ao menos pelas informações do dr. Diogo de Gouveia, na ocasião da sua passagem na còrte de Francisco I: porém o astuto basco, desejoso de escudar a sua

autoridade com a pontificia (pois já privava muito com Paulo III) remeteu o negócio ao Papa: êste, a-pesar das reiteradas instâncias do embaixador, acordou por fim em que o futuro geral dos jesuitas mandasse a D. João III sòmente dois dos seus companheiros, fundamentando-se em que lhe ficavam apenas oito para as mais províncias da catolicidade: por ventura Loiola que começara a conhecer a còrte de Roma e como por ela se governavam os estados católicos, já não sentiria o primitivo ardor em atravessar os mares para ir catequisar os infiéis: sem dúvida pensara, de acòrdo com o mesmo Papa, que os seus serviços e da sua companhia militante eram mais necessários e de mais fruto nas mesmas còrtes católicas; lembrou-se então dos padres Simão Rodrigues e Nicolau de Bobadilha, como idóneos para a prègação requerida pelo Rei de Portugal.

Despachado o Simão que estava em Roma, mandou logo chamar o Bobadilha que fôra destacado para a Calábria em missão apostólica: porém êste, em chegando à cidade, pouco afeito aos ares empestados da «campagna» romana, adoeceu tão fortemente de sezões que ficou impossibilitado de acompanhar o embaixador que estava prestes a partir.

Não era porém o Mascarenhas homem que se apresentasse ao seu Rei com as mãos vazias; logo requereu lhe nomeassem o segundo dos dois padres que lhe tinham prometido: Paulo III sabia quão incómodo era negar o devido ao embaixador português e logo Loiola teve de procurar outro para seguir com Simão Rodrigues.

Estava em Roma o P. Mestre Francisco de Xavier, também doente numa tarimba do hospital em que provavelmente servia: mandou-o chamar à cama o P. Inácio e propôs-lhe a missão à Índia: o seu biógrafo português põe a propósito na bôca de Loiola um discurso a um tempo enfático e lisonjeiro pelo qual persuadia ou incitava ao seu companheiro, à larga e arriscada viagem.

A Índia era então para o Centro e Sul europeu como um país fantástico e portentoso de onde quem lá ia, como naquele conto da torre quimérica, não voltava mais: somente os portugueses, como primeiros a chegar, se tinham familiarizado com a longa, trabalhosa e perigosíssima volta pelo cabo da Boa Esperança torneando para chegar ao golfão Índico quasi todo o continente Africano: calmas, sêdes, fomes, escorbutos, naufrágios, eram correntes em tão longo espaço de tempo sôbre o mar: a viagem mais feliz não punha menos de cinco meses a chegar de Lisboa a Gôa: as armadas largavam do Tejo nos primeiros dias de Abril com o norte em popa até à altura de 4 a 6 graus: por ali caía o vento e começavam as grandes calmas que os detinham dias e dias nos mares equatoriais da Guiné, lisos e espelhados como um metal em fusão; de lá entravam no rumo dos ventos gerais que logo em meados de Maio tendem a soprar de Sueste: apanhá-los ainda do Levante era a boa rota: senão corriam o risco de serem levados para os Abrolhos na costa do Brasil; os pilotos avezados na viagem procuravam atravessar das alturas do Cabo de Santo Agostinho para o da Boa Esperança: de ali para o Austro começavam os grandes trabalhos para a frota; a primeira vêz que os ligeiros navios da Descoberta se aventuraram para o Sul com o audacioso Bartolomeu Dias, foram surpreendidos por um fortíssimo temporal de pôpa que varrendo-os mar fora por longo tempo, os arremessou aos confins do círculo austral: a luz forte da África trocara-se num claror pardacento que um sol frouxo que mal despontava acima do horizonte brumoso enviava coado através o nevoeiro: o mar cavava-se em grossos vagalhões de oleoso ébano nesta semi-obscuridade de crepúsculo; o frio era tão vivo que coalhava o orvalho em franjas de gelo pela árvore da mastreação e nunca assim o tinham sentido na fôrça do Janeiro os mesmos serranos do norte que iam a bordo: a maruja estranhando tão desvairado tempo e os mares tão

empolados, imaginava-se já nos confins do mundo, entre trevas e espantos, aonde se dizia, tôda a imensa água do mar se despenha como um Niagara colossal no sorvedouro sem fundo da Noite: sòmente o capitão na sua câmara, dobrando a longa barba cana sôbre uma carta de África, perguntava a si mesmo a que profundo e escuro Pélago desconhecido dos antigos o tinha conduzido tão vertiginosamente a tempestade e se estava emfim no caminho da Índia: pouco a pouco o temporal amainou e desfeito num temeroso escarcéu, rebentavam em flôr as vagas à pôpa da nau até que finalmente veio a bonança: as prôas ao norte, passados alguns dias de viagem com ventos favoráveis, eis o gageiro na gávea divisa para poente a linha quási imperceptível da terra que desde Lisboa traziam a nascente; ao ouvir tal nova o capitão, homem encahecido nos mares, chora de alegria e logo com um breve risco de pena traça no azulado vácuo do seu roteiro de pergaminho o perfil de um longo cabo entrando pelo mar fóra: a terra portentosa de África acabava então ali, corridos tantos graus a sul, num grande promontório debruçado sôbre aquelas paragens glaciais do mundo e para o norte abria-se logo outro mar, outro largo oceano que talvez conduzia a Índia desejada!

Tal era a primeira metade da aventureosa viagem que Loiola propunha ao seu condiscípulo do colégio de S. Bárbara, mas enaltecendo tanto o seu fervor de sacrifício e o seu espírito de obediência que Francisco de Xavier baixava os olhos para se sentir ainda humilde e còrava de envergonhado e receioso de não corresponder ao muito que dêle esperavam: o moço navarro era um dêstes caracteres que à consciência do próprio valor aliam uma natural modestia: provavelmente a guerra entre os venezianos e os turcos, tolhendo-lhe a passagem à Terra Santa, o contrariara mais no seu voto de Paris do que a Loiola que como ca-

pitão experimentado tirava partido das mesmas contrariedades que o decurso natural das cousas opunha à sua vontade de realizar; de novo invocava uma certa providência divina para justificar ao companheiro a sua escôlha para a missão da Índia; dizia-lhe «tudo conspira para que acompanheis Pedro de Mascarenhas: o nosso irmão Bobadilha doente sem que se possa levantar do leito: prestes a viagem do embaixador esperando só os companheiros para se partir: os nossos todos ausentes: não vos parece que é o dedo de Deus que vos encaminha?...».

Provavelmente no seu íntimo, Francisco de Xavier, preferia à Itália e a Roma a missão da Índia distante: em tôdas estas grandes vocações de Santos há uma espécie de romantismo, digamos, «ao divino»; uma maneira de ser dos livros de cavalaria, um espírito a um tempo de aventura e sacrifício que mais tarde havia de definir, com alma trágica num exterior faceto, o espanhol Cervantes: a viagem de S.^{to} António a Marrocos com a peregrinação ao campo do herdeiro de Saladino de S. Francisco e três séculos após os infantis anelos de Teresa de Ávila, fugindo de casa com o irmão para ir brincar aos conventos e converter os mouros: romantismo e misticismo partem no fundo do mesmo anseio da alma insatisfeita que, descontente da realidade exterior, procura construir na imaginação um mundo ideal em que se compraz: os místicos são, até a um certo ponto, românticos como os românticos sinceros à Musset ou à Poe foram um pouco místicos: sòmente o motivo central do romantismo, — o amor desinteressado, a paixão pela mulher idealizada a ponto de se confundir com uma aparição de sonho —, é substituída nos místicos cristãos pela representação, constante e absorvente aos olhos da alma, da paixão de Jesus: S. Francisco de Assis, Santa Teresa e mesmo S. Francisco Xavier são protótipos dêste misticismo doloroso ou dêste romantismo ao divino, apanágio dos gênios e dos santos.

O estudante navarro, cansado, desiludido talvez; cheio de tédio da vida mesquinha e artificiosa da grande cidade em que morava; saüdoso por certo da áspera grandeza das suas montanhas ancestrais, do azul puro do céu de Espanha recortado entre dentadas serranias; da simplicidade grave e ingénua da gente aldeã, devia, ao tempo da sua conversão por Loiola, sentir um íntimo desgosto, uma espécie de nôjo por o citadinismo céptico e materialista, essencialmente erótico em que vivera e que de alguma maneira se opunha ao seu carácter sincero e franco de fidalgo rural: um desprêso, um aborrecimento, um asco da grande cidade e da sua maneira de viver, da sua falsa cultura, do seu materialismo sensualista deviam ter arremessado S. Francisco de Xavier para a conversão como a alegre boémia dos rapazes ricos de Assis acabou por desgostar o filho de Bernardone e o levou a pensar nas coisas de Deus: isto o teria mudado e mais ainda o tédio fisiológico, esta espécie de nôjo dos sentidos que nos caracteres graves domina por vezes contra as misérias da tentação; emfim a repulsa do abraço sensual da grande cidade cortesã que a lenda de S. frei-Gil simboliza naquela mulher formosa e quási desnuda que lhe apareceu à entrada da Ponte-nova, arrebatadora encarnação citadina do mesmo espírito da luxúria.

Nascera sob bons auspícios o cadete navarro: justamente naquele ano de 1497 partia do Restelo Vasco da Gama com a armada da Descoberta: nos princípios de Julho tocava a península Hindustânica no pôrto de Calecut; feito portentoso para os portugueses e para tôda a Europa, fértil em infinitas repercussões durante os séculos na marcha da história do mundo.

A VIAGEM DE ROMA A LISBOA

Aceita o P. Mestre Francisco a viagem à Índia com a mesma despreocupação e naturalidade com que iria, diz

agudamente o seu biógrafo português, «rezar missa a S. Pedro»: tinha o moço penitente atingido já aquela perfeição interior que vive por si e para si, escusando raízes que a prendem à terra: neste estado de alma a ambiência, o meio por assim dizer, não actuam ou não influem no que trilha o caminho da santidade: a família, a cidade, a terra, a pátria, o mesmo vasto mundo, não têm significação para o que vive uma intensa vida espiritual, ou melhor reduz-se o variado «fenómeno» exterior, a um esquema, a uma abstracção, a uma perspectiva indiferente: nem a mudança de país, nem as viagens, nem os aspectos curiosos dos novos mundos podem condicionar de alguma forma o vicejar da perfeita flôr da espiritualidade cristã: o Santo fica sempre íntegro, idêntico, igual a si mesmo através tôdas as vicissitudes da vida e tôdas as latitudes do cosmos.

O Padre Mestre Francisco não precisa aprestar-se para a longa viagem às Índias porque, sempre pronto a obedecer, lhe basta por tôda bagagem a sua evangélica pobreza voluntária e o seu breviário; porém cortês e afável vai depedir-se alegremente dos companheiros e amigos e, como bênção suprema que dê alento à sua modéstia, pede antes de partir para beijar o chapim do Papa: parece que Paulo III, pontífice culto, o exortara a seguir as pègadas desvanecidas desde séculos do apóstolo Tomé nos areais adustos do Industão.

Aceitara o moço navarro, de muito boa vontade, a missão à Índia: o Estremo-Oriente era um vasto mundo virgem para a sementeira da fé e aonde o levava o anseio romântico de tôda a sua mocidade como um século antes, os mares nunca dantes navegados, as ilhas esmeraldinas entre as brumas oceânicas, a costa da África portentosa, o mesmo caminho da Índia foram o vasto campo livre ao espírito ardente da Descoberta: assim desde a sua conversão em Paris tôdas essas gentes novas e numerosas que habitam por esses largos mundos de Cristo são o eixo de todo o seu pen-

samento, do seu anseio espiritual que não pensa senão em seguir as pisadas do Santo do seu dia no fervente desejo do apostolado de Jesus entre os infiéis: parece que o Oriente o seduzia como atraíra os barões feudais que deixavam os ninhos de águia dos seus castelos para se lançarem na aventura da cruzada: a dar crédito aos contemporâneos que escreveram sobre S. Francisco de Xavier parece que o desejo, a preocupação, o anhelito do Oriente indico andava de há muito no seu íntimo: assim o P. Mestre Diogo Laynez, o futuro teólogo da Companhia no concílio de Trento, contava que viajando com o moço navarro e sendo uma noite seu companheiro de quarto, sucedeu acordar o P. Mestre Francisco, sobressaltado e como quem sai de um pesadelo, queixando-se que sonhara levar em cima dos ombros um índio negro como os da Etiópia e tão pesado que não podia levantar a cabeça e, mesmo desperto, se sentia ofegante e cansado como tivesse lutado com êle: assim as preocupações que dominam o nosso espírito se filtram, durante a inércia do sono no subconsciente; o P. Doménée da mesma companhia que fôra amigo em Bolonha do P. Mestre Francisco contava que já nesse tempo êste falava muito do Oriente e da conversão dos Índios como coisa que lhe absorvia assás o seu pensamento.

Em Roma, morando num hospital para tratar os doentes, sucedeu também que acordou de noite com grande grito, clamando «mais! mais!», o companheiro de câmara P. Mestre Simão; na ocasião não quis contar-lhe o sonho que tivera; porém ao embarcar em Lisboa no momento da despedida, confidenciou-lhe que naquela noite de Roma, Deus lhe fizera passar diante dos olhos os trabalhos de fome, privações e doenças que o esperavam no Oriente e que êle julgando tudo pouco para merecer a Cristo, suplicava lhe desse ainda muito mais ocasiões de o servir: vinha pois o jovem penitente naquela disposição íntima que inclina o ho-

mem à caridade e que só um longo trabalho interior cortado de vigílias, orações e sacrifícios, podia ter levado a uma tão perfeita maturação.

Em Paris, sob a sugestão insistente do P. Inácio, tinha se feito na sua inteligência aquela transmutação de valores espirituais que conduz à conversão: o que fizera até ali o interesse e o gosto da sua vida de estudante abastado, de alegre e fácil camaradagem, desde as boas manhas nos jogos de força e destreza (a luta e a pela, estão em moda na Universidade) até aos triunfos de uma inteligência viva nos exercícios dialécticos das sabatinas; tudo quanto até então o atraíra perdera para a sua alma o encanto antigo; na vida dos Santos, na história das conversões há sempre uma coisa íntima que fica velada de mistério aos olhos dos amigos e contemporâneos: a maior parte das vezes ignoram biógrafos e panegiristas a causa interior, a determinante psíquica de de uma tal inversão no espírito de todos os valores humanos.

Em certas épocas como sucedeu nos séculos das grandes perseguições contra os cristãos, a conversão parece obra de um contágio moral, de uma sugestão do martírio: obra divina por certo, mas que encontra esta explicação comesinha aos nossos pobres olhos mortais: assim parece ter sucedido com as primeiras matronas e damas romanas, com os primeiros patrícios e chefes militares, que se fizeram cristãos: esta parece ter sido a história de um S. Sebastião e de outros nobres na sociedade latina contemporânea das crises de intolerância do estado que se produziram depois de Nero: porém na maior parte das vezes e mesmo nas biografias dos Santos que nos são mais próximas e melhor documentadas, o espírito, curioso das causas, não encontra o «quid», a razão, a determinante do drama íntimo da conversão: há evidentemente um toque do sobrenatural, um acto de graça que nos escapa inteiramente e assim é quasi ocioso dissertar sobre que motivos levam o homem à santidade.

O que parece se torna mais aparente (quando esta não provém apenas da trágica sugestão dos grandes martírios) é, em quasi todos os Santos, uma experiência anterior, antecipada e temporã do mundo, do travo que deixam na alma os seus prazeres; do amargor dos seus regalos e do árido desespêro das suas desilusões: nos Santos porém como nos poetas há um antegosto dos seus enganos, uma precocidade dolorosa que lhes faz abreviar num espaço curto de idade o final desengano de uma longa vida: vacuidade, vaidade de tudo quanto nos cerca; fumo, ilusão, sombra de um sonho: — incerteza, êrro, dúvida — eis as palavras finais de todo o conhecimento e inteligência dos homens.

Os Santos, espíritos precoces, têm por antecipação estas tremendas desilusões a que não basta, quasi, o trabalho e experiência de tôda uma longa vida para as encarar, senão com tranqüilidade, ao menos com resignação: os santos são por intuição, estoicos; possuem, por assim dizer, uma preciência das cousas que lhes faz ver sòmente engano e vaidade aonde o comum dos homens com os olhos cegos encontra a certeza e o gôsto de viver. Seria paradoxal dizer que os santos são homens ao contrário entendendo por isto que em tudo quanto o homem, nesta vida, pôs valor ou interesse, o Santo lhe acha sòmente, imanidade e vácuo: assim a pobreza voluntária é a negação dos mais profundos reflexos da posse como a humildade é a antítese do carácter e do orgulho pessoal; como finalmente o sacrificio constante de si mesmo vai contra tôdas as leis naturais do instinto: negação de valores, dos valores estabelecidos pelo comum, sem dúvida; mas diremos melhor, inversão ou intermutação, porque a cada uma destas negações nasce um novo valor espiritual e só por êste o homem se pode distinguir da baixa animalidade que o cerca. O estudante navarro tinha feito um doloroso noviciado nos hospitais de Veneza, Roma e Bolonha: lançado naquele cadinho de dores lancinantes, de-

sesperos de alma e miséria física e moral, saiu de lá um novo homem, com uma têmpera de aço, capaz de se defrontar com tôdas as desgraças e imperfeições do mundo. Ei-lo com a loba remendada, um breviário por tôda matalotagem, servindo-se de uma má cavalgadura, no séquito do ilustre D. Pedro de Mascarenhas que os seus despachos e letras pontificias nos arções do murzélo, regressava feliz à Pátria e um tanto enjoado da Côrte romana: não era segura a rota marítima, infestada então de galés turcas e corsários argelinos: os mesmos piratas franceses faziam má espera às naus que demandavam Lisboa; assim forçoso era fazer uma larga jornada por terra, por caminhos de posta, subindo quási tôda a Itália, atravessando os Alpes gelados pela invia portela de Sam Gothardo e, das serras da Sa-boia aos campos da Navarra francesa, por lá transpunham os altos Pirinéus que a separam da sua irmã da Espanha. A travessia dos Alpes, ao tempo cobertos de algumas braças de espessura de neve que escondia o relêvo e os altos marcos de pedra do caminho sob uma mesma brancura oftálmica, era fértil em acidentes graves para os viajantes: assim succedeu que um secretário do embaixador, caminhando a pé, possivelmente a sondar o passo, resvalou num dêsses sorvedouros de sincêlo entre as quais passa a estreita vereda: o único ponto de apoio na encosta a pique era o mesmo gêlo endurecido que agarrara com as mãos crispadas e o suspendia sôbre o abismo: a isto, os que o seguiam, mudos de pasmo perderam a côr, encomendando-o a Deus por não esperarem já nenhum socorro humano: Francisco de Xavier que vinha chegando viu tudo num relance: rapidamente desmontou; correndo ao abismo e metendo-se no mesmo perigo em que caíra o companheiro, conseguiu puchá-lo a si e salvá-lo da morte iminente: de certo, nessa ocasião o P. Mestre agradeceria a Deus tê-lo dotado de fôrça e destreza excepcional, pois também essa superioridade pode

ser útil em certos momentos ao nosso semelhante: de facto tãda a sua robustez natural cultivada em Paris em boas manhas de atleta lhe ia bem depressa ser necessária para resistir com êxito aos deprimentes climas quási equatoriais aonde o destino ou a providência divina o dirigia.

Tocava já o moço peregrino o acume do desprendimento terreno: o caminho de França a Lisboa conduzia-o justamente à sua província natal; de novo se recortaram aos seus olhos, depois de tão longa ausência, os amotinados cimos das montanhas ancestrais: os serranos que cruzava caminhando; os pastorinhos de gorra vermelha guardando as vacas na verde pradaria; os soldados fronteiriços, as aldeãs fiando ao sol à porta das casinhas colmadas, emfim todos falavam a sua doce língua materna; todos se lhe assemelhavam nos modos, na fisionomia, na maneira de ser: passava a estrada por Pamplona, a capital navarra: não longe de ali estava o solar torreado ou castelo de Xavier: a mãe de Francisco, D. Maria de Azpilcueta era ainda viva e habitava lá com seus irmãos e muita parentela: o nóvel companheiro de Jesus enquanto estudante não viera visitar a sua terra e agora que ia embarcar para a Índia nunca mais teria ocasião de ver os seus: propuseram-lhe a visita os viajantes; gentilmente o Embaixador insistiu para que fôsse, pois nem disso viria transtôrno à viagem que se fazia por vagarosas jornadas; com grande espanto de todos o moço navarro escusou-se cortêsmente às instâncias de D. Pedro e declarou que não desejava torcer um passo do seu caminho: tinha-se completado naquele espírito o esquema ideal do companheiro de Jesus como o entendia Loiola: nem as raízes da terra, natureza e raça; nem o amor materno; nem os laços de sangue e de família deviam prender, deter sequer o perfeito servo de Deus: a tãdas estas atracções inconscientes da pátria, da estirpe, da prole; a tãdas estas raízes mundanaes do sangue e da mesma alma devia cortar cerce o penitente no

caminho da sua perfeição em Deus: nem pátria, nem família: eis o lema da futura e poderosa ordem que ia em breve dominar a catolicidade.

Entretanto D. Pedro de Mascarenhas, subtil conhecedor dos homens, tinha nos ócios das longas jornadas, ao chouto monótono das cavalgadas, sobejo vagar de conhecer aquele companheiro pouco comum que para satisfazer o desejo insistente do Rei trouxera, por mór brevidade, no seu séquito: êste homem cortês, modesto, humilde (humildade tanto menos de esperar da distinção da linhagem e da família que traíam um rosto nobre e formoso, uma robustez e elegância física não vulgares), possuía uma alma que por incompreensível e rara se ia tornando para o astuto observador um estranho problema de psicologia. Tinha o Embaixador nas suas peregrinações pelas côrtes da Europa tratado meio mundo: entre príncipes, magnates e cortesãos não havia tipo moral que lhe fôsse inteiramente estranho; porém, êste padre, antigo estudante do colégio de S. Bárbara, era o homem mais extraordinário que conhecera em seu tempo: o arrôjo, a destreza e desprêzo da vida com que salvara o seu secretário de ficar enterrado vivo nas neves dos Alpes: a sua intervenção bondosa e eficaz nas altercações que por vezes se produziam em tão grossa companhia de gente; a igualdade constante do seu ânimo; a brandura e cortesia no falar e tratar com todos; a regularidade com que, mesmo nas mais acidentadas marchas, dava horas certas à meditação do seu breviário, emfim tôdas estas qualidades pouco comuns de carácter eram de molde a chamar a atenção de D. Pedro de Mascarenhas que se ia afeiçoando ao modesto e simples companheiro e, ainda do caminho, escrevia a D. João III as suas boas impressões do prégador que lhe trazia para a conversão futura dos seus subditos da Índia. Era justificada a admiração do embaixador; um santo não é um homem que se cruza todos os dias: os séculos avaros raro produzem esta

flôr maravilhosa: poucas vezes, na curta vida humana, a graça de Deus toca uma alma eleita. Para o compreender o embaixador tinha de transformar inteiramente os dados da sua experiência da alma dos homens: o seu golpe de vista fácil de apurado fisionomista nada tinha ali que fazer: estava evidentemente diante de um homem inteiramente à parte dos que até então conhecera e o que compreendia apenas, das suas práticas e discreta observação, era que, se a maior parte dos homens mesmo os que Deus colocou nos mais altos fastígios, obedecem à mesma lei inevitável dos instintos mais ou menos rudes, podia haver uma alma angélica que por o seu esforço íntimo ou natureza se liberasse a Deus, muito acima das pobres e tristes contingências humanas: assim também o embaixador se convencia de que quem mais sabe da alma profunda e misteriosa do homem sabe que não sabe nada e via que veia áurea de bondade, que tesouros de altruísmo pode encerrar um coração feito do mesmo barro e do mesmo lôdo de que Deus a todos nos criou.

Por isso já não estranharia D. Pedro o despêgo do seu companheiro; volvendo após tantos anos de ausência à sua terra natal, ao passar tão perto da sua casa e família, não torcia um passo do caminho para ir visitá-las! êste coração, esta alma não obedeciam às leis comuns dos homens: era uma finalidade inteiramente outra na vida e como a agulha de marear procura sempre o norte, aquela alma tendia para Deus.

Podemos bem imaginar o alvoroço com que o Mascarenhas e o seu séquito, do alto dos montes da margem alentejana, teriam avistado a clara e ridente Lisboa, branca contra o céu azul, debruçada sôbre o espelho ainda mais azul do seu largo rio.

Desde as altas tôrres do Alcáçar do Castelo, pela lomba das sete colinas por onde o alvo casario começava de alastrar, os góticos coruchéos do Carmo e da Trindade, o cam-

panário dos Mártires, as tôrres grossas dos Agostinhos da Graça, as agulhas ogivais das Mercês e da Conceição velha, as torrinhos humildes e caiadas que pelos longes atalaiavam o têrmo, lembravam a ponto de enganar, os alcorões e minaretes de uma cidade mourisca tanto a sua traça e esbelteza era oriental: porém, quando o viajante se aproximava mais da margem sul que vem inflectindo até entestar em Almada, quási a tiro de mosquete com a cidade, começava a distinguir na massa alvejante do casario, a mão forte da pesada architectura dos conquistadores cristãos com as suas sólidas cantarias, com os seus massiços de pedra: a Sé, numa pequena altura ao fundo da encosta do castelo, era uma verdadeira fortaleza românica, pesada, austera, ladeada de fortes muros dentados ao tôpo dos quais, reforçadas e grossas se erguiam duas sólidas tôrres: a igreja do convento, dos Carmelitas, mostrava agora, de mais perto, a elegância da sua planta ogival; em baixo junto ao rio, à esquerda de um largo terreiro marginando um cais aonde acostavam inúmeras naus e alguns alterosos galeões, estavam os Paços da Ribeira; com as suas magestosas portarias, com as suas altas cúpulas da Renascença manuelina, eram verdadeiramente um grande e sumptuoso palácio real: ao lado a casa da Índia e as Darcenas dos navios e logo mais tôrres rematadas de tecto em pirâmide; mais coruchéos, mais paços mouriscos e ogivais cobriam a populosa margem que se estendia a ponte entre um casario mais raro entresachado de hortas, até aonde a vista distinguia, já muito ao longe, o mármoreo convento dos Jerónimos com o seu elegante zimbório e os seus coruchéos floridos que guardava, surgindo da onda azul como branca aparição de um sonho de rajá, a alabastrina Torre de Belem.

Lisboa era bela, recostada nas suas colinas, os pés aflo-
rando a água translúcida do Tejo, como a huri do paraíso
de Mahomet que, meia desnuda, se apresta a entrar no ba-

nho: Lisboa era verdadeiramente uma nobre cidade oriental por um contraste do destino das raças colocada no Extremo-Occidente do mundo europeu: porque o Oriente, isto é a sua cultura e civilização mais característica, tinha vindo para ela, através as lhanuras áridas da Líbia e Efrikia mediterrâneas e atravessando, envolto no seu cândido albornoz, o estreito braço de mar que o separava de Espanha, breves dias passados, plantava as suas tendas ao longo das duas margens do largo e undoso Tejo; assim a formosa cidade da extrema Europa, fundada por fenícios, conquistada e engrandecida pelos árabes, tinha desde a sua origem o carácter fortemente oriental que a fadava a um alto destino extremo-asiático. De facto, com os reis Afonsinos, a Lisboa galaico-portuguesa, refluindo por sua vez a onda conquistadora que lhe trouxera os almoravides, alastra sôbre os seus reinos transtaganos do Al-garb e durante algumas gerações cristãos e musulmanos se identificam na mesma maneira de vida, na mesma cultura, nas mesmas artes e letras: mais tarde quando o Mestre de Avis (uma vez tranqüilo do lado de Castela) e os infantes ilustres levam Portugal, além do mar, ás plagas marroquinas, a gente que abandearam é pela raça, cultura e educação, tão oriental como a civilização que lhe foi berço e sòmente a Cruz de Cristo nas velas prenhes de vento lhes dá um crédo europeu: herdeiros da cultura mosárabe são estes mesoarianos que o destino, a geografia, o mar, o carácter, a raça e a cultura encaminham rapidamente a uma finalidade extremo-oriental: assim os «finis-terrae». as fronteiras do mundo distantes de tantas mil léguas de mar, se iam abraçar um dia através o esforço dos portugueses.

Conta-se que um ilustre poeta castelhano do século de oiro, vindo por mar a Portugal, entrando a nau pelo Tejo dentro, ao avistar a nobre Lisboa, atirara ao rio uns reais de prata que trazia na escarcela por não querer desembarcar tão mes-

quinho de haveres em cidade tão formosa e rica: de facto a Lisboa de D. João III, continuava a ser como nos tempos do Rei venturoso, o grande empório de todo o comércio marítimo com o Extremo-Oriente a que vieram juntar-se ainda os primeiros rendimentos dos quintos das minas do Brasil.

(Continua).

ANTÓNIO DE MATTOS CID.

OS HOMENS⁽¹⁾

(CARTÓGRAFOS PORTUGUESES DO SÉCULO XVI)

Da análise da documentação atrás reunida conclui-se, como vamos ver, que o Lopo Homem, mestre de cartas de marear, a que se refere o alvará de D. Manuel, de 1517, é o cartógrafo que elaborou os quatro monumentos cartográficos atrás descritos e de que ainda em 1565 o *Livro de Lançamentos* da Câmara Municipal de Lisboa nos dá notícia. Durante a sua vida houve em Portugal pelo menos mais cinco personagens com o mesmo nome e de quem se sabe por documentos coevos, além do Lopo da Fonseca Homem, neto do Lopo Homem de Punhete; Lopo Homem cartógrafo e cosmógrafo, porém, houve só um.

Foi Abendanon quem pela primeira vez, em 1918 estranhou que o Lopo Homem que em 1517 era já «mestre de cartas de marear» em Lisboa, fôsse o mesmo que em 1554 assinava o belo Planisfério hoje em Florença, nada mais se conhecendo de tal cartógrafo⁽²⁾; e, acrescenta em 1919, seria do maior interesse encontrar outras suas cartas feitas nesse intervalo de 37 anos, estudando-se conscienciosamente o Planisfério de 1554, a-fim-de eventualmente se conhecerem outras produções anónimas de Lopo Homem⁽³⁾.

(1) Cont. do n.º 1, pág. 85.

(2) E. C. Abendanon, *Voyages géologiques et géographiques à travers la Célèbes Centrale (1909-1910)*, Têmo III, págs. 1429-1430. Leyde, 1918.

(3) E. C. Abendanon, *Missing links in the development of the ancient*

Depois, quando se encontrou o Planisfério de 1519, Heawood e o «expert», cujo parecer reproduz no seu já citado artigo de *The Geographical Journal*, concluem francamente que o Lopo Homem que em 1554 fazia o referido Planisfério, não pode ser o mesmo que fez o de 1519 e era mestre de cartas de marear já em 1517⁽¹⁾.

Por fim o Prof. Crinó, no seu também já citado trabalho, publicado em suplemento da *Rivista Marittima*, comunga calorosamente nos pontos de vista defendidos in *The Geographical Journal*, classificando de «Lopo Homem Senior» e «Lopo Homem Junior» os supostos dois cartógrafos.

Vejamos porém.

O Lopo Homem a que se refere o documento I, de 1497, filho do contador da Comarca de Coimbra e fidalgo da Casa Real, Fernão Roiz Homem, como já vimos, era cavaleiro da Casa Real, ao passo que o Lopo Homem «mestre de cartas de marear», a quem em 1517 D. Manoel concedia o privilégio de fazer e corrigir tôdas as agulhas náuticas, não tem essa designação e só em 1524 o documento de D. João III, que lhe confirma tal privilégio, lhe chama «escudeiro de minha casa»; não era por conseguinte o mesmo. Julgamos desnecessários outros argumentos em favor desta afirmação, que aliás se podem deduzir da documentação atrás apresentada.

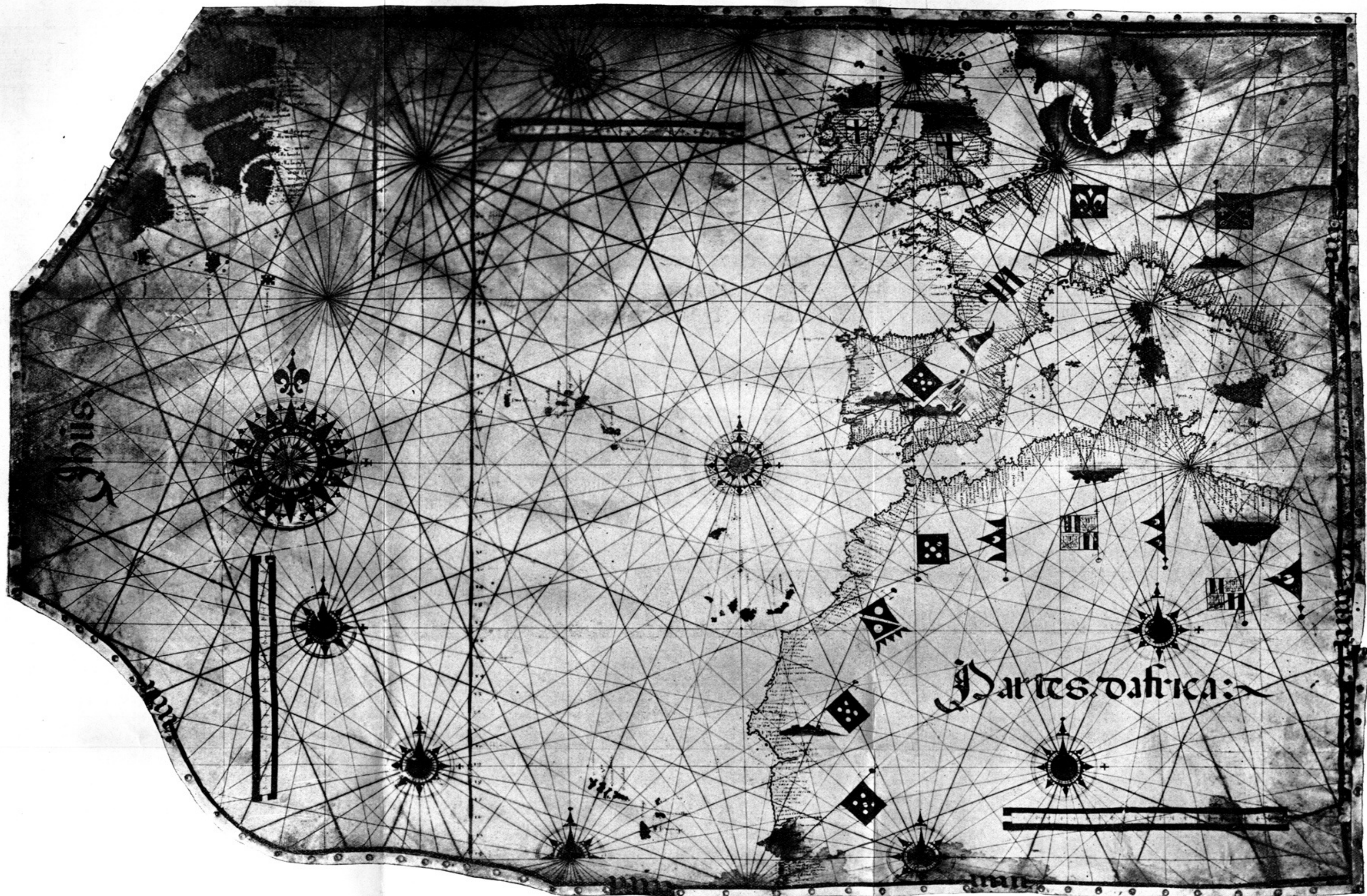
portuguese cartography of the Netherlands East Archipelago in The Geographical Journal, Vol. LIV, n.º 6, pág. 350. London, December, 1919.

(1) «To sum up: This map is a valuable monument of the actual work done by Lopo Homem, the official cartographer of the Royal Portuguese Navy, appointed in 1517, and so far the only specimen of his workmanship available. That the 1554 Florence map could be the work of his extreme old age is more than improbable, and it must be attributed to another Lopo Homem belonging to the next generation». *Op. cit.*, pág. 255.

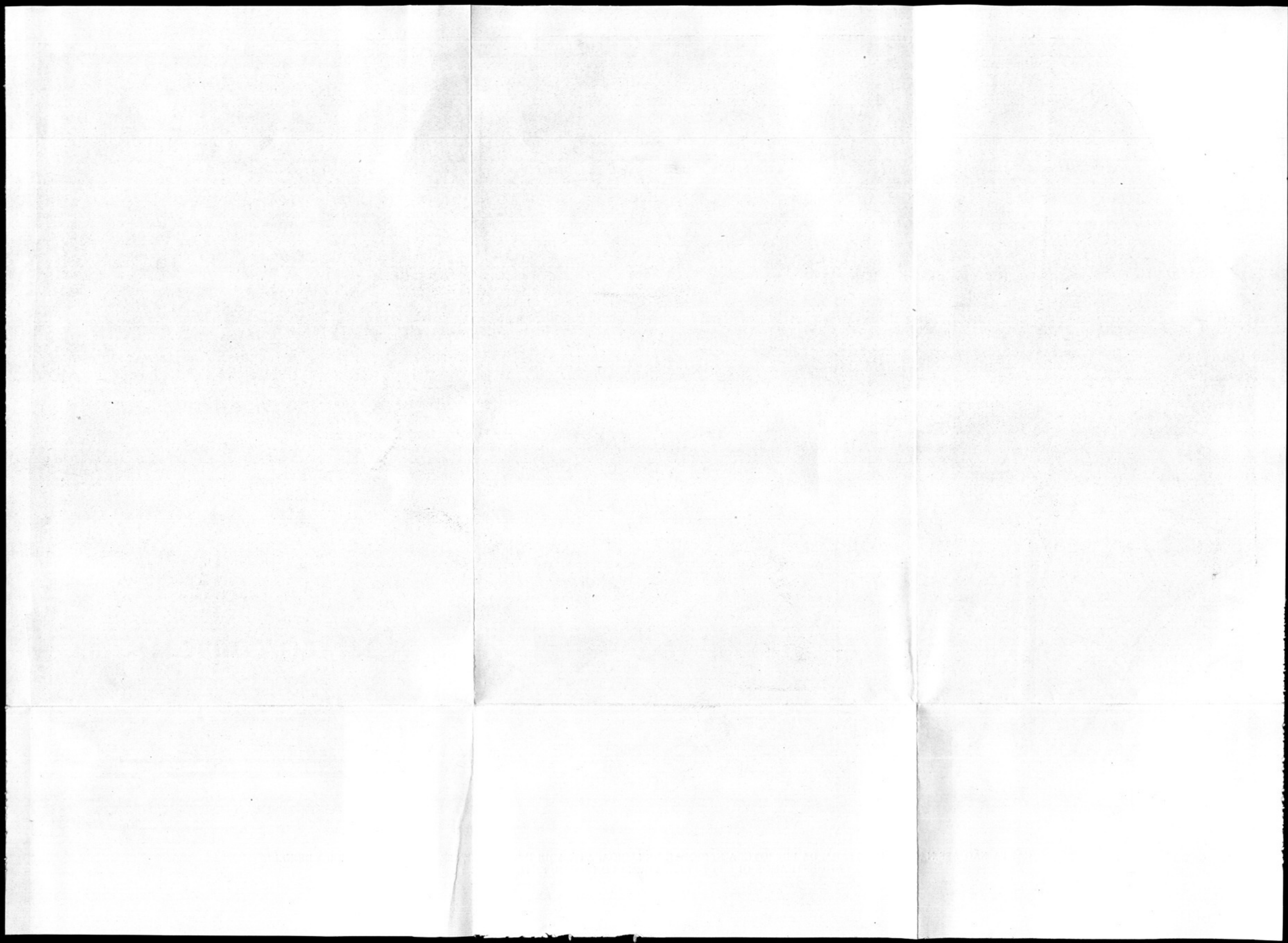
Entre 1517 e 1524, encontra-se um alvará do capitão e governador de Azamor, datado de Janeiro de 1521 (documento IV), fazendo Lopo Homem cavaleiro por feitos praticados; êsse alvará só tem confirmação por carta régia de Agôsto de 1527 (documento IV), dizendo-nos que o confirmado era de boa linhagem e servira por dois anos em Azamor. Entretanto um assentamento no *Livro das Adições* das «Moradias da Casa Rial», de Julho de 1526 (documento V), mostra-nos que à data da confirmação da carta de cavaleiro, de 1527, já havia um Lopo Homem cosmógrafo na Casa Real; êste era, naturalmente, o Lopo Homem mestre de cartas de marear, etc., que aparecia dois anos antes, em 1524, como «escudeiro da casa rial». Ora êste documento tem a particularidade preciosa de estar assinado por Lopo Homem, e essa assinatura é a do mesmo cosmógrafo em vários outros documentos, inclusivé um de 1554. A reprodução fac-símile que a seguir damos das cinco assinaturas, de 1526, 1530(?), 1541, 1551 e 1554, não pode deixar dúvidas a êste respeito, embora se note uma evolução no seu traçado, o que, de resto, é perfeitamente natural.

O facto de o alvará de 1517 ser confirmado em 1524, embora não o indique forçosamente, deixa admitir a hipótese de que houve uma interrupção no exercício das funções que aí eram cometidas a Lopo Homem. Essa interrupção seria devida ao facto de o nosso cartógrafo, homem novo e de boa linhagem, querer ir a Azamor conquistar as suas esporas de cavaleiro, tendo lá servido dois anos, provavelmente entre 1520 e 1522.

Uma vez regressado a Portugal, pede ao novo Monarca que lhe confirme o alvará de 1517, o que lhe é concedido, já com a designação de escudeiro da Casa Real, consequência provável de ter sido feito cavaleiro em Azamor em 1521. Contudo, carta de cavaleiro só lhe é concedida pelo Rei em



CARTA NÃO ASSINADA NEM DATADA, DA BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA, ATÉ AQUI INDEVIDAMENTE ATRIBUÍDA A PEDRO REINEL.
DEMONSTRAMOS QUE FOI FEITA POR LOPO HOMEM, ENTRE 1535 E 1540



1527, o que pode justificar o êle no documento de 1524 aparecer apenas como escudeiro.

Não é muito fácil precisar as diferenças que então havia entre moços da câmara, escudeiros, cavaleiros confirmados, cavaleiros fidalgos e fidalgos cavaleiros. No tempo de D. Manuel, segundo dizem Álvaro Ferreira de Vera (1631) e Antó-

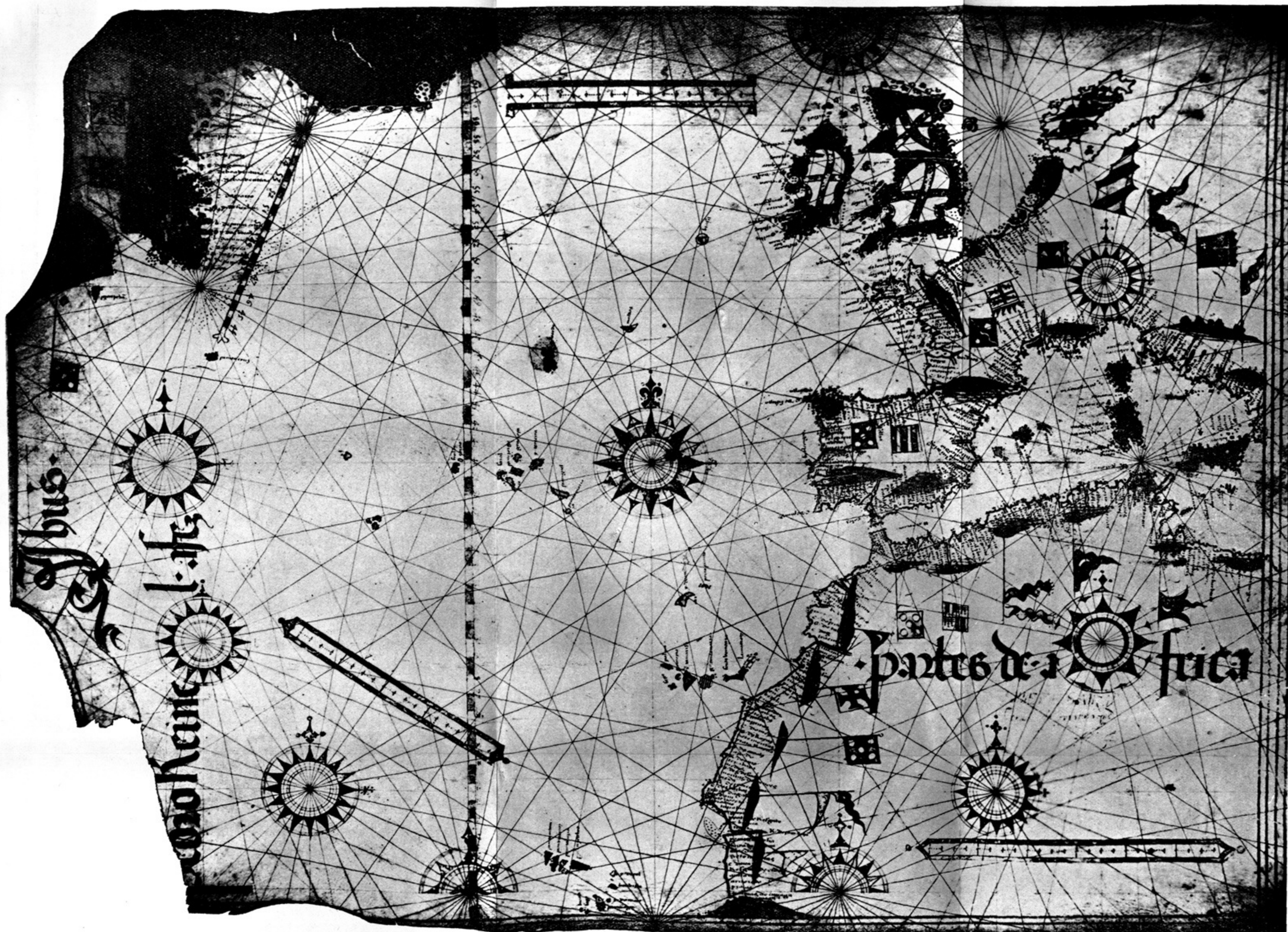
A assinatura de Lopo Homem em 1526, 1530 ou 1531 e 1541, respectivamente num recibo do *Livro das Adições (Moradias da Casa Real)*, numa carta dirigida a D. João III e num depoimento no Tribunal do Santo Ofício

nio de Vilalobos e Sampaio (1676), os fidalgos cavaleiros, que começavam por moços fidalgos, eram filhos dos Ricos-homens, que estavam em nobreza logo abaixo do Rei; e os cavaleiros fidalgos, que começavam por moços da câmara, eram filhos dos Infanções, que era o grau imediatamente inferior⁽¹⁾. Vê-se que moço da câmara e escudeiro eram ca-

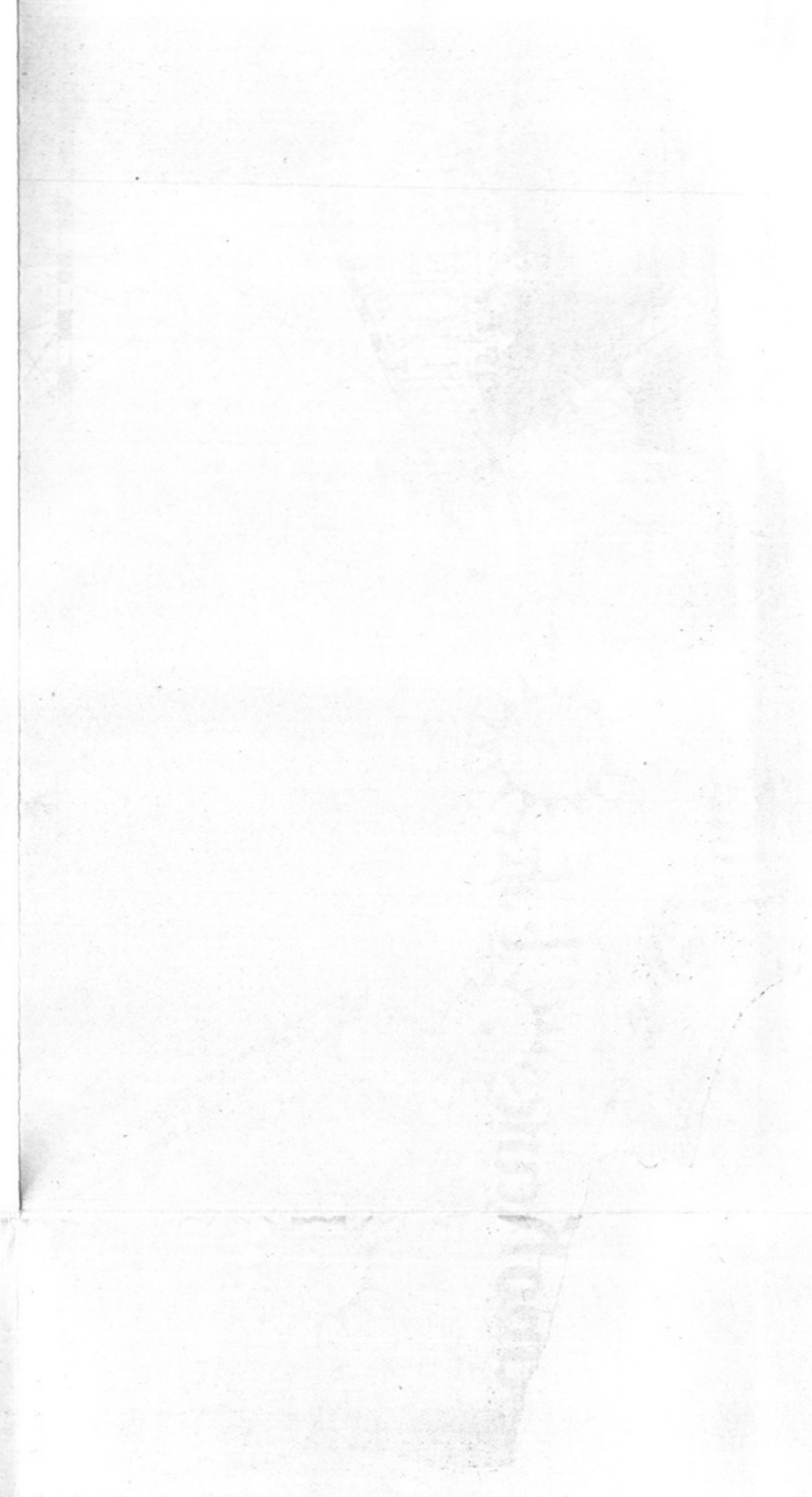
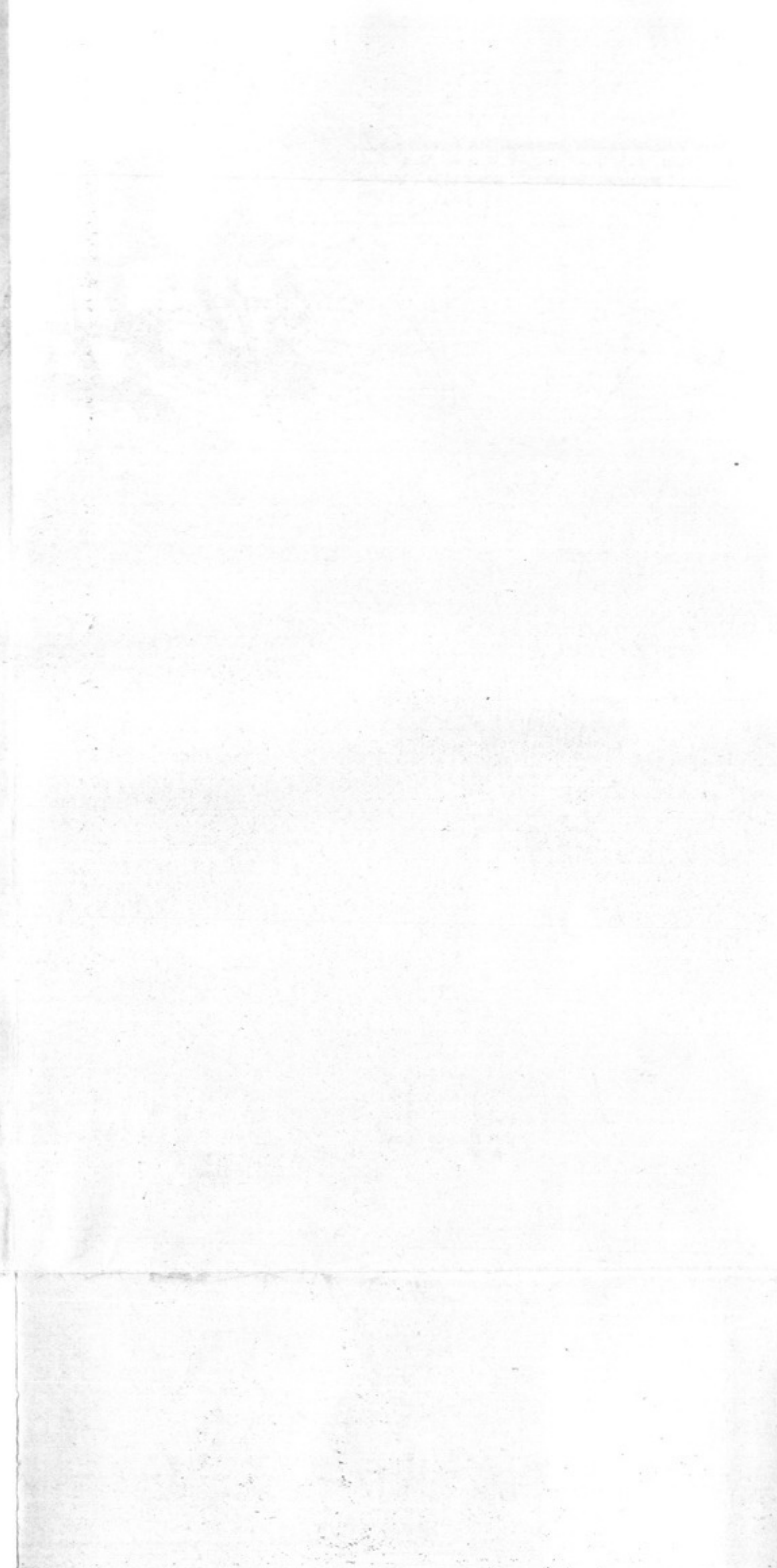
(1) «q̃ foi no tempo delRei D. Manuel, q̃ aperfeiçoou os estados: & deu a cada hũ em sua casa real o lugar, q̃ por sua qualidade merecia fazendo tres sortes de gente. No primeiro lugar pos os Ricos homens: no segũdo os Infanções: no terceiro os plebeios, cõ esta distinção na moradia. Aos filhos dos Ricos homens tomou por moços fidalgos cõ mil reis de foro cada mes, & alqueire & meio de cevada por dia. E daqui os acrescentava a fidalgos cavaleiros, sobindolhe a moradia tê quatro mil

Jorge Reinel Lopo Homem
João Freire

Jorge Reinel Lopo Homem
João Freire



CARTA DE PEDRO REINEL, EXISTENTE NA BIBLIOTECA DO EXÉRCITO, DE MUNICH, NÃO DATADA MAS CUJA DATA SE PODE COLOCAR EM *CIRCA* 1502



tegorias que por vezes se confundiam; aos moços da câmare eram dados de moradia 406 reis por mês e três quartas de cevada por dia, a qual era elevada até ao máximo de 17500 reis, quando êle conquistava o grau de cavaleiro fidalgo.

Que Lopo Homem não era o plebeu promovido a escudeiro e depois a cavaleiro raso (cavaleiro sem nobreza), a

reis. O que era depois de serem armados cavalleiros por algum feito hōrroso, q̄ fazião na guerra. Aos filhos dos Infanções tomou por moços da Camara com quatro centos, & seis reis por mes, & tres quartas de cevada por dia. E da mesma maneira lhe acrescentava a moradia, que a maior subia tê mil, & quinhentos reis, cō titulo de cavalleiro fidalgo: a que hoje muitos não querẽ subir, por ficar antes no foro de moços de serviço, polas mais entriadas, q̄ teem na casa & serviço de seu Rei. E assi tem por melhor começar desse foro, q̄ ser tomado acrescentado. Porem estimão tanto as moradias, & acrescentamento no foro (porq̄ a nobreza de cada hum se mede pelo lugar, q̄ tem na casa real) q̄ entre os mais aventejados he grande ventaje na honra ter mais hũ real de foro. He tanto assi q̄ Fernão de Magalhães, grande Mathematico, & insigne mariãte, por se lhe não querer acrescētar hũ tostão mais em sua moradia, q̄ elle pedia por seus serviços, se aggravou de maneira, q̄ se passou para o Emperador Carlos V. a dar tal alvitre, q̄ causou muitos desgostos, & differēças entre este Reino, & o de Castella sobre a demarcação das Ilhas do Maluco. Os plebeios tambem admitio em seu serviço, tomandoos por moços de estribeira. E daqui os acrescentava a escudeiros, & cavaleiros razos (que he cavalleiros sem nobreza) & os q̄ queria gozassem de algũs privilegios, se chamavão cavalleiros cōfirmados. No q̄ havia muita ordem: & entre hũs & outros grãde emulação por virem a merecer, q̄ os armassem cavalleiros», etc. (Álvaro Ferreira de Vera, *Origem da nobreza politica, blasões de armas, appellidos, cargos & titulos nobres*, fl. 9 e 9 v. Lisboa, 1631.)

«De Escudeiros passavão a Cavaleiros, quando depois de algũa batalha, successo, ou encontro militar, eram armados Cavaleiros pelos Reis, ou pelas pessoas, a quem elles para isso davão commissam, que ordinariamēte erão os Ricoshomes». (António de Villasboas & Sampayo, *Nobiliarchia portugueza, tratado da nobreza hereditaria, & politica*, pág. 160. Lisboa, 1676.)

que se refere Álvaro de Vera, prova-o o facto de na sua carta de cavaleiro se dizer que era de boa linhagem e o êle assinar o Planisfério de 1554 como «cosmógrafo cavaleiro fidalgo delrei nosso senhor».

Assim, o facto de a moradia, a que se refere o assento de 1526, registar 17200 reis sem cevada, mostra que êle, moço da câmara por sua boa linhagem, e já armado cavaleiro pelo capitão de Azamor, em 1521, estava numa situação intermédia aguardando a confirmação dada pela carta de cavaleiro que o Soberano só lhe concedeu em 1527.

De modo que o cosmógrafo Lopo Homem que assinava em 1526 no *Livro das Adições* das «Moradias da Casa Real», era o Lopo Homem escudeiro, mestre de cartas de marear, da confirmação de 1524; isto é indubitável.

E que era o mesmo que em 1521 foi armado cavaleiro em Azamor e depois confirmado em 1527, parece que também não deixa dúvida.

Mas prossigamos.

A carta por Lopo Homem dirigida a D. João III (documento VI), muito provavelmente escrito em fins de 1530 ou princípios de 1531, como já vimos, está assinada e como a sua assinatura é idêntica à do documento V, de 1526, não há dúvida, entre outras por essa razão, que se trata da mesma personagem.

Como já dissemos, êste documento mostra que Lopo Homem, por qualquer razão que não conseguimos apurar, tinha caído em desgraça, ou era apenas vítima da ingratidão régia ou de qualquer intriga, tendo que invocar os seus conhecimentos cosmográficos e os serviços prestados e, ao que parece, mal retribuídos.

Fala êle «da outra vez quando V. A. me mandou chamar», e teve «de lá vir»; seria de Azamor, a quando das negociações que precederam a Junta de Badajós-Elvas, em Março de 1524, ou mais tarde, antes do Tratado de Sara-

goça, em Abril de 1529? O mais certo seria referir-se a antes de 1524. Nessa ocasião Lopo Homem teria obtido a confirmação do alvará de 1517, moradia na Casa Real, carta de cavaleiro confirmando o alvará de 1521, etc., e, uma vez tornados dispensáveis os seus serviços, pôsto à margem, por ingratidão, intriga ou culpa sua. Isto porém são meras conjecturas, pois os documentos que encontramos mais não deixam perceber com segurança.

Em 1531, as dificuldades com o Rei de França e outras, de novo teriam tornado mais precisos os seus serviços, e o pedido dirigido a D. João III prontamente é atendido, como mostra a rápida concessão da importante tença de 200000 reis em Maio de 1531, mas contada desde Janeiro (documento VII), tença logo aumentada em Agosto do ano seguinte para 250000 reis, dos quais 50000 por tôda a vida (documento VIII). Ambos êstes documentos invocam a sua qualidade de cavaleiro da Casa Real.

Em 1541 aparece Lopo Homem, «que faz cartas de marear», a depôr no tribunal do Santo Ofício (documento IX); como o seu depoimento está assinado, pela assinatura se vê que é o mesmo a que nos vimos referindo.

A seguir encontramos-lo numa carta de perdão de D. João III a Diogo Homem, «filho de Lopo Homem, cavaleiro de minha casa» (documento XI).

Em 1551 assina Lopo Homem uma ajuramentação na Câmara Municipal, como «examinador da arte de navegar» (documento XII), e de novo em 1554 como «examinador da ciência e arte de navegar» (documento XIII).

No seu Planisfério datado dêste mesmo ano, subscreve Lopo Homem como «cosmógrafo cavaleiro fidalgo d'elrei nosso senhor» (documento XIV).

Finalmente, encontramos-lo ainda vivo em 1565, citado com a sua profissão — «que faz cartas de marear» (documento XV).

O Lopo Homem tabelião em Linhares, que aparece nas duas cartas de perdão de 1533 (documento IX), não é, evidentemente, o cosmógrafo do mesmo nome, como se depreende da localidade e profissão daquele e ainda do facto de não ser referido como cavaleiro na respectiva carta de perdão, ao contrário do que sucede em todos os documentos régios que ao cosmógrafo Lopo Homem se referem a partir da sua carta de cavaleiro, de 1527. Êste é a terceira personagem chamada Lopo Homem, a que nos temos referido.

Também o Lopo Homem morador em Rio de Moinhos, a quem em 1566 diz respeito a carta de perdão (documento XVI), por vender carne sem licença, de certo não é o cartógrafo, pelas mesmas razões, outro tanto se podendo dizer do que, um mês depois, consegue carta de perdão por ter morto um homem (documento XVII), e que era pobre, tinha mulher e filhos e morava em Punhete. Estes dois últimos deviam ser descendentes ou parentes do Lopo Homem, cavaleiro da Casa Real, também morador em Punhete a quem se refere a carta régia de 1497 (documento I). São o quarto e o quinto Lopo Homem.

A última personagem dêste nome que encontramos, devendo ter existido em vida do cartógrafo Lopo Homem, é o «clérigo de missa», da vida de Linhares, a quem uma carta régia de 1572 (documento XVIII) legitimava três filhos. É evidente que êste também nada de comum tinha com o cartógrafo, devendo ser descendente do Lopo Homem, tabelião de Linhares, que em 1533 era perdoado de ter brigado com os ciganos (documento IX).

— Embora se não possa dizer quem era o pai de Lopo Homem, não é impossível que um dia se prove que êle era filho do Estribeiro-mor Pedro Homem ou pelo menos seu próximo parente. O exercício dêste alto cargo, cuja catego-

ria era a segunda abaixo de Condestável do Reino⁽¹⁾, dava uma importância especial a Pedro Homem e a Francisco Homem, não devendo a sua influência ser estranha ao privilégio que em 1517 foi concedido a Lopo Homem, sendo ainda tão novo, pois é naturalíssimo que entre êles existissem estreitos laços de sangue.

— Não é tanto como desejávamos, o que conseguimos apurar sobre a biografia do cartógrafo Lopo Homem, pois ficam obscuros pontos que seria interessante esclarecer, como o que se refere ao seu nascimento e morte, assim como o seu parentesco com várias das outras personagens de apelido Homem, a que sucintamente nos referimos; estamos convencido de que nos nossos arquivos existirão documentos que, uma vez descobertos, um dia possam lançar plena luz sobre o que nós desta vez, apesar dos nossos esforços, não conseguimos tirar inteiramente da obscuridade. No entanto apuramos o essencial e suficiente para definitivamente, segundo julgamos, deslindar a intrincada questão de saber se sim ou não o «mestre de cartas de marear», de 1517 era o mesmo que em 1554 assinava o Planisfério hoje existente em Florença.

Que o Lopo Homem que firmava o documento de 1526 era o mesmo de 1517, ficou demonstrado; e que continua a ser o mesmo do Planisfério de 1554, provam-no de maneira

(1) O cargo de mais alta categoria era o de Condestável, e a seguir os de Mordomo-mor, Estribeiro-mor, Vedor da Casa Real, Camareiro-mor, etc.

O cargo de Estribeiro-mor era em 1466 exercido por Afonso de Albuquerque (diz Faria e Castro que era o que mais tarde foi Governador geral da Índia, o que não é possível; segundo a autorizada opinião de Brito Rebêlo, este nasceu em 1461 ou 1462), e em 1534 por D. Francisco da Gama, Conde da Vidigueira. (Damião António de Lemos Faria e Castro, *Op. cit.*, tomo IV (*Catalogo chronologico das dignidades de Portugal*), pág. 481.)

insofismável as suas cinco assinaturas, de 1526, 1530(?), 1541, 1551 e 1554, que embora tenham evoluído, como é natural, são incontestavelmente da mesma mão.

Não precisava Lopo Homem de ter 40 ou 45 anos, como diz Heawood⁽¹⁾, para em 1517, ser «mestre de cartas de marear» e obter o privilégio de fazer e corrigir tôdas as agulhas náuticas; teria 30 ou talvez menos ainda, como se pode depreender do facto de quatro anos depois se encontrar em Marrocos conquistando as suas esporas de cavaleiro. Que o êle aos 30 anos ser «mestre de cartas de marear» e ter o privilégio referido nada tem de extraordinário, prova-o o facto de Pedro Nunes aos 27 anos apenas, em 6 de Novembro de 1529, ter sido investido nas funções, muito mais importantes, de Cosmógrafo-mor do Reino; além de que a influência que seus parentes tinham na Côrte muito podia ter contribuído para isso, como já vimos.

Se em 1517 tinha 30 anos, em 1554 teria 67, nada sendo de estranhar que êle então tivesse desenhado o Planisfério dessa data. Ainda hoje, o melhor desenhador da Comissão de Cartografia do Ministério das Colónias, em Lisboa, tem bastante mais de 70 anos e contudo o seu trabalho continua a ser desembaraçado e perfeitíssimo. Êste período de actividade, 1517-1554, ou mesmo 1565, nada tem de extraordinário, observando-se em muitos outros cartógrafos, como por exemplo, Grazioso Benincasa (1435-1482), Andrea Benincasa (1476-1508), Ottomano Freduci (1497-1539), Vesconte Maggiolo (1511-1549), Battista Agnese (1514-1564), Giacomo Russo (1520-1588), Giov. Ant. Maggiolo (1525-1588), Bartolomeo Oliva (1538-1588), João Martins (1550-1591), Giovanni Oliva (1580-1634), Francesco Oliva (1605-1661)⁽²⁾ e tantos outros.

(1) *Lopo Homem's Map of 1519*, pág. 253.

(2) Citados por G. Caraci, *Ipotesi fantasie e dati di fatto...*, pág. 10.

*

— É difícil conjecturar quem teria sido o mestre de Lopo Homem, pelo pouco que se conhece tanto da sua obra como da dos cartógrafos da época em que êle fêz a sua aprendizagem. Seria Pedro Reinêl, ou algum outro dos grandes cartógrafos do princípio do século, de que nos chegaram ainda algumas obras sem nome de autor? Não é fácil dizê-lo. Contudo é de notar que quando Lopo Homem estava na sua fase de aprendizagem, Pedro Reinêl era já um dos maiores se não o maior dos cartógrafos do Reino, sendo de admitir que o tivesse iniciado, como se pode depreender das analogias que existem entre as duas Cartas de Pedro Reinêl de Munich, e as de Lopo Homem de Lisboa e de Pisa, que revelam claramente a formação dêste na escola daquele.

Lopo Homem não foi porém um simples discípulo da escola cartográfica em que se formou, a hoje chamada «Escola de Pedro Reinêl»; o traço mais importante da sua personalidade é ter sido o criador da última fase do período áureo da cartografia nacional, em que brilharam Lázaro Luís (1563), Diogo Homem (1557-1575), João Martins (1562-1586) e sobretudo êsse admirável e extraordinário artista que foi Fernão Vaz Dourado.

No pouco que se conhece da obra de Lopo Homem notam-se três períodos distintos: o incipiente, a que corresponde o Planisfério de 1519; o intermédio, em que se revela a Escola de Pedro Reinêl e a que pertencem as Cartas de Lisboa e de Pisa; e o período final, em que o cartógrafo afirma a sua originalidade artística, perfeitamente definida no Planisfério de 1554, peça que, por ser única, não deixa de ser suficiente para se definir aquilo a que se pode chamar a *Escola de Lopo Homem*. Quem compare êste Planisfério, que marca um progresso evidente na técnica

cartográfica até aí seguida, com os trabalhos dos cartógrafos acima citados, não pode deixar de notar a extraordinária analogia que existe entre êles.

A Escola de Lopo Homem vem assim a abranger, na sua designação mais lata e precisa, o que o Dr. José de Figueiredo, dentro do seu elevado critério artístico, chama «os mapas-mundi tipo Vaz-Dourado» (1).

A partir de Lopo Homem a precisão geográfica do desenho das cartas marítimas define-se, passando os planisférios a ser representados em quarteladas, técnica apenas esboçada no Atlas Miller e no de Francisco Rodrigues e que o progresso da geografia, tornando mais conhecido o mundo, ia exigindo.

O processo da iluminura muda também; deixam de aparecer tanto nas cartas os excessos de representações de formas vivas e de paisagens, em que a fantasia do artista não tinha limites, preenchendo os espaços vazios, para dar lugar a certos elementos conhecidos do interior dos continentes, como os rios, e a ornamentação passa a ser dum desenho mais geométrico, a que não era estranha a influência que a Renascença levou a tôdas as artes. Os lindos escudetes encerrando as escalas de distâncias que, tanto e de maneira tão característica, embelezam os trabalhos de Vaz Dourado, aparecem pela primeira vez; que nos conste, no Planisfério de 1554, de Lopo Homem, com os mesmos enfeites de frutos e flores, mostrando à evidência que aquele se inspirou neste.

É pena que hoje se saiba apenas duma tão pequena parte dos trabalhos de Lopo Homem; contudo, os que se conhe-

(1) *Catálogo e guia de algumas obras de arte temporariamente agrupadas neste Museu (Nacional de Arte Antiga), representativas de diversos aspectos artisticos derivados do Descobrimento do caminho marítimo da Índia*, pág. 11, Lisboa, 1932.

cem, aqui descritos, mostram a alta classe dêste cartógrafo, cujo saber era tido em tanta conta e que deve ter produzido no longo período de trabalho que os documentos coevos registam, uma larga obra.

Muitos dos seus trabalhos existirão ainda hoje considerados como anónimos. Ed. Heawood⁽¹⁾ chama a atenção para a semelhança existente entre parte do Planisfério de 1554, de Lopo Homem, e uma antiga Carta portuguesa em pergaminho, pertencente à Sociedade de Geografia de Londres. Esta Carta portuguesa anónima, que deve datar de meados do século XVI, abrange o Atlântico com as orlas continentais desde a Escócia ao Cabo de Boa Esperança, e da Terra Nova ao Rio da Prata. Heawood nota também a afinidade que existe entre ela e as cartas do Atlas anónimo português, da Biblioteca Ricardiana de Florença, de cerca de 1540, em parte reproduzido por Kretschmer, conforme já vimos, assim como com a Carta de Sebastião Lopes, de 1558, existente no Museu Britânico.

Estamos convencido que algumas dessas cartas portuguesas anónimas que existem em arquivos e bibliotecas estrangeiras, não seriam muito difíceis de identificar como obra dêste cartógrafo, mediante um estudo como o que fizemos da Carta da Biblioteca Nacional de Lisboa, até aqui atribuída aos Reinéis.

Considerando como mera suposição o dizer-se que a iluminura das Cartas Miller da Biblioteca Nacional de Paris foi executada por Jorge Reinel, pois por Pedro Reinel já vimos que o não podia ter sido, chega-se à conclusão de que Lopo Homem, como cartógrafo iluminador, tanto em

(1) «Note en early Portuguese Maps», no final do artigo de Abendanon, *Ancient Portuguese cartography of the Netherlands East Indian Archipelago* in *The Geographical Journal*, vol. LIV, pág. 355. Londres, december, 1919.

técnica como em beleza de trabalho artistico foi superior a êste e pelo menos tão bom como aquele.

O que contribuiu para chamar a atenção sôbre os Reineis, foi sobretudo a sua intervenção, de resto mais ou menos indirecta, nos preliminares e preparativos da viagem de Fernão de Magalhães, pois Pedro Reinel tinha autoridade especial, pelas funções que desempenhava e sua idade já madura, e as referências que vários cronistas lhes fazem. A Lopo Homem não encontramos a menor alusão em qualquer crónica, embora não falem documentos coevos que nos deixem formar uma ideia bastante precisa da sua importância, só relativamente há pouco tempo nêle se começando a falar.

Foi essa obscuridade completa em que, até há exactamente meio século jaseu o nome e a obra de Lopo Homem, pois data de 1882 a primeira referência feita pelo padre Francesco Borghero à Carta pertencente aos Duques Salviati, hoje em Pisa, e a acesa discussão ultimamente travada, com tanto brilho, em volta dêste cartógrafo, que nos obrigaram a dar um desenvolvimento um pouco maior ao estudo que dêle fazemos.

Diogo Homem

DIOGO HOMEM. — Pouco se sabe da sua biografia. — Em compensação conhece-se grande parte da sua obra. — Carta marítima, de 1557, em Veneza. — Atlas de 1558, em Londres. — Atlas de 1558, em Paris. — Carta marítima de 1560, em Veneza. — Atlas de 1561, em Viena. — Carta marítima de 1561, em Parma. — Atlas de 1568, em Dresda. — Carta marítima de 1569, em Roma. — Atlas de 1572, em Paris. — Atlas de 1574, em Paris. — Carta marítima de 1575, em Veneza(?).

Já vimos pela carta de perdão de 11 de Julho de 1547, atrás citada, que Diogo Homem era filho de Lopo Homem

e que por estar envolvido num crime de homicídio emigrara para o estrangeiro, tendo de Inglaterra escrito a D. João III, falando na sua «ciência de cosmografia e arte de navegar» que aprendera para serviço do Rei. Naturalmente foi Lopo Homem o seu mestre, e da excelência do ensino falam as numerosas produções cartográficas conhecidas de Diogo Homem.

Nada mais se sabe da sua biografia além do que diz o citado documento de 1547 e o serem datados de Veneza a sua Carta de 1569 e o seu Atlas de 1572, o que mostra que o cartógrafo lá viveu pelo menos durante êsse período.

Como dissemos é presumível que êle, uma vez obtido o perdão real, tivesse regressado a Portugal, em 1547, e que depois voltasse para o estrangeiro, onde teria contraído relações e melhores proventos o atrairiam.

As outras personagens de nome Diogo Homem, a que atrás nos referimos, nenhuma relação podem ter com o cartógrafo: uma foi almoxarife de Coimbra e Aveiro, no princípio do século XVI, sucedendo-lhe em 1517 seu filho, também chamado Diogo Homem, o qual se notabilizara na Índia; a outra foi o clérigo e mestre escola de Coimbra, a quem se refere a carta de legitimação de vários filhos que teve, datada de 18 de Fevereiro de 1561. Mais nenhum documento encontramos que, de perto ou de longe, se lhe possa relacionar.

Mas se pouco se sabe da sua biografia, em compensação conhece-se uma grande parte da sua obra, ou sejam cinco Cartas marítimas ou Portulanos e sete Atlas com um total de 83 folhas, todos datados, a saber: uma Carta de 1557, actualmente em Veneza; um Atlas de 1558, com doze folhas, em Londres; um Atlas de 1558, com oito fôlhas, em Paris; outro Atlas de 1559, com oito folhas, em Paris; uma Carta de 1560, em Veneza; um Atlas de 1561, com doze folhas,

em Viena; uma Carta de 1561, em Parma; um Atlas de 1568, com vinte e nove fôlhas, em Dresda; uma Carta de 1569, em Roma; um Atlas de 1572, com sete fôlhas, em Paris; um Atlas de 1574, com sete fôlhas, em Paris; uma Carta de 1575, em Veneza.

Sendo certo que até nós não deve ter chegado senão uma parte das produções do cartógrafo, pode-se, pelas que ficam apontadas, avaliar do que teria sido a sua obra formidável, só ultrapassada pela de Fernão Vaz Dourado.

Infelizmente, nenhuma das obras de Diogo Homem, tôdas assinadas e datadas, se encontra em Portugal, e as referências que se lhes conhece, nem sempre primam por suficiente precisão e clareza.

Os escritores que se têm ocupado das produções de Diogo Homem, fazem-no quási sempre de maneira tão sucinta e por vezes contraditória que, ao estudarmos o assunto encontramos-nos diante duma certa confusão e emaranhado de citações que não é fácil destrinsar tão bem quanto seria para desejar.

Seguindo a ordem cronológica e pelas referências que conhecemos, são as seguintes as suas obras:

1557 — Carta marítima com a legenda «Diegus Homē Cosmographus me fecit año d. 1557», existente em Veneza, no Museu del R. Arsenale marittimo⁽¹⁾.

1558 — Atlas existente no Museu Britânico, composto de doze mapas em pergaminho fino, contendo várias noções cosmográficas, tábuas de declinação e nove cartas geográficas, desenhadas com grande perfeição e ricamente iluminadas, a saber: 1) círculo com a regra para determinar o dia de Páscoa; 2) tábua demonstrativa das declinações do Sol; 3) círculo para demonstrar os sete climas, as zonas e os ventos; 4) mapa-mundi tendo em volta escrito em letras

(1) Referida por Nordenskiöld, *Periplus*, pág. 67.

capitais, a prata, — «Universalis Mundi figura atque navigationum orbis terrarum scitus» — e em cima — «Diegus Homem cosmographus fecit hoc opus anno Salutis 1558»; 5) Ocidente da Europa e parte da costa da África; 6) Mediterrâneo; 7) parte das costas ocidental da África e oriental da América do Sul; 8) costa oriental da África, e da Ásia até Ceilão; 9) Insulindia; 10) Atlântico-Norte, com as costas respectivas; 11) costas sul da América do Norte e de parte da América do Sul; 12) parte das costas Norte e Leste da América do Sul e Antilhas. Diz o Visconde de Santarém, que seguimos na descrição atrás⁽¹⁾, que êste monumento cartográfico tem no Museu Britânico a cota Mss. 5415-A, e que, segundo os redactores do respectivo catálogo⁽²⁾, teria sido executado para Filipe II de Espanha.

A parte referente a África foi publicada em 1860 pelo Conde de Lavradio, então Ministro de Portugal na Côrte inglesa, em dois fac-símiles que mandou fazer em Londres por Edward Stanford e depois litografar. Um dêsses fac-símiles abrange a África Ocidental e mede 46 × 51 cm. e o outro a África Oriental, com 465 × 650 mm. podendo-se nelles apreciar a linda iluminura a vermelho, azul e ouro. As litografias têm em cima esta legenda: «Africa, extrahido

(1) *Estudos de Cartografia Antiga*, tòm. I, págs. 189-190 Lisboa, 1919.

Nordenskiöld, *loc. cit.*, também se lhe refere. A pág. 168 do *Periplus*, diz ainda o sábio sueco, a propósito dêste monumento cartográfico: «Diogo Homem was, like Agnese and Maiolo, one of the most diligent and able makers of maps of the sixteenth century». Não obstante dissera a pág. 67: «It is remarkable that, in spite of the nationality of the author, the maps by Diogo Homem do not generally extend very far beyond the territory of the normal-portolano even on the coast of Africa». Basta considerar os dois Atlas de 1558, o de 1561 e o de 1568, para se ver que Nordenskiöld exagera.

(2) *Catalogue of the manuscript maps, charts, etc.* tòm. I, pág. 27. London, 1844.

do Atlas M. S. feito por Diogo Homem em 1558 existente no Museu Britânico. Publicado pelo Conde de Lavradio (1).

Abendanon refere-se à nona carta dêste Atlas, à que abrange a Insulíndia e mede 55×75 cm., dizendo que é a mais antiga que dêste cartógrafo se conhece e inteiramente feita sôbre a de Lopo Homem de 1554(2).

Esta mesma carta é reproduzida em esboço por W. de Gray Birch, na sua tradução inglesa dos *Comentarios do Grande Afonso d'Albuquerque* (3).

Também a carta do Brasil pertencente a êste monumento cartográfico vem publicada no magnífico Atlas do Barão do Rio Branco (4), com o n.º 11 e as seguintes referências:

(1) Existe um bom exemplar da litografia de cada fac-símile na Sociedade de Geografia de Lisboa. Vêem citados com o n.º 997 a pág. 218 do *Catálogo da Exposição de Cartografia Nacional (1903-1904)*, de resto sem a devida precisão. D. José de Lacerda, *Exame das viagens do Dr. Livingstone*. Lisboa, 1867, insere no final reproduções destas duas litografias mas apenas a preto e vermelho.

(2) *Op. cit.*, tòm. III, pág. 1430.

(3) *The Comentarios of the Great Afonso Dalboquerque*, tòm. III, pág. 1. Londres, Hakluyt Society, 1880.

(4) *Frontières entre le Bresil et la Guyanne Française — Atlas contenant un choix de cartes antérieures au traité conclu à Utrecht le 11 avril 1713 entre le Portugal et la France*. Annexe au Mémoire présenté par les États Unis du Brésil au Gouvernement de la Confédération Suisse — Arbitre choisi selon les stipulations du Traité conclu à Rio de Janeiro, le 10 Avril 1897, entre le Brésil et la France. Paris, 1899.

Contém 100 reproduções de cartas referentes ao Brasil, anteriores a 1713, entre as quais as seguintes portuguesas: N.º 4 — Parte da carta de Diogo Ribeiro, de 1529, existente em Weimar; N.º 11 — Diogo Homem, de 1558, em Londres; N.º 12 — Diogo Homem, de 1558, em Paris; N.º 14 — Bartolomeu Velho, de 1561, em Florença; N.º 16 a — Lazaro Luís, de 1563, em Lisboa; N.º 16 b — Idem; N.º 17 a — Diogo Homem, de 1568, em Dresda; N.º 17 b — Idem; N.º 17 c — Idem; N.º 18 a — Vaz Dourado, de 1568, em Lisboa (refere-se ao Atlas actualmente existente na Biblioteca Nacional de Lisboa); N.º 18 b — Idem; N.º 22 a — Vaz

«Diogo Homem. 1558» e «Manuscrit sur parchemim. Musée Britannique. Cartes. Add. Ms. N.º 5415 A.». Vem reproduzida a côres sendo a sua iluminura muito bela.

Dourado, de 1571, em Lisboa; N.º 22 *b* — Idem; N.º 26 *a* — Vaz Dourado, de 1580, em Munich; N.º 26 *b* — Idem; N.º 27 — João Martins, de 1582, em Paris; N.º 28 — Idem; N.º 66 — João Teixeira, de 1640, em Paris; N.º 68 — Idem; N.º 67 — João Teixeira, de 1642, em Lisboa.

Só conseguimos ver em Portugal um exemplar dêste interessante e valioso Atlas, que foi oferecido ao saudoso Prof. Dr. Luciano Pereira da Silva com uma dedicatória de Carlos Malheiro Dias, após a preciosa colaboração daquele na *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, cuja publicação êste dirigiu. Por morte de Luciano Pereira da Silva, a parte da sua excelente livraria, que mais interessava aos Descobrimentos e ciência da Navegação, de cuja História êle era Mestre inegualado, foi adquirida para a Biblioteca da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, onde actualmente se encontra, graças aos inteligentes esforços dos Profs. Dr. Joaquim de Carvalho e Dr. Pereira Dias e a um importante subsídio pecuniário do benemérito Sr. Joaquim Bensaúde, a quem a História da Ciência Náutica Portuguesa fica devendo mais êste valioso serviço. Entre êstes livros encontra-se quasi tudo o que de mais interessante diz respeito ao estudo do assunto, desde os clássicos até aos contemporâneos, constituindo a chamada «Fundação Bensaúde», de resto a título provisório, e que numa data, oxalá o mais distante, possivelmente será enriquecida com uma outra preciosa livraria particular da especialidade.

Um outro exemplar, pertencente ao Conselheiro Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, em 1903 Presidente do Conselho, figurou na Exposição de Cartografia Nacional de 1903-1904, em cujo *Catálogo* vem sumariissimamente referido com o número 114, tendo obtido uma «menção honrosa». Quando examinavamos o processo desta Exposição, existente no Arquivo da Sociedade de Geografia de Lisboa, deparou-se-nos uma carta de 8 de Março de 1905, na qual Hintze Ribeiro, a propósito da menção honrosa que lhe coubera, pedia à Sociedade de Geografia que lhe dirigisse um ofício sôbre o caso, em termos que êle pudesse «fazer ao Barão do Rio Branco a devida comunicação do apreço em que o seu valioso trabalho foi aqui tido». Em resposta foi escrito o seguinte ofício que, provavelmente, Hintze Ribeiro teria comunicado ao ilustre brasileiro: «Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor: — Ao enviar a V. Ex.^a o diploma em que

1558 — Na Biblioteca Nacional de Paris existe um outro Atlas dêste autor e desta mesma data, cuja carta referente ao Brasil vem reproduzida com o n.º 12 no Atlas do Barão do Rio Branco, com as seguintes referências: «Diogo Homem 1558(?)» e «Manuscrit sur parchemin. Bibliothèque Nationale de Paris, cartes, Inv. 1021». Como iluminura é inferior ao antecedente.

Compõe-se de oito fôlhas de pergaminho, medindo 110×125 cm., e Harrisse, que dêle se ocupa a propósito da Terra Nova, diz que a sua data é de «circa 1558», e que foi comprado por oitenta francos a M. de Hennin, em 1841 (1).

O Dr. José de Figueiredo, que teve ocasião de observar êste Atlas em Paris, também lhe faz uma breve referência, dizendo que Diogo Homem estava então ao serviço da Espanha (?), no que possivelmente teria confundido com Diogo Ribeiro (2).

o jury da Exposição de Cartografia Nacional julgou conveniente galardoar a importantissima collecção de mappas antigos trabalhosa e proficientemente coordenada pelo illustre diplomata Barão de Rio Branco para defesa dos interesses dos Estados Unidos do Brazil perante o tribunal arbitral constituido em Berne, tenho a honra de significar a V. Ex.ª que foi summamente agradavel para a Sociedade de Geographia, a que me cabe o dever de presidir, ter esta oportunidade de apreciar o valioso trabalho que V. Ex.ª se dignou permittir figurasse n'aquelle notavel certamen, tanto mais que nas nossas collecções privativas não se encontra essa preciosa obra. Deus guarde a V. Ex.ª. Sociedade, 17 de Março de 1905. — Ill.º e Ex.º Snr. Conselheiro Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro. — O Presidente ass.) *Francisco Joaquim Ferreira do Amaral*.

(1) *Jean et Sebastien Cabot, leurs origines et leurs voyages...* pág. 244. Paris, 1882.

(2) «Atlas datado de 1558, obra de Diego (aliás Diogo) Homem, cartógrafo português, então ao serviço da Espanha, e que é bem característico do nosso tipo de mapa da segunda metade do século XVI». — Final duma nota a pág. 12 do *Catálogo e Guia de algumas obras de arte tem-*

Abendanon, na sua citada obra, também se refere a este Atlas.

1559 — Possui a Biblioteca Nacional de Paris três Atlas de Diogo Homem. Um deles é o que acabamos de descrever, e o segundo, a que corresponde a cota Ge D D 2003 (Inv. Gen. 931), datado de 1559, compõe-se de oito cartas medindo 45×60 cm., a saber: 1) Grã Bretanha e costas da França; 2) Espanha e Portugal, com uma vista de «Louis-bonne», e a costa norte da África; 3) Itália, com vistas de Génova e Veneza, costas do Adriático e de Marrocos; 4) Grécia e costas da África e da Asia Menor; 5) costas do Mar Negro; 6) costas do Adriático; 7) Arquipélago; 8) tábuas. À direita da última fôlha, a seguinte legenda: «Diegus Homẽ cosmographus me fecit año salutis 1559».

Segundo Léon Vallée, cuja descrição seguimos, este Atlas foi pela Biblioteca comprado em 1842 a M. Amat⁽¹⁾. Nordenskiöld também se lhe refere, sucintamente, dizendo que vem reproduzido(?) no «*Recueil des Portulans*, de Marcel — Paris, Bibl. national»⁽²⁾.

1560 — É um grande Portulano do Mediterrâneo e parte do Atlântico, executado em pergaminho fino, magnificamente colorido, com a nomenclatura em português e em latim e com a seguinte legenda: «Diegus homẽ cosmographus fecit año añi 1560». Encontra-se na Biblioteca de S. Marcos, em Veneza, onde tem a cota — Classe IV, Codex LXIV,

poràriamente agrupadas neste Museu (de Arte Antiga), representativas de diversos aspectos artisticos derivados do Descobrimento do caminho marítimo para a Índia. Lisboa, 1932.

(1) *Notice des Documents Exposés à la Section des Cartes* (Bibliothèque Nationale de Paris), par Léon Vallée, Conservateur-adjoint, Chef de la Section des Cartes. Extrait de la *Revue des Bibliothèques*, n.º 4-6. Avril-Juin, 1912. Pág. 10. Paris, 1912.

(2) *Periplus*, pág. 67.

sendo, segundo Nordenskiöld, um dos mais belos mapas lá existentes (1).

1561 — Diz o Visconde Santarém (2) que um Atlas com esta data, contendo catorze cartas, estava em 1852 na Biblioteca Imperial de Viena. Abendanon também o cita (3).

1561 — Harrisse (4), Nordenskiöld (5) e Vallée (6), citam com a mesma data uma carta de Diogo Homem, existente na Biblioteca Nacional de Parma, mas sem qualquer indicação mais.

1568 — Ainda Nordenskiöld cita um Atlas de 29 fôlhas, com 290×415 mm., existente na Biblioteca Real de Dresda.

A carta dêste Atlas, contendo a América Central, parte do sul da América do Norte e noroeste da América do Sul, vem reproduzida a preto com o N.º 17 a no *Atlas* do Barão do Rio Branco, tendo as seguintes referências: «Diogo Homem — 1568» e «Feuille de son Atlas. Manuscrit à la Bibliothèque Royale de Dresde». Com o N.º 17 b, vem reproduzida a mesma carta, mas a côres, e com o N.º 17 c, a côres, a que mostra a Costa Ocidental da América do Sul.

1569 — Nordenskiöld, citando U.-A. (7), como quási sem-

(1) Visconde de Santarém, *Estudos de Cartografia Antiga*, tòm. I, pág. 191.

Nordenskiöld, *loc. cit.*

O Visconde de Santarém (*loc. cit.*, pág. 166) refere ainda esta mesma legenda de maneira diversa — «Diegus homem cosmographus me fecit an Domini — 1560»; e Harrisse também dela dá outra versão — «Diegus Homem cosmographus me fecit anno domini 1560». *Jean et Sébastien Cabot...*, pág. 244!

(2) *Estudos de Cartografia Antiga*, tòm. I, pág. 192.

(3) *Loc. cit.*

(4) *Loc. cit.*

(5) *Loc. cit.*

(6) *Loc. cit.*

(7) Por estas iniciais designa Nordenskiöld a já citada obra de

pre faz a propósito da Itália, refere também uma outra Carta marítima de Diogo Homem, com 690×785 mm., abrangendo a parte oriental do Mediterrâneo; ao que parece o original encontra-se na Biblioteca Vittorio Emanuele, em Roma, ou Biblioteca do Colégio Romano, segundo Harris (1).

Dêste monumento foi feita uma gravura em cobre, de que se encontra um exemplar no Museu Britânico e que Nordenskiöld reproduz, na Pl. XXVIII do excelente Atlas que termina o seu *Periplus*. Será a que se encontra em Roma um outro exemplar da mesma gravura? Esta contém uma extensa dedicatória em italiano, de Paolo Furlani Veronese, a Giacomo Mvrari, datada «Da Vinezia il p.^o d'ottobre l'Anno M.D.CXIX». Depois de enaltecer a ciência cosmográfica, etc., que a Carta representa, diz Veronese que ela é feita por «Giac.^{mo} Homē portughese, huomo in cio Ecc.^{mo}». Giacomo foi traduzido por Diogo. Estará o exemplar (original?) existente em Roma, assinado e datado?

Diz Nordenskiöld que esta gravura representa o primeiro portulano típico gravado em cobre que se conhece e que, segundo Marcel (*Complément, Op. cit.*), deve existir uma

G. Uzielli e P. Amat de S. Fillipo, *Studi biografici nelle storia della geografia in Italia*. Roma, 1884. Tôm. II, pág. 255.

Periplus, pág. 67.

(1) *Loc. cit.*, «1569 — Carte de la partie orientale de la Méditerranée. Bibliot. du Collège Romain; Uzielli: Elenco n.^o 229».

Distintamente desta diz ainda Harris que Nicolas Antonio *Bibliotheca Hispana Nova*, tôm. I, pág. 289) «cite de lui une carte nautique de l'Europe» — «Didacus Homem — Lusitanus, auctor laudator: *Europæ navigationis cujusdam Descriptionis Latinæ*. Anno MDLXIX, Cardosus». Consultamos a obra citada por Harris mas não encontramos qualquer outro esclarecimento que nos deixasse perceber do que se trata. *Bibliotheca Hispana Nova, sive Hispanorum scriptorum qui ab anno MD. AD MDCLXXXIV. Floruere Noticia*. Auctore D. Nicolao Antonio Hispanensis I. C. — Matriti, 1783.

outra gravura datada de 1571, da mesma Carta e feita pelo mesmo gravador.

1572 — Com esta data existe em Paris um Atlas de sete cartas, formando um pequeno volume *in folio*, a que o Visconde Santarém chama «portulano real, colorido e d'uma execução esplendida» (1).

O conteúdo de cada uma dessas cartas pode, segundo a descrição de Santarém, ser assim enunciado: 1) Ilhas Britânicas e costas ocidentais da Europa, do Báltico à Galiza; 2) costas da Europa e Portugal, Noroeste de África até ao Cabo Bojador; 3) costas do Mediterrâneo Ocidental, com a Península Ibérica e parte da França assim como do Noroeste africano; 4) Mediterrâneo; 5) Mar Negro; 6) Adriático; 7) Arquipélago e Bósforo. Em baixo da última fôlha, lê-se: «Diegus Home cosmographus lusitanus fecit venetiis 1572».

Leon Vallée, ao descrever na sua já citada obra os Atlas de 1559 e 1574, pertencentes à Biblioteca Nacional de Paris, diz que há outro Atlas de Diogo Homem na mesma Biblioteca, e fala ainda dum quarto Atlas dêste cartógrafo também existente em Paris, na Biblioteca do Arsenal. Já vimos que o outro Atlas da Biblioteca Nacional de Paris é o de 1558, de modo que o que Vallée diz pertencer à Biblioteca do Arsenal, só pode ser êste de 1572.

Não obstante, o Visconde de Santarém ao descrevê-lo diz que êle era o «Manuscripto n.º 7:168 da Bibliotheca Real». Possivelmente teria havido qualquer mudança posterior à referência de Santarém.

Sousa Viterbo (2) estabelece certa confusão acerca dêste Atlas, dizendo que êle existe na Biblioteca Nacional de Paris e que «no verso da fôlha 8 lê-se de letra do século xvi *Diegus Homem, cosmographus lusitanus, fecit Venetiis, anno a*

(1) *Estudos de Cartografia Antiga*, Parte I, pág. 197-198.

(2) *Trabalhos Náuticos*, Parte I, pág. 164.

partu Verginis 1572». O mais curioso é este autor dar para as cartas a descrição de Atlas de 1572 e para a legenda a do de 1574, pertencente à Biblioteca Nacional de Paris. Não sabemos se a confusão é de Sousa Viterbo se dum «Catálogo dos manuscritos portugueses» (?) que êle cita, dizendo que vem lá descrito com o N.º 3. Santarém escreveu no meado do século passado, Sousa Viterbo em 1898 e Léon Vallée em 1912.

1574 — É o último dos três Atlas de Diogo Homem existentes na Biblioteca Nacional de Paris, onde tem a cota B 2446. Segundo Léon Vallée⁽¹⁾, «êste atlas manuscrito em pergaminho com ricas iluminuras», compõe-se de sete fôlhas, a saber: 1) Ilhas Britânicas; 2) Arquipélago; 3) Mar Adriático; 4-6) Mediterrâneo; 7) Mar Negro. Na última carta, em baixo, à direita, a seguinte inscrição: «Diegus Homē Cosmographus lusitanus fecit Vinetjis año a partu Virginis 1574».

O visconde de Santarém também o descreve⁽²⁾, mas com as fôlhas por outra ordem, o que mostra esta ter sido alterada posteriormente; assim, a fôlha do Mar Negro, que Vallée descreve em último lugar, é por aquele autor descrita em primeiro, dizendo que vê esta inscrição na primeira fôlha, à direita: «*Diegus Home cosmographus Insitanus fecit anno a partu virginis 1574*». Diz Vallée que êste Atlas foi comprado em 1838 ao Professor M. Richardson; e Santarém, por seu turno, dissera — Êste portulano foi comprado, em 1841, pelo sr. Richardot para o gabinete das cartas e planos da Biblioteca Nacional». É evidente a confusão que existe entre Vallée e Santarém, ainda aumentada com o que Sousa Viberbo escreveu a propósito do Atlas de 1572.

Devemos porém optar pelo que diz Léon Vallée, pois não

(1) *Loc. cit.* Vide também, para a legenda Harrisse, *loc. cit.*

(2) *Estudos de Cartografia Antiga*, Parte, I, págs. 199-200.

só a sua descrição é de mais recente data como ainda a fêz em face do original, ao passo que Sousa Viterbo, como já vimos, cita um «catalogo de Manuscriptos Portugueses» por onde se teria guiado, e Santarém, tanto para êste como para o de 1562, as páginas 437 e seguintes do vol. V da obra *Manuscrits français*, de Paris⁽¹⁾.

Diz o Visconde de Santarém que nem êste Atlas nem o de 1572 «deixam nada a desejar sob o ponto de vista de elegância dos desenhos, destribuição das côres e nitidez da escripta»; contudo o de 1572 é em pergaminho mais fino e mais completo.

G. Marcel reproduz a parte que abrange as Ilhas Britânicas e as costas da Espanha⁽²⁾. Nordenskiöld, que também se refere a esta carta⁽³⁾, indica ainda um outro monumento de

1575 — Que consiste numa carta marítima existente no Museo del R. Arsenale marittimo, em Veneza, e sôbre a qual não conhecemos mais nenhuma particularidade. Nordenskiöld, que lhe chama «portolano», cita a propósito «U. A., II, pág. 292»; para o de 1557, a que chama «chart», igualmente cita «U.-A., II, p. 244». Possivelmente haverá qualquer confusão de Uzieli e Amat, o que, de resto, o sábio sueco parece não notar.

(1) Deve considerar-se que a obra *Estudos de Cartografia Antiga*, publicada em 1919, consta principalmente de notas manuscritas que o Visconde de Santarém registara no meado do século passado, para o seu trabalho, e que se não sabe como foram lidas por quem tratou da sua publicação e como hoje teriam sido aproveitadas pelo seu autor quando as desse à estampa; quem conheça a obra dêste erudito e cuidadoso escritor, pode porém afirmar que muitas delas seriam revistas ou mesmo postas de parte.

(2) *Recueil de portulans*. Paris, 1886.

(3) «1574. Chart, mentioned in the Table of contents to Marcel's *Recueil*. Paris, Bibl. Nat. *Periplus*, pág. 68.

Harrisse (*loc. cit.*) refere também, da maneira mais sucinta, um monumento existente no Arsenal de Veneza, mas atribui-lhe a data de 1558(?!).

— Abendanon cita ainda uma carta de origem espanhola(?) que, segundo Lelewel deve ser atribuída a Diogo Homem⁽¹⁾.

— Dêstes doze monumentos cartográficos da autoria de Diogo Homem, estariam, a ser exactas tôdas as referências registadas, cinco em Paris, quatro em Itália, um em Londres, um em Viena e outro em Dresda.

André Homem

ANDRÉ HOMEM. — Pouco se sabe da sua biografia. — Seria parente de Lopo e Diogo Homem? — A carta que em 1565 escreveu ao Embaixador João Pereira d'Antas. — Sua única carta marítima conhecida, de 1559, existente em Paris.

Não se pode precisar o parentesco dêste cartógrafo com os dois de que acabamos de tratar, mas é de presumir que não fôsse afastado e que André, como Diogo, tivesse também sido discípulo de Lopo Homem. Sousa Viterbo apresenta até a hipótese de que êle fôsse seu filho.

Já nos referimos a uma interessante carta por André Homem, com data de 28 de Fevereiro de 1565, dirigida em Paris «Ao Señor João Pereira d'Amtas, do conselho d'el Rey nosso senhor e seu embaixador em corte de Fr.^{ca} — Meu señor.»; nela se refere a seus irmãos António e Tomas (Tomé) e a seus tios Rodrigo, Pedro e Francisco, cavaleiros fidalgos recebendo tenças de 11.000 e 12.000 reis. Diz também que lhe punham dúvidas quanto à moradia de 11.000 reis de cavaleiro fidalgo, que pedia, mas que se era maior do que a que tinha seu pai, era menor do que a de todos

(1) Abendanon, *Op. cit.*, tòm. III, pág. 1430.

Vol. 81.º, N.º 2 — 1932.

os outros seus parentes; infelizmente não nos revela o nome de seu pai, mas fica-se sabendo que era ou aspirava a ser cavaleiro fidalgo, assim como seus irmãos a moços da câmara real.

Possivelmente seria filho de Lopo Homem, mas neste caso é de estranhar que na carta citada, aludindo a tantas pessoas de família, se não refira à qualidade de cartógrafo insigne que a Lopo Homem assistia, nem à de seu irmão Diogo. Outro tanto se pode dizer das duas cartas referentes a António Homem, atrás já citadas, em que se alude à circunstância de este e Tomé serem irmãos de André Homem, sem se referirem a Lopo ou Diogo Homem.

A carta de André Homem é tão interessante, que apesar-de já publicada por Sousa Viterbo, merece ser aqui reproduzida.

«Señor. — Nunca pus duuida em cousa que me afirmase a boa razão e comsideração, e por yso não na tenho da boa vontade e que V. S. me tem como a uerdadeiro criado, e seruidor, e pois naturalmemte pasa, que de por força emos de amar a quem nos ama, por uertude desta ley, me tenho por tam priuado de V. S. que se o não ando apregoando pollas ruas, he por esperar vingar-me a meu prazer.

«Beyo as mãos a V. S. pello cuidado que teue de me intrepreatar has merces que El Rey noso señor me fas a mim & a meus irmãos, e ho declararme V. S. que ho interuallo do meu omezio, e as leis e ordenanças da justiça, faziam nam me poder El Rey noso señor fazer houtras mayores, confirmamdo V. S. com juramento de sobre sua fe e conciencia, que ate o dia doge não sabe que em Portugal seja corompida aserca de pesçoa algũa. Pode tanto esta fe de V. S. e hos seus bõs conselhos, que não posso responder cousa que não seja, *Fiat*, e nos redozio a querermos ir servir a El Rey noso señor a India.

«Quanto a duuida que V. S. poy a 11.000 rês de moradia que pedia de caualeiro fidalgo, confesso ser maior que a de meu pay, sendo a menor de todas has dos meus parentes, como V. S. vera por esta ser-tidão de Francisco de Siqueira ser mayor a de meus tios Rodrigo Homẽ, a qual he de 12.000 rês de caualeiro fidalgo, & a de Pedromẽ (Pedro Homem), que são os mesmos 12.000 rês de caualeiro fidalgo, mas que-

rendome acomodar, pedia a de meu tio Francisco Homem, que he de 11.000 de caualeiro fidalguo, hos quais acrescentamentos tanto de caualeiros fidalguos como a tensa com ho abitto de xpo que pedia, comfio hem nosso señor Deus que uista a minha sciencia e abellidade & pescas (peças) que espero apresentar a el Rey nosso señor, dara a conhescer a S. A. que meresco, não somente as merses asima dittas mas houtras muitas e mayores como eu espero em nosso señor dês (deus) de auer.

«Ao prezente pesço a V. S. me fasça M. e não por merittos de quem na pede nem de quem a ade gozar, senão por que a corente das grandezas de V. S. não perca sua furia commo sempre e achei para me fazer mrs (mercês), ma faça V. S. hem querer escreuer a el Rey noso senor, dando lhe cõta de como escreuendome V. S. me omilhei, mostrando a uontade que sempre tiue e tenho de seruir a S. A., querendo emgeittar ho bem que nestas partes parece que me quer fazer nosso señor, estando recebido por cosmographo del Rey como se ue polla portaria de Monsieûr [le almiral, e metendoo V. S. hem toda a mais rezão, & por não hofender a ho claro juyzo de V. S. não direi mais senão, que a m. (mercê), que ao prezento pesço e pedimos a el Rey nosso señor, he que nos filhe e tomme a mim, e a Tomas Homem, e ha Antonio Homem, por seus mosços da camara, para que de ca leuemos ja esta rais, & que auendo respeito a quatro annos que estive em casa de V. S. hou por mādado de S. A. hou por assim parescer a V. S. ser seu seruisço, ahonde estiue sem hobrar cousa nhũa da minha sciencia, perdendo hem cada hũ anno 250 cruzados, que com ella podera gaynhar, gastando mais hem me emtretter a mim e a meus irmãos sento & uinte que V. S. me deu pór ho Mapa que tinha pera apresentar a el Rey Francisco e perto de 200 houtros que tinha em pesças e vistidos, e houtro dinheiro de que eu ainda agora sou deuedor a V. S., e houtro de que V. S. me tem feita M. (mercê), ho que todo auendosse de pagar soma 1350 cruzados: ho qual dinheiro gastei e leixei de gaynhar, por assim mo aconselhar e mandar V. S. & ho emtender ser asim seruisço de el Rey nosso señor. E pera mais merescimento faço alardo com hos mesmos quatro annos em caza de V. S. donde me nã faltou dezejo, saber, nem deligencia, que parece que isto faz mais caro meu seruisço.

«Pello que pesço a S. A. que respeitando tudo ho asima dito e a sermos muito pobres nos fasça M. da comtia asima ditta, a qual posta em comsciencia me he S. A. houbrigado a pagar. E leixamdoo hem a comsciencia tanto de el Rey nosso señor que na de V. S., pesço me fasça M. de me mādardar com que posça pagar minhas dividas, has quais comesey a fazer do dia que say de caza de V. S. que foy a 18 de

julho, e asin continuarey ate ho dia que S. A. me despachar, gastando dois tostois por dia tanto da casa seruisço e comer, afora houtros istrahordinarios, couzas que não posço escuzar, e nos mande dar mais do mesmo dinheiro com que todos tres nos posamos por em Portugal homradamente, & fazendonos S. A. a ditta M. nos poremos loguo a caminho he yremos servir S. A. has partes da India, ahonde espero hem nosso señor deus que tão com a nossa sciencia que com as pesçoas fazemos muitos seruisços a S. A.

«Quanto ao estrago que V. S. quis fazer em mim tratando de cartas, mapas, globos, V. S. sabe bem a deferemsa e uerdade, e quanto ao presço hem Portugal espero de hos ter em mais que não em França polla deferemsa que a de conhesserem a serteza bondade e prefeição d'elles, e por que he melhor prouer en ho poruir que desputtar ho passado, torno a pedir a V. S. me queira ajudar nisto com tam inteysra vontade como eu a tenho para tudo ho que for seruisço de V. S. e que seja com a mais breuidade que poder ser.

«Porque o mapa que fazia pera com elle me apresentar a el Rey esta já acabado e cada ves me uou mais empenhando, e ho que gastar nesta uilla de Paris poderia gastar com me por em caminho e me hir a caza do señor almirante a lhe pedir cartas pera el Rey e day a corte pera me apresentar a el Rey de França e solissitar minhas gaias (gages?) e despacho, V. S. me fasça M. de me responder e mandar dizer ho que ey de fazer por que eu saiba que fasço ho que devo e que minhas couzas se fazem debayxo do emparo de V. S., cuja uida savde e estado nosso señor deus prospere; beijo as mãos de V. S.

«Tres humble — Andre Homem.

«De Paris a 28 de feureiro 1565» (1)

Por aqui se vê que André Homem vivia homiziado no estrangeiro, sem que se possa depreender o motivo, tendo estado durante quatro anos em casa de João Pereira d'Amtas; foi cosmógrafo do Rei de França, e grandes deviam ser os seus méritos para que o embaixador se lhe dirigisse da parte do Monarca português a fim de que êle regressasse à pá-

(1) Torre do Tombo, *Corpo cronológico*, Parte I, Maço 107, N.º 47. Copiada da transcrição de Sousa Viterbo, in *Trabalhos Náuticos*, Parte I, págs. 160 a 162.

tria para trabalhar oficialmente, indultado e com várias mercês.

Segundo Sousa Viterbo, desta carta se veria que seus irmãos António e Tomé «eram também peritos na cosmografia»; tal porém não está bem claro, pois êle refere-se sempre à sua ciência, no singular, de maneira bem incisiva, só uma vez dizendo «a nossa ciência», e é de notar que as outras citadas cartas, que se lhes referem, não apontam esta qualidade, pelo que julgamos arriscada aquela afirmação do erudito investigador. Quando muito António e Tomé teriam ajudado André Homem nos seus trabalhos, não se conhecendo quaisquer elementos para se julgar que eles fôsem «peritos».

Que êste cartógrafo já há bastantes anos se encontrava fora de Portugal se depreende do facto de uma sua carta marítima, por sinal a única que dêle se conhece, ser datada de Antuérpia, 1559.

Não se sabe a que resultado chegaram as negociações com João Pereira d'Antas, em que André Homem tanto se quiz fazer valer, mas parece pouco provável que tivesse regressado à pátria, pois vamos encontrá-lo dois anos depois, em 1567, em Londres, propondo em carta à Rainha Isabel de Inglaterra um negócio na Abissínia, com algo de fantástico e aventureiro.

No seu *Catálogo dos manuscritos portugueses existentes no Museu Britânico* ⁽¹⁾, dá-nos Figanière notícia dessa carta, pertencente à *Colecção Cottoniana*, fl. 178 do *Codice Nero*, B. I., por André Homem e Antão Luís, que Sousa Viterbo

(1) *Catalogo dos Manuscriptos Portuguezes existentes no Museu Britannico* — Em que tambem se dá noticia dos Manuscriptos estrangeiros relativos à história civil, politica e literaria de Portugal e seus dominios e se transcrevem na integra alguns documentos importantes e curiosos, por Frederico Francisco de la Figanière, pág. 83. Lisboa, 1853.

supõe talvez parente do cartógrafo Lázaro Luís, escrita em espanhol e datada de Londres, 26 de Abril de 1567. Por essa notícia se vê que os dois portugueses na sua carta se diziam possuidores de 150 léguas de terrenos ricos em ouro, na Etiópia, os quais ofereciam à dita Rainha, garantindo 300.000 libras de lucros líquidos em cada ano, mediante a protecção da Soberana e a décima parte dos produtos da exploração. Esta carta, cujo resultado se desconhece, mas de que é fácil de supor qual teria sido, tem escrita num canto: «An offer of the 2 Portugalls brought by Mr. Winters in their own hands».

É pouco o que se sabe da vida dêste cartógrafo, mas êsse pouco mesmo, suficiente para se fazer uma ideia de como a sua vida teria sido aventureira.

O único trabalho identificado que de André Homem se conhece, encontra-se hoje em Paris, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, tendo por título — *Universa ac Navigabilis totius Terrarum Orbis Descriptio cum omnibus portibus insulis fluvius*, e está assinado e datado da seguinte maneira: «Andreas Homo, Cosmographus Lvsitanvs, me faciebat. Antuerpiæ anno Millessimo Qvingentessimo. Qvinqvagesimo. Nono».

Trata-se dum grande Mapa-mundi, em pergaminho, por Harrisse classificado de «carte superbe, richement et artistiquement enluminée», que primitivamente formava uma só peça mas que depois foi cortado em dez bocados de 62×77 cm., colados sobre cartões e encadernados em forma de atlas⁽¹⁾. Antes de 1841 ainda o Visconde de Santarém o viu inteiro⁽²⁾.

(1) H. Harrisse, *Jean et Sébastien Cabot*..., págs. 244 e 245.

Idem, *Découverte et évolution cartographique de Terre-Neuve*, pág. 244.

(2) Tanto na *Memoria sobre a prioridade dos descobrimentos portu-*

À parte a análise que Harrisse faz, apenas da parte americana, este precioso monumento cartográfico está por estudar, que nos conste, como infelizmente sucede à grande maioria das Cartas portuguesas antigas.

ARMANDO CORTESÃO.

ADDENDA E CORRIGENDA

— A pág. 542, a seguir à linha 23.^a, acrescentar: Na narrativa sobre o «Descobrimento da Guiné», feita por Diogo Gomes a Martinho da Boémia e depois transcrita por Valentim Fernandes Alemão no seu Códice existente em Munich, de que há cópia na Biblioteca Nacional de Lisboa, refere-se o velho Almoxarife do Paço de Sintra também ao acontecimento, dizendo entre outras coisas: «Um d'estes nobres chamava-se Heitor Homem, e o outro, Lopo de Almeida. E um dos sarraenos feriu o dito Lopo de Almeida em um pé, e Heitor Homem, fu-

guezes na costa d'Africa Occidental, pág. 97, como nas *Recherches*..., pág. 130, diz o Visconde de Santarém que este monumento tinha sete pés de largo, ou sejam 227 cm. Isto não se compreende, pois dando crédito a Harrisse, os dez bocados de 62×70 cm, agrupados segundo o que parece mais racional, dariam 154×310 cm.

Tanto numa como noutra citação, Santarém estrofia a legenda, e se na *Memoria* dá correctamente a data de 1559 no texto, embora erre na nota, ao transcrever a legenda com 1557, nas *Recherches* faz ainda maior confusão, dizendo no texto (pág. 129) que a Carta é de 1550(?) e dando na nota a legenda também com 1557.

Foi este erro de Santarém, cuja passagem cita, que levou Nordenskiöld a aventar a hipótese de que esta Carta seja a mesma de igual data de Diogo Homem, atrás referida, o que não tem o menor fundamento (*Periplus*, nota a pág. 67). Admira que o erudito cartólogo sueco, escrevendo mais tarde (a tradução inglesa do *Periplus* é de 1897), não refira a citação de Harrisse, que publicou o seu *Jean et Sébastien Cabot* em 1882.

rioso, matou o sarraceno. Naquele dia, pela primeira vez, correu o sangue dos christãos na terra de Guiné» (1).

— A pág. 543, a seguir à linha 14.^a, acrescentar: — Êste foi um dos segundos donatários da Ilha Terceira (o primeiro fôra Jácome de Bruges), sendo os terceiro, quarto e quinto donatários, respectivamente seu filho, neto e bisneto, conforme consta duma carta de D. João III, de 30 de Janeiro de 1533 (2), concedendo a capitania a êste último, Antão Martins Homem. Nesse interessante documento está incluída a carta de 17 de Fevereiro de 1474, pela qual a Infanta D. Beatriz concedeu a capitania a Álvaro Martins Homem, assim como a carta de 26 de Março de 1483 que, por falecimento dêste, a concede a seu filho Antão Martins Homem. Álvaro Martins Homem foi casado com Inês Martins Cardoso, e seu filho, Antão Martins Homem, casou em 1483 com Isabel d'Ornelas. Sabe-se, pelo testamento de 21 de Maio de 1530 (3) dêste terceiro capitão-donatário da Terceira, que êle teve pelo menos os seguintes filhos: Álvaro Martins Homem, Domingos Homem e Pedro da Câmara. Tendo Antão Martins Homem renunciado à capitania, foi esta confirmada em seu filho Álvaro Martins Homem, por carta régia de 10 de Outubro de 1522. Êste, que foi o quarto capitão-donatário, casou com D. Beatriz de Noronha, de quem teve um filho, Antão Martins Homem, que casou com D. Joana de Mendonça, sendo nomeado pela referida carta de 30 de Janeiro de 1533, quinto capitão donatário, e último, pois não deixou filho varão.

— A pág. 544, linha 13.^a, onde se lê «de que diz», leia-se — do que diz.

— A pág. 544, linha 30.^a, na nota (4), onde se lê «24 volumes», leia-se — 58 volumes. O último período desta nota deve ser substituído pelo seguinte: Desta obra começou-se em 1925 (data do Vol. I), uma edição

(1) *Diogo Gomes — As relações do descobrimento da Guiné e das Ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde*, versão do latim por Gabriel Pereira — in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 17.^a série, 1898-1899, N.º 5, pág. 271.

(2) Torre do Tombo, *Doações de Felipe I*, Liv. 4, fol. 72, transcrita in *Archivo dos Açores*, Vol. IV, págs. 207 a 210, 1882, juntamente com outros documentos, reunidos sob o título — *Donatarios da Villa da Praia da Ilha Terceira*.

(3) Também transcrito in *Archivo dos Açores*, loc. cit., que inclui ainda interessantes notas sobre estes quatro donatários de apelido Homem.

stencilográfica, de oitenta exemplares que foram tomados por assinatura, encontrando-se por isso esgotada. Estão já publicados 42 Tômos de 200 fôlhas cada, chegando quâsi ao fim da letra M. No frontispício lê-se — «*Famílias de Portugal / pelo / Beneficiado / Jacinto Leitão Manso de Lima / Cópia fiel / do manuscrito original existente / na Biblioteca Nacional de Lisboa / Vol. ...*». O Vol. I abre por um *Breve Estudo Bio Bibliográfico acêrca de Jacinto Leitão Manso de Lima*, do Dr. Frederico Gavazzo Perry Vidal, que tem sido a alma desta edição.

— A pág. 545, linha 25.^a, a seguir a «em Cochim (3)»; acrescentar: por uma carta de quitação passada em Lisboa a 3 de Julho de 1521, se vê que foi feitor em Cananor, de 1513 a 1516 (1);

— A pág. 551, linha 11.^a, a seguir a «Infante D. Luís (7)»; acrescentar: — em 1532 encontra-se entre os moradores da Casa Real que passaram à Índia, um «Rodrigo Homê filho de Pedro Homê moço da camara» (2);

— A pág. 553, a seguir à linha 4.^a, acrescentar: FERNÃO HOMEM — Num caderno de assentamentos do almoxarifado de Aveiro, de 11 de Julho de 1522, aparece um pagamento a «Fernão Homê, que foy estribeiro moor» (3).

— A pág. 553, a seguir à linha 17.^a acrescentar: — ARTUR HOMEM — Entre os moradores da Casa Real que em 1551 passaram à Índia encontra-se «Artur Homê filho de Luís Homê comendador de Fornellos e de Guiomar Gomes» (4); não sabemos se êste Luís Homem será o mesmo que em 1544 foi a Mazagão. — MANUEL DA COSTA HOMEM — Por carta régia de 7 de Abril de 1552 (5), que lhe concede braço de armas, se sabe que morava na Ilha de S. Miguel e era filho de Luís Fernandes,

(1) Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Manuel*, Liv. 37, fol. 92; Liv. das *Ilhas*, fol. 227. Transcrita por A. Braamcamp Freire, *Cartas de quitação del Rei Dom Manuel*, in *Archivo Historico Portuguez*, Vol. V, pág. 80. Lisboa, 1907.

(2) *Emmentia da Casa da Índia*, publicada por A. Braamcamp Freire in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1907.

(3) Publicado por A. Braamcamp Freire, *Os cadernos dos assentamentos*, in *Arquivo Histórico Português*, Vol. X, págs. 74 a 76. Lisboa, 1916.

(4) *Emmentia da Casa da Índia*.

(5) Torre do Tombo, *Privilégios de D. João III*, Liv. 1, fol. 81. Transcrita in *Archivo dos Açores*, Vol. V, págs. 166 a 168. — Ponta Delgada, 1883.

neto de Diogo Fernandes da Costa Homem, bisneto de Felipa Nunes Homem, que era casada com João Fernandes da Costa, e trineto de Nuno Gonçalves Homem, «que foi do verdadeiro tronco desta geração e fidalgo mui honrado senhor que foi da Lagiosa e de Paços e de Ser-gueiros».

— A pág. 562, a seguir à linha 8.^a, acrescentar: — Nuns maços denominados *Listas da gente de guerra — Receita e despeza da Fazenda real, anno de 1490 a 1509*, existentes na Torre do Tombo, encontra-se no maço 1.^o o livro do lançamento dos pagamentos feitos no anno de 1490 aos cavaleiros, escudeiros e besteiros da guarda de D. João II, com o seguinte título — *Estes lyuros sam dos moradores da guarda del Rey dom Joham que deos aja da Receita e pagoamento dos ditos caualeiros* ⁽¹⁾, Nos recibos por êstes passados, encontra-se o dum «duarte fernandez». por cima do qual tinha sido escrito «lopo homẽ» e depois riscado. Êste cavaleiro deve ser o Lopo Homem de Punhete, a que se refere o documento atrás transcrito que, provavelmente, pertenceria à guarda de D. João II, de que também fizeram parte os grandes Afonso de Albuquerque e Duarte Pacheco, tudo gente nova, êste, nesse tempo, com pouco mais de trinta e aquele com 28 ou 29 anos.

— A pág. 573, penúltima linha, onde se lê «*Trabalho Náutico*», leia-se — *Trabalhos Náuticos*.

— A pág. 574, linha 19.^a, onde se lê «Liv. I de», leia-se — *Liv. I de*.

— A pág. 574, linha 28.^a, onde se lê «Reinell» leia-se — Reynell.

— A pág. 574, linha 6.^a, onde se lê «ciência», leia-se — çiência.

— A pág. 575, linha 11.^a, onde se lê «J.^o freyre», leia-se — J.^o freyre.

— A pág. 61, linha 10.^a, onde se lê «visco», leia-se — visto.

— A pág. 71, linha 11.^a, onde se lê «êste», leia-se — êle.

— A pág. 73, linha 13.^a, onde se lê «meftez», leia-se — Meffez.

— A pág. 79, linha 24.^a, onde se lê «português de 1520 (?)», leia-se — de Jorge Reinel.

— A pág. 81, linha 28.^a onde se lê «dêste», leia-se — dêstes.

— A pág. 81, última linha, onde se lê «Álvaro», leia-se — João Alvares.

— A pág. 83, linha 18.^a, onde se lê «Eusaio», leia-se — Ensaio.

(1) Transcrito por A. Braamcamp Freire, *A guarda de D. João II no anno de 1490*, in *Archivo Historico Portuguez*, Vol. V, pág. 360. Lisboa, 1907.

FEBRE DE MALTA — FEBRE ONDULANTE⁽¹⁾

(BRUCELOSE HUMANA)

Em face, pois, da existência de casos indiscutíveis de febre ondulante determinados pelo Br. abortus, gérmen bem distinto do Br. melitensis (segundo os dados da sôro-aglutinação, do desvio do complemento e, sobretudo, das reacções bio-químicas), verificados em quâsi todos os países da Europa, especialmente na Dinamarca, Suécia, Itália e Noruega; nalgumas regiões de África⁽²⁾, no Canadá e nos Estados Unidos da América do Norte⁽³⁾, conclui-se facilmente como as ideias actuais a respeito do seu poder patogénio devem ser bem diferentes das de outros tempos em que só o Br. melitensis, segundo a observação clínica e os resultados experimentais, era patogénio para a raça humana, sendo, por consequência, o único agente da febre ondulante.

Junte-se a essa circunstância a frequência com que nalgumas regiões dos Estados Unidos da América do Norte o *Br. suis* produz igualmente a febre ondulante⁽⁴⁾ e ver-se-á

(1) Cont. do n.º 1, pág. 134.

(2) Netter, «Sur la fièvre ondulante d'origine bovine», *Bul. de l'Acad. de Médecine*, n.º 8, 1931, págs. 255-280; C. Kling, «La fièvre ondulante en Suède», *Office Inter. d'Hygiène Publique*, n.º 9, 1928, pág. 1401; Th. Madsen, *La fièvre ondulante à B. abortus du Danemark*, retro, pág. 1395; Roch, Monedjikova et Martin, *Rev. méd. de La Suisse Romande*, 25 août, 1928, etc.

(3) Netter, Martin Kristensen e H. Violle, *locs. cit.*, etc.

(4) Ibid.

quão longe estamos da estreita noção etiológica que há poucos anos, ainda, tínhamos de tal doença — devida exclusivamente ao *Br. melitensis*, nunca ao *Br. abortus*, sempre de origem caprina ou ovina, nunca de origem bovina ou porcina, etc.

A explicação de tais factos, muito complexos, pode residir na existência provável mas ignorada⁽¹⁾ de casos de febre ondulante considerados como devidos ao *Br. melitensis* mas produzidos realmente pelo *Br. abortus* e na possibilidade dêste gérmen começar por ser inofensivo e tornar-se mais tarde virulento para a raça humana, quer espontâneamente quer depois de parasitar a cabra e a ovelha pertencendo, como pertence, a uma espécie microbiana em evolução⁽²⁾, composta de *souches fixas* e de *souches lábeis*, umas e outras podendo ser infectantes ou não, determinando, no entanto, um estado de alergia e de imunidade específicas, como sucede com certas formas do gérmen da tuberculose (especialmente o B. C. G.) doença com a qual, aliás, a febre ondulante apresenta bastantes semelhanças. A maior susceptibilidade do organismo humano para a espécie *Brucella* em geral, limitada, muito possivelmente, durante algum tempo, ao *Br. melitensis* e extensiva depois ao *Br. abortus* e ao *Br. suis*; as diferentes condições de contágio criadas pelo recente incremento da medicina veterinária, da criação de gados e indústria dos seus produtos, etc., mostrando a predilecção do *Br. suis* e sobretudo do *Br. abortus* para o contágio transcutâneo⁽³⁾, oposto ao predomínio digestivo do contágio pelo *Br.*

(1) P. E. Weil e Ménard, 1912, *cits. p. Netter, loc. cit.*, pág. 258.

(2) M. Lisbonne et L. Carrère, «L'étiologie de le Méliococcie». *Jorn. Médical Français*, n.º 5, 1929, pág. 174; Prof. P. Zdrodouski, Dr. H. Brenn et Dr. B. Voskressenski, *loc. cit.*

(3) Pablo Morales Otero, *The Porto Rico Journal of Public Health and Tropical Medicine*, T. VI-LX-1930; Alfred Hardy, Margaret Hu-

melitensis, podem também, de certo modo, contribuir para determinar os novos aspectos etiológicos e epidemiológicos da febre ondulante. Seja como fôr o que é indiscutível é que o *Brucella abortus* e o *Brucella suis* podem ser patogénios para a raça humana, ombreando, na eteologia da febre ondulante, com o *Brucella melitensis*. Comprovando mais uma vez esta afirmação citemos as seguintes palavras de H. Violle⁽¹⁾:

« Des cas sont cités de fièvre ondulante dus à des *B. abortus* en des régions où l'emprise de la fièvre ondulante d'origine caprine s'exerçait. En outre, les médecins ont tellement l'habitude de considérer la fièvre ondulante comme d'origine caprine, qu'ils hésitent dans des cas cependant certains, de poser un diagnostic, lorsqu'ils ne trouvent pas l'animal en cause. Mais le jour où l'origine de la fièvre ondulante sera bien établie et qu'ils sauront que les vaches peuvent transmettre cette affection, ils la verront beaucoup plus fréquemment.

« Il est hors de doute que l'extension de la fièvre ondulante d'origine caprine, dans toute l'étendue de la France, sera suivie, comme l'indiquent déjà quelques observations, de l'extension de la même maladie d'origine bovine sans qu'il soit ultérieurement possible de reconnaître l'origine de tel ou tel brucella par suite de ces échanges, de ces mutations provoquées dans certains cas par les contacts continus, la promiscuité étroite, les relations permanentes entre l'homme et les bovidés et les caprins. Il n'y aura plus qu'une fièvre ondulante due à une seule espèce de bacille dont on s'efforcera de différencier les différentes variétés ».

dson e Carl Jordan, «The Skin as a portal of entry in *Brucella melitensis*. Infections». *Journal of infectious diseases*, T. XLV-X-1929.

(1) *Loc. cit.*, págs. 20 e 21.

CONTÁGIO E PROFILAXIA

Eis mais um capítulo da brucelose profundamente modificado. Com efeito, à noção antiga de que era devida somente ao *micrococcus melitensis* de origem caprina e ovina transmitido por via digestiva à custa do leite e seus produtos (queijo fresco, etc.) outras noções, como já sabemos, vieram tornar mais complexo o problema do contágio e, conseqüentemente, da profilaxia desta doença.

A multiplicidade da sua etiologia (*Br. melitensis*, *abortus* e *suis*) aumentando as suas fontes de contágio e vias de contaminação, aumentou, concomitantemente, as possibilidades da sua difusão, tornando, por conseqüência, mais complexa a sua profilaxia. Algumas noções importantes, a êste respeito, devemos desde já conhecer: a brucelose tipo *melitensis*, de origem caprina ou ovina (excepcionalmente bovina) contrai-se principalmente pelo leite e seus produtos (queijo, manteiga, yogourt, etc.) e ainda pelos *excreta*⁽¹⁾ dos animais em causa.

O contágio resultante da manufactura das peles das cabras e ovelhas é menor, bem como o devido aos partos e abortos. É um contágio, portanto, que se faz predominantemente através das vias digestivas. Pelo contrário, as bruceloses tipo *abortus* e *suis*, freqüentes nos veterinários e preparadores das peles dos bovídeos e suídeos, provém sobretudo de uma contaminação transcutânea, particularmente fácil para estas duas variedades microbianas⁽²⁾.

O contágio pelos *excreta* e sobretudo pela expectoração dos doentes, embora possível e já verificado, é, todavia, de

(1) B. M. Taylor et B. H. Hazemann, «Recherches épidémiologiques en cours sur la fièvre ondulante en France», *Rev. d'Hygiène et de Méd. Préventive*, 1932, págs. 482-524, etc.

(2) Morales Otero, *loc. cit.*

uma grande raridade. Como, além disso, o contágio pelo leite das cabras, ovelhas, vacas (e seus produtos) se pode evitar, respectivamente, consumindo-se somente depois de bem fervido ou fazendo-se com leite pasteurizado, depreende-se facilmente que as principais formas de contágio sendo inerentes a certas profissões (veterinários, carneiros, magarefes, escorchadores, preparadores de peles, de tripas, tosquiadores de animais, pastores, agricultores, jardineiros (estes e os agricultores infectando-se pelo contacto com adubos provenientes de animais contaminados) depreende-se facilmente, repetimos, que a brucelose humana, como é opinião de vários autores, seja principalmente uma doença profissional. « *Em résumé, la fièvre ondulante frappe de préférence ceux qui, de par leur profession, sont appelés à vivre en contact avec des animaux atteints de mélitococcie ou à manipuler des produits contaminés par ces animaux* » (1).

« *Ce sont les bergers, les vétérinaires, qui sont les plus exposés aux atteintes de la mélitococcie qui paraît revêtir les caractères d'une véritable maladie professionnelle, au même titre que les intoxications par le plomb ou le mercure. La protection des professions ainsi exposées ne peut pas laisser le législateur indifférent* » (2).

« *La «fièvre ondulante» est bien une maladie possédant le caractère professionnel dans de cas bien déterminés; il en est ainsi, par exemple, pour les cas contractés en hiver: décembre, janvier et février pendant l'enlèvement, à la pioche, de la croute des bergeries, pour les cas contractés en coltinant les sacs de croute sur des charrettes ou des camions, pour*

(1) Ch. Dubois et N. Sollier, «Premiers résultats de la vaccination préventive de l'homme contre la fièvre ondulante», *Ann. de l'Inst. Pasteur*, n.º 5, 1930, pág. 598; «La fièvre ondulante est-elle une maladie professionnelle?» *Bull. de l'Acad. de Médecine*, 2.º semestre, 1930, pág. 166.

(2) Lafenêtre, *These de Toulouse*, 1930, Doctorat vétérinaire; A. Alessandrini (*Anali d'Igiene*, n.º 4, 1931, pág. 264, etc.).

les cas contractés en mars, avril, mai pour les bergers pendant la période d'agnelage et d'autres cas sujets à litige et à expertises spéciales » (1). Embora o possa ser quando devida ao micrococcus melitensis é especialmente quando devida ao Br. abortus que a febre ondulante se pode considerar uma doença profissional. Com efeito, dada a predilecção do seu contágio — por via transcutânea que não pela ingestão do leite — é principalmente em indivíduos com certas profissões que ela se estabelece e manifesta.

« *L'ingestion de lait cru... joue un rôle beaucoup plus important dans la mélitococcie caprine ou ovine que dans la fièvre ondulante provoquée par le Bacillus abortus. Chez la plupart des malades du Danemark ou de l'État d'Iowa, où ces cas son particulièrement fréquents, la maladie frappe surtout les vétérinaires et les personnes qui dans les fermes donnent les soins aux animaux. Ces cas observés dans les villes et surtout dans les grandes villes sont bien plus rares et l'on ne saurait dire que le lait y soit toujours consommé après cuisson* » (2).

Excepcionalmente, certos animais (cavalos, cães, gatos, aves, etc.) podem constituir uma fonte de contágio humano (3). A sua acção, porém, é tão limitada que, praticamente, e pelo menos por enquanto, tôdas as medidas profiláticas devem incidir sobre as cabras, ovelhas, vacas e porcos. Não sendo eficaz a vacinação nem a esterilisação dêstes animais quando contaminados, a profilaxia da bruce-

(1) P. Julien, «La fièvre ondulante «maladie professionnelle». Quelques réflexions au sujet de son étiologie et de sa prophylaxie», *Acad. d'Hyg. et de Méd. Préventive*, 1931, pág. 200.

(2) Netter, *Soc. Med. des Hôp. de Paris*, 1932, pág. 329.

(3) Aublant, Dubois, Lafenêtre et Lisbonne, «La fièvre ondulante en France, Rapport présenté au Congrès d'Hygiène», Paris, 1925, publié in *Soc. des Sci. Méd. et Biol. de Montpellier*, Novembre, 1925, pág. 15; H. Violle, *loc. cit.*, pág. 39; Netter, *loc. cit.*, pág. 279, etc.

lose deve fazer-se, o que felizmente é viável, vacinando convenientemente todos os indivíduos expostos a tal doença. « *La vaccination préventive de l'homme contre le Melitensis paraît être une nécessité dans les milieux de mélitococcie animale* » (1).

Esta vacinação impõe-se, sobretudo, nos indivíduos que, pela sua profissão, estão particularmente expostos ao contágio (veterinários, pastores, etc.). É a Nicolle e Conseil (2) que se deve a demonstração da eficiência desta vacina, usada primeiramente nos empregados dos laboratórios do Instituto Pasteur de Tunis e dos hospitais de Nimes. Pode fazer-se por via digestiva (3). Empregada dêste modo, apresenta todavia, o inconveniente de obrigar os vacinados quatro vezes a um jejum de 17 ou 18 horas antes e de 7 a 8 depois da ingestão da vacina. O seu emprêgo apenas é defensável nos diabéticos e nos indivíduos pusilânimes, os primeiros justa e os segundos injustamente receosos de qualquer reacção local e geral desagradável ou nociva, mesmo, quando aplicada por via subcutânea — a preferível.

Dada a pluralidade dos Br. capazes de produzir a febre ondulante emprega-se uma vacina contendo o Br. melitensis (*souches* humana, caprina e ovina), o Br. abortus e o Br. suis. Aplica-se nos indivíduos julgados receptivos (pela negatividade da intradermo-reacção-à melitina) na dose de $\frac{1}{4}$, $\frac{3}{4}$ e 1 c. c. ou sejam, respectivamente, 500 milhões, 1 bilião e 500 milhões e 2 biliões de gérmens, com oito a dez dias de intervalo. A reacção local e geral que vulgarmente produz é da maior benignidade. Burnet, justificando a sua aplica-

(1) Ch. Dubois et N. Sollier, «Premiers résultats de la vaccination préventive de l'homme contre la fièvre ondulante», *Bull. de l'Acad. de Médecine*, 1930, pág. 319, 1.^{er} semestre.

(2) *C. R. de l'Acad. des Sci.*, 26, Octobre 1920, pág. 775.

(3) Ch. Nicolle et Conseil, «Vaccination de l'homme contre le melitensis», *Arch. de l'Inst. Pasteur de Tunis*, 1923, pág. 205.

ção, afirma: «*Quelques piqûres inoffensives sont beaucoup moins gênantes que trois à six mois d'une débilitante maladie*» (1).

Produzindo uma imunidade de duração ainda não determinada rigorosamente mas que, segundo alguns autores (2), vai de 6 a 25 meses, o seu emprêgo, nos indivíduos expostos ao contágio, fica assim claramente indicado e justificado. Concluindo, deve salientar-se que, geralmente, a intradermo-reacção à melitina continua negativa como antes da sua aplicação, prova evidente da possibilidade da existência de imunidade sem alergia (3), facto igualmente verificável na infecção tuberculosa e, conseqüentemente, da independência (4) dos dois fenómenos: «*l'immunité peut très bien exister alors que la réaction intradermique fait défaut*» (5).

Não falando do contágio inter-humano (possível (6) mas raro e fácil de evitar) e do contágio (7) devido ao uso do estômago de cabrito (*coalheira*) na coagulação do leite destinado ao queijo, comido de preferência fresco (*fromage cervelle*), terminaremos este capítulo salientando a importância

(1) *Bull. de l'Inst. Pasteur*, 30-V-1925, pág. 430.

(2) Ch. Dubois et N. Sollier, *La vaccination préventive de l'homme contre le «Melitensis», etc., etc., loc. cit.*

(3) Ch. Dubois et N. Sollier, «Valeur de l'intradermo-réaction à la mélitine comme procédé de diagnostic de la fièvre ondulante et de recherche des états d'allergie et d'immunité à l'égard du Br. Melitensis», *Ann. de l'Inst. Pasteur*, n.º 3, 1931, págs. 311-331.

(4) Calmette, *La vaccination préventive contre le tuberculose par le B. C. G.*, 1927, págs. 78-79.

(5) Ch. Dubois et N. Sollier, *retro*, pág. 330.

(6) Montel, *Soc. de Méd. militaire*, 11-IV-1929, pág. 929; Vedel, P. Giraud et Puech, *A propos de quelques cas de fièvre ondulante, loc. cit.*, pág. 405; Parisot, Fernier, Bies, Lombard et Robert Lévy, «La fièvre ondulante en Lorraine», *Soc. de Méd. de Nancy*, Avril-Juin, 1932.

(7) Dargein et Doré (de Toulon) «Des formes frustes de la Méliococcie», *Soc. des Hôp. de Paris*, 1925, pág. 122.

que a água⁽¹⁾ e as carnes mal cozidas podem ter na propagação da brucelose: aquela depois de prévia contaminação por infiltrações provenientes dos estábulos, etc.; estas por serem de animais contaminados mas não conhecidos como tais, perigo que se pode evitar ou atenuar bastante fazendo o diagnóstico da respectiva brucelose (sobretudo por meio da reacção de Wright) em todos os animais da raça bovina, caprina, ovina e suína destinados ao consumo público⁽²⁾ e não os matando ou aconselhando cuidados especiais de profilaxia aos que manipularem e comerem a respectiva carne.

Igualmente é para aconselhar a criação de brigadas sanitárias constituídas por médicos e veterinários providos de todos os recursos de diagnóstico⁽³⁾ à semelhança do que se fez para outras doenças e cujo valor profilático seria certamente enorme. Cremos não serem exageradas estas medidas de combate a uma doença possivelmente tão grave pela sua longa evolução e complicações e, lamentavelmente (pelo menos nalguns países) tão freqüente e disseminada: na França, América do Norte, na Dinamarca, onde nos anos de 1928, 1929 e 1930 houve, respectivamente, 411, 525 e 526 casos, tornando-a assim mais freqüente que as febres tifo-paratífoides⁽⁴⁾, bem como em tantos outros países e regiões dos diversos continentes, causando enormes prejuízos de toda a ordem: «*l'avortement des animaux et l'incapacité de travail qui résulte pour l'homme des attaques de cette maladie*

(1) Dr. P.-L. Julien, *loc. cit.*, pág. 195.

(2) Ch. Dubois et N. Sollier, «Dépistage des foyers de brucellose animale par la pratique du séro-diagnostic de Wright effectué sur les animaux sacrifiés pour la boucherie», *Rev. d'Hy. et de Méd. Préventive*, 1931, pág. 423, etc.

(3) L. Brochet, «A propos de la fièvre ondulante». *La Presse Médicale*, n.º 41, 1932, pág. 825.

(4) Martin Kristensen, *loc. cit.*, pág. 70.

infligent de lourdes pertes économiques aux individus et à la collectivité » (1).

SINTOMATOLOGIA. DIAGNÓSTICO CLÍNICO

Como se infere dos dois casos mencionados a febre ondulante é muito proteiforme, apresentando aspectos clínicos, biológicos e terapêuticos muito variados. A sua forma clássica caracteriza-se clinicamente pela febre do tipo ondulante, pelos suores profusos e pela esplenomegália, que raramente falta; pela astenia; pela constipação e pelas artro-neur-mialgias. A hepatomegália, a anemia, a orquite e a ovarite fazem também parte, com frequência, do seu quadro sintomatológico.

Hipertermia.—Pelo seu aspecto caracteriza por vezes esta doença (ondulante ou de tipo muito irregular, *caprichoso*). Quando ondulante as suas *poussées* iniciam-se em regra gradual e progressivamente, elevando-se a 38,5, 39, 39,5, a 40° e mesmo mais no fim de alguns dias (5 a 7); mantendo-se nesse nível, com ligeiras remissões matinais, durante dois ou três e baixando em seguida do mesmo modo que subiu, isto é, gradual e progressivamente, normalizando-se ou *sub-normalizando-se* após um período igual ou sensivelmente igual ao da ascensão. Esta é a fisionomia habitual da primeira *poussée* muito semelhante, sem dúvida, na duração e aspecto da curva térmica, à de uma febre tifóide ou paratifóide de evolução breve, curta, com a diferença, apenas, das oscilações térmicas do período de defervescência serem menos acentuadas.

Por vezes a sua duração é diferente: « *Cette vague bien régulière, en dôme, a duré de dix à douze jours, chiffre*

(1) B. M. Taylor et B. H. Hazemann, *Recherches épidémiologiques*, etc., *loc. cit.*

moyen, bien entendu, avec des chiffres extrêmes de sept jours et cinq semaines» (1). As restantes *poussées*, mais ou menos numerosas, (3, 4, 8 e até mais), separadas umas das outras por períodos de apirexia ou de febrícula (entre 36,7 e 37°,5) de duração variável (3 a 4 dias, vulgarmente, mas podendo ser de 6, 10 e mais) revestem, geralmente, a fisionomia da primeira, podendo ser, no entanto, de menor duração e intensidade.

Foi esta fisionomia térmica que deu à doença o nome de febre ondulante. Frequente, mas não constante (nem quanto a todos casos, nem quanto a cada um, pois pode ser apenas esboçada, alternar com outras curvas térmicas e até faltar em absoluto) a sua inexistência não nos deve impedir de pensarmos no diagnóstico de brucelose. Na verdade, com Debré, pode dizer-se *«que celui qui demande, pour faire le diagnostic clinique de la fièvre ondulante, la belle courbe ondulante des cas typiques, risque fort de méconnaître une mé-litococcie authentique.*

«Il faut donc savoir se passer de ce signe, l'ondulation, et l'on peut se demander dans quelle mesure il est indiqué d'appeler fièvre ondulante une affection où l'ondulation de la courbe thermique manque si fréquemment. En tout cas, que cette dénomination si discutable ne soit pas une cause d'erreur où plutôt d'égarement de diagnostic» (2).

As ondulações térmicas são por vezes muito diferentes: período ascensional mais rápido; período de estado mais irregular (febre do tipo remitente e mesmo intermitente) e defervescência mais brusca, mais atípica na forma e duração.

Quando do segundo tipo (muito irregular) merece bem o

(1) V. de Lavergne, *Signes cliniques des septicémies à mé-litocoques*. Rapport au Congrès Français de Médecine, 1927, págs. 211-222.

(2) Xavier Cazalas, «Un cas de fièvre ondulante, valeur thérapeutique de la Mélitine de Burnet», *Paris Médical*, 1928, vol. II, pág. 163.

nome de «*fièvre folle*» que lhe deu Schull⁽¹⁾ e de *fièvre capricieuse* pelo qual, depois de Nicolle⁽²⁾, certos autores a designaram e designam ainda.

As nossas duas observações constituem, respectivamente, de um modo aproximado, a primeira uma brucelose de curva térmica irregular, a segunda do tipo ondulante.

Qual a causa de uma e outra modalidades térmicas não nos é, por enquanto, dado conhecer. Consequência do ciclo evolutivo do respectivo agente microbiano? Contaminação exógena ou endógena — única ou por uma *souche* fixa no tipo ondulante, múltipla ou por uma *souche* dissociável no outro? Infecção por uma ou mais variedades microbianas de virulência e ciclo evolutivo diferentes? Questão de formas filtrantes que os *Br.* muito possivelmente apresentam? Diversidade de vias de contaminação, multiplicação, disseminação dos gérmens e das conseqüentes reacções orgânicas? Porque os gérmens desta doença se localizam fundamentalmente no sistema linfático⁽³⁾ — baço e gânglios linfáticos, etc. — onde se multiplicam e de onde irradiam

(1) Cit. p. Henri Roger, «Formes Cliniques de la Méliococcie», *Journ. Médical Français*, 1929, n.º 5, pág. 156.

(2) Cit. p. Henri Setbon, «La méliococcie et son traitement par le lait de chèvre», *Le Monde Médical*, n.º 752, 15-VII-1929, pág. 760.

(3) Dr. V. de Lavergue, «Les septicémies. Étude physio-pathologique», *Paris Médical*, Juin 1924, págs. 530-533.

Segundo este autor, baseado em trabalhos de outros (Wurtz, Sacquépée, Eyre, etc.) os gérmens da Brucelose (como os da tuberculose e sobretudo os das febres tifóide e paratifóides) passam do intestino para o sistema linfático mesentérico onde se multiplicam e de onde irradiam para o sangue produzindo a bacilémia: «Ainsi, cette adenite mésentérique, lesion de la période d'incubation, représente le foyer de multiplication des bacilles typhiques comme celui des bacilles tuberculeux et des agents de la fièvre de Malte; c'est de ce réservoir que les bacilles vont passer dans le sang avec la lymphe, pour déterminer et entretenir la bacillemie».

periodicamente para o sangue o que explicaria, conjuntamente com a possibilidade da intervenção das formas filtrantes (das quais proviriam, nas culturas, as formas vegetativas) e ainda com o facto de tais gérmens estarem fixos aos leucocitos, (geralmente muito diminuídos, especialmente os polinucleares neutrófilos), o que explicaria, repetimos, a raridade das hemoculturas positivas e sobretudo a necessidade de as manter durante muitos dias? (15 a 45). Talvez que o exame directo do produto da punção do baço e dos gânglios linfáticos (mesmo quando aparentemente normais) e a sua cultura ou a dos leucócitos (microleucócitocultura de N. Fiessinger) pudessem fornecer elementos confirmativos ou não destas hipóteses.

Seja como fôr, a verdade é que a curva térmica da brucelose humana nem sempre é do tipo ondulante e que esta não é sintoma exclusivo de tal doença: «... *nous pouvons présenter de très belles courbes de temperature qui font penser immédiatement à la melitococcie et où cependant tous les examens de laboratoire se sont montrés négatifs*» (1).

Suores. — Constituem, pela frequência e intensidade, um dos melhores sintomas da doença. Geralmente aparecem só de noite, no declínio da febre, sendo, por vezes, de uma abundância que leva os doentes a mudarem da roupa própria e até alguma da cama: lençóis, travesseira e travesseiro, etc. Outras vezes, pelo contrário, são discretos, podendo mesmo faltar, o que é muito excepcional. Outras, ainda, desaparecem bruscamente sendo substituídos por *crises diarreicas* (suores intestinais) mais ou menos intensas e duradoiras. Próprios, em regra, das *poussées* hipertérmicas, podem, todavia, aparecer nos estados e períodos subfebris e até de apirexia.

(1) Vedel, G. Giraud, et Puech, «A propos de quelques cas de fièvre de Malte», *Bull. de la Soc des Sci. Méd. et Biol. de Montpellier et du Languedoc Méditerranéen*, 1926, pág. 401.

Excepcionalmente apresentam um cheiro característico (*de palha pôdre*) que noutros tempos lhe atribuíam e que seria mais a consequência da sua acção sobre a roupa e conteúdo dos colchões da cama dos doentes (tantas vezes a palha), menos propensos às práticas de higiene do que actualmente, que a de uma propriedade intrínseca.

Quando muito abundantes, como geralmente sucede, podem facilmente confundir-se com os do paludismo e os da *forma sudoral* das febres tifóide e paratifóides.

Esplenomegália. — Discreta ou acentuada (podendo atingir a crista iliaca) a sua frequência é relativamente grande. Geralmente dolorosa traduz a localização no baço, por assim dizer electiva, dos diversos *Brucellæ*. Daí a indicação da sua pesquisa por meio da punção esplénica — não usada dado o receio infundado ou, pelo menos, exagerado das hemorragias daquele órgão — à semelhança do que se faz no kala-azar e no paludismo.

Como natural consequência destes factos parece de aconselhar a prática da espleno-contracção adrenalínica (injecção feita dez ou quinze minutos antes da colheita do sangue) para a sua cultura. Pela maior densidade microbiana sangüínea, assim provocada, mais frequentes deverá ser, segundo tôdas as probabilidades, a positividade das hemoculturas.

Astenia. — É um sintoma precoce, intenso e constante, pode dizer-se, da Brucelose. Excepcional no período pré-febril, a sua frequência é sobretudo grande após algumas *poussées* térmicas. Concomitante com maior ou menor emagrecimento, apresenta por vezes uma tenacidade inexplicável, indo além, e ás vezes muito tempo, do desaparecimento do estado febril.

Geralmente interessa por igual a esfera psíquica e o sistema muscular.

Constipação. — A maior parte das vezes é ligeira. « *Elle n'est opiniâtre que dans un tiers de cas, cédant le plus souvent*

aux lavements ou purgatifs. Elle s'accompagne parfois de douleurs et d'expulsion de fausses membranes» (1).

Osteo-artro-neuro-mialgias. — Precoces ou tardias, fugazes ou mais ou menos duradoiras; ligeiras ou intensas, localizadas ou difusas, etc., as algias constituem uma das manifestações mais freqüentes da Brucelose. As articulares aparecem quasi sempre num período adeantado e mesmo no declínio da doença, razão pela qual os habitantes de Malta, segundo Hayat (2), afirmavam que *«les douleurs des pieds et des mains indiquent le commencement de la fin, le virus de cette maladie tendant à quitter le corps par les extrémités des membres»*.

Quando precoces e múltiplas, o que succede raramente, podem conduzir ao falso diagnóstico de reumatismo poliartricular agudo. Sintomáticas muitas vezes de artrites serosas raras vezes o são de artrites anquilosantes e muito mais, ainda, de artrites supuradas.

As articulações mais atingidas são, segundo Eyre, *«l'épaule, le genou, la cheville»*; segundo Cantaloube *«l'articulation sacro-iliaque (un tiers des cas), les genoux (un quart), les épaules, les articulations vertébrales lombaires, les hanches, les poignets, les mains et les doigts, les chevilles, les articulations vertébrales dorsales, les coudes, les articulations vertébrales cervicales»* (3).

As neuro-mialgias, igualmente importantes, podem semelhar também processos mórbidos de outra natureza: reumatismo muscular, abcesso peri-renal (dada a sua localização lombar unilateral, vid. obs. I); nevrites e nevralgias diversas, etc.

Dos outros sintomas referidos merecem especial menção

(1) Henri Roger, *loc. et pag. cit.*

(2) Cit par Henri Roger, *loc. cit.*, p. 159.

(3) Idem, idem.

a anemia, maior ou menor, mas sempre sensível e ainda a orquite. Esta, segundo os autores, mais ou menos freqüente (entre 5 e 40 %) quando aparece (quási sempre bruscamente e por vezes bilateral) « *au cours d'une fièvre de longue durée, d'étiologie indéterminée, doit aussitôt faire penser à la mélitococcie; elle est en effet beaucoup plus rare au cours de la fièvre typhoïde (1 à 10 p. 100, d'après tes statistiques) et dans les autres septicémies* » (1).

O aparelho respiratório não raras vezes apresenta sintomas importantes, dominando os fenómenos de bronquite, bem como os de congestão pulmonar (95 % seg. Hughes).

Do lado do aparelho urinário, além de possíveis vestígios de albumina, nada existe, geralmente, digno de especial menção, o que é bastante notável dada a particular eliminação dos germens pelos rins.

Quanto ás manifestações cárdio-vasculares nada apresentam, em regra, de especial.

A hipotensão arterial, constante, pode dizer-se, excepcionalmente é tão acentuada que só por si seja extremamente grave.

Por seu lado a freqüência do pulso é muito variável segundo os períodos febris ou apiréticos da doença, as susceptibilidades individuais, etc.

Os sôpros cardíacos (anémicos) observam-se com freqüência, contrastando com os de natureza orgânica, por endocardite, que são excepcionais.

A-pesar-de todos estes sintomas, mais ou menos constantes e nítidos, a Brucelose humana nem sempre é de fácil e seguro diagnóstico clínico. É que o seu atipismo, de par com a sua recrudescência, é cada vez maior.

A sua curva térmica, noutros tempos tão freqüentemente ondulante (o que bem justificava o nome de *febre ondu-*

(1) Henri Roger, *loc. cit.*, pág. 157.

lante, que lhe deram) é actualmente da maior irregularidade, o que constitue a sua melhor característica. Com razão, por tanto, certos autores⁽¹⁾ escrevem a seu respeito: « *En effet, la symptomatologie de la fièvre de Malte, malgré certaines descriptions didactiques minutieuses et abondantes, est habituellement considérée comme assez pauvre et imprécise. On ne peut rétenir comme éléments de diagnostic que l'hypertrophie légère de la rate, la constipation, qui n'est d'ailleurs pas constante, les sueurs profuses et quelques phénomènes douloureux de siège variable. Seul donc l'évolution thermique reste significative. Une fièvre prolongée, irrégulière, le plus souvent remarquablement bien tolérée, et interrompue par des périodes d'apyrexie, constitue le signe le plus caractéristique de l'affection* ».

Formas atípicas. — Estão dependentes da idade, do predomínio ou da excepcional intensidade dos seus habituais sintomas.

As mais importantes e dignas de especial menção são as seguintes: pseudo-reumatismal, pseudo-tuberculosa, respiratória, hemorrágica, hepática e pseudo-tifóide. Vejamos, resumidamente, quais as respectivas características, de fácil dedução.

Forma pseudo-reumatismal. — Está dependente de artralguas e de artrites, muito frequentes na Br. humana.

Raras vezes numerosas, raras vezes também, consequentemente, o pseudo-reumatismo é poliarticular. Geralmente é mono e sobretudo oligo-articular.

A primeira forma, que corresponde aos casos, muito raros, de artralguas « *precoces e predominantes* », difere do verdadeiro reumatismo poliarticular agudo pela menor mo-

(1) Vedel et J. Vidal, *Bull. de la Soc. des Sci. Méd. et Biol. de Montpellier...*, 1930, pág. 13.

bilidade das dores, pela ausência de manifestações cardíacas (sobretudo valvulites), pela ineficácia do salicilato de sódio, etc. Por vezes só a evolução mais ou menos prolongada e a constatação de outros sintomas, clínicos ou biológicos, permitem um rigoroso diagnóstico diferencial.

A segunda (mono e oligo-articular) de evolução sub-aguda ou crônica, pode, conforme a articulação ou articulações atingidas, revestir diferentes variedades: pseudo-coxálgica⁽¹⁾ pseudo-pótica⁽²⁾, reumatismo deformante, etc.

F. pseudo tuberculosa. — É uma das mais importantes pelas naturais conseqüências terapêuticas e que importa conhecer devidamente. Tomar uma Brucelose por uma tuberculose pode ser grave mas essa gravidade é constante e muito lamentável quando se comete o êrro inverso. Em regra o respectivo diagnóstico diferencial não é difícil. Na tuberculose as lesões predominam nos vértices pulmonares e são mais ou menos fixas, progressivas; na brucelose sucede o contrário: as lesões predominam nas bases e são instáveis, pouco duradoiras. Na tuberculose há acentuada taquicardia, os suores são menos abundantes, a língua não é tão saburrosa, a astenia é menor, etc.

(1) Gillot, *Assoc. franc. avancement des sciences*, 1908; Cignoszi, *Rif. med.*, 16-VII-1921; Gonzalez Aguiar, *Arch. de Med., Chir. y Especialidades*, 11-VI-1927; Laventure, *Déterminations articulaires de la fièvre de Malte*, Thèse de Montpellier, 1922-1923, n.º 34; M. Janbon et J. Duponnois, «Fièvre ondulante de longue durée avec déterminations osteo-articulaires persistantes (spondylite et sacro-coxite); traitement par la gonacrine», *Bull. de la Soc. des Sci. Méd. et Biol. de Montpellier*, 1929, pág. 123; Vedel, Giroud et Puech, *retro*, 18-VI-1926.

(2) H. Roger, «La spondylite mélitococcique», *La Presse Médicale*, 5-V-1926, pág. 572; Martin (M.^{me} Marcelle) *Les spondylites mélitococciques*, Thèse de Paris, 1926; J. Montague, «Un groupe intéressant de «faux maux de Pott»: les spondylites infectieuses et les spondylites de croissance», *Bull. de la Soc. des Sci. Méd. et Biol. de Montpellier et du Languedoc Méditerranéen*, 1926, fascs. XI e XII, págs. 527-581.

A expectoração pode ser bacilífera (verificável pelo exame directo, após homogenisação e pela cultura dos escarros no meio de Hohn, tão fidedigna nos seus resultados, ao que parece, como a inoculação ao cobaio). O exame radiológico do tórax, a cuti-reacção à tuberculina, etc., que na Brucelose, *doença anergisante*⁽¹⁾, é geralmente negativa (o que só muito excepcionalmente sucede nas formas de tuberculose pulmonar susceptíveis de com ela se confundirem), podem contribuir também, e por vezes fortemente, para a diferenciação rigorosa das duas situações mórbidas.

Estes elementos de diagnóstico diferencial devem ser aplicados em todos os casos mas são valiosos e imprescindíveis sobretudo quando o clínico hesita justificadamente entre uma Brucelose e certas formas de infecção tuberculosa sem manifestações ou com manifestações pulmonares atenuadas, como a tifo-bacilose e a granúlia discreta ou não⁽²⁾. Constituindo as pseudo-tuberculoses melitocócicas de Bethoux⁽³⁾ o seu conhecimento, repetimos, é de uma importância capital para o respectivo tratamento.

F. respiratória. — Compreende a laringite, que pode ser ulcerosa⁽⁴⁾; a bronquite, a pneumonia e bronco-pneumonia, a córtico-pleurite e a pleurisia, sero-fibrinosa e mesmo purulenta⁽⁵⁾. Estas manifestações podem ser precoces como a

(1) Olmer et Massol, «L'anergie tuberculinique au cours de la mélitococcie», *Rev. Med. de France et des Colonies*, VI-1925.

(2) Henri Roger, *loc. cit.*, pág. 160; Ducamp, M. Janbon et L. Goudart, «Mélitococcie suraiguë, mortelle à forme pseudo-granulique», *Bull. de la Soc. des Sci. Méd. et Biol. de Montpellier*, 1929, pág. 165.

(3) *La Presse Médicale*, 26-VI-1929, pág. 835.

(4) Vedel et Giraud, «Mélitococcie mortelle. Nécropsie. Laryngite ulcèreuse et broncho-pneumonie», *Bull. de la Soc. des Sci. Méd. et Biol. de Montpellier*, 12-III-1922.

(5) Janbon et Balmés, XX Congrès de Méd. de Montpellier, 1929; Henri Roger, *loc. cit.*, págs. 159-160.

bronquite e a pneumonia ou tardias como geralmente sucede com a bronco-pneumonia (constituindo, neste caso, mais uma complicação do que um sintoma predominante). Nalguns casos, raríssimos, os *Brucella* podem aparecer na expectoração⁽¹⁾.

Forma hemorrágica⁽²⁾. — Revela-se por hemorragias de toda a ordem: púrpura, metrorragias, hematemeses, melena, epistaxis, etc.

Forma hepática. — Caracterisa-se pela hepatomegália, icterícia ou sub-icterícia e por perturbações hemorrágicas mais ou menos intensas. Pode confundir-se com a cirrose hipertrófica, com a forma hepática do kala-azar⁽³⁾, o abscesso e forma febril do cancro do fígado,⁽⁴⁾ etc.

Forma pseudo-tifóide. — A confusão da Brucelose com as febres tifóide e paratífóides é possível nos casos em que a curva térmica da primeira doença é de tipo igual⁽⁵⁾ aos das outras (contínuo ou sub-contínuo) ou quando as últimas apresentam a forma sudoral ou recidivante.

Nestas circunstâncias a existência ou não de *manchas róseas lenticulares*, de diarreia e sobretudo a hemo-cultura e o sero-diagnóstico são da máxima importância para o esclarecimento de tais situações clínicas, como veremos quando tratarmos do seu diagnóstico diferencial.

(1) Vedel et Giraud, *loc. retro cit.*

(2) Vedel, Giraud et Puech, Henri Roger, etc., *locs. cit.*

(3) Robert Poinso, «La forme hépatique du kala-azar infantile», *La Presse Médicale*, 30-XII-1931, pág. 1920.

(4) Louis Ramond, «Les cancers du foie (Étude clinique)», *Conférences de Clinique Médicale Pratique* (Première série), 1923, pág. 164, etc.

(5) Vedel, Puech et Lapeyre, «Fièvre de Malte simulant une fièvre typhoïde», *Bull. de la Soc. des Sci. Méd. et Biol. de Montpellier*, 19-V-1925; H. Roger, *loc. cit.*, pág. 158; Prof. P. Zdrowski, Dr. H. Brenn et Dr. B. Voskressnski, *An. de l'Inst. Pasteur*, 1930, págs. 768-805, etc.

Nota. — Além destas existem formas atenuadas, frustes, de diagnóstico extremamente difícil (caso se não pense nele) e muito de suspeitar nas regiões onde a brucelose é endêmica (Dargein et Doré, de Toulon, *Des formes frustes de la Méliococcie, loc. cit.*).

(*Continua*)

LÚCIO DE ALMEIDA.

SUBSIDIOS PARA A HISTORIA DA MUSICA EM PORTUGAL⁽¹⁾

WAGNER (EDUARDO)

«Fomos hontem dolorosamente surprehendidos pelo fallecimento d'este illustre professor do Conservatorio que era sem contestação um dos nossos melhores musicos contemporaneos.

«Filho de Ernesto Wagner, artista tambem illustre e tronco d'uma familia de artistas, como o foram Virginia e Ernestina Wagner e o saudoso Victor Wagner, o finado foi um eximio tocador de trompa e de violoncello e tomou parte em grande numero de concertos, já tocando a solo, já desempenhando os primeiros logares nas nossas orquestras. Ultimamente, tendo-o accommettido uma atroz doença de coração, Eduardo Wagner limitou-se ao desempenho do seu logar de professor do Conservatorio e a umas sessões intimas de musica de camara que semanalmente fazia em sua casa com o concurso de outros distinctos artistas. Ali, em intimo convivio, na leitura e no estudo das obras dos grandes mestres, podia-se facilmente admirar todo o grande amor que elle tinha pela sua divina arte.

«Era ao violoncello, ao seu querido instrumento, que elle dedicava todos os momentos que a doença pertinaz lhe consentia.

«Eduardo Wagner nasceu a 24 de setembro de 1852.

«Cursou o Conservatorio desde 1864 a 1870 sob a direcção de Guilherme Cossoul, succedendo a este notavel professor na regencia da cadeira de violoncello, logar que conquistou por conucrsu realizado em novembro de 1881. Desde então creou notaveis discipulos, entre os quaes podemos mencionar Augusto Palmeiro, Carlos Quilez, Augusto Suggia, Daniel Lacuevai, D. Izaura Mello, Passos, José Henriques dos Santos, Agostinho Franco, D. Luiz da Cunha Menezes e muitos outros.

«Em 1876 Eduardo Wagner com seu irmão Victor, Reymondez,

(1) Cont. do n.º 1, pág. 117.

Metello, Freitas Gazul, José Vieira, e outros artistas de merito fundou a Sociedade de Quartettos que foi, pode dizer-se, a primeira que entre nós cultivou a musica de camara.

«Não nos permitem as curtas dimensões d'esta noticia alongarmos os dados biographicos do eximio artista que a morte implacavel nos roubou e que vem enlutar a arte nacional.

«Terminaremos, pois, dizendo que Eduardo Wagner sobre ser um musico distinctissimo, foi um character bondoso em extremo e tinha em cada collega, em cada conhecido, um amigo que hoje pranteia a sua morte.

«O funeral realisa-se hoje às 11 horas da manhã». (*Diario de Noticias*, de 18 de outubro de 1899).

WAGNER (ERNESTO VICTOR)

«Falleceu hontem quasi repentinamente com 77 annos de idade este illustre professor do Conservatorio, que era uma das figuras mais respeitaveis do nosso meio artistico.

«Nascido na aldeia de Zeulenroda (Allemanha) aos 16 de março de 1826, deixou aos 14 annos a casa paterna, emprehendendo uma longa viagem e visitando as principaes fabricas de pianos da Allemanha e da Suissa. Em 1845 veio para Lisboa onde pouco depois estabeleceu uma fabrica de pianos de sociedade com Carlos Habel, montando mais tarde, o estabelecimento que ainda hoje existe sob a sua firma.

«Habilissimo tocador de trompa e profundamente conhecedor de todos os instrumentos de metal, não tardou que os seus meritos fossem apreciados entre nós, e tanto assim que em 1849 era nomeado musico da camara de sua magestade a rainha D. Maria II, e em agosto de 1861, depois de um brilhantissimo concurso em que o seu grande talento de executante ficou consagrado, obtinha o logar de professor do Conservatorio, logar que exerceu com a maior proficiencia durante mais de quarenta annos. É longa a lista dos discipulos que ali formou e que deram gloria ao seu talento de professor. Entre outros lembra-nos citar os nomes de Thomaz Del Negro, João Fernandes, Talassi, Alvarenga, Flavio Costa, Antonio Baptista, Sedrim, J. Sargedas, J. Santos, e seus filhos Eduardo e Daniel.

«Ernesto Wagner foi oriundo de uma familia de musicos e tornou-se chefe de outra familia de artistas dos mais illustres. A sua filha Virginia foi uma notavel pianista, e seus filhos Eduardo e Victor dois

concertistas distinctissimos que alcançaram logares proeminentes no nosso meio musical.

«Com a morte de Ernesto Wagner desaparece uma das ultimas figuras d'essa pleiade de grandes artistas que brilharam entre nós durante o terceiro quartel do seculo findo.

«Sobre todas as qualidades que adornavam o illustre extincto não se deve esquecer que era um «luthier» de subido merito e um incançavel propagandista da musica classica.

«Aos seus filhos Daniel, Leopoldo e Hermann endereçamos o nosso pezar pela perda irreparavel.

«O convite funebre vae na secção respectiva».

«Daniel Wagner, Leopoldo Wagner, sua mulher e filhos, Hermann Wagner, sua mulher e filhos, Max Schrech e seus filhos (ausentes), Adelaide Neuparth Ferreira e seu marido, participam que foi Deus servido levar da vida presente, o seu estremoso pae, avô, sogro e cunhado, e que o seu funeral terá logar no dia 2 do corrente, pelas 11 horas da manhã, saindo o feretro da casa da sua residencia, rua Nova da Trindade, 117, para o cemiterio occidental. Não se fazem convites especiaes».

(Diario de Noticias, de 2 de Maio de 1903).

WALKER (FREDERICK)

Natural da ilha de S. Miguel — Michaelense — segundo diz o sr. José do Canto na sua *Bibliotheca Açoriana*. É autor da seguinte obra: *The Azores or Western Islands. A political, commercial and geographical accosunt*, etc. Londres, 1886. Com mappa e figuras. Traz no fim 13 paginas de musica notada: *Island Melodies*.

Canto não faz menção d'esta ultima circumstancia.

A obra vem descripta na *Bibliotheca Açoriana* sob o n.º 2667.

XAVIER DA CUNHA (FRANCISCO)

(Charamella)

Vide *Chancellaria de D. João V*, liv. 15, fol. 174.

XIMENES (ANDRÉ)

Charamella de D. Sebastião, a quem acompanhou na segunda jornada d'Africa, ficando morto na batalha d'Alcacerquibir. Deixou viuva, Luisa Cardosa, e uma filha cega, a cada uma das quaes os governadores do reino, por alvará de 28 de janeiro de 1580, concederam cinco mil reaes de tença cada anno.

«Eu elRey faço saber aos que este aluara virem que avemdo respeito aos seruiços de Amdre Ximenez, que foy charamella do sñor Rey meu sobrinho, que D.^a tem, e a ir com o dito senhor a Africa e a morrer na batalha, e a Luisa Cardosa, sua molher, ficar muyto pobre e com huã filha cegua, ey por bem de lhe fazer merce de dez mil r.^a de tēja cada anno em sua vida -s- cinco mil r.^a pera ella e os outros cinco mil r.^a pera a dita sua filha cega, os quaes dez mil r.^a começara a vencer de cinco dias do mes de novēbro do anno passado de b^o lxxix em diante, em que lhe fiz esta merce, e lhe seraõ asentados e pagos nas obras pias, e por tanto mando ao Recebedor, que ora he e ao diante for das obras pias que dos ditos cinco dias de novēbro em cada hum anno de e pague a dita Luisa Cardosa os ditos $\overline{x}$ r.^a aos quarteis, per este aluara somente e per o treslado d'elle que sera registado no liuro de sua despesa pelo esprivaõ de seu carguo e conhecimentos da dita Luisa Cardosa mando aos contadores que lhos leuem em conta, e este ey por bem que valha como carta &c em forma. Jm.^o Aluarez o fez em Almeirim a xxbiiij de janeiro de jb^o lxxx. E por quanto este aluara se naõ asinou por elRey, que santa gloria aja, per o nosso Senhor levar pera sy, vay asinado pellos gouernadores e defensores destes Reynos e Senhorios. Im.^o de Castilho o fiz escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, liv. 46, fol. 138 v.).

XIMENES (ANTONIO)

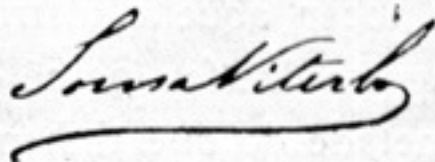
Charamella de D. Sebastião. Em 1566, ainda aprendia a tocar aquelle instrumento, pelo que, em alvará de 1 de agosto, lhe fez mercê de quatro mil reaes por anno, que era metade do que tinham os outros charamellas de sua vestia-

ria. A 12 de janeiro de 1568 era já fallecido, pois n'este anno era concedida a tença de um moio de trigo a sua filha, Anna Ximenes, casada com Bento de Velhuz, outro sim charamella. Vide este nome.

«Eu elRey faço saber aos que este aluara virem que eu ey por bem e me praz de fazer merce a Antonio Xemenes, que aprende a tanger charamella, de quatro mill rs, que he a metade dos oito mill rs, que tem os outros charamellas de sua vestearia, os quaes começara a vemcer do primeiro dia de janeiro do anno que vem de b.^o lxbij em diante e serlheaõ pagos asy e da maneira que os outros charamellas são pagos as ditas vestearias e mando aos veedores de minha fazenda que no liuro das ordinarias della no titulo das vestiarias fação assentar estes ditos quatro mill rs e despachar em cada hum anno do dito janeiro em diante asy e da maneira que se despachaõ as ditas vestiarias, e este me praz que valha como carta sem embargo da ordenaçãõ em contrario, e eu mandey pagar ao dito Antonio Xemenes em Francisco Serraõ mill e bii^o e dez rs (1710) que lhe montaõ de xxbiiij dias do mes de julho deste anno ate fins de dezembro delle a rezaõ dos ditos $\overline{\text{iiii}}$ r.^o por anno, por aos ditos xxbiiij de julho lhe fazer a dita merce. Balthesar de Pinto o fez em Lixboa ao primeiro dagosto de jb^o lxbj (1566). E eu Alvaro Perez o fiz escrever». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Mercês*, liv. 19. fol. 159 v.).

«Eu elRey faço saber aos que este aluara virem que avêdo eu respeito aos seruiços de Amtonio Ximenez, já falecido, que foy meu charamella, e aos de Bemto de Velhuz, seu jemro, outro sy meu charamella, ey por bem e me praz fazer merce a Ana Ximenez, molher do dito Bemto de Veluz (*sic*) de hum moyo de trigo de temça em cada huũ anno em dias de sua vida, do primeiro dia do mes de janeiro deste ano presente de jb^o lxbiiij em diamte, e por tanto mãdo aos vedores de minha fazêda que lhe façã asêtar etc. Symaõ Boralho o fez em Lisboa a xii dias de janeiro de jb^o lxbiiij, eu Duarte Diaz o fiz esprever». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, liv. 21, fol. 3).

(Continua).



CATÁLOGO

DOS MANUSCRITOS DE SIMANCAS

RESPEITANTES À HISTÓRIA PORTUGUESA⁽¹⁾

Numera- ção moderna	Numera- ção antiga	
1508	2721	Outro, de Cartas régias de 1613 a 1614.
1509	2722	Idem, idem de 1613 a 1614.
1510	2723	Idem, de 1614.
1511	2724	Registos de Cartas sôbre negócios de estado de 1614 e 1615.
1512	2725	Outro, de Cartas e despachos régios de 1615.
1513	2726	Outro, de 1616.
1514	2727	Outro, de 1616.
1515	2728	Outro, de 1617.
1516	2729	Idem, de 1618.
1517	2730	Idem, de 1619 a 1621.
1518	2731	Livro de registos de Cartas de mercês de 1623.
1519	2732	Cartas régias de 1625.
1520	2733	Idem, de 1626.
1521	2734	Registos de Cartas régias para o Marquês de Castelo Rodrigo sôbre o socorro da Índia e outros negócios de 1628 a 1630.
1522	2735	Despachos e Cartas régias de 1629.
1523	2736	Despachos propostos pelo vice-rei da Índia a el-rei de 1630.

⁽¹⁾ Cont. do n.º 1, pág. 102.

Numera- ção moderna	Numera- ção antiga
---------------------------	--------------------------

1524	2737	Despachos sobre o socorro do Brasil de 1631.
1525	2738	Cartas régias de 1631 e 1632.
1526	2739	Cartas sobre assuntos da Companhia do Comércio de 1631 a 1633.
1527	2740	Cartas e provisões de 1631 a 1633.
1528	2741	Cartas e bilhetes a diferentes secretários comunicando-lhe várias mercês e resoluções régias de 1631 a 1643.
1529	2742	Cartas e despachos de 1632 e 1633.
1530	2743	Despachos que vieram da Índia com carta do vice-rei no ano de 1632. Trata assuntos no género dos do número 2736.
1531	2744	Junta de minas. Registo de Cartas de 1633 e 1634.
1532	2745	Portarias e alvarás de lembrança de 1633 a 1637.
1533	2746	Idem, de 1633 a 1642.
1534	2747	Registo de Cartas e ordens de 1634 e 1635.
1535	2748	Cartas de 1635 e 1636.
1536	2749	Portarias e alvarás de lembrança de 1637.
1537	2750	Despachos e Cartas de 1639 a 1647.
1538	2751	Cartas e despachos pertencentes à repartição da fazenda de 1639 a 1643.
1539	2752	Provisões e despachos de 1639 a 1642.
1540	2753	Provisões e despachos respeitantes à fazenda de 1641 a 1643.
1541	2754	Cartas e despachos de vários géneros de mercês de 1646 a 1651.
1542	2755	Cartas e despachos régios em todo o género de negócios de 1647 a 1655.
1543	2756	Idem, de 1651 a 1655.
1544	2757	Outro, de Cartas régias e bilhetes de seu se-

Numera-
ção
moderna

Numera-
ção
antiga

- | | | |
|------|---|--|
| 1544 | { | cretário sobre questões de fazenda e mercês de 1661 a 1668 em que se dissolveu o Conselho. |
| 1545 | | 2758 Cartas régias e outros despachos de 1662 a 1666 tocantes a cousas de fazenda com relação ao pertencente ao tesoureiro do Conselho. |
| 1546 | { | 2759 Cartas de negócios de estado e outros de 1664 a 1668. |
| 1547 | | 2760 Cartas, provisões e outros despachos de 1666 e 1667. Está incompleto e o título antigo diz. Cartas, provisões, fazenda, ano de 1666 a 1668. |
| 1548 | { | 2761 Provisões e alvarás régios respeitantes ao almorarifado de Olivença de 1661 a 1667. |

CORRESPONDÊNCIA COM SUA Magestade

- | | | |
|------|---|--|
| 1549 | { | 2762 Cartas originais dos agentes em Roma sobre diferentes negócios dos anos de 1583 a 1589. |
| 1550 | | 2763 Cartas originais do cardeal arquiduque, vice-rei de Portugal a el-rei sobre diversos assuntos de 1586. |
| 1551 | { | 2764 Cartas originais do vice-rei da Índia, de outras pessoas categorizadas a el-rei sobre diversos negócios de 1587 a 1589. |
| 1552 | | 2765 Cartas originais do vicê-rei de Portugal e outros personagens sobre diversos assuntos a el-rei do ano de 1620. |
| 1553 | { | 2766 Cartas originais sobre diversos assuntos escritas ao rei pelo arcebispo de Lisboa e outros de 1627 e 1628. |

Numera-
ção
moderna

Numera-
ção
antiga

LIVROS INCONEXOS

- | | | |
|------|------|--|
| 1554 | 2767 | Registo de dúvidas com ordens dos secretários para que se revolvessem. Dúvidas que havia nos despachos de mercês dados sob mandado régio, não tendo porém a sua assinatura de 1620 a 1640. |
| 1555 | 2768 | Ordens para pagar os salários aos secretários, conselheiros e mais oficiais dependentes do conselho de Portugal e da Casa Real de 1629 a 1643. |
| 1556 | 2769 | Relação do recebido por cada indivíduo da companhia nova de Ceuta de 1654. |
| 1557 | 2770 | Contas tomadas aos tesoureiros Pedro Gomes Rodrigues e António da Cunha do serviço feito a Portugal pela concessão do perdão geral de 1605 a 1614 concedido aos Judeus. |
| 1558 | 2771 | Contas da fazenda que ficou por morte do arcebispo de Braga de 1617 a 1660. |
| 1559 | 2772 | Contas do que se pagou aos correios e estafetas (diligencieros) do ano de 1615 a 1618. |
| 1560 | 2773 | Instruções a Francisco Coutinho, escrivão da R. de São Roque e diário que este leva na viagem à Índia de 1602 a 1604, que partiu a 24 de Março de 1602. |
| 1561 | 2774 | Outro, idêntico respeitante a Afonso Francisco, escrivão da nau Nossa Senhora da Conceição, que partiu a 25 de Março de 1602 para levar a companhia de Francisco Telo. |
| 1562 | 2775 | Outro, do Regulamento da Casa da Índia. |

Numera-
ção
moderna

Numera-
ção
antiga

- | | | | |
|------|---|------|--|
| 1563 | { | 2776 | Registo de Ordens para cobrar a meia anata de várias mercês régias de 1632 a 1637. |
| | | 2777 | Registo de 1641 a 1644. |
| 1561 | { | 2778 | Outro, do cargo e data do pagador Alberto Paez Machado de 1636. |
| | | 2779 | Índice do que se contém no regulamento de fazenda. |
| 1566 | { | 2780 | Índice do livro 4 de assentos. |
| | | 2781 | Índice das ordenanças da Casa da Contratação e prática forense dos tribunais daquele reino. |
| 1567 | { | | |
| | | 2782 | Índice de vários despachos contidos nos registos de Matrículas. |
| 1569 | { | 2783 | Despachos enviados pelo govêrno correspondentes a diversos negócios de 1637 a 1640. |
| | | 2784 | Discurso sôbre o comércio de Pimenta 1607. |
| 1570 | { | 2785 | Regulamento da Confraria da Misericórdia de Braga. |
| | | 2786 | Regulamento da Confraria da Corte para auxiliar o hospital fundado junto a Almeirim por el-Rei D. João e D. Catarina sua mulher em 1565. |
| 1572 | { | | |
| | | 2787 | Regulamento da Casa de Moeda de Lisboa. |
| 1573 | { | 2788 | Relação dos gastos de cada capitania do Brasil e do rendimento delas 1605. |
| | | 2789 | Regulamento da Aduana de Lisboa. |
| 1575 | { | 2790 | Provisões e alvarás da mesma Aduana 1635. |
| | | 2791 | Informação dos descontos feitos à Casa da Índia de 1601 e 1602. |
| 1577 | { | | |
| | | 2792 | Registo de Ordens dadas por D. Alvaro Bazan, marquês de Santa Cruz, capitão geral do mar Oceano aos que serviam às suas ordens |
| 1578 | { | | |
| | | | |

Numera- ção moderna	Numera- ção antiga
---------------------------	--------------------------

1578	{	desde 1580 a 1589. Várias vantagens concedidas aos marinheiros.
1579		2793 Consultas originais e decretos sobre graças a portugueses de 1621 a 1626.
1580		2794 Idem, de 1627 a 1630.
1581		2795 Idem, de 1629 a 1630.
1582		2796 Idem, de 1631 a 1634.

PORTUGAL

I. — TÍTULOS NOBILIARIOS

Alcacova, Encomienda de. Traslado de la merced de 3.500 escudos y la ... a favor de D.^a Margarita *Tavora* para casarse con D. Alfonso de *Castro*. 13 noviembre 1604-1580-15 (1).

Alencastre, Alfonso. V. Portoseguro, Marqués de.

—, Francisco Luis de. V. Avis, Comendador Mayor de.

Arcos de Valdeves, Conde de. Traslado del título de ... a favor de D.^a Victoria *Cardelhac y Borbón* para casarse con D. Luis de *Lima*. 28 enero, 1621-1580-25.

Avis, Comendador Mayor de. Traslado de la merced de ... a favor de D. Felipa de *Mendoza* para casarse con D. Francisco Luis de *Alencastre*. 19 noviembre, 1604-1580-19.

Borbon, Victoria Cardelhac y V. Arcos de Valdeves, Conde de.

Calhetta, Conde de. Traslado del título de ... a favor de D.^a Maria de *Vasconcelos* para casarse con D. Simón *Gonsalves da Cámara*. Lisboa, 2 marzo 1608-1580-17.

(1) Os números no final de cada assento correspondem: o primeiro ao ano da data, o segundo ao livro em que se encontram e o terceiro ao folio.

Camara, Simón Gonsalves da. V. Calhetta, Conde de.

Cardelhac y Borbon, Victoria. V. Arcos de Valdeves, Conde de.

Castro, Alfonso de. V. Alcaçova, Encomienda de.

—, Juana de. V. Penaguião, Conde de.

Gonsalves da Camara, Simón. V. Calhetta, Conde de.

Juro, Marqués de. A la casa de Monsanto. Antecedentes.
1580-9.

Lima, Luis de. V. Arcos de Valdeves. Conde de.

Mascarenhas, Antonio. V. Palma, Conde de.

Mendoza, Felipa de. V. Avis, Comendador Mayor de.

Meneses, Francisco de Saa. V. Penaguião Conde de.

Palma, Conde de. Traslado del Título de ... a D. Antonio
Mascarenhas para casarse con D.^a Maria *Tavora*. 30
septiembre, 1624-1580-27.

Penaguião, Conde de. Traslado del Título de ... a favor de
D.^a Juana de *Castro* para casarse con D. Francisco de
Saa Meneses, 8 julio, 1617-1580-21.

Portoseguro, Marqués de. Traslado del Título de ... a
D. Alfonso de *Alencastre* para casarse con D.^a Ana de
Sande. 16 mayo, 1629-1580-31.

Saa Meneses, Francisco de Penaguião, Conde de.

Sande, Ana de. V. Portoseguro, Marqués de.

Sarcedas, Conde das. Asiento de pago de la media annata
por el Título de ... hecho por D. Rodrigo da *Silveira*.
Madrid, 30 junio, 1632-1563-3.

Silveira, Rodrigo da. V. Sarcedas. Conde das.

Tavora, Francisca. V. Unhao, Condado de.

—, Maria de. V. Palma, Conde de.

—, Margarita de. V. Alcacova. Encomienda de.

Telles de Meneses, Fernando. V. Unhao. Condado de.

Unhao, Condado de. Traslado la merced del ... hecha a
D. Fernando Telles de Meneses al casarse con D.^a Fran-
cisca Tavora. 19 junio 1630-1580-35.

Vasconcelos, Conde de. Asiento de pago de la media annata por el Título de ... hecho por D. Manuel de Vasconcelos. Madrid, 14 agosto 1632-1563-6.

Vasconcelos, Maria de. V. Calheta. Conde de.

II. — ORDEN DE AVIS

AUTOS DE HABILITACIÓN PARA EL INGRESO EN ELLA

Abrantes, Luis de. Madrid. 10 marzo 1643-2666-29⁽¹⁾.

Abreu, Custodio. Madrid, 11 noviembre 1643-2666-37.

Abreu de Lima, Francisco de. Madrid, 20 mayo 1642-2666-15.

Ahreu e Lima, Leonel de. Madrid, 17 marzo 1642-2668-8.

Abreu de Noronha, Gaspar. Madrid, 20 mayo 1642-2666-16.

Acunha, Pedro de. Marqués de Villanova de Senhorin. Madrid, 4 abril 1663-2667-12.

Amaral, Juan Rebelo de. V. Rebelo de Amaral, Juan.

Almeida, Benito. Madrid, 5 octubre, 1666-2667-19.

—, Manuel de Castro de, V. Castro de Almeida, Manuel.

Andrada, Francisco Maya de, V. Maya de Andrada, Francisco.

—, Mateo Freire de. V. Freire de Andrada, Mateo.

— de la Cerda, Antonio Freire de. V. Freire de Andrada de la Cerda, Antonio.

Andrade, Francisco de. Madrid, 16 junio 1743-2666-30.

— **Falcau, Bartolomé.** Madrid 17 marzo 1642-2666-7.

Arada, Conde de. V. Tellez de Faro, Fernando. Conde de Arada.

Araujo, António de, Madrid, 22 abril 1642-2666-10.

Barradas, Juan Salgado. V. Salgado Barradas, Juan.

— **Caldeira, António** Madrid, 4 junio 1667-2667-21.

Barreto de Meneses, Jerónimo. Madrid, 16 junio 1666-2667-17.

Bocaro, Nicolás de Langres. V. Langres Bocaro, Nicolás.

⁽¹⁾ Las fechas son las de aprobación de los autos.

- Bonet, Francisco Roque. Madrid, 5 marzo 1643-2666-28.
Bonet y Soler, Nicolás. 1642-2666-39.
Brito, Francisco Nunes de. V. Nunes de Brito, Francisco.
Britto Carrasco, Jorge. Madrid, 4 diciembre 1647-2667-6.
Natural de Freixo de Espada à Cinta.
Caldeira, António Barradas. V. Barradas Caldeira, António.
Carrasco, Jorge Britto y. V. Britto y Carrasco, Jorge.
Castro, Dionisio de. Zaragoza, 29 julio 1642-2666-21.
— de Almeida, Manuel de. Madrid, 26 marzo 1665-2667-16.
Natural de Bragança.
— Sotomayor, Pedro de. Madrid, mayo 1642-2666-12.
— de Sousa, Manuel de. Madrid. Junio 1642-2666-14.
Cerde, Antonio Freire de Andrada de la. V. Freire de Andrada de la Cerde, Antonio.
Cespedes, Pedro Fernandes. V. Fernandes Cespedes, Pedro.
Coelho, Paulo Andrés Gómez. V. Gomez Coelho, Paulo Andrés.
Correa, Simón Tabares. V. Tabares Correa, Simón.
Correa Sotomayor, Antonio. Madrid, 22 diciembre 1642-2666-26.
Costa Quintal, Diego da. Madrid. junio 1642-2666-17.
Cueva, Feliciano Valladares y la. V. Valladares y la Cueva. Feliciano.
Falcao, Gaspar Marinho. V. Marinha Falcao, Gaspar.
Falcau, Bartolomé Andrade. V. Andrade Falcau, Bartolomé.
Faro, Fernando Telles. V. Telles de Faro, Fernando. Conde de Aranda.
Fernandes Cespedes, Pedro. Madrid, 29 noviembre 1641-2666-4.
Fernandes Tinoco, Pedro. Madrid, 6 julio 1642-2666-18.
Ferreira, Manuel. Madrid, 8 junio 1654-2667-8.
Figueiroa Ponce de Leon, Alvaro de. Madrid, 7 octubre 1642-2666-24.
Franco, Manuel. Zaragoza, 29 julio 1642-2666-20.

Freire de Andrada, Mateo. Madrid, 13 enero 1644-2667-5.

Freire de Andrada de la Cerda, Antonio. Madrid, 21 julio 1666-2667-18.

Freitas Pinto, Luis de. Madrid, 23 noviembre 1641-2666-3.

Galban, Francisco. Madrid, 17 agosto 1644-2667-3.

Gomez Coelho, Paulo Andrés. Madrid, 3 octubre 1663-2667-14.

Gourrea, Manuel de Mello y. V. Mello y Gourrea, Manuel de.

Herrera Ozores, Cristóbal. Madrid, 27 noviembre 1664-2667-15.

Langres Bocaro, Nicolás, Madrid, 15 febrero 1661-2667-9.

Lima, Duarte de Souza de. V. Souza de Lima, Duarte.

—, **Francisco de Abreu de. V. Abreu de Lima, Francisco.**

—, **Leonel Abreu e. V. Abreu e Lima, Leonel.**

Lozano, Diego Rodríguez. V. Rodríguez Lozano, Diego.

Magalhães de Meneses, Antonio. Madrid, mayo, 1642-2666-13.

Marinho Falcao, Gaspar. 1644-2667-2.

Maya de Andrada, Francisco da. Madrid, 23 febrero 1668-2667-22.

Mello Gourrea, Manuel de. Madrid, 2 marzo 1641-2666-1.

Mendoza, Alonso Pinto de. V. Pinto de Mendoza, Alonso.

Meneses, Antonio Magalhães de. V. Magalhães de Meneses, Antonio.

—, **Francisco de.** Madrid, 28 febrero 1668-2667-23.

—, **Jerónimo Barreto de. V. Barreto de Meneses, Jerónimo.**

—, **Luis de.** Madrid, mayo 1642-2666-11.

Montaos, António Sotelo de. V. Sotelo de Montaos, António.

Monteiro do Prado, Martín. Madrid, 30 octubre 1642-2666-38.

Montes, Luis Vetto de. V. Vetto de Montes, Luís.

Neues, Tomás das. 1642-2666-22.

Noronha, Gaspar d'Abreu de. V. Abreu de Noronha, Gaspar de.

- Noronha, Miguel de. Madrid, 23 febrero 1663-2667-11.
Nunes de Brito, Francisco. Madrid, 21 julio 1663-2667-13.
— do Rego, António. Madrid, 22 junio 1643-2666-32.
Ozores, Cristóbal Herrera. V. Herrera Ozores, Cristóbal.
Pacheco, Manuel Pimenta. V. Pimenta Pacheco, Manuel.
Paiva y Quintanilha, Belchor. Madrid, 9 enero 1642-2666-5.
Pereira, Manuel. Madrid, 11 agosto 1642-2666-22.
Pezanha, Pedro Rapozo. V. Rapozo Pezanha, Pedro.
Pimenta Pacheco, Manuel. Madrid, 23 julio 1642-2666-19.
Pinheiro, Domingo. Madrid, febrero 1642-2666-6.
Pinto, Luís Freitas. V. Freitas Pinto, Luís.
—, Manuel. Madrid, 16 junio 1643-2666-34.
— de Mendoza, Alonso. Madrid, 18 septiembre de 1648-2667-7.
Ponce de Leon, Álvaro de Figueiroa. V. Figueiroa Ponce de León, Álvaro.
Prado, Martín Monteiro do. V. Monteiro do Prado, Martín.
Quintal, Diego da Costa. V. Costa Quintal, Diego da.
Quintanilha, Belchor Paiva y. V. Paiva y Quintanilha, Belchor.
Rapozo Pezanha, Pedro. Madrid, 2 marzo 1668-2667-24.
Rebelo de Amaral, Juan, Madrid, 13 mayo 1641-2666-2-2.^o
Rego, António Nunes do. V. Nunes do Rego, António.
Rodrigues Lozano, Diego, Madrid, 29 marzo 1667-2667-20.
Roiz da Veiga, Manuel, Madrid, 4 septiembre 1643-2666-36.
Romero, Marin. Madrid, 26 abril 1641-2666-2.
Salgado Barradas, Juan. Madrid, 7 julio 1643-2666-33.
Soler, Nicolás Bonet y. V. Bonet y Soler, Nicolás.
Sotelo de Montaos, António. Madrid, Abril 1642-2666-9.
Sotomayor, António Correa. V. Correa Sotomayor, António.
—, Pedro de Castro. V. Castro Sotomayor. Pedro de.
Sousa, Manuel Castro de. V. Castro de Sousa, Manuel.
— de Lima, Duarte de. Madrid, 16 junio de 1643-2666-31.
Tabares Correa, Simón. Madrid, 4 mayo 1644-2667-1.

Telles de Faro, Fernando, Conde de Arada. Madrid, 26 enero 1662-2667-10.

Tinoco, Pedro Fernandes. V. Fernandes Tinoco, Pedro.

Valladares y la Cueva, Feliciano. Madrid, 13 julio 1644-2667-4.

Veiga, Manuel Roiz da. V. Roiz da Veiga, Manuel.

—, Rodrigo de. 1642-2666-27.

Vetto de Montes, Luís. Madrid, 5 marzo 1643-2666-25.

Villaforte, Luís de. Madrid, 3 agosto 1642-2666-35.

Villanova de Senhorin, Marqués de. V. Acumha, Pedro de. Marqués de Villanova de Senhorin.

III. — ORDEN MILITAR DE CRISTO

AUTOS DE HABILITACION PARA EL INGRESO EN ELLA

Abreu, Baltasar Pereira de. V. Pereira de Abreu, Baltasar.

—, Manuel Soares de. V. Soares de Abreu, Manuel.

— de **Matos**, António. Madrid, 2 diciembre 1682-2658-29.

Acosta, Miguel Dinis de. V. Dinis de Acosta, Miguel.

Alfonso, Diego Gil. V. Gil Alfonso, Diego.

Agostini, Alfonso Dias. V. Dias Agostini, Alfonso.

Aguiar da Camara, Lucas de. Madrid, 4 septiembre 1643-2652-14.

Albernas, António Teixeira. V. Teixeira Albernas, António.

Albuquerque, António da Costa de. V. Costa de Albuquerque, António da.

Alcoforado, Diego Correa. V. Correa Alcoforado, Diego.

Almeida, Alejandro Ferreira de. V. Ferreira d'Almeida, Alejandro.

—, Luís de. Madrid, 28 febrero 1646-2653-6. Natural de Freixo de Espada à Cinta.

—, Manuel Coelho de. V. Coelho de Almeida, Manuel.

- Almeida Monteiro, Francisco de. Madrid, 1.º septiembre 1642-2651-30.
- Alonso Roiz, Roque, Madrid, 20 julio 1657-2656-16.
- Alvares da Costa, Pedro, Madrid, 6 mayo 1642-2651-12.
- da Cunha, Luís. Madrid, 1 septiembre 1642-2651-28.
- de Matos, José. Madrid, 23 mayo 1646-2653-1.
- , Tomé. Madrid, 3 agosto 1643-2652-12.
- Sermenho, Luis. Madrid, 31 marzo 1662-2658-16.
- Amaral, Diego de Paiva de. V. Paiva de Amaral, Diogo de.
- , Belchor de. Madrid, 20 mayo 1632-2651-17.
- Andrade, António Freire de. V. Freire de Andrade, António.
- , Fernando Farto de. V. Farto de Andrade, Fernando.
- , José de. Madrid, 26 noviembre 1657-2656-18.
- , Manuel Coelho de. V. Coelho de Andrade, Manuel.
- , Manuel Dias de. V. Dias de Andrade, Manuel.
- Angel, Jerónimo Bautista. V. Bautista Angel, Jerónimo.
- Andrade de Amaral, Belchor de. Madrid, 27 febrero 1665-2660-9.
- Bacelar, Rodrigo de. Madrid, 14 julio 1663-2659-9.
- , Francisco de. Madrid, 23 marzo 1643-2652-2.
- da Franca, Heitor de, Madrid, 7 octubre de 1642-2651-31.
- Moreira, António de. Madrid, 14 junio 1663-2659-5.
- Pacheco, Francisco. Madrid, 21 agosto de 1647-2653-30.
- Antunes, António de Lima. V. Lima Antunes, António de.
- , José, Madrid, 13 enero 1642-2651-34.
- Caeiro, Diego. Madrid, 1 diciembre 1651-2655-9.
- —, Francisco. Madrid, 5 junio 1662-2658-18.
- Araujo, António Vieira de. V. Vieira de Araujo, António.
- , Gonzalo Paes de. V. Paes de Araujo, Gonzalo.
- , Pedro Veloso de. V. Veloso do Araujo, Pedro.
- y Pimentel, Francisco. Madrid, 18 abril de 1646-2653-9.
- Arenas, Andrés de. Madrid, 9 mayo 1661-2658-4.
- Arinho, José Lopez. V. Lopez Arinho, José.

- Arraes, Francisco Vieira. V. Vieira Arraes, Francisco.
 —, Pedro Vieira, V. Vieira Arraes, Pedro.
 — de Mendoza, Gonzalo. Madrid, 24 mayo 1647-2653-23.
 Arrais, Pedro de Mendoza. V. Mendoza Arrais, Pedro de.
 — de Mendoza, Diego Nabo. V. Nabo Arrais de Mendoza, Diego.
 — —, Lorenzo. Madrid, 27 junio 1646-2653-13.
 — —, Manuel. Madrid, 17 febrero 1651-2655-21.
 — —, Thomé. Madrid, 9 julio 1655-2656-4.
 — —, Thomé. Madrid, 12 marzo 1657-2656-14.
 Arraiz Cabral, Pedro. Madrid, 8 enero 1644-2652-20.
 Ayala, Fernando Martins. V. Martins de Ayala, Fernando.
 Bacelar, Rodrigo de Andrade. V. Andrade Bacelar, Rodrigo de.
 Banha, António Lopes. V. Lopes Banha, António.
 —, Francisco Lopes. V. Lopes Banha, Francisco.
 —, Gonzalo Lopes. V. Lopes Banha, Gonzalo.
 —, Juan Lopes. V. Lopes Banha, Juan.
 —, Mateo Lopes. V. Lopes Banha, Mateo.
 Banho, Cristóbal del. Madrid, 10 diciembre 1648-2654-16.
 Barba de Mesquita, Pedro. Madrid, 13 julio 1644-2652-25.
 Barbosa, Gabriel de Castro. V. Castro Barbosa, Gabriel de.
 —, Jerónimo Lobo. V. Lobo Barbosa, Jerónimo.
 —, Manuel Mexias. V. Mexias Barbosa, Manuel.
 —, Sebastián. Madrid, 13 enero 1642-2651-42.
 —, Simón Lobo. V. Lobo Barbosa, Simón.
 — de Mendoza, Pedro. Madrid, 7 abril 1656-2656-10.
 — de Penhalosa, Jorge. Madrid, 21 enero 1659-2657-4.
 — da Silveira, Gonzalo. Madrid, junio 1643-2652-10.
 Barsalar, António. Madrid, 13 septiembre 1655-2656-8.
 Barriga, Francisco. Madrid, 1 septiembre 1649-2654-30.
 Barros, Juan de. Madrid, 18 abril 1646-2653-10.
 Baupista Angel, Jerónimo. Madrid, 9 febrero 1650-2655-4.
 Beja, Francisco d'Andrade. V. Andrade Beja, Francisco de.

- Bemposta, Conde de. V. Munis, Francisco.
- Berges Ochoa, Simón. Madrid, 30 abril 1642-2651-10.
- Biandao de Valcacer, Francisco. Madrid, 31 enero 1662-2658-14.
- Biel, Otho. Madrid, 17 octubre 1650-2655-1.
- Botelho, António de Figueiredo. V. Figueiredo Botelho, António.
- da Fonseca, Juan. Madrid, 26 noviembre 1665-2660-11.
- Britto Corte Real, António de. Zaragoza, 11 septiembre de 1642-2651-32.
- Cabral, Luís. Madrid, maya 1642-2651-8.
- , Manuel. Madrid, 9 mayo 1660-2657-16.
- , Pedro Arraiz. V. Arraiz Cabral, Pedro.
- Caeiro, Diego Antúnez. V. Antúnez Caeiro, Diego.
- , Francisco Antúnes. V. Antúnes Caeiro, Francisco.
- Caldeira, Juan de Miranda. V. Miranda Caldeira, Juan de.
- Caldeirão, Silvestre. Madrid, 13 marzo 1662-2658-17.
- Camara, Lucas d'Aguiar da. V. Aguiar da Camara, Lucas de.
- Camara de Noronha, Jorge da. Madrid, febrero 1642-2651-3.
- Camello de Sequeira, Diego. Madrid, 7 noviembre 1642-2651-37.
- Canelas, Manuel Nobre. V. Nobre Canelas, Manuel.
- Cardoso, Pantaleon Ferreira. V. Ferreira Cardoso, Pantaleon.
- Carneiro da Costa, Domingo. Madrid, 19 febrero 1659-2656-2.
- Carvalho, Amador Leal de. V. Leal de Carvalho, Amador.
- , Esteban Rodrigues de. V. Rodrigues de Carvalho Esteban.
- , Juan Ribeiro de. V. Ribeiro de Carvalho, Juan.
- , Manuel de Coresma de. V. Coresma de Carvalho, Manuel.
- , Manuel Peres da Veiga de. V. Peres da Veiga de Carvalho, Manuel.
- , de Guevara, Juan. Madrid, 13 enero 1642-2651-43.

Carrasco, Matias Nuñez. V. Nuñez Carrasco, Matias.

Castilho, Jerónimo Pardo de. V. Pardo de Castilho, Jerónimo.

Castro, António de Sousa de. V. Sousa de Castro, António.

—, Diego Pereira. V. Pereira de Castro, Diego.

—, Francisco Pereira de. V. Pereira de Castro, Francisco.

—, Francisco de Sousa de. V. Sousa de Castro, Francisco de.

—, Manuel de. Madrid, 9 agosto 1649-2654-27.

—, Manuel de Sousa, de. V. Sousa de Castro, Manuel de.

Castro Barbosa, Gabriel de. Madrid, 8 abril 1642-2651-4. Natural de Moncorvo.

(Continua).

P.^E FRANCISCO MANUEL ALVES.

LIVROS A VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

- O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique.* Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho 12\$00
- Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães.* Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) 10\$00
- Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto português,* por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15\$00
- Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra.* A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 6\$00
- Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)*..... 4\$50
- Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra,* pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 4\$50
- Notícia sobre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade,* pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5\$00
- Memória histórica e crítica sobre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II,* por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 4\$00
- Apontamentos de optica,* pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 3\$00
- Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões,* por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 3\$00
- Memórias de Castilho,* por Júlio de Castilho :
- | | |
|-------------------------|--------|
| Vols. I e II cada | 20\$00 |
| Vol. III | 25\$00 |
| Vol. IV | 18\$00 |
| Vol. V | 20\$00 |
-

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERARIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação mensal do *Instituto de Coimbra*, sociedade científica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos de autores nacionais e estrangeiros e na língua por eles preferida; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

ASSINATURAS

Série de cinco números.....	25,000
Número avulso	10,000

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto*, Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra — Portugal.

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 84.º

4.ª SÉRIE



VOLUME 13.º

NÚMERO 3

COIMBRA
IMPrensa DA UNIVERSIDADE
1932

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBRO HONORÁRIO

Prof. F. Gomes Teixeira, Reitor Honorário da Univ. do Porto antigo Prof. da Univ. de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário*. — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário*. — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente*. — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. A. Augusto Gonçalves, da U. C., D. M. M. C. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente*. — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral*. — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, U. L. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L. — Prof. M. de Sousa da Câmara, I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

SUMÁRIO

<i>Ideas médicas de Eça de Queiroz. — III. As doenças não mortais,</i> por Alberto Pessoa	267
<i>Alexandre Herculano,</i> por Augusto Gil	284
<i>Anais da Vila da Ericeira,</i> por J. de Oliveira Lobo e Silva	301
<i>Catálogo dos manuscritos de Simancas respeitantes à História</i> <i>Portuguesa,</i> pelo P. ^a Francisco Manuel Alves	318
<i>Miguel Eyquem, senhor de Montaigne,</i> por Agostinho da Silva	334
<i>Subsidios para a Historia da musica em Portugal,</i> por Sousa Viterbo	351
<i>Febre de malta — Febre ondulante,</i> por Lúcio de Almeida	358
<i>S. Francisco de Xavier e o Oriente português,</i> por António de Matos Cid	375

IDEAS MÉDICAS DE EÇA DE QUEIROZ

III

AS DOENÇAS NÃO MORTAIS

REUMATISMO, GOTA, DIABETES, RAQUITISMO, LINFATISMO E ANEMIA

Das diversas doenças que existem, há uma cujo nome Eça de Queiroz muita vez escreveu na sua obra — é o *reumatismo*.

Nada menos de 18 personagens dos romances e dos contos sofreram, com efeito, dêsse mal.

Uns muito, outros pouco, está claro...

Trata-se quasi sempre de pessoas já de uma certa idade e que viviam com certa abastança.

É o general Sequeira (*Os Maias*, vol. II, pág. 435), grande comilão, vermelho e atarracado, que morreu de repente com uma apoplexia, como já vimos noutro ponto.

É o Vilaça pai, procurador dos Maias, morto da mesma forma, como também já se disse, e que trazia, por baixo da camisa, *uma flanella escarlata por causa dos reumatismos*, junto com uns *bentinhos de seda bordada* (*Os Maias*, vol. I, pág. 74).

É o velho Afonso da Maia, também já nosso conhecido, que, numa dada altura, fôra obrigado, *por causa d'um toque de reumatismo, a abandonar... o seu culto da agua fria* (*Os Maias*, vol. II, pág. 188).

É ainda o velho Manuel Monforte que arrastava uma perna e costumava ir tomar águas aos Pirinéus, por causa dos seus *rheumatismos articulares* (*Os Maias*, vol. I, págs. 25 e 29).

Em *O crime do padre Amaro* vamos encontrar o bom Dr. Gouveia a arrastar também uma perna que um *rheumatismo teimoso encolhia* (pág. 180).

E então muitos padres com reumatismo, não só neste livro mas ainda noutros — o bispo de Leiria, Sr. D. Joaquim (*O crime do padre Amaro*, pág. 2); o chantre (*O crime do padre Amaro*, pág. 488); o abade Ferrão (*O crime do padre Amaro*, págs. 587 e 591); o padre Silvério que chegou a ficar de cama (*O crime do padre Amaro*, pág. 589); o abade de S. José (*A cidade e as serras*, pág. 257); o padre Sueiro que se queixava sempre e que só bebia vinho com muita água, porque *o gosto pede, mas o rheumatismo não consente*, conforme ele dizia (*A illustre casa de Ramires*, págs. 126, 135, 145 e 287).

Eça de Queiroz parece realmente que entendia que isto de reumatismo vinha a ser, afinal, uma doença de clérigos — boa mesa e pouco exercício.

Assim, numa das cartas de Fradique Mendes, em que descreve a quinta de Refaldes, onde, noutro tempo, os *conegos Regrantes de Santo Agostinho, os ricos e nédios Cruzios, vinham preguiçar no verão*, não se esquece de dizer — *Uma poeira discreta velava a livraria, onde apenas por veses algum conego rheumatisante e retido nas almofadas da sua cella mandava buscar o D. Quichote ou as Farças de D. Petronilla...* (*A correspondencia de Fradique Mendes*, págs. 205 e 207).

*

Mulheres, que expressamente se diga que tinham reumatismo, só encontrei noticia de duas — a mãe de Luiza (*O*

primo *Bazilio*, pág. 18) e uma irmã da engomadeira de Maria Eduarda (*Os Maias*, vol. II, pág. 34).

O resto são tudo homens, os que apontámos e ainda mais estes — o avô de Gonçalo, chamado Damião, *doutor liberal, dado ás Musas*, que depois das *Guerras Civis* arrasta uma *existencia rheumatica em Santa Ireneia* (*A illustre casa de Ramires*, pág. 6); um remoto antepassado do mesmo Gonçalo, o *decrepito Ramiro Ramires*, um *veterano da tomada de Santarem*, torcido pelos *rheumatismos como a raiz de um roble* (*A illustre casa de Ramires*, pág. 352); o tio Esposende (*A illustre casa de Ramires*, pág. 529); o sr. Abilio Pimenta, *logista de pannos*, que curou umas *ameaças de dôres rheumaticas... á custa de muito alcool camphorado*. (*A Capital*, págs. 349 e 350); e finalmente o tio Adrião (*A cidade e as serras*, pág. 306).

Ao todo 18 casos, como se anunciou.

E certamente ainda deverão ser atribuídas também ao reumatismo as dores que tinha nos *seus pobres ossos* uma velha, viuva de um carvoeiro, que tomava conta de Cristóvão. Havia mesmo dias em que ela, coxeando, *gemia, esfregando os joelhos*. (*S. Christovam*, no volume *Ultimas paginas*, págs. 39 e 41).

*

Vem naturalmente a seguir a nota dos casos de *gota*, mencionados pelo escritor.

São uns 5, sem meter na conta um Bermudo, o Gotoso, rei de Leão, de que se fala em *A illustre casa de Ramires*, pág. 3.

Só um dêles traz, porém, uma ligeira indicação a propósito da patogenia da doença.

É o caso do conde de Steinbroken que estava *com a sua gotta, a gotta do diplomata, do lord, e do banqueiro* (*Os Maias*, vol. I, pág. 215).

Nos outros, só uma ou outra vez se diz que o doente se não podia mexer.

Assim, em *Os Maias* (vol. I, págs. 12 e 13) fala-se de um Caetano da Maia que a *gota cruel* cravava numa poltrona; em *A reliquia* (pág. 100) conta-se a história de um tio de Topsius, *memorável egyptologo*, que, *aos setenta e sete annos* ditou um livro famoso *da poltrona onde o prendia a gotta*.

Faz-se ainda referência, em *O crime do padre Amaro* (pág. 49), a *um velho, um gottoso, um padre mestre antigo* que havia ao pé de Alcobaça.

Finalmente, o Mandarin famoso, que Teodoro matou tocando uma campainha, era, como se diz na história, *decrepito e gottoso* (*O Mandarin*, págs. 22 e 63).

*

De *diabetes* só há notícia de que sofriam duas pessoas — Vicente Ramires (*A illustre casa de Ramires*, pág. 57) e o conselheiro Matos Miranda, a quem o romancista irònicamente chama um *digno diabetico... grave, sempre de cache-nez de lã escura* (José Mathias, no volume *Contos*, pág. 284).

*

E aponto agora aqui, por não saber onde melhor o deva fazer, dois casos de *raquitismo*, um de *linfatismo* e ainda outro de *anemia*.

Os raquíticos figuram ambos no 1.^o volume de *Os Maias*.

Eram um Gomes, *rachitico de nascença*, em quem Damaso uma vez quis bater (pág. 252), e um poeta chamado Simão Craveiro (pág. 231).

Mas, a propósito dêste último, convém observar que talvez

Alencar empregasse a palavra num sentido figurado, quando, numa fúria, exclamava:

— *Eu, se esse Craveirete não fosse um rachitico, talvez me entretivesse o rolar-o aos pontapés por esse Chiado abaixo...*

Linfático foi, em novo, o Macário do conto *Singularidades de uma rapariga loira* (Contos, pág. 7).

Com uma anemia, que lhe ia adelgaçando os lábios, aparece-nos o Conde de Abranhos (*O Conde d'Abranhos*, pág. xxii).

Mas, deve tratar-se talvez de uma anemia sintomática da doença que o vitimou e que, como vimos noutro ponto, se não chega a perceber exactamente qual fôsse.

DEFLUXOS, CONSTIPAÇÕES, ANGINAS, ATAQUES DE GARGANTA E GARROTILHO

Passando a outro ponto, poderemos verificar que as doenças do aparelho respiratório se encontram largamente espalhadas pelos livros de Eça de Queiroz.

Pode mesmo dizer-se que há de tudo, desde estas coisas ligeiras, a que o romancista chama *defluxos* e *constipações*, até coisas graves como a *pneumonia*, a *pleurisia* e a *tuberculose pulmonar*.

Mas pôr ordem neste capítulo não é coisa fácil, porque a terminologia do autor é, como se vai ver, bastante incerta e confusa.

*

Assim, por *defluxo* julgo que se deverá entender a banal coriza, esta aborrecida pingadeira do nariz, que encharca lenços e lenços.

Sofreram dêste mal — a Rosa, sobrinha do padre Natário (*O crime do padre Amaro*, pág. 267); a tia Ricardina (*A Capital*, pág. 452); um velho que estava na Sorbonne a ouvir uma lição tumultuosa (*A cidade e as serras*, pág. 375);

o padre Augusto que tratava êste incômodo, a que era muito sujeito, com sinapismos de mostarda (*O conde d'Abranhos*, págs. 119 e 124); Fradique Mendes que diz, numa carta a Clara, ter um *defluxo burlesco, com melancolia, obtusidade e espirros* (*A correspondencia de Fradique Mendes*, pág. 239).

*

Agora, quando fala em *constipações*, deve o autor querer referir-se a coisas já um pouco mais graves, com o peito tomado, como diz o povo, mas que não obrigam ainda, por via de regra, os doentes a ir à cama.

Vêm a ser umas 13 as pessoas que Eça de Queiroz diz, por aqui e por ali, que andavam constipadas — o Vicente Azurara, comissário de polícia, que Sebastião foi encontrar em casa *a cozer uma grande constipação... com um gabão pelos hombros, os pés embrulhados n'um cobertor, tomando grogs quentes* (*O primo Bazilio*, pág. 527); a Adelaide, meiga companheira do conselheiro Acácio (*O primo Bazilio*, pág. 600); o João da Ega (*Os Maias*, vol. I, pág. 140); a condessa de Gouvarinho (*Os Maias*, vol. I, pág. 199); o Tomaz de Alencar (*Os Maias*, vol. II, pág. 114); a Rosa, filha de Maria Eduarda (*Os Maias*, vol. II, pág. 447); o João Eduardo, numa noite de pêsames em casa de S. Joaneira (*O crime do padre Amaro*, pág. 296); a Vicência que se assoava ao *avental com ruído* (*O crime do padre Amaro*, pág. 173); o Neco, filho de D. Maria Mendonça (*A illustre casa de Ramires*, pág. 463); a doce Adélia do Largo dos Caldas (*A reliquia*, pág. 40); o Artur Corvello que, quando era já crescido, ficou uma vez na cama, constipado (*A Capital*, pág. 17); o poeta Roma (*A Capital*, pág. 233); o Carvalhosa que, tendo apanhado uma constipação, *palpava a garganta, olhando em volta, desconfiado, procurando uma corrente d'ar, uma fresta traiçoeira* (*A Capital*, págs. 246 e 252).

*

Ora este homem, quando assim palpava a garganta, procurava descobrir, diz o romance noutro ponto (pág. 256), o *enfartamento das glandulas*.

Isto leva-me, quasi sem querer, a falar agora aqui de outros achaques parecidos.

Que os severos e metódicos tratadistas me perdoem, elles que sempre consideram isto de amigdalites e de anginas como doenças do aparelho digestivo.

Mas sinto-me desculpado ao pensar que, para tratar destes males, não é costume chamar um especialista das doenças do estômago ou da tripa...

*

Pôsto isto, vejamos então o que há a tal respeito.

Em *anginas*, tirando a referência a uma epidemia, que houve nos arredores de Celorico, destas que se chamam diftéricas (*Os Maias*, vol. I, pág. 139), fala-se duas vezes e ambas em *Os Maias*.

No vol. I, pág. 48, diz que a Maria Monforte, mulher de Pedro da Maia, *adoecera com uma angina*, e no vol. II, pág. 494, diz que, pelo mesmo motivo, João da Ega ficara *retido n'um quarto do Bragança*.

No mesmo romance fala-se também (vol. I, pág. 312) de uns *ataques de garganta com uma pontinha de febre* que o Alencar costumava ter, e conta-se ainda a história dos achaques do Marquês de Sousa, o que é coisa já mais complicada — faringite, larangite, bronco-traqueíte, ou talvez tudo junto.

*

O Marquês, como êle próprio dizia, era *piegas na garganta* (*Os Maias*, vol. I, pág. 414) que palpava inquieto e desconfiado, ao mais ligeiro incômodo (vol. I, pág. 407).

A cada passo tomava gargarejos de água e sal (vol. I, pág. 414) e chupava rebuçados (vol. I, pág. 403), nunca se esquecendo, ao sair, de abafar bem o pescoço *n'um enorme cache-nez de seda branca* (vol. I, págs. 406 e 407, vol. II, pág. 372).

Uma ou outra vez ficava em casa por uns dias, com a *garganta entrapada* (vol. II, pág. 420).

E uma tarde mesmo, os amigos foram encontrá-lo no quarto, com o *pescoço enrolado n'uma boa de senhora de pelle de marta* (vol. II, pág. 452).

A-pesar-de tantos cuidados, não era raro que o Marquês aparecesse rouco (vol. II, pág. 372), queixando-se de *cançasso... oppressão no peito... pigarreira... dôres no lado* (vol. I, pág. 403).

Julgava-se então um homem liquidado....

*

Com certa insistência se fala também, em *A illustre casa de Ramires*, nuns *ataques de garganta* de que sofria o João Gouveia, que era administrador do concelho de Vila-Clara (pág. 146).

Tinha umas *amygdalas loucamente inflammaveis* (pág. 49) que, repetidas vezes, o obrigavam a ficar em casa, jazendo num *canapé de palhinha, com papas na garganta* (pág. 226).

Eram, em geral, coisas passageiras (pág. 197).

Mas, a-pesar-disso, quando saía as primeiras vezes, vinha sempre com o *pescoço atabafado numa manta de lã* (pág. 197).

E, se o obrigavam a parar na rua, em conversa demorada, o homem punha-se logo a apalpar a garganta (pág. 207).

Detestava, além disso, noitadas que considerava nocivas à sua saúde (págs. 48 e 49).

E, à mais ligeira *picadita*, ia logo para casa gargarejar (pág. 203).

*

Já noutro ponto vimos que Eça de Queiroz se refere, em *Os Maias*, a uma epidemia de anginas diftéricas que teria havido para as bandas de Celorico.

Pois no mesmo romance vamos encontrar também notícia de dois casos de laringite que o autor designa com o nome vulgar de *garrotilho*.

Foram, como é natural, duas crianças — a Rosa, filha de Maria Eduarda (vol. II, pág. 239) e a filha de um brasileiro, que Carlos conseguiu salvar (vol. I, pág. 170).

TOSSES, BRONQUITES, PIGARRO, CATARRO, CATARREIRAS
E ASMA

Continuando nesta pesquisa das diversas doenças das vias aéreas superiores, que se encontram dispersas pela obra do romancista, vamos encontrar em *Os Maias*, vol. I, pág. 393, referência a uma *ligeira tosse* que Charlie, filho da senhora condessa de Gouvarinho, teria apanhado no jardim da Estrela, coisa certamente de muito pouco importância.

*

Muito mais grave deveria ser uma *inflamação dos brônquios* que atacou a D. Maria da Assunção, porque, conforme dizia o Dr. Gouveia, *estava de cama para semanas* (*O crime do padre Amaro*, pág. 608).

Mas esta doença, a que o romancista também chama *bronchite* (pág. 619), parece ter sido o agravamento, causado pelo frio (pág. 608), de um processo crónico, porque, em várias passagens do livro, se diz que a velhota tinha um catarro que *expectorava... com um som choroso* (págs. 161 e 295).

*

E, deixando para de aqui mais a bocado uns outros catarros, iremos ver agora a doença de Miss Sarah a quem Carlos da Maia receitou xarope de codeína (*Os Maias*, vol. II, pág. 15), dizendo que se tratava de *uma bronchite ligeira* (pág. 11).

Bronquite, pelo que se lê no romance, é natural que fôsse.

Agora, bronquite ligeira é que não me parece.

De facto, se um caso como êste, em a doente se viu obrigada a estar recolhida no quarto mais de quinze dias (pág. 11), e em que havia, além da tosse, uma *ponta de febre* (pág. 7), *peso no peito* (pág. 4), dificuldade de respirar (pág. 7) e até um *pulmão... um pouco tomado* (pág. 10), se pode etiquetar de bronquite ligeira, o que virá a ser uma bronquite grave?

*

Fala-se ainda mais uma vez em bronquite em *O Conde d'Abranhos*.

Foi o Zagalo, secretário do Conde, que sofreu dessa doença no inverno de 1870.

Por sinal, que ficou a seguir *um pouco pallido e delitado* (*O Conde d'Abranhos*, pág. xxvii).

E, embora no romance se não diga o nome da doença, de bronquite devia também sofrer um pequenito de 7 anos, filho do Casco, que Gonçalo foi encontrar na cosinha, *encolhido n'uma cadeira deante do lume... com a carita afo-*

gueada de febre, a tossir despedaçadamente, n'um cabecear de somno e cançasso, a arquejar, a gemer contra a tosse que o esfalfava, e que acabou por adormecer, n'um somno rouquejado, torcido sobre as costas da cadeira (*A illustre casa de Ramires*, págs. 238 e 241).

Mas, depois de tomar *um suadoiro forte... leite quente, quasi a ferver, com cognac* (pág. 241), e de deitado na cama, o pequeno lá ficou a dormir, *sem tosse, quieto, abafado pela grossura dos cobertores, humedecido por um suor fresco e sereno* (pág. 244)

*

Folheando para traz e para diante os livros de Eça de Queiroz, vamos encontrar o Dr. Topsisius com um *pigarro d'erudito* que desagradava ao Raposão (*A reliquia*, pág. 102); o Paula dos Móveis que, a cada momento, *fazia roncar o seu pigarro chronico de um modo despeitado* (*O primo Bazilio*, pág. 35); o horrendo padre Ribeiro que estava sempre a *alliviar as vias do pigarro* (*Um dia de chuva*, no volume *Cartas ineditas de Fradique Mendes e mais paginas esquecidas*, págs. 97 e 104).

Penso que sofriam todos de bronquites crónicas e que o mesmo mal atacava uns outros que o romancista diz terem catarro.

Vem a ser, além de D. Maria da Assunção, em que já falamos — um beduíno, já velho, que andou na Terra Santa com o Raposão (*A reliquia*, pág. 132); a mãe de Luísa que, por se lhe ter agravado a doença, foi convalescer para Belas (*O primo Bazilio*, pág. 19); a tia Vitória, inculcadeira, que tomava, a cada momento, rebuçados de avenca (*O primo Bazilio*, pág. 284); o sr. Gouveia, escriturário da tia Vitória, que estava sempre cuspidando (*O primo Bazilio*, pág. 311); o general Terran-d'Azy (*A correspondencia de Fradique Mendes*, pág. 103); o reitor do Seminário (*O crime do padre*

Amaro, pág. 20); o pai do Conde de Abranhos, *cujá expectoração era repulsiva* (*O Conde d'Abranhos*, pág. 32); e ainda uma pessoa que acompanhava dois pretos que estavam num camarote do Teatro de S. Carlos (*Os Maias*. vol. I, pág. 180).

*

Mas, como já dissemos, a linguagem médica de Eça de Queiroz é muito incerta, porque, se nestes casos tudo leva a supor que se trata de bronquites crónicas, quando êle diz agora, em *A Capital*, que estavam encatarroadas a D. Joana Coutinho (pág. 243) e uma pequena, filha do Teodósio (pág. 65), deve querer referir-se a bronquites agudas.

Acontece ainda que em *Os Maias*, vol. II, pág. 371, se diz que o Presidente do Conselho estava *de cama com uma catarrheira, inutil para uma semana*.

Ora o povo chama, creio eu, catarral ou catarreira às pneumonias.

Mas, para uma pneumonia, uma semana de cama é pouco.

Fôsse porém qual fôsse a doença do Presidente do Conselho, o que me parece certo é que se deveria tratar de uma coisa aguda.

*

Mas as bronquites crónicas ainda não acabaram.

É de presumir, com efeito, que a *tosse rouca* que sufocava o venerando Osanias, da familia pontifical de Beothos, ainda do sangue real de Aristobolus (*A reliquia*, págs. 217 e 223), não tivesse outra origem.

E pode muito bem ser êste o diagnóstico a fazer igualmente no caso do decrépito D. Diogo que tinha uns *accesos de tosse, cavernosa, aspera, dolorosa, que o sacudiam como uma ruína, que elle abafava no lenço, com as veias in-*

chadas, rôxo até a raiz dos cabellos. (*Os Maias*, vol. I, pág. 149)

Ficava depois estenuado, limpando *com a mão ainda tremula... as lagrimas que lhe embaciavam os olhos avermelhados* (págs. 149 e 150).

*

E agora, para poder dar por findas as doenças dos brônquios, falta-nos ainda referir dois casos de asma.

Sofriam desta doença a D. Angelina Fafes, avó de Jacinto (*A cidade e as serras*, págs. 5 e 24), e o chantre Carvalhosa que *soprava... ao subir a escada* (*O crime do padre Amaro*, pág. 85).

Afirma ainda o autor que o *excessivo calor d'uma sala* dava ao Conde de Abranhos, quando era novo, umas *oppressões asthmaticas* (*O Conde d'Abranhos*, pág. 90).

Mas não sei bem francamente o que êle quiere dizer com isto...

PNEUMONIAS, PLEURISIAS, TUBERCULOSE

Tirando a história da doença da D. Josefa Dias, que é contada com certa demora, todos os outros casos não mortais de pneumonia, que se encontram pelos livros de Eça de Queiroz — o caso da mulher do Marcelino (*Os Maias*, vol. I, pág. 151), o caso da mãe de Maria Eduarda (*Os Maias*, vol. II, pág. 417), o caso da Luisa (*O primo Bazilio*, pág. 326), o caso de João Eduardo (*O crime do padre Amaro*, pág. 319) — são apenas marcados com uma ligeira referência.

E o mesmo acontece com o caso da pleurisia com que esteve a morrer a mulher de um colega do Taveira (*Os Maias*, vol. I, pág. 387).

Vamos pois à história da doença da D. Josefa Dias, que não é, afinal, muito comprida.

*

Um belo dia, esta senhora sentira-se doente com uma pontada no lado, mas insistira em ir á Senhora da Incarnação rezar a sua corôa; voltou transida, com uma dôr maior e uma ponta de febre; e n'essa tarde, quando o doutor Gouvêa foi chamado, tinha-se declarado uma pneumonia aguda (*O crime do padre Amaro*, pág. 511).

A velhota, está claro, ficou na cama.

E, durante os dias em que esteve mal, havia um *halito febril espalhado em toda a casa* (pág. 512), sentia-se o *gêmer monotonô* da doente e ouviam-se os ais dolorosos que ela dava quando se mexia (pág. 513).

Escapou, mas ficou muito abatida — *a sua vozita irritada, em que as palavras eram despedidas como setas envenenadas assemelhava-se agora apenas a um som expirante, quando n'um esforço ancioso de vontade, pedia a escarradeira ou o xarope. Aquelle olhar sempre álferta, escrutador e maligno, estava hoje como refugiado no fundo das orbitas... E o seu corpo, tão teso outr'ora, d'uma seccura de ramo de sarmento, agora ao cahir no fundo da poltrona, sob a trapalhada dos agasalhos, parecia um trapo tambem* (págs. 513 e 514).

Foi melhorando, mas ficou muito tempo com uma *tosse cavernosa* (pág. 519) e, quando já estava a convalescer na Ricoça, ainda tinha uma *ronqueira incessante* (pág. 539).

Tudo isto podia muito bem ser assim, pouco mais ou menos.

Mas, em geral, a pneumonia tem um comêço mais brusco e violento, um pouco diverso daquele que o autor descreve.

É certo que, nos velhos, a doença tem, muitas vezes, uma marcha especial, mas que não é, de modo algum, como vem no romance.

Depois, tratando-se de uma pneumonia franca, é estranho

que tivesse ficado, para muito tempo, uma tosse cavernosa e uma ronqueira incessante.

Sucedem porém, na realidade, coisas que muito se afastam do paradigma dos livros de patologia.

De modo que não vale a pena, quero-me parecer, estar a pensar mais no caso...

*

Esta longa série de doentes do aparelho respiratório vai fechar com os tuberculosos, que ainda são bastantes.

Estão espalhados por vários livros.

Em *A reliquia* aparece-nos um Xavier, primo do Teodorico, definhando num casebre, *enrodilhado n'um cobertor, com a bacia da cara ao lado, cheia de escarros de sangue, a tossir despedaçadamente... com um brilho sécco nos olhos* (págs. 24 e 25).

Em *A Capital* há referências a um *rapaz tísico* a quem chamavam o *Inglez* (pág. 335).

Era um *indivíduo alto, de peito concavo, nariz afilado que... tossia seccamente... A sua voz rouca parecia difícil, de respiração escassa; os lábios entreabertos, anêmicos, mostravam os dentes mal tratados* (pág. 211).

Está aqui, está na cova (pág. 212), diziam os amigos.

E não se enganavam porque, pouco depois, o rapaz ficou na cama, deitando *ás bacias de sangue pela boca fora* (págs. 335 e 336).

O engraçado Artur Couceiro, grande tocador de guitarra e com uma bela voz para modinhas, de quem se fala em *O crime do padre Amaro*, era um *rapaz extremamente alto, amarello, com as faces cavadas e uns olhos encovados de grandes olheiras, que se queixava sempre de umas dóres no peito e de uma tossesita* (pág. 74).

Não se dava bem com o óleo de figado de bacalhau e se não ia até à Madeira era por falta de dinheiro (pág. 74).

E assim ia vivendo, *cada dia mais chupado e mais tísico* (pág. 188).

Neste mesmo romance diz-se mais que o João Eduardo também estava tísico (pág. 667).

E ainda por lá aparece uma Ruça, criada da S. Joaneira, rapariga *enfezada e sardenta* (pág. 16), com umas *afflicções de tosse* que a sacudiam toda (pág. 22).

Estava *quasi tísica*, diz o romance a pag. 22.

É curioso notar, a propósito, que o cônego Dias chamava à doença da rapariga uma *catarrheira* (pág. 25).

Veja-se bem quanto é vaga a terminologia médica do autor...

*

Em *Os Maias* vamos encontrar o Eusebiosinho que voltara da Madeira ainda *um bocado tísico* (vol. I, pág. 143) e o filho da Sr.^a Augusta que morava no patamar da casa de Maria Eduarda (vol. II, pág. 34).

E ainda por lá se fala também no irmão de um austriaco, que teria estado na Madeira a tratar-se (vol. II, pág. 183).

Mas isto talvez seja uma história inventada...

*

Além destes casos, em que o autor, com tôdas as letras, indicou o diagnóstico, outros há ainda em que os sintomas apontados levam igualmente a supor que se deveria tratar também de tuberculose pulmonar.

Se não, veja-se...

Em *Os Maias* (vol. I, págs. 299 e 301) fala-se de uma espanhola, de mãositas suadas, que estava em Sintra a almoçar com o Eusebiosinho, mostrando *uma roseta de febre que o pó de arroz não disfarçava*.

Em *O primo Bazílio* (pág. 8) aparece uma Eufrásia que

tinha sempre no seu corpo fino e magro... o cheiro relentado d'uma pontinha de febre.

Em *A Capital* (pág. 320) figura também um homem, de *labios naturalmente entreabertos* e com uma *rouquidão asthmatica*, que parecia *sahir da cama*, conservando ainda na pelle... o cheiro da febre e o relento dos suores.

Guannes, um dos *tres irmãos de Medranhos*, passava as noites a tossir e, ao redor da palha em que dormia, todo o chão estava *negro do sangue* que êle escarrava (*O thesoiro*, no volume *Contos*, págs. 129, 133 e 134).

— *Não dura até ás outras neves...* dizia Rui, um dos irmãos, ao outro, ao Rostabal (pág. 134).

Mas, a esta lista de tuberculosos, talvez haja ainda a juntar o nome de mais duas pessoas, uma das quais se diz que adoecera e outra que andava adoentada do peito.

Vem a ser — uma Clemence, costureira da Levillant, que fugiu para Paris com o Guimarães, tio de Damaso (*Os Maias*, vol. II, págs. 389 e 390); e um Pedro, marceneiro, *rapazola pallido e afadistado*, que tinha uma *figura delgada de lisboeta anemico* (*O primo Bazilio*, págs. 72 e 92).

(Continua)

ALBERTO PESSOA.

ALEXANDRE HERCULANO⁽¹⁾

Herculano era um antigo. Não foi porém um estóico, como admirativamente o pintou o imaginoso historiógrafo Martins na mais folhetinesca das suas obras: o *Portugal Contemporaneo*, dois tomos etiquetados com subtítulos de chamariz: «*Vae victis!*; *Folhas cahidas*, *A poesia das ruínas*; *Belle-Isle-en-Mer*; *A primavera*; *O cadaver da Nação*; *A voz do Propheta*; *Sia itur ad astra*»... ; Romance puro!

E que não foi um estóico⁽²⁾, com superabundância o demonstrariam factos colhidos às mancheias na biografia do grande homem, se uma só frase, típica e vincante, — *! Isto dá*

(1) Vid. nota de pág. 18.

(2) Claro que tomo aqui o termo estóico no moderno significado moral de intransigência inabalável em que, indiscutivelmente, o empregou Martins e não no de adepto das doutrinas do Pórtico. Certo é que a filosofia estóica já proclamara pelo verbo de alguns discípulos de Zenão de Citium (Anaxágoras, por exemplo) a autonomia do mundo moral, princípio tão da estima de Herculano. A supremacia da Razão não constitue, todavia, o alicerce da doutrina de Zenão, a qual era, na sua essência, um intrincado panteísmo, prendendo apenas a curiosidade dos espíritos de hoje pela moral que dela derivou: a de considerar como finalidade do homem a sua conformidade com a Natureza, tornando-se indiferente às circunstâncias exteriores do prazer, da dor, da fortuna, da desgraça, da saúde, da doença, etc. «Se se perguntasse aos estoicos: Mas que natureza? Um responderia: a natureza humana; outro a natureza universal, ou a ordem do mundo» (David Frederico Strauss).

Herculano tinha muito mais perto, muito mais a geito, e muito mais nítido, no Kantismo, o princípio da supremacia da Razão, para que seja lícito considerá-lo um estóico no sentido filosófico.

vontade de morrer! — não bastasse para pôr em cheque a interpretação que dêle visionou o seu sugestionável apolo-gista, espírito inconseqüente, que oscilou sempre entre icono-clastismos e idolatrias, e que, como filósofo e político, veio descendo dos píncaros do radicalismo até morrer, de cócoras, e sob as bênçãos de Roma, ante a autocracia de El-Rei Carlos.

Confrontada a invectiva de Cipião com o fúnebre desa-bafo do solitário de Vale de Lobos, mais chocante é o con-traste:

A do heróico vencedor de Zama tem a rigidez, tem o orgulho da austera e espessa virtude patricia.

É bem uma síntese da moral estóica por que revela um inamoldável; por que, no seu negativismo, é ainda reptante e combativa.

Ao contrário, a exclamação de Herculano é ilegíaca e renunciadora.

Dir-se-ia que a dura crosta que revestia o seu carácter se fundiu e derreteu, como cera mole, ao pronunciá-la, para deixar aparecer, espapaçadamente, a passividade das portu-guesas gentes, arrazadas pela épica sôbre-posse das navega-ções, conquistas e latrocínios da Renascença; pela razia da haste sã e varonil da raça na hecatombe de Alcácer-Quibir; pelas chacinas do Santo Ofício; pela acção deformadora e estiolante das milícias tenacíssimas de Loiola; pelo ávido domínio filipino; por cem mil e um factores, recentes uns e serôdios outros, que desde há séculos vem sugando e ama-chucando a nacionalidade sem que tenham logrado até agora anular-lhe a resistência de escalracho.

Não tirem porém do paralelo entre o romântico de 30 e o general da velha Roma, ilacções deprimentes para aquele.

Em Cipião, como bom romano, o Estado era tudo. Ro-tos os laços que a êle o prendiam, sentiu-se irremediável-mente inútil e eliminou-se pelo suicídio. É certo que um

outro estóico, êsse íntegro Catão que passou à história como paradigma da virtude cívica, a despeito de locar prédios para alcoices e de outras pechas de duvidosa austeridade, abandonou o Senado e a *Delenda Carthago*, e foi colher no retiro dos campos, guiando a charrua, ensinamentos para a *De Re Rustica*. Refugiou-se na natureza, mas temporariamente, e à espera que o chamassem à Cidade...

Já com o neto, Catão de Utica, foi diferente o caso. Êsse era um genuíno estóico que, ao ver a República vencida ante a habilidade céptica e a genial política de César, cravou em si próprio a mesma rútila espada com que baldadamente tentara defender a liberdade.

É que na Roma antiga o cidadão eclipsava, sobrepujava, abafava, o indivíduo.

Opostamente: no conceito kantista, a que Herculano se aferrou com uma tenacidade a que nada, nem o tempo nem a evolução científica conseguiram arrancá-lo, o indivíduo era a base de tôdas as doutrinas e de tôdas as instituições.

Por isso, quando a sua austeridade se tomou de nojo pela bandalheira social e política em que havia tombado o constitucionalismo, não se matou; invocou unicamente a morte⁽¹⁾, num assomo de lirismo étnico, e foi esperá-la para as cercanias da Azoia, podando rosas e vendendo, como o divino Platão: *¿azeite loiro, quem quere?*

Essa renúncia do Mestre — determinada por uma tríplice causa: a austeridade pessoal, o desprendimento de chochos galardões oficiais e, *¿por que não?*, uma certa dose de despeito por ver desacatadas as opiniões do seu autoritário es-

(1) A frase que o eminente poeta Bulhão Pato reproduz nas suas *Memórias* e que foi pronunciada por Herculano nas últimas horas de vida, já êle a havia dito mais vezes e uma dessas quando partiu para Vale de Lobos. (Informação colhida há anos numa conversa com o meu amigo Sr. Henrique Santana, parente por afinidade da família de Herculano).

pírito, de um lado pelos levitas de uma religião em que êle cria com a fé de um monge medievo e sábio, e do outro, pelos que, levados na arrancada de novas Teorias político-sociais, planearam as Conferências do Casino — se o não foca em estóico, evidencia-o como um homem doutros tempos. Na verdade, Herculano não era, à data da sua morte, nem foi nunca, mesmo em pleno arrebatamento de moço quando se bateu contra o miguelismo, um íntegro produto da sua época. E como nunca o foi, inaceitável se torna a hipótese, que já li algures, dêsse fenómeno de endosmose, segundo o qual, Herculano adquiriria pelo íntimo convívio com os palimpsestos dos arquivos e pelo esforço da reconstituição dos tempos idos, o apêgo ao passado.

Exemplos assim, não são raros:

Bem frisante é o de Mommsen a quem os estudos sobre o cesarismo romano obsecaram até ao ponto de propugnar, como condição básica para o engrandecimento da Alemanha moderna, a vigorização do cesarismo germânico.

Extraordinária e inolvidável é também aquela encantadora criação de bibliófilo do *Crime de Silvestre Bonard* a que a prosa tépida e amável de Anatole France deu um intenso cunho de realidade. A cândida psicologia do antiquário, que sabe de fio a pavio tôda a revogada legislação francesa relativamente ao rapto, mas que desconhece inteiramente o disposto sobre a matéria no código vigente, não é um mero produto da fantasia de Anatole.

Êle colheu, por certo, na análise directa, a dupla qualidade do desprendimento da época presente e absorpção pelas passadas eras, que serve de esqueleto psíquico à personagem da novela.

Ora Herculano não era um antigo por impregnação, por efeito do prolongado e amoroso contacto com os cronicões carunchosos e com a papelada bafienta dos arquivos. E a prova disso está em que um dos senões da sua tarefa de

historiador insigne consiste exactamente em aplicar como critério apreciativo dos factos, não as leis reguladoras da fenomenalidade em relação ao tempo em que ela dimanou, mas o seu critério pessoal de kantista *sui generis*.

De propósito deitei mão a esta corriqueira frase humanista para acentuar bem que o individualismo do Mestre era, mais um factor da sua compleição, que o feudo a uma doutrina filosófica.

O individualismo de Herculano estava-lhe no sangue; nascera com êle. De modo que, ao deparar, no decurso dos seus estudos, com os princípios da *Critica da Razão Pura*, sentiu-se logo e para sempre, por uma natural afinidade, atraído e prêso. O kantismo era o traje contemporâneo que êle envergava para enfeite científico, por ser o que lhe assentava melhor. E ajustava-lhe, sem dúvida, como uma luva. Por isso o não largou, quando as teorias do filósofo de Koenigsberg haviam passado de moda. É que, qualquer outra doutrina ficava-lhe ou folgada, ou curta⁽¹⁾.

¿ A que influências ancestrais, a que factores genealógicos, a que taras da raça, ir buscar a explicação do caso? ¿ Sei lá!

(1) O Sr. Adolfo Coelho, que pelo muito que estuda e pelo muito que reprova, tem fama entre os seus alunos de ser pessoa de feroz sabedoria, negou numa das suas últimas conferências que Herculano fôsse um kantista.

Com o devido respeito, parece-me que é negar de mais. Para que se possa, sem desacato à verdade, chamar kantista a Herculano, não é imprescindível que o grande escritor fôsse, em tudo e por tudo, um incondicional adepto do gizador do Imperativo Categórico. ¿ Acaso deixaram de ser positivistas os que, repelindo o desvario cultualista de Comte, se cingiram aos princípios da sua escola? ¿ Por ventura, o ser-se evolucionista, implica a aceitação íntegra de tôdas as induções e deduções a que Spencer quer levar os que o lêem? Tudo tem gradações e matizes, até mesmo a sorumbática e parda filosofia... De resto, eu chamei a Herculano, (e disse porquê) um kantista *sui generis*.

Hipóteses são fáceis de engendrar, e até, às vezes, quanto mais ôcas e menos lastradas de verdade elas surgem, mais alto sobem e mais larga viagem fazem. Mas há acaso — mesmo que realizado estivesse, que não está, um estudo sobre a ascendência de Herculano e sobre ele próprio, como antrópoda dos suficientemente seguros da antropologia, da psicofisiologia, das migrações ante-históricas e históricas e de *tutti quanti*, para que se possa, com êste enorme cacharolete de sangues de vária procedência e índole de que saiu o tipo portucalense, determinar qual a dose de mistura que qualitativa e quantitativamente lhe girava nas veias e quais os elementos da mixórdia, aliás ótima em Herculano?

A hipótese do predomínio do componente nórdico loiro apresentada numa recente comunicação pelo ilustre antropologista Costa Ferreira é deveras interessante; mas o mesmo Sr. Costa Ferreira, à falta de seguros subsídios de investigação, a emitiu com probas reservas.

Chamar ao Mestre, como o fêz Oliveira Martins, um D. João de Castro burguês do século XIX, é uma frase insignificativa, meramente literária. Entre as duas personagens, deduzidas embora as influências dos tempos a cada um respectivos, não há outra semelhança que não seja a de que ambos foram duas figuras morais — duas «figuras representativas», como agora é do chique científico dizer-se. D. João de Castro era um tipo de virtude clássica, uma encarnação, uma revivescência culteranista dos Varões Ilustres de Plutarco, temperada e dulcificada pelo misticismo religioso. Governou a Índia com isenção, mas não com dura austeridade. A austeridade inflexível era unicamente para si e para os seus. Para os demais, desde os altos funcionários ao mais humilde soldado, era um paternal, uma espécie de guerreiro patriarca. Foi Herculano coisa que se parecesse com isto? Não foi. A craveira de apreciação era nêle uma peça rígida, tendo por base a *sua* convicção, por travessa e prumo

os seus actos. Metia as pessoas e os factos dentro da consciência. ; Não se ajustavam? Rua... ; Subjectivava tudo!

O Sr. João Arroio, numa sessão da Câmara dos Pares, deslocou-o da Renascença, em que Oliveira Martins o colocara, empurrando-o mais para trás e chamando-lhe um medievo.

Os modernos historiadores puseram já, e justificadamente, de parte, na demarcação das épocas históricas o latíssimo período até então designado por Idade Média. Com efeito, a Idade Média abrange, além do período bárbarico, um outro de larga e fecunda gestação a que bem pode chamar-se a primeira Renascença. ; Será um ou outro que o Sr. João Arroio queria dar como pano de fundo à figura de Herculano? O período bárbarico trouxe efectivamente consigo uma forte dose de individualismo e, se bem me lembro, é até pelo predomínio do individualismo de então que Guizot explica o especial mecanismo das actuais instituições políticas da Inglaterra. O individualismo do período bárbarico não me parece porém de per si suficiente para que sirva de mèsologia moral ao carácter de Herculano. De par com êsse individualismo, está por tóda a época bárbarica uma animalíssima sensualidade conjugada com um boçal religiosismo que ora dava feras sanguinárias, ora santos. É o tempo das terríveis vinganças e das tremendas penitências, um tempo de extremos em que os salteadores arrependidos e as pecadoras constrictas voluntariamente se emparedavam em vida...

A igualdade do carácter de Herculano não calha pois bem em tão desequilibrado meio.

; Será no outro período, no da primeira Renascença, que o Sr. Arroio o quis?

Por aí, por aí é que talvez a coisa pegue. Realmente, a renascença do século XIII «com tódas as energias sociais, especulativas e afectivas que nela fulguraram, com as lutas

das comunas, o heroísmo das cruzadas e as abstracções do Idealismo alexandrino, ou neo-platónico» é (posto de lado o lirismo trovadoresco, por que Herculano de troveiro nada tinha) a época em que o grande homem melhor calhe. ; Não há em Herculano, moral e até fisicamente, qualquer coisa de austeramente dantesco?... Pois Dante, aí vem nos compêndios, é do século XIII (n. 1265, m. 1321).

De resto, não é imprescindível para o escôrço do retrato moral e intelectual de Herculano a especificação do seu nato regressivismo. O que se não deve é deixar de mostrar essa circunstância não com o picuinheiro intuito de apoucar a grandeza do escritor e do homem, mas precisamente para a salientação de que, a despeito do seu espírito antigo, há nêle, como varão forte e eminente polígrafo, qualidades a rôdos que com a máxima amplitude justificam a homenagem nacional que lhe está sendo prestada.

A demonstração da existência de um forte substractum arcaico no carácter de Herculano é tarefa de realização fácil quando se queira levá-la unicamente até um grau suficiente para que se produza o convencimento; torna-se todavia difícil para quem pretenda alicerçá-la em tôdas as provas documentais que da obra e da biografia do Solitário de Vale de Lobos é possível colher. Isso dava para muitas e cerradas páginas, dava para um volume compacto.

Vá pois uma forçada sùmula:

Olhado Herculano pelo seu aspecto de sociólogo, uma coisa ressalta logo a quem o leia com algum espírito de análise: — o de que o seu racionalismo o impediu bastas vezes de interpretar a acção das massas populares através da história, e no período em que viveu. Avaliava a linha de conduta das colectividades, não pelo móbil que lhes é próprio, o dos sentimentos, mas pelo da lógica. As multidões com a especial psicologia que lhes é privativa e que tanto difere da soma das psicologias dos elementos componentes, eram, para

êle, sobreposições de indivíduos, sobreposições de direitos e deveres. Quando se transviavam das balizas que constituíam o critério racional e moral de Herculano, deixavam de ser o povo e passava a chamar-lhes: o povolêu, o populacho, a turba ignara e todos os demais apodos com que em muitas circunstâncias o qualifica. «*Ha ahi o vulgo que faz o que sempre fez; que saúda o vencedor, sem perguntar donde veio, nem para onde vae; que vocifera injúrias junto do patibulo do que morre martyr por elle, ou victoreia a tirania quando passa cercada de pompas que o deslumbram*» (*Hist. da Orig. da Inq.*, Prefácio). O Povo como êle o visionava e o amara, seria o de um agregado de *homens bons* de criteriosa e consciente acção, em que o motivo moral actuasse constantemente, nas horas da paz e nas das reivindicações imperativas feitas à mão armada.

Daí provém a simpatia com que tratou os homens bons da comuna e do burgo medieval — os pequenos burgueses do tempo. Ligada a esta simpatia bem merecida, está também a que revelou pelos burgueses da sua época: «a classe media, a mais poderosa, a unica verdadeira e eficazmente poderosa das que compõem as sociedades modernas». (*Hist. da Orig. da Inq. em Port.*, Prefácio).

Objectar-me-ão: Mas em que se mostra Herculano um antigo, se ao tempo, não eram conhecidos ainda os trabalhos de Le Bon e dos psicólogos recentes. ¡Se eram! Nem Le Bon fêz mais do que pôr novas e sonoras denominações a coisas já sabidíssimas; se o seu nome não se tivesse tornado ilustre por outros estudos psicológicos, não era com a *Psicologia das Multidões* que passava à veneração dos vindoiros... Contemporâneo de Herculano era Guizot e êsse havia visto o carácter sentimental da acção das multidões, carácter que umas vezes se imiscue ao motivo do interêsse, ao factor económico, e que outras vezes surge *solus, totus et unus* sem qualquer influência económica, ou política, ou de outra or-

dem. Assim é, que ao apreciar as Cruzadas, as considera como um facto de determinante exclusivamente sentimental.

No período de maturação da vida de Herculano, já quando por tãda a Europa as teorias organicistas adquiriram amplíssima disseminação, é que o seu antagonismo com o tempo em que surgiu se agravou até ao desalento. Desiludido da acção dos políticos, vexado, enojado, olhou em tórno e achou-se só. O clericalismo crivara-o de invectivas e de apupos. A *Casta* falhara. As gerações novas, mais por espírito *d'épater* que por convicção funda — Antero e o bom Fontana, exceptuados — faziam retórica moderna com leituras mal deglutidas de Fournier e de Proudhon. O povo «era o que sempre foi»... O povo não era, porque o não podia ser, porque o não será nunca, aquilo que Herculano queria que fôsse. E meteu-se em Vale de Lobos. A Natureza, ao menos, tinha leis inflexíveis, normas inalteráveis, uma lógica emfim...

¿ Como se o povo, e o seu sentimento, não tivessem uma lógica também! ¿ Como se não houvesse — sempre — longínqua ou próxima, patente ou recôndita, bárbara ou piedosa, a justiça a guiá-lo em tudo, mesmo nos mais descoordenados, carniceiros e catapultuosos impulsos!

Visto como político, coisa parecida se dá. Num tempo em que o utilitarismo bentamiano subira a tãdas as cabeças, às próprias cabeças coroadas, como a de D. Pedro IV, Herculano conservava-se, por fôrça do individualismo, um livre cambista sem mistura, nem transigências. Livre cambista puro, como Mousinho o fôra. Dali não arredava. Trabalho libérrimo e propriedade asseguradíssima, eis o seu lema. A propriedade era «a filha sacrossanta do trabalho», o *sancta-sanctorum*, a Arca da Aliança, *nollime tangere*.

¿ E os fracos? ¿ E os inaptos? Lá está a Beneficência pública, retorquia. ¿ E os oprimidos? Não há oprimidos onde haja liberdade, triplicava. Nem que à liberdade política, de então ou de agora, implicasse a liberdade e a igualdade

económica... Nem que na dura realidade dos factos, a liberdade fôsse como êle a definia: *uma verdade da consciência...*

Mais ainda:

Os intelectuais da geração de Herculano que acolheriam a D. Pedro eram, na sua quási totalidade, representantes lídimos dos vintistas. Juntaram-se com Saldanha a D. Pedro para que não se perdesse tudo. Do mal o menos; batamo-nos pois pela *Carta* doada... Herculano não. Bateu-se bravamente por ela e fiel lhe ficou sempre. Quando, quási após, o admirável Passos quis fazer prevalecer uma Constituição genuína, popular, Herculano não se mexeu. E não o fez por ambição, por vaidade, por interêsse, como tantos outros. ; Foi por coerência, foi por lógica! E tanto a lógica lhe encataratou a nobre inteligência que chegou a ter fé no Rodrigo da Fonseca, a apoiá-lo, a servir de mentor ao ministério em que aquele entrou, depois de abafada a Maria da Fonte pela intervenção das fôrças estrangeiras chamadas pelo Paço. ; Pobre engano! Só fora de tempo viu o lôgro... Mas por coerência, por lógica, não disse *mea culpa*; enguliu em sêco, e ficou-se aonde estava, no folhado, traiçoeiro, vilipendioso cartismo... Renunciou apenas à política militante e entregou-se inteiramente ao seu mister de estudioso.

Como não podia deixar de ser, a grande obra literária e científica de Herculano, ressentia-se de tudo isto.

Está, como historiador, acima de Thierry porque não se limitou a extrair dos documentos originais e das crónicas, meras narrações. Está a par de Guizot, não só pelas tendências conservadoras que os assemelhavam, mas pelo penetrante e probo espírito de análise, pelo poder de concentração e de síntese, e, às vezes, pela largueza das generalizações. A compensar alguma vantagem que neste último merecimento o historiador francês lhe levasse, há todavia em Herculano o de ter sido êle quem realizou *tôda* a tarefa,

desde a investigação dos documentos e da selecção das fontes, até ao trabalho propriamente constructivo. Em Portugal, os documentos históricos dormiam ignorados dos homens, e apenas conhecidos da rataria e da traça na Torre do Tombo, nos arquivos dos conventos, nos cabidos das sés. ¡E se fôsse só isso! Mas havia pior, havia uma montanha de propositais viciações, de falsos eruditismos, de carapetões fradescos e cortesãos gizados pelos cronistas dos reis e dos conventos. Era um acervo de falsidades que, por armarem ao patriotismo umas e por se prenderem com a fé religiosa outras, tinham adquirido foros de cidade e quasi se haviam tornado em dogmas.

Os tomos da *Historia de Portugal* e a *Historia da Origem da Inquisição* representam pois mais alguma coisa que o esforço de uma lúcida e viril e ousada inteligência; são um gigantesco empreendimento. Que outras páginas não tivesse escrito e essas seriam bastantes para uma honesta e bem grangeada glória.

¿Mas deu Herculano na sua obra de historiógrafo a alma portuguesa? Aí, claudicou. Faltou-lhe, para tal, a intuição e a qualidade de revivescência que Michelet patenteou na *História da França* e na *História da Revolução* e que um compatriota nosso, o genial Fernão Lopes, séculos antes, possuía também.

Baldado empenho será, conseqüentemente, o de procurar a alma portuguesa nas novelas históricas de Herculano. O meio é nelas rigorosamente delimitado, mas preenche-o com uma cenografia que não dá, de todo, a ilusão do arcaísmo. Vêem-se as lonas e os repregos... As personagens são cortadas pelo molde da época respectiva. Mas por detrás delas está o autor a dizer coisas, belas coisas, comoventes e levantadas coisas, certamente, que todavia, quando soam ao tempo em que inculcam ser proferidas, não *sabem* a êsse tempo.

Neste particular, Garrett levou-lhe as lampas. No *Arco*

de *Santana*, a vida do burgo ressurgue aos nossos olhos, vibra aos nossos ouvidos, projecta-se na nossa compreensão e desliza por ela como uma cena animatográfica. No *Frei Luiz*, que vários Sarceys, implacavelmente ineptos, consideram hoje uma estopada, a alma da raça desenha-se e avulta e ergue-se avassalando em fulgurações shakspeareanas qualquer espectador português que não possua coração de toicinho e cérebro de quartzo. Nas *Viagens*, a paisagem, as figuras, o céu, o ar, a luz da nossa terra palpitam portuguesissimamente numa prosa incomparável de leveza, de graça e de sentimento, cujo alto mérito só com rigor se avalia confrontando-a com o modo de a escrever dos arcádicos em períodos que tinham, nuns, a empapante balofice das arrufadas e, noutros, olhem o *Filinto*, a retorcida dureza (com suas licenças) dos chifres.

Contudo basta atentar na casquilhice de Garrett para ressaltar logo que êle não era mais português do que Herculano. A êste faltava porém a receptividade para as nuances, para as gradações delicadas, para certas subtilezas do espírito que são tanto da feição moral da nossa gente. Como instrumento de produção artística, Herculano não comportava a escala completa. Nos graves sonorosos e solenes, òptimamente. Era porém refractário à *mezza voce* e nos agudos dava fífia. Ora a agudeza dos sentimentos é, em literatura, tão necessária, como a agudeza das notas na música, para exprimir os conflitos intensos e passionais.

Mas quando, em vez da pretensa alma dos outros foi a própria alma que Herculano nos deu, a descoberto e sem ficções novelescas nem preocupações racionalistas, oh!, então assumiu as culminâncias de um formidável artista. O seu verbo tornou-se patente, subjugador, irresistível. ; Digam me se há na prosa nacional coisa, no género, mais bela do que a *Carta* a propósito das monjas de Lervão? ; Que alta e larga e funda piedade! ; Que sagrada e enternecedora digni-

ficação da desgraça! Herculano está ali, inteiro, com toda a sua grande arte ao serviço da sua grande consciência. Aquela carta foi para ele — acima de tudo — o cumprimento de um dever moral. A bondade do seu coração não era preguiçosa como a de quasi todos nós que ante a miséria alheia ficamos lamentosos, prestantes, mas, daí a nada, esquecidos do que demos e do que presenciámos... Não era assim. Para salvar de um erro judiciário um Azóia, andou de Herodes para Pilatos numa extenuante faina de visitas a juizes empedernidos, de conferências com conselheiros de Estado apáticos, de cartas para este, de recados para aquele. Foi à Relação, foi ao Supremo, foi aos ministérios, foi ao Paço. Iria a Deus, iria ao inferno. Nada o faria quedar enquanto não pusesse o inocente na rua. Era ainda o cumprimento do dever moral.

Reatando: A Carta ao ministro Serpa não é, na sua obra de prosador, uma excepção. Muitas outras páginas nos deixou de preciosa tessitura literária. Nenhumas porém que superem as de polémica. É que Herculano, como polemista, tremendo. Sem possuir, como Camilo, a ironia esfusante e candente que punha a arder os adversários, ombreou todavia com ele neste ramo de escrita. São gigantes ambos. Os efeitos que o famoso romancista tirava da argúcia, do comentário subitâneo, da inesperada *rasteira* que estatelava o contendor, da chufa irresistível que punha todo um público de leitores a rir impiedosamente do vencido, conseguia-os Herculano com serena energia, com fidalga segurança, com o galhardo aprumo de quem não deve nem teme. Plumitivo para quem o dever moral era a determinante do trabalho científico e artístico, replicava a quem lho agredisse como quem defende a probidade pessoal. Nem nêle a probidade de homem e a de escritor andaram nunca desavindas. Desafrontar a sua obra argüida, era ilibar a sua consciência — a sua dama...

Este prosador tão grande, foi, não obstante, um poeta

maior ainda. É como poeta que Herculano subiu a mais assombrante altura. Bateu nesse *record* o bom Castilho. Excedeu enormemente o divino Garrett. Que fôsse a muito além do primeiro não admiraria, porque o artificioso metrificador das *Cartas d'Echo*, por mais *Ciumes do Bardo* que ditasse, nunca se amoldou ao romantismo; ficou sempre, coitado, arcádico até aos tutanos. O que o salva são as excelentes prosas que de quando em quando fêz.

Agora com o segundo, que de tão intensa sensibilidade e de tão larga imaginação criadora era senhor, o caso surpreende mais. Pois excedeu-o, não há dúvida. O que mais vale de Garrett em verso lírico — a *Ode a Cascais* — está cem furos abaixo da *Tempestade* e da *Cruz Mutilada*, de Herculano. É certo que o número de obras primas das suas colectâneas poéticas é diminuto. A maioria das composições é simplesmente passável. Mas quando ultrapassa esta baliza, não está com meias medidas — atinge a genialidade.

Oiçam. Oiçam e pasmem — se têm idade para isso, por que, com a poesia religiosa de Herculano, dá-se uma circunstância curiosa que é de exigir, para que a sua emotividade seja plena, o pleno desenvolvimento de quem a lê. Só à volta dos 30 anos comecei a admirar-lhe os versos. Até aí não gostava. Facto idêntico se tem passado com outros meus camaradas de letras a respeito do grande escritor. Não se trata pois de uma anomalia minha e o caso merece registo, visto parecer uma violação da conhecida lei de que a máxima sentimentalidade poética coïncide com a mocidade.

.

Oh tempestade! Eu te saúdo, oh nume,
 Da natureza açoite!
 Tu guias os bulcoês, do mar princeza,
 E é teu vestido a noite!
 Quando pelos pinhaes, entre o granozo,
 Ao susurrar das ramas,

Vibrando sustos, pavorosa ruges,
E assolação derramas,
Quem porfiar contigo, então, ousára
De gloria e poderio;
Tu que fazes gemer, pendido, o cedro
Turbar-se o claro rio?

Quem me dera ser Tu, por balançar-me
Das nuvens nos castellos,
E ver os ferros dos meus, emfim quebrados
Os rebatidos élos!
Eu rodeára, então, o globo inteiro
Eu sublevara as aguas;
Eu dos vulcões com raios accendera
Emmudecidas fráguas;
Do robusto carvalho e sobro antigo
Acurvaria as fronte;
Com furacões, os areaes da Lybia
Converteria em montes;
Pelo fulgor da lua, lá do norte
No polo me assentára,
E vira prolongar-se o gelo eterno
Que o tempo amontoára.
Alli, eu solitario, eu rei da morte,
Erguera meu clamor,
E dissera: — «Sou livre e tenho imperio
Aqui sou eu senhor!»

Quem se pudera erguer como estas vagas,
Em turbilhões incertos,
E correr, correr, tocando ao longe,
Nos liquidos desertos!
Mas entre membros de lodoso barro
A mente presa está...
Ergue-se em vão aos ceus; precipitada,
Rapido, em baixo dá.
Oh morte, amiga morte! É sobre as vagas,
Entre escarcéus erguidos,
Que eu te invoco, pedindo-te feneçam
Meus dias aborridos;

Quebra duras prisões, que a natureza
Lançou a esta alma ardente;
Que ella possa voar por entre os orbes
Aos pés do Omnipotente.

Tanto no fragmento reproduzido, como na Cruz Mutilada, a inspiração do poeta é enlevante e dominadora como uma rajada. Seja-se crente ou ateu, nunca um esteta, na posse integral de si próprio, os lerá sem admirativo assombro. E quando de simples esteta se passe ao confronto e à crítica, ser-se-á levado à convicção de que Herculano foi o primeiro poeta religioso do seu tempo não só em Portugal, mas na Europa latina. ¿Não? Comparem-no com Chateaubriand que é tido como o maior entre os grandes — e respondam depois, em consciência, se as elegias do vate português não sobrepujam em glória, a glória do poeta da França... Nada o apeará dessa supremacia, porque a religião da beleza é eterna. Morrem as outras religiões. Ela fica. A mitologia grega foi-se. Porém a *Invocação a Pallas*, de Homero, será perpétuamente dita e amada. Ruirá o cesarismo católico. Porém o soneto à Virgem, de Antero, rezar-se-á por todo o sempre... Rezar-se-á, pelo menos, enquanto a branda língua portuguesa fôr falada.

Porque sempre norteou pelo dever moral as suas vigorosas qualidades intellectuais, affectivas e artisticas (a própria renúncia foi nêle uma aberrante compreensão dêsse dever) Herculano tornou-se, além de um sábio venerando, de um magnânimo coração, de um egrégio artista — um luminoso e inapagável exemplo social. Que todos nós subordinemos, como o grande homem, a acção ao carácter. Que essa acção seja exercida, nesta má hora de lamacenta e fétida decadência, com tãda a alma, com tãda a gana, com um esforço em que haja, conjuntamente, a fé de um iluminado, a manha de uma raposa velha e a intrepidez de um toiro novo ..

ANAIIS DA VILA DA ERICEIRA

EXPLICAÇÃO PRÉVIA

Conforme se declara, lealmente, no sub-título dêste livro, êle é, apenas, um simples registo cronológico de acontecimentos referentes à Ericeira.

Não tem pretensões a literatura, para a qual, aliás, o seu autor sinceramente se confessa incompetente.

Como um simples e modesto cabouqueiro de velharias, o autor limitou-se apenas a procurar materiais que servissem para a confecção de *O Livro da Ericeira*, que deveria ser escrito pelo malogrado publicista ericeirense, José do Patrocínio Ribeiro.

A permatura morte daquele historiógrafo pôs têrmo a tal empreendimento, e os materiais adquiridos ficariam no rol das coisas inúteis, se o grande amigo da Ericeira, descendente de avós ericeirenses e grande artista, Alberto de Sousa, não tivesse proposto à Comissão de Iniciativa e Turismo desta Vila, de que é Vice-Presidente, que se procedesse às diligências necessárias para esta publicação, aproveitando-se os materiais colegidos e dando-lhes a forma de anais.

Aprovada a proposta pela Comissão, em sua sessão de 20 de Outubro de 1931, logo os Ex.^{mos} Srs. Dr. António Bento Franco e Tenente Homero Augusto Lopes das Neves, respectivamente Administrador-Delegado e Vogal da mesma Comissão, procederam a muito valiosas diligências para se

conseguir a conclusão das investigações necessárias, satisfazendo a Comissão de Iniciativa tôdas as despesas delas resultantes.

Dados estes simples e sinceros esclarecimentos, o autor, pedindo que lhe relevem as insuficiências e êrros do seu modesto trabalho, manifesta o desejo e a esperança de que surja alguém competente que faça mais e melhor.

Ericeira — Maio de 1932.

J. DE OLIVEIRA LOBO E SILVA.

ANAIIS DA VILA DA ERICEIRA

REGISTO CRONOLÓGICO DE ACONTECIMENTOS
REFERENTES À MESMA VILA, DESDE 1229 A 1932

SÉCULOS XIII, XIV, XV

1229

Dom Frei Fernão Rodrigues Monteiro, Grão Mestre da Ordem de Aviz, concede o primeiro Foral à Vila da Ericeira, instituindo assim o seu Concelho.

1301

4 de Janeiro, ... El-Rei Dom Diniz cedeu a Ericeira, por troca, a Dona Maria Anes de Avoym, casada com Dom João Fernandes de Lima, «O Batissela» e filha de Dom João de Avoym, que fôra senhor de Portel.

Em troca da Ericeira e Mafra, o Rei recebeu a Vila e Castelo de Portel e outros lugares.

1304

20 de Fevereiro, ... Foi demarcada e coutada a Vila da

Ericeira, por mandado de El-Rei Dom Diniz, a favor de Dona Maria Anes de Avoym e de seus sucessores, e confirmados os privilégios dos moradores.

1319

20 de Outubro ... Dona Maria Anes de Avoym, Senhora da Ericeira, ordena ao Concelho que faça dar aos regatões de Mafra os pescados que lhes fossem necessários, pagando-os êles pelos mesmos preços que os pagassem os outros regatões de outras partes; e que não consinta o Concelho que se faça mal aos ditos regatões de Mafra.

Vide Notas e Documentos, n.º 1.

1337

30 de Julho ... Dona Maria Anes de Avoym, senhora da Ericeira, confirma, nesta data, o seu testamento no qual fizera doação da Vila a seu sobrinho-neto Dom Diogo Afonso de Sousa.

1344

18 de Novembro, ... Faleceu Dom Diogo Afonso de Sousa, que havia herdado a Vila de sua tia-avó Dona Maria Anes de Avoym.

Era casado com Dona Violante Lopes Pacheco, para quem passou o senhorio da Ericeira, até que El-Rei Dom Pedro I lho tirou, por ela ser irmã de Diogo Lopes Pacheco, suposto assassino de Dona Inez de Castro.

1362

27 de Agôsto, ... El-Rei Dom Pedro I restituiu a Dona Violante Lopes Pacheco o senhorio da Vila da Ericeira.

1365

17 de Abril, ... Dona Branca de Sousa, filha de Dona Violante e de Dom Diogo, por falecimento de sua mãe e

ausência de seus irmãos, Álvaro e Lopo, tomou posse do senhorio da Ericeira.

1371

28 de Agosto, ... El-Rei Dom Fernando confirmou a Dom Lopo Dias de Sousa, irmão de Dona Branca, e a outro Dom Lopo Dias de Sousa, sobrinho de ambos, por ser filho de Dom Álvaro, os privilégios e liberdades dos moradores da Ericeira, proibindo ao Almirante e Anadel-Mor que recrutassem gente na Vila para servir na armada e exército, o que já, abusivamente, se havia feito.

1373

Tendo falecido Dom Lopo Dias de Sousa, passou o senhorio da Ericeira a seu sobrinho, do mesmo nome, o qual, sendo ainda menor, tinha os bens administrados por sua mãe, Dona Maria Teles, irmã da Rainha Dona Leonor Teles, e parece que, por influência desta, foi o menor Dom Lopo nomeado Grão Mestre da Ordem de Cristo.

A Rainha, porém, obrigou a irmã ao pagamento de certas dívidas, e esta viu se obrigada a vender o senhorio da Ericeira a Dom Gonçalo Rodrigues de Sousa, primo co-irmão de seu falecido marido.

Por morte de El-Rei Dom Fernando, este Dom Gonçalo passou para o partido de Castela, pelo que Dom João I lhe fez confiscar os bens, exceptuando porém a Ericeira, por ser de bens patrimoniais já dados a outrem.

Assim, a Ericeira ficou na posse dos seus antigos donatários.

1393

2 de Março, ... Dom Lopo Dias de Sousa, Grão-Mestre da Ordem de Cristo e senhor da Ericeira, fez doação da Vila a sua filha bastarda, dona Leonor Lopes, que havia pouco tempo tinha casado com Fernão Martins Coutinho.

1397

Por morte de Fernão Martins Coutinho ficaram duas filhas: Dona Beatris e Dona Filipa. A mãe destas, dona Leonor Lopes, passou a segundas núpcias com Dom Afonso Vasques de Sousa, o qual, por morte de sua mulher, entrou na posse da Ericeira.

1425

Dona Beatriz e sua irmã Dona Filipa fizeram citar o padroasto Dom Afonso Vasques de Sousa, para a partilha dos bens deixados por sua mãe, Dona Leonor Lopes, seguindo-se nesta partilha uma grande demanda.

1436

12 de Junho, ... El-Rei Dom Duarte confirmou a partilha dos bens entre Dona Beatriz e sua irmã Dona Filipa, cabendo a Ericeira a Dona Filipa, que casou com Luiz Álvares de Sousa, 3.º senhor de Bayão e que foi Provedor da Fazenda na cidade do Pôrto. Dêste casamento nasceu Fernão Martins de Sousa, que casou com Dona Joana Nogueira, filha de Dom João Afonso de Brito.

Dêstes nasceu Dom João Fernandes de Sousa, que casou com Dona Isabel de Brito, filha do 1.º Visconde de Vila Nova da Cerveira e Alcaide Mor de Ponte de Lima.

Êste Dom João Fernandes de Sousa foi donatário da Ericeira, desde os fins do século xv até depois do primeiro quartel do século xvi.

Vide Notas e Documentos n.º 2.

1446

23 de Julho, ... O Arcebispo de Lisboa, Dom Pedro de Noronha, em visita pastoral, concedeu autorização aos moradores da Ericeira, a pedido deles, para terem pia baptismal na sua Capela de São Pedro, não obstante *algumas*

excusações apresentadas pelos beneficiados da Igreja de Santo André de Mafra, as quais foram, pelo Arcebispo, julgadas *frívolas e não de receber*.

Vide Notas e Documentos, n.º 3.

1464

14 de Abril, ... O Concelho da Ericeira entra em acôrdo com o de Mafra, para que os almocreves e regatões daquela Vila possam comprar pescado na Ericeira, em conformidade com o que havia sido ordenado por Dona Maria Anes, em 1319.

1482

29 de Julho, ... João Regalia, morador na Ericeira, fêz, nesta data, doação ao círio de São Pedro da mesma vila, de uma sua herdade denominada «o Caramujo», nos arrabaldes da vila.

(O Círio de São Pedro era uma enorme vela, ou coluna, de cera, com o peso de 4 a 5 arrobas, que se acendia na Igreja durante os actos do culto. A Câmara, que naqueles tempos era quem administrava as coisas da Igreja, costumava alugar aquele círio para figurar em festividades de Igreja, noutras freguesias).

Vide Notas e Documentos, n.º 4.

1484

11 de Junho, ... Em audiência, no Paço do Concelho, foi condenado Gomes Leite, morador na Ericeira, a entregar uma *pedra muito pertencente para o altar da senhora Santa Marta*.

Vide Notas e Documentos, n.º 5.

1486

1 de Setembro, ... Mem de Cerveira, Cavaleiro da Casa de El-Rei, Contador das Obras e Juiz Contador dos Resi-

duos, Provedor dos Orfãos, Hospitais, Capelas, em as Contadorias de Santarém e de Alenquer, veio à Ericeira e, nesta data, tomou as contas ao Concelho para o efeito de cobrar a terça pertencente ao Rei, a qual foi entregue ao respectivo Recebedor, do que Gonçalo Gil, escrivão, passou a competente certidão.

Esta diligência repetiu-se, na Ericeira, de anos a anos, durante quási todo o século XVI.

Vide Notas e Documentos, n.º 6.

1487

27 de Março, ... El Rei Dom João II fêz doação aos frades do Convento de São Domingos de Bemfica, da sua Quinta de Ilhas, termo da Ericeira, a qual houvera de João Gonçalves «o cavaleiro».

1495

14 de Abril, ... A Câmara de Lisboa convida a da Ericeira a concorrer para as despesas resultantes da importação de trigo.

(Durante muitos anos a Câmara da Ericeira concorreu para as referidas despesas, o que dava direito aos moradores da Vila a poderem abastecer-se, em Lisboa, de todo o trigo de que necessitassem).

Vide Notas e Documentos, n.º 7.

1500

15 de Dezembro, ... El-Rei Dom Manuel concede a dízima nova do pescado, na Ericeira, ao Duque de Bragança.

ANAIIS DA ERICEIRA

SÉCULO XVI

1501

13 de Outubro, ... No cartório do escrivão da Câmara, foi apresentada ao Juiz Ordinário uma carta da Câmara de Sintra, contendo um traslado de um mandado de Dom Manuel, ordenando que se lance logo uma finta de 4 reis a cada morador, para pagamento das despesas da reforma dos Forais, visto se ter reconhecido insuficiente uma outra que já se havia lançado para o mesmo efeito.

A Carta da Câmara de Sintra é datada de 9 dêste mês e foi apresentada pelo Porteiro daquela Câmara.

Vide Notas e Documentos, n.º 8.

1502

1 de Março, ... Tendo o Duque de Bragança feito renúncia, ou troca, com El-Rei Dom Manuel, dos direitos da dizima nova do pescado da Ericeira, que lhe haviam sido concedidos em 15 de Dezembro de 1500, o mesmo Rei concedeu, nesta data, a referida dízima a Dom João Luiz de Meneses e Vasconcelos (Conde de Penela).

1503

2 de Novembro, ... Em sessão desta data foi presente à Câmara a conta da despesa feita, à custa da mesma Câmara, com o Procurador dos Forais e respectivo Escrivão que, por mandado do Rei, vieram à Ericeira fazer uma inquirição acêrca do assunto de que estavam encarregados.

Essa despesa foi a seguinte:

Pão	88 réis
Duas frangas	36 »

Uma galinha	28 réis
Polvos	20 »
Um congro (safio).	25 »
Mel	40 »
Inquirição de 10 testemunhas	82 »

1505

12 de Agosto, ... Pero Annes, homem das obras que El-Rei tem em Cascais, apresenta à Câmara um regimento pelo qual o Rei ordena que os moradores das Vilas de Colares, Chileiros, Mafra, Ericeira e reguengo da Carvoeira, concorram para as ditas obras que, segundo parece, constavam de uma torre, muralhas e outras construções de fortificação.

Vide Notas e Documentos, n.º 9.

1507

25 de Maio, ... A Câmara com o donatário Dom João Fernandes de Sousa e com os moradores da Vila, todos juntos à porta da Igreja de São Pedro, fêz acôrdo com o Clérigo João Vaz, para que êle exerça na dita Igreja o cargo do Capelão, e ali celebre Missas rezadas e cantadas, visto os beneficiados da Igreja de Mafra, que têm essa obrigação, faltarem de continuo a ela.

O referido Clérigo, além dos trintários, receberia, por ano, 80 alqueires de pão, uma pipa de vinho e quinhentos réis em dinheiro, tudo pago pelos moradores.

Vide Notas e Documentos, n.º 10.

1507

9 de Julho, ... Tendo El-Rei ordenado que as Câmaras fizessem as suas sessões duas vezes por semana, 4.^{as} feiras e sábados, deliberou a Câmara, em sessão dêste dia, enviar

o procurador do Concelho à Casa do Cível, representar contra tal determinação.

(Segundo o antigo costume, a Câmara realizava as suas sessões ordinárias uma vez por mês, e as extraordinárias quando era necessário. Parece que, depois disto, as sessões passaram a ser semanais).

1507

21 de Agôsto, ... Nesta data apresentou-se à Câmara, Gonçalo Rebêlo, Contador de El-Rei nas Comarcas de Alemquer e Sintra, e mostrou um mandado de sua Alteza, ordenando que a Câmara nomeasse 2 avaliadores, que com o dito Contador, procedessem à avaliação dos bens dos moradores da Vila, a-fim-de lhes ser lançada uma taxa destinada às obras do corregimento do Cais e do pôrto.

1507

27 de Agôsto, ... Segundo determinação régia, as obras do cais e do pôrto deveriam ser feitas em cantaria; e a Câmara, considerando que, assim, ficariam muito dispendiosas, e que mais económicas ficavam, empregando-se nelas alvenaria, deliberou, em sessão desta data, enviar a Sintra, onde El-Rei então estava, o Procurador do Concelho, a representar ao Rei nesse sentido.

1507

1 de Setembro, ... Por ordem do Ouvidor foi feito inventário de tôda a prata e paramentos da Igreja de São Pedro, e tudo entregue à guarda do Juiz Ordinário, declarando o mesmo Ouvidor que assim se devia fazer por ser êsse um costume muito antigo desta Vila.

(O Ouvidor era um Juiz que os Donatários nomeavam e residia na Vila, onde os representava em tudo que se refe-

ria ao exercício dos direitos senhoriais, e conhecia, por apelação, de tôdas as causas cíveis).

Vide Notas e Documentos, n.º 11.

1508

31 de Janeiro, ... Em sessão dêste dia apresentou-se à Câmara um Álvaro Guimarães, portador de um regimento assinado por Nuno da Silveira, no qual se determinava ao dito Guimarães que ordenasse aos Juizes das Vilas de Colares, Chileiros, Mafra e Ericeira, que lhe fornecessem uma relação de todos os moradores das suas Vilas a-fim-de serem colectados em 35 réis cada um, para as despesas das obras dos muros de Cascais. O Procurador do Concelho opôs-se a tal diligência, alegando que a Vila da Ericeira já havia pago aquela imposição, no ano de 1505; e, em nome de El Rei, requeria ao Juiz que não cumprisse tal mandato.

O Juiz perguntou ao Guimarães se êle tinha outro mandado de El-Rei ou de Nuno da Silveira, e, se o tivesse, que o mostrasse, que êle Juiz o faria cumprir. O Guimarães respondeu que não tinha outro mandado, e retirou-se logo.

O Juiz mandou, pelo Porteiro e Alcaide, intimar o Guimarães, em nome de El-Rei, que lhe apresentasse o traslado do seu regimento, para ver, por êle, se a Vila tinha de pagar mais do que já havia pago. O Guimarães respondeu que, de Cascais, lho mandaria; feito pelo seu escrivão.

Nada mais consta sôbre o assunto.

1511

4 de Junho, ... Veio à Ericeira um Fernão Esteves morador em Alemquer, empregado no serviço da remissão dos captivos no Arcebispado de Lisboa, apresentando documento do Escrivão do Manposteiro Mór da Remissão dos Captivos, que o autorizava a receber dos manposteiros pequenos, todo o dinheiro que tivessem nos seus mealheiros, e bem assim

todo o procedido de multas para a dita remissão. Um Vereador, na ausência do Juiz, ordenou ao manposteiro pequeno, na Ericeira, que fizesse entrega daquele dinheiro; e sendo quebrados dois mealheiros, nêles se acharam 376 réis, que o dito Fernão Esteves logo recebeu. O Procurador do Concelho apresentou 320 reis, procedidos de condenações, tirando-lhe a 4.^a parte, por emolumentos que lhe pertenciam. E, sendo presente um homem do lugar dos Mógos, da Frèguesia de Santo Isidoro, fêz entrega da quantia de 327 réis, procedidos do mealheiro da dita Frèguesia e peditório nela.

1512

8 de Junho, ... Em sessão desta data, delibera a Câmara que o Procurador do Concelho vá a Lisboa com um dos Vereadores informar a quem trata dos Forais, acêrca dos «Conductos».

(Os «Conductos» era um direito que tinham os pescadores, pelo antigo Foral, de, em cada 12 peixes, tirarem 1 para seu mantimento, e de que não pagavam imposto.

Pelo que consta da acta da sessão de 13 de Outubro de 1511, parece que estiveram em risco de perderem êsse antigo direito, que, afinal, sempre lhes foi concedido, no novo Foral, ainda que reduzido).

1513

31 de Agôsto, ... Nesta data, El-Rei Dom Manuel assina o novo Foral para a Vila da Ericeira.

1517

10 de Janeiro, ... Perante a Câmara e o Povo foi publicado o novo Foral, que foi apresentado por Braz de Fer.^a morador em Aveiro e encarregado pelo Rei de distribuir os forais na Comarca da Extremadura.

Vide Notas e Documentos, n.º 12.

1518

6 de Dezembro, ... O Ouvidor ordena à Câmara que faça construir a fôrca de pedra e cal, com duas pilastras sôbre duas bases, pau atravessado e a respectiva corda. A Câmara apelou desta ordem, mas o Ouvidor não lhe recebeu a apelação.

(De tempos muito antigos que na Ericeira existia a fôrca, mas construída de madeira, sendo necessário repará-la, de tempos a tempos, conforme se mostra pelas contas de despesa dos Procuradores do Concelho. Parece que, desta vez, se construiu de alvenaria, pois ainda nos meados do século passado se via, no Alto da Fôrca, um montão de negras pedras que se dizia serem da demolição da fôrca).

1522

16 de Junho ... O conde de Penela, que tinha a dízima nova do pescado na Ericeira, dada por El-Rei Dom Manuel, foi condenado por sentença a retirar da Vila o Juiz e Escrivão privativos que abusivamente aqui tinha pôsto.

Esta causa foi intentada pela Câmara, incitada pelo senhor donatário, Dom João de Sousa.

Vide Notas e Documentos, n.^{os} 13 e 14.

1527

17 de Setembro, ... Veio à Ericeira Jorge Fernandes, escrivão da Chancelaria da Comarca da Extremadura, proceder ao recenseamento da população, por mandado de Dom João III, e, juntamente com os da Câmara, averiguou o seguinte :

«Na vila da Eyriceira ha 75 visinhos no corpo da vila, dos quaes sam 2 escudeiros e 2 clérigos e 17 viúvas e o mais he povo».

1530

14 de Fevereiro, ... Os Beneficiados da Igreja de Santo André de Mafra foram condenados por sentença de Juiz Eclesiástico a pôr um Capelão permanente na Capela de São Pedro da Ericeira, com carta de cura de almas, em cada ano; e não pondo o dito Capelão, no prazo de 10 dias a contar da publicação da sentença, os moradores da Ericeira ponham o dito Capelão à custa dos dízimos que aqueles Beneficiados haviam de receber.

A causa foi intentada pelos moradores da Ericeira.

Vide Notas e Documentos, n.º 15.

1531

3 de Janeiro, ... A Câmara e o Povo, segundo o antigo costume, nomearam para exercer o cargo de Guarda-Mór de Saúde, (por motivo de os ares corruptos de peste) ao Juiz Ordinário do Concelho, e para seu Escrivão, o da Câmara.

O senhor donatário da Vila, Dom João de Sousa, impediu tal nomeação, alegando que a êle, como senhor da terra, pertencia isso e não à Câmara. Esta apelou para o Rei.

Vide Notas e Documentos, n.º 16.

1531

11 de Maio, ... Dom João de Sousa, senhor donatário da Ericeira, foi condenado por sentença do Desembargo do Paço a desistir de perturbar e impedir a Câmara de nomear os guarda-mores de saúde, visto se ter provado que a mesma Câmara sempre esteve na posse de fazer tal nomeação, e êle donatário não ter jurisdição para a fazer.

Vide Notas e Documentos, n.º 17.

1531

22 de Maio, ... Na Ericeira, nos apôsentos de Dom João de Sousa, estando presentes todos os da Câmara, foi, pelo Escrivão da mesma, lida ao dito donatário a sentença atrás mencionada.

E logo o Procurador do Concelho requereu ao Juiz, em nome do mesmo Concelho, que cumprisse a dita sentença. E, em cumprimento dela, logo a Câmara pôs guardas na Vila.

1536

10 de Novembro, ... Dom João de Sousa, senhor donatário, foi condenado por sentença do Juiz dos Feitos de El-Rei, em ser suspenso da sua jurisdição, por abusos e violências que praticou contra os moradores da Vila; e nas custas dos autos.

Vide Notas e Documentos, n.º 18.

1547

25 de Outubro, ... Dom João III, por seu Alvará, concede aos pescadores da Ericeira, que possam vender o peixe a ôlho, e não a pêso, conforme havia determinado.

1548

29 de Outubro, ... Gaspar Gonçalves, da Ericeira, apresenta em Câmara uma provisão de Dom António, Conde de Linhares, Provedor-Mór da Remissão dos Captivos, na qual, é nomeado o dito Gonçalves, para exercer na Vila o cargo de Procurador e Solicitador dos Captivos.

1575

26 de Novembro, ... Alvará régio, datado de Almeirim, concedendo à Câmara a faculdade de poder ter as medidas do padrão do Concelho construídas de metal, e não ser obri-

gada a tê-las de bronze, ou metal campanil, conforme determina a Lei das medidas.

1578

8 de Maio, ... Neste dia realizou-se uma Procissão, da Ermida de Santa Marta, até à Igreja de São Pedro, onde foi publicada a Bula da Santa Cruzada, pelo Padre Frei Luiz de Cácegas, da Ordem de São Domingos.

1580

28 de Agosto, ... O Duque de Alba, Dom Fernando Álvares de Toledo, concede, nesta data, à Vila da Ericeira, que nela não entrem nem alojem tropas algumas sob sua jurisdição; isto pelo motivo de a Câmara ter ido prestar obediência a El-Rei seu senhor.

1585

12 de Junho, ... Entrou preso, em Lisboa, Mateus Álvares, natural dos Açores, que, sendo Ermitão na Ermida de São Julião, Frèguesia da Carvoeira, quis fazer-se passar como sendo El-Rei Dom Sebastião, no que foi coadjuvado por um lavrador de Rio de Moiro, chamado Pedro Afonso, e por António Simões, Escrivão dos Armazéns, e Gregório de Barros, ourives de El-Rei, ambos moradores em Lisboa, levantando em armas uns 3 mil homens, não só da Ericeira como das frèguesias limítrofes; e, depois de muitas peripécias, houve um combate junto à Igreja de Nossa Senhora do Ó, do Pôrto da Carvoeira, com duas companhias de infantaria espanhola, na fôrça de 400 homens, comandadas pelos capitães Calderon e Santo Estebam, que desbarataram os revoltosos, morrendo ali muitos deles, entre os quais foram Pero Luiz, do Arneiro da Reganha, e João Roiz, de Cortesia, ambos da Frèguesia de São João das Lampas, que foram sepultados no Adro da dita Igreja do Pôrto. O falso

Rei fugiu mas a Justiça conseguiu prendê-lo e o levou para Lisboa, onde foi justicado à moda daquele tempo. Na Ericeira foram enforcados 20 homens, e muitos outros foram condenados para as galés, tendo sido também muitos perdoados. E assim acabou a façanha patriótica de Mateus Álvares, conhecido na História por «o Rei da Ericeira».

Vide Notas e Documentos, n.º 19.

1594

Neste ano foram medidas e demarcadas judicialmente as propriedades pertencentes à Igreja de São Pedro da Ericeira.

1598

25 de Novembro, ... Não obstante a sentença de 11 de Maio de 1531, o Corregedor da Comarca (Alemquer) Manuel Leitão, nomeou Guarda-Mór de Saúde na Ericeira, a Fernão Gonçalves da Câmara, dizendo que o nomeado era um fidalgo muito honrado e que não havia outro de maior confiança na Vila para exercer aquele cargo; acrescentando que o havia nomeado por mandado dos Senhores Governadores, e ameaçando a Câmara se ela se opusesse a isto.

(Continua).

J. DE OLIVEIRA LOBO E SILVA.

CATÁLOGO
DOS MANUSCRITOS DE SIMANCAS
RESPEITANTES À HISTÓRIA PORTUGUESA⁽¹⁾

Castro Pereira, Francisco de. Madrid, 29 mayo 1647-2653-26.

— da Silva, Diego de. Madrid, 16 julio 1663-2659-8.

Cavaleiro, Francisco de Lara. V. Lara Cavaleiro, Francisco.

Cerda, Francisco Pereira Freire de la. V. Pereira Freire de la Cerda, Francisco.

Cid, Pedro Dias, V. Dias Cid, Pedro.

Coelho, Diego Vas. V. Vas Coelho, Diego.

— de Almeida, Manuel. Madrid, 19 febrero 1666-2666-13.

— de Andrade, Manuel. Madrid, 1 diciembre 1651-2655-10.

Cordeiro de Lima, Alfonso, Madrid, 7 noviembre 1650-2655-19.

Coresma de Carvalho, Manuel. Madrid, 4 septiembre 1651-2655-12.

— Gago, Benito. Madrid, 11 agosto 1642-2651-21.

Corte Real, António de Britto. V. Britto Corte Real, António de.

—, Francisco Moura. V. Lumiares, Conde de.

—, Simón Ribelo de. V. Ribelo de Corte Real, Simón.

Correa, Juan Gedes. V. Gedes Correa, Juan.

— Alcoforado, Diego. Madrid, 24 mayo 1647-2653-24.

(1) Cont. do n.º 2, pág. 266.

Correia da Fonseca, Francisco. Madrid, 13 noviembre 1648-2654-10.

— de Franca, Belchor. Madrid, 8 junio 1648-2654-6.

— —, Sebastián. Madrid, 8 julio 1648-2654-6.

— Guerra, Francisco. Madrid, 28 marzo 1661-2658-2.

— de Guevara, António. Madrid, 27 mayo 1643-2662-9.

— Lopes, António. Madrid. 12 mayo 1643-2652-7.

— Mathoso, Jacinto. Madrid, 7 noviembre 1642-2651-39.

Costa, Alfonso Raposo da. V. Raposo da Costa, Alfonso.

—, Domingo Carneiro da. V. Carneiro da Costa, Domingo.

—, Fernando Peres da. V. Peres da Costa, Fernondo.

—, Gonzalo Peres da. V. Peres da Costa, Gonzalo.

—, Lorenzo Roiz da. V. Roiz da Costa, Lorenzo.

—, Manuel Jácome da. V. Jácome da Costa, Manuel.

—, Pedro Alvares da. V. Alvares da Costa, Pedro.

—, Simión da. 1643-2652-13.

— de Albuquerque, António da. Madrid, 4 mayo 1648-2654-1.

— Pacheco, Antonio da. Madrid, 5 febrero 1644-2652-22.

— Pita, Francisco da. Madrid, 20 septiembre 1649-2654-33.

— de Sousa, Antonio da. Madrid, 4 junio 1649-2654-24.

Couto, Francisco Fernandes. V. Fernandes Couto, Francisco.

Cunha, Luís Álvares da. V. Álvares da Cunha, Luís.

—, Manuel da. Madrid, 2 octubre 1665-2660-5.

Curado, Andrés Fernandes. V. Fernandes Curado, Andrés.

Curotier, Manuel Pais. V. Pais Curotier, Manuel.

Dias Agostini, Alfonso. Madrid, 1 septiembre 1649-2654-32.

—, Amaro. Madrid, 31 diciembre 1664-2659-25.

—, António. Madrid, 7 mayo 1659-2657-8.

— de Andrade, Manuel. Madrid, 17 agosto 1644-2652-28.

— Cid, Pedro, Madrid, 1 septiembre 1642-2651-25.

— da Grada, Fernán. Madrid, 13 enero 1642-2651-46.

Dias Mantelão de Freitas, Gregório. Madrid, 25 noviembre 1648-2654-17.

Dinis de Acosta, Miguel. Madrid, 11 noviembre 1643-2652-17.

Domedel Ferreira, Francisco. Madrid, 25 junio 1664-2659-16.

Domingues Pacheco, Francisco. Madrid, 13 junio 1644-2652-24.

Doria, Vasco. Madrid, 26 noviembre 1647-1656-19.

Dorta, Andrés Madeira. V. Madeira Dorta, Andrés.

—, Gaspar Gomes. V. Gomes Dorta, Gaspar.

Durão, Francisco Vicente. V. Vicente Durao, Francisco.

Enriques, Belchior Veles. V. Veles Enriques, Belchior.

Espinosa, Fernando de. Madrid, 17 febrero 1652-2655-20.

Esquivel, Pedro Rodrigues. V. Rodrigues Esquivel, Pedro.

Estevez, Domingo. Madrid, 18 julio 1664-2659-22.

—, Gonzalo. Madrid, 18 julio 1664-2659-20.

Fagundes, Thomás. Madrid, noviembre 1643-2652-18.

Falcão, Alejandro da Silva. V. Silva Falcao, Alejandro.

—, Manuel da Silva. V. Silva Falcao, Manuel da.

—, Sebastián Marinho. V. Marinho Falcao, Sebastián.

Faria, Gualter Salgado de. V. Salgado de Faria, Gualter.

Farinha, Juan Sánchez. V. Sánchez Farinha, Juan.

Farto de Andrade, Fernando. Madrid, 7 mayo 1648-2654-15.

Feo, Manuel Paiva. V. Paiva Feo, Manuel.

Fernandes, António. Madrid, 25 septiembre 1652-2656-7.

— Couto, Francisco. Madrid, 7 octubre 1642-2651-19.

— Curado, Andrés. Madrid, 1 junio 1660-2660-1.

— Gigante, Mateo. Madrid, 30 septiembre 1649-2654-34.

— Lamberto, Diego. Madrid, 6 septiembre 1647-2653-33.

— de Santa Maria, Alfonso. Madrid, 31 marzo 1667-2660-20.

— Sermenho, Manuel. Madrid, 4 noviembre 1652-2658-26.

— Veigas, Andrés. Madrid, 23 mayo 1646-2653-5.

Ferreira, Domingo. Madrid, 7 diciembre 1655-2656-9.

Ferreira, Francisco Domedel. V. Domedel Ferreira Francisco.

—, Francisco Pais. V. Pais Ferreira, Francisco.

—, Jorge de Madureira. V. Madureira Ferreira, Jorge de.

— d'Almeida, Alejandro. Madrid, 24 noviembre 1666-2660-22.

— Cardoso, Pantaleón. Madrid, 13 septiembre 1663-2659-11.

— de Sa, Pedro. Madrid, 11 julio 1646-2653-14.

Figueiredo Botelho, António de. Madrid, 29 mayo 1660-2657-17.

—, Gaspar de. Madrid, 1645-2652-41.

Finados Rodrigues, Diego. Madrid, 23 diciembre 1661-2658-13.

Florentino de Puey, Carlos. Madrid, 2 enero 1656-2656-12.

Folgado de Sousa, Simón. Madrid, 24 mayo 1659-2657-11.

Fonseca, Cristóbal de. Madrid, 23 mayo 1646-2653-7.

—, Diego de. Madrid, 3 diciembre 1665-2660-7.

—, Enrique da. Madrid, 28 noviembre 1650-2655-18.

—, Francisco Correa da. V. Correa da Fonseca, Francisco.

—, Gaspar da Silva da. V. Silva da Fonseca, Gaspar da.

—, Giraldo Mendes da. V. Mendes da Fonseca, Giraldo.

—, Juan Botelho da. V. Botelho da Fonseca, Juan.

—, Manuel da. Madrid, 21 octubre 1660-2657-24.

—, Manuel de Madeira da. V. Madeira da Fonseca, Manuel de.

—, Simón de Mesa y. V. Mesa y Fonseca, Simón de.

— e Silva, Francisco da. Madrid, 27 marzo 1651-2655-23.

Fragoso, Juan de Matos. V. Matos Fragoso, Juan de.

Franca, Belchor Correa de. V. Correa de Franca, Belchor.

—, Bras da. Madrid, 7 octubre 1642-2651-27.

—, Diego Lopes da. V. Lopes da Franca, Diego.

Franca, Heitor de Andrade da. V. **Andrade da Franca, Heitor de.**

—, **Lanzarote da.** Madrid, 1 septiembre 1649-2654-32.

—, **Sebastián Correa de.** V. **Correa de Franca, Sebastián.**

Franco, Agustín. Madrid, 28 febrero 1665-2660-10.

—, **Paulo.** Madrid, 23 mayo 1646-2652-42.

Freire, Manuel. Madrid, 18 agosto 1661-2658-7.

—, **Nuño Manuel Pereira.** V. **Pereira Freire, Nuño Manuel.**

— **de Noronha, Baltasar.** Madrid, 9 agosto 1645-2652-38.

— —, **Belchior.** Madrid, 24 mayo 1647-2653-21.

Freitas, Gregorio Dias Mantelão de. V. **Dias Mantelão de Freitas, Gregorio.**

— **Lazaro, Alberto de.** Madrid, 11 julio 1650-2655-16.

— **de Sequeira, Jerónimo.** Madrid, 7 octubre 1642-2651-18.

Freire de Andrade, Antonio. Madrid. 25 septiembre 1664-2659-23.

— **de la Cerda, Francisco Pereira.** V. **Pereira Freire de la Cerda, Francisco.**

Furtado de Mendoza, Thome. 28 marzo 1668-2660-25.

— —, **Tomé.** Madrid, 15 septiembre 1665-2660-24.

Gago, Benito Coresma. V. **Coresma Gago, Benito.**

Gama, Francisco da. Madrid, 4 marzo 1658-2657-1.

Gedes Correa, Juan. Madrid, 7 noviembre 1647-2653-32.

Gigante, Mateo Fernandes. V. **Fernandes Gigante, Mateo.**

Gil Afonso, Diego. Madrid, 22 diciembre 1642-2651-35.

Gomes, Martín Sebolinho. V. **Sebolinho Gómez, Martín.**

— **Dorta, Gaspar.** Madrid, 18 marzo 1664-2659-15.

— **Pinto, Sebastián.** Madrid, 6 noviembre 1643-2652-15.

— — **Sebolinho, Manuel.** Madrid, 7 junio 1658-2657-3.

Gonzales Pacanha, Sebastián. Madrid, 8 marzo 1645-2652-43.

Gonzalves, Baltasar. Madrid, 1 septiembre 1642-2651-29.

Gouvea de Mendoza, Diego de. Madrid, 7 noviembre 1647-2653-35.

—, Juan de Mendoza de. V. Mendoza de Gouveia, Juan de.

Grada, Fernán Dias da. V. Dias da Grada, Fernán.

— de Mendoza, Jesé de. Madrid, 11 agosto 1642-2651-22.

Grade de Mendoza, António de. Madrid, 6 julio 1644-2653-23.

Guerra, Francisco Correa. V. Correa Guerra, Francisco.

—, Gaspar de Sequeira da. V. Sequeira da Guerra, Gaspar de.

Guevara, António Correa de. V. Correa de Guevara, António.

Guevara, Gonzalo de. Madrid, 16 julio 1654-2659-21.

—, Juan Carvalho de. V. Carvalho de Guevara, Juan.

— e Vasconcelos, Pedro de. Madrid, 16 julio 1659-2657-12.

Guterres, Joan Pereira. V. Pereira Guterres, Joan.

Hurtado de Mendoza, Lorenzo. Madrid, 30 abril 1663-2659-7.

Jacome da Costa, Manuel. Madrid, 24 septiembre 1649-2654-36.

Jimenes Serrado, Manuel. Madrid, 23 diciembre 1661-2658-11.

Lamberto, Diego Fernandes. V. Fernandes Lamberto, Diego.

Lara Cavaleiro, Francisco de. Madrid, 15 marzo 1645-2652-30.

Lazaro, Alberto de Freitas. V. Freitas Lazaro, Alberto de.

Leal de Carvalho, Amador. Madrid, 22 marzo 1645-2652-26.

Leitão, Alfonso de Siqueira. V. Siqueira Leitao, Alfonso.

Leite, Pedro de Macedo. V. Macedo Leite, Pedro de.

— Pereira, Diego, Madrid, 3 abril 1647-2653-23.

Liaon, Hector de. 1643-2652-11.

Lima, Alvaro de. Madrid, 17 agosto 1644-2652-27.

—, Juan de. Madrid, 10 mayo 1645-2652-35.

- Lima Antemes**, Antonio de. Madrid, 9 junio 1665-2660-4.
Lira, Alfonso Cordeiro de. V. Cordeiro de Lira, Alfonso.
 — **Pereira**, Gregorio de. Madrid, 22 marzo 1664-2659-13.
Lobo, Diego Nabo. V. Nabo Lobo, Diego.
 —, Francisco Méndes. V. Méndes Lobo, Francisco.
 —, Juan Vieira. V. Vieira Lobo, Juan.
 —, Luis, Madrid, 8 enero 1644-2652-21.
 — **Barbosa**, Jerónimo. Madrid, 18 agosto 1661-2658-6.
 — —, Simón. Madrid, 7 noviembre 1647-2653-34.
 — **de Mendoza**, José. 1663-2659-4.
 — —, Manuel. Madrid, 27 junio 1646-2653-11.
Lopes, Antonio Correa. V. Correa Lopes, António.
 —, Francisco Rodrigues. V. Rodrigues Lopes, Francisco.
 — **Arinho**, José. Madrid, 17 febrero 1663-2659-2.
 — **Banha**, Antonio. Madrid, 13 julio 1663-2659-10.
 — —, Francisco. 1649-2654-26.
 — —, Francisco. Madrid, 14 julio 1649 2654-28.
 — —, Gonzalo, Madrid, 1662-2658-19.
 — —, Juan. Madrid, 18 julio 1662-2658-20.
 — —, Mateo. Madrid, 20 julio 1662-2658-21.
 — **da Franca**, Diego. Madrid, 7 octubre 1642-2651-33.
 — **de Mendoza**, Simón. Madrid, 12 mayo 1643-2652-5.
 — **de Oliveira**, Juan. Madrid, 29 marzo 1667-2066-21.
 — **Paes**, Antonio. Madrid, 8 febrero 1645-2652-32.
 — —, Antonio. Madrid, 4 noviembre 1662-2658-27.
 — —, Gonzalo. Madrid, noviembre 1643-2652-16.
 — —, Lorenzo. Madrid, 24 marzo 1649-2654-13.
 — **Tavares**, Baltasar. Madrid, 7 septiembre 1641-2654-29.
 — —, Francisco. Madrid, 7 noviembre 1642-2651-38.
Lucena, Francisco de. Madrid, 19 julio 1655-2656-5.
Luis, Simon. Madrid, 4 febrero 1642-2651-2.
Lumiares, Conde de. Madrid, 10 julio 1651-2655-25.
Macedo, Domingo Teixeira de. V. Teixeira de Macedo, Domingo.

- Macedo, José Rangel.** V. Rangel Macedo, José.
——, Manuel Rangel de. V. Rangel de Macedo, Manuel.
—— Leite, Pedro de Zaragoza, 8 octubre 1642-2651-36.
Machado, Juan Roiz. V. Roiz Machado, Juan.
——, Luis. Madrid, 29 mayo 1647-2653-28.
—— de Sousa, Juan. Madrid, 9 julio 1664-2659-18.
Madeira Dorta, Andrés. Madrid, 24 mayo 1659-2657-9.
—— da Fonseca, Manuel de. Madrid, 30 abril 1657-2656-15.
Madureira Ferreira, Jorge de. Madrid, abril 1642-2651-11.
Manco, Manuel. 1656-2656-13.
Mantelão de Freitas, Gregorio Dias. V. Dias Mantelão de Freitas, Gregório.
Marinho Falcão, Sebastián. Madrid, 29 agosto 1651-2655-14.
Marques, Gaspar Péres. V. Péres Marques, Gaspar.
Martinez Bocarro, Sebastián. 1646-2653-20.
—— Pereira, Sebastián. 8 agosto 1662-2658-22.
Martins de Ayala, Fernando. Madrid, 5 julio 1660-2657-20.
—— de Matos, Simón. Madrid, 28 junio 1645-2652-39.
Mateus de Moncao, Pero. Madrid, 12 mayo 1642-2651-16.
Mathos Fragoso, Juan de. Madrid, 17 noviembre 1663-2658-30.
Mathoso, Jacinto Correa. V. Correa Mathoso, Jacinto.
Matos, Antonio Abreu de. V. Matos de Abreu, Antonio.
——, José Alvares de. V. Alvares de Matos, José.
——, Simón Martins de. V. Martins de Matos, Simón.
——, Thome Alvares de. V. Alvares de Matos, Thome.
Matoso, Francisco Vieira, V. Vieira Matoso, Francisco.
——, Juan de Vieira. V. Vieira Matoso, Juan de.
Mendes, Gaspar. Madrid. 30 mayo 1659-2657-6.
—— da Fonseca, Giraldo. Madrid, 16 junio 1649-2654-21.
—— Lobo, Francisco. Madrid, 22 abril 1643-2652-1.
—— Soares, Manuel. 1663-2659-6.
Mendoza, Antonio de. Madrid, 20 octubre 1651-2655-28.
——, Antonio de. 3 octubre 1662-2658-25.

Mendoza, Antonio de Grade de. V. Grade de Mendoza, Antonio.

—, Diego de Gouea de. V. Gouea de Mendoza, Diego de.

—, Diego Nabo Arrais de. V. Nabo Arrais de Mendoza, Diego.

—, Diego Vas. V. Vas de Mendoza, Diego.

—, Domingo Vas de. V. Vas de Mendoza, Domingo.

—, Gonzalo Arraes de. V. Arraes de Mendoza, Gonzalo.

—, José de Grada de. V. Grada de Mendoza, José de.

—, José Lobo de. V. Lobo de Mendoza, José.

—, Lorenzo Arrais de. V. Arrais de Mendoza, Lorenzo.

—, Lorenzo Hurtado de Mendoza, Lorenzo.

—, Manuel Arrais de. V. Arrais de Mendoza, Manuel.

—, Manuel Lobo de. V. Lobo de Mendoza, Manuel.

—, Pedro Barbosa de. V. Barbosa de Mendoza, Pedro.

—, Sebastián de. Madrid, 20 septiembre 1645-2652-40.

—, Simón Lopes de. V. Lopes de Mendoza, Simón.

—, Thomé Arrais. V. Arrais de Mendoza, Thomé.

—, Tomé Furtado de. V. Furtado de Mendoza, Tomé.

— Arrais, Pedro de. Madrid, 12 agosto 1648-2654-9.

— de Gouvea, Juan de. 1668-2660-23.

Meneses, Jorge Monis de. V. Monis de Meneses, Jorge.

Mesa y Fonseca, Simón de. Madrid, 11 abril 1646-2653-8.

Mesquita, Pedro Barba de. V. Barba de Mesquita, Pedro.

Mexias Barbosa, Manuel. Madrid, 13 enero 1642-2651-41.

Miranda Caldeira, Juan de. Madrid, 18 julio 1650-2655-13.

Mogrovejo, Miguel de Varo. V. Varo Mogrovejo, Miguel de.

Moncao, Pero Mateus de. V. Mateus de Moncau, Pero.

Monis, Juan Bautista. Madrid, 9 agosto 1655-2656-6.

— de Meneses, Jorge. Madrid, mayo 1642-2651-15.

Monteiro, Francisco d'Almeida. V. Almeida Monteiro, Francisco de.

Moraes, Antonio Rebelo de. V. Rebelo de Moraes, Antonio.

- Moraes, Juan de.** Madrid, 11 abril 1646-2653-2.
—, **Juan Ribeiro de.** V. **Ribeiro de Moraes, Juan.**
Morais Noronha, Silvestre de. Madrid, 10 octubre 1650-2955-6.
Morales Pedrosa, Diego de. Madrid, 22 febrero 1666-2660-14.
Moreira, Alejandro. Madrid, 27 febrero 1665-2660-8.
—, **Antonio de Andrade.** V. **Andrade Moreira, Antonio de.**
Moura Corte Real, Francisco. V. **Lumiares. Conde de.**
Munis, Francisco. Conde de Bemposta. Madrid, 8 agosto 1651-2665-26.
Nabo Arrais de Mendoza, Diego. Madrid, 11 agosto 1642-2651-24.
— **Lobo, Diego.** Madrid, mayo 1642-2651-9.
Navaes, Antonio de Valencia. V. **Valencia Navaes, Antonio de.**
Nobre Canelas, Manuel. Madrid, 31 mayo 1655-2656-3.
Noronha, Baltasar Freire de. V. **Freire de Noronha, Baltasar.**
—, **Belchior Freire de.** V. **Freire de Noronha, Belchior.**
—, **Jorge da Camara de.** V. **Camara de Noronha, Jorge da.**
—, **Silvestre Morais.** V. **Morais Noronha, Silvestre.**
Nogueira, Antonio. Madrid, 22 agosto 1650-2655-2. Natural de Freixo de Espada á Cinta.
Nuñes Carrasco, Matias. Madrid, 12 marzo 1642-2651-14.
Oliveira, Juan de. Madrid, 27 marzo 1650-2655-22.
—, **Juan Lopes de.** V. **Lopes de Oliveira, Juan.**
Pacanha, Sebastián Gonzales Pacanha, Sebastián.
Pacheco, Antonio da Costa. V. **Costa Pacheco, Antonio da.**
—, **Duarte Salgado.** V. **Salgado Pacheco, Duarte.**
—, **Francisco Andrade.** V. **Andrade Pacheco, Francisco.**
—, **Francisco Domingues.** V. **Domingues Pacheco, Francisco.**
Paes, Antonio Lopes. V. **Lopes Paes. Antonio.**

- Paes, Gonzalo Lopes.** V. Lopes Paes, Gonzalo.
 —, Lorenzo Lopes. V. Lopes Paes, Lorenzo.
 —, Manuel. Madrid, 8 julio 1648-2654-8.
 — de Araujo, Gonzalo. Madrid, 9 julio 1649-2654-25.
 — Curotier, Manuel. Madrid, 4 marzo 1654-2656-1.
 — Ferreira, Francisco. Madrid, 15 marzo 1659-2657-13.
 — de Sande, Antonio. Madrid, 2 mayo 1659-2657-7.
Paiva Feo, Manuel de. Madrid, 26 noviembre 1664-2659-24.
 — de Amaral, Diego de. Madrid, 12 junio 1606-2657-19.
Pardo de Castilho, Jerónimo. Madrid, 27 agosto 1655-2656-7.
Pedrosa, Diego de Morales. V. Morales Pedrosa, Diego.
Penhalosa, Jorge Barbosa de. V. Barbosa de Penhalosa, Jorge.
Pereira, Antonio Ribeiro. V. Ribeiro Pereira, Antonio.
 —, Baltasar Pinto. V. Pinto Pereira, Baltasar.
 —, Diego Leite. V. Leite Pereira, Diego.
 —, Diego Ribeiro. V. Ribeiro Pereira, Diego.
 —, Domingo Pinto. V. Pinto Pereira, Domingo.
 —, Esteban. Madrid, noviembre 1643-2652-19.
 —, Fernando Rodrigues. V. Rodrigues Pereira, Fernando.
 —, Francisco de Castro. V. Castro Pereira, Francisco de.
 —, Francisco Vas. V. Vas Pereira, Francisco.
 —, Gonzalo. Madrid, 17 febrero 1645-2652-31.
 —, Gregorio de Lira. V. Lira Pereira, Gregorio.
 —, Luis Ribeiro. V. Ribeiro Pereira, Luis.
 —, Manuel Viegas. V. Viegas Pereira, Manuel.
 —, Pascual. Madrid, 5 junio 1648-2654-5.
 —, Sebastián. Madrid, 7 julio 1656-2656-11.
 —, Sebastián Martínez. V. Martínez Pereira, Sebastián.
 — de Abreu, Baltasar. Madrid, 16 abril 1649-2654-60.
 — de Castro, Diego. Madrid, 29 julio 1662-2658-23.
 — —, Francisco. Madrid, 7 enero 1657-6656-61.
 — Freire, Nuño Manuel. Madrid, 8 octubre 1659-6657-14.

Pereira Freire de la Cerda, Francisco. Madrid, 21 julio 1666-6660-18.

— **Guterres, Joan.** Madrid, 9 junio 1646-6651-1.

— **de Rocha, Bernardo.** Madrid, 16 enero 1647-2653-22.

— **de Sande, Jorge.** Madrid, 22 abril 1643-6656-8.

— **Viegas, Manuel.** Madrid, 12 agosto 1666-6660-16.

— —, **Miguel.** Madrid, 8 julio 1648-6654-3.

Peres da Costa, Fernando. Madrid, 9 junio 1651-6655-64.

— —, **Gonzalo.** Madrid, 25 septiembre 1665-6660-6.

— **Marques, Gaspar.** Madrid, 24 mayo 1647-6653-67.

— **da Veiga de Carvalho, Manuel.** Madrid, 1 junio 1665-6660-6.

Pimentel, Francisco Araujo y. V. Araujo y Pimentel, Francisco.

Pinto, Sebastián Gomes. V. Gomes Pinto, Sebastián.

— **Pereira, Baltasar.** Madrid, 12 enero 1647-6653-17.

— —, **Domingo.** Madrid, 8 marzo 1645665-6-33.

Pita, Francisco da Costa. V. Costa Pita, Francisco.

Puey, Carlos Florentino de. V. Florentino de Puey. Carlos.

Quintanilha, Francisco de. Madrid, 7 julio 1664-2659-17.

Rangel de Macedo, José. Madrid, 1 febrero 1666-2660-12.

— —, **Manuel.** 1650-2655-8.

Raposo. Antonio. Madrid, 18 abril 1646-2253-3.

— **da Costa, Alfonso.** Madrid, 4 febrero 1659-2257-5.

Rebello de Moraes, Antonio. Madrid, 13 enero 1642-2651-44.

Reis, Gaspar dos. Madrid, 26 enero 1663-2659-3.

Resende, Felipe de. Madrid, 12 junio de 1648-2654-7.

Ribeiro, Jeronimo. Madrid, 17 marzo 1642-2651-5.

— **de Carvalho, Juan.** Madrid, 19 agosto 1660-2657-22.

— **de Moraes, Juan.** Madrid, 22 abril 1643-2652-6.

— **Pereira, Antonio.** Madrid, 5 junio 1662-2658-12.

— —, **Diego.** Madrid, febrero 1642-2651-48.

— —, **Luis.** Madrid, 13 enero 1642-2651-40.

— **de Vasconcelos,** Madrid, 18 julio 1650-2655-3.

- Ribelo de Corte Real**, Simão. Madrid, mayo 1642-2651-13.
- Rocha**, Bernardo Pereira de. V. Pereira de Rocha, Bernardo.
- Rodrigues**, Antonio. Madrid, 23 diciembre 1661-2658-15.
- Diego Finados. V. Finados Rodrigues, Diego.
- de Carvalho, Esteban. 1649-2654-35.
- Esquivel, Pedro. Madrid, 2 diciembre 1662-2658-28.
- Lopes, Francisco. Madrid, 9 junio 1649-2654-22.
- Pereira, Fernando. Madrid, 18 junio 1647-2653-29.
- de Sousa, Manuel. Madrid, 6 mayo 1648-2654-4.
- Roiz da Costa**, Lorenzo. Madrid, febrero 1645-2652-34.
- Machado, Juan. Madrid, 12 mayo 1643-2652-4.
- , Roque Alonso. V. Alonso Roiz, Roque.
- Sá**, Pedro Ferreira de. V. Ferreira de Sá, Pedro.
- Saa**, Manuel de. Madrid, 14 julio 1665-2660-3.
- Salcedo da Silva**, Juan de. Madrid, 26 septiembre 1664-2659-1.
- Salgado de Faria**, Gualter, Madrid, 13 agosto 1649-2654-29.
- Pacheco, Duarte. Madrid, 26 febrero 1661-2658-1.
- Sanchez Farinha**, Juan. Madrid, 23 noviembre 1666-2660-19.
- Sande**, Antonio Paes de. V. Paes de Sande, Antonio.
- , Jorge Pereira de. V. Pereira de Sande, Jorge.
- Santa Cruz de Vilhalobos**, Juan de. Madrid, 10 octubre 1650-2655-17.
- Santa Maria**, Alfonso Fernandes de. V. Fernandes de Santa Maria.
- Sebolinho**, Juan. Madrid, 19 diciembre 1646-2653-16.
- , Manuel. Madrid, 9 agosto 1645-2652-36.
- , Manuel Gomes. V. Gomes Sebolinho, Manuel.
- Gomes, Martín. Madrid, 24 marzo 1649-2654-19.
- Sedenho**, Paulo de Serpa. V. Serpa Sedenho, Paulo de.
- Seixas**, Gaspar de. Madrid, junio 1642-2051-20.
- Sequeira**, Diego Camello de. V. Camello de Sequeira, Diego.
- , Jerónimo Freitas de. V. Freitas de Sequeira, Jerónimo.

Sequeira da Guerra, Gaspar de. Madrid, 11 septiembre 1647-2653-31.

Sermenho, Luis Alvares. V. Alvares Sermenho, Luis.

—, Manuel Fernandes. V. Fernandes Sermenho, Manuel.

Serpa Sedenho, Paulo de. Madrid, 21 junio 1664-2659-14.

Serrado, Manuel Jimenes. V. Jimenes Serrado, Manuel.

Silva, Diego de Castro da. V. Castro da Silva, Diego de.

—, Francisco da. Madrid, 13 septiembre 1660-2657-23.

—, Francisco da Fonseca e. V. Fonseca e Silva, Francisco da.

—, Juan de Salcedo da. V. Salcedo da Silva, Juan de.

—, Thomé da. Madrid, 13 enero 1642-2651-45.

— Falcão, Alejandro da. Madrid, 23 agosto 1664-2659-19.

— —, Manuel da. Madrid, 19 diciembre 1657-2656-20.

— da Fonseca, Gaspar da. Madrid, 30 enero 1660-2657-21.

Silveira, Gonzalo Barbosa da. V. Barbosa da Silveira, Gonzalo.

—, Mendo da. Madrid, 6 mayo 1642-2651-6.

Simões, Pedro. Madrid, septiembre 1642-2651-26.

Siqueira Leitão, Alfonso de. Madrid, 12 mayo 1643-2652-3.

Soares, Juan. Madrid, 22 agosto 1650-2655-5.

— Manuel Mendes. V. Mendes Soares, Manuel.

—, Manuel Vas. V. Vas Soares, Manuel.

— de Abreu, Manuel. Madrid, 10 diciembre 1648-2654-18.

— Vivas, Cristóbal. Madrid, 26 junio 1666-2660-17.

Sotomayor, Andrés de. Madrid, 4 junio 1649-2654-23.

Sousa, Antonio de. Madrid, 25 septiembre 1651-2655-27.

—, Antonio da Costa de. V. Costa de Sousa, Antonio da.

—, Bernardo de. Madrid, 5 junio 1659-2657-10.

—, Juan Machado de. V. Machado de Sousa, Juan.

—, Manuel Rodrigues de. V. Rodrigues de Sousa, Manuel.

- Sousa, Simón Folgado de. V. Folgado de Sousa, Simón.
 — de Castro, Antonio de. Madrid, 27 septiembre 1661-2658-10.
 — —, Francisco de. Madrid, 20 septiembre 1661-2658-9.
 — —, Manuel de. Madrid, 20 septiembre 1661-2658-8.
 Tabares, Francisco Lopes. V. Lopes Tabares, Francisco.
 Tavares, Baltasar Lopes. V. Lopes Tavares, Baltasar.
 Tavora, Gaspar de Ulloa. V. Ulloa Tavora, Gaspar de.
 Teixeira, Gregorio. Madrid, julio 1642-2651-23.
 — Albernas, Antonio. Madrid, 28 abril 1661-2658-3.
 — de Macedo, Domingo. Madrid, 10 enero 1664-2658-12.
 Uchoa, Simón Berges. V. Berges Uchoa, Simón.
 Ulloa Tavora, Gaspar de. Madrid 17 septiembre 1661-2658-5.
 Valcacer, Francisco Biandão. V. Biandão de Valcacer, Francisco.
 Valencia Navaes, Antonio de. Madrid, 18 julio 1650-2655-15.
 Varo Mogrovejo, Miguel de. Madrid, 22 agosto 1646-2653-15.
 Vas Coelho, Diego. Madrid, 1 diciembre 1651-2655-11.
 — de Mendoza, Diego. Madrid, 28 septiembre 1657-2656-17.
 — —, Domingo. Madrid, 7 mazo 1648-2654-2.
 — Pereira, Francisco. Madrid, 15 15 junio 1648-2654-14.
 — Soares, Manuel. Madrid. 13 enero 1642-2651-47.
 Vasconcelas, Manuel de. 13 septiembre 1662-2658-24.
 —, Manuel Ribeiro. V. Ribeiro de Vasconcelos, Manuel.
 —, Pedro Guevara e. V. Guevara e Vasconcelos, Pedro de.
 Veiga de Carvalho, Manuel Peres da. V. Peres da Veiga de Carvalho, Manuel.
 Velasques, Román. Madrid, 4 diciembre 1660-2657-25.
 Veles Enriques, Belchor. Madrid, 6 marzo 1666-2660-15.
 Veloso de Araujo, Pedro. Madrid, 27 noviembre 1648-2654-

Vera, Andrés de. Madrid, 11 noviembre 1659-2657-15.

Vicente Durão, Francisco. Madrid, 25 septiembre 1648-2654-11.

Viegas, Andrés Fernandes. V. Fernandes Viegas, Andréc.

—, Manuel Pereira. V. Peraira Viegas, Manuel.

—, Miguel Pereira. V. Pereira Viegas, Miguel.

— Pereira, Manuel. Madrid, 23 mayo 1646-2653-4.

Vieira, Belchior. 1646-2653-19.

— de Araujo, Antonio. 1659-2657-18.

— Arraes, Francisco. Madrid, mayo 1642-2651-7.

— —, Pedro. Madrid, 20 febrero 1647-2653-18.

— Lobo, Juan. Madrid, 9 agosto 1645-2652-37.

— Matoso, Francisco. Madrid, 4 junio 1655-2656-2.

— —, Juan de. Madrid, 6 junio 1646-2663-12.

Vilhalobos, Juan de Santa Cruz. V. Santa Cruz de Vilhalobos, Juan de.

Vivas, Cristóbal Soares. V. Soares Vivas, Cristóbal.

(Continua).

P.^e FRANCISCO MANUEL ALVES.

MIGUEL EYQUEM, SENHOR DE MONTAIGNE (1)

Interessa-se por tudo êste filósofo, e, para tudo saber melhor, para penetrar mais fundo nos hábitos dos países que atravessa, evita tornar-se «remarcable par quelque façon ennemie du goût de ceux qui le voyaient» e ri-se quando o querem servir, para lhe dar gosto, à maneira de França; é êle mesmo quem se precipita para as mesas mais cheias de estrangeiros.

Conversa com todos que encontra e o secretário anota *de motu proprio* que seu amo se demorava com o mais infimo laçao que lhe desse novidade; aborda os humildes pastores protestantes cujo latim não chegava para entender o do senhor de Montaigne, o que o enche de desdém pelos pobres homens; fala com o célebre Francisco Hotman, com o seu antigo professor Marco António Mureto. Tolerante, afável, os protestantes expõem lhe os princípios essenciais da Reforma e Montaigne diverte-se ao notar as contradições, ao observar a luta das seitas.

Interessado pela filosofia e pelas questões teológicas, não despreza o que se refere ao corpo; queixa-se amargamente de não ter encontrado em Roma um barbeiro capaz, espanta-se de que os Suíços se sirvam de guardanapos pequenos, quando êle, em Montaigne, usa um grande pano: verdade é também que o viajante explica que os Suíços

(1) Cont. do n.º 1, pág. 17.

têm colheres, objectos estranhos e, a bem dizer, inúteis; «et ne mettent guère la main au plat»!

Manda o secretário tomar nota da forma das casas, dos feitos novos que observa nos espetos das estalagens e todo se arrepende de não ter trazido consigo o cozinheiro para o instruir nos molhos sábios de Alemanha; faz notar que não gosta de cerveja e pede as receitas das iguarias que mais lhe agradam. E tudo isto com demoras nas terras mais importantes, com tratamento, com a descrição minuciosa dos efeitos das águas. Já alguém comparou Montaigne viajando a Ulisses navegando de ilha em ilha, ao sabor dos ventos, e sempre curioso, sempre observador; simplesmente Montaigne é um Ulisses sem grandes desejos de Ítaca e com alguma pedra na bexiga.

Entra finalmente na Itália e, se na Alemanha e na Suíça lamentou a falta de boas leituras prévias sobre esses países, agora está em terra bem conhecida; o que não sabia apreende-o então, de modo a libertar-se do domínio dos cicerones. Passa pelas grandes cidades de arte, Veneza, Florença, Siena, e, coisa curiosa, nem uma palavra sobre os pintores italianos; só mais tarde, em Roma, falará das construções mandadas fazer pelo Papa e do grande número de obras de arte recolhidas no Vaticano; mas, mesmo assim, de corrida.

Ao entrar em Roma, Montaigne ia, segundo parece, com mais desejo de visitar as ruínas do que de ver o Papa; em todo o caso havia da sua parte uma certa curiosidade e Montaigne foi. A página do *Diário* em que nos conta a entrevista é certamente das mais interessantes e das mais precisas. Podemos saber o número exacto de geneflexões, os passos que deu o embaixador de França, a forma como Montaigne e o companheiro se aproximaram e afastaram do Papa; o momento, a-pesar-de Montaigne não ser pessoa muito impressionável, não era daqueles que lhe podiam dei-

xar o espírito mais liberto para a observação; no entanto, também podemos saber pelo *Diário* a forma, a côr e os adornos das pantufas do Papa; coisa que lhe satisfez a vaidade: o Padre Santo, ao dar-lhe o pé a beijar, levantou-o um pouco.

As relações com o Vaticano não foram, porém, sempre das mais deleitosas; logo ao entrar em Roma, a Alfândega apropriou-se dos livros de Montaigne, entre êles dos *Ensaaios*, para os submeter à censura eclesiástica, e só lhos restituiu meses depois; os *Ensaaios*, que serão postos no *Index* anos mais tarde, mereceram algumas paternais reprimendas dos padres encarregados de censura; o seu instinto, se não a sua inteligência, dizia-lhes que os *Ensaaios* não eram perfeitamente o que se pode chamar um livro ortodoxo; além de muitas das ideias expostas, havia palavras, por exemplo *Fortuna*, que lhes pareciam demasiado pagãs para serem usadas por escritor cristão, e o que é mais, católico.

O *Maestro del Sacro Palazzo* veio, acompanhado dum sacerdote, comunicar a Montaigne a opinião que oficialmente o Vaticano tinha dos *Ensaaios*; mas o francês, que sabia naturalmente a opinião particular e que as suas qualidades lhe tinham conquistado grandes simpatias, não se deu por vencido; defendeu-se rigorosamente, embora sempre com medidas palavras, e fêz logo tenção firme de não apagar do texto a *Fortuna* tão mal vista dos frades. Por seu lado, os emissários, que não estavam muito dentro do papel, deram-se por convencidos, foram mesmo até confessar que a censura não tinha grande importância e que todos no Vaticano reconheciam as boas intenções de Montaigne ao escrever o livro e a sua afeição pela Igreja; tanta gentileza seduziu Montaigne e, a terminar a narrativa do episódio, escreve que o *Maestro* e o companheiro eram pessoas «de grande autorité et cardinalables»; «cardinalables», sobretudo, é palavra de imensa gratidão.

Os seis meses de Roma deram-lhe para ver tudo e para conversar com toda a gente, de preferência estrangeiros; estudava atentamente as obras que podia obter sobre a Roma antiga e, a certa altura, tão bem as soube que se orgulhava de poder dar lições aos mais hábeis e instruídos cicerones; as ruínas foram percorridas e examinadas palmo a palmo; e um pensamento de artista e arqueólogo atravessou a alma de Montaigne quando notou, finalmente, que os edifícios modernos se juntavam e penduravam das ruínas como os ninhos de andorinhas nas casas do seu país gascão.

É lícito supor — o mesmo acontecerá mais tarde a Montesquieu — que a visita das igrejas de Roma, a pompa das cerimónias, o luxo de todo o Vaticano, tivessem prendido mais Montaigne às formas exteriores do culto católico, mas também contribuísem para o afastar do espírito da Igreja; friamente, regista que, numa grande missa, o Papa estivera quasi sempre a conversar com os altos dignitários que se encontravam à sua volta.

Como tudo o interessa, segue a multidão que vai assistir ao suplicio dum bandido célebre, faz-lhe o retrato, descreve-lhe a morte e aproveita a oportunidade para uma rápida comparação entre os processos judiciais italianos e os franceses; parece-lhe de todo o ponto conveniente que em França se adoptasse o costume de só mutilar o criminoso depois de morto: o efeito no povo é grande, toda a gente em Roma gritava ao ver despedaçar o bandido — e a crueldade é bem menor.

A circuncisão dum pequeno judeu, observada com interesse e descrita com certa ironia, prende-o tanto como o suplicio do italiano; e vem a narrativa pormenorizada da operação, das rezas, a explicação do simbolismo das cerimónias. A mesma ironia se encontra na página em que fala dos exorcismos; bom católico, o senhor de Montaigne.

É ainda em Roma que vai receber um dos favores que

mais o lisonjearão tôda a vida: a carta de burguês; o colar de S. Miguel, o pergaminho honroso; e êle, que viera espalhando pelas estalagens, exigindo dos donos promessas de as conservarem, pinturas do seu braço com os trevos doirados e as patas leoninas, decerto desdobrou muitas vezes a carta e dela falou com enlêvo.

Tôdas estas delícias eram contrariadas pela pedra que os tratamentos heróicos de Plombière e de Bade não tinham conseguido demolir; é então que parte, como último recurso, para os banhos *della Villa*, onde, como nas outras terras, surpreende e encanta os banhistas; êste homem, que desdenhava a medicina, inventou aí talvez os tratamentos mais espantosos do seu século; contra o que se esperava, resistem êle e a pedra; dá um baile, volta a Roma.

E súbitamente a grande notícia: em Agosto de 1581 soube que os Jurados de Bordeus o tinham eleito *maire* da cidade; como o pai; era a carreira pública que de novo se lhe abria e da maneira mais honrosa possível; esta eleição de *maire* costumava ser disputada e os condidatos ficavam sempre em Bordeus, certos de que a sua presença lhes traria alguns votos a mais; Montaigne deixara os seus cargos oficiais, a demissão não lhe fôra recusada, nem pessoas importantes «tinham insistido com êle para que desistisse de resolução tomada»; metera-se no seu castelo, não mais se tinha importado com Bordeus, fôra viajar. A-pesar de tudo isto que o parecia afastar da *mairie*, Montaigne fôra eleito. Grande surpresa e grande orgulho.

Mas o senhor de Montaigne, agora, nas sextas calmas de Roma, reflectia, pesava cuidadosamente as razões pró e as razões contra; o fiel da balança simbólica que fizera gravar em 76, ora se inclinava para um lado, ora para outro e os pratos, carregados de excelentes argumentos acabavam, no fim da meditação, por ficar em equilíbrio — e Montaigne repetia o «Que sais-je»? da sua divisa.

Pelas leituras fortalecera o seu espírito, aumentara a cultura, afinara o bom senso natural; era talvez a ocasião de tentar a subida até a côrte... E parecia que a própria Fortuna lhe vinha abrir as portas e aplanar o caminho, que o acaso dessa eleição em que nada influíra lhe mostrava a direcção a seguir. Sem dúvida, ¿mas a biblioteca? mas os livros? Antes o domínio da tôrre do que o domínio da França. E na sua indecisão, Montaigne decerto desejava que algum acontecimento o viesse decidir.

Os irresolutos devem ter uma Providência que lhes dirige as coisas de forma e dar-lhes no fim das meditações a possibilidade de se resolverem. Desta vez foi Henrique III que lhe escreveu a declarar-se muito satisfeito com o resultado da eleição, pondo em relêvo o facto do eleito não se encontrar em Bordeus e de não ter havido luta, e a dizer lhe que a recusa de Montaigne em aceitar o cargo lhe seria muito desagradável. Era, pois, uma ordem do Rei: Montaigne obedeceu e aceitou.

O regresso ao castelo não foi, porém, muito rápido; ainda se deixou estar em Roma algumas semanas, depois foi de cidade em cidade, e só em Novembro tornou a ver a sua quinta de Montaigne e a sua biblioteca. A acção estava decidida, mas o pensamento? Êsse continuava balançando entre os dois polos que igualmente o atraíam. Era preciso encontrar uma resolução e a inteligência e o temperamento de Montaigne conseguiram no fixar claramente na carta escrita aos Jurados.

Agradecia a eleição, mas considerava-se indigno dela. E explicitamente declarava qual seria a sua attitude; não estava disposto, como o pai, a pôr-se doente por causa dos negócios públicos; dentro dêle passariam a existir duas pessoas, quer dizer, passariam a definir-se duas das pessoas que existiam dentro dêle e a chamar-se, uma *o mair*, a outra *o senhor de Montaigne*; nada de confusão entre as duas: *o mair* to-

maria muito interêsse pelos seus administrados, daria, se fôsse preciso, a vida por êles no entanto estimaria que não fôsse necessário chegar tão longe; mas o senhor de Montaigne, ser à parte, viveria para os livros e para a meditação. Os Jurados deram-se por satisfeitos com a solução e Montaigne tomou posse do seu lugar.

A situação em Bordeus, que reflectia a situação geral da França, era difícil. Três grandes partidos se afrontavam, com o mesmo desejo de guerra e a mesma falta de escrúpulos nos processos a empregar: o partido do Rei, legalmente estabelecido, o da Liga e o dos huguenotes, que contava com a simpatia de Henrique de Navarra, o futuro Henrique IV; a manobra entre os partidos era extraordinariamente complicada, e exigia seguras qualidades de diplomata, sobretudo em Bordeus, visto que a Guiena estava sendo governada pelo rei de Navarra.

Montaigne encontraria um bom aliado no marechal de Matignon, seu sucessor na *mairie* e comandante militar da Guiena; o marechal era partidário decidido do Rei, homem enérgico e que, se fôsse necessário, usaria da fôrça para impôr a fidelidade a Bordeus, onde os da Liga contavam grande número de sequazes. Mas Montaigne percebia que imitar Matignon e servir cegamente o Rei e os católicos era criar inimizades pouco cómodas entre os *ligueurs* e os huguenotes. Depois Montaigne simpatizava com o Navarres...

Eis de novo um assunto para meditações que, desta vez, não podiam ser muito longas porque era necessário agir; e Montaigne tomou o seu partido: seria do Rei, senhor que as leis lhe indicavam, e decidiu conservar-se-lhe fiel, seguindo-o «jusques au feu, exclusivement si je peux». Tratava-se, pois, de salvaguardar o direito ao advérbio.

De que maneira? Mantendo-se imparcial, sabendo distinguir no seu próprio partido e nos dos outros o bom e o

mau, distribuindo com igualdade a justiça, não se deixando dominar pelas paixões e sobretudo não mostrando hesitação ou medo. E o hesitante Montaigne, em todo o tempo da guerra civil, passou a fazer esta coisa extraordinária: não hesitar.

É ele próprio quem desvanecidamente conta dois episódios em que pôs à prova as suas qualidades de lealdade, resolução e confiança no adversário. Um dêles passou-se no seu castelo de Montaigne, quando a luta andava mais acesa; a casa não estava fortificada porque Montaigne convenceu-se de que a defesa chama o ataque; um dia apresentou-se à porta um homem que declarou vir fugido de um combate em que os seus tinham sido derrotados; o dono da casa mandou-o entrar, sentou-se com êle à mesa, beberam, comeram, conversaram; depois chegou um grupo de soldados, também fugido à luta, em seguida mais outro; Montaigne percebeu que metera o inimigo em casa, mas continuou franco e alegre, deu tôda a liberdade à soldadesca; e bruscamente, ante a admiração dos seus homens, o chefe do bando saltou para o cavalo, despediu-se de Montaigne e abalou a galope — vencido pela franqueza do filósofo.

No ano de 85, em Maio, os burgueses de Bordeus, que eram dos mais belicosos de França, resolveram fazer a sua *montre* ou parada geral; o digno corpo administrativo teve um imenso terror e ninguém duvidou de que a revolta estalaria naquele dia; as pessoas sensatas aconselhavam que se não fornecesse pólvora aos soldados. O *maire* foi de opinião contrária: que se lhes desse tôda a pólvora reclamada e mais alguma que ainda quisessem levar; e ordem aos capitães de fazerem disparar salvas bem «gaillardes» segundo o costume. O processo deu resultado; gratos à confiança que nêles se depositava, os honrados burgueses deram as suas descargas à passagem do *maire* e dos Jurados, das altas personagens e a jornada acabou sem o mínimo incidente.

Ao fim de dois anos de *mairie*, Montaigne, honra excepcional, foi reeleito, tão contentes tinham ficado todos com a sua gerência. Mas, se a primeira *mairie* tinha decorrido, em suma, muito aceitavelmente, a segunda vai dar um pouco de trabalho a Montaigne. A morte do duque de Anjou dava a Henrique de Navarra tôdas as probabilidades de ser o herdeiro do trono; os seus partidários de Bordeus, entre os quais um comandante de forte, preparavam-se para o auxiliar quanto possível. E, se a intervenção enérgica de Matignon fêz abortar a revolta que sem dúvida se preparava, as dificuldades nem por isso diminuíram.

O marechal afastou-se de Bordeus, e Montaigne viu-se obrigado a tomar o comando militar da cidade; e, embora no seu livro a guerra seja por êle apresentada como coisa interessante e a profissão de soldado como a mais nobre, talvez o filósofo pensasse mais nas paradas do que nos combates. Certo é que a parte activa que então Montaigne tomou na luta não lhe agradou muito; suportava com estoicismo as longas noites passadas em claro, para prevenir os ataques de surpresa, o frio que se apanhava no alto das muralhas ou no rio, sem lume, para não avisar o inimigo; somente no dia seguinte se queixava do estômago; mas a ocupação não estava talhada para êle.

De resto, não compreendia claramente a necessidade que havia de se lutar tanto por um ideal que não existia; que não existia, é certo, porque cada partido se batia pelas suas conveniências e cada homem dentro de cada grupo lutava por si próprio e pelos lucros que poderia tirar da guerra. Religião, pátria, leis, Rei, Lutero — palavras; realidade viva: o anseio de domínio, o desejo de vingança, o gosto do sangue.

Zeloso em observar os defeitos dos seus correligionários, Montaigne não sentia grande entusiasmo pelo partido que defendia; tão bom e tão mau dum lado como de outro; e,

batendo-se por Henrique III, Montaigne pensava talvez que a salvação da França estava no rei de Navarra; mas os protestantes desagradavam-lhe, a Reforma não era muito simpática e percebera que a política se mascarava bem sob as aparências de religião. A Liga não o interessava. De modo que, por tudo isto, e porque assim o jurara e não era homem que faltasse às promessas, Montaigne foi leal ao Rei; como tinha consciência dessa lealdade e do repouso que por ela sacrificara, escreveu nos *Ensaíos* que era bem capaz de acender uma vela a S. Miguel e outra à serpente para que o deixassem em paz.

É essa disposição de espírito que era sincera e coexistia sem conflitos com a lealdade, levava-o a detestar a guerra civil que devastava a França; conhecia, por lhes terem contado ou mesmo por êle próprio os haver presenciado, casos que o horrorizavam; as violências dos partidos em luta igualavam-se no ódio e ferocidade; nada merecia respeito, parecia que todos tinham sido tomados pela loucura de matar e roubar; os ataques eram desleais, as represálias atrozes; chacinavam-se os prisioneiros e se Montluc pendurava da fôrça todos os que apanhava, o inimigo pagava-lhe na mesma moeda; tornara-se perigoso viajar, nas estradas embuscavam-se bandos que ora se diziam protestantes ora católicos e roubavam sem dilema a bolsa e a vida.

No entanto, havia dum lado e doutro bravura, desprezo dos suplicios e da morte; simples camponeses, diz Montaigne, homens sem instrução e, coisa admirável, sem filosofia, deixavam que lhes torrassem as plantas dos pés, lhes esmagassem os dedos na fecharia duma pistola, lhes apertassem uma corda na cabeça, até saltarem os olhos — e não se rendiam, não pediam misericórdia ao inimigo, não indicavam o caminho que tinham seguido os seus partidários.

Montaigne acha tudo isto duma estupidez absoluta, sobretudo por ser feito por convicção, porque êle próprio o

seria talvez capaz de fazer, mas por dignidade, por respeito às promessas feitas; mas não, aqueles homens deixavam-se torturar porque achavam perfeito o seu partido e abomináveis os outros. E da sua pena saía uma censura para todos os que tinham contribuído para a declaração de guerra.

Montaigne fôra um dêles; vejamos como. Em 1562, em Janeiro, fôra publicado um edito que procurava conciliar católicos e protestantes, dando a estes certas liberdades de culto e como que suspendendo a questão religiosa até se encontrar solução apropriada. Mas o espírito de acôrdo que animava o edito desagradara profundamente aos católicos, sobretudo aos Guises que pretendiam a guerra a todo o custo. A grande influência de que dispunham dentro do Parlamento de Paris levou esta corporação a exigir de todos os seus membros um compromisso de fidelidade ao catolicismo, segundo o formulário que a Sorbonne redigira, com tôda a estreiteza e tôda a incompreensão que distinguiam no século xvi a douta Universidade.

Os Parlamentos da província reuniram para deliberar sobre o assunto e todos êles mediram a gravidade que revestia a prestação do juramento; a atitude intolerante dos conselheiros de Paris ia sem dúvida precipitar a guerra e todos os que apoiassem a resolução tomada se podiam considerar directamente responsáveis da luta; quebrava-se a possibilidade de uma harmonização de interesses — ainda que essa possibilidade se tivesse tornado de facto muito duvidosa; em todo o caso havia o dever de tentar.

Foi o que Montaigne não quis compreender; encontrava-se por essa altura em Paris e, desejoso de tomar parte nas sessões do Parlamento, jurou a fórmula no mês de Junho; nem lhe importou sequer conhecer a opinião dos seus colegas de Bordeus, que só se decidiram meses depois, para ser solidário com êles. Fêz mesmo mais: requereu ao presidente que lhe aceitasse o juramento, tomou êle próprio a

iniciativa, ninguém o obrigou. Êste homem tolerante não seria Montaigne se não praticasse um acto de intolerância.

A fidelidade ao Rei e o desejo de agradar a uns e a outros não ia sem inconvenientes, porque nem todos compreendiam a sua atitude; em 88, quando estava em Paris, onde fôra tratar da reimpressão dos *Ensaïos*, foi preso pela Liga e metido na Bastilha de onde saiu por intervenção da Rainha; e, uma vez que atravessava a floresta de Villebois, os huguenotes roubaram-no sem se importarem com os protestos do gentilhomen. No entanto, nada o demovia da primeira atitude — o que também não seria garantia suficiente contra a Bastilha e os assaltos.

Pelos fins de 85 um acontecimento grave veio pôr à prova a sua coragem e o seu espírito de sacrifício. Depois da guerra civil que assolara o Perigord apparecera a peste, exactamente no momento em que Montaigne saíra de Bordeus a desempenhar-se de uma missão importante; a epidemia devastava a cidade e Montaigne, que conhecia o seu Sófocles e o Lucrécio, devia-lhe calcular todos os horrores; depois as cartas dos Jurados, cheias de informes, vinham juntar uns toques realistas às grandes pinturas clássicas do flagelo.

Montaigne teve logo um pensamento, não ir lá; no sítio onde estava o ar era bom, indo a Bordeus corria o risco de se contagiar. De certo o *maire* tinha o dever de correr para junto dos seus administradores, de tomar tôdas as providências necessárias, de se bater êle mesmo contra a peste; mas em casos tais já tôda a gente sabia o que tinha a fazer: enterrar os mortos; logo que se declarasse numa casa peste encerrar nela tôda a família e os creados, até que tudo estivesse terminado; fugir o mais possível da ocasião de contágio. De modo que a sua presença era inútil. Em todo o caso o *maire*... Mas é que no *maire* havia o senhor de Montaigne também e, se um morresse, morria o outro; aqui

a distinção entre os dois acabava e era necessário, para se salvarem, que marchassem de concôrto...

E a família preocupava-o; o domínio de Montaigne foi atingido, registaram-se casos de peste; guiada pelo chefe, tôda a tribo andava, de castelo em castelo, pelas casas amigas, fugindo à doença; foram tempos de provação para Montaigne, mas em que nunca o abandonaram o seu optimismo e a sua confiança no fim agradável de tôdas aquelas aventuras; passava fome o pobre senhor de Montaigne, mas sorria.

Quando os Jurados se reüniram para lhe dar um successor, Montaigne enviou-lhes uma carta dizendo-lhes que a terra donde escrevia era excelente e o ar puro; pelo contrario, em Bordeus a peste continuava nos seus estragos; haveria absoluta necessidade e seria muito útil que o *maire* arriscasse a vida para assistir a uma simples cerimónia? Que os senhores Jurados se reünissem, pois, e escolhessem um bom *maire*, se possível com menos medo da peste; pela sua parte, agora mais do que nunca, Montaigne não se sentia fadado para herói.

Tôda a vida pública de Montaigne se encontra resumida numa frase dos *Ensaïos*: «J'ai pu me donner à autrui, sans m'ôter à moi»; e retirou-se de novo para o castelo com a consciência tranqüila, porque, sem sacrificos inúteis e sem alardes espectaculosos de heroísmo, cumprira o seu dever, sempre na dúvida, em todo o caso, de que o dever exista. E a opinião que êle têm de si próprio vem a ser aproximadamente a mesma que o historiador Jacques de Lou ficou formando do *maire* de Bordeus, depois que o encontrou nos Estados Gerais de Blois, em 1588: «homem franco, inimigo de tôdas as pressões, e que não entrava em nenhuma cabala; bem sabedor dos negócios públicos principalmente dos de Guiena, sua pátria, que conhecia a fundo».

Franqueza é, de facto, uma das grandes qualidades de

Montaigne; e tão aberto, tão amigo de conversar com o leitor através dos *Ensaaios* que, se quisermos fazer o seu retrato físico, pouco mais teremos de trabalho de que juntar as frases em que de si próprio nos fala no livro. E as indicações que êle nos fornece podem ser ainda completadas com retratos seus, um dos quais, sobretudo, o conservado no castelo de Montaigne, nos dá tôda a impressão de grande verdade fisionômica e psicológica.

E é um homem simpático êste senhor de gola esplendidamente gomada; fronte alta, espaçosa, com grandes entradas que o cabelo cortado muito rente acentúa; barba curta, castanha, talhada em bico, grandes bigodes em arco: a face cheia, mas não gorda; uma ruga que, descendo obliquamente do canto do nariz à base de bôca lhe dá uma singular expressão de ironia e desconfiança; olhar vivo de bom observador. Uma impressão total de honestidade, de curiosidade intelectual, de forte vida interior.

Era baixo e o seu orgulho sentia-se ofendido, quando, estando êle presente, perguntavam pelo senhor do castelo; com isto, forte, rijo de músculos, suportando bem a fadiga, as longas marchas a cavalo, as velas de guerra. Uma voz cheia, «la complexion moyennement sanguine et chaude». Inábil para os exercícios físicos — e como tal pouco digno descendente de Pedro Eyquem; o gôsto do desporto transferiu-o Montaigne para o campo do espiritual; êle próprio nos diz que tinha as mãos «gourdes» e o trabalho manual não o tentava.

Até perto dos quarenta anos uma saúde de ferro; depois a pedra, a «colique», vieram abalar um pouco a boa disposição física do senhor de Montaigne, mas acabou por se acomodar com a doença e por a tratar como uma velha conhecida, chegando até a dever-lhe favores; achava realmente coisa deliciosa e que o compensava de tôdas as dores o súbito alívio, a verdadeira renovação de vida que sentia

depois dos ataques mais agudos. Entretanto, sempre experimentava as termas.

Muito nervoso, mexia continuamente as mãos e os pés, mesmo quando estava sentado; o estrondear duma descarga imprevista fazia-o estremecer todo. Comia duma maneira um pouco bárbara, sem garfo, sem colher — com as mãos; e, como gostava de estar pouco tempo à mesa, embora lhe parecesse delicioso comer, era um tanto glotão e freqüentes vezes trincava a língua ou os dedos que limpava abundantemente a um vasto guardanapo.

Este nervosismo tinha-o naturalmente muito propenso a exaltar-se; porisso procurava quanto possível fugir às ocasiões de se encolerizar, porque então, desencadeados gestos e palavras, não respondia por si. Um dia na Itália, o guia que se encarregara também de o alimentar, começou, para poupar, a dar-lhe pouca comida; Montaigne, aos primeiros ameaços de fome, protestou, zangou-se acabou por dar uma bofetada no guia; e acrescenta, já muito calmo: «grand excès selon l'usage du pays».

E segundo o teu próprio costume, bom Miguel! Era ordinariamente de uma bondade infantil que se estendia aos animais e às plantas; se apelavam para os seus sentimentos de piedade, Montaigne dava-se logo por vencido e os seus processos de ordenar e de fazer executar as ordens iam sempre pelo lado da brandura.

Alegre, gostava das conversas animadas, cortadas de risos; melancólico, adorava recolher à sua torre e ficar horas a meditar, com os pés sôbre a mesa, liberdade já americana; e era nestes momentos que êle mais satisfazia o seu gosto supremo da «oisiveté» e de independência quási feroz; não gostava sequer de comunicar os seus projectos, porque passava a ser para êle uma obrigação cumpri-los; e as indicações e conselhos que os outros davam podiam apoiá-lo nos seus designios, mas nunca fazê-lo recuar. E, mesmo

diante de Reis, foi sempre nobremente altivo, digno, orgulhoso.

Na indecisão de Montaigne havia uma forte vontade; Montaigne não se resolvia porque não queria e, muito inteligente, não se contentava em olhar as questões de um modo geral, antes nelas procurava distinguir todos os elementos; ao passo que o comum do homem procura reunir estes elementos pelo que contêm de geral, Montaigne gosta de os separar pelo particular; depois medita, consulta os antigos e não decide, não quer decidir.

Montaigne tem muito nítido no espírito o culto da vontade; não se cansa de proclamar que ninguém consegue viver a grande e forte vida se não poder libertar de todo o jugo a sua vontade, se a não souber estimular e empregar, era enérgico. Mas escreve, falando de si próprio, que o perigo não estava em fazer mal, mas em não fazer nada.

Amigo da realidade, curioso de a examinar, tinha o sentido do mistério, do brumoso país onde tudo se passa de um modo bastante inexplicável e, pelo menos na aparência, fora de razão; supersticioso, sobressaltavam-no as lebres que lhe atravessavam o caminho, alegravam-no as que passavam ao longo d'ele, calçava sempre primeiro o pé esquerdo, como num rito, e não gostava de que estivessem treze pessoas à mesa.

Eis, pois, uma natureza bem complexa, e contraditória, essa natureza sem idea geral que tanto admirou o século XVII, enamorado de toda a espécie de unidades; Port-Royal temia-o, considerava-o, na frase de Sainte-Beuve, como uma esfinge do deserto, trocista e impossível a um tempo. Verdade seja que Sainte-Beuve também inventou uma «chave» muito sábia e muito astuciosa para descobrir o segredo de Montaigne, bom sistema, equilibrado e perfeito: infelizmente Montaigne, aplicado ao sistema, ora sobra, ora falta.

É que, de facto, Montaigne não é um sistema, é um

homem que se comenta e diz de si todo o mal e todo o bem que julga verdadeiros; mais mal do que bem, é certo; e, mesmo, se quisermos, muito mal. Mas há aqui talvez um gosto de exagero que vem de Santo Agostinho, passa de Montaigne a Jean-Jacques, tem um último eco e uma tentativa de explicação na *Voz Subterrânea* de Dostoievsky.

E nós, que a-pesar-do mal que o autor dos *Ensaio*s nos diz do senhor de Montaigne, acabamos por ser amigos dêle, compreendemos que tivesse vivido sempre rodeado de boas amizades. Dentre estas, a que verdadeiramente cultivou e encheu tôda a sua vida, desde 58, foi a do senhor de la Boétie.

(Continua).

AGOSTINHO DA SILVA.

(Bolsheiro da Junta de Educação Nacional)

SUBSIDIOS PARA A HISTORIA DA MUSICA EM PORTUGAL⁽¹⁾

XIMENES (BERNARDIM)

Charamella de D. João III, que em 15 de agosto de 1532 lhe fez mercê de dois moios de trigo. Em 27 de setembro de 1550 era-lhe concedida a tença de 12 mil reaes com a obrigação de concertar e correger os instrumentos. Era cavalleiro da casa real. Em 1564 era já fallecido, pois n'esse anno, por alvará de 13 de setembro, concedia a sua viuva Maria do Couto da tença annual de oito mil reis, que foi authorisada por alvará de 20 de maio de 1566 a renuncial-a em sua filha Antonia do Couto, casada com Luiz Jaques, tambem charamella. Maria do Couto falleceu e em 1567 era passado padrão dos ditos 8 mil reaes em favor da filha.

«Dom Joam etc. A quamtos esta minha carta virem faço saber que querendo eu fazer graça e merçe a Bernaldim Xemenez meu charamella tenho por bem e me praz que elle tenha e aja de mim cadano des o primeiro dia de Janeiro que pasou deste ano presente de quinhentos e trinta e dous em diamte dous moios de trigo e esto em quanto for minha merçe porem mando aos veedores de minha fazenda que lhe façam asemtar os ditos dous moios de trigo em os meus liuros della e dem carta cadano do dito dia em diante pera lugar omde aja bõo pagamento e por certidam dello lhe mandei daar esta carta per mim asinaada e hasellada com ho meu sello. Arman Paez a fez em Lixboa a xb dias dagosto de mil b°xxxij. E eu Damiam Diaz o fiz escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III*, liv. 16, fol. 122 v.).

(¹) Cont. do n.º 2, pág. 250.

«Dom Joam &c A quamtos esta minha carta virem faço saber que avendo eu respeito ao trabalho que Bernalldym Xemenes, meu charamella, tem com os estromentos de seu officio, de que o ora emcarreguey tenho por bem e me praz, por lhe fazer merce, que ele tenha e aja de mim de temça, em cada huũ anno, em quanto minha merce for, doze mill rs, os quaes começara a vemcer de janeiro que vem de quinhentos e cimquoemta e huũ em diamte, pollos quaes elle seraa obrigado a comcertar e correger os ditos estromentos cada vez que diso tiuerem necesydade, e por tanto mamdo ao barão dAlluito, do meu comselho e veador de minha fazemda que lhe faça asemtar os ditos doze mill rs nos liuros della e leuar em cada huũ anno na folha do asemtamemto pera lugar domde delles aja bom paguamemto, e pera firmeza de todo lhe mamdey daar esta minha carta per mim asynada e aselada do meu selo pendemte. Dada em Lixboa aos xxbij de setembro — Framcisquo de Bairros a fez — anno do nascimemto de noso Senhor Ihuũ Xpo de j̄b^ol^a, e eu Aluaro Pirez a fiz escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III*, liv. 69, fol. 144 v.).

«Eu ellRei faço saber aos que este alluara virem que eu fiz merce a Maria do Couto, molher que foy de Bernalldim Xemenes, meu charamella, doyto mil rs cada anno em sua vyda no recebedor das obras pyas por hum meu alluara de que o trellado he o seguinte: «Eu ellRei faço saber a vos J^o Roiç de Pallma, recebedor do dinheiro do hum por cento e obras pias, e a quem ao dyante o dito carguo servir, que avendo eu respeito aos seruiços de Bernalldim Xemenes, caualeiro de minha casa e meu charamella, ja fallecido, ey por bem e me praz de fazer merce a Maria do Couto, que foy sua molher de oyto mil rs cada anno em sua vyda, os quais começará a vencer do primeiro dia de janeiro do anno que vem de j̄b^olxb, e por tanto vos mando que do dito tempo em dyante lhe deis e pagueis os ditos oyto mil rs cada anno em sua vyda como dito he e por o tresllado deste alluara que sera registado no liuro de vosa despesa pello escriptaõ de vosso cargo, com conhecimento da dita Maria do Couto, mando aos contadores que vos leuem os ditos oyto mil rs cada anno em conta e a dita Maria do Couto foy passado aluara pera lhe pagardes tres mil e quynhentos nouenta e tres rs, que lhe montaraõ aver dos ditos ̄bij rs de tempo de cinco meses e doze dias que começaraõ em vinte de julho deste anno presente de j̄b^olxiiiij e acabaraõ em fim delle, e quero que este valha como se fose carta em meu nome e sellada de meu selo pendemte sem embargo da ordenaçaõ do 2.^o liuro titulo xx que dispoẽ o contrario. Alluaro Fernandez o fez em Lix-

boa a xiiij dias do mes de setembro de j^bo lxiiiij M^{el} Soarez o fez escrever; a qual Maria do Couto eu pasei outro meu alluara feito aos xx dias do mes de mayo do anno pasado de b^o lxbj por que ouue por bem lhe dar lycemça pera que podese renunciar os ditos oyto mil rs em Antonia do Couto sua filha molher de Luis Jaques, meu charamella, filho do dito Bernãldim Xemenes, e que a dita Antonia do Couto mandaria fazer prouysaõ em forma dos ditos b̄iiij rs apresentando a prouysaõ que a dita sua mãy delles tinha e sua renunciaçaõ como era decllarado no dito alluara de licença e ora a dita Antonia do Couto me enuiou dizer que a dita Maria do Couto sua mãy era fallecida e antes de lhe ser pasado o dito alluara de licença renũciara nella os ditos oyto mil rs como era decllarado em hum pubrico estormento de renũciaçaõ que parecia ser feito e asinado do sinal pubrico de Antonio Luis pubrico tabeliam nesta cidade de Lixboa e feito aos cinco dias do mes de dezembro do anno de b^o lxb com testemunhas nelle nomeadas e isto por parecer a dita Maria do Couto sua may que o podia fazer sem minha licença, pindindome que lhe fizese merce de aver por boa a dita renũciaçaõ posto que não fose feita per virtude do dito alluara de licença e visto per mim seu requerimento e o dito alluara que a dita Maria do Couto, sua mãy tinha os ditos b̄iiij rs que neste vay écorporado e a dita renũciaçaõ e alluara que lhe tinha pasado da dita licença, ey por bem que posto que a dita Maria do Couto não fizese a dita renũciaçaõ per virtude do dito alluara de licença que a dita Antonia do Couto tenha e aja os ditos b̄iiij rs em cada hum anno em dias de sua vyda, os quais começará a vencer do primeiro dja de janeiro deste anno presente de b^o lxbij em dyante e lhe seraõ pagos no recebedor do dinheiro do hum por cento e obras pias, e por tanto mado ao dito recebedor, que ora he e ao dyante for, que do dito janeiro em diante em cada um anno de e pague a dita Antonia do Couto os ditos b̄iiij rs aos quarteis do anno per este alluara somente e por o trellado delle que sera registado no liuro de sua despesa pello escriuaõ de seu cargo e conhecimentos da dita Antonia do Couto mando aos contadores que leuem em conta ao dito recebedor os ditos b̄iiij rs que lhe asi pagar cada anno e os ditos alluara e estormento de renũciaçaõ e foy tudo roto ao asinar deste, qae ey por bem que valha como carta feita em meu nome per mim asinada e pasada pela chancelaria sem embargo da ordenaçaõ do 2.^o liuro titulo xx que o contrario dispoẽ. Antaõ da Rocha o fez em Lixboa a xx dagosto de j^bo lxbij e eu Alluaro Pirez o fiz escrever». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique*, liy. 20, fol. 402).

XIMENES (FRANCISCO)

Charamella de D. João III, que em carta de 3 de julho de 1550 lhe fez mercê da tença de tres moios de trigo. (*Doações*, liv. 61, fol. 94).

No livro das despesas da rainha D. Catharina, fol. 206 v., lê-se a seguinte verba:

«*iii* rs. (4:000) que deu em ix do dito mes e anno (1544) a Francisco Ximenez, charamella delRey pera mandar fazer huũ tamboril e comprar hũas frautas».

XIMENES (PERO)

Trombeta em Tanger. Succedeu-lhe por sua morte Pero *Affonso*. Vide este nome.

Quasi pelos mesmos annos, como já se viu, na India havia tambem um Pero Ximenes, trombeta-mór e mestre de trombetas, a quem, por seu fallecimento, succedeu Fernão Gil, confirmado por D. João III em 1532. Veja-se este nome.

XIMENES (SIMÃO)

Charamella de D. Sebastião, que em 12 d'abril de 1574 lhe fez mercê de oito mil reaes para sua vestiaria.

Acompanhou D. Sebastião na segunda jornada a Africa e morreu na batalha de Alcacer-Quibir. Os governadores do reino, em alvará de 28 de janeiro de 1580, concederam á sua viuva Maria Heytor a tença annual de oito mil reaes.

«Eu ellRei faço saber aos que este alluara virem que eu ey por bem que Simão Ximenez, meu charamella, tenha e aja daqui em diante em cada hum anno oyto mil rs, e équanto seruir, de sua vestiarya, que he outro tanto como tem de vestiarya cada hum dos outros meus charamellas, os quais lhe seraõ pagos no thesoureiro de minha casa: noti-

fico asi aos vedores de minha fazenda e mado que lhe façã asêtar os ditos oyto mil r.^s no liuro das ordinarias della no titulo do dito thesoureiro mor pera lhe serem pagos pella dita maneira e este ey por bem que valha &c na forma. Domingos de Varejaõ o fez em Allmeirim a xii dabil de jb^olxxiiij, a qual vestiaria lhe sera paga per certidaõ do apontador como se paga aos outros charamellas e eu Alluaro Pirez a fiz escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, liv. 32, fol. 329 v.).

«Eu ellRei faço saber aos que este alluara virem que avendo respeito aos seruiços de Simaõ Ximenez, que foi charamela do senhor Rei meu sobrinho, que D.^s tem, e a ir com elle a Africa e morrer na batalha, ey por bem de fazer merce a Maria Eitor, sua mulher, de oyto mil rs de tença cada anno em dias de sua vida nas obras pias pera ajuda de sua matença e de seus filhos que começará a vencer de cinco dias do mes de nouembro do anno pasado de b^olxxix em diante, em que lhe fiz esta merce. E portanto mando... J.^o Alluarez o fez em Allmeirim a xxbiiij de janeiro de jb^olxxx. E eu Alluaro Pirez o fiz escreuer. Porquanto este alluara se não asinou por ellRei noso senhor que santa gloria aja por nosso Senhor o levar pera si, o asinaraõ os gouernadores e deffensores destes Reinos e senhorios». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, liv. 45, fol. 131).

XOFREM

Tangedor de charamella de D. Affonso V. Tinha elle feito testamento, mas depois deliberou revogal-o, fazendo em vida, com reserva do usufruto, de todos os seus bens a João de Barrués e a Josquim, pelliteiro d'el-rei. O estormento de doação foi feito em Santarem, a treze de fevereiro de 1462, pelo tabellião Pero Vasques e confirmado por el-rei 5 dias depois.

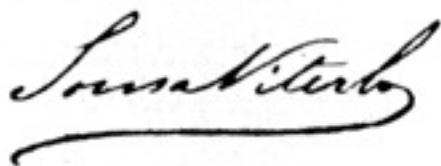
Ha um Jofrem, menestrel d'el-rei, com quem Xofrem se poderia confundir, mas parece-me individualidades distinctas.

Vide *Jofrem*.

«Dom A.^o &c A quantos esta nossa carta de confirmaçom virem fazemos saber que perante nos foy apresentado huū estormento pubric^o

de doaçam que parecia seer feito e asynado per P.^o Vaasquez, tabaliam por nos em a nossa villa de Santarem aos treze dias do presente mes e era, em o quall antre as outras cousas sse continha que Xofrim, nosso tangedor de charamella, disera que era verdade que elle tynha feito huũ testamento, em o quall leixaua certas cousas que seus testamenteiros dessem a alguũas pessoas e fizessem por sua alma, segundo no dito estormento era contheudo, e que por quanto das ditas cousas que elle asi no dito testamento mandaua fazer e dar elle entendia em sua vida de as fazer e comprir aquellas que elle entendesse que era mais seruiço de D.^s e descarreguo de sua alma, que elle reuogaua em todo o dito testamento e outros quaes quer testamentos, cedollas, doações, que ataa o presente tynha feitos e mandaua que quebrassem e nom vallessem nem se fizesse cousa alguũa das contheudas em elle ou em elles, por quanto veendo elle e comsysando da bondade e descriçom e as muitas e boas obras que sempre recebera e ao diante entendia de receber em sua vida de Joham de Barruees e de Joosquim, nosso pilliteiro, e querendolhe elle todo agallardoar com boas obras, por quanto elle nom auia filhos nem outros herdeiros acendentes decendentes que de prema seus beẽs ouuessem de herdar, elle dito Xofrim disera que elle por as ditas cousas e cada hũa dellas fazia, como logo de feito fezera, liure e pura e irreuogauell doaçam deste dia pera todo sempre, antre viuos valledoira, ao dito J.^o de Baruees e ao dito Josquim de todos seus beẽs, asy mouees como de raiz honde quer que elles fossem achados e os elles podessem auer e mais firmemente que elle podia reseruando pera sy em sua vida ho huso e fruyto dos ditos beẽs pera seu soportamento e pera fazer algũas cousas que entendia de fazer por seruiço de D.^s e proll de sua alma e descarreguo de sua consciencia e que per sua morte o dito Johã de Barrues e o dito Joosquim ajam logo os ditos beẽs e huso e fruyto e rendas delles liuremente e que quando morresse que elles o enterrem honrradamente e façam por sua alma e de sua molher o que a elles aprouuesse e por bem teuessem, porquanto elle confiaua delles que o fariam bem e como fosse razã, e disse que per a dita doaçam elle os auia logo por metidos em posse dos ditos beẽs e propeadade delles e lhe daua poder que elles per sy e per quem lhes aprouuesse a tomassem particollamente de cada huã cousa e demandassem e requeressem quall quer cousa e diuidas que a elle deuessem, a quall doaçom elle fazia aos sobreditos sem alguũa prema nem medo nem outro nenhuũ emduzimento de nenhuũa pessoa soamente de saa liure vontade como dito he, segundo que todo esto melhor e mais compridamente se em o dito estormento de doaçom contynha, emviandonos em elle o dito Xofrim pedir

per merce que lho confirmassemos e aprouasemos e ouuesemos por boõ, firme e vallioso, e nos veendo o que nos assi dizia e pedia, ante que lhe sobrello desemos outro allguũ liuramento, mandamos saber por inquiriçom como e per que guisa o dito Xofrim fezera a dita doaçom aos sobre ditos Joham de Barruees e Joosquim e se lha fezera de sua liure vontade sem nenhuã prema nem costramgimento nem enduzimento que lhe sobrello fosse feito per pessoa algũa ou se a fezera per alguũ engano ou conluyo e se aa feitura da dita doaçom o dito Xofrim estaua em todo seu siso e propio entendimento, outrossi se tynha filhos ou outros alguũs herdeiros lidemos que de direito ouuessem de herdar seus beẽs, e visto per nos a dita inquiriçom e em como se per ella mostra que o dito Xofrim fez a dita doaçom per sua liure vontade sem nenhuũ engano, prema, nem contrangimento nem endozimento que lhe sobrello fosse feito e em como elle nom tem filhos nem outros nenhuũs herdeiros lidemos que de direito ou deum de herdar seus beẽs, e querendolhes fazer graça e mercee aos ditos Johã de Barruees e Joosquim, visto per nos o dito estormento de doaçom e inquiriçom que fica em poder do escpriuam jusso nomeado, por tanto teemos por bem e confirmamoslhe e reteficamos e aprouamos e outorgamos a dita doaçom em todo pella guisa que feita he e no dito estormento de doaçom he contheudo. E porem mandamos &c em forma. Dada em a nossa villa de Santarem xbiiij dias do mes de feureiro — ElRei o mandou pellos doutores Lopo Vaasquez de Serpa e Lopo Gllz, caualleiros de sua casa, ambos do seu desembargo e petições — Diegafonso a fez — anno de nosso Senhor Ihũ Xpo de mil iiij^{to} lxij». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Affonso V*, liv. 1, fol. 101).



FEBRE DE MALTA — FEBRE ONDULANTE⁽¹⁾

DIAGNÓSTICO BIOLÓGICO

É êle, quási sempre, senão sempre (pelo menos onde a febre ondulante é rara) que impõe e autoriza o diagnóstico de tal doença, tão difícil de caracterisar, pelo menos no princípio, o que é da maior importância sob o ponto de vista terapêutico e profilático.

«C'est un fait bien connu que la fièvre de Malte est d'un diagnostic clinique le plus souvent malaisé, car elle revêt des tableaux symptomatiques très différents les uns des autres et qu'aucun de ces tableaux ne lui est particulier» ⁽²⁾.

«... sans le laboratoire, un diagnostic précoce de la fièvre ondulante est absolument impossible, les symptômes caractéristiques n'apparaissant qu'au cours du deuxième moi» ⁽³⁾.

«Il est impossible, à notre avis, d'affirmer un diagnostic clinique de mélitococcie» ⁽⁴⁾.

«On ne peut délimiter par la clinique simple cette maladie de la fièvre typhoïde, de la fièvre paratyphoïde, du rhu-

⁽¹⁾ Cont. do n.º 2, pág. 245.

⁽²⁾ Vedel, Puech et Lapeyrie, «Fièvre de Malte simulant une fièvre typhoïde», *Bull. de la Soc. des Sci. Méd. et Biol. de Montpellier et du Languedoc Méditerranéen*, 1927, pág. 317.

⁽³⁾ Goiny, *Paratyphoïde et fièvre ondulante*, retro, pág. 320.

⁽⁴⁾ Vedel, P. Giraud et Puech, «A propos de quelques cas de fièvre de Malte», *Bull. de la Soc. des Sci. Méd. et Biol. de Montpellier, etc.*, 1926, pág. 404.

mathisme, de la tuberculose et de la grippe, non plus que des maladies fébriles de nature inconnue, etc. » (1).

Pondo de parte a reacção de desvio do complemento (Sicre e Pulvirenti), muito usado por Martin Kristensen e concordante com a soro-aglutinação (2), a lacto-aglutinação de Zammit, a lacto-sero-reacção de Pulvirenti (de grande aplicação e utilidade em medicina veterinária) a salivo-reacção de Pollaci e Céraulo, a uro-aglutinação e a uro-cultura, etc., pouco ou nada de aconselhar, restam-nos a espleno e a hemo-cultura, o soro-diagnóstico de Wright e a intradermo-reacção à melitina de Burnet.

São estes, com efeito, os verdadeiros elementos do diagnóstico biológico da *Brucelose*.

Espleno-cultura. — Deduz-se da localização predominante dos *Brucellæ* no baço.

É pouco usada, mercê do receio, certamente exagerado, das hemorragias e rutura daquele órgão. Julgamos êsse facto bem lamentável, sendo certo, como é, que o perigo de tais acidentes deve ser muito menor do que se supõe (3).

Deveria praticar-se pelo menos nos casos em que o baço, a-pesar-de bastante hipertrofiado, se não apresente muito mole à palpação (o que também se poderia verificar pela discreta espleno-contracção adrenalínica); empregando-se agulhas finas, fixando bem o baço com as mãos ou puncionando-o numa pausa respiratória, após anestesia local, etc., o que,

(1) M. Kristensen, «La position bactériologique du B. abortus de Bang; son importance comme cause de maladie chez l'homme» *Ann. de Médecine*, 1929, tom. XXXVI, pág. 340.

(2) Martin Kristensen, «La fièvre ondulante d'origine bovine principalement d'après les expériences faies au Danemark», *Rapport au II^e Congrès International de Pathologie comparée*, Paris, 1931. pág. 71.

(3) H. Violle, *La fièvre ondulante*, 1931, págs. 55-56, Masson et C.^o édits. Paris.

por certo, contribuiria simultaneamente para a raridade e benignidade dos acidentes mencionados.

As suas vantagens sobre a hemocultura são evidentes. Ranque e Senez mostram-nas bem, escrevendo: «*on isole de cette manière le M. mélitensis encore plus souvent que par l'hémoculture et même pendant les périodes intermédiaires d'apyrexie*» (1).

Hemocultura. — «*Elle est bactériologiquement le procédé de choix auquel nul autre ne peut être comparé pour la certitude qu'il confère*» (2).

Dado o seu grande valor, que estas palavras suficientemente exprimem, pena é que ela não seja positiva em todos os casos de brucelose. Com efeito a sua positividade é muito variável: de 5%, segundo Missiroli (3); de 65 a 85%, segundo Shaw (4) e de 85%, segundo Zdrodowski, H. Brann, B. Voskressnsti (5) e Gilmour (6).

Tão grandes divergências devem, muito possivelmente, estar dependentes de condições diferentes de realização. É que esta hemocultura, além dos cuidados próprios de todas as outras (colheita de 10 a 20 cc. de sangue em momento de *pirexia ascendente*, igual ou superior a 38°, exige que a sua permanência na estufa, a 37°, seja de um mínimo de três ou quatro dias e, melhor ainda, de uma semana e mesmo de 15, 30 e 45 dias (7).

(1) «Le diagnostic bactériologique de la mélitococcie», *Journ. Médical Français*, 1929, pág. 176.

(2) *Ibid.*, pág. 177.

(3) *Cits. p.* Ranque, *J. Méd. Français*, 1929, pág. 176.

(4) *Ibidem.*

(5) *Ibidem.*

(6) *Cit. p.* Bezançon et Philibert, *Mélitococcie, Fièvre de Malte,...* *Pathologie Médicale, T. I, Maladies Infectieuses*, Première partie, 1926, pág. 261.

(7) Chr. Zoeller, *Soc. Méd. des Hôp. de Paris*, 1928, págs. 1657-1658 e «Les Hémocultures. Techniques. Résultats. Interprétations», *Paris Médical*, 14-IV-1928, pág. 329.

« Il faut savoir que les hémocultures des melitocoques ne poussent habituellement que très lentement. C'est là une notion très importante. Si on l'oublie, et si comme il est d'usage dans la plupart des laboratoires on se débarrasse d'une hémoculture restée stérile le huitième ou le dixième jour, on risque de se mettre un véritable bandeau sur les yeux en considérant comme stérile une hémoculture qui aurait peut-être poussé si on avait eu la patience d'attendre quelques jours encore » (1).

Observando certas condições (cultura em caldo de fígado de boi ou de vitela (2), caldo peptonado vulgar de $\text{ph} = 7,1$ (3), etc.) as hemoculturas são positivas não só mais precocemente (no fim de dois a três dias) mas também com maior frequência (100 % para o *melitensis* e 50 % para o *abortus*).

Com estes cuidados e outros que porventura venham a introduzir-se-lhe, como sejam a determinação de uma maior densidade microbiana do sangue por meio da espleno-contracção adrenalínica e a sua realização segundo a micro-leucocitocultura (4) é provável, respectivamente, que as estatísticas se uniformizem e a sua positividade se torne maior.

Susceptível de ser positiva desde o início do período febril apresenta, conseqüentemente, sobre a intradermo-reacção à melitina e o soro-diagnóstico de Wright, principalmente, vantagens dignas de registo e, simultâneamente, de serem aproveitadas no diagnóstico precoce da *brucelose*, de capital importância para a sua terapêutica pelas vacinas.

(1) Xavier Cazalas, *loc. cit.*, pág. 164.

(2) Forest Huddleson, «Études sur les infections à *Brucella* observées à Tunis et à Malte», *Arch. de l'Inst. Pasteur de Tunis*, n.º 4, décembre 1930, pág. 391.

(3) Duppau, «De l'utilisation du laboratoire dans le diagnostic de la fièvre ondulante», *Rev. d'Hyg. et de Méd. Preventive*, 1929, pág. 868.

(4) N. Fiessenger et Roger Cattan, «La microleucocytoculture», *Le Sang*, n.º 3, 1929, pág. 241, etc.

Reacção de Wright. — Desde 1897, data em que foi aplicada pela primeira vez, o seu valor tem passado por fases absolutamente contraditórias. Assim é que, considerada a princípio verdadeiramente específica — freqüentemente positiva nos casos de brucelose, e só nesses — passou, anos depois, a não oferecer o menor significado, sendo para rejeitar completamente no diagnóstico da febre de Malta. « *La séro-reaction, qui a été très en honneur, est actuellement réjetée par tous les auteurs comme procédé de diagnostic, à tel point que tout diagnostic de fièvre méditerranéenne fondé sur ce moyen dans les observations anciennes est à rejeter* » (1).

Os defensores desta doutrina baseiam-se em duas séries de factos aparentemente de grande importância: a primeira consistindo nos resultados negativos da reacção de Wright em casos de brucelose comprovados pela hemocultura; a segunda num facto oposto, isto é, na sua positividade em estados mórbidos diferentes da brucelose (febre tifóide, tuberculose, tifo exantemático, kala-azar e tularémia, segundo Burnet (2); nestas doenças, e na gripe, escarlatina e febre recorrente, segundo Violle (3).

Uns e outros factos são explicáveis sem destituir a reacção de Wright do seu grande valor diagnóstico na brucelose.

Os primeiros comportam as reacções paradoxais (aglutinação em diluições grandes, a $\frac{1}{300}$, $\frac{1}{500}$, etc., e a sua ausência a diluições pequenas: $\frac{1}{20}$ a 1^0 e mesmo $\frac{1}{150}$); as reacções precoces, antes do décimo quinto dia; o emprêgo de paramelitenses não aglutináveis pelo soro sangüíneo de doentes com febre ondulante tipo melitensis (4) e vice-versa.

(1) Bezançon et Philibert, *loc. cit.*, pág. 261.

(2) Et. Burnet, «La fièvre ondulante et le melitensis» *Paris Médical*, 4-VI-1927, vol. II, pág. 538.

(3) H. Violle, *La fièvre ondulante*, pág. 76.

(4) M. Béguet, «La pratique du séro-diagnostique dans la fièvre ondulante», *Paris Médical*, 4-VI-1927, vol. II, pág. 547.

« En Tunisie, en Algérie, un nombre appréciable de cas sont dus (l'hémoculture l'a appris) au développement dans l'organisme d'une variété particulière de *melitensis* II dont la spécificité antigénique présente des particularités. Le sérum de tels malades n'agglutine pas le *melitensis* et, par contre, il exerce une action floculante considérable sur les suspensions de *paramelitensis*. Dès lors, en faisant la réaction simultanément avec les deux variétés, le nombre de résultats positifs s'accroît pour tendre à un pourcentage de réussite d'environ 95 % des cas » (1).

Uma outra causa de erro desta natureza provém do uso de sêro de sangue colhido em estado de maior ou menor pírrexia. Segundo Philibert é nos períodos de defervescência, principalmente durante as remissões térmicas matinais, que as aglutininas aparecem « d'où la nécessité de recueillir le sang dans la matinée » (2). Além destes factores a negatividade da reacção de Wright, em casos evidentes de brucelose, pode depender, como para reacções equivalentes em outras septicémias, do atenuado e instável poder aglutinogénio (3) dos gérmens em causa, da extrema labilidade das aglutininas (4) e, possivelmente, da circunstância de maior ou

(1) Lisbonne et P. Devèze, « La séro-agglutination et la vaccinothérapie de la mélitococcie (A propos d'un livre récent) », *Bull. de la Soc. des Sci. Méd. et Biol. de Montpellier et du Langdoc Méditerranéen*, 1926, pag. 399.

(2) A. Philibert, *Manuel de Bactériologie Médicale*, 1928, p. 211.

(3) E. Rist, « Études sur la fièvre typhoïde. Recherche sur la séro-agglutination dans les fièvres typhoïde et paratyphoïde et sur l'influence exercée par la vaccination antityphique sur ce phénomène », *Ann. de Méd.*, 1916, págs. 55-58; E. Rist, A. Ravina et H. Bonnet, « Ostéites post-typhiques récidivantes à bacille paratyphique », *Soc. Méd. des Hôp. de Paris*, 1931, pag. 1417.

(4) P. P. Lévy et Pasteur Vallery-Radot, « Absence et diminution momentanée de l'agglutinabilité de certains bacilles typhiques ou paratyphiques après leur isolement de l'organisme » *Ann. de Méd.*, 1916, págs. 514-524.

menor parte — conforme os casos — da acção patogénia dos *Brucellæ* depender de formas filtrantes não aglutinogénias.

Finalmente, tais factos podem ainda estar dependentes da dissociação sero-patogénia⁽¹⁾ de certas *souches* de *Brucella* ou corresponder a formas de febre ondulante em que o sôro dos doentes aglutine o respectivo gérmem (isolado recentemente por hemocultura) e não outros cultivados *in vitro* desde há muito, mais ou menos alterados nas suas propriedades serológicas, fenómeno verificado noutros estados mórbidos semelhantes⁽²⁾.

Os segundos, não menos importantes, certamente, são devidos a aglutininas não específicas, existentes no sôro sanguíneo normal, cuja influência se pode evitar aquecendo-o a 56° durante vinte minutos; ao emprêgo, nas reacções, não de um autêntico *Br. melitensis* mas sim de um *paramelitensis*, aglutinável espontâneamente — e pelo sôro normal⁽³⁾ — bem

(1) «... les souches labiles de *Brucella* peuvent changer leur position sérologique, sous la dépendance de la phase de dissociation». P. Zdrodowski, H. Brenne et B. Voskressenski, *loc. cit.*

(2) E. Rist, A. Ravina et A. Bonnet, *loc. cit.*

(3) Êste fenómeno, que se pode verificar com outros micróbios «é devido à floculação de diversas substâncias bacterianas, adsorvidas em parte pelos corpos microbianos, em parte difundidas no líquido» das respectivas suspensões. É, pois, um fenómeno de natureza coloidal, dependente de várias condições: concentração das substâncias peri e microbianas, temperatura e ionisação do líquido das suspensões. (Béquet, «Sur les conditions de l'agglutinabilité des microbes et de l'agglutination. Etude faite sur *Br. Melitensis* et *Br. Abortus*», *Ann. de l'Inst. Pasteur.* n.º 1, 1927, págs. 49-58).

Nas culturas velhas a floculação é provocada pelo NH₃, que tais culturas elaboram. Daí a indicação de se empregarem culturas novas, de 24 a 48 horas, e, sendo possível, depois de se verificar a sua inaglutinabilidade quando, em suspensão em sôro fisiológico, se submetem, durante três horas, a um banho-maria de 90° (*fenómeno de Burnet*). «De cette manière on évitera dans la plupart des cas l'agglutinatibi-

como, possivelmente, a estados imunitários anti-*Brucella* criados por bruceloses clinicamente inexistentes datando de há mais ou menos tempo (1).

Nos dois primeiros casos, porém, a sôro-aglutinação não vai além de $1/20$ a $1/150$, diluições que, muito justamente, se consideram hoje insuficientes para fornecerem indicações diagnósticas seguras. Na verdade, a prática mais seguida, é a que considera negativas as sôro-aglutinações inferiores a $1/200$ (2).

Alguns autores, menos generosos com estas possíveis pseudo-reacções de Wright, afirmam que nunca a encontraram positiva além de $1/30$ em estados diferentes da febre ondulante.

Assim é que, refutando a afirmação do seu freqüente valor inespecífico, escrevem Lisbonne e Devèze: «*Ce reproche est injustifié. Pour notre part, nous n'avons jamais constaté d'agglutination à des taux dépassant le $1/30$ (encore les cas observés sont-ils exceptionnels) en dehors de la mélitococcie.*

.....
Nous concluons que si on utilise des souches qui ont fait

lité par les sérums de malades autres que ceux atteints de fièvre ondulante.

De plus, comme la substance provoquant l'agglutinatilité par la chaleur est *empêchante* pour l'agglutination spécifique, on aura ainsi un germe beaucoup plus sensible aux sérums de fièvre ondulante». Béguet, *Paris Médical* cit., pág. 547-548.

(1) Ch. Dubois et N. Sollier, «Sur l'emploi de l'intradermo-réaction à la mélitine chez les sujets atteints de fièvre ondulante et chez les sujets sains vivant en milieu contaminé de mélitococcie animale», *Soc. de Biol.* X-1930, pág. 191.

(2) H. Violle, *loc. cit.*, pág. 76. Com algumas técnicas, porém, as sôro-aglutinações positivas a $1/10$ e até em diluições menores, devem considerar-se sintomáticas de febre de Malta (Martin Kristensen, «La fièvre ondulante d'origine bovine principalement d'après les expériences faites au Danemark». *Rapport au Deuxième Congrès International de Pathologie comparée*, Paris, 14-X-1931, pág. 70), etc., etc.

leur preuve (notament des souches d'Abortus) la séro-réaction de Wright est rigoureusement spécifique du fait que seuls les sérums provenant de malades atteints de fièvre ondulante ont la propriété de les agglutiner à des taux élevés» (1).

Conseqüentemente, quando igual ou superior a $\frac{1}{200}$, deve ser considerada sintomática de brucelose. Efectivamente, nenhuma outra doença produz uma soro-aglutinação em tais condições. Este facto é da maior importância para o diagnóstico diferencial entre a brucelose e todos os estados mórbidos que podem dar soro-aglutinações inferiores, nomeadamente os casos de tuberculose e de febres tifóide e paratifóides.

Nestas condições, o aquecimento a 56° durante vinte minutos afim de o seu poder aglutinante inespecífico ser anulado, torna-se dispensável. Por vezes, temporária ou permanentemente, mercê de aglutinações positivas e diluições inferiores a $\frac{1}{200}$, pode a reacção de Wright impedir o diagnóstico de brucelose.

Pode, é certo, falhar algumas vezes mas não tantas, desde que realizada em boas condições, que o seu valor diagnóstico não seja extraordinário. Eis o que, a tal respeito, escrevem autores da maior autoridade: «*Les «ratés» de la réaction nous paraissent rares. Comme bien d'autres, nous en avons constaté. Nous avons obtenu des hémocultures (à 2 ou 3 reprises) chez des individus dont la séro-réaction donnait une réponse douteuse (agglutination faible à $\frac{1}{100}$). Mais ce sont des cas exceptionnels dont nous gardons par celà même le souvenir. D'une manière générale la positivité de la réaction a marché de pair avec l'hémoculture, quand cette dernière a pu être pratiquée. Nous estimons à 90% la proportion des résultats positifs du séro appliqué au diagnostic de la fièvre ondulante chez l'homme (L'état clinique, l'évo-*

(1) Lisbonne et P. Devèze, *loc. cit.*, pág. 398-399.

lution de la maladie, les observations des médecins sont les criterium sur qui, en dehors de l'hémoculture, nous appuyons notre opinion)⁽¹⁾.

J'ai lu quelques articles dénigrant la séro-réaction dans la fièvre ondulante, je ne m'y associe pas. Je crois qu'aucun bactériologiste connaissant la maladie et le microbe ne rejettera cette réaction. Il y avait certains points à préciser, ils l'ont été...

« Quand j'ai dit que la séro-réaction refuse réponse dans 20⁰/₀ environ des cas, je ne pratiquais pas la correction paramelitensis. En en tenant compte, j'estime que le nombre, des cas en défaut ne dépasse guère 5⁰/₀.

« Il nous arrive, de temps en temps ici, d'avoir un résultat négatif qui nous étonne : l'emploi du para M le rend positif.

« En tout cas, je ne connais, comme vous, que d'erreurs par manque » pas d'erreurs par défaut de spécificité : s'il en existe — tout existe en biologie — elles sont la rarissime exception...

« En somme, je considère la séro-réaction dans la fièvre ondulante comme une très bonne réaction dont il est impossible de se passer »⁽²⁾.

Do seu valor absoluto no diagnóstico da febre ondulante falam bem claramente as seguintes palavras de Kristensen, autoridade incontestável no assunto : « Mon impression personnelle est que le diagnostic sérologique de la fièvre ondulante, tel qu'il est effectué à l'Institut sérothérapique danois mérite au moins autant de confiance que le diagnostic sérologique de la fièvre typhoïde »⁽³⁾. ¿ Que melhor consagração da reacção de Wright no diagnóstico de febre ondulante do

(1) Lisbonne et P. Devèze, loc. cit., pág. 399.

(2) Burnet, cit. p. Lisbonne et P. Devèze, loc. cit., pág. 400.

(3) Martin Kristensen, « La fièvre ondulante d'origine bovine, etc. », Rapport au Deuxième Congrès International de Pathologie comparée, 1931, p. 76.

que considerá-la igual à de Widal no diagnóstico das febres tifo-paratifóides? Ninguém, por certo, contesta a importância e significado da última a-pesar-de algumas vezes ser negativa em casos de tais doenças, diagnosticados pela clínica e pela hemocultura.

Do seu valor relativo (à hemocultura e intradermo-reacção à melitina) falam também Ch. Dubois e N. Sollier afirmando: «*Des trois procédés actuellement employés pour effectuer le diagnostic expérimental de la mélitococcie, le plus sûr et le plus pratiqué à la fois est certainement le séro-diagnostic de Wright*»⁽¹⁾.

E estoutras de Goiny: «*Nous avons une telle confiance dans la séro-réaction, que, depuis que nous utilisons pour le traitement les stock-vaccins, nous avons abandonné la pratique de l'hémoculture*»⁽²⁾. Quando é negativa nos casos suspeitos de brucelose, o que urge, a nosso ver, para que os seus resultados sejam fidedignos, é realisá-la numerosas vezes e sempre nas melhores condições.

Intradermo-reacção à melitina⁽³⁾ ou reacção de Burnet.

(1) Dr. Ch. Dubois et Dr. N. Sollier, «Valeur de l'intradermo-réaction à la mélitine comme procédé de diagnostic de la fièvre ondulante et de recherche des états d'allergie et d'immunité à l'égard du *Brucella melitensis*», *Ann. de l'Inst. Pasteur*, n.º 3, 1931, pág. 320.

(2) A. Goiny, «Observations sur la fièvre ondulante depuis 1920», *Bull. de la Soc. des Sci. Méd. et Biol. de Montpellier et du Languedoc Méditerranéen*, 1926, pág. 389.

(3) É um produto obtido por simples filtração de uma cultura em caldo ordinário, de duração não inferior a 8 dias e de preferência após 20 ou 30, mais rica, portanto, em elementos de origem microbiana. Deve ser de preparação recente (três a quatro semanas) sem o que, erradamente, pode dar resultados negativos. Para se lhe conservar o poder específico durante mais tempo torna-se necessário mantê-la em geleira. Pode preparar-se tanto com os *Br. melitensis* como com o *Br. abortus*, sendo preferível com êste último germen.

A capacidade dos *Br. melitensis* para produzirem melitina activa é

— É a mais recente das três provas correntemente usadas no diagnóstico da brucelose pois data, apenas, de 1922.

O seu valor pode bem resumir-se na seguinte frase de Burnet: «*L'intradermo-réaction, sure, simple, partout applicable, rendra service dans les pays où la fièvre méditerranéenne sévit et où, faute de laboratoire, elle risque d'être méconnue*»⁽¹⁾.

A prática desta reacção foi sugerida a Burnet pela analogia entre a infecção experimental da cobaia pelo Br. melitensis e a tuberculose e, conseqüentemente, pela possível existência, na primeira, de um estado de alergia igual ou semelhante ao da última doença⁽²⁾.

Encontrando-se, por isso, convalescente, de uma brucelose tipo melitensis foi em si mesmo que Burnet verificou a exactidão da sua hipótese inoculando na derme 0,1 de c.c. de uma suspensão de germens contendo 900 milhões por c.c. e constatando: 1.º — *une réaction générale, caractérisée vers la sixième heure par un frisson, de la fièvre, de la courbature, puis par de la céphalée et de l'insomnie; au bout de vingt heures, tout était rentré dans l'ordre*; 2.º — *une réaction locale, nette dès la sixième heure, visible encore vers la soixante-douzième heure, réaction constituée par une petite tache violacée, ecchymotique, avec de la rougeur autour et surtout de l'œdème*⁽³⁾.

variável. Assim é que uns a não produzem nunca, outros a produzem algumas vezes e outros, finalmente, a produzem sempre (Ascoli, «*L'intradermo-réaction dans la fièvre méditerranéenne*», *La Presse Médicale*, 1926, pág. 572).

(1) Et. Burnet, «*Étude sur la fièvre méditerranéenne, diagnostic par filtrat de culture*», *Arch. de l'Inst. Pasteur*, Afrique du Nord, fasc. II, Juin 1922.

(2) D. Olmer, «*La mélitine de Burnet. Son intérêt pour le diagnostic, le traitement et la prophylaxie*», *Journ. Méd. Français*, n.º 5, 1929, pág. 182.

(3) Ibidem.

Como se vê Burnet empregou primeiramente os corpos microbianos vivos, acto logicamente sem conseqüências de maior em indivíduos tendo tido há pouco tempo, como êle, uma brucelose, o mesmo podendo deixar de se verificar em indivíduos não tendo tal doença em evolução ou tendo-a tido há anos, sabido como é que nem sempre provoca uma imunidade estável, definitiva. Dai o emprêgo, por se mostrar de efeitos semelhantes, não dos corpos microbianos vivos dos *Brucellæ*, mas apenas do produto de filtração das suas culturas de 20 a 30 dias, após a verificação rigorosa da sua esterilidade.

Muito conceituada no princípio caiu mais tarde em desuso nalguns países por efeito da freqüente dificuldade de obter melitina ou abortina de preparação recente, condição necessária à justa interpretação dos seus resultados; da possibilidade desta reacção ser negativa (sobretudo no princípio, como mais importa para o tratamento) em casos evidentes de brucelose; de ser fugaz, durando apenas algumas horas; de ser duvidosa, de interpretação difícil; de ser positiva em indivíduos normais ou com doenças⁽¹⁾ várias (febre tifóide, tuberculose); que nunca tiveram brucelose clínica (vivendo em meios contaminados, animais e humanos); e ainda pela possibilidade que oferece o soro-diagnóstico de Wright de, conjuntamente, se fazer a reacção de Widal, etc.⁽²⁾.

Reacção, no entanto, de técnica muito simples e de resultados fidedignos, deve realizar-se isolada ou conjuntamente com a hemocultura e a reacção de Wright, sempre que o diagnóstico clínico de brucelose seja provável. Phil-

(1) Duppau, *loc. cit.*

(2) Dr. Ch. Dubois et Dr. N. Sollier, «Valeur de l'intradermo-réaction à la mélitine comme procédé de diagnostic de la fièvre ondulante et de recherche des états d'allergie et d'immunité à l'égard du *Br. melitensis*», *Ann. de l'Inst. Pasteur*, n.º 3, 1931, págs. 311-331.

bert, que tão pouco valor atribui à reacção de Wright confere, pelo contrário, à reacção de Burnet, um significado extraordinário, patognomónico, pode dizer-se, de brucelose: «... elle est constante et spécifique, fait défaut dans les autres infections et chez l'individu sain», etc. (1).

A sua técnica, repetimos, bem simples, consiste em injectar 0,1 de c.c. na derme da parte ântero-superior do ante-braço ou do tærço inferior do braço. Quando claramente positiva, além de uma possível exacerbação térmica, traduz-se pelos três seguintes elementos locais: *edema*, *dor* e *rubor*. O rubor pode faltar e dos três elementos o mais significativo é o edema. «*L'œdème est le signe le plus important: il caractérise la réaction; la rougeur seule est insuffisante. On ne devra donc considérer comme certaines que les réactions qui se traduisent par de l'œdème*» (2). Geralmente aparece no fim de seis horas e dura quarenta ou cinquenta. Por vezes aparece mais tardiamente. «*Chez l'homme atteint de fièvre ondulante, la réaction est nette dès la sixième heure et elle persiste jusqu'à la quarantième et cinquantième heure; elle est quelquefois tardive et alors elle n'apparaît que vers la quinzième heure, rarement après la vingtième heure*» (3).

Conforme a sua intensidade e duração pode ser forte: «*œdème très accentué en verre de montre, pouvant atteindre de 4 à 6 centimètres environ de diamètre, douleur assez vive, rougeur de dimension correspondant à l'œdème. Durée des signes locaux: deux à six jours environ; média: œdème très net de 3 à 4 centimètres de diamètre, avec douleur légère et rougeur de dimension correspondant à l'œdème. Durée des signes locaux: un à trois jours environ*»; fraca: *œdème lé-*

(1) A. Philibert, *loc. cit.*, p. 212.

(2) D. Olmer, *loc. cit.*, pág. 183.

(3) Ibidem.

ger, mais net, de 1 à 2 centimètres avec légère douleur et rougeur correspondant aux dimensions de l'œdème. Durée des signes locaux de trois à quatre heures à vingt-quatre heures; duvidosa, lorsqu'elle se traduisait par une légère sensibilité et de la rougeur pouvant atteindre 1 à 1 cent. $\frac{1}{2}$ de diamètre, mais sans œdème appréciable» (1). Na possibilidade da reacção ser deste último tipo é de boa prática realizar simultaneamente uma injeccção intradérmica de um gota de caldo peptonado vulgar (poteino-reacção), comparando os respectivos efeitos ou sintomas.

Cada espécie de reacção representa-se, respectivamente, pelo símbolo: +++; ++; + e O+.

Quando aos sinais locais da reacção do primeiro tipo, com a duração de uma a duas semanas, se associam sinais gerais (ascensão térmica de 1 a 2°, cefaleia e astenia) a reacção diz-se *muito forte*. É excepcional. Até hoje não foi constatada senão em indivíduos tendo tido uma brucelose há muito tempo ou vivendo num meio de brucelose animal (2). Representa-se pelo símbolo: ++++.

Podendo ser muito precoce, após a primeira semana da doença (Burnet), é geralmente tardia (3) — mais ou menos frequentemente tardia que o soro-diagnóstico e a hemocultura: «... malgré le caractère spécifique de l'intradermo-réaction à la mélitine, son apparition est souvent trop tardive pour pouvoir supplanter les moyens de diagnostic beaucoup plus précis et beaucoup plus précoces que sont l'hémoculture et surtout le séro-diagnostic de Wright (4).

Reacção de alergia, parece não oferecer nenhuma rela-

(1) Dr. Ch. Dubois et Dr. N. Sollier, *loc. cit.*

(2) Ibidem.

(3) Appieto, «Diagnostic de la fièvre méditerranéenne chez l'homme par l'intradermo-réaction de Burnet», *Thèse de Montpellier*, 28-V-924.

(4) Dr. Ch. Dubois et Dr. N. Sollier, *loc. retro cit.*, pág. 320.

ção com a soro-aglutinação⁽¹⁾ e a hemocultura⁽²⁾, podendo ser negativa quando estas são positivas o que Burnet, pelo contrário, nunca verificou⁽³⁾: «*la réaction cutanée n'a fait défaut dans aucun cas ou l'un ou la totalité des autres signes (hémoculture, agglutination, tableaux clinique) imposaient le diagnostic de fièvre méditerranéenne. Dans 9 cas sur 54, elle a été positive, alors que l'agglutination faisait défaut*» o que Appieto⁽⁴⁾ confirma plenamente.

Além do seu valor no diagnóstico de uma brucelose em evolução é também muito útil no seu diagnóstico retrospectivo, no seu prognóstico, tratamento e profilaxia, como oportunamente veremos. Dada a freqüente ou constante ausência de típica fisionomia clínica da brucelose — *Il est impossible, à notre avis, d'affirmer un diagnostic clinique de mélitococcie. Aucun signe n'est pathognomonique et les signes considérés comme les plus habituels manquent souvent...*⁽⁵⁾ — e ainda a possibilidade dos seus principais meios de diagnóstico biológico (a hemocultura, as reacções de Wright e de Burnet) poderem ser negativas, vê-se como freqüentemente se tem de recorrer a tôdas.

«*En résumé, en présence d'une fièvre continue, se prolongeant anormalement, il faut savoir penser à la mélitococcie, même sans la moindre ondulation de la courbe, et ceci non seulement en Afrique du Nord ou dans le Midi de France, mais encore dans la region parisienne* (em tôda a parte, di-

(1) Dr. Ch. Dubois et Dr. N. Sollier, *Soc. de Biol.*, 18-X-1930, pág. 191; Ducamp, Blouquier et Falgairolle, *Soc des Sci. Méd. et Biol. de Montpellier* ... 18-VI-1926, etc.

(2) Vedel, Giraud et Puech, *Soc. des Sci. Méd. et Biol. de Montpellier*, 18-VI-1926.

(3) Cit. par Ch. Dubois et N. Sollier, *loc. cit.*

(4) Appieto, *loc. cit.*

(5) Vedel, G. Giraud et Puech, «A propos de quelques cas de fièvre de Malte», *Soc. des Sci. Méd. et Biol. de Montpellier*, 1926, pág. 403.

remos nós) où les cas autochtones semblent devenir assez nombreux.

« Comme moyen de diagnostic, rechercher l'agglutination, pratiquer une hémoculture et savoir attendre patiemment, un mois, peut-être davantage, avant de la déclarer stérile ; enfin, faire la réaction à la mélitine, l'intradermo réaction ayant une valeur diagnostic indiscutable » (1).

(Continua)

LÚCIO DE ALMEIDA.

(1) Xavier Cazalas, *loc. cit.*

S. FRANCISCO DE XAVIER E O ORIENTE PORTUGUÊS (1)

Era a cidade uma acumulação um pouco irregular de alto casario, mas entre as ruas tortuosas da velha medina árabe e pelas colinas circunjacentes para aonde o burgo alastrara avultavam grandes e soberbos palácios naquele gôsto da época Manuelina, ora florescentes de ogivas e arcaturas que contorna um feixe torcido de cordame das naus, encimadas da esfera e lavradas de motivos marinhos, ora adoptando o gôsto dos architectos de Francisco I, combinando num estilo rico os minuciosos ornatos do gótico florido com os nichos, as gregas, os medalhões e os troféus do Renascimento: uma meia dúzia de maravilhosas fábricas desta época, de obra religiosa e civil, escaparam aos sismos e ao tempo destruidor para fazer pasmar os vindouros da elegância e esbelteza da sua traça, formosura dos seus ornatos e acabamento de cinzel das suas cantarias e por êsses poucos monumentos que estão ainda de pé fácil nos é reconstituir o que seria como architectura uma cidade ostentosa que sabia gastar no luxo das suas moradas a super-abundância de riquezas que vindas do Oriente e do Ocidente diàriamente lhe entravam nos galões abarrotados de mercadorias pela larga barra do Tejo. Sòmente o trato com todo o Extremo-Oriente, privativo dos portuguezes, se fôsse possível avaliá-lo exactamente nos valores de hoje produziria cifras quási fantásticas: os

(1) Cont. do n.º 2, pág. 187.

mercadores portugueses não só tratavam na Índia, entre os seus portos e os de Ceilão, Bengala, Bramas, Siões, Malaios, Jáos, da China e do Japão, mas também pelas suas feitorias de Antuérpia e da Holanda, eram os fornecedores para o centro e norte da Europa de tôdas as espécies, drogas e polícias do Extremo-Oriente.

Lisboa era o grande entrepôsto, o empório, o centro de todo o grosso trato entre a Índia e a Europa; a conquista turca no Levante tinha vedado o Mediterrâneo às frotas de Veneza e de Génova: deixaram de cursar os desertos da Síria e Mesopotâmia as longas caravanas que em Bassorá, no seio do gôlfo Pérsico, carregavam a pimenta, o cravo, a massa, a canela das naus de Cambaia para a trazerem em fardos, a dorso de camelo, pelo deserto, na longa viagem das cáfilas que vinham direitas a Alepo no litoral da Síria. Os mesmos venezianos e genoveses, grandes mercadores do Levante mediterrâneo, eram forçados pelo desvio do trato operado na Índia pela conquista portuguesa a virem a Lisboa abastecer-se de drogas e espécies da Índia: a cidade portanto que já desde os Afonsinos com o desembarque dos cruzados tinha uma feição cosmopolita, acentuava fortemente este carácter à medida que se ia tornando o grande armazém de toda a especiaria do Oriente, o ponto de convergência de todo o seu comércio com a Europa.

Neste riquíssimo monopólio que as largas espadas dos portugueses de D. Manuel e o valor do génio dos seus Vice-Reis tinham conquistado para Portugal, o mais grosso trato pertencia ao Rei; este era o primeiro armador das naus e galeões da Índia e as suas prerogativas de soberania confundiam-se com a sua precedência comercial: o Rei tinha em todo o Extremo-Oriente o melhor da sua fazenda e os seus feitores e capitães, ou fiscalizavam as suas alfândegas ou corriam o mar nas suas naus e juncos, abarrotados de especiaria, de Goa, do Dekan e do Malabar a Ceilão, à costa

de Bengala, ao Sião, Malaca e Java e, para lá dos estreitos malaioes, a Liampô na China e aos portos do Japão.

O Rei como um doge em Veneza ou os Médicis em Florença era o primeiro armador e o primeiro banqueiro do reino; o grande cabedal de ouro acumulado pela coroa e pela nação, amontoara-se durante anos no erário e nas arcas dos particulares.

Nem só o Rei era armador no Extremo-Oriente: o comércio daquela imensa parte do mundo mais rica, industriosa e povoada, era sobejo para todos; em seguida ao Rei os seus Vice-Reis, os seus Governadores, os seus Ministros, os seus Capitães, os seus Feitores, armavam navios e negociavam por sua conta: o Oriente pagava ainda melhor que o Ocidente e os que por lá demoravam, regressavam frequentemente ricos, quando os naufrágios do Cabo não sorviam no fundo do mar vidas e riquezas.

Uma fusta ou junco carregado de sêdas em Liampô podia produzir em Cambaia 10 a 20 vezes o valor da sua carga, tanto as sedas do Chantong eram estimadas na Índia: ao contrário a nau que carregava a pimenta na costa do Malabar, ou o cravo nas Molucas, produzia na China aproximado super-valor; mas, fazendo ainda a parte do fogo, fisco, piratarias, naufrágios, infidelidade dos capitães, feitores, e caixeiros: mesmo contando com as tempestades do Cabo e os Corsários argelinos e franceses pairando na costa, as naus, urcas e galeões que da Índia demandavam o Tejo, vinham verdadeiramente a abarrotar de ouro.

Estes super-valores do monopólio mercantil dos portugueses no Extremo-Oriente applicavam-se naturalmente naquêle viver de luxo asiático em que se compraziam a côrte e as grandes famílias do reino.

Cada vice-Rei, cada governador, cada capitão, cada mercador que regressava rico da Índia (isto era a regra geral) mandava edificar um paço ou no estilo amoiriscado de

Portugal ou à guisa de Itália e continuava em Lisboa a vida sumptuosa a que vinha habituado do Oriente: os Reis D. Manuel e D. João III dispendiam mais largamente ainda quer nas obras dos seus palácios, quer nas dos conventos e igrejas que protegiam. D. Manuel edificou a jóia architectónica dos Jerónimos e a formosa torre vizinha que esculca o Tejo; uma grande parte dos Paços da Ribeira com a casa da Índia e, a seu exemplo e incentivo, formosos templos se ergueram na parte baixa, à montante do Tejo e se restaurou o lindo paço árabe de Sintra. Levantaram-se, com o luxo e a riqueza do Grão-mogol, no gótico mosteiro da Batalha, para perpétua lembrança de tanto poder e magestade, as formosas e esbeltas Capelas Imperfeitas: à traça própria daquele tempo se alia com felicidade a linha clássica da Renascença. A exemplo do Rei os senhores da Corte, os magnates do Reino, os bispos, os grandes mosteiros, os abades, as paróquias, os alcaides, as câmaras citadinas e os concelhos rurais, mandavam edificar palácios urbanos, paços e casas de quinta: restaurar com grandeza as primitivas Sées românico-góticas ou árabes; construir novas e elegantes capelas e residências; paços de concelho com os seus elegantes pelourinhos; ameadas torres concelhias e suas fontes arcadas; pontes audaciosas vadeando, nas largas passadas dos seus arcos ogivais, as gargantas estreitas e profundas dos rios e emfim, enchendo o pobre e rude Portugal afonsino de edificações ora sumptuosas, ora utilitárias, deram à cidade e ao Reino uma fisionomia eterna de formosas cantarias esculpidas.

Construído o paço, a igreja, o castelo, o convento, a morada, as riquezas da Índia sobejavam ainda para a decoração: o vestir, o mobilar com grandeza; os palácios dos reis, as catedrais, os paços dos bispos, as casas fidalgas e as dos mercadores encheram-se de preciosas alcatifas e tapeçarias de Ispaaham e de Chiráz; os arcazes acharoados de Liampô abarrotavam de sêdas e lhamas preciosas; as salas de bufe-

tes, mesas, estrados e cadeiras de olorosas madeiras embutidas ou entalhadas; as paredes forravam-se com os magníficos Razes e com os preciosos painéis da escola Holandesa encomendados às feitorias flamengas e borgonhesas e em toda a volta, da escadaria às câmaras, do pórtico ao altar mór, os mosaicos mudejares de Sevilha e de Valência policromisavam a fresca penumbra da sala do sarau ou da nave da igreja de um cintilar de gemas raras, a marcar a procedência neo-oriental do Império Português.

Para bastar a estes hábitos de grande luxo, a cidade enchera-se de mercadores de coisas preciosas: os ourives que batiam as baixelas de prata como as de ouro tinham as suas ruas privativas; os tratantes dos estôfos, das sedas de Lião e de Itália, dos veludos desenhados de Utrecht, dos rasos espanhóis, dos linhos da Holanda, das cambraias de Flandres, das gases de Mossul, das sedarias da China e do Japão tinham a longa e larga Rua-nova, aonde a prodigalidade dos tempos podia encontrar tudo quanto de mais precioso se tecia no mundo; as gemas raras, os diamantes naifes de Golconda, os topázios e rubís da Índia, as esmeraldas do sertão do Brasil, o aljofar do Sino pérsico, as pérolas da Costa da Pescaria, as safiras pálidas do Ceilão, tudo o que rebrilha coruscando lumes do Oriente, havia na sombra fresca das lojas dos lapidários encastado em preciosos engastes, ora enriquecendo fivelas, cintos, colares, cadeias de pálido ouro de Sofala, ora bordando a matiz as sêdas preciosas, ou enfiadas em coifas, braceletes, manilhas, voltas e passadores.

A êste asiatismo de Rajás no viver e no vestir, correspondia não menor sumptuosidade na parada exterior da vida: as cavalhariças aonde se enfileiravam os cavalos da Arábia e da Andaluzia tinham numerosos lacaios e picadores para as servir: um moço fidalgo do tempo não saía à rua sem vir ricamente vestido de lhama, com o seu trancelim de gemas

raras, com o seu cinto de ouro afivelado em pedraria, a sua gôrra italiana que rematava ao lado uma grande jóia solitária: caminhava lentamente, apoiado a dois criados de rica libré e atrás os cavalheiros e escravos conduziam a mula ajaezada ou o cavalo de raça estropeando inquieto: a segunda nobreza imitava por seu turno a côrte e os mercadores opulentos, pela sua vez, com os astutos judeus da mercância timbravam também de se passear e fazer acompanhar com igual opulência: as largas espadas dos portugueses da conquista tinham sido substituídas por finos e elegantes espadins de côrte, de copos de ouro cinzelado: e as longas barbas honradas dos Albuquerque e dos Gamas tinham desaparecido para dar lugar a estes senhores afeminados e de face glabra que para caminhar na rua affectavam precisar de se encostar aos seus escudeiros. Num ambiente de tal forma rico e sumptuoso não se pode já esperar aquela moral simples e rude dos tempos do rei-juiz D. Pedro I e do seu filho e netos ilustres da dinastia de Avis: Albuquerque escrevia a D. Manuel receiando para os portugueses os «fumos da India»: Fumos — perfumes, aromas capitosos evolvendo-se de áureas caçoilas: Fumos — luxo, sedas e lhamas, ouro e pedraria: Fumos — escravas formosas recrutadas por todo o Oriente; sensualidade, moleza, deliquescência de carácter: eis o sândalo e a água de rosas enebriantes que transtornaram as cabeças rudes dos portugueses de quinhentos; que fizeram dos soldados da Índia alambicados senhores da Côrte: decerto no reino, algumas austeras famílias provinciais pelo seu isolamento serrano evitavam o contágio do luxo asiático da capital; o Rei ainda encontrava entre os seus súbditos um «Castro forte» para ir governar o Império do Oriente aonde começavam a enxergar-se os primeiros sinais de ruína: ainda havia Meneses, Coutinhos e Távoras pelas praças da África; ainda havia Cunhas, Sousas, Noronhas e Mascarenhas para comandar as armadas da Índia.

dia; ainda estas levavam chusmas valorosas de veteranos reinóis, rudes e audaciosos; «Fomos ao rio de Meca pelejámos e roubámos» dizia o soldado tornadiço do auto vicentino; ainda a nobre e austera milícia dos cavaleiros de Cristo, armava as suas naus alterosas, levando por cima dos escarcéus de dois oceanos nas largas velas prenhes de vento o signo sanguinolento de Jesus. O nervo, a maça dos portugueses, a grei era ainda rija e saúdável: ¿sòmente aonde estavam as cabeças que um século antes os tinham levado à descoberta dos mundos novos e logo ao domínio da África e do Oriente? ¿Aonde estavam o Infante e os seus pilotos e capitães? ¿A gente do mar e a gente do Ceuta e de Tânger? Os Zarcos, os Vaz, os Fernandes, os Velhos que descobriram a Madeira, Cabo Verde e os Açores,? ¿O Príncipe Perfeito, o seu Pero da Covilhã peregrinando por terras do Preste Abexim e o seu Bartolomeu Dias, a alma da Descoberta, cujo periplo africano ia abrir as portas da glória aos Gamas e aos Cabrais, aos Almeidas e Albuquerque? Estas duas ínclitas gerações tinham desaparecido na voragem do tempo sem deixar herdeiros: a vontade de ferro, a coragem brônzea dos conquistadores passára: os vice-reis, os capitães, os soldados e marinheiros da conquista tinham acabado por tôda a vasta Índia e em seu lugar havia deshonesto trato, corrupção, mercância; perdem-se tôdas as nobres virtudes militares dos portugueses; se ainda havia governadores dignos para mandar, faltava quem obedecesse e sem comandos prestigiosos os reinóis recém-chegados abandeiravam-se em volta de algum capitão corsário ou andavam à caça das naus de Meca ou iam servir como mercenários os príncipes do Oriente.

Um oficial do Rei, António de Faria, depois capitão de aventura, faz no mar da China, nas enseadas septentrionais do Gôlfo de Nanquim, o côrso mais audacioso da história náutica dos portugueses: saindo de um pôrto malaio num junco chinês, apetrechado em guerra, com alguns dos nossos e

cristãos naturais, anda, durante longos meses, na caça aos ladrões do mar entre a enseada de Anam e a grande ilha Formosa: é temido como o terror de aquelas paragens; um dia desembarca e toma mesmo de assalto uma cidade fortificada do litoral: reconhecido por senhor invencível dá cartas de seguro aos armadores dos portos vizinhos e não descança enquanto não toma às mãos um célebre e poderoso pirata malaio que então infestava aquele pélagos: de regresso a Liampô, a feitoria portuguesa fêz-lhe uma recepção como a um grande príncipe: porém, espírito ativo e aventureiro, generoso e pródigo como um Rei, não suporta uma sossegada vida de rico mercador sem as emoções de um soldado de aventura: ouve um dia a um piloto da terra contar das imensas riquezas de ouro e prata amontoadas pela piedade do povo chinês nos túmulos dos seus primeiros Imperadores, muito a sêntrião do Celeste Império, num grandioso panteon erguido na margem de um braço de rio que desagua na profunda enseada de Nanquim; tão difícil era a um junco armado em guerra aventurar-se naqueles mares bem policiados que os túmulos estavam guardados apenas pelos bonzos de um mosteiro budista: não quer ouvir mais o ardido António de Faria: recruta alguns portugueses veteranos; guarnece um junco com artilheria bem disfarçada, contrata um piloto china e ei-lo de novo demandando ao mar nova fortuna: verdadeira viagem de descoberta, única no seu tempo, por oceanos desconhecidos e nunca até aí navegados dos portugueses, foi aquela rota audaciosa pelo golfão proceloso do Oceano amarelo: os mares ignotos, os ventos contrários, os piratas, os tufões, os naufrágios, tudo tiveram contra aqueles poucos portugueses: invernando numa baía habitada por focas e lobos marinhos, perto dos gêlos da Coreia, aos primeiros pronúncios de bom tempo metem-se de novo ao mar, lutando de vela com a grossa corrente com que o degêlo das neves da Tartaria engrossa os largos e caudalosos rios da China

setentrional que vêm desaguar ao vasto golfo; entrando num braço de mar, marginam países estranhos, habitados de homens selváticos nunca vistos dos mesmos chinas ou povoados de temerosas feras e por fim conseguem atingir o térmo da sua viagem.

Outras vezes capitães e soldados julgando-se mal pagos pelo Rei preferem ir servir os Príncipes gentios: alguns ganhando a sua confiança, fazem-se rapidamente os seus primeiros ministros: um Diogo Soares de Albergaria é vice-Rei do Pégú que governa como senhor absoluto; Salvador Ribeiro de Sousa com um punhado de portugueses conquista êste reino e se faz eleger seu Rei; outros, abandeirados em pequenos regimentos mercenários, vão servir de guarda de honra aos Rajás da Índia, aos Imperadores do Sião, aos Príncipes de Martavam e aos mesmos tiranos e reisetes dos arquipélagos malaio e polinésios.

Assim a seiva forte do roble lusitano se ia derramando e consumindo por todo o Extremo-Oriente; naturalmente, os portugueses, em contacto íntimo com estes povos inter-tropicais, «quási todos gentes polígamas ou por natural sensualidade ou pela religião mahometana a que muitos se converteram», habitando de preferência as cidades marítimas e mercantis sem consciência nem moral, (mentalidade de trantes que guiam todos os seus actos pelos instintos baixos do lucro e de uma vida luxuriosa), perderam aquela tèmpera de raça ulissiana, frugal e paciente nos trabalhos, forte e heróica na guerra, com que tinham vindo à Índia: mas sendo êste Estado incomparavelmente mais vasto e rico de que o reino e exigindo na sua conservação e administração uma grande população militar e civil, sucedia que metade de Portugal tinha embarcado para o Extremo Oriente e da outra metade, os que não continuavam pelos campos e pelas serras a lavoura ancestral, acumulavam-se nas cidades dese-

josos de embarcar para adquirir a fortuna e a pompa com que viam regressar da Índia nas naus e galeões da carreira antigos companheiros e vizinhos: o novo império absorvia e transformava inteiramente a metrópole: era o tempo em que Sá de Miranda rimava:

« eu já vi correr pardaos
por Cabeceiras de Basto ».

a própria moeda da Índia com a sua abundância inundava o reino.

A antiga rigidez de princípios dos portugueses da dinastia de Aviz tinha-se dobrado ante a corrupção e o luxo asiático dos tempos: o mesmo poeta, homem do passado que fugia de Lisboa para a sua comenda minhota, punha em redondilhas a sua intransigência conservadora:

« homem de um só parecer,
de um só rosto, uma só fé,
de antes quebrar que torcer,
êsse tudo pode ser
mas da côrte homem não é ».

De facto a Côrte, conglobando nesta palavra os áulicos do paço, as grandes famílias, os burgueses e o mesmo povo de Lisboa, estava eivada de tôdas as molícias e vícios com que a Ásia, a seu turno, corrompia os seus conquistadores: repetia-se apròximadamente com os portugueses o que sucedera com os generais e soldados de Alexandre: dir-se-ia que Lisboa era mais uma grande cidade mercantil do Extremo-Oriente do que uma metrópole ocidental, tão grande era o luxo dos seus senhores, tão numerosos pelas ruas e praças os seus escravos de tôdas as côres e nações, desde os negros brutais da Etiópia até aos jaus e chins dos estreitos e aos papuas da Polinésia: a Vénus cafreal, a Vénus ma-

laia, a baiadera indú, tinham o seu culto clandestino e desviavam a raça lusitana da sua primeira pureza europeia: à maneira dos árabes, os nossos que muito de êles tinham herdado, abastardavam o seu claro sangue com as escravas de Lisboa e pelos serralhos de Gôa e de todo o Oriente: uma geração impura, degenerada, mestiça procedera dessa primeira transfusão do sangue português; ao mesmo tempo uma transfusão moral de novos hábitos de grandeza, de prazer, de vida sumptuosa e de sêde sem escrúpulos de ganância mercantil transformara inteiramente a velha alma da nossa gente e o seu carácter grave e austero.

Lisboa era uma grande feira do mundo; uma espécie de acampamento do Sufi da Pérsia; um imenso cais dos Oceanos, aonde se acotovelavam mercadores, soldados, marinheiros, escravos de tôdas as sete partidas do mundo; Lisboa era um enorme «al-mazem», um empório colossal, um bazar de todo o Oriente: era tudo menos uma metrópole europeia, severa e militar: o luxo do Rei e da Côrte, o luxo dos grandes senhores, dos mercadores e tratantes da terra e dos judeus; mesmo o luxo aparente do povo em geral ultrapassavam de muito o que era humanamente razoável: com o luxo o desejo de se mostrar, de competir, de parecer mais nobre, mais rico, era numa grande cidade forte incentivo à deliquescência geral dos costumes; uma religião que abalara profundamente nas almas a crise que precedera a Reforma não era quasi nunca a necessária defesa contra a libertinagem e a imoralidade ambientes: como a Roma de Cláudio e de Nero, Lisboa era uma cidade de escravos e libertos; Babel de negros e extremo-orientais que a cupidez dos nossos viera acumulando no regresso feliz das armadas da Índia: os mesmos portugueses tornadiços traziam já a mentalidade e os hábitos de vida do Oriente aonde prodigalizaram os melhores anos da juventude; gente ociosa e corrupta eis o que dominava numa população já de si amouriscada pela

raça e pela cultura e que tão longe estava daquela idade heróica do Mestre de Aviz e dos Infantes.

FRANCISCO DE XAVIER EM LISBOA

Eis o quadro, o ambiente em que o Padre Mestre, logo ao desembarcar, no terreiro dos Paços da Ribeira ou no Cais do Trigo, mergulhava o olhar inteligente e curioso da alma da multidão: estava sem dúvida numa cidade inteiramente diferente das que percorrera como estudante e como peregrino no seu noviciado: se alguma daquelas em que se tinha demorado se lhe assemelhava um tanto, era Venesa, por certas afinidades de comum carácter marítimo, de trato e de mercancia: Venesa porém, em comêço de decadência desde que os Turcos lhe tinham tolhido o acesso das suas naus e galeras aos portos da Síria (testa de caravanas procedentes do Golfo Pérsico e da Mesopotâmia), conservava entretanto uma grandeza monumental única no mundo com o seu S. Marcos, com os seus palácios marmóreos semi-orientais, os seus campanários reflectindo-se na água verdosa e tranqüila da sua ria: Lisboa menos architectónica oferecia não obstante largas e acidentadas perspectivas, reclinada nas suas sete colinas cujo branco casario fazia parecer ainda mais anil e profundo o seu benigno céu; a seu turno o largo Tejo tranqüilo e espelhado reflectia o azul e aquela forte luz meridional não era assombrada de nenhuma serra ou arvoredado próximo nem nenhuma bruma se esparzia velando os longes calcáreos; a cidade era tão clara que magoava a vista de a fitar: discordando um pouco da sua alegre mancha mourisca e mediterrânea, no Terreiro do Paço, junto ao Cais das Colunas, os palácios reais erguiam a sua grandiosa mole do renascimento Manuelino: em frente, ao meio de um vasto espaço, um formoso chafariz, jorrava uma água abundante: a vista da cidade baixa ficava ali cortada por um alto casa-

rio cindido de ruas sombrias; mas por uma estreita abertura entre dois quarteirões penetrava como um canal venesiano um braço do Tejo e por entre casas de uma e de outra margem avistavam-se ao fundo os torreões elegantes do palácio dos Estáus e parte da praça que lhe ficava fronteira ao longo da qual, na direcção norte-sul, corria a arcada gótica do Hospital de Todos os Santos; um hospital, um vasto e largo edifício que por certo albergaria centenas de doentes, eis o que era interessante para o P. Mestre Francisco: ¡ quantos chagosos a curar, quantos incuráveis a servir, quanta dor humana a aliviar! ¡ Quantas almas desesperadas a pedir um conforto que lhe faça vislumbrar, na interminável e sombria floresta dos sofrimentos, uma clareira aonde se esmalte um rasgão de céu! Ali estava um grande hospital: não carecia Francisco de Xavier de outra pousada: eram os paços do sofrimento; era a estalagem nunca vazia das almas doloridas: casas da desventura e casernas da desgraça; hospital, hospício de pobres doentes ou «esprital» como diziam os bons cronistas de quatrocentos, como o dizia ainda no *Auto da Alma* o místico Gil Vicente: «esprital», sim, a-pesar-da errada etimologia; o lugar aonde a profunda, infinita dor humana recobra espíritos para levar até final a pesada cruz da vida.

Aqueles arcos ogivais galgando a extensa praça atraíam-no: ao tampo a grimpava e o campanário de uma igreja convidavam-o, de longe, à oração: ali decerto, naquele palácio do desespero, seria a sua morada, o seu aposento em Lisboa: apressadamente caminhou ao longo da rua estreita, sombria do alto casario, pejada de povo ocioso ou atarefado, aonde não era menos a gente peregrina, baça ou de côr, do que a da terra: sôbre a rua um longo bazar de tôda a sorte de mercadorias, penduradas entre as portas e dentro das lojas pejando armários, acumuladas sôbre o balcão, lançadas a

esmo sôbre os bancos ou acasteladas em grossos fardos, chamava a atenção do formigueiro humano que ia e vinha fazendo o seu mercado; o navarro, no paço firme e ágil do viajante, atravessou rapidamente pela multidão com o hábito e a indiferença do citadino que, desde môço, se acostumou ao seu ruído borborinho: encaminhava-se à sua pousada, à sua hospedaria, o Hospital de Todos os Santos, de ante-mão escolhido no decurso da viagem. Desde que uma manhã do Outono gris e ouro da dôce terra de França, peregrino do mundo, com os seus oito companheiros, deixara a cidade de S.^{ta} Genoveva, cinzenta nas suas brumas, ladeando pelo cais as águas quietas e verde-escuras do Sena aonde se espelhavam as negras barcas normandas de carvalho alcatroado e pelos longos dias em que palmilhara para o Sul a calçada real, nunca mais tivera através da França e Alemanha outra pousada que a dos estábulos de gado: chegando a Venesa a sua hospedaria fôra o hospital dos incuráveis; em Roma nos hospitais e em Bolonha e em Vicência também nos hospitais servira e vivera.

Assim o Padre Mestre Francisco com a sua loba remendada e o breviário por tôda bagagem, foi bater à portaria do Hospital de Todos os Santos que sôbre o Rocio de Lisboa então se elevava magestosa: ali se aposentou não querendo aceitar para descanso de tão longa viagem senão servir e confortar os doentes; precedera-o o Padre Simão Rodrigues que antes viera de Roma pela posta: porém de lá trouxera as sezões da «campagna» romana e tomado do acesso ali jazia numa cama: foi o amigo e camarada de Paris e da Itália o primeiro doente que Francisco de Xavier tratou; o Padre Mestre Simão tremia ardendo em febre postrado no calafrio da sezão: ao ver inopinadamente o companheiro que corria para êle a abraçá-lo alegrava-se e sorria; os olhos apagados pela doença iluminavam-se-lhe de um vivo fulgor; o Padre Mestre Francisco, o seu perfil fino de fidalgo, emma-

greco da penitência e dos jejuns, queimado do grande ar das viagens, a batina preta um pouco rota, esverdeada da chuva e do sol, curvava-se carinhosamente para o doente, tomava-lhe a fronte perlada de suor contra o seu peito, dizia-lhe palavras de consolação e de conforto.

Aquela satisfação de tornar a ver o amigo; aquela sugestão de optimismo e alegria em Jesus; aquela transfusão espiritual de energia; o «quid» misterioso e como que divino da bondade irradiante da alma dos santos curava o doente que jazia e não teve mais acessos das terríveis quartãs: puderam os dois logo iniciar em Lisboa a sua maneira de pregação de Roma e de Bolonha: iam pelas ruas e praças mais freqüentadas tangendo uma campainha para juntar o povo: subiam-se aos degraus de um patim, a um banco ou a uma mesa à falta de melhor tribuna e logo começavam o seu sermão adequando o tema e a linguagem à qualidade da assistência; tratavam em geral, dramaticamente, do pecado, das penas eternas do inferno e exortavam os fiéis a confessar-se e a freqüentar os sacramentos: no povo tão desmoralizado como a Côrte calava bem a catequese; muitos faziam as suas confissões gerais e perdoavam ofensas e rancores: outros morigeravam uma vida desregrada; outros se arrependiam inteiramente e buscavam as casas de religião: muitos começavam a reconciliar-se no confessionário e a comungar bastas vezes; enfim a pregação dos Padres de Jesus resultou o mais possível eficaz e já o povo da rua lhe chamava «os apóstolos»; apóstolos, na verdade, senão de um novo crêdo ao menos da renovação das palavras evangélicas na alma doente de uma cidade corrompida pelos «fumos» pesados e luxuriosos da Ásia sensual, por aqueles «fumos» do anfião ou ópio moral do Extremo-Oriente que distilavam as negras papoulas venenosas do Indostão tropical.

Os «fumos» da Índia, na astuta previsão de Afonso de Albuquerque, tinham feito de uma gente sóbria e forte, outros

Persas moles e sensualistas tais os de aqueles exércitos inúmeros, couraçados de sêda e algodão que as falanges macedônicas varriam diante dos seus cavalos fogosos, como rebanhos de gado: já não havia portugueses dos que acompanharam ao Gama e a Tristão da Cunha, êste tão cavaleiro e galante que punha o nome da sua dama a uma terra que descobrira. Passavam-se então na Índia nobres casos: dois môços fidalgos apaixonados por uma donzela que estava longe, no reino, a milhares de léguas pelo oceano, decidiram de preferência numa porfia heróica: num assédio aos bastiões dentados de ameias das muralhas de uma cidade árabe, foram os primeiros a lançar a um tempo as suas escadas de assalto; par a par, ambos marinharam, carregados de ferro pelos frágeis lenhos; ao mesmo tempo punham pé entre as ameias da corrediça: ao mesmo tempo eram bravamente acutilados; tentando agarrar-se com as mãos lhe as decepavam; porfiando ainda com os cotos sangrentos lhes cortaram os braços; no breve tempo em que os dois rivais fazem frente à chusma dos mouriscos, os nossos assomam ao assalto por tôdas as quadrelas dos muros e o castelo é entrado com o holocausto dos dois namorados, ambos heróicos, ambos vencedores, ambos gloriosos, naquele duelo de amor pelas armas de Portugal. Êsses portugueses tinham acabado: outra geração, outros homens; gente abastardada e sem brio; os de uma companhia mercenária a serviço de um tirano mouro consentia, que por castigo e vergonha, lhe rapassem as barbas e em sinal de desprezo os toucassem como as mulheres!

É certo que ainda havia no reino um D. João de Castro cujas prateadas cãs haviam de ser o penhor da formosa defesa da Praça de Diu contra Mohamede III de Guazarate e o seu valido alanez Coge Çafar: porém Castro já é uma excepção, ainda que heróica, do seu tempo; de certo o valor pessoal, o esforço, a coragem, o brio, o arremêço não faltavam como nunca faltariam entre os portugueses: sòmente

eram agora aquelas virtudes individuais e a maioria entregue à baixa sêde do ganho, no afã, na safra do recolher, não conhecia dos valores imponderáveis do espírito, dos interesses superiores da alma.

Como em Gôa, em Ormuz, em Cochim, em Malaca ou em Ternate, assim se vivia então em Lisboa; as especiarias, as sedas, as gemas preciosas, os cavalos da Arábia e as «mancebas do mundo», isto sem distinção de mercadorias, em que nas suas cartas de bom e honesto feitor Albuquerque falava a D. Manuel, tinham dado volta às cabeças rudes e simples dos portugueses de quinhentos: «as mancebas do mundo» tanto ou mais que as pedrarias de rubis e safiras e as pérolas de Aljôfar e Manar: as «mancebas do mundo» eram o mal dos portugueses: com a intuição do génio Camões os tinha pôsto na viagem da Índia sob a égide protectora e carinhosa de Vénus: a formosa deusa helénica que a Renascença curiosa tinha exumado, serenamente bela na sua marmórea brancura, dos palácios soterrados dos Césares, esculpida agora e dourada como um ídolo oferecia os peitos generosos à prôa das naus portuguesas que de Cristo já tinham sòmente a grande cruz rôxa cruzando as velas pandas de vento: protegidos, adoradores de Vénus como os seus distantes avós fenícios o foram da Tanit púnica: uma Dido desgrenhada e lamentosa ficava em cada pôrto de escala à espera do fugitivo amante que o mar, a ventura, um sentimento inquieto de novos amores exóticos, ia levando de continente em continente, de Oceano em Oceano: a Ilha dos Amores, eis o que, a prôa ao Oriente, demandavam o Veloso e os outros portugueses da armada; todo o Extremo-Oriente foi para os lusitanos uma ilha imensa dos amores; sectários e preferidos de Vénus mas inimigos de Baco conservavam ao menos esta virtude.

Lisboa a seu turno era «a cosmopolis» aonde convergia o ouro e o luxo de quatro continentes: a esfera espelhada

aonde se reflectia, como numa encantação de magia, a imagem portentosa dos mundos distantes; a cortesã lasciva montada sôbre a negra pantera asiática que oferecia com o formoso braço arqueado a áurea copa do vinho da ambição e da volúpia; metrópole do Oriente usava os seus filtros de amor e os seus aromas capitosos: como a Maga téssaliana sabia os mais perturbadores feitiços; fundada por Ulisses a nova Circe, só do astucioso Acaio vencida, embriagava no lauto festim da sua opulência os aventureiros de tôda a Europa que a sua fama atraía.

Senhora de sete castelos fortes na orla do Mogreb árabe, os ligeiros ginetes de Ceuta e de Tânger, de Arzila e de Safim nas suas sortidas audaciosas, arrebatavam do seio dos aduares, em rápida surprêsa noturna, as mouras mais belas tomando-as inânimes de medo sôbre a sela para logo as embarcarem para os serralhos fidalgos de Portugal; os marinheiros da rota da Guiné, da áurea Monomotapa e do grande Congo, saltavam em terra a dar nas zanzalas de gentio e enchiam os porões das naus daqueles corpos sãdios e fortes de ébano vivo que vinham vender como gado ao cais do Tejo; a virgem cafreal como a virgem congoleza, forte da robustez primitiva das raças negras, tinha um bom preço em Lisboa e por todo o reino. Já o Brasil e as Antilhas, a Baía e o Maranhão, Amazonas e o Grão Pará, com o açúcar e as barras de ouro, os diamantes e as esmeraldas sertanejas, lhe enviavam também as suas caboclas lascivas e as suas mestiças sensuais: a mesma Pérsia e Arábia, de Bassorá e Ormuz, lhe presentavam com os seus Tirazes de rica lhama, as suas mussulinas, as suas armas tauxeadas, com os seus negros e esbeltos cavalos ligeiros, as suas môças de harém de longos e mansos olhos de antilope que o «bistre» sombriava de violeta: ao mesmo tempo todo o Indostão desde a Cambaia arabizada, Dekan, Canari; pelo Malabar e Ceilão dos chingalas e dos reinos interiores de Narsinga e Bisnagar lhe

mandava as «baiadeiras», formosas «mancebas do mundo», Tanagras esculturais que se envolvem nas pregas helénicas dos seus «saris»; finalmente os mesmos povos indo-chineses ou malaaios de Sião, de Malaca e de Java, os mesmos polinésios do Macaçar e de Amboino nas Molucas, as mesmas feitorias Sínicas de Liampô, o mesmo Japão mal descoberto, com o seu ouro, a sua pedraria, o seu sândalo, os seus marfins cinzelados, as suas sêdas brochadas, lhe ofertavam a nudez brônzea das suas escravas ou as pálidas «geishas» e «musmés» hieráticas, como tributo àquele desvairado culto da Vénus colonial que tinha por templo os quatro cantos do mundo da conquista lusitana e por recôndito votivo dos misteriosos ritos orientais a mesma metrópole portuguesa.

Como noutro tempo Roma albergara, entre os seus templos e palácios, os cultos, as religiões, os mistérios asiáticos de Mitra e Astartê, os egípcios de Isis e Osiris, os siríacos de Baco e de Adonis, enfim de todos os povos orientais ou afro mediterrâneos que reduzira ao Império, assim era hospitaleira ao exotismo a Lisboa de D. João III: prodigiosa feira, ostentosa cosmopolis de quatro mundos.

Quão distante da simples e primeva prègação evangélica deviam estar as suas desvairadas gentes: como a primeira Renascença e logo a descoberta e conquista da Índia deviam ter paganizado a sua côrte e o seu povo; que longe de Deus andariam aqueles milhares de almas cujas ideas dominantes eram as do ganho, da ambição e do luxo: quão afastados da castidade cristã viveriam os seus habitantes que as viagens e o trato com o Oriente, tinham arregimentado no culto da Vénus negra: ; como seriam pervertidos e moles os costumes da juventude e sem raízes de humana bondade, nem esperanças espirituais, os da gente madura!...

Uma côrte sem limites de ambição nas ganâncias do tráfico; uma burguesia sem escrúpulos de honradez na sáfara do apanhar; um povo embarcadoço, fatalista e corrupto se-

não por natureza, por o contágio da rota do Oriente e das suas escalas de perversão: era como se as doces palavras de Jesus se tivessem obliterado de vez da memória das gentes; como se não existissem os preceitos do evangelho e as obras de misericórdia e a caridade desaparecessem da face do mundo.

A mesma igreja, deliquescente em tôda a sua hierarquia, esquecera ou não pudera salvar as consciências; o clero regular como o secular digeria tranqüilamente as suas rendas ao abrigo dos seus claustros de elegantes arcarias ou à sombra das verdes frondes dos seus vastos passais. ¿Quem olhava pelo povo miúdo? ¿Quem lhe acudia? ¿Quem o educava? Ninguém: a Côrte, a nobreza de espada e de toga, a grossa burguesia dos mercadores abastados, os fidalgos rurais tinham ainda os seus aios e pedagogos, os seus mestres, as suas escolas, a sua universidade mesmo que as rendas da Índia tinham também redourado, enriquecido e ilustrado, escolhidos em Paris, em Flandres, em Salamanca, os mestres, os lentes, os humanistas que de-certo faltavam num reino em que o único e absorvente pensamento era o do Oriente: porém, a massa, a maioria estava abandonada aos seus instintos primitivos, no fatalismo muçulmano do seu fado ou destino.

(Continua).

ANTÓNIO DE MATTOS CID.

LIVROS A VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

- O Infante D. Henrique (1894)* — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho 12\$00
- Fernão de Magalhães* — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) 10\$00
- Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto português*, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15\$00
- Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra*. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 6\$00
- Idem* — Suplemento 1.º (1877-1883)..... 4\$50
- Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra*, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 4\$50
- Notícia sobre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade*, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5\$00
- Memória histórica e crítica sobre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II*, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 4\$00
- Apontamentos de optica*, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 3\$00
- Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões*, por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 3\$00
- Memórias de Castilho*, por Júlio de Castilho :
- | | |
|-------------------------|--------|
| Vols. I e II cada | 20\$00 |
| Vol. III | 25\$00 |
| Vol. IV | 18\$00 |
| Vol. V | 20\$00 |
-

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERARIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação mensal do *Instituto de Coimbra*, sociedade científica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos de autores nacionais e estrangeiros e na língua por eles preferida; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

ASSINATURAS

Série de cinco números.....	25\$00
Número avulso	10\$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto*, Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra — Portugal.

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 84.º

4.ª SÉRIE



VOLUME 13.º

NÚMERO 4

COIMBRA
IMPrensa DA UNIVERSIDADE
1932

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBRO HONORÁRIO

Prof. F. Gomes Teixeira, Reitor Honorário da Univ. do Pôrto antigo Prof. da Univ. de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário*. — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário*. — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente*. — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. A. Augusto Gonçalves, da U. C., D. M. M. C. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente*. — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral*. — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, U. L. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L. — Prof. M. de Sousa da Câmara, I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

SUMÁRIO

<i>A Custódia de Ponte de Lima</i> , por Carlos de Passos.....	395
<i>Miguel Eyquem, senhor de Montaigne</i> , por Agostinho da Silva...	404
<i>Atribulações de um Almotacel</i> , por João Jardim de Vilhena	421
<i>Ideas médicas de Eça de Queiroz</i> . — III. <i>As doenças não mortais</i> , por Alberto Pessoa.	429
<i>Catálogo dos manuscritos de Simancas respeitantes à História Portuguesa</i> , pelo P. ^o Francisco Manuel Alves	453
<i>História da Lusitânia e dos povos que, primitivamente habitaram a península Ibérica</i> , por Carlos Augusto da Silva e Oliveira	463
<i>Alexandre Herculano, Garrett, Castilho — Estudo comparativo</i> , por Gomes Leal	480
<i>Febre de malta — Febre ondulante</i> , por Lúcio de Almeida	488
<i>Anais da Vila da Ericeira</i> , por J. de Oliveira Lobo e Silva.....	503
<i>Talhinhas e as guerrilhas liberais — Notícias monográficas e inéditas</i> , por D. Cândida Florinda Ferreira	518

A CUSTÓDIA DE PONTE DE LIMA

Não será, talvez, uma enormidade o dizer que a nobre arte da ourivesaria é quasi coeva da existência humana; mas, quando seja, poder-se-á garantir, imune de arrojamentos, que representa uma das primeiras revelações do espírito artístico do homem, tal o comprovam sobejamente as diversas e bastas relíquias metálicas nos espólios pre-históricos achadas. Quer nas épocas arcaicas e genuinamente naturais dos oiros modelados nas xorcas de Lebução e nas arrecadas de Laúndos, assim como nos colares de Cortinhas e nos torques de Almoester e Serrazes, quer nas do senhorio histórico, mui fecundo tem sido o seu ministério e progressivo o seu desenvolvimento — embora não contínuo, pois a fases de esplendor se contrapõem períodos decadentes, segundo a lei terrena das alternativas, cujo fomento, por certo, mais se deve ao pecado original e queimante da vanidade, aos sôfregos apetites de pompas e garridismos e a um requinte de gostos artísticos, que às facilidades pelo ouro e pela prata concedidas na sua aplicação.

Pujantes e úberes foram as raízes criadas pela ourivesa-



Custódia da Matriz de
Ponte de Lima

ria na terra portuguesa. Em documentos do século xi, legíveis na *Portugalia Monumenta Historica*, encontram-se referências a vários ourives; posteriormente abundam os elementos corroboradores, em matéria e em escrituras, do grande labor e aprêço de tão bela arte. No século xvi, todavia, foi que ela alcançou o grau máximo de próspero incremento, o áureo fulgor do zenit, já na qualidade já na quantidade, ao que as indianas riquezas outorgavam as melhores condições propiciadoras. Só em Lisboa e em 1551 contavam-se 53 tendas de ourives de ouro e 45 dos de prata, com 430 oficiais em activa labuta. Atraídos pelo fausto luso, na mira de grandes proventos, quando não contratados pela Igreja e pela Côrte, entre êles sobejavam os estrangeiros de relevante perícia — flamengos, italianos, espanhóis, alemães e franceses. Então, dissipadora e fêrvidamente avigoravam a opulência da ourivesaria tanto os paços reais como os senhoriais, ainda que mais a vivificassem os prelatícios e o culto católico, mercê das supmtuosidades litúrgicas da era.

Não se efectiva nem esporádica nem insuladamente a faina desta indústria artística, mas em função associativa e em lugares determinados, protegidos por longevas tradições, umas vezes, e por circunstâncias eventuais, noutras. Lisboa, Coimbra, Pôrto e Guimarães, foram os de mór relêvo; ao último, porém, cabem as honras de principal centro artístico do país, como no *Cancioneiro da Ajuda* o asseverou Carolina Michaëlis. Nêles, na verdade, executaram-se magníficas obras, de acabamento perfeito e belos desenhos, os quais, todavia, nem sempre eram dos artistas, geralmente limitados à realização dos modelos estipulados nas encomendas. O mesmo acontecia nas obras de talha e pintura, como dos testamentos e contractos, ainda subsistentes, se depreende.

Tal como nas demais artes, não é possível identificar os feitores dessas obras por causa do dito carácter colectivo ou

oficinal. ¿Como poder-se, com tão magno anonimato, definir, assinalar, valores e características individuais?

Também se não podem congregiar por escolas as mesmas obras, pois no uso dos modelos, mui copiosos, notável foi a irregularidade; os imitativos emparceiravam indiferentemente com os originais. Além disso, prejudica o intento a a perda de bastas peças domésticas, motivada pelas amaras vicissitudes da vida, muito mais sensíveis nos indivíduos que na Igreja, a qual ainda mantém um belo e precioso património artístico.

Para se avaliar a importância e a robustez da arte nos séculos xv e xvi uma das melhores provas confere-a o conhecimento da especialização dos artistas e da diversificação das operações. Abrangia aquela os entalhadores e lavrantes, os torneiros altos e baixos, os moldadores e formadores, os vazadores e fundidores, além dos oficiais de martelo, de lima, de armar e soldar; incluíam-se na segunda o cunhar de rolete, carretilha, fieira e balancé, os sufogos e branqueamentos. A mais das obras de martelo e cinzel e chapa, havia as de bastiães (lavors e grotescos em baixo relêvo) e as de maçonaria, constituídas por cálices, custódias, cruzes e turíbulos.

Entrado o século xvi na segunda metade, já os artistas, afastados a pouco e pouco dos moldes góticos, excelentemente adaptáveis à ourivesaria, se vão acostumando às obras *lavradas ao romano*. A época, no entanto, é outra, menos



Custódia de latão de
Moreira de Lima

fagueira, e com ela começa a cair o valimento da arte, irmã gémea da opulência. No final do século, tanto pela infiltração das desregradas fantasias do baroco tanto pelas leis suntuárias de D. João III e pelos turbamentos políticos, está em manifesta decadência.

Mais tarde, o imenso e rútilo oiro do Brasil aviventa-a, estimula-a, e novamente ela alcança o glorioso fastígio perdido, engrinaldado nas amaneiradas graças do rococó. João V é o sátrapa magnânimo e maravilhoso do Eldorado e muitos o imitam cegamente. Depois..., sim, depois, volta-se à mediania doirada, visita-nos a ruína. Haviam-se cansado as minas; a grei empobrecera com os esbanjamentos; Pombal mascarava-se de puritano, o rebuço dos bandoleiros; os homens começaram doidamente a jogar as turras políticas e até hoje não os esfalfou o bruto folguedo; e os ladrões franceses invadiram as fronteiras. Em novo declínio, pois, tombou a ourivesaria e tão infaustamente que ainda perdura. Até quando, sabe-o Deus. Já o ilustre Sousa Viterbo deplorou o mal, mas não é demais lembrá-lo: *A ourivesaria é uma das artes ornamentais que melhor e mais constantemente se tem desenvolvido entre nós, sendo para sentir que actualmente esteja em tão grave decadência, esquecida das suas tradições, esquecida sobretudo dos seus modelos.* Palavras justas, embora não por inteiro, visto que Viterbo se deslembrou de tal arte não poder vicejar fóra do ambiente das riquezas e ostentações. Ora nós, há século e meio, não passamos de uns mendigos cheios de rópia e loquela, é certo, mas sempre mendigos. No entanto, a censura referente ao oblívio dos modelos é razoável, porque a mediania não implica nem mediocridade nem abastardamento. As tradições, ainda na modéstia, podem honrar-se e respeitar-se.

É óbvio que não tem carácter de rigor a exposta classificação de tipos artísticos; apenas vale como genérico ordenamento, pois não faltam, através dos influxos e valores de

cada novo estilo, os anacronismos, por vezes mui retardados, os paralelismos singulares, cujo fenómeno de igual guisa se regista nas outras artes, dificultando vezes freqüentes as identificações.

Dois exemplos, no capítulo das custódias, se nos apresentam — no da matriz de Monção, o primeiro, e, o outro, no de Ponte de Lima. Ambas as custódias são de princípios do século xvii; no entanto, aquela, fartamente decorada e com os doze apóstolos à volta do hostiário (analogia dispositiva com a dos Jerónimos), exhibe elementos com laivos góticos e na limarense predominam as qualidades clássicas, quer pela harmonia e elegância das proporções, do lançamento, quer pelo padrão ornamental, embora, é claro, algo tenha das características barocas, entre elas a do desenho.

Esta belíssima custódia saiu das oficinas de Guimarães, onde a ourivesaria fruiu sempre destaque mui brilhante e desde os velhorros tempos do século xii. Bastas e variadas peças restam comprovativas, além dos testemunhos documentais, da sua importância e da existência de uma escola com apuro de técnica e gosto artístico, plena de actividade, a qual mórmente se distinguuiu nos séculos xvi e xvii. Grande parte das obras exe-



Cálce da custódia de Ponte de Lima

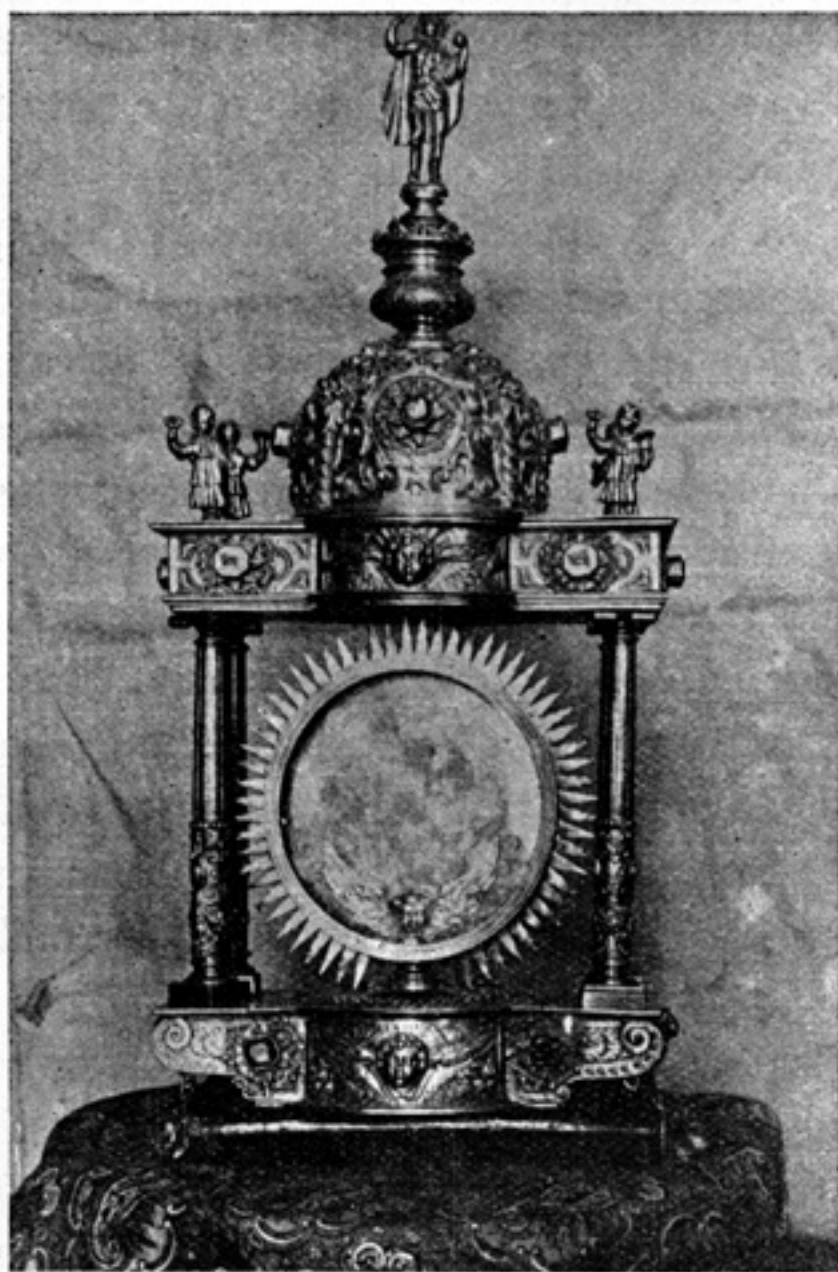
cutadas foram, naturalmente, de feição religiosa. Delas cumpre pôr em relêvo o grupo das lindíssimas custódias, melhores umas que outras, dos fins do século xvi e principios do seguinte⁽¹⁾, esparsas pelo Alto-Minho: Monção (matriz e capela da Lapa), Pias (Monção), Covas (Caminha), Areosa e Perre (Viana), Ponte de Lima (matriz), Gândara (Ponte de Lima), Arcos-Val-Vez (matriz). Em conjunto figuraram na Exposição de Arte Ornamental de Viana (1896). No agrupamento deve emparceirar a modesta e ignorada custódia de Moreira de Lima, sem ornatos e de latão.

Não só tôdas admiravelmente alardeiam a perícia dos ourives vimaranenses como documentam o modelo filipino de tais peças — bastante afim das custódias francesas de Luís XIII —, no qual o pé abria em copa e o hostiário, que nela se encaixava, era ladeado por colunas e sobrepujado por um entablamento. De tal maneira construídas, serviam quer de cálices quer de custódias, o que teria contribuído para a sua difusão no país, mercê da economia daí advinda, mui de ponderar em época de vacas magras. Uma possui-a a catedral de Évora, do século xvi; outra existe na igreja do Crucifixo de Lisboa (Francesinhas), do século xvii. No Museu de Arte Antiga está a da confraria de Nossa Senhora da Vitória de Massangano, de 1634.

Óptima e bela peça de ourivesaria é a custódia ponteli-mense, podendo acamaradar, sem desdouro e guardadas as respectivas distâncias, com a do bispo-conde D. Jorge de Almeida (prata doirada, 1527, hoje no Museu Machado de Castro), a de D. Frei João de Ornelas, abade de Alcobaça (prata doirada, 1366, hoje no Museu de Arte Antiga), a de Belém ou de Gil Vicente (feita com o primeiro oiro de Qui-

(1) No *Catálogo da Exposição de Viana* (1896) foi exposta a opinião de pertencerem aos meados do século xvii as custódias de Pias, Perre e Ponte de Lima.

loa, esmaltada, 1468, no Museu de Arte Antiga), a da Bem-posta (prata doirada e pedras finas, 1740-50, no dito museu), a do bispo D. Diogo de Sousa (prata doirada, fins do século xv, na Sé Catedral do Pôrto), a da Irmandade do Sacramento de Setúbal (1717). Fôra rigor cronológico, não é descabido atribuir-lhe o fôro de exemplar típico da transição do clássico para o barroco — desde que, também, a da Sé de Évora, quinhentista, particulariza a passagem gótico-renascença. Com plena justiça, no entanto, pode haver-se como das melhores peças do modelo filipino, que de-veras se generalizou no país em seiscentos e em parte de setecentos, ao qual sucedeu o de sol radiante, ainda hoje em voga.



Hostiário da custódia de Ponte de Lima

A custódia, *monstratia* ou *ostensorium*, é uma peça litúrgica das menos antigas, pois foi criada no século xiii, cumprindo uma função análoga à da píxide. A eucaristia, até aí, só na elevação ou consagração se mostrava descoberta. Nas procissões era conduzida num vaso fechado e nos lausperenes,

instituídos em fins do século XII, só com véu se expunha à adoração dos devotos. Sem quebra da reverência devida, as custódias permitiram aos fiéis a contemplação inefável da eucaristia. Fabricaram-se de vários metais — ouro, prata, cobre, estanho —, por não haver preceito litúrgico próprio. Rematam com cruz e nas lúnulas ou crescentes só a prata deve ser empregue, segundo o prescrito pelo 4.^o concílio de Milão.

A de Ponte de Lima, menos lavrada que as das matrizes dos Arcos e de Monção, é de prata doirada e tem 76 centímetros de altura. Quatro colunas, duas em cada lado, guarnecidas no têrço inferior, enquadram o hostiário e firmam o entablamento. Raios ondeantes e rectos aureolam aquele, cuja lúnula é constituída por aladas cabeças de serafins. Belos *grotescos* decoram o friso do entablamento, arqueado no meio, sôbre o qual, nos cantos, pousam figuras infantis, exibindo os cravos da Paixão, e, no centro, se encurva uma cúpula ornamentada com volutas e cornucópias. Da cúpula irrompe um espigão torneado em que se apoia a imagem de Cristo, com manto pendente dos ombros, sem valor escultural apreciável. Por curvas barocas se remata lateralmente a base do hostiário, encurvada também no têrço médio e guarnecida com serafins de meio relêvo, à qual se prendem pingentes de cristal. Rosas de fôlhas abertas e com pedras finas nas corolas estão aplicadas na dita base tal como no friso do entablamento e na cúpula.

Adornam a copa quatro aladas cabeças de serafins, separadas por cornucópias, das quais pendem os tintinábulo.

Em quatro nichos se divide o nó. Separam-nos colunas-balaústres e nêles se abrigam os evangelistas — figuras de imperfeita escultura, senão grosseira.

Por três planos se alarga a base. Ornamentam a faixa do primeiro mais cabeças de serafins, em baixo relêvo; uma

decoração de gosto barroco-jesuíta, igual à do entablamento, cobre a faixa anexa do segundo; a do terceiro exhibe um recamo vegetal disposto com regularidade.

CARLOS DE PASSOS.

(Fotos do autor).

MIGUEL EYQUEM, SENHOR DE MONTAIGNE ⁽¹⁾

Estevam de La Boétie era magistrado do tribunal em que estava Montaigne e, logo à primeira vez que se encontraram, sentiram um pelo outro uma grande simpatia; comunidade de gostos, as mesmas opiniões, sobretudo uma maneira idêntica de pôr e resolver — ou não resolver — os problemas. De resto, nessa amizade alguma coisa de irracional que o próprio Montaigne, tão amigo de encontrar razões, desiste de esclarecer; a causa primeira de tal simpatia punha-a êle excelentemente numa pequena frase dos *Ensaio*s: «Parce que c'était lui, parce que c'était moi».

A amizade de La Boétie e do egoísta Montaigne durou apenas alguns anos; mas, durante êles, nem um mal-entendido, nem a sombra de uma discórdia. Quando em 63, La Boétie caiu doente, Montaigne correu logo a visitá-lo: a doença apresentava mau carácter e todos pensaram imediatamente num caso de peste; o próprio La Boétie, conhecedor do seu estado, pediu a Montaigne que se não expusesse ao contágio e que apenas o fôsse ver por intervalos; Montaigne conta o episódio e remata com a frase de estóica simplicidade: «Je ne l'abandonnai plus». Ficou quatro dias junto dêle.

Escreve depois uma carta ao pai narrando todo o acontecimento e prepara a edição dos opúsculos e dos versos

(1) Cont. do n.º 3, pág. 350.

que La Boétie deixara manuscritos, apenas reservando para uma ocasião mais oportuna a publicação do *Contr'un*. Esta amizade de que os *Ensaïos* falam tão comovidamente ficou sempre ocupando um grande lugar na alma de Montaigne. Muitos anos depois, escrevendo ao futuro cardial de Ossat, tem estas palavras de uma simplicidade cheia de ternura: «Je tombai en un pensement si pénible de M. de La Boétie et y fus si longtemps sans me raviser que cela me fit grand mal»...

As outras relações que teve nunca o puderam consolar da perda de La Boétie. E Montaigne, homem muito sociável, conseguiu reunir um número razoável de pessoas que se lhe dedicaram, se interessaram pela sua vida, pelos seus trabalhos e lhe fizeram uma pequena côrte de admiradores. É curioso notar que em amizade lhe interessam mais os homens do que as mulheres, decerto porque considera a amizade masculina mais compatível com a liberdade; e já se mostrou como o seu carinho por M.^{elle} Gournay em nada invalida êste ponto de vista.

De facto, pode-se afoitamente colocá-la entre os amigos; era mulher de letras — ou antes «virago de lettres», como já lhe chamaram — áspera no trabalho e no trato, mas com uma grande admiração pelo senhor de Montaigne; e, como a sabia exprimir delicadamente, Montaigne afeiçoou-se-lhe, chamou-lhe sua «fille d'alliance» e passou alguns meses no castelo de Gournay, docemente embalado por aquela amizade intelectual.

Os cuidados materiais não o affligiam; vivia, se não com largueza, pelo menos sem dificuldades porque sabia regular a despesa pela receita; as heranças que recebeu do pai e dum tio, o senhor de Gaujac, juntas ao que êle próprio possuía e ao que a mulher lhe trouxera em dote, permitiam-lhe manter a sua dignidade e o seu tratamento de nobre de categoria média. E a herança que também recebera de

La Boétie, os livros que pertenciam ao magistrado, ofereciam-lhe, por outro lado, a possibilidade de aumentar a sua cultura e dar aos *Ensaio*s uma forma mais próxima da que marcara como ideal.

A sua experiência de escritor era pequena; antes de se lançar ao trabalho dos *Ensaio*s compusera epístolas dedicatórias e um prólogo para as obras de La Boétie e traduzira, a pedido do pai, o latim teológico do *Liber Creaturarum* de Raimundo Sebond. Era, pois, quási desconhecido na literatura.

Mas os *Ensaio*s tiveram certo êxito; desde a primeira edição, impressa em Bordeus, em 1580, na tipografia de Simão Millanges, até a morte de Montaigne, há três edições da obra e se, de 82 a 88, ela se não reimprimiu, isso deve atribuir-se mais ao desejo que Montaigne sentiu de aumentar e corrigir o texto de que a falta de interêsse do público.

Efectivamente, Montaigne emendava muito. Tomava uma edição, num exemplar de grandes margens, e ia anotando o seu próprio texto, introduzindo citações e desenvolvimentos, cortando frases que lhe pareciam excessivas, substituindo palavras, tudo numa bela letra muito legível: um dêsses exemplares, da edição de 1588, chegou até nós e tem servido para estabelecer o texto dos *Ensaio*s, o que não é tarefa muito fácil, tal o emaranhado de notas e a multiplicidade de rasuras, cortes e adições.

Tudo o que exprimia uma opinião ficava: e como as opiniões de Montaigne evoluçionaram, a obra é bastante confusa; bastaria às vezes um simples traço para que tudo ficasse obedecendo à lógica; mas o senhor de Montaigne não simpatizava com a lógica e não a deixava intrometer-se nas suas coisas; preferiu que tudo ficasse como estava e pensou talvez que a busca do fio condutor seria uma óptima ocupação dos eruditos vindouros. E foi.

Entretanto, Montaigne envelhecia, o que o punha triste, porque não tinha grandes ilusões sobre a velhice; a mocidade parecia-lhe o tempo de eleição para realizar as grandes obras e acreditava que o espírito e a face ganham rugas ao mesmo tempo; a inteligência na velhice aparece-lhe como «le gui sur un arbre mort», teimando em viver, mas logo condenado a cair. Contudo, a sua tristeza é resignada e as considerações que faz sobre um dente que de súbito se desprende são de todo o ponto edificantes.

Em princípios de Setembro do ano de 90, deu-lhe uma febre; ainda teve forças para escrever uma carta a Henrique IV, afirmando-lhe a sua lealdade. A 13 sente a aproximação da morte e manda chamar alguns fidalgos seus vizinhos, para se despedir; depois pede que lhe digam missa no quarto e no momento da elevação, quando se erguia a meio corpo, caiu morto no leito. Por uma contradição suprema, o homem que parecia ter escolhido para acabar a altura mais solene da missa morria pagão. Veremos porquê.

II

O grande problema agitado pela escolástica medieval e que nitidamente se pusera no século XII fôra a chamada *questão dos Universais*. Os filósofos tinham-se dividido em dois grandes campos contrários que não perdiam ocasião alguma de se hostilizarem e que o faziam com igual furor e, devemos dizê-lo, com igual erudição. Nominalistas e realistas não se cansavam de trocar argumentos no seu latim semi-bárbaro e de analisar o problema por tôdas as faces procurando resolvê-lo de maneira definitiva.

De facto, a questão era importante e merecedora de que por ela se apaixonassem os graves teólogos e todos quantos faziam profissão de filosofar; e a forma por que se apresentava excelente para alimentar as discussões tão caras à es-

colástica e para que o silogismo impusesse o seu reino como senhor absoluto. No fundo, tratando-se de saber se os géneros, as espécies existiam em realidade ou em nome, discutia-se a possibilidade de uma ciência racional, dialéctica.

Se, como sustentavam o nominalistas, o *nomen* era a única realidade, o conhecimento tornava-se impossível, por falta de objecto em que se exercer; se, porém, como defendiam os realistas, êsses objectos de conhecimento existiam mais do que em palavras que o homem tivesse criado para sua comodidade, então havia tãda a possibilidade de fazer ciência, de o raciocínio se exercer partindo da idea geral.

Inútilmente, em Santa Genoveva, com o prestígio do que gozava entre os alunos que acorriam a ouvi-lo de tãdas as partes do mundo, um filósofo eloquente e eruditíssimo, o futuro monge Abelardo, procurara de-certo modo conciliar as duas corrente rivais e expusera o seu conceptualismo. Um momento escutado e aclamado pelos discípulos e com certas probabilidades de triunfo, não tardou que lhe acontecesse o que sucede a todos os elécticos, que viessem de um campo e de outro os ataques mais violentos, para depois ficarem de novo sós no terreno de luta o nominalismo e o realismo.

Êste já bem enfraquecido, todavia; os mais subtis argumentadores, os mais sábios, aqueles que melhor manejavam a arma terrível das premissas e das conclusões, iam passando todos ao nominalismo e, pelos fins do século xv, esta corrente vencera a batalha. Estava, portanto, provada a impossibilidade absoluta que havia para o homem de uma ciência feita a golpes de razão.

Para que ficavam servindo os sábios maquinismos das deducções, tãda a complicação das disputas escolásticas? Apenas para discutir, sem utilidade immediata, sem um fim alto a atingir, só para nas grandes sessões, nos desafios solenes, provar habilidade de espírito e bom treino de argu-

mentação. O raciocínio passava a trabalhar no vácuo e, como uma máquina sem óleo, a fatigar-se, a moer-se; no princípio do século xvi, nos grossos tômos escolásticos, o raciocínio era uma pobre coisa lamentável.

Mas, se uma Universidade ou um grupo de teólogos (diríamos uma Academia, se não houvesse anacronismo) se podem contentar em, durante anos, repetir os mesmos argumentos e trabalhar o nada, com secura, sem uma ponta de sensibilidade e de atenção pela Vida, o mesmo não acontece com o homem; e, no fim do século xv, a alma do homem começou a sentir a necessidade de alguma coisa de mais reconfortante e mais sólido, mais cheio de que as disputas de escola.

Principiou a notar-se a inutilidade e o grotesco daquela batalha de silogismos, em que um dos adversários escorregava numa premissa traiçoeira ou súbitamente se embarçava numa conclusão, enquanto os graves doutores, os magistrados, os amadores de género aplaudiam o vencedor, o levavam em triunfo e lhe davam um apelido glorioso — o Subtil, o Arguto, o Invencível.

Era a esterilidade absoluta, o deserto pedregoso e sêco de que não pode brotar planta — e, como consequência mais grave, o sentimento que invadia o homem de sua impotência perante o mundo e a vida. Era o escravo, tinha que se subordinar a fôrças que nunca poderia compreender. Para escapar a isto só dois caminhos, mas ambos admiráveis de beleza e de esperança: o amor de Deus e o amor do Mundo.

É possível que estejamos de facto na Terra sòzinhos, sem probabilidade de a conhecermos, de vir a saber o que é afinal tudo o que nos rodeia; mas pela renúncia ao mundo, o homem pode elevar-se até Deus, perder-se no seu seio, criar, acima da vida vulgar, outra que seja como que o prelibar da eternidade e da bemaventurança. Por outro lado, o facto de não compreendermos a vida não nos deve impedir

de amar a beleza que nela se encontra: e é possível que o amor da vida nos venha a revelar o seu segredo. Foram estas as duas grandes correntes de pensamento que se desenvolveram no princípio da Renascença Francesa. Vejamos como se enformaram e se realizaram.

Devido principalmente a predisposições étnicas que seria longo expor, fôra pouco a pouco despertando e aumentando nas Flandres uma corrente de misticismo que tinha o seu centro principal no convento de Windersheim, onde se desenvolvera uma vida religiosa muito florescente; o nominalismo provara que a razão é inútil ao homem, visto que negava a possibilidade de conhecimento, e a sua negativa vencera; pois bem, o misticismo flamengo aceitava a conclusão e, concluindo a seu turno, lançava mão do conhecimento intuitivo e procurava um contacto imediato, digamos estético, com a divindade.

O misticismo das Flandres, de que faziam propaganda, além dos frades de Windersheim, os Irmãos da Vida Comum, ia-se espalhando rapidamente pela França onde o terreno estava bem preparado pelo vazio que o triunfo do nominalismo trouxera às almas. As obras dum Lulo, de um Cusa, de um Erasmo (no seu primeiro período) vinham trazer ao movimento as qualidades de pensadores e escritores que não tinham os frades flamengos e ganhar assim os espíritos mais cultos.

Mas outro acontecimento importante se dera no sul da Europa, na Itália, e as suas conseqüências não tardariam a ser sentidas em França: o triunfo do humanismo. A Itália, onde ainda se podiam ver as ruínas dos monumentos antigos, onde as bibliotecas estavam cheias de manuscritos latinos, onde os nomes de lugares despertavam recordações históricas, onde se não perdera a tradição romana e que tinha, portanto, a pesar de sede do catolicismo, espírito naturalmente pouco católico — estava logicamente destinada a ser

o país que daria o sinal de regresso à arte e à beleza antigas.

Ao passo que os países do norte, ante a falência da escolástica e a secura do dogma, se tinham refugiado no misticismo, a Itália tinha outro caminho a percorrer; tratava-se de renovar a tradição e de reagir contra o catolicismo; como êste olhava a Natureza com inimizade e procurava vencê-la, a luta contra o catolicismo confundia-se com a reabilitação da Natureza e da Vida. E é êste o sentido de todo o apaixonado movimento, de todo o entusiasmo que levam Petrarca, Bembo, todos os letrados, a buscarem com ardor e a estudarem os velhos manuscritos perdidos entre os livros teológicos ou nas arcas dos celeiros.

O movimento apresentava-se com um aspecto tão sedutor de literatura e erudição que padres, bispos e o próprio Papa não deram pela sua significação profunda e colaboraram numa obra que hostilizava o catolicismo; é por isso que, paradoxalmente, os defensores do catolicismo medieval, os paladinos do verdadeiro cristianismo, árido, severo, vão ser os protestantes alemães; no século xvi, o bom chefe dos católicos não é o Papa, é Lutero.

A imprensa, que os manuais persistem em apontar com a pólvora e a bússola como causas da Renascença, não é senão uma auxiliar, um meio de difusão do humanismo; por ela se espalham, baratos e cómodos, os escritores latinos publicados por editores eruditos. Mas, para fazer essas publicações, era necessário copiar os manuscritos, confrontá-los, escolher as variantes, estabelecer um texto; tudo isto livremente, porque se não tratava agora de livros sagrados que, por conterem verdade revelada, eram imutáveis. A razão trabalhava sem peias, fundada na observação cuidadosa dos textos.

Assim, ao amor da Natureza, que estava na base do movimento humanista, se vão juntar, definindo-o, duas outras

caraterísticas importantes e cheias de conseqüências: o gôsto da observação e o amor do raciocínio, não já a trabalhar sem alimento, como na Idade Média, mas tendo para se exercer as aquisições feitas pelo exame atento, até aí dos livros, mais tarde de todos os fenómenos do Universo.

Se Lutero se tivesse contentado em ser o defensor do cristianismo medieval, o seu movimento teria fracassado lamentavelmente, dada a impossibilidade de sobrevivência num meio que por completo se transformara; e não é em vão que o monge agostinho vive no século xvi; êle vai recolher os princípios de livre exame dos textos profanos para os aplicar aos sagrados e desembaraçá-los de tôda a deformação, que o tempo lhes imprimira através dos comentadores; vai libertar o mundo teológico da pressão da autoridade. O caminho é perigoso, mas Lutero decididamente se mete por êle.

A Renascença francesa que, segundo o espírito do povo em que se produz, parece fazer uma síntese de todos estes elementos, surge-nos a princípio bem confusa e complexa. Tôdas estas tendências, o misticismo, o espírito de reforma, o racionalismo dos humanistas, se entrecruzam e se combatem sem poderem achar uma fórmula de equilíbrio. E, lado a lado, aparecem-nos quatro correntes de pensamento: um platonismo, dois estoicismos e um cepticismos.

O misticismo flamengo recebe a influência da descoberta dos escritores gregos, do estudo das várias correntes de filosofia helénica e, percorrendo em sentido inverso o caminho que levara de Platão ao neo-platónicos e dêstes a Santo Agostinho, deixa-se largamente dominar pelo pensamento académico (no sentido primitivo da palavra) e produz o platonismo místico de tão larga expansão no século xvi.

Êste platonismo místico, que batera uma tentativa de renovação aristotélica, fraca pelo seu sabor escolástico e pela sua dialéctica severa, realiza a mais interessante experiência

de fusão do espírito grego com o espírito moderno. Sòlidamente defendido, com erudição e beleza, por muito tempo será grande a sua influência. Grande, mas não única, porque a tentativa de ligação das duas mentalidades far-se-á de outras maneiras ainda, aproveitando dos antigos o estoicismo e dos modernos o racionalismo naturalista ou o racionalismo cristão metafísico.

Mas em todo êste movimento de inteligência e sensibilidade e a-pesar-de se terem afirmado grandes espíritos, como Rabelais inebriado de naturalismo, Erasmo, homem antigo pela erudição extraordinária e pelo culto entusiástico da razão, d'Étaples que defendia o platonismo místico, não foram conjurados os perigos que se apontavam no humanismo italiano: culto do individualismo excessivo e do diletantismo artístico.

Ambos podiam levar à violação das regras de moral e era mesmo essa a consequência mais possível: a-pesar-dos ensinamentos de Platão, a beleza não impunha uma moral e, para a atingir, o indivíduo podia considerar-se livre de tôdas as preocupações moralistas do cristianismo e mesmo de certas filosofias antigas como a do Pórtico e a de Epicuro. Por outro lado, a livre expansão do indivíduo, a consciência de poder exercer-se plenamente, porventura em detrimento dos outros, contanto que tivesse fôrça ou habilidade, ia conduzir ao maquiavelismo dos príncipes italianos, logo adoptado por monarcas de outros países.

É então que se desenha a reacção contra o humanismo, reacção que vai revestir duas formas diferentes segundo atenta mais no problema moral ou no problema do conhecimento. Vai tentar-se a resolução do primeiro pelo estabelecimento de um certo número de regras morais que ponham limites ao individualismo desenfreado e não permitam a justificação dos meios pela beleza ou utilidade dos fins. Quanto ao segundo, os homens que se lembravam do movimento

nominalista, se não desconfiavam da razão, não estavam absolutamente convencidos da possibilidade de conhecer: é o tempo em que hão-de ressurgir Heraclito, os Académicos e Pirron, o herói da dúvida.

As preocupações das duas correntes de reacção, ligando-se no ponto de partida, para logo diferenciarem as suas trajectórias, levam ao estudo do homem; efectivamente, dada a ausência de regras morais prè-estabelecidas e tendo os que empreendiam a cruzada bem presente no espírito a etimologia de moral, viu-se que a questão essencial a resolver era a da possibilidade de o homem suportar determinado *mos* ou maneira de viver; necessário, portanto, o estudo prévio da psicologia e da fisiologia humanas. A resolução do problema do conhecimento, para ser feita racionalmente, tinha por sua vez também de estudar o homem, de determinar o seu valor em face do universo e de julgar a ciência existente.

O problema moral tinha, no fim da Renascença, obtido duas soluções; uma, que, passando para além do humanismo, mas não o contrariando na sua essência de ressuscitador da antigüidade, e procurando tirar tôdas as conseqüências desse contacto com os filósofos gregos e latinos, se ia encontrar com o pensamento estóico, no ensaio de uma moral laica. A outra solução, não desprezando também os ensinamentos do humanismo, e reconhecendo a fôrça da Natureza, procurava acomodá-la com o pensamento da Igreja, criando um racionalismo cristão, um estoicismo religioso. As duas soluções, com pontos de contacto entre si, são, no entanto, inconciliáveis, visto que uma despreza o que a outra acha absolutamente necessário: o catolicismo ou, pelo menos, o cristianismo. Só uma natureza complexa, em que os sentimentos mais diversos possam coexistir como em compartimentos estanques, será ao mesmo tempo católica e laica: Montaigne é o exemplo mais claro.

Vimos que um dos elementos de ambas as soluções do problema moral era o estoicismo; devemos, no entanto, reflectir no seguinte: a Renascença foi muito mais latina do que helénica; se o grego já não era condenado pelo *non legitur* medieval poucos o sabiam a fundo e, em geral, os autores eram conhecidos por traduções; as doutrinas filosóficas da Grécia vieram ao conhecimento dos humanistas sobretudo por intermédio dos latinos, Epicuro por Lucrécio, a Academia por Cícero, o Estoicismo por Séneca e um pouco também por Lucano e Pérsio.

Dos três últimos escritores, Pérsio era o que podia dar melhor aos humanistas a idea do que era verdadeiramente o estoicismo, tal como o tinham exposto Crisipo, Zénone e Cleantes e como o tinha compreendido um discípulo romano, convicto e atento às lições de mestres sabedores como Cornuto. Mas Pérsio é um autor de extrema dificuldade e de forma pouco de agradar aos exigentes ciceronianos. Quanto a Lucano, espanhol de gostos declamatórios, o estoicismo perdia-se quasi todo através do enredamento da epopeia, da abundância mitológica dos prodígios, dos hexâmetros bem talhados, da beleza de forma, de tudo quanto, bom e mau, se encontra no *Bellum ciuile*.

O grande autor para o conhecimento do estoicismo ficava, pois, sendo Séneca. Mas Séneca é um estóico sem nada da rudeza do sistema puro, indulgente, talvez com mais palavras do que convicções; a sua acção no palácio imperial, a estranha conciliação que fazia do mister de banqueiro e dos elogios da pobreza, a existência lado a lado da afirmação de que só o sábio é poderoso e de tentativas de se elevar por outros meios — tudo contribui para que se levante uma desconfiança acêrca da sua ortodoxia estóica; é certo que morreu bem, mas já se disse que seria mais nobre ter vivido melhor.

Como não existe separação absoluta do homem e do

escritor e sempre num alguma coisa fica do outro, Sêneca não apresenta aos seus auditores, aos destinatários dos tratados ou aos correspondentes, preceitos que só se podem seguir como extrema dificuldade; um bom senso natural e o sentimento da própria fraqueza levaram-no a disfarçar, a abrandar o que o estoicismo grego poderia ter de demasiado rude e mesmo brutal. Depois, a forma em que expunha o seu pensamento, sàbiamente modelada, a um tempo viril e feminina, correcta, com suas antíteses e seus ditos espirituosos, era de molde a fazê-lo aceitar como um professor agradável e interessante.

O estoicismo adoptado na Renascença vai ser exclusivamente o estoicismo de Sêneca, a maneira de viver em paz consigo próprio sem perturbar a paz dos outros — e sem chamar demasiado a atenção dos centuriões; mas, se êles vierem, Sêneca e os estoicos da Renascença saberão aceitar o seu destino com elegância e com bravura. Nada de severidades excessivas, por vezes uma indulgência que pode parecer perigosa, mas que o não é, porque a alma se mantém firme e pronta ao sacrifício. É todo o espírito do cristianismo de Justo Lipsio ou de S. Francisco de Sales, todo o espírito do laicismo que, depois de representantes menos ilustres, se afirmará nos *Ensaio*s de Montaigne.

Pelo estoicismo, as relações entre o homem e o mundo passam a ser, não relações de fôrça ou de beleza, numa palavra de *virtus*, mas relações de inteligência e de razão, num domínio constante das paixões de modo a encontrarem-se o equilíbrio e a serenidade de espírito. Mas, por uma singular contradição, era exactamente nos domínios intelectuais e racionais que a confusão era maior.

O século xvi, ordinariamente apontado como uma época de pura reacção contra a Idade Média, de triunfo pleno da antigüidade, um tempo de solidez e unidade intelectual em que, encontrado o caminho do futuro, os povos se lançam

nele com alegria e audácia — é na realidade no século bem indeciso e hesitante.

Quási bruscamente a Idade Média ruía, com todo o seu edifício da escolástica, abalava-se a religião tradicional; a sua ciência feita de eternos comentários ao *Magister* e de comentários a êsses comentários revelava-se bem estéril; partira-se do princípio de que tudo quanto se podia saber já o tinham observado os antigos, de que o inegalável Aristóteles tinha armazenado nos seus numerosos tratados tôdas as experiências e tôdas as noções. De modo que, sendo assim, nada mais restava do que aclarar os textos e, com a ajuda da lógica, concluir, tirar tôdas as conseqüências de que fôra dito. Mas agora, batidos os realistas, o que significava essa ciência racional? Nada.

Depois, um pequeno povo que vivia para o sul, face ao mar, lançara os seus barcos sôbre o Oceano e, munido de uma ciência náutica segura, apurada na experiência e verificada a cada viagem, aportara a terras desconhecidas, umas, lendárias, outras. Era uma infinidade de coisas novas que desabava sôbre o velho mundo, que vinha contrariar o testemunho dos antigos e encher de pasmo e confusão os modernos.

E os portugueses não se contentavam em descobrir; pela pena de excelentes escritores, em língua vulgar e em latim, contavam o que tinham encontrado de novo e proclamavam a necessidade da observação, o respeito devido à madre experiência, como dizia um dêles; e eram factos acumulados sôbre factos, fenómenos maravilhosos que os sábios da escriptura se sentiam impossibilitados de explicar porque Aristóteles e os seus comendadores não os tinham apontado, costumes estranhos que eram ao mesmo tempo reais e mais fantásticos de que os imaginados pelos velhos geógrafos, e terras que se estendiam, inexploradas, para sul, para leste, para o poente.

Mundo novo, aberto a curiosidades novas e que só novos processos poderiam estudar; os viajantes não cessavam de acumular os pormenores, de aumentar a massa dos documentos e sentia-se que tudo isso não era senão uma mínima parte do que se poderia saber, que um enorme tesouro de conhecimento se acumulava nas paragens até aí ignoradas.

Os antigos tinham errado, ao contrário do que supunham os medievais; e a confirmá-lo, um certo Copérnico viera expor uma teoria nova do sistema solar; até aí, segundo os bons ensinamentos de Ptolomeu, aceitara-se e demonstrara-se que o sol girava em volta da terra, fixa no centro do universo; para Copérnico a verdade era que o sol se encontrava fixo e que a terra girava em volta dêle. Verdade? Mentira? Como decidi-lo, se os descobrimentos estavam abrindo brecha na autoridade dos antigos? Os últimos defensores dos processos escolásticos batiam-se por Ptolomeu, alguns ansiosos de novidade defendiam Copérnico, a maioria vacilava indecisa.

Esta atitude de irresolução é, de facto, uma das mais fortes características do século XVI; sentia-se que era impossível contradizer os factos novos e, portanto, impossível também conservar a atitude científica dos medievais; mas como compreender, destrinçar, classificar a multidão de documentos que todos os dias chegava? Adeus, bela confiança dos primeiros tempos, quando, posta de lado a Escola, os espíritos se tinham lançado à conquista da Vida; iam-se abastecendo as coragens, rareavam os espíritos que persistiam na marcha; a maior parte aceitava que a razão é fraca.

E outro problema se punha ainda: dado que a razão pudesse assimilar ou extrair um ensinamento geral, uma ciência, de tôdas as observações feitas, valeria a pena tentá-lo? Porque se via como inútilmente os gregos tinham estudado a terra e o céu e o mar, catalogado os fenómenos, procurado as suas causas e tirado as conclusões; desde os mais antigos filósofos, a astronomia preocupara-os, o saber

fôra-se enriquecendo de geração em geração, finalmente tomara forma definitiva com os sábios do Museu alexandrino; a geografia, ouvidos os viajantes, consultadas as narrativas e feitos os cálculos, determinara a distribuição de terras e de mares; todos os sábios tinham declarado: eis a Verdade.

Mas agora, nalguns anos, os portugueses tinham modificado a imagem da terra e Copérnico transformara o sistema astronómico. Aceitava-se que os antigos tinham errado, mas o problema importante estava em saber se tinham acertado os modernos. Nada garantia que o Japão e a América fôsem as últimas terras a descobrir, nem que efectivamente o nosso globo andasse em volta do sol; talvez houvesse novos mundos e talvez terceira teoria vencesse a de Copérnico.

Assim, a razão duplamente duvidava de si própria; via-se fraca ante o mundo que lhe era objecto de conhecimento e mesmo que pudesse levar a cabo a empresa de o enformar não garantia a utilidade e a segurança do resultado. Eis os dois pontos de partida ideais do cepticismo, cuja voga foi grande em todo o século xvi, sobretudo no final.

Não devemos esquecer que um dos elementos da Renascença em França é o misticismo flamengo depois absorvido no platonismo místico; ambas estas correntes admitiam a possibilidade de um contacto directo com Deus. Esta comunicação divina fazia-se, não de Deus com o homem, mas do homem com Deus; facilitar-se-ia, portanto, e tornar-se-ia mesmo necessária, se o homem compreendesse a inanidade de se prender ao mundo e tornasse Deus como o único refúgio de seu espírito, renunciando ao desejo de conhecer por discurso.

O primeiro cepticismo do século xvi é um cepticismo que, negando a possibilidade da ciência, se serve dessa conclusão negativa para estabelecer a afirmação seguinte: que só o conhecimento de Deus pode salvar o homem em que

êsse conhecimento só é possível obtê-lo pela renúncia à razão, depois de nos termos servido dela.

É êste o sentido que tem, por exemplo, o livro do alemão Henrique Cornélio Agripa «ab Nettesheym», publicado em 1531 (primeira edição conhecida) e cujo título nos anuncia claramente um tratado céptico: *De incertitudine et uanitate scientiarum*; e não uma simples exposição filosófica, mas uma *Declamatio inuectiua* — o que é duas vezes temeroso — contra aqueles que se batiam ainda pela razão e que eram dum lado, os humanistas, do outro os escolásticos, agora reünidos na confusão do século. Ataque e defesa: defesa da Escritura Sagrada em que Deus revelara a única Verdade e dos que preferiam a Igreja às escolas dos filósofos antigos e modernos.

(Continua).

AGOSTINHO DA SILVA.

(Bolsheiro da Junta de Educação Nacional)

ATRIBUIÇÕES DE UM ALMOTACEL

O Bacharel Luís António de Abrunhosa Pinto, almotacel da *mui nobre e sempre leal cidade de Coimbra*, ordenou por meio de pregão deitado pelo Porteiro que todos os moradores das ruas pelas quais no dia 16 de Janeiro de 1832 havia de passar a Procissão dos Santos Mártires de Marrocos, protectores da cidade, tivessem as testadas de suas casas limpas e cobertas de louros e as janelas ornadas de damasco.

Outro qualquer, que do alto da sua onnipotência de almotacel, assim o ordenasse, teria sido obedecido, mas não aquele Abrunhosa Pinto a quem os moradores de Coimbra odiavam pelas muitas arbitrariedades e extorsões por êle cometidas.

Assim, no desempenho do seu espinhoso cargo e para cumprimento das penas que havia cominado a todos os transgressores das suas ordens, êle, empunhada a vara do ofício, acompanhado dos oficiais e dos do juízo do crime, foi para prestigio de *Sua Magestade El-Rei o Sr. D. Miguel I, Juiz perpétuo da Irmandade dos mesmos Santos Mártires*, prender os moradores do Terreiro de Sansão, que, com manifesto vilipêndio da soberania do Juiz, e com desprezo das ordens do seu almotacel, não as haviam cumprido.

Depois de aplicada a cada morador a multa de dois mil réis para a Câmara, ordenou a prisão de todos, mas êles negaram-se a obedecer, sem que o Juiz de fora fôsse ouvido.

E tendo sido ouvido, êste mandou que cada morador fizesse o seu requerimento, o apresentasse em Câmara e que ficassem suspensas as prisões.

Os *malvados* foram absolvidos, e o Juiz de fora intimou o almotacel a comparecer em sessão da Câmara, onde diante dos Camaristas, do alfaite Juiz do Povo e de muitas regateiras da praça, lhe deu uma grande repreensão, ao mesmo tempo que a assemblea, — e pode bem imaginar-se o que seria uma assemblea onde entravam regateiras, — o insultou com os nomes mais injuriosos e mais infamantes.

Outro qualquer perante aquela humilhação, — ao ver que o Povo cujas regalias êle tinha obrigação de defender, não o suportava, — ter-se-ia demitido, mas êle não! Êle era um puro miguelista, de alma e coração, *amante do Sr. D. Miguel*, os outros eram uns infames liberais que nos tempos da constituição haviam queimado no Terreiro figuras de *corcundas*, gritando das janelas que não havia céu nem inferno, gastando muitos mil cruzados em festêjos, e assinando a apologia dos estudantes que foram bater o Marquês de Chaves; e em Junho de 1828, quando entrou em Coimbra a famosa Junta do Pôrto haviam engalanado as frontarias das suas casas!

Como era sempre latente a luta entre absolutistas e constitucionais, no maior fervor da sua actividade política, Abrunhosa estivera a ponto de ser apunhalado! E como por essa razão havia sofrido pela causa os maiores suplícios, não descansaria enquanto o Govêrno de Sua Magestade não o limpasse daquela vil afronta que o sujava tanto no seu brio de homem honrado que não podia ser escarnecido pela mais vil ralé, como no orgulho de bem cumprir com o seu dever de almotacel.

A sua queixa ao Govêrno terminava com estas palavras: «os Santos Mártires padecerão à muitos tempos em

Marrocos e eu estou agora sendo martirisado em Coimbra!»!

O Governo por aviso de 6 de Fevereiro de 1832 ordenou ao Corregedor da comarca que informasse, ouvida a Câmara.

A Câmara alegou as arbitrariedades, os vexames, as extorsões, os abusos que o almotacel praticava no exercício das suas funções; que elle com aquella ordem invadira as attribuições dos outros, porquanto, para a limpeza das ruas havia um almotacel privativo, e que eram tantas as penas e multas que elle lançava pelos mais insignificantes delitos ou melhor motivos com os quais elle não concordava, que os povos longe de sentirem os influxos de uma boa e condescendente autoridade, não podiam prever o que fôsse o dia de amanhã! Para refôrço da sua exposição apresentou uma longa lista dos vexames que elle havia imposto, descontentando e provocando o aborrecimento pelo seu nome e seu officio: — Proibição da venda do pescado antes das oito horas da manhã e depois do meio dia; proibição da sua venda pelas ruas; multas aos moradores que andassem pelas ruas com a carqueja que compravam nas lojas; proibição da descarga no lugar do Cerieiro, dos barcos que vinham abastecer a cidade; apreensão do *mimoso* pão de Soure, Sernache e Condeixa, com o pretexto da falta de pêso que elle nunca tivera por ser considerado *pão de luxo*; varejo constante dos copos de café e cálices de licor; multas aos moradores por terem sujas as testadas das suas casas, e aos industriais ou negociantes por se demorarem nos descarregos dos objectos à porta das lojas, entre outros ao muito honrado tanoeiro Francisco Jardim.

O Corregedor informou que os negociantes de Sansão erão furiosos constitucionais, que as testemunhas por elle inquiridas declararam que o Terreiro estava tão imundo que foi preciso levar os *anjos ao colo*; que o almotacel devia ser

reintegrado e a Câmara *estranhada*, devendo este acto ser registado nos livros da mesma.

O Juiz do Povo, o Juiz de Fora do cível, a Casa dos Vinte e Quatro todos se defenderam, acusando Abrunhosa Pinto, mas elle foi reintegrado, a Câmara foi *estranhada* e tudo ficou como dantes.

Abrunhosa Pinto continuou a viver em Coimbra no seu officio, até que o constitucionalismo o demitiu e com alguma protecção conseguiu ser nomeado em 1836 juiz do crime em Águeda, mas elle já não era o mesmo miguelista assanhado que desejava noutro tempo espostejar os liberais coimbrões e pendurar-lhes as cabeças nas espigas das varandas.

Em 1830, foi elle, por mandado de José Luiz da Rocha, grande corifeu do absolutismo, a Coimbra estudar o espirito político do Corpo Docente Universitário e tomar o pulso à multidão, e do que viu e do que ouviu, deu conta na carta que adiante se transcreve e que lhe valeu a sua nomeação de almotacel:

«Ill.^{mo} Senhor. — Tenho a honra de cumprimentar a V. Ex.^a desejando que V. Ex.^a goze de huma perfectissima saude para assim ter occasiões de poder mandar no seu honroso serviço a este o menor servo de V. Ex.^a

«Ill.^{mo} Senhor participo a V. Ex.^a que fui á cidade de Coimbra onde cheguei no dia 10 do corrente, e ali me demorei até hontem dezoito com o fim de observar o comportamento dos Lentes da Universidade por ser o tempo mais proprio de acabar de conhece-los por estarem examinando os Estudantes. Achei (Ill.^{mo} Sr.) que os Lentes maçoës (que hé por desgraça o maior numero) vão descaradamente dêitando Erres, e reprovando os Estudantes Realistas bem à maneira do ano passado, e deixando ficar aprovados, os que são do seu infame partido maçonico, sendo este vilissimo procedimento bem escandaloso para os honrados, e pru-

dentes Realistas que senão queixão por temor assim serão vitimas do malvado furor Maçonico dos ditos Lentes e do Bispo de Vizeu Reformador da Universidade, e do seu Vice-Reitor = Antonio Pinheiro d'Azevedo e Silva. = Eu já tive a honra de dizer a V. Ex.^a que o Bispo de Vizeu foi o primeiro, que se levantou na sala dos chamados Pares do Reino em 1826 clamou que se recorresse à Inglaterra afim de auxiliar o partido Liberal (Diabolico) contra o mais honrado Portuguez Marquez de Chaves; igualmente disse a V. Ex.^a quando o Bispo abonou as faltas aos Estudantes, que se armarão contra o dito honradissimo Marquez como se mostra por hum Avizo de quatro de maio de 1827 passado pelo dito Bispo e inserido no malvado Priodico intitulado = *Imparcial* = o qual Priodico se acha na Libreria Publica de Lisboa, e chamava o dito Bispo defensor da Pátria, aos Estudantes rebelados, e repreendia o Reitor da Universidade que então era o honrado Diogo Furtado de Castro Rio de Mendonça (homem que na opinião dos bons Portuguezes era amante d'El-Rei Nosso Senhor) como se mostra do dito Avizo. O viceReitor da Universidade he dos mesmos sentimentos que o Bispo de Vizeu, e sendo necessário provarei aqueles factos, que entreguei por escrito a V. Ex.^a, e soube agora em Coimbra, que o dito ViceReitor no dia 22 de Maio de 1828 em que se fez a revolução na mesma cidade escondera sete arrobas de pólvora para que o Regimento de Milicias d'Aveiro senão utilisasse dela, para que os malhados fizessem a revolução á sua vontade; e que castigo teve este malintencionado Pedreiro? nenhum; antes pelo contrario El-Rei Nosso Senhor o acaba de nomear seu Conselheiro honorario, como agora soube em Coimbra. Soube tambem em Coimbra que pela semana Santa o dito Vice Reitor associado a outros maçoës, que são Hipolito Caetano de Moraes Lente da Faculdade de Leis, Agostinho José Pinto Lente de Mathematica, e Sebastião Corvo Lente de Fflosophia,

forão fazer hum grande jantar a huma quinta, e sendo espreitados por alguns Realistas, hum destes Realistas ouvira ao dito viceReitor no acto do jantar dizer = lá vai á saude = nada mais acrescentou, ao qual viva corresponderão os da sociedade com a mesma simplicidade = vá = e como passados poucos dias se espalharão papeis incendiarios por todo o Reino, e se apreenderão alguns conspiradores, se conclui que o dito ViceReitor e os mais da sucia se correspondem com os Rebeldes da Terceira e que bem sabião o que estava a acontecer. Agora deixo estes monstros e passo a referir alguns factos da Alçada do Porto: he certo, e eu o juro, que tudo quanto está prezo por crime de Rebelião he cumplice em tal horroroso crime, porem huns com mais factos do que outros, mas tão bem he certo que a Alçada tem despronunciado muitos, absolvido outros muitos, mas tudo contra justiça e sirva de prova desta incontestavel verdade huma carta apreendida á entráda da Relação do Porto que hum capitão do Regimento n.º 12, a qual carta vai inserida na folha do Porto intitulada = Correio do Porto = a qual folha havia de chegar a Lisboa quarta feira 16 do corrente (que V. Ex.^a pode ver para ficar certo que quem ao principio foi malhado já mais deixará de o ser enquanto se lhe não separar a cabeça do corpo) porem ainda que a dita Alçada tem feito muitas absolvições injustas, e escandalozas a maior delas he huma que ela acaba de fazer a João Simões Pinto Capitão da terceira companhia de Milicias de Coimbra; este malvado foi o primeiro que levantou as voziarias na revolução feita em Coimbra no dia 22 de Maio de 1828 rebelando-se não só com a companhia do seu comando mas tambem com todo o Regimento pondo-se á frente dele pretendendo impedir o comando ao Coronel, e assim o conseguiu fazendo fugir o Coronel donde se vê claramente que he chefe de revolução cujos factos lhe forão provados por mais de 60 testemunhas: alem disto seguiu os Rebeldes até

Galiza, e eu sou testemunha, que vi e prezenciei hir ele até á cidade do Porto, por que quando os Rebeldes me levarão prezo para o Castelo do Porto ele era o comandante da escolta que me conduzia, de maneira que me acompanhou até o dia 29 de Junho de 1828 dia em que entrei no calabouço do Castelo, e agora appareceu tal bruto absolvido pela Alçada dizendo que ele se apresentara ao General Povoas em tempo competente, e que não foi chefe de Rebelião. Aqui transcrevo a substancia da falsa absolvição de tal Reo, para intelligencia de V. Ex.^a O Acordão encabeçado ao Indulto de 28 de Junho de 1828 e juramento com a sua apresentação ao Povoas em tempo competente dando por falso tudo, o de que o acuzavão; mostrando que não foi cabeça de Rebelião. Poderá haver Injustiça maior? hum cabeça de Rebelião prova feita por tantas testemunhas, hum rebelde que jurou levarme prezo até o dia 29 de junho gozar d'hum Indulto de 28 do mesmo, hum Rebelde fugido para Galiza e sêr visto dar a sua primeira entrada em Braga no dia 12 d'Agosto apparecer a primeira vez na sua terra nos fins d'Agosto onde sempre andou armado e fugido até o mez de Fevereiro de 1829 sendo então prezo pelo imortal Dom Gil Major do Regimento n.º 20 e infelizmente morto na rebelde Treceira apresentar se em tempo competente ao Povoas! eu não entendo proposições opostas, mas o que alego hé huma verdade e ofereço a minha cabeça se o não provar.

«Ill.^{mo} Senhor está o correio chegando não posso ser mais extenso.

«D.^s G.^{do} a V. Ex.^a muitos annos. Ill.^{mo} Senhor *Jose Luiz da Rocha* D. Off.^{al} do Q. d'El Rei N. S.

«De V. Ex.^a — O mais humilde e obrigado servo — *Luiz Antonio Abrunhoza Pinto*».

P. S. — Não se incomode V. Ex.^a em pedir a serventia

do officio de secretario, da Universidade para mim porque já Sua Magestade o deu a hum filho do Bispo de Vizeu ⁽¹⁾.

Águeda, 19 de Junho de 1830 ⁽²⁾.

JOÃO JARDIM DE VILHENA.

⁽¹⁾ Nesse ano de 1830 não havia Reitor. De 13 de Maio de 1827 a 10 de Dezembro de 1840, a Universidade «esteve privada de Reitor ou apenas dirigida por Vice-reitores». (Dr. A. de Vasconcelos *in* *Relação dos Reitores da Universidade. Anuário da Universidade* para o ano lectivo de 1901-2.

⁽²⁾ Processo e esta carta estão no *Arquivo dos Feitos Findos*, pasta 394 — Coimbra.

IDEAS MÉDICAS DE EÇA DE QUEIROZ (1)

PALPITAÇÕES, ANEURISMAS

O aparelho circulatório, ao contrário do que acontece com o respiratório, não dá quási nada.

Há apenas uma rapariga, a Amélia, que se queixava de *palpitações* (*O crime do padre Amaro*, pág. 120), e dois doentes com *aneurismas* — o Peixotinho (*O Conde d'Abra-nhos*, pág. 201) e o marido da D. Joana Coutinho, que tinha *amarellidão e cançãos* (*A Capital*, pág. 295), homem em quem já se falou, num outro destes ensaios, a propósito do caso de Juliana.

DORES DE DENTES, AZIA, GASTRALGIAS, INDIGESTÕES, CIRROS DO ESTÔMAGO, DISPEPSIA, GASES E VÁRIAS OUTRAS COISAS

Passando agora para o aparelho digestivo, vamos encontrar muita coisa.

Logo de entrada uma *dor de dentes* que tinha a Sr.^a Cândida, dona de uma pequena venda onde o Alencar foi refrescar (*Os Maias*, vol. I, pág. 238).

Depois aparecem-nos por aqui e por ali — a Adélia a queixar se de *azia* (*A reliquia*, pág. 62); S. Polícrono a sofrer de *gastralgias* (*Encyclica poetica*, no volume *Notas contemporaneas*, pág. 464); a tia Vicência a vomitar com uma *indi-*

(1) Cont. do n.º 3, pág. 283.

gestão de murcelas (*A cidade e as serras*, pág. 228); o Dr. Delegado (*A illustre casa de Ramires*, pág. 220) e o Xavier (*A Capital*, pág. 259), ambos com umas vagas *doenças de estomago*; o obeso padre Silvério com *perturbações phantasticas da... digestão* (*O crime do padre Amaro*, pág. 530).

Fala-se também em *O Conde d'Abranhos* (págs. 85, 211 *et passim*) no mau hálito de uma *pobre D. Joana Carneiro, triste e macerada*, que tinha um *scirro do estomago*.

Diz-se mais que o Zé Fernandes se sentia *vagamente dispeptico com os mólhos de pomada* que lhe davam ao jantar nos restaurantes de Paris (*A cidade e as serras*, pág. 374).

E, com a etiqueta de *dispepsia*, posta pelo romancista, quatro casos ainda se podem apurar.

Sofriam desta doença dois homens e duas senhoras.

Os homens eram um certo Viegas, *que todas as semanas vinha*, ao consultório de Carlos da Maia, *fazer a fastidiosa chronica da sua dyspepsia* (*Os Maias*, vol. I, pág. 174), e o Manuel Albergaria que, depois de um lauto jantar, se declarou *afrontado* e foi *respirar um momento na varanda*, de onde recolhia pouco depois, já melhor, *alliviado com um calice de genebra* (*A cidade e as serras*, págs. 330 e 331).

As senhoras eram uma tia de Fradique, que só comia ovos (*A correspondencia de Fradique Mendes*, pág. 142), e a D. Felicidade Noronha.

•

Esta última, criatura muito nutrida, com os seus cinquenta anos, por sofrer *de dyspepsia e de gases*, não se podia espartilhar depois do jantar (*O primo Bazilio*, pág. 41).

Qualquer coisa lhe fazia mal.

Uma vez, que comeu umas vagens, esteve tôda a noite *a abarrotar* (pág. 63).

É que, por tudo e por nada, logo os *gases começavam a affrontal-a* (pág. 121).

Às vezes até tinha tonturas...

— *É uma desgraça* — dizia ela — *a cada momento a agarrar-me aos moveis, até tenho medo d'andar só* (págs. 242 e 243).

Bastava uma emoção, mesmo ligeira, para abalar as funções digestivas da D. Felicidade (pág. 513).

Ela tinha até já mesmo percebido que a *leitura lhe augmentava a indigestão*.

E, por isso, deixara de ler o Rocambole que tanto lhe *tinham apregoado* (pág. 119).

Ainda quando, *graças a Deus...* podia arrotar, a coisa ia menos mal... (pág. 513).

Talvez que a pobre senhora sofresse de aerofagia...

*

Queixava-se também com certa freqüência do estômago aquele bom e simpático Gonçalo Mendes Ramires que, em ceiatas festivas, com uma tão fácil galhardia atacava comidas e bebidas.

Duma vez, na taberna do Gago em Vila-Clara, *começou por uma pratada d'ovos com chouriço, devorou metade da tainha, devastou o seu «frango de doente», clareou o prato da salada de pepino, findou por um montão de ladrilhos de marmellada: e atravez d'este nobre trabalho, sem que a fina brancura da sua pelle se afogueasse, esvasiou uma caneca vidrada de Alvaralhão* (*A illustre casa de Ramires*, pág. 44).

Ora isto succedeu num dia em que o homem, logo de manhã, se queixara de andar *com o estomago arrazado* (pág. 31) e com *uma vaga dor...* que o *filara na vespera á noite, depois do chá* (pág. 29), ... *nos rins, ou no figado ou no baço...*, nem elle sabia ao certo (págs. 31 e 32).

No quarto, desconfiado, chegou a estudar ao espelho a

lingua que lhe parecia saburrosa, depois o branco dos olhos, receiando a amarellidão de bilis solta (pág. 34).

Ao vestir-se para sair, ajudado pelo Bento, recomendou-lhe que não apertasse muito a fivela do colete, porque trazia *ha dias o estomago inchado* (pág. 40), e pediu mesmo ao velho criado que fôsse buscar um frasco do remédio receitado pelo Sr. Dr. Matos.

— *Tem um rotulo... com um nome inglez, não sei qué, fruit salt... Parece que ferve. E limpa o sangue, desanuvia a cabeça...* (págs. 38 e 39).

E depois, como sentisse ainda a cabeça pesada, encharcou o lenço com *agua de Colonia* (pág. 41) e lá se foi até Vila-Clara.

Miraculosamente curado porém, como êle dizia, pelo passeio e *pelas emoções do voltarete*, jogado na Assembleia, *em que ganhara desenove tostões* (pág. 44), comeu e bebeu, sem se limitar ao *franguinho assado* que prudentemente mandara preparar (pág. 32).

Mas passou uma noite horrível, tôda povoada de sombras, *pesadelos, pavores, bulhas, esqueletos*, e acordou de manhãzinha com *uma sede desesperada que lhe encortiçava os labios!* (pág. 69).

Tinham sido os *malditos ovos com chouriço; e o pepino...* *Sobretudo o pepino!* (pág. 69).

Recordou então o famoso *fruit salt* que lhe recommendara o Dr. Matos, — arrebatou o frasco, correu á sala de jantar, em camisa. E, a arquejar, deitou duas fartas colheradas n'um copo d'agua da Bica-Velha, que esvasiou d'um trago, na fervura picante.

— *Ah! que consolo, que rico consolo!...*

Voltou derreadamente á cama e ficou-se a dormir, em *perfeita beatitude*, até ao meio-dia (pág. 69).

E assim, hoje com *fruit salt*, amanhã com bicarbonato de soda (pág. 22), no outro dia com água de Vidago

(pág. 125), Gonçalo ia acudindo os destemperos do seu estômago.

Continuava a comer com alegre valentia e a queixar-se de vez em quando.

Mas que teria êle, afinal?

Sabe-se lá.

O que se consegue apurar é tão pouco e a patologia gástrica tão confusa...

*

Ponho agora aqui ainda a história do padre Pinheiro, a-pesar-de não saber ao certo se êle sofria ou não do estômago.

Mas é caso que fica arrumado, embora talvez fora do sítio.

O padre era *moreno e triste* (*A reliquia*, pág. 17).

Sempre que passava por diante d'um espelho, deitava a lingua de fóra, e alli se esquecia a estical-a, a estudal-a desconfiado e aterrado (pág. 17).

Em casa da tia Patrocínio, ao ver o apetite de Teodorico, dizia, *palpando o estomago*:

— *Felizes idades! Felizes idades em que se repete a vitella!* (pág. 17).

Depois, cada vez *mais triste, queixava-se... do coração... um pouco tambem da bexiga* (pág. 21) e até mesmo de umas *dóres de rins* (pág. 64).

Às refeições só bebia *agua morna* (pág. 77).

E além disto, que é bastante vago, nada mais encontro, que mereça apontado, na história do padre.

Fica-se às aranhas, positivamente...

*

E segue-se mais a nota de uns confusos incómodos que não sei também dizer o que sejam.

Talvez vão também fora do sitio em que lógicamente deveriam estar.

Mas paciência...

É o *estomago embrulhado* da Sr.^a Adélia, que não deve ser confundida com a Dêlinha, bem-amada do Raposão.

Esta era criada dos Cohens, e ficou assim depois de uma cena de pancadaria que houve lá em casa, entre o marido e a senhora (*Os Maias*, vol. I, pág. 377).

São uns *flatos* que davam à D. Maria da Assunção (*O crime do padre Amaro*, pág. 483), à Escolástica, criada do padre Amaro (*O crime do padre Amaro*, pág. 644), e à D. Josefa Dias, irmã do cônego Dias, que se dava bem com a *agua de flor de laranja* (*O crime do padre Amaro*, págs. 216 e 217).

DOENÇAS E CONTRATEMPOS INTESTINAIS, HEMORRÓIDES E LOMBRIGAS

As doenças dos intestinos ocupam um pequeno lugar na patologia de Eça de Queiroz.

Em *O primo Bazilio* descobre-se um Cunha Rosado, *magro e chupado... com o aspecto desconsolado do doente d'intestinos, conchegando com as mãos transparentes o robe-de chambre ao ventre* (pag. 35).

Saia de manhã a passear os... *leites*, arrastando-se *curvado, abafado n'um cachenez e n'um paletot côr de pinhão, com a barba grisalha desmazelada, a crescer* (pág. 161).

— *Ao principio* — explicava êle a Sebastião — *ia na burrita até fóra de portas, mas diz que me fazia bem o passeio-sito a pé...*

Encolheu os hombros com um gesto triste de duvida, de desconsolação (pág. 161).

— *E como vai isso?* — perguntou o outro.

O Cunha teve um sorriso desolado nos seus beiços brancos:
— A desfazer-se! (pág. 161).

E lá se foi, dizendo adeus, com um gesto da mão calçada de luva de casimira escura, . . . curvado rente ao muro, chegando com o braço ao ventre o seu largo paletot côr de pinhão (pág. 163).

Tudo isto é, como se vê, bastante vago.

Enterite crónica?

É possível.

Mas êle há tanta espécie desta doença. . .

Repare-se que aparece, nesta história, referência a uma prática muito recomendada, noutro tempo, às pessoas fracas — passear os leites que se tomavam logo pela manhã.

*

E, além dêste caso, pouco mais há.

Diz-se na história de S. Frei Gil (*Ultimas paginas*, pág. 401) que o D. Abade de um Mosteiro, vizinho do solar de D. Rui de Valadares, fôra atacado de um duro mal por ter comido muitos figos.

Fala-se em *O Conde d'Abranhos* (pág. 206) num vergonhoso contratempo intestinal que tivera, ao bater-se em duelo, o Ministro das Obras Públicas.

Parecia estar, diz o autor, sob a influencia . . . d'oleo de ricino tomado sem discernimento (pág. 207).

Diz-se mais em *A cidade e as serras* (pág. 19) que o tio de Zé Fernandes, chamado Afonso Fernandes Lorena de Noronha e Sande, se queixava de males hemorroidaes.

É possível que fôsse também nos intestinos um duro mal que forçava o Quinzinho, filho de D. Paulina Soriana, a infundaveis orchatas e semicupios (*A correspondencia de Fradique Mendes*, pág. 188).

E, se tomarmos nota ainda de que o excesso de lombrigas

dava uma molleza e uma amarellidão de manteiga à face trombuda do Eusebiozinho, quando era pequeno (*Os Maias*, vol. I, pág. 91), e se dissermos que o mesmo, pouco mais ou menos, tinha acontecido ao padre Amaro (*O crime do padre Amaro*, pág. 4) e ao Artur Corvelo (*A Capital*, pág. 13), também em meninos, teremos apontado tudo o que me parece referir-se certamente a doenças da tripa.

E digo assim porque, como em breve se verá, ainda há umas coisitas, vagamente indicadas, que podem ser talvez também nos intestinos.

ATAQUES DE FÍGADO, ITERÍCIA, HIDROPISIA,
DOENÇAS DE ENTRANHAS

Do fígado sofriam nada menos de 9 personagens dos romances de Eça de Queiroz, isto sem meter na conta, está claro, o imortal Cousin a que se faz referência em *O Conde d'Abranhos*, pág. 136.

Mas em regra apenas se diz, vagamente, que elas sofriam de *doença* ou de *ataque do fígado*.

Só num caso, quando afirma que Craft carregava *demais nos alcools* (*Os Maias*, vol. II, pág. 510), o autor indica uma etiologia aceitável.

E só num outro, embora com uma manifesta troca de palavras, o autor apresenta a nota de um sintoma, que se pode considerar como exacta.

É quando diz que o boticário Vasco tinha a *chlorotica* (sic) *amarellada* (*A Capital*, pág. 59).

A propósito dos restantes doentes, o que se encontra é banal, quando se não limita à simples indicação do nome da moléstia.

Eram êles — a tia Patrocínio que tinha o *carão chupado e esverdinhado* (*A reliquia*, págs. 10, 18, 83 e 180); o patriarca grego de Jerusalém (*A reliquia*, pág. 345); o bom Meriskoff,

chanceler da legação russa em Pequim e doutor pela Universidade de Bonn (*O Mandarim*, pág. 158); o engraçado cónego Sanches (*O crime do padre Amaro*, pág. 161); o dr. Godinho (*O crime do padre Amaro*, pág. 204); o Morgado dos Poiais (*O crime do padre Amaro*, pág. 667); e finalmente o Z. Zagalo que teve um *severo ataque de figado* que o fêz conservar *taciturno e retrahido*, reduzido a um *silencio involuntario*, no dia do entêrro do Conde de Abranhos (*O Conde d'Abranhos*, pág. xxviii).

*

Vejo ainda que o pai do Jacinto teve *itericia*, quando era pequeno (*A cidade e as serras*, pág. 4), e que o mesmo succedeu a D. Ruy de Valladares, Senhor de Mortagua e Gonfalom, que, por se lhe terem extravasado os *maus humores*, se fêz *amarello como uma cidra* e *jazeu uma semana no seu vasto leito, entregue ás drogas do Mestre Alvaro Porcalho, o bom Physico que viera á pressa de Vizeu, montado na sua mula* (S. Frei Gil, no volume *Ultimas paginas*, págs. 343 e 352).

*

E não virá muito fora de propósito, penso eu, registar nesta altura a *hidropisia* da S. Joaneira (*O crime do padre Amaro*, pág. 666).

Ainda noutro ponto se fala nesta doença, no S. Christovam, do volume *Ultimas paginas*, onde se lê, a pág. 118 — *velhas hydropicas... descobriam o ventre esperando um remedio do ceu*.

É bom notar, a propósito, que à doença da S. Joaneira também se chama *anasarca* (*O crime do padre Amaro*, pág. 666).

Mas hidropisia e anasarca, como é sabido, não são exactamente a mesma coisa...

*

Termino esta parte fazendo notar que, em *Os Maias*, se fala ainda numas vagas *doenças de entranhas* de que sofreram a mãe do Ega (vol. I, pág. 122) e o Conde de Steinbroken (vol. I, págs. 205 e 206).

Ora, a propósito do Conde, explica-se noutro ponto (vol. I, pág. 268) que fôra um *ataque de intestinaes*.

Mas, a respeito da mãe do Ega, não se diz nada.

De forma que se fica sem saber se era ou não a mesma coisa.

DORES E PONTADAS.

Vou passar agora a dar notícia de umas *dores* que costumavam dar a diversas pessoas.

E começo pela história do cônego Dias, que é a mais comprida de tôdas.

Foi no fim de um lauto jantar que, *de repente*, o cônego *pousou a faca, arregalou os olhos...* e *passando a mão pelo estomago* disse:

— ... *não me estou a sentir bem... Um ameaçoso de dór. Passou, não vale nada* (*O crime do padre Amaro*, pág. 399).

E ainda cravou os dentes numa pera.

Mas *de repente...* *afastou a cadeira, e torcendo-se de lado:*

— *Não estou bem, não estou bem! Jesus! Oh, diabo! Oh, caramba! Ai! ai! morro!* (pág. 399).

Levaram-no para o quarto e foram *aquecer uma flanela para lhe pôr no estomago* (pág. 399).

O cônego *dava urros...* e *estirado de barriga sobre a cama, rilhava o travesseiro* (pág. 400).

— *É uma dór que vem e vai n'um momento. Não dá tempo p'ra nada* — explicava a irmã — *Um chá de tilia allivia o ás vezes...* (pág. 400).

E esta *dór terrível* costumava dar-lhe *todos os trez meses* (pág. 401).

Felizmente, nessa tarde, *o senhor conego sentira-se de repente alliviado* (pág. 400) e, pouco depois, adormecia (pág. 401).

*

A que seria devida esta dor que assim periòdicamente aparecia de súbito e se sumia num pronto, não me parece fácil dizê-lo.

Sabe-se que o cónego era gordo, com um ventre que lhe enchia a batina; que comia muito, apreciando os bons bocados; que, depois de jantar, costumava dormir a sua soneca, sentado numa cadeira; que dava então o seu arrôto, voltando a cerrar as pálpebras; que uma vez se queixou de que tinha tido tôda a noite as lulas a conversar lá por dentro (págs. 5, 23, 78, 185 *et passim*).

Diz-se mais no romance que êle tinha *difficuldades asthmaticas* (pág. 125) e uma ou outra tontura (pág. 298).

Está claro que, com estes dados, talvez se pudessem fantasiar hipóteses, mais ou menos aventureiras.

Mas a prudência manda dizer, parece-me, que não é fácil averiguar ao certo o que o bom cónego tinha...

*

Num outro ponto (*Os Maias*, vol. I, págs. 92 e 93) Eça de Queiroz fala em mais uma dor que costumava também dar todos os três meses a um Juiz de Direito, ressequido e amarelento, que ia às vezes, em Santa Olávia, passar as noites a casa de Afonso da Maia.

E, se procurarmos bem, iremos encontrar ainda, aqui ou acolá, algumas passagens, referentes do mesmo modo a dores, que, pela forma como estão redigidas, mostram claramente que se trata de incómodos que os doentes costumavam ter repetidas vezes.

Atenda-se, com efeito, ao que se diz nos períodos que, em seguida, se transcrevem:

Aquelle tio Adrião escolhe sempre os grandes dias... para ter a pontada (A cidade e as serras, pág. 310).

... coitada, a sogra do Dr. Venancio está desde hontem com a pontada! (A illustre casa de Ramires, pág. 50).

Tu, filha, dispensa, mas não posso ficar... É que me dava a dôr..., dizia a D. Maria da Assunção a desculpar-se por não ficar a assistir à agonia da irmã da S. Joaneira (*O crime do padre Amaro*, pág. 276).

Mas que dores seriam estas?

Coisas abdominais?

Talvez nem sempre...

Pontada designa, de facto, pròpriamente, creio eu, uma dor toráxica, viva e localizada.

Mas, seja como fôr, no tórax ou na barriga, não há maneira de averiguar a que seriam devidas tais dores.

E o mesmo acontece ainda com uma dor que um dia teve, depois do almoço, a filha de Maria Eduarda (*Os Maias*, vol. I, págs. 343, 349 e 350) e com a *dôr d'entranhas* que obrigou de uma vez a D. Jesuína Rolim a almoçar no quarto (*A illustre casa de Ramires*, págs. 257 e 267).

*

Feitas bem as contas, de tanta dor só há uma afinal que me parece fácil de descobrir o que seja.

Era aquella *abominavel dôr na sua branca ilharga* que a

Adélia, a doce Delinha do Largo dos Caldas, costumava ter (*A reliquia*, págs. 62, 65 e 66).

Devia ser pela certa coisa muito suspeita, lá para as bandas dos ovários...

*

Agora na história que se segue e com que termina este assunto, há evidentemente duas partes que convém distinguir.

A primeira refere-se a uma dor que o Conde de Abranhos também costumava ter.

Eram uns *espasmos nervosos de que ele soffria no estomago* (*O Conde d'Abranhos*, pág. 202).

Trata-se de mais uma das tais coisas que não se entende bem o que sejam.

A segunda parte, essa refere-se a um caso, banal e vergonhoso, de diagnóstico evidente.

Estava o Conde para se bater em duelo, quando *sentiu com terror... um vago enjôo* (*O Conde d'Abranhos*, pág. 204).

Quando lhe deram a... espada, um suor frio banhou-lhe a testa (pág. 204), e pouco depois começou a *vomitare longamente, primeiro residuos mal digeridos de comida, depois uma baba gelatinosa, e finalmente, com anceios roucos, fezes esverdeadas... e o grande orador, entre os puxões dos vomitos, murmurava com os labios babados:*

— *É do estomago!... É um bocado... d'indigestão!*

Todos viram bem que «era do estomago» e ninguém duvidou do seu valor (págs. 204 e 205).

ENXAQUECAS, DORES DE CABEÇA,
TONTURAS, NEURALGIAS, CIÁTICAS, CAIMBRAS, APOPLEXIAS,
DOENÇAS DA ESPINHA E DESMAIOS

Das doenças, que mais ou menos se podem considerar como do sistema nervoso, aquela, que com maior abundância

se encontra pelos livros de Eça de Queiroz, vem a ser, sem sombra de dúvida, a *enxaqueca*.

Contei 10 casos, aos quais se poderão ainda juntar mais uns 4 de *dor de cabeça*.

Queixavam-se de enxaquecas, verdadeiras ou fingidas, o Artur e a Concha (*A Capital*, págs. 314, 449, 468 e 471); a D. Manuela (*Um dia de chuva*, no volume *Cartas inéditas de Fradique Mendes e mais paginas esquecidas*, pág. 103); a Luísa (*O primo Bazílio*, págs. 194 e 197); a Gracinha Ramires (*A illustre casa de Ramires*, pág. 450); o Pedro da Maia (*Os Maias*, vol. I, pág. 33); o padre Brito e o padre Amaro (*O crime do padre Amaro*, págs. 70 e 620).

E mais o Alves que, depois de umas explicações desagradáveis com o sogro, ficou com um comêço de enxaqueca que voltou a sentir, no outro dia, ao tratar do duelo em casa do Carvalho (*Alves e C.^a*, págs. 77 e 116), e ainda a S. Joaneira que, ao ver a irmã agonizante, começou a sentir umas *ameaças de enxaqueca* de que se curou repentinamente ao receber a notícia da morte (*O crime do padre Amaro*, págs. 277 e 285).

Quando se sentiu incomodada, a boa senhora, diz o romance a pág. 277, foi-se deitar, *pôz agua sedativa e adormeceu*.

*

Também de uma vez o João da Ega, que na véspera apanhara formidável bebedeira, nos aparece com panos de água sedativa na cabeça (*Os Maias*, vol. I, pág. 243).

Ora estas passagens vieram avivar-me a lembrança de bons tempos que já lá vão.

A água sedativa...

Quando eu era menino, não havia, pode dizer-se, casa de gente de certa ordem que não tivesse, bem guardada,

uma garrafa da preciosa mistura com os seus flocos soltos de cânfora.

Era um grande remédio nesses tempos, servia para acudir a todos os pequenos males.

E fazia bem...

Depois passou de moda e outras coisas vieram, modernas e janotas — pastilhas em elegantes tubos de vidro, unturas em lindos boiões — mas que talvez não valham mais do que a velha panaceia de Raspail...

*

Mas deixemos isto que não vem muito a propósito e vamos às *dores de cabeça*.

Na novela intitulada *Um dia de chuva*, publicada no volume *Cartas ineditas de Fradique Mendes e mais paginas esquecidas*, diz-se, a pág. 108, que José Ernesto tinha *uma leve dôr de cabeça que pedia repouso*.

No segundo volume de *Os Maias* diz-se (pág. 359) que a Baronesa de Alvim, a quem noutro ponto se chama Viscondessa (vol. I, pág. 421), se queixava *d'uma dor de cabeça que a torturava*.

Encontramos mais a Amélia e o padre Amaro, ambos a queixarem-se também de dores de cabeça (*O crime do padre Amaro*, págs. 167, 176 e 219), e ainda o bom Barrolo, num dia em que almoçou tarde, com uma dor de cabeça, causada pela fome (*A illustre casa de Ramires*, pág. 450).

E parece-me que é tudo o que há a tal respeito...

*

Depois, continuando nesta pesquisa, aparecem-nos com *tonturas* o chantre (*O crime do padre Amaro*, pág. 226) e a Leopoldina (*O primo Bazilio*, pág. 23); com *nevralgias* o

Meirinho e o Matias, ambos de *A Capital* (págs. 195 e 321); com uma *dor ciática* a D. Maria da Assunção que também padecia de *caimbras* (*O crime do padre Amaro*, pág. 386).

Encontramos mais o velho Thompson, pai da senhora Condessa de Gouvarinho, que esteve à morte com uma *apoplexia* (*Os Maias*, vol. II, pág. 29 e 54); o João Coutinho, casado com a Maria da Piedade, que estava *sempre de cama*, *inutilisado por uma doença de espinha*, irritando-se com o *menor rumor*, devido à *excitação nervosa que lhe davam as insonias* (*No moinho*, no volume *Contos*, pág. 66).

*

E, para acabar, não virá fora de propósito dar notícia de uns *desmaios*.

Um teve-o a filha do escrivão de direito de Alcobaça, a D. Juliana, que, ao ver um rapaz começar a recitar uns versos dirigidos a outra, se fêz *muito pallida*, e, lentamente, desmaiou *na cadeira, com os braços pendentes, o queixo sobre o peito*.

Borrifaram-na de agua, levaram n'a para o quarto de Amelia; quando lhe desapertaram o vestido e lhe deram vinagre a respirar, ergueu se sobre o cotovêlo, olhou em redor, começaram a tremer-lhe os beiços e rompeu a chorar (*O crime do padre Amaro*, págs. 95 e 96).

Outro teve-o a Luiza que, ao ouvir Juliana dizer, batendo ferozmente na algibeira, *as cartas que a senhora escreve aos seus amantes, tenho-as eu aqui*, a fitou um momento com os *olhos desvairados*, e *cahiu no chão, junto á causeuse* (*O primo Bazilio*, págs. 318 e 319).

Também Maria Eduarda desmaiou uma vez.

Foi quando, depois de uma cena violenta, Carlos lhe perguntou:

— *Maria, queres casar commigo?*

Ao ouvir isto, ergueu a cabeça sem comprehender com os olhos desvairados... depois empallideceu, escorregando pesadamente entre os braços d'elle (*Os Maias*, vol. II, págs. 225 e 226).

*

Quando viu a mulher com o Machado, Alves não perdeu os sentidos, mas ficou *petreficado, sem respiração, com todo o sangue na cabeça e com uma dor tão aguda no coração que quasi o deitou por terra* e depois, *sem saber como, achára-se cahido sobre uma cadeira, ao pé da porta, e tremia, tremia como numa seção, tomado de frio* (*Alves & C.^a*, págs. 25 e 27).

EMPIGENS, PELÍCULAS E CROSTAS, FERIDAS E CHAGAS, LEPRO,
ÚLCERAS, ESPINHAS, FURÚNCULOS E LEICENÇOS, SARNA,
QUEIMADURAS, PICADAS DE BEXIGAS

Passando agora para as doenças da pele, ou, usando de uma expressão mais imprecisa, que talvez melhor convenha, para as doenças na pele, começarei por registar uma *empingem*, acompanhada de *uma dureza de caroço* por trás da orelha, que, na opinião da senhora Condessa de Gouvarinho, Charlie tinha no pescoço (*Os Maias*, vol. I, pág. 273).

Depois aparecem-nos umas coisas difíceis de identificar — umas *películas* e umas *feridas* que o secretário do Club Democrático tinha na cabeça (*A Capital*, págs. 347 e 352); umas *crostas grossas de chagas* na *cabecita cor de melão* de uma criança que *uma rapariga esguedelhada embalava tristemente* (*O primo Bazilio*, pág. 259); umas *feridas* na *cabecita* de um filho do Xavier (*A reliquia*, pág. 24); umas *chagas* nuns mendigos que, em circunstâncias de causar assombro, o Raposo viu em Jerusalém (*A reliquia*, págs. 141 e 201); umas *feridas* nas pernas de um outro mendigo que contou a uma viúva a história do *Rabbi que apparecera na*

Galiléa (*O suave milagre!* no volume *Contos*, pág. 356); umas *chagas* nuns miseráveis, que Santo Onofre cobria de fios (*Santo Onofre*, no volume *Ultimas paginas*, pág. 287); mais umas *chagas* ainda, nos braços e nas pernas dos eremitas com quem Cristóvão viveu algum tempo (*S. Christovam*, no volume *Ultimas paginas*, págs. 107 e 115); e, por último, umas *feridas* que enchiam a pele de uma pobre criança que o mesmo Cristóvão viu, levando, sem chorar, a mãozinha à testa, *onde as chagas eram maiores* (*S. Christovam*, no volume *Ultimas paginas*, págs. 126 e 127).

*

Nos episódios maravilhosos, sucedidos noutras eras, que se encontram na obra do romancista, aparecem algumas referências à *lepra*.

Assim, nas páginas de *A reliquia*, onde se narra o sonho que Teodorico teve ao pé do Jordão e que é, como toda a gente sabe, uma reconstituição animada e pitoresca de uns acontecimentos que se deram em Jerusalém durante uma páscoa célebre, duas vezes se fala em leprosos:

Pág. 195 — *E um leproso, que descansava á sombra, nos olivedos, perguntou-nos, gemendo e mostrando as chagas, qual era em Jerusalem o Rabbi que curava, e aonde se apanhava a raiz do baraz.*

Pág. 285 ... *gritos afflictos rosoaram no atrio... Eram os levitas, com cordas e vergas, chibatando furiosamente um leproso que, em estado de impureza, penetrara no pateo de Israel.*

Em *O suave milagre!*, do volume *Contos*, diz-se mais, a págs. 345 e 346, que o *Rabbi... sarára de lepra o servo d'um Decurião Romano só com estender sobre elle a sombra das suas mãos.*

Neste mesmo volume volta a falar-se de leprosos no conto

intitulado *Frei Genebro*, pág. 150, e na vida de *S. Christovam*, vê-se ainda *um bando de leprosos, que fugiam d'uma cidade* (*Ultimas paginas*, pág. 214).

*

Voltando aos tempos modernos, a *chaga*, que o Manuel Solha tinha num *tornozello* e *que não seccára, nem com emplastos, nem com pó de murtinhos, nem com benzeduras* (*A illustre casa de Ramires*, pág. 100), parece-me que talvez fôsse uma *ulçera varicosa*.

*

No primeiro volume de *Os Maias* (pág. 299) diz-se que o Eusebiozinho trazia no pescoço uma rodela de tafetá negro, a cobrir uma *espinha* rebentada.

No segundo volume do mesmo romance diz-se mais que um rapaz do *Turf* tinha *a face imberbe cheia de espinhas carnaes* (pág. 507).

E com espinhas carnaes vamos ainda encontrar o padre Amaro, quando estava no Seminário (*O crime do padre Amaro*, pág. 4).

*

Dá-se também noticia, por aqui e por ali, de diversas pessoas que tiveram *furunculos*.

Foram uma companheira da Concha (*A Capital*, pág. 423); a D. Maria da Assunção que nos está sempre a aparecer (*O crime do padre Amaro*, pág. 562); o Jorge (*O primo Bazilio*, pág. 408); a D. Ana Silveira (*O primo Bazilio*, pág. 250); o abade (*A cidade e as serras*, pág. 327); o tio Adrião, a quem a tia Vicência recomendou um *emplastrosinho de folhas d'alecrim* (*A cidade e as serras*, pág. 310).

Será bom notar, porém, que à nascida do tio Adrião o autor ora chama *furunculo* (págs. 327 e 337), ora *leicença* (pág. 310).

*

Fala-se em *sarna* na história de S. Cristóvão, publicada, como já se sabe, no volume *Ultimas paginas* (pág. 118).

*

Em *A illustre casa de Ramires*, conta-se, a pág. 154, que a tia Arminda Vilegas, ao tomar (como costumava todos os sabbados) o seu banho de pés, se escaldara e recolhera á cama apavorada, reclamando uma junta dos cinco cirurgiões d'Oliveira.

Também o Grilo, o digno criado preto do Jacinto, se escaldou daquela vez em que um *jacto d'agua a ferver reben-tou furiosamente, fumegando e silvando*, no lavatório do 202. (*A cidade e as serras*, pág. 54). Foi nas mãos que, no dia seguinte, *trazia embrulhadas em seda* (pág. 55).

Com fogo queimou-se Onofre naquele incendio que houve no bairro remoto e miserável, onde viviam os embalsamadores de cadaveres... Crestou o cabelo e das queimaduras das pernas ficou para sempre coxeando (*Santo Onofre*, no volume *Ultimas paginas*, págs. 290 e 291).

*

E não virá fora de propósito, penso eu, dizer nesta altura que, nos livros de Eça de Queiroz, se encontram referências a umas 12 pessoas que eram *picadas das be-xigas*.

A saber — uma espanhola que estava em Sintra com o Eusebiozinho (*Os Maias*, vol. I, pág. 299); a Sr.^a Margarida

que veio amortalhar Juliana (*O primo Bazilio*, pág. 546); o Alves Coutinho (*O primo Bazilio*, pág. 438); o Santos Madeira (*O primo Bazilio*, pág. 32); o padre Natário (*O crime do padre Amaro*, pág. 131); o Moraes que morreu com um aneurisma (*O crime do padre Amaro*, pág. 266); o José Mendonça que era oficial de cavalaria (*A illustre casa de Ramires*, pág. 214); o Pinheiro (*Alves & C.^a*, pág. 145); um cocheiro (*O Conde d'Abranhos*, pág. 245); e mais três ministros dos cinco que compunham um ministério que, por isso, se chamava o *Ministerio Bexigoso* (*O Conde d'Abranhos*, pág. 138).

DORES DE OUVIDOS, CONJUNTIVITES, MIOPIA

Dos restantes órgãos e aparelhos pouco há — uma *vagor de ouvidos* que atormentava uma das sobrinhas do padre Natário (*O crime do padre Amaro*, pág. 260); uma possível *conjuntivite* no velho tio Cegonha, mestre de música de Amélia, que tinha os olhos sempre a lacrimejar (*O crime do padre Amaro*, pág. 87); e mais alguns *miopes* espalhados por aqui e por ali.

Só um deles merece, porém, referência em especial, porque, salvo melhor parecer, deve haver confusão no que o romancista conta.

Lê-se, com efeito, em *O conde d'Abranhos*, a pág. 43 — *O lente de Direito Natural era então o velho Dr. Paschoal; já muito myope, a sua veneranda sciencia, os seus achaques, os seus serviços de decano, inspiravam a todos... uma admiração sympathica.*

Ora este modo de dizer é extravagante.

De facto, não é natural que um velho seja *já muito myope*.

A miopia em geral, penso eu, não aparece com a idade.

Quando muito vai aumentando e nem sempre...

Por isso, se o homem já via pouco, deveria ser provavelmente porque tinha a vista cansada.

É o que está, a cada passo, a acontecer às pessoas idosas.

DOENÇAS DA BEXIGA, DOENÇAS VENÉREAS

Encontramos mais ainda umas incertas *doenças da bexiga* de que sofriam não só o tio Adrião (*A cidade e as serras*, pág. 303) e o conselheiro Gama Tôrres (*O Conde d'Abra-nhos*, pág. 63), que eram já velhotes, mas parece que também aquela meiga generala russa que Teodoro conheceu em Pequim (*O Mandarim*, pág. 160).

*

Com *doenças venereas* aparecem-nos, em primeiro lugar, alguns bacharéis conhecidos de Carlos da Maia, que lhe vinham ao consultório, *murchos e de má cara, contar a velha e mal disfarçada historia de ternuras funestas*, como espiritualmente se explica em *Os Maias*, (vol. I, pág. 170).

Em *A Capital* diz-se mais, pág. 481, que a Concha *tinha dado uma doença asquerosa ao Conde de Villa-Rica*.

Depois fala-se, em *O crime do padre Amaro*, no Administrador do Concelho de Leiria, que tomava xarope de Gibert (pág. 368); no Secretário Geral, também de Leiria, o Sr. Gouveia Ledesma, que, *aos trinta annos estava... saturado de mercurio* (pág. 221); e ainda numa criada da S. Joaneira, que teve que ir para o hospital, por se ter metido com um soldado (pág. 22).

E é de presumir, quere-me parecer, que fôsse ainda devida a uma doença destas *a voz rouca e acre «a faltar-lhe as campainhas»* do Agostinho Pinheiro, redactor da *Voz do*

Districto, corcunda e com uma figurinha enfezada d'hetico, a quem se atribuiam vícios antigos muito torpes (*O crime do padre Amaro*, pág. 201).

FEBRE TIFÓIDE, SARAMPO, SEZÕES, PESTE

As doenças infecciosas e parasitárias pode dizer-se, sem receio, que estão muito fracamente representadas.

Teve uma febre tifoide o Alves (*Alves & C.^a*, pág. 13).

Tiveram sarampo — um filho do Carlos da Botica (*O crime do padre Amaro*, págs. 297 e 299); o Pedrinho, filho do Vasco que também era boticário, (*A Capital*, pág. 58); o Teodorico, quando era pequeno (*A reliquia*, pág. 4).

Com sezões entrou para o hospital uma criada do pároco José Miguéis (*O crime do padre Amaro*, pág. 3).

E no mesmo romance diz-se ainda que o padre Amaro encontrou de uma vez, numa taberna, um rapazola d'uma amarellidão de sezões, com um lenço amarrado na cabeça (pág. 646).

Um filho de Said-El-Souriz teve uma febre paludosa, o que deve ser evidentemente a mesma coisa (*A correspondência de Fradique Mendes*, pág. 47). Curou-se com *Fruit-salt*, diz o autor, o que me parece notável.

Depois aparece um Ministro da Fazenda com as febres do Aterro (*Os Maias*, vol. II, pág. 371).

Ora, embora eu não saiba exactamente o que seja esta entidade mórbida da velha patologia lisboeta, parece-me que, apontando-a aqui, fica na devida altura...

*

E, para acabar com esta nota das doenças infecciosas e parasitárias, só falta uma referência à peste bubónica que se encontra em *A reliquia*, pág. 152.

Diz-se lá, com efeito, que havia em Jerusalém uma *matrona acolhedora*, chamada Fatmé, que tinha, em cada braço, *a cicatriz escura de um bubão de peste*.

(Continua)

ALBERTO PESSOA.

CATÁLOGO
DOS MANUSCRITOS DE SIMANCAS
RESPEITANTES À HISTÓRIA PORTUGUESA⁽¹⁾

IV. — ORDEN DE SANTIAGO

AUTOS DE HABILITACIÓN PARA EL INGRESO EN ELLA

Abreu e Lima, Pedro Gomes de. V. Gomes de Abreu e Lima, Pedro.

— **Soares**, Benito de. Madrid, 20 mayo 1642-2662-36.

Acevedo Pereira, Manuel de. Madrid, 29 noviembre 1641-2661-28.

Acunha e Mendozo, Rodrigo da Veiga. V. Veiga Acunha e Mendoza, Rodrigo da.

Aguero, António Gonzales de la Riba. V. Gonzales de la Riba Agüero, António.

— **del Mazo**, Fernando de la Riva. V. Riva Agüero del Mazo, Fernando de la.

Aguilera, Cristóbal de. Madrid, 8 noviembre 1641-2661-24.

—, José de. Madrid, 8 noviembre 1641-2661-26.

Alamo, Sebastián González. V. González Alamo, Sebastián.

Albuquerque, António de. Madrid, 8 abril 1642-2662-9.

—, Nuño de Mello de. V. Mello de Albuquerque, Nuño de.

Alcaforado, Belchior Gedes. V. Gedes Alcaforado, Belchior.

Alcantara Calvo, Francisco. Madrid, 7 noviembre 1642-2662-56.

(1) Cont. do n.º 3, pág. 333.

- Alencastre**, Alonso de. Marqués de Sardoal. Madrid, 8 marzo 1668-2665-12.
- Alencastro**, Agustín de Sande e Padilha. V. Sande e Padilha Alencastro, Agustín de.
- , Alfonso de. Madrid, 7 junio 1664-2664-15.
- Almeida**, Manuel Homé de. V. Homé de Almeida, Manuel.
- Cabral, Gaspar de. Madrid, 20 junio 1646-2664-3.
- Alvarado e Mendoza**, Fernando. Madrid, junio 1642-2662-47.
- Alvarenga**, Francisco. Madrid, 20 febrero 1647-2664-4.
- Alvares Bandeira**, Gregório. Madrid, 6 mayo 1642-2662-28.
- Pinheiro, Juan. Madrid, 17 febrero 1645-2663-11.
- Soares, Juan. Madrid, 1663-2664-14.
- Amaral Monteiro**, Gil de. Madrid, 10 abril 1641-2661-9.
- Andrade**, António Manso Lameira de. V. Manso Lameira de Andrade, António.
- , Francisco de. Madrid, abril 1642-2662-18.
- Angel**, Gonzalo Rodrigues. V. Rodrigues Angel, Gonzalo.
- Araujo**, Thomé Saraiva de. V. Saraiva de Araujo, Thomé.
- Arrais de Mendoza**, Antonio. Madrid, 1 septiembre 1642-2662-53.
- Atalaya**, Juan Martines de. V. Martines de Atalaya, Juan.
- Atayde Sotomayor**, Francisco. Madrid, 16 mayo 1665-2664-16.
- Bandeira**, Gregório Álvares. V. Álvares Bandeira, Gregório.
- Baracho**, Manuel Bulhões. V. Bulhões Baracho, Manuel.
- Barros**, António Botelho de. V. Botelho de Barros, António.
- , Mateo Ferreira de. V. Ferreira de Barros, Mateo.
- Biedma Carvajal**, Sancho de. Madrid, mayo 1642-2662-29.
- Biscarreta**, Juan de Fontes. V. Fontes Biscarreta, Juan de.
- Botelho de Barros**, Antonio. Madrid, 1 septiembre 1642-2662-50.
- Brito**, Esteban Sixto de. V. Sixto de Brito, Esteban.
- Britto**, Antonio de. Madrid, 6 junio 1642-2662-45.
- de Meirelles, Francisco de. 1642-2662-64.

- Bulhoes Baracho**, Manuel. Madrid, 8 noviembre 1641-2661-23.
- Bureta**, Pedro Worts e. V. Worts e Bureta, Pedro.
- Cabral**, Gaspar d'Almeida. V. Almeida Cabral, Gaspar de. — — da Camara, Jerónimo. Madrid, 13 enero 1644-2663-3.
- Caldeira de Sousa**, Pedro. Madrid, mayo 1642-2662-30.
- Calvo**, Francisco Alcantara. V. Alcantara Calvo, Francisco.
- Camara**, Jerónimo Cabral da. V. Cabral da Camara, Jerónimo.
- Carbalhal**, Bartolomé de. Madrid, abril 1642-2662-20.
- Cardoso**, Simón. Madrid, febrero 1642-2662-7.
- Carbajal**, Sancho de Biedma. V. Biedma Carbajal, Sancho de.
- Carreto de Ceballos**, Fernando. Madrid, 2 mayo 1646-2646-1.
- Castelhanos**, Antonio de. Madrid, 7 septiembre 1648-2664-7.
- Castilho**, Antonio Igual e. V. Igual e Castilho. Antonio.
- Castro**, Carlos Pereira de. V. Pereira de Castro, Carlos.
- , Francisco Pereira de. V. Pereira de Castro, Francisco.
- , Nicolás Ordonhes de. V. Ordonhes de Castro, Nicolás.
- e Estrada, Mateo Ruiz de. V. Ruiz de Castro e Estrada, Mateo.
- Cerda**, Francisco Pereira Freire de la. V. Pereira Freire de la Cerda, Francisco.
- Cevallos**, Fernando Carreto de. V. Carreto de Cevallos, Fernando.
- Coelho Osorio**, José. Madrid, 1 septiembre 1642-2661-55.
- Contreiras**, Antonio Martins. V. Martins Contreiras, Antonio.
- Costa**, Antonio Teixeira da. V. Teixeira da Costa, Antonio.
- da Silveira, Duarte da. Madrid, 17 marzo 1642-2662-5.
- e Sotomayor, Gaspar Fernandes da. V. Fernandes Costa e Sotomayor, Gaspar.
- Cunha**, Francisco de Seixas da. V. Seixas da Cunha, Francisco de.

- Cunha, Jacinto da. Madrid, 8 noviembre 1641-2661-25.
— da Veiga, Nuño da. 1641-2662-14.
Chirinos, Miguei. Madrid, 6 mayo 1642-2662-26.
Delgado, Luis Domingo. Zaragoza, 14 octubre 1642-2662-60.
Encalhadas, Salvador Thomé. V. Thomé Encalhadas, Salvador.
Espinosa, Manuel Moreno de. V. Moreno de Espinosa, Manuel.
Estrada, Mateo Ruiz de Castro e. V. Ruiz de Castro e Estrada Mateo.
Falcão, Pedro Marinho. V. Marinho Falcão, Pedro.
Faria, Fernando Roiz de. V. Roiz de Faria, Fernando.
—, Juan de. Madrid, 29 noviembre 1641-2661-27.
— da Silva, Fernando de. Madrid, 15 febrero 1667-2665-7.
Fernandes da Costa e Sotomayor, Gaspar. Madrid, 18 mayo 1666-2665-2.
Fernandez Pita, Belchor. Zaragoza, 2 octubre 1642-2662-59.
— Tinoco, Manuel. Madrid, 6 febrero 1666-2667-20.
Ferreira de Barros, Mateo. Madrid, abril 1642-2662-19. Natural de Braganca.
Figueiredo Sarmento, Francisco de. Madrid, 11 diciembre 1665-2664-19.
Figueiroa, Pedro de. Madrid, 20 julio 1657-2664-10.
Filgueira, Francisco. Madrid, abril 1642-2662-17.
Fonseca, Paulo de. Madrid, 17 marzo 1642-2662-12.
Fontes Biscarreta, Juan de. Madrid, 7 noviembre 1642-2662-62.
Frances de Teves, Luis. Madrid, 11 mayo 1642-2663-7.
Freire d'Andrade, Juan. Madrid, abril 1642-2662-21.
— de la Cerda, Francisco Pereira. V. Pereira Freire de la Cerda, Francisco.
Gama, Juan Lobo da. V. Lobo da Gama, Juan.
Gallo, Francisco. Madrid, 4 junio 1667-2665-9.
Gedes Alcaforado, Belchor. Madrid, 20 mayo 1642-2662-37.

- Gil, Jácome Olivares y. V. Olivares y Gil, Jácome.
Gomes d'Abreu e Lima, Pedro. Madrid, 4 febrero 1642-2662-1.
—— de Noronha, Juan. Madrid, 4 febrero 1642-2662-3.
Gomes Serrano, Francisco. Zaragoza, 30 septiembre 1642-2662-57.
Gonzales de la Riba Agüero, Antonio. Madrid, julio 1642-2662-49.
Gonzalez Alamo, Sebastián. Madrid, 28 abril 1659-2664-11.
Gusmão, Pedro Antonio de. Madrid, 21 julio 1665-2664-21.
Henriques Pimentel, Bernardo. Madrid, 3 octubre 1641-2661-20.
Home d'Almeida, Manuel. Madrid, 23 septiembre 1641-2661-19.
Igreya, Francisco Sánchez de. V. Sánchez de Igreya, Francisco.
Igual e Castello, Antonio. Madrid. 20 mayo 1642-2662-32.
Ladron de Guevara, Alonso Vilhegas. V. Vilhegas Ladrón de Guevara, Alonso.
Lameira d'Andrade, Antonio Manso. V. Manso Lameira d'Andrade, Antonio.
Landim Teixeira, Salvador. Madrid, mayo 1642-2662-31.
Leon, Pablo Péres de. V. Péres de Leon, Pablo.
Lima, Pedro Gómes d'Abreu e. V. Gómes d'Abreu e Lima, Pedro.
Lira, Rodrigo Troncozo de. V. Troncozo de Lira, Rodrigo.
—— Pereira, Nicolás de. Madrid, abril 1642-2662-15.
Lobo, Antonio da Silva. V. Silva Lobo, Antonio.
—— da Gama, Juan. Madrid, 17 junio 1666-2665-3.
Lucas Sanchez, Miguel de. Madrid, 13 julio 1666-2665-5.
Machado, José Roiz. V. Roiz Machado, José.
Maldonado, Antonio Pacheco. V. Pacheco Maldonado, Antonio.
——, Francisco. Madrid, junio 1642-2662-43.

Manso Lameira de Andrade, Antonio. Madrid, 17 marzo 1642-2662-11.

Marinho Falcão, Pedro. Madrid, 20 mayo 1642-2662-40.

Martines de Atalaya, Juan. Madrid, 17 marzo 1642-2662-10.

Martinez de Suazo, Antonio. Madrid, 27 julio 1665-2664-17.

Martins Contreiras, Antonio. Madrid, 25 noviembre 1662-2664-13.

Maya, Antonio da. Madrid, 17 febrero 1644-2663-4.

Mazo, Fernando de la Riva Agüero del. Riva Agüero del Mazo. Fernando de la.

Medina, Manuel de. Madrid, 17 agosto 1644-2663-10.

Meireles, Francisco de Brito de. V. Brito de Meireles, Francisco de.

Mello d'Albuquerque, Nuño de. Madrid, junio de 1642-2662-48.

Mendes de Vasconcelos. Martín. Madrid, 13 septiembre 1662-2664-12.

Mendoza, Antonio Arrais de. V. Arrais de Mendoza, Antonio.

—, Fernando Alvarado e. V. Alvarado e Mendoza, Fernando.

—, Francisco de. Madrid, 28 febrero 1646-2664-2.

—, Rodrigo da Veiga Acunha e. V. Veiga Acunha e Mendoza, Rodrigo da.

Miranda, Sebastián Salgado de. V. Salgado de Miranda. Sebastián.

—, Simón de. Madrid, 27 enero 1645-2663-9.

Montalvo, José Teixeira. V. Teixeira Montalvo, José.

Monteiro, Gil de Amaral. V. Amaral Monteiro, Gil de.

Montes, Diego Netto de. V. Netto de Montes, Diego.

Moreno de Espinosa, Manuel. Madrid, 12 septiembre 1640-2661-2.

Moscoso, Manuel Pereira de Castro y. V. Pereira de Castro y Moscoso, Manuel.

- Moura Solis**, Simón de. Madrid, 31 marzo 1648-2664-5.
Nave, Miguel Vas da. V. Vas da Nave, Miguel.
Negreiros, Blas Pinto de. V. Pinto de Negreiros, Blas.
Netto de Montes, Diego. Madrid, septiembre 1642-2662-51.
Noronha, Fernando de. 1668-2665-11.
——, Juan Gómez d'Abreu de. V. Gómez d'Abreu de Noronha, Juan.
Nuno, Diego Francisco. Madrid, junio 1642-2662-46.
——, Jacinto. Madrid, 3 julio 1641-2661-15.
Oio, Cristóbal del. Madrid. 7 enero 1645-2663-13.
Olivares, Gil Ribeiro de. V. Ribeiro de Olivares, Gil.
Olivares, y Gil, Jácome. Madrid, 16 octubre 1641-2661-6.
—— **Valcaçar**, Duarte de. 2665-4.
Oliveira, Rodrigo de. Madrid, 20 mayo 1666-2665-1.
—— **de Tavora**, Luis. Madrid, 13 mayo 1641-2661-11.
Olivenza, Gonzalo de. Madrid, junio 1642-2662-4.
Ordonhes de Castro, Nicolás. Zaragoza, 14 octubre 1642-2662-63.
Orilha, Carlos. Madrid, febrero 1642-2662-8.
Osorio, José Coelho. V. Coelho Osorio, José.
Pacheco Maldonado, Antonio. Madrid, 1 septiembre 1642-2662-54.
Padilha Alencastro, Agustín de Sande. V. Sande e Padilha Alencastro, Agustín.
Pedraza, Fernando de Plego. V. Plego Pedraza, Fernando de.
Peixoto, Manuel da Silva. V. Silva Peixoto, Manuel.
Pereira, Manuel d'Acevedo. V. Acevedo Pereira, Manuel de.
——, Nicolás de Lira. V. Lira Pereira, Nicolás de.
—— **de Castro**, Carlos. Madrid, septiembre 1642-2662-52.
—— —, Francisco. Madrid, abril 1642-2662-16.
—— — **y Moscoso**, Manuel. Madrid, julio 1643-2663-8.
—— **Freire de la Cerda**, Francisco. Madrid, abril 1642-2662-

Peres de Leon, Pablo. 1648-2664-8.

Pimentel, Antonio de Roboredo. V. Roboredo Pimentel, Antonio de.

—, Bernardo Henriques. V. Henriques Pimentel, Bernardo.

Pinheiro, Juan Alvares. V. Alvares Pinheiro, Juan.

Pinto de Negreiros, Blas. Madrid, 4 enero 1641-2661-4.

— Sedenho, Diego. Madrid, 22 junio 1642-2662-58.

Pita, Belchor Fernández. V. Fernández Pita, Belchor.

Plego Pedraza, Fernando de. Madrid, 6 mayo 1642-2662-25.

Plus Ultra, Manuel de. Madrid, mayo 1642-2662-23.

Ravasco, Roque da Silva. V. Silva Ravasco, Roque da.

Rego, Antonio da Silva do. V. Silva do Rego, Antonio da.

Ribeiro, Lázaro. Madrid, mayo 1642-2662-44.

— de Olivares, Gil. Madrid, 16 octubre 1691-2661-12.

— Salazar, Antonio, Madrid, 20 mayo 1642-2662-39.

Riva Agüero del Mazo, Fernando de la. Madrid, 27 septiembre 1645-2663-15.

Roboredo Pimentel, Antonio de. Madrid, 20 mayo 1642-2662-35.

Rodrigues Angel, Gonzalo, 1641-2661-5.

— de Sousa, Luis. Madrid, 27 agosto 1641-2661-18.

Roiz de Faria, Fernando, Madrid, 27 abril 1664-2663-6.

— Machado, José. Madrid, febrero 1664-2663-1.

Ruiz de Castro e Estrada, Mateo. Madrid, 31 mayo 1642-2662-42.

Salazar, Antonio Ribeiro. V. Ribeiro Salazar, Antonio.

Salgado de Miranda, Sebastián. Madrid, 23 julio 1641-2661-16.

Sanchez, Miguel de Lucas. V. Lucas Sanchez, Miguel de.

— de Igreya, Francisco. Madrid, 6 mayo 1642-2662-27.

Sande e Padilha Alencastro, Agustín de. Marqués de Valde-fuentes y de Sardoal. Conde Mejorada. Madrid, 19 junio 1651-2664-9.

Saraua de Araujo, Thomé. Madrid, 20 mayo 1642-2266-38.

Sardoal, Marqués de. V. Alencastre, Alonso de.

Sarmiento, Francisco de Figueiredo. V. Figueiredo Sarmiento, Francisco de.

Sedinho, Diego Pinto. V. Pinto Sedinho, Diego.

Seixas da Cunha, Francisco de. Madrid, 13 abril 1644-2663-2.

Serrano, Francisco Gómez. V. Gómez Serrano, Francisco.

Silva, Fernando Faria da. V. Faria da Silva, Fernando.

—, Jerónimo da. Madrid, febrero 1642-2662-6.

—, Juan Rafael da. Madrid, 8 noviembre 1645-2663-16.

— Lobo, Antonio da. Madrid, 23 julio 1641-2661-17.

— Peixoto, Manuel da. Madrid, 6 mayo 1642-2662-24.

— Ravasco, Roque da. Madrid, 5 mayo 1667-2665-8.

— do Rego, Antonio da. Madrid, 8 abril 1642-2662-13.

Silveira, Duarte da Costa da. V. Costa da Silveira, Duarte da.

—, Juan da. Madrid, 23 julio 1641-2661-1.

Sixto de Brito, Esteban. Madrid, mayo 1642-2662-33.

Soares, Antonio. Madrid, 17 junio 1641-2661-13.

—, Benito d'Abreu. V. Abreu Soares, Benito de.

—, Juan Alvares. V. Alvares Soares, Juan.

— da Cunha, Andrés. Madrid, 2 agosto 1645-2663-14.

Solis, Jorge. Madrid, junio 1662-2662-34.

—, Sebastián de. Madrid, 31 marzo 1648-2664-6.

—, Simón de Moura. V. Moura Solis, Simón de.

Sotomayor, Antonio de. Madrid, 10 julio 1641-2661-14.

—, Antonio Varella de. V. Varella de Sotomayor, Antonio.

—, Francisco Atayde. V. Atayde Sotomayor, Francisco.

—, Gaspar Fernández da Costa e. V. Fernández da Costa e Sotomayor, Gaspar.

—, Juan. Madrid, 11 diciembre 1666-2665-6.

Sousa, Francisco de. Madrid, mayo 1642-2662-41.

—, Juan de. Madrid, 16 octubre 1641-2661-22.

—, Luis Rodrigues de. V. Rodrigues de Sousa, Luis.

- Sousa, Pedro Caldeira de. V. Caldeira de Sousa, Pedro.
Suazo, Antonio Martinez de. V. Martinez de Suazo, Antonio.
Tavora, Luis de Oliveira de. V. Oliveira de Tavora, Luis de.
Teixeira, Salvador Landim. V. Landim Teixeira, Salvador.
—— da Costa, Antonio. Madrid, 18 marzo 1641-2661-8.
—— Montalvo, José. Madrid, 11 marzo 1641-2661-7.
Teves, Luis Francés de. V. Francés de Teves, Luis.
Thove Encalhadas, Salvador. Madrid, 24 enero 1641-2661-3.
Tinoco, Manuel Fernandez. V. Fernandez Tinoco, Manuel.
Torres, José de. Madrid, 17 febrero 1645-2663-12.
Troncozo de Lira, Rodrigo. Madrid, octubre 1641-2661-21.
Valcaçar, Duarte de Olivares. V. Olivares Valcaçar, Duarte.
Valdefuentes, Marqués de. V. Sande e Padilha, Alencastro, Agustín.
Valhe, Alvaro del. 1642-2662-2.
Varella de Sotomayor, Antonio. Madrid, 22 diciembre 1642-2662-65.
Vas da Nave, Miguel. Madrid, 7 noviembre 1641-2662-61.
Vasconcelos, Martín Mendes de. V. Mendes de Vasconcelos, Martín.
Veiga, Nuño da Cunha da. V. Cunha da Veiga, Nuño da.
—— Acunha e Mendoza, Rodrigo da. Madrid, 1 septiembre 1665-2664-18.
Vilhegas Ladron de Guevara, Alonso. Madrid, 13 mayo 1641-2661-20.
Villaforte, Manuel de. Madrid, 4 mayo 1644-2663-5.
Worts e Bureta, Pedro. Madrid, 6 junio 1667-2665-10.

HISTÓRIA DA LUSITÂNIA E DOS POVOS QUE, PRIMITIVAMENTE HABITARAM A PENÍNSULA IBÉRICA (1)

III. Eodem tempore Bibli contra Gommadem, qui prædo maritimus magnas iis intulerat injurias, naves emisérunt, præcipue eam, cin vaccæ erat nomen.

Cum vero Gommades naves suas e regione montium Cittiensium in ancoris teneret, Jitras cum classe advenit et eum cum ducentis Bybliis e centum mercenariis est aggressus, multosque reprehendit.

Gommadi autem comitum nonnulli ex navibus in montes confungere, sed Cittiensibus auxiliantibus, ipse Gommades

III. Pelo mesmo tempo armou-se uma frota de guerra de Bíblios contra Gómades que lhe tinha causado grandes perdas no mar como pirata, especialmente por intermédio duma nau cujo nome era Vacca.

Mas como Gómades fundeára com as suas naus nas proximidades dos montes Cittiensenses, Jitras com uma armada desenvolveu na sua frente os preparativos para o combater, atacou-as com duzentos Bíblios e cem mercenários estrangeiros e fêz muitos dos piratas prisioneiros.

Entretanto Gómades e alguns dos piratas que tinham escapado ao morticínio, fugiram dos navios e foram refugiar-se nos montes, mas os Citienses vieram como auxiliares

(1) Cont. do n.º 1, pág. 45.

sicut et qui enim secuti erant, capti ac postridie capite privati sunt.

Quod bellum hoc modo ortum est.

Gommades, vir divitissimus ad Tengæorum se contulerat regem, qui summus eum ornavit honoribus.

Cum vero Arádios Bybliosque contemneret, mercator quidam Byblius, proxime astanem impellendo, Gommademque præteremteur digito demonstrando jam quidem, inquit, homo iste superbus est omnesque conternint.

Olim vero in nostra urbe servus, etsi multis affectus verberibus, ne multivit quidem.

Quæ verba male interpretatus, Byblío insidias paravit Gommades, et cum ille effugisset, classem armavit omnesque, quos invenit, Byblios trucidavit, navesque intercepit.

ao encontro de Jitras e aprisionaram o mesmo Gómades assim como os que o tinham seguido e dentro em pouco, cortaram-lhes a cabeça.

Porque aquela guerra teve outra origem.

Gómades homem riquíssimo aliou-se com o rei dos Tangerinos, que por sua vez, lhe concedeu grandes honras em troca de muitas somas de dinheiro.

Como contendeu, porém, com os Arádios e Bíblios, certo mercador que estava próximo d'ele, tocou-lhe com a ponteira duma lança e apontou com o dedo aos circunstantes, Gómades, dizendo-lhe, este homem é muito audáz em contender com todos.

Outrora era escravo na nossa cidade e pôsto que fôsse vexado por muitos dos nossos por meio de palavras, nunca ninguém lhe ouviu um remoço.

Cujas palavras foram consideradas como insidiosas por Gómades, que aproveitou este lance para armar uma cilada ao Bíblio; como ele escapasse a esta pela fuga, armou uma frota a de então em diante, todos os que avistou na sua frente

Ad Cittium vero a Bybliis victus est.

IV. Ii autem, penes quos tum temporis Sidoniorum erat imperium exiguae erant potestatis.

Asmunius octo regnaverat annos, cum Basanus obiit.

Post Basani vero mortem Asmunius novem insuper et triginta regnabat annos, ita ut omnino per annos quadraginta septem esset rex.

Qui cum mortuus esset, Cybozus, Asmunini filius, Sidoniorum imperium suscepit.

Hic est interfectus in praelio contra Tyrios, postquam regnaverat annos unum et triginta.

Nasucum vero, Asmunini filium Sidonii primorum urbe ejecerunt; et ille sese in montes contulit, leonesque, quorum ibi erat multitudo, venatus est.

Tempore vero praeterlapso Sidonii, a Tyriis pulsi atque

e pertenciam ao país dos Bíblios matou e capturou os seus navios.

Mas, vencido por fim pelos Bíblios, junto a Citio, justificaram-no.

IV. Os Bíblios, porém, que por sua vez, estavam ao tempo de que se trata sob o poder dos Sidónios, gozavam de fracas forças.

Asmúnios como Básano morreu, governava o país dos Sidónios havia 8 anos.

Ora sobre a morte de Básano haviam decorrido 39 anos, pelo que, ao todo, Asmunios era rei há 47.

Ao qual, como ao fim dêste tempo tivesse morrido, Cibozo, filho de Asmunios, sucedeu no govêrno dos Sidónios, como primogénito.

Êste foi assassinado num combate contra os Tírios depois que havia reinado 31 anos entre os Sidónios.

Nasuco, porém, filho de Asmúnios, a quem, os Sidónios foram dos primeiros a expulsá-lo da cidade, vagueava pelos

adduete in angustias, Nasucum imperatorem crearunt, quo duce hostes vicerunt terra marique, ac Tyrios et Berytios veetigales sibi fecerunt.

Ascalonitas vero com obsiderat, lapide vulneratus in porta obiit post regnum octo annorum.

Interfectum vero Sidonei in nave in suum transtulerunt portum ibique eum regia veste inductum atque impositum in curru vexerunt in regnem sepulcrum, virginibus anteceden-
tibus atque elegiam canentibus «defleátis ó viri Sidonii, virtute omnibus prætantem! deplorétes ó virgines pulcherrimum!»

Nasucus enim mortuus est, florentissimus rex, obiit Tyriorum victor.

montes próximos e entregou-se depois à caça dos leões, de que havia grande profusão nesse lugar.

Decorrido todavia bastante tempo os Sidónios obsidiados pelos Tírios tinham-se visto em apertos para eleger um chefe, pelo que sabedores da grande perícia de Nasúco, escolheram-no para rei e nomearam-no comandante em chefe das tropas de terra e mar, o qual começou por fazer tributários os Tírios e Béritos.

Como os Ascalónitas pusessem cêrco à cidade, Nasuco foi ferido com uma pedra às portas da sua capital, e morreu depois dum reinado de 8 anos.

Uma vez morto o rei, foi transportado pelos Sidónios para bôrdo dum barco surto no pôrto e aqui revestido das suas insígnias reais; depois colocaram-no num coche donde foi levado para o sepulcro régio e sepultado ao som de canções funéreas, cantadas por donzelas carpideiras: deplorai oh! mancebos de Sidon o cidadão prestante, ornamento de grandes virtudes cívicas! choraie ó virgens formosas, o vosso corifeu!

Porque Nasúco, rei florescentíssimo está morto! Morreu o vencedor dos Tírios!

Non erat effeminatus, ut regnum filii, nec magni fecit carmina, quæ in arcibus reguum cani solent.

Sed militum gaudebatur clamore, leonemque de rugitu lætabatur.

Quis vestrum flaves etsi mortuæ leona oculos sustinere potest.

Sed fortem illum fugere pantheræ et dormivit in cubilibus leonum Nasucus.

Jam vero bellorum victor lapidis ictu e muro interfectus et leonum dormitorem necavit puer.

V. Post hæc Cislontem regem crearunt Sidoniis, Nasuci filium, qui quadraginta novem annos regnabat, classemque emisit magnam, quæ in vicinitate Tartessiorum conderet coloniam, unde cum ejus regionis incolis facerent mercaturam, qua re in Tartessiorum oppido Sidoni erant prohibiti.

Não era fraco, como filho de rei, nem deixou grandes obras, pelas quais é costume serem celebrados os reis à beira da campa!

Mas os soldados alegravam-se ao vê-lo e folgavam com êle ao ouvirem o rugido do leão!

Qual de vós sustentarieis apenas com o olhar, os olhos fulvos da leôa, já ferida de morte?

Quem, como êle Nasuco, se julgaria com fôrça para pôr em fuga as panteras, para adormecer o leão na caverna?

Agora, porém, o homem que venceu os povos na guerra, foi vencido pela pedrada mortal que lhe arremeçou uma creança junto às muralhas da cidade e os leões nunca mais serão incomodados no seu pesado sono!

V. Morto Nasúco, os Sidónios aclamaram rei Cislonte, filho primogénito do falecido, o qual reinou durante 49 anos e organizou uma grande armada, que êle mandou a Tartesso a-fim-de fundar uma colónia na vizinhança da cidade para

Tartessiorum vero rex coloniam expugnavit Sidoniosque quos Captivos fecerat, in barbarorum regiones servos vendidit.

Classem etiam in insulas misit, Sidoniorumque in Tenga atque in Ersiphonia colonias devastavit et magnam cum præda Tartessum rediit.

Ex illo rude tempore Sidonii in Tengam et Ersiphoniam navigare non ansi sunt, cum periculum esset a prædonibus, qui in ille exstiterunt regione, et a classe Tartessiorum, quæ in illis tractibus maris vagabatur.

VI. Hoc tempore Dotreps Calylopera Onacynorum regem civitate ejecit, regnoque potitus est.

fazer negócio com os seus habitantes, visto que na própria povoação não consentiam aos mercadores fazê-lo.

Mas o rei dos Tartéssios expulsou os Sidónios da cidade e fez prisioneiros os colonos, que vendeu em seguida aos bárbaros das regiões circunvizinhas.

Mandou também uma frota às ilhas, devastou as colónias dos Sidónios em Tenga e Ersifónia e trouxe grandes reféns para Tartesso.

Outra vez que a frota dos Sidónios foi mandada pelo rei às mesmas paragens para restituir as colónias de Tenga e Ersifónia aos seus antigos possuidores, as quais haviam sido devastadas em grande parte pelas piratarías dos habitantes de Tartesso, aquela viu-se em perigo. Aos Sidónios que até essa época eram senhores de navegar pelos mares que banham as costas das duas supracitadas colónias e últimamente não mais lhes fôra permitido fazê-lo por causa do perigo das depredações dos seus naturais que infestavam em grande bando a região marítima subjacente, foi-lhes agora interdito enviar as suas frotas mercantes a comerciar como desde há muito era costume, nas suas navegações pelos ditos mares, conforme seus contratos.

Calylopo vero ad Judacos confugit in Idumæum ibique, diu morabatur; quam ob rem discordia est orta inter Onácynos et Judaeos.

Paullo post igitur, cum judaeiumenta pastum agerent in pascua salinarum, Onacyni et Omlacyni noctu eos agressi, pastores interfecerunt, armenta vero in oppidum egerunt.

Quo nisus successu, totam Idumæam Dotreps sibi subjicere studiit et Ismilyman cum exercitu emisit, qui Omlacynis adjuventibus, Judaeos vicit.

Omlacyni post praelium commissum cum magno praedo redierunt in suum agrum, Onacyni vero Judaeos persecuti sunt.

Postridie vero praelium renovantes Judaei multos hostes

VI. Por aquele tempo a cidade aclamou rei dos Onácinos a Dotreps que se apoderou do reino e lançou fora dêle, Calilope, seu monarca.

Calilope, porém, refugiou-se entre os Judeus, na Idumea, e passou a residir entre êles; por causa disto travou-se uma discórdia entre Onácinos e Judeus.

Pouco depois, como resultado dos factos passados, os rebanhos dos Judeus foram levados a pastar nas regiões salinas e os Onácinos e Omlácinos, sabedores disto, assaltaram-nos durante a noite, assassinaram-nos e conduziram os rebanhos para dentro dos muros da cidade.

Em resultado desta empresa, tôda a Idumea foi submetida à autoridade de Dotreps e Imilimas foi, por sua vez enviado com um exército em auxílio dos Onlácinos que venceram os Judeus.

Os Omlácinos após uma renhida peleja em que houve grande saque, voltaram para os seus acampamentos, mas os Judeus ligados aos Onácinos perseguiram-nos e puseram-nos em fuga.

No dia seguinte, porém, os Judeus continuaram o com-

trucidarunt, Ismylimam autem ipsum comprehenderunt vivum; hunc adduci jusserunt Judaeorum duces et caseum recentem pauenque furfurum ei præbuerunt nudoque vestem.

Ille vero ait, sese nec tali cibo, nec tali vestimento assuetam esse: vestibus enim purpureis se usum fuisse.

Tum vero natu inter duces inquit maximus, nostrum panem insipidum esse dixisti, vetesque nostra incontas; quid igitur suniturus ad nos veniste?

Quod cum locutus esse, Ismilymam ad mortem duxit.

Post hanc Judæi et Somyræi diu bellum gerebant cum Onacynis et Omlacynis et Ceratis; Ceratorum vero arcibus potiri, non poterant.

Somyræi in Batamiam descenderunt, quæ regio etiam

bate, mataram muitos inimigos e apanharam vivo o próprio Ismilimas; êste foi levado pelos príncipes Judeus adiante de si e como êle estava nu e tinha fome, deram-lhe um manto para se cobrir e pão de cevada e queijo para seu sustento.

Mas êle disse-lhes, que, nem tal alimento nem tal vestimenta eram compatíveis com a sua pessoa, porque a única cobertura de que deveria fazer uso, era a púrpura e o alimento que lhe davam, era escasso.

Então, um dos maiores chefes dentre êles respondeu-lhe: o nosso pão não é gostoso e as nossas vestes estão rôtas, disses-te? Porque foi, então, que te deixaste prender?!

O que findas estas palavras, deram a morte a Ismilimas.

Depois disto, os Judeus e Sómiros declararam por muito tempo guerra aos Onácinos, Omlácinos e Cerátos; não puderam entretanto apoderar-se das fortalezas.

Os Sómiros entraram em Bazan, na região da qual se cultiva a árvore balsâmica; mas a que é de baixo preço cria-se em Nébite como se teve conhecimento em Tiro, no

balsamum gignit, quod autem eo vilius est, quod procreat Nebite, quam Tyro reversus Cidmon a Bybliis datam accepit.

Nebitæi enim montes balsamo gignemt abundantiam, triticum autem multum in vicis exstitit.

Post mortem vero Cidmonis Nebite et pagi sunt in ditione Agmenis, Cusabi primogenito.

VII. Onacynorum igitur regione Judæi erant potiti; ager vero Mobæorum et Omlacynorum et Batanæorum in ditione Somyræorum erat, quibus multas erant armenta.

Quæ cum Batanæi appet erant, Mobæis misere legatos de Somyræis expellendis ac diripiendis, polliciti, si ii, qui degerent in Batanæa Somyræi, bellandi caussa abierint, sese assalas ligneis in Jordanem flumen injecturos esse, quæ Somyræos abiisse significarent et Mobæos advenerant, ut copiis junctis eo facilius eos devicerent, qui domi remanserint.

regresso dos Bíblios que fizeram por êsse tempo, um presente de bálsamo a Cidmon.

Na verdade, os montes de Nébite produzem bálsamo em abundância; muito trigo também existe nas suas vertentes.

Mas depois da morte de Cidmon, a cidade de Nébite ficou em poder de Agmen, filho primogénito de Kusábas.

VII. Em consequência disto, na região dos Onácinos, os Judeus eram poderosos. O campo, porém, dos Moábitas, Omlácinos e do país de Bazan estava na posse dos Sómiros, a quem pertenciam muitos rebanhos.

Como estes rebanhos eram apetecidos pelos habitantes do país de Bazan, mandaram embaixadores aos Moábitas com poderes para, por meio de contrato escrito, se unirem e logo que os Sómiros se ausentassem do país por causa da guerra que sustentavam a-fim-de submeter o território que fica a leste do rio Jordão por meio das suas linhas de ataque, lho dessem a saber e empregassem os seus bons officios

Somyræi, igitur cum in aliam regionem aliquando irrumperent, Mobæque assulas in flumine natantes animadvertunt quam celerrime cum exercitu in Batanæam profectisunt, trucidatisque relictis magnam fecerunt prædem abgeruntque boves, pecora ovillia et greges caprinos.

Qui autem in Mobacis erant Somyræi, qui fratibus accederat, cum audiverunt, primo fugerunt incompositi; sed paullo post reversi Mobæis vicerunt, omnesque interfecerunt; Batanæorum vero montes in suam potestatem redigere, non poterant.

Lacun igitur asphaltitem circum habitabant Somyras in eo tractu, qui est Orientem versus Judæi vero versus Occidentem.

para que as tropas reunidas dos dois países, mais facilmente atacassem os que tinham ficado de guarnição em Bazan.

Assim pois, apenas alguns Sómiros irrompessem na dita região e os Móabitas notassem a presença das suas jangadas a encaminhar-se ao longo do rio para a margem de lá, êles acorressem com o seu exército rapidamente e se pusessem em marcha para Bazan, matassem os que tinham ficado na cidade, fizessem grande saque e levassem consigo os bois, rebanhos de ovelhas e cabras.

Mas assim que se divulgou o boato de que os Sómiros tinham voltado da guerra, e que estes povos souberam que os Móabitas, seus irmãos doutrora, estavam entre os seus inimigos, fugiram ao princípio em grande pânico; pouco depois de refeitos, voltaram sob os seus passos, venceram os Moábitas e mataram todos os prisioneiros; não puderam, entretanto, reduzir à impotência os Bataneus que se refugiaram nas montanhas.

Em consequência disto, o território que os Sómiros habitavam, estendia-se à volta do lago Asphaltite (Mar Morto),

Post etiam Caræorum regulos et mediterraneæ regionis principes vicerunt, omnesque huic tractum sui facere ditioni.

Eorum autem, quæ ad mare sitæ sunt, urbem, multa potiti sunt.

VIII. Caræorum autem urbe, a Somyræis expugnata, atque Atymos rege interfecto, Sidonii cum Tyriis et Bybliis atque Aradiis et Berytiis montiusque incolis foedus ad Somyræos, si forte incursionem facere conarentur repellentes fecerunt, ducemque creaverunt Cislontem Sidonium.

Sidonem igitur partem ratam misere Sidonii quinque militum millia, Tyrii duo millia, Byblij mille et ducentos, Aradii et Berytii octingentos et mille, omnino decem millia, qui in montem profisciscerentur et in Maryngura vico castra penerent.

cuja posição ficava ao Oriente, ao passo que os Judeus ficavam ao Ocidente.

Depois também o rei dos Cários e pequenos principados das regiões mediterrâneas e todos os territórios adjacentes lhes ficaram pertencendo por conquista.

Mas ficaram sem nenhum poder sobre as cidades situadas na zona vizinha ao mar.

VIII. Ora os Sidónios, Tírios, Bíblios, Arádios e Béritos e habitantes dos montes foram todos em massa fazer uma sortida à cidade dos Cários (que havia sido tomada de assalto pelos Sómiros e tinha visto morto Atimos seu rei) por causa do hediondo feito dos ditos povos que aqueles por fim puderam repelir; para tal empresa nomearam chefe, Cislonte, rei dos Sidónios.

E tomaram, pois, parte neste combate uma armada de 5.000 Sidónios, 2.000 Tírios, 1.200 Bíblios, 800.000 Arádios e Béritos, e, pelo menos 10.000 camponeses, habitantes das suas montanhas, e que, por sua vez, ocuparam militarmente Monygura.

Tantam in monte exercitum esse, Somyraei, cum audirent incursionibus abstinebant.

IX. Cislonte mortuo, Ratops Cislontis Sidoniis imperavit duo et sexaginta annos.

Interregnum, vero, quod apud Byblios diu exstiteret, finivit atque Odam iis misit regem.

Urbe enim Básano expulsi, Byblii per annos duo et triginta e centum rege carebant animos que benevolo Odam receperunt, penes quas quadraginta annos erat regnum.

Postea Tolomon Odæ filius rex erat quadraginta duo annos.

Illis temporibus diu pacem servabant inter se urbium reges.

Post vero Ratopem Jacylbas Sidoniis imperabat Ratopis filius annos octo et quadraginta.

Logo que os Sómiros souberam que o exército de ocupação era mui forte, abstiveram-se de invadir o país.

IX. Por morte de Cislonte, sucedeu-lhe no trôno dos Sidónios, Ratops, filho do primeiro, o qual governou o país durante 62 anos.

Mas um interregno que subsistiu por muito tempo entre os Bíblios acabou com a subida ao trôno do rei Odam que os Sidónios lhe mandaram.

Pór consequência quando Básano foi expulso da cidade, os Bíblios havia já 232 anos que estavam privados dum rei e aceitaram com benévolo agrado Odam que governou neste país durante 40 anos.

Depois foi rei Tolomon, filho de Odam, o qual governou no país dos Bíblios, 42 anos.

Por aqueles tempos, os reis conservavam-se em paz uns com os outros nas suas cidades por muitos anos seguidos.

Depois de Ratops, imperou entre os Sidónios, Jacilbas, filho do primeiro, 48 anos.

Tolomon mortis Anaphiet in urbe Bybliorum regnabat anos viginti sex.

Huic erat Mancipium qui Sybnas appelabatur (Sybnam enim Bybliis dicunt Mancipium), quem adoptavit Anophiet qui sine liberis erat et Amophalo mortuo, Bybliis illum crearunt regum; penes hinc imperium erat viginti septem annos.

Jacylbas vero duos habebat filios, natu majorem Petam, Barcam autem minorem natu, quorum Petas post mortem patris Sidoniis imperabat unde triginta annos.

Barcas autem prius apud fratrem degebat.

Cum vero Sybnas obisset, Barcam Bybliis misit regem Potas.

Barcas triginta tres annos regnabat.

Hoc tempore Amathæi miserant in eam, quæ Orientem versus est, planitiem colonos, quorum dux vir exstitit octo

Pela morte de Tolomon, Anofos viveu e reinou na cidade dos Bíblios, 26 anos.

Aqui viveu um emancipado (como entre os Bíblios é costume dizer-se) que se chamava Sibnas em língua dos ditos Bíblios, a quem Anofos adoptou, e que sendo livre e após a morte de seu pai adoptivo, os mesmos povos aclamaram rei; Sibnas governou neste país, 27 anos.

Jacilbas, porém, deixou dois filhos, o mais velho dos quais de nome Petas, o mais novo Barcas. Petas, após a morte de seu pai, governou entre os Sidónios, 31 anos.

Barcas viveu, nos primeiros anos em companhia de seu irmão.

Como porém Sibnas morresse, Petas mandou aos Bíblios Barcas a-fim-de ser aclamado rei.

Barcas reinou 33 anos.

Por aquele tempo os Hemateus mandaram para a planície que fica virada para o Oriente, colonos, o governador dos quais tinha 8 pés de altura; estes colonos avançaram

cubitalis, qui in montes Armeniæ progressus, totam regionem sui dictionis fecit.

Eosdem montes incolebant vátis advenæ et indigenis et colonis culti.

Omni his aperta esse et ne maxima absconditam quidem iis celeri posse cum audiret Barcas cui virgo Nebrana pulcherrima, sed quotidies vino inebriata, sin vero minus, ægrota, neque ille ejus mediam posset invenire, ad vates illos jussit scribam profisci, ut quareret ab iis, quo remedio morbi novo ujus et inaudite deberet uti.

Illi vinum dixerunt esse liquorem viris saluberrimum facilemque concocto.

até os montes da Arménia e tomaram posse de tôda a região circunjacente.

Nos mesmos montes habitavam oráculos de fora do país e que se entregavam à cultura da terra, e ensinavam ao mesmo tempo, tanto os indígenas como os colonos, no mesmo ramo.

A região de que se trata, era então uma região inteiramente sem abrigo e na sua maior parte misteriosa, mas o certo é que Barcas como soube ser possível nela estar oculta a virgem Nebrana, donzela formosíssima de quem êle queria fazer sua mulher, mas, que se embriagava todos os dias (a-fim-de não ficar doente) com vinho naquela região produzido sem que Barcas nem o seu médico pudessem descobrir a causa disso; mandou, portanto, que um escrivão da sua côrte fôsse ao local onde viviam os oráculos a-fim-de se lhe queixar da sua pouca sorte e saber por eles que remédio haveria para aquela doença, nova e desconhecida, mais em uso de aplicar-se.

Os oráculos disseram-lhe ser um vinho ou licor salubérrimo de longa vida que aos homens torna fácil a digestão.

Vir autem domini rediens uxorenque opprimens inebriatam facillime ad sanitatem eam perduceret ligno quopiam mulierem verberanda.

Quod cum regi retulit responsum scriba, Nebrana jam obieret supra modum inebirata.

X. Post mortem vero Petæ Sidoniorum regnum sex et triginta annos penes Obdocernum erat, Petæ filium, qui Barca mortuo Bybliis regem misit Petimacin fratrem quinquaginta annos regnabat.

Oculis autem cum caperetur Obdocernum domiorum imperium Mohæ filio tradidit qui quadraginta duo regnabat annos.

Postea Jocanus regnum tenebat duo de viginti annos Poti-

Ora o escrivão voltou para quem o tinha mandado lá e contou que o homem vai para casa embriagado e oprime a mulher que facilmente se doma ao jugo, mas o marido levado pela embriaguês perde a saúde que o licor lhe dera porque bate na mulher ao mesmo tempo que a insulta com expressões grosseiras.

O certo é que, ainda o escrivão não tinha chegado ao seu destino com a resposta dos oráculos, já Nebrana havia despertado da sua estranha embriaguez.

X. Havia 36 anos já após a morte de Petas, rei dos Sidónios, que Obdoceno, filho daquele, fôra mandado aos Bíblios para ser elevado ao trôno por morte de Barcas, o qual, por sua vez, havia nomeado rei dos ditos Bíblios, Petimaco, seu irmão, que reinou 50 anos.

Mas Obdoceno como tivesse perdido a vista, abdicou a favor de Moáb, seu filho, o reino dos Sidónios, o qual conservou por 42 anos.

Eram passados 22 anos que Jónacos habitava o país dos Bíblios, quando um homem persuadiu Petimaco, já decrepito, a entregar o govêrno ao filho de seu irmão Obdas.

maciquem viribus emisque defecto, ut Odbæ fratris imperium Bybliorum traderat persuavit.

Obdas autem septem et viginti annos rex erat.

Post Jonaci mortem Soromolcas Jonaci filius Sidoniis imperabat triginta duo annos.

Post Obdam regnabat undecim annos ejus filius Colbas, quem etiam, quia versus fecit suavissimos Macron Matacin appellant.

Post hunc Bybliorum fuit regnum penes Gersonem sex annos; penes Misaronem triginta octo; penes Jorbam quadraginta; penes Balmacorotem sex et triginta; penes Detaneum unum et quadraginta; penes Atlantem viginti sex; penes Labdibam unus et quadraginta; penes Asdrubum quinque; penes Simatotem unde viginti annos.

Post hæc vero Adoniblas crearum Bybliorum rex.

Attamen Sidoniorum deinceps imperium post Soromolcam tenebant Menrumus, Dobroguies, Cador et Mollica annos omnino centum.

Êste governou no país 27 anos.

Depois da morte de Jónacos, Soromolcas filho primogénito, reinou entre os Sidónios, 32 anos.

Depois de Obdas, seu filho Colbas, reinou 11 anos entre os Biblios; êste fazia versos suavíssimos pelo que lhe chamavam Macroa Matacin.

Depois desta foi rei dos Biblios por sua vez Gersão, 6 anos; em seguida Misarão 38 anos; em seguida Jorbas 40; Balmacorote 36; Octanea 41; Atlante 26; Labdibas 41; Asdubras 5 e por fim Simaronte 21 anos.

Depois de Simaronte, aclamaram rei dos Biblios, Adoniblas.

Agora, segue-se um período de cem anos, durante o qual o reino dos Sidónios esteve nas mãos de Soromoleas além de Menrumos, Dobregas, Cador e Molbicas.

Godylcarus autem Melioci filius regnabat quadraginta tres annos.

Quo mortuo summum Phœnices imperium ad Tyrios delatum est.

Finis liber sextus

Ao depois Godilcaro, filho de Molbicas, reinou 43 anos entre os Sidónios.

Pela morte de Godilcaro, o poder passou definitivamente para os Tírios.

Fim do livro sexto

(Continua).

CARLOS AUGUSTO DA SILVA E OLIVEIRA.

ALEXANDRE HERCULANO, GARRETT,
CASTILHO⁽¹⁾

ESTUDO COMPARATIVO

Não tem intuito de fazer aqui um estirado artigo crítico, sobre êstes três *Pontífices Máximos* da literatura pátria, quem ao pé deles se considera apenas um obscuro e apagado diácono. E menos ainda que apagado diácono... *ínfimo sacrista*.

Acêrca dêstes grandes autores, já também muito grandes e belas cousas se têm dito e redito sobre a sua arte, a sua prosódia, a sua sintaxe, e até mesmo a sua ortografia — e continuarão sempre a dizer-se e a redizer-se, pelos séculos longínquos em fora — sem que jãmais os críticos desfaleçam, porque os críticos, louvado seja o todo Poderoso! jãmais desfalecem...

Os autores morrem, mas os críticos ficam sempre. São os companheiros fiéis dos mortos como os vermes, os chorões, os ciprestes. Como os vermes roem-nos: como os chorões pranteiam-nos: como ciprestes abrigam paternalmente as tumbas dos grandes homens, e apontam aos seus zoilos o infinito.

Façamos portanto também, por um curtinho espaço de tempo apenas, o papel simpático do cipreste. Abriguemo-los da chuva das asneiras dos seus censores, ou se quiserem dos seus roedores, e apontemos-lhe também para o infinito

(¹) Vid. nota de pág. 18.

céu, como a dizer-lhes parabòlicamente que êle não é só um *chalet olímpico* para os senhores Calinos.

Castilho, Herculano, Garrett, têm três grandes laços virtuais que os unem, que os identificam, e que os engrandecem e solenizam.

É o terem todos cultivado a sublime arte da *doirada palavra*, a Poesia: o terem todos a heróica e solidária aspiração da Liberdade: é o de haverem também sabido todos três falar à grande alma do povo. Garrett cantou, desenterrou, e até mesmo caiu e renovou as mais poéticas lendas portuguesas. Castilho tracejou vários bosquejos históricos e foi o primeiro evangelista português da leitura fácil para os pequenitos. Herculano burilou, com delicada mão de mestre ourives antigo, as mais impressionantes lendas arcaicas nas *Lendas e Narrativas*, e foi também êle na *Historia de Portugal* o primeiro português plumitivo, que soube fazer a história das comunas municipais, com mestria, erudição e *alma*.

Êste foi mesmo para a história das nossas franquias municipais o que João de Barros foi para a dramática crónica das nossas epopeias marítimas.

Se nas vetustas crónicas poentas de João de Barros, o leitor entusiasmado segue com o espírito estarrecido e surpreso o curso das velhas galeras heróicas, ao sôpro rijo dos aquilões nas brancas velas latinas: se êle admira extáctico a bizzarria audaciosa do *aventureiro homem do mar*, descobrindo novas paragens, novos céus, novas estrêlas: se êle se detém muitas vezes, por uma corrente simpática, a contemplar em sonho o infinito do espaço líquido e estrelado: se mesmo deixando de parte preocupações de egoísmo pátrio, êle não pode deixar de interessar-se pela odisseia audaz do mareante heróico e trigueiro do Meio Dia, cruzando impávido as ondas, afrontando os granizos e os raios, ou cuspidando desdenhoso nos vagalhões, e na espumosa salsugem

das marés, muito mais com certeza fica orgulhoso e enternecido, quando encontra na história das comunas municipais a simpática alma do *irmão plebeu*, destruindo com tôdas as fôrças o velho edifício bárbaro do senhor medieval, (o *castelo roqueiro*, e tratando de desaterrar de cima da sua cabeça ativa de escravo fôrro todo o *humus* tenebroso e opáco da vil gleba, a que o pretendiam perpétuamente amarrar como uma árvore, uma barroca, uma baliza, uma pedreira.

A narrativa dêste esforço foi o trabalho hercúleo de Herculano na sua História. Ora creiam que será eternamente irresistível a atracção do homem que lê e medita pelo seu irmão contemporâneo, ancestral, ou prè-histórico, que talha a primeira hacha de pedra nas cavernas antigas para se libertar das feras, ou que atira a primeira bireme, náu ou caravela, numa praia da Grécia, da Fenícia, de Tiro, de Cartago ou do Restelo, para açoitar e castigar os mares, ou afrontar aguerridamente, cabelos esguedelhados às ventanias, as peripécias nebulosas do seu destino.

Se o filósofo pode considerar mesquinho e estreito o egoísmo pátrio, todo o homem de energia e acção simpatiza espontâneamente com o espírito aventureiro e audaz, que dá mais uma progressiva passada, com a sua planta maciça e forte, no solo rocoso e bárbaro da Natureza.

Spartaco quebrando as suas cadeias de escravo, e derubando-as altivo aos pés, será sempre a mais simbólica e imponente estátua do Homem.

Dissemos quais são os três laços virtuais que unem estreitamente Herculano, Garrett e Castilho. Falta dizer o que distinguio Herculano de todos êles, e que parecendo dever ser-lhe desfavorável num mundo todo convencional, lhe marcou e selou indelêvelmente na fronte a marca do prestígio eterno.

Foi a plebeia inteireza estóica do homem austero de

Horácio. Foi a austeridade inabalável do plebeu intransigente e forte, de falar sincero e antigo, como o intrépido aldeão do Danúbio.

Não pretendo destrinçar aqui se Herculano tinha mais *belo estilo* do que Castilho ou Garrett, ou se cultivava com mais brilho a hiperbole, a parábola, a prosopopeia, ou a lei proporcional das antíteses, como o velho *papá* Hugo, tão falsificado e macaqueado.

Tudo isto são questões de *lana caprina*, retóricas subtilidades pretenciosas de críticos de pechibeque, em que não pretendo intervir, nem destrinçar. Deixo isso aos imortais catadores de pulgas dos grandes homens, que, realmente preciso é confessar, os catam às vezes, como em Liliput, com singular mestria, erudição, e graves citações latinas.

Para nós, Herculano, apresentando-se apenas perante a História com êsse pequeno opúsculo em verso, intitulado a *Harpa do Crente*, não é somenos poeta do que Garrett e Castilho. Tôdas as faculdades potenciais da Poesia se encontram concretizadas ali.

Para se penetrar mais livremente, e desembaraçadamente também, nas portas estreitas da Posteridade, estou convicto até que é muito melhor levar uma pequenina e pouco pesada bagagem, contanto que ela seja rica, encantadora, e valiosa. Notas importantes sôbre bancos de Paris e Londres são mais leves, mais imponderáveis, e de mais preço de-certo de que o grosso cascalho das ruas.

¿Quantos livros de verdadeiro valor intelectual têm apresentado os mais cotados escritores mundiais a despacho nas alfândegas da Celebridade?... Um ou dois apenas, o máximo três. Peço que notem que nos referimos à Celebridade. Ora, vejamos alguns: Camões os *Lusiadas*, Goethe o *Fausto*, Tasso a *Jerusalém Libertada*, Ariosto o *Orlando Furioso*, Milton o *Paraíso Perdido*, Hugo a *Lenda dos Séculos* e os *Castigos*, Baudelaire as *Flores do Mal*, Leconte de Lisle os

Poemas Barbaros, Flaubert *Salambô* e a *Tentação de Santo Antônio*, Edgar Pöe os seus *Cantos* e o *Corvo*, Apúleo o *Amo de oiro*, Byron o *Child Harold* e o *D. Juan*, Espronceda o *Diabo Mundo*, Campoamor as *Doloras*, Shakspeare o seu teatro, Shelley a sua ateísta *Rainha Mab*, Oscar Wilde a *Salomé*, Rousseau o *Emilio* e o *Contracto Social*, Pascal as *Provinciais*, e Fontenelle um livrinho bem pequenino apenas... a *Pluralidade dos mundos*.

Todavia, devemos dizê-lo, a sua envergadura poética soberana não se limita apenas ao âmbito estreito da *Harpa do Crente* ou a *Voz do Profeta*, êsse vibrante processo político em prosa. Ela está espalhada em tôda a sua vasta obra, quer seja esculpindo a nobre figura do gôdo Eurico, ao mesmo tempo presbítero, poeta, e guerreiro, quer seja cinzelando os heróis da irrequieta *arraya meuda* nas *Lendas e Narrativas* e na sua *História*, quer seja apostolando e trovejando nos seus libelos e panfletos políticos.

Têm-lhe alguns censurado o seu estilo por vezes empolado e arcaico, mas êsse seu estilo sonoro e solene não é o produto da imitação forçada do melancólico Chateaubriand, ou do rebelado padre Laménais.

É um quociente impulsivo do seu carácter, ao mesmo tempo místico e épico. procede da espontaneidade magestosa do seu verbo profético. Ainda que êsses dois escritores gauleses não tivessem existido, êle teria sido de-certo o mesmo tal qual é. Bastar-lhe-ia apenas a sua lírica inspiração de semita e de filósofo cristão. E ainda que a não tivesse espontânea, por que tôda a originalidade tem necessariamente uma filiação, êle lá tinha, na Bíblia, Isaías e Ezequiel, êsses dois grandes panfletários políticos de Jehovah.

Nem Chateaubriand, nem Laménais o inspiraram directamente.

Primeiramente o haveriam de-certo ter sobresaltado na juventude os trechos impressionantes da Bíblia. Chateau-

briand e Laménais fizeram-lhe recordar apenas o seu lirismo bíblico adormecido. A prova concludente é cotejá-los com os profetas e os salmistas.

Recentemente escritores moderníssimos têm cultivado esta forma: Eles têm aplicado à vida moderna, o que é curioso, a inspiração hebraica. Flaubert é um deles, Leconte de Lisle também, Rostand empregou-a na sua *Samaritana*, Petrucelli de La Gatina nas *Memórias de Judas*. Nenhum deles todavia se inspirou em Chateaubriand e Laménais, mas conservaram todos a sua originalidade nativa, mau grado a fonte em que beberam. A sua obra não foi de imitação, mas renovação.

Quanto ao seu estilo arcaico, esse estilo foi nêle um precioso e magnífico instrumento de reconstrução da antiguidade. Com a mestria com que o manejou, conseguiu como a varinha de um mágico fazer ressurgir da tenebrosa e bárbara Ibéria as civilizações desaparecidas. Foi assim que Flaubert fez ressurgir do pó das heras a sua estranha Cartago na admirável e esplendente *Salambô*. Assim Leconte de Lisle ressuscitou a mais remota antiguidade nos *Poemas Bárbaros*. Assim também aquele original inglês, autor dos *Últimos dias de Pompeia*.

Os zoilos alfacinhas que censuram arcaísmos tão picturais e típicos não enchem decerto dois palmos adiante do seu órgão nasal. Não é amputando, truncando, escalpelando períodos fragmentados, tal como um cirurgião retalha carnes, pernas, costelas e braços, na mesa de mármore de um hospital, não é analisando esses períodos gramaticalmente, ou enumerando-lhe os arcaísmos e solecismos e os plebeísmos, como um pedagogo, um gramático e um retórico, que se deve fazer a crítica superior e transcendente das ideias.

Herculano foi indubitavelmente uma figura máscula de estóico e de profeta antigo. É sobretudo desse espírito grave

de profecta, estóico de espartano, combatente de gôdo, dêsse espírito que tem alguma cousa de ríspido, grave, sacerdotal, é enfim do plebeu e austero conjunto de tôda a obra que ressalta hoje essa figura influente e dominadora, mais do que nenhuma outra. Castilho foi de-certo um grande poeta e sobretudo um grande músico do verso. Garrett foi um supremo ourives da palavra falada e escrita. Mas Herculano foi mais do que tudo isto.

Foi essencialmente o filósofo refractário e intransigente com a convencional mentira, o venerável mestre do catequismo democrático e austero.

E todavia foi um sonhador.

Ele era como essas salas amplas e antigas, em que se passaram inolvidáveis dramas e cujos ecos sonoros ainda nos dão um arrepio de mistério. No crâneo de Herculano deveriam travar-se, como que renhidas batalhas gôdas e árabes, deslizado compridas procissões sacerdotais, movimentadas e ruidosas migrações de povos e raças.

Mais simples no lar e no trato de que os seus dois contemporâneos, mais severo e menos mundano do que êles, desprezando mais do que nenhum dêles tôdas as pompas e honrarias, depois de ter proferido nobres e tristes palavras no mundo, como o presbítero Eurico nas serranias ásperas do Calpe, depois de haver batalhado pelo pátrio torrão, como êle, na batalha sangüinolenta do Crisus, eis que um belo dia depõe a gloriosa pena e a intemerata espada, e vai como um rude espartano ou um plebeu romano antigo, como Régulo, Fábio, ou Cincinato, empunhar singelamente a ra-biça do arado, e aplicar-se ao fabrico do azeite em Azoia, num recôndito e pitoresco vale de Santarém.

É sobretudo na rigidez dêste carácter que está tôda a sua fôrça. É por esta fôrça moral que é visível a sua preponderância na geração contemporânea. É o seu espírito hoje que a anima e vivifica. É pelo seu verbo austero, e

pelo coerência lógica da sua acção com êsse verbo, que êle influe mais que ninguém, na geração que pode contar em seu seio Antero do Quental, Guilherme Braga, Guerra Junqueiro, Teófilo Braga, José Falcão, e o escritor que traceja estas linhas.

Victor Hugo disse um dia de Schakspeare: *Admiro tudo nêle como um bruto!* Eu digo de Herculano: — *Admiro tudo que é grande nêle, porque sou intransigente com a mentira, como êle.*

GOMES LEAL.

FEBRE DE MALTA — FEBRE ONDULANTE⁽¹⁾

DIAGNÓSTICO DIFERENCIAL

Nas regiões onde a brucelose é endêmica raras vezes o seu diagnóstico é difícil. A noção da sua freqüente existência, junta à natural especialização dos clínicos, facilmente conduz à sua confirmação laboratorial. Por excesso e não por defeito é que o diagnóstico da brucelose se pode estabelecer. Na verdade, a reacção de Wright e sobretudo a de Burnet, susceptíveis de ser positivas em indivíduos que tiveram esta doença há mais ou menos tempo (sob uma forma bem caracterizada ou inaparente); emfim, que de algum modo adquiriram um estado de imunidade e alergia; as reacções de Wright e de Burnet, repetimos, podendo ser positivas em indivíduos sem brucelose em evolução podem levar a classificar como tal doença outros estados febris mais ou menos duradouros. É esta uma eventualidade contra a qual os médicos de certas regiões devem estar precavidos evitando, dêste modo, falsos diagnósticos de brucelose. Em tais circunstâncias só a positividade da hemocultura e a carencia de elementos de toda a ordem para o diagnóstico de outros processos mórbidos de fisionomia clínica semelhante à de brucelose é que poderão, sòlidamente, fundamentar um tal diagnóstico. Entre nós, dada a sua raridade, para menos, que não para mais, é que um tal erro de diagnóstico pode ser cometido.

⁽¹⁾ Cont. do n.º 3, pág. 374.

Quatro afecções, principalmente (a febre tifóide, o paludismo, a infecção reumatismal e a tuberculose) podem confundir-se com a brucelose e inversamente.

Tôdas e especialmente as formas *sudoral*, *de recrudescentes* e *de recaídas múltiplas* das febres tifo-paratifóides⁽¹⁾ podem, facilmente, simular a brucelose.

« C'est assurément l'affection avec laquelle la fièvre ondulante est le plus souvent confondue, et l'on peut dire que l'on totalisait sous la rubrique de fièvre typhoïde les cas des deux maladies dans les pays où l'on méconnaissait la fièvre ondulante. Il s'ensuit qu'aujourd'hui les statistiques typhiques sont moins chargées. Le diagnostic souvent ne peut se faire que par les méthodes de laboratoire. Les médecins italiens, espagnols, scandinaves, américains ont particulièrement attiré l'attention sur cette étrange ressemblance clinique entre les deux affections. Il est souvent impossible de les différencier l'une de l'autre par la seule symptomatologie » (2).

De um modo geral distinguem-se, clinicamente, pela existência, nas febres tifóide e paratifóides, de intensos fenómenos digestivos, língua tostada, angina ulcerosa de Duguet, meteorismo e dôres abdominais, diarreia, manchas róseas (excepcionalíssimas ou inexistentes, mesmo, na brucelose).

A positividade da hemocultura, da reacção de Widal (raras vezes negativa) e ainda da intradermo-reacção ao extrato de bacilos tifo-paratíficos⁽³⁾ acabando por confirmar ou não o seu diagnóstico levarão à possibilidade do de brucelose, cuja certeza se obterá pelos meios habituais do seu diagnós-

(1) Bacaloglu, Dumitresco-Mante et Ciorapciu, « Fièvre typhoïde suivie de cinq réchutes sucessives et durant cent quatre-vingt-deux jours, *Soc. Méd. des Hôp. de Paris*, 1932, págs. 622-629, etc.

(2) H. Violle, *loc. cit.*, págs. 70-71.

(3) J. Delalande, « L'allergie typhique », *Thèse de Paris*, 1929; Du rôle de la l'allergie typhique dans le déterminisme de quelques symptômes de la dothiéntérie », *Paris Médical*, 17-V-1930, pág. 457, etc.

tico laboratorial: a hemocultura, a reacção de Wright e a reacção de Burnet.

A possibilidade de, nas febres tifo-paratifóides, a reacção de Wright, segundo Burnet⁽¹⁾, ser positiva a $\frac{1}{50}$ e mesmo a $\frac{1}{10}$, do que discordam bem fundamentadamente os autores mais categorizados, em nada diminui o seu valor tendo em vista, como já dissemos, que, actualmente, feita pelas técnicas vulgares, tal sôro-reacção só é fidedigna quando positiva a uma diluição igual ou superior a $\frac{1}{200}$. O principal êrro de diagnóstico que uma tal reacção pode ocasionar é o que deriva de poder ser negativa em autênticas febres tifo-paratifóides⁽²⁾ em evolução (podendo tornar-se positiva só na convalescença), e em estados febris devidos ao paratífico C, iguais, clinicamente, aos determinados pelos bacilos tífico e paratíficos A e B, sem que o sôro de tais doentes aglutine aqueles gérmens⁽³⁾.

Ao lado destas formas de febres tifo-paratifóides capazes de simular a febre ondulante deve citar-se ainda outra: a *forma prolongada hipopirética* de Micheleau⁽⁴⁾.

É uma forma rara, sem dúvida, excepcionalmente precedida ou seguida de um estado tifóide característico, susceptível de complicações graves (perfuração, hemorragias intesti-

(1) Et Burnet, «La fièvre ondulante et le melitensis», *Paris Médical*, 1927, pág. 538.

(2) Ch. Achard, *Les Maladies Typhoïdes*, 1929, pág. 87; Bezançon, Marcel Labbé, Léon Bernard, *Précis de Pathologie Médicale, Maladies Infectieuses*, première partie, I-I, 1926, pág. 219.

(3) P. Teissier, P. Gastinel et J. Reilly, «Contribution clinique et bactériologique à l'étude des infections à bacille paratyphique C.», *La Presse Médicale*, 1929, pág. 233; Hirschfeld, «A new germe of paratyphoid», *The Lancet*, II, 1919, pág. 296; B. Le Bourdelès, «Deux cas d'infections à Bacilles Paratyphiques C.», *La Presse Médicale*, 17-VIII-1929, pág. 1069.

(4) Jean-Moïse Fournier, *Les États Typhiques Latents et Prolongés*, Thèse de Bordeaux, 1926.

nais e miocardite), e, geralmente, de uma longa e insidiosa evolução: dois, três, quatro, cinco, seis meses e mais ainda.

Uma situação clínica (ainda no campo das febres tifo-paratifóides) que igualmente se pode confundir com a febre de Malta é a devida às formas filtrantes dos respectivos bacilos, possuidora de um maior ou menor atipismo tanto clínico como laboratorial: hemocultura e reacção de Widal negativas ou tardias, etc.

«J'ai pu observer aussi quatre malades chez lesquels à aucun moment il n'a été possible d'isoler du sang un bacille d'Eberth par l'hémoculture seule, conduite suivant la technique habituelle. Ces malades cependant faisaient une septicémie à formes invisibles et filtrantes de ce microbe. Quant aux ensemencements sur gélose ordinaire, ascite, ils restèrent toujours apparemment stériles.

Seuls les ensemencements sur gélose lactosée tournesolée permirent d'aboutir à un bacille d'Eberth typique par tous ses caractères. Ces quatre malades avaient donc fait des infections septicémiques à formes filtrantes de bacille d'Eberth, infections donnant des symptômes cliniques éloignés de ceux de la dothiéntérie vraie. On pourrait objecter à ces observations que le sang a été prélevé au moment où le bacille l'Eberth n'était pas encore sous sa forme «adulte» dans le sang. Je ne crois pas que cette critique soit valable; les hémocultures avaient été faites à un moment où elles auraient dû être rapidement positives, et dans deux cas, il m'a été donné de pouvoir titrer le pouvoir agglutinant du sang après guérison. Dans ces deux cas, le sérum n'agglutinait à aucun taux les bacilles d'Eberth on les para, ce qui ne se serait sûrement pas produit s'il y avait eu une infection typhique vraie» (1).

Admitindo que os *Brucellæ* possuem também formas fil-

(1) Paul Hauduroy, «Le cycle évolutif du bacille d'Eberth et des bacilles paratyphiques», *La Presse Médicale*, 1930, pág. 924.

trantes e invisíveis, ¿ não poderemos explicar melhor certas particularidades da febre ondulante tais como as verificadas nas nossas duas observações (irregularidade térmica, fugacidade da soro-aglutinação, negatividade de hemocultura, etc.)? Eis uma vista de espírito que ousamos apresentar aos possuidores de meios abundantes e seguros de investigação, confirmando-a ou infirmando-a rigorosamente.

Devemos, enfim, ter em vista que tal reacção pode ser positiva em indivíduos vacinados recentemente contra as febres em questão (por êsse facto apenas durante dois ou três meses, o máximo), e, mais tarde, por efeito da *reactividade adquirida* consecutivamente a uma infecção geral ou local, conduzindo falsamente ao diagnóstico de febre tifóide ou paratifóide em evolução, em vez do de brucelose, não admitido apenas por o primeiro, geralmente mais admissível e erradamente verificado, parecer evidente. ¿ A própria brucelose não será capaz de despertar uma reacção de Widal em antigos vacinados contra as febres tifo-paratifóides? Eis um facto a averiguar. ¿ Certos casos de tais doenças (semelhantemente ao que sucede com os que anteriormente as tiveram) não serão assim rotulados indevidamente?

Paludismo. — De diagnóstico geralmente fácil tendo em vista o ritmo, hora e fisionomia dos respectivos acessos febris; a anemia, a esplenomegália, a existência de hematozoários no sangue, a sensibilidade à quinina, o *habitat* dos doentes, etc., pode, todavia, nalgumas formas, confundir-se mais ou menos justificadamente com a brucelose. Daí a importância em se estabelecer rigorosamente o respectivo diagnóstico. Como, segundo e seguindo Rieux⁽¹⁾, não existe paludismo quinino-resistente, desde que a prova terapêutica

(1) J. Rieux, «Paludisme et Pseudo-Paludisme, *La Pratique Médicale Illustrée*, 1932.

seja bem feita e fidedigna, por consequência, nos seus resultados, poderemos eliminar a infecção palustre sempre que os seus efeitos sejam nulos ou medíocres. Quando não confiarmos absolutamente nos sais de quinina (dados na dose diária de um gr. a um gr. e meio por ingestão, às refeições, não tendo os doentes diarreia, ou por injeção intra-muscular na dose de 0,75 a um gr.) podemos recorrer, possivelmente para maior segurança, ao tratamento pela plasmó-quinina⁽¹⁾, à associação dos sais de quinina e de cocodilato de sódio⁽²⁾ e ainda à atebрина⁽³⁾.

Nota. — Um estado mórbido que igualmente pode originar confusões com a febre ondulante é a tifo-malária, de étio-patogenia muito controvertida mas considerada, principalmente, como o próprio nome indica, uma associação de paludismo e de febre tifóide ou paratifóide⁽⁴⁾.

Quinino-resistente e revelando excepcionalmente a *presença de hematozoários no sangue*, (Vincent e Rieux) compreende-se, conseqüentemente, que a sua fisionomia anatomo-clínica se assemelhe mais ou menos à de certas formas de brucelose.

(1) Froilano de Melo, «Sur l'emploi de la Plasmoquinine dans le traitement du paludisme», *La Presse Médicale*, 1929, pág. 1215, etc.

(2) René Ullman Apostolon et Georges Apostolon, «Traitement du paludisme chronique par le cacodylate de soude à hautes doses», *retro*, pág. 1337; Tirouvanziam et Le-Van Xuyen, «Quinine arsénisée intraveineux dans le paludisme», *Le Monde Médical*, 15-I-1932, pág. 50.

(3) Froilano de Melo et A. de Azevedo, «Sur l'action plasmodicide de l'atébрина», *Soc. de Pathologie Exotique*, 12-X-1932; Froilano de Melo, Braz de Sá et A. d'Azevedo, «Résumé d'observations concernant l'action plasmodicide de l'atébрина», *loc. cit.*

(4) Trabaud. «Ce qu'il faut entendre par les termes de typho-malaria ou de fièvre typho-palustre», *Bull. de l'Acad. de Médecine*, 1929, pág. 42; H. Vincent et L. Muratet, *La fièvre typhoïde et les fièvres paratyphoïdes*, Masson et C.^{ie}, éditeurs, 1917, págs. 17-18.

Reumatismo. — Não só porque a febre ondulante pode revestir uma fisionomia francamente poli-artrálgica mas ainda porque a infecção reumatismal pode apresentar-se sob a forma tifóide⁽¹⁾, sem manifestações cárdio-articulares (reumatismo abarticular) a sua confusão com a febre ondulante, se não é muito provável, é, todavia, mais ou menos possível. Daí, tal como para o paludismo, a necessidade e importância em caracterizar rigorosamente tal estado mórbido. A idade dos doentes, a noção de anteriores manifestações (iguais, semelhantes ou diferentes, num sentido mais nitidamente reumatismal; a frequência da angina (no início) e das manifestações cardíacas, contrastando com a raridade das produzidas pela brucelose; a quasi constante, franca e específica sensibilidade, pode dizer-se, à medicação salicilada, quando devidamente instituída⁽²⁾ são, geralmente, elementos sufi-

(1) H. Grenet, «Les formes cliniques de la maladie rhumatismale (rhumatisme articulaire aigu)», *Le Monde Médical*, n.º 778, 1.º octobre, 1930, págs. 809-824 e Les formes extra-articulaires de la maladie rhumatismale», *La Presse Médicale*, 12-III-1930; Morichau-Beauchant, «Les formes non articulaires de la maladie de Bouilland», *La Science Médicale Pratique*, 1.º juillet, 1930; P. Herman, «Contribution à l'étude des formes extra-articulaires de la maladie de Bouilland», *Thèse de Paris*, 1929; Jean Hutinel et René Martin, «Hyperthermie, épigastralgie, névralgies phréniques et hoquet dus à un rhumatisme extra-articulaire aigu», *Soc. Méd. des Hôp. de Paris*, 1931, pag. 1160.

(2) Andrieu, «Le traitement du rhumatisme articulaire aigu», *Gazette des Hôpitaux*, 24 et 31 mai 1930, págs. 769-801; Lutembacher, «Traitement du rhumatisme articulaire aigu par les polysalicylates», *La Presse Médicale*, n.º 38, 10-V-1930; R. J. Weissenbach, «Les formes cliniques de la maladie rhumatismale», *Le Monde Médical*, n.º 781, 1-15-XII-1930, pag. 978; Christian Cortès, «Le rhumatisme aigu avec participation cardiaque», *loc. cit.*, n.º 759, 1.º-XI-1929, págs. 986-992. Paul Halbron et Antoine Laporte, «Les traitements actuels du rhumatisme articulaire aigu», *retro*, n.º 776, 1.º-IX-1930, pag. 745. Georges Marchal et Pierre Thiolat, «Forme maligne de rhumatisme cardiaque guérie par l'association thérapeutique: salicylate de soude et soufre,

cientes para se afirmar ou negar o seu diagnóstico de um modo praticamente seguro. A favor da infecção reumatisal militam ainda as nodosidades, (efémeras, tipo Meynet-Jaccoud, e duráveis, tipo Widal), de valor diagnóstico patognomônico⁽¹⁾ e até de um grande significado prognóstico.

Quando, na nossa primeira observação (invalidado o diagnóstico de febre tifóide, de paludismo, tuberculose e de qualquer estado septicêmico essencial ou secundário a um foco supurativo, etc.) surgiu um sôpro cardíaco de caracteres organo-funcionais, tendo em vista as artralguas (joelho esquerdo, côxa direita, região lombar, etc.) não foi sem uma certa confiança que admitimos a possibilidade de uma forma, de certo modo atípica, da infecção reumatisal, diagnóstico oportunamente abandonado em face da absoluta ineficácia de medicação salicilada e de outras razões poderosas.

Tuberculose. — Dotada de grande polimorfismo anatomo-clínico são principalmente as suas formas septicêmicas que mais geralmente se podem considerar como casos de febre ondulante⁽²⁾. A astenia, o emmagrecimento, a anorexia, os suores, etc., próprios dos dois estados mórbidos podem, realmente, motivar recíprocos erros de diagnóstico. O número destes, grande, possivelmente, pelas razões citadas, torna-se maior ainda tendo em vista a relativa freqüência das *formas respi-*

retro, n.º 750, 15-VI-1929, pág. 681; D. Danielopolu, C. Dimitriu et Ciminio-Béranger, «La méthode salicylo-alcaline massive dans le traitement du rhumatisme polyarticulaire aigu», *La Presse Médicale*, 1931, pág. 852, etc., etc.

(1) Robert Debré et P. Uhry, «Le nodule rhumatismal de Meynet», *Paris Médical*, XI-1931, pág. 394; «Le nodule rhumatismal de Meynet», *Soc. de Pédiatrie de Paris*, n.º 9, 1931, pág. 507; H. Grenet et Delalande, «Le rhumatisme articulaire aigu chez l'enfant», *Arch. de Médecine des Enfants*, 1928, pág. 462.

(2) Lúcio de Almeida, *A Tifo-bacilose. Doença de Landouzy*, Tese, 1928.

ratórias, pseudo tuberculosas⁽¹⁾ da brucelose, desde há muito individualizadas e que necessário se torna conhecer devidamente obstando às conseqüências, geralmente funestas, de se confundir uma doença com a outra. A noção do contágio, os exames radiológicos do torax e da expectoração, e sobretudo a hemocultura e as reacções de Wright e de Burnet (que se devem realizar uma ou mais vezes e nas melhores condições de êxito em todos os *estados febris prolongados, irregulares e caprichosos* que não façam, por quaisquer processos, a devida prova etiológica) são elementos que, geralmente, nos permitem estabelecer um diagnóstico seguro.

Quando a tuberculose é muito suspeita devem empregar-se todos os meios possíveis para se confirmar ou não o seu diagnóstico: cuti e intradermo-reacções à tuberculina, cultura da expectoração, do sangue e de outros produtos em meios especiais (de Lowenstein, de Hohn, etc.) cujos resultados, tão constantes, segundo alguns autores⁽²⁾, como os da inoculação, têm sobre esta a vantagem de serem mais precoces (de 8 a 31 dias).

A pesquisa directa do bacilo de Koch no sangue⁽³⁾ pode ser, também, de muita utilidade principalmente nas formas pulmonares, *pseudo-tuberculosas* da febre de Malta. Tôdas estas investigações são tanto mais para realizar quanto é

(1) Georges Salan, *Fièvre ondulante*, Thèse, Imprimerie Languier, à Nîmes, 1931-1932.

(2) E. Wolf, « Culture directe du bacille de Koch sur le milieu de Hohn », *Rev. de la Tuberculose*, 1931, pag. 741; André Bergeron, « Culture des bacilles de Koch des crachats sur les milieux de l'œuf », *Section d'études scientifiques de l'œuvre de la tuberculose*, 12 mars 1932; J. Nanu, D. Jonnesco et C. Stefanescu, « Contribution au diagnostic de la bacilémie tuberculeuse par l'hémoculture selon la méthode de Lowenstein », *La Presse Médicale*, n.º 98, 1931, pag. 1805, etc., etc.

(3) J. Caussimon, « La recherche du bacille de Koch dans le sang circulant des tuberculeux pulmonaires », *retro*, n.º 24, 1931, pag. 435.

certo que algumas formas da infecção tuberculosa podem manifestar-se, apenas, pelo menos durante algum tempo, por um estado febril do tipo ondulante ⁽¹⁾.

Pensar, pois, na brucelose procurando demonstrar a sua existência onde foi impossível afirmar a de outros estados mórbidos mais prováveis, eis um preceito a observar rigorosamente e um meio, portanto, de impedir que tal doença deixe, nalguns casos, de ser oportunamente diagnosticada.

Sífilis. — Embora muito excepcionalmente também esta doença se pode confundir com a febre ondulante. Verifica-se tal possibilidade sobretudo nos casos de sífilis febril isenta ou acompanhada de manifestações específicas ⁽²⁾ ou mais ou menos atípicas assim como na sífilis hepática (com hipertermia, emmagrecimento, hepatomegalia) ⁽³⁾ durando meses e até anos e cedendo apenas ao tratamento específico convenientemente instituído e em cujo diagnóstico as reacções soro-biológicas são de maior importância.

(1) Mouriquand, M.^{lle} Schoen et M. Nussac, «Granulie à forme ondulante», *Soc. Méd. des Hôp. de Lyon*, 15 mars, 1932.

(2) Manuel Joaquim da Costa, «Um caso de sífilis hiperpirética», *Portugal Médico*, Dezembro de 1931, n.º 12, pág. 501; E. Schulman, «L'interprétation de la fièvre dans la syphilis», *Études Cliniques de Syphiligraphie*, 1932, págs. 129-154, Masson et Cie, édits. H. Paillard, «Les syphilis fébriles», *Journ. Méd. Français*, 1925, pág. 156; Jeanselme et M. Bloch, «Les pyrexies syphilitiques», *La Médecine*, XI-1924; D. Dupasquier, «À propos de la fièvre syphilitique, aperçu clinique», *La Pratique Méd. Française*, V-1924 (B); Milian, «Fièvre syphilitique secondaire prolongée», *Rev. Fr. de Dermat. et de Vénérologie*, V-1928, pág. 132, etc., etc.

(3) Dr. Vi Mikulowski, «Um cas de syphilis congénitale du foie chez un enfant de 14 ans considérée faussement comme une tuberculose pulmonaire en évolution», *Paris Médicale*, 1928, vol. I, pág. 137; Dr. Humbert Boucher, «La syphilis du foie», *retro*, pág. 454; Prof. Sisto Pietro, «Epatite sifilitica diffusa, gomme del fegato, gastrite sifilitica, febbre sifilitica terziaria», *Minerva Médica*, 1931, n.º 7, pág. 282.

Além destas, embora muito raramente, outras doenças, ainda, podem simular a febre de Malta.

Entre elas devem citar-se, especialmente, certas *formas parietais*⁽¹⁾ da doença de Osler, a linfogranulomatose maligna, a forma pseudo-palustre da meningococcemia de evolução lenta e o kala-azar.

As primeiras, excepcionais, desprovidas de manifestações cardíacas durante toda a evolução ou possuindo-as só tardiamente apresentam, em geral, os restantes sintomas da forma habitual, podendo assim caracterizar-se devidamente: manifestações purpúricas, nodosidades digitais eritemato-dolorosas de Rapin-Osler (pseudo-panarícios); manchas eritematosas ou equimóticas da palma das mãos e da planta dos pés (sinal de Janeway); hematúria, polinucleose sangüínea, presença de *estreptococcus viridans* nas hemoculturas, etc.

A linfogranulomatose maligna (doença de Hodgkin ou de Sternberg-Paltauf) com as suas habituais adenopatias, a sua eosinofilia, o prurido, etc., só muito excepcionalmente, também, pode confundir-se com a febre de Malta. É isso possível nas formas com moderada esplenomegália, em que não há eosinofilia nem prurido, as adenopatias são discretas ou profundas e em que a curva térmica reveste o tipo ondulante⁽²⁾, só diagnosticáveis, rigorosamente, pelo exame histopatológico dos gânglios linfáticos, etc.

« *La fièvre ne manque à peu près jamais. Elle prend des aspects variés, le type régulièrement ondulant est parmi les plus caractéristiques* »⁽³⁾.

(1) A. Lemierre et P. N. Deschamps, « Les Endocardites Infectieuses. Diagnostic. Traitement ». *La Pratique Médicale Illustrée*, 1930, pág. 54.

(2) Ch. Aubertin et Robert Lévy, « La maladie de Hodgkin ou lymphogranulomatose maligne », *Journal Méd. Français*, 1928, págs. 6, 12 e 14; P. Chevalier et J. Bernard, *La maladie de Hodgkin*, 1931.

(3) Favre et P. Croizat, « Caractéristiques générales du granulome

Quanto à forma pseudo-palustre da meningococcemia de evolução lenta o seu diagnóstico positivo e, por consequência, diferencial com a febre de Malta, baseia-se na existência, em tal doença, de eritemas precoces, (nodoso, morbiliforme, es-carlatiniforme, etc.) de artralguas, *de meningococcus no sangue* e, por vezes, pelo aparecimento, embora tardiamente, de manifestações meníngeas⁽²⁾.

Pelo que respeita ao kala-azar, observado nos últimos anos entre adultos europeus⁽³⁾, podendo confundir-se mais ou menos com a brucelose, dada a anemia, a febre irregular com acessos, por vezes *bi e triquotidianos* — e outras do tipo ondulante⁽⁴⁾ — emmagrecimento, etc., o seu diagnóstico faz-se tendo em vista a *intensidade habitual* da sua esplenomegália,

malin tirées de son étude anatomo-clinique», *Rapport à la III^e Réunion Plénière de la Société Anatomique* (12-13 octobre 1931), cit. in *La Presse Médicale*, n.º 2, 1932, pág. 26).

(2) Henri Roger et Yves Poursines, «Les formes lentes de l'infection méningococcique», *La Presse Médicale*, n.º 5, 1932, págs. 81-84; Giuseppe Ceroni, «Setticemia da meningococco com meningite tardiva», *Minerva Medica*, n.º 3, 1931, pág. 114.

(3) W. Bensis, «Le kala-azar en Grèce: épidémiologie et clinique», *La Presse Médicale*, n.º 38, 1931, pág. 692; Paul Giraud, «Le kala-azar en France», *retro*, n.º 65, 1931, pág. 1213; Ed. Benhamou, R. Gille et A. Nouchy, «Kala-azar de l'adulte suivi de guérison», *Soc. Méd. des Hôp. de Paris*, 1931, pág. 884; P. Lereboullet, J. Chabrun et P. Baize, «Kala-azar infantil. Un cas observé à Paris», *retro*, pág. 932; Plazy, Germain et Marcandier, «Kala-azar méditerranéen chez l'adulte observé à Toulon», *retro*, pág. 1332; Jean Olmer, «Kala-azar de l'adulte», *retro*, pág. 1506; P. Abrami, Gregoire et Robert-Wallich, «Kala-azar autochtone de l'adulte: splénectomie, guérison», *retro*, pág. 1783; R. A. Marquézy, Monnier et H. Borrien, «Kala-azar infantil observé dans la région parisienne. Guérison depuis cinq ans. Remarques sur la durée de l'incubation», *retro*, pág. 1862, etc., etc.

(4) Robert Poinso, «La forme hépatique du kala-azar infantil» (3 figures) *La Presse Médicale*, n.º 104, 1931, pág. 1920; Plazy, Germain et Marcandier, *loc. cit.*, etc.

a positividade de certas reacções (de *Gaté-Papacostas*, de *Chopra e Gupta*, de *Brahmachari*, etc.)⁽¹⁾; a existência, no

(1) Estas reacções, que não são verdadeiramente específicas (podem ser positivas noutras doenças e negativas no kala-azar) são, no entanto, de praticar em todos os casos de «*anemia esplenomegálica febril com leucopenia e inversão de fórmula leucocitária*», síndrome que nos deve fazer pensar sempre no kala-azar, procurando, *conseqüentemente*, demonstrar ou não a sua existência. Reacções muito mais frequentes no kala-azar que noutras doenças praticam-se e verificam-se do seguinte modo: a de Gaté e Papacostas juntando a um c. c. de sôro sangüíneo duas gotas de formol a 40 0/0, dizendo-se positiva quando, imediatamente ou no fim de alguns minutos, (2 a 4) se dá a opacificação completa da mistura. É a formol-leucogelificação.

A de Chopra e Gupta «*caractérisée par la précipitation caséuse, massive du sérum au contact d'une solution de sel organique d'antimoine (solution d'urée-stibamine à 4 0/0), paraît plus sensible que la précédente*».

Apresentando a particularidade de ser mais sensível (Napier, Chopra e Gupta) com o sôro sangüíneo diluído em sôro fisiológico na proporção de 1 para 5 e 1 para 10, convém, portanto, realizá-la simultaneamente em três tubos (finos, de três a cinco milímetros de diâmetro): num com o sôro sangüíneo puro, nos dois restantes diluído com sôro fisiológico. «*Dans les cas de kala-azar on observe immédiatement dans les trois tubes des précipités d'intensité décroissante. C'est surtout la présence ou l'absence d'un précipité très net dans le sérum dilué à 1/10 qui offre le plus de concordance avec le contrôle parasitologique (90-95 pour 100)*» (1).

Como pode ser positiva nos doentes quininizados (Laffite e Labernadie), indemnes de kala-azar, torna-se absolutamente necessário afastar essa possível causa de erro. Nos casos em que é duvidosa, o que raras vezes acontece, pode recorrer-se ao método fotométrico de Vernes: «*faire une dilution à 1/1000 du sérum du malade; verser 1 cmc. dans deux tubes; additionner l'un deux, l'autre servant de témoin, de 0, cmc. 1 de solution d'urée-stibamine à 1 pour 100. Une différence entre les densités optiques (au photomètre V. B. Y.) des 2 tubes supérieure à 15 indiquera que le malade est atteint de kala-azar, les indemnes montrant au plus une différence de 5*» (2).

Tôdas estas reacções parecem estar dependentes de alterações qua-

(1) N. Labernadie, «Méthode simple et facile pour le diagnostic sérologique du kala-azar: la réaction de Chopra et Gupta, *La Presse Médicale* n.º 94, 1931, pág. 1742.

(2) Ibidem.

sangue, de leishmanias constatadas quere directamente ao microscópio, o que raríssimas vezes sucede, quere pela cultura no meio N N N (de Novy, Neal e Nicolle, constituído por gelose e sangue de coelho) e, sobretudo, na *polpa do baço* e igualmente pela eficiência do tratamento específico⁽¹⁾ representado pelos sais de antimónio (Stibyal, Stibenyl, Urea-stibamina, Neo-stibosane, etc.). A leucopenia, por hipopolinucleose, etc., freqüentemente verificada na brucelose não poderá, por tal motivo, caracterizar mais ou menos qualquer dos dois estados mórbidos.

A forma tifóide de certas septicémias (colibacilar, meningocócica, tetragénica, etc.) especialmente quando de recaídas múltiplas⁽²⁾ e, nalguns países ou regiões, o tifo recorrente e a tularémia⁽³⁾ na sua forma tifóide podem, ainda, embora muito excepcionalmente, confundir-se com a brucelose.

O exacto conhecimento da sua sintomatologia habitual, predominante ou atípica, as condições epidemiológicas, etc. e os dados das investigações laboratoriais facilmente escla-

litativas das albuminas sangüíneas, consistindo essencialmente numa baixa da serina e, portanto, do coeficiente albuminoso⁽⁴⁾.

Finalmente a reacção de Brahmachari ou *Globulin Ring Test* «*consiste dans la formation d'un anneau opaque à la surface du sérum sanguin sur lequel on a doucement déposé de l'eau distillée*». Oelsnitz et M. Liotard, «Le diagnostic et le traitement de la leishmaniose viscérale. A propos d'un cas de kala-azar méditerranéen de l'adulte suivi de guérison», *Soc. Méd. des Hôp. de Paris*, 1932, pág. 126-141.

(1) Paul Giraud et M.^{lle} Coulange, «Le traitement du kala-azar chez l'enfant», *La Presse Médicale*, n.º 10, 1932, pág. 178.

(2) Arloing, Dufourt, Gastinel, V. de Lavergne, Langeron et Reilly, «Sémiologie des septicémies médicales», *Rapport au Congrès Français de Médecine*, Paris, 1927, etc.

(3) E. Sacquépée et J. Fricker, «La tularémie», *Paris Médical*, 1931, vol. II. pág. 539.

(4) Oelsnitz et M. Liotard, *loc. cit.*

recerão tôdas as dúvidas existentes autorizando o seu diagnóstico preciso e seguro.

Finalmente «os fleimões perinefréticos, os abcessos corticais dos rins (actualmente muito freqüentes) obrigando a pensar nêles *«devant toute pyrexie durable qui ne fait pas nettement sa preuve»* ⁽¹⁾ e as formas febris dos neoplasmas malignos ⁽²⁾ são, ainda, possivelmente, estados mórbidos que podem simular a brucelose e diagnosticáveis pela leucocitose; pela negatividade das reacções biológicas próprias daquela doença, pela evolução, etc.

(Continua)

LÚCIO DE ALMEIDA.

(1) Louis Ramond, «Fièvre de Malte». *La Presse Médicale*, n.º 23, 1932, pág. 444.

(2) Felix Masselot, «Tumeur pylorique à évolution fébrile prolongée», *Soc. des Hôp. de Paris*, 1930, pág. 1453; F. Trémolières, A. Tardieu, A. Casteaud et E. Normand, «Cancer aigu généralisé d'origine cortico surrénale à forme septicémique», *Soc. des Hôp. de Paris*, 1930, pág. 710, etc., etc.

ANAIIS DA VILA DA ERICEIRA (1)

REGISTO CRONOLÓGICO DE ACONTECIMENTOS
REFERENTES À MESMA VILA, DESDE 1229 A 1932

SÉCULO XVII

1607

Veio em correição à Ericeira o Licenciado Tomé Pinheiro da Veiga, Corregedor da Comarca de Alemquer, sendo reorganizado o Tombo da Igreja de São Pedro, aforadas muitas das suas propriedade, tornadas efectivas muitas obrigações de capelas, encargos, etc. etc.

1622

Começou neste ano a fazer-se o registo Paroquial de nascimentos, casamentos e óbitos.

1622

1 de Março, ... Foi concedido o título de Conde da Ericeira a Dom Diogo de Menezes.

Vide Notas e Documentos, n.º 20.

1624

16 de Julho, ... Veio à Ericeira em visita pastoral, o Bispo de Targa, Dom Tomé de Faria.

(1) Cont. do n.º 3, pág. 317.

1628

18 de Junho, ... Faleceu e foi sepultado na Ericeira, de onde era natural e morador, Dom Lourenço de Sousa, representante da família dos antigos donatários. Era casado com D. Luisa de Sampaio, de quem teve os seguintes filhos: Manuel, Cecília, Leonor e Lourença, todos nascidos na Ericeira.

Era 3.º neto do antigo donatário Dom João Fernandes de Sousa.

1640

21 de Setembro, ... Veio à Ericeira em visita pastoral, o Arcebispo de Lisboa, Dom Rodrigo da Cunha.

1640

19 de Novembro, ... A Câmara manda convocar os *homens da governação*, e com o parecer e acôrdo deles todos, delibera começar as obras da construção de uma casa de Câmara e Cadeia, que estavam sendo muito necessárias; o que se faria à custa das sobras das sizas, obtendo-se, para isso, licença régia.

1640

19 de Dezembro, ... Tendo a Câmara recebido uma carta régia, datada de 10 dêste mês, assinada por D. João IV, comunicando-lhe a sua subida ao trono, delibera festejar êsse acontecimento, para o que mandou avisar o Povo e o Capitão de Infantaria da Vila, Luiz de Brito, a-fim-de êle comparecer, com os seus soldados, nos ditos festejos.

(Na acta da sessão seguinte, declara a Câmara que tôdas as despesas feitas com estes festejos, foram pagas do bolso dos Vereadores, e que, do Concelho, apenas se gastara *40 arrateis de pólvora para foguetes e busca-pés*).

1644

1 de Agosto, ... A Câmara reunida em sessão na Casa do Concelho, consulta com os *homens da governação*, se lhes parecia bem que, dos bens de raiz, se tirasse uns 4 ou 5 mil réis para ajuda de se fazer os Paços da Audiência e a Cadeia.

1644

7 de Setembro ... Mandado do Corregedor da Comarca (Alemquer) ao Juiz Ordinário, para que durante 15 dias mande vigiar, de dia e de noite, todos caminhos e estradas do Concelho, e, por ordem de El-Rei, prenda todos os suspeitos, pois que estavam presos por traidores os seguintes: O Marquez de Monte Alvão e sua mulher. — O Dr. Duarte Alves de Abreu. — Dom Lourenço de Sousa, que foi Capitão da Guarda, e Dom Diogo *de Carvalho?*; ao que se deveria proceder com toda a diligência e cuidado.

1644

21 de Outubro, ... O Padre Gaspar Marques de Carvalho, Cura na Igreja desta Vila, promove um processo crime contra o Tabelião Francisco Gomes, homem irascível e violento que, além de muitas outras mafeitorias e desacatos, injuriou um sobrinho do referido Padre, despindo-o, à força, na Rua Pública, diante de muita gente.

Vide Notas e Documentos, n.º 21.

1645

Foi azulejada, interiormente, a Ermida de Santo António, e para as respectivas despesas concorreu uma devota com o preço de um anel de grande valor.

(Esta Ermida era, antigamente, da invocação da Senhora da Boa Viagem, e sede da Corporação dos Homens do Mar, que nela faziam as suas reuniões).

1646

16 de Maio, ... A Câmara, de acôrdo com o Povo, convocado e reunido nos Paços do Concelho, delibera organizar a defesa da Vila contra os moiros, que continuamente infestavam a costa e traziam o Povo sempre inquieto e receoso.

1646

10 de Julho, ... O Capitão Lucas Ferreira de Macedo, por ordem do Rei, faz entrega à Câmara de um quintal de pólvora de espingarda, em 2 barris, e de 40 balas, tudo para servir em duas peças de artilheria que o Rei tinha nesta Vila.

Foi êste material logo entregue ao Capitão Luiz de Brito, natural e morador na Vila, para defesa da mesma *e dos navios que a ela se acolhem*.

1648

Quinta feira de Ascensão ... Na foz de Santa Susana deu à costa um navio turco, acossado por 4 navios holandeses que roubaram o turco de tudo quanto poderam; e os pescadores da Ericeira foram, em seus barcos, ao navio turco, que ficou abandonado, e nele tomaram 300 moios de trigo e 7 peças de artilheria; o que tudo lhes foi concedido, por sentença, com a obrigação de construirem 2 redutos, onde servissem as ditas 7 peças de artilheria.

1649

12 de Maio, ... Alvará régio, concedendo ao Concelho abatimento no acréscimo que se mandou fazer nas contribuições para as despesas da guerra.

1650

10 de Outubro, ... Veio à Ericeira em visita pastoral,

o Bispo de Targa, Dom Francisco de Souto-Maior, por comissão do Cabido, sede vacante.

1652

Foi concedido a Dom Fernando de Menezes, 2.º Conde da Ericeira, alvará de jurisdição na Vila.

Vide Notas e Documentos, n.º 22.

1655

15 de Janeiro ... Faleceu e foi sepultado na Ericeira, Luiz de Brito e Sousa de Noronha, natural desta Vila, onde foi tabelião e Provedor da Fazenda do Contrabando. Era filho de Francisco Mendes Albernaz e de D. Isabel de Sousa; neto materno de Dom Fernando de Brito e Noronha, que foi Fidalgo da Casa Real.

Foi casado com D. Luisa Maria Ferreira de Barbuda, natural de Peniche, de quem teve numerosa descendência.

1658

Neste ano começaram as grandes obras de ampliação e transformação da antiga Igreja de São Pedro, as quais ainda duravam em 1693.

1659

5 de Outubro, ... O Visitador eclesiástico, Doutor João Gomes Godinho, em visita desta data, proibiu que o Povo vá às Fontes no 1.º domingo de Maio, fazer ofertas de trigo, pão e outros frutos da terra, como tinha por antigo costume; visto que êsses factos *têm ressaibos de usos gentílicos*.

Vide Notas e Documentos, n.º 23.

1670

Foi construído o Forte da Ericeira.

1670

17 de Outubro, ... O Príncipe Regente, Dom Pedro,

tendo em atenção os serviços prestados ao Estado e à Fazenda Real por Francisco Lopes Franco, natural da Ericeira e arrematante do Contracto do Tabaco, concede-lhe, nesta data, uma pensão, para a ter com o Hábito de Cristo, que já lhe havia mandado lançar.

(O agraciado foi o fundador de Santa Casa de Misericórdia da Ericeira, como ao diante se dirá).

Vide Notas e Documentos, n.º 24.

1673

20 de Junho, ... Alvará régio, concedendo autorização para se fazer uma feira todos os anos, em 25 de Julho, (dia de São Tiago). Esta feira, nos seus princípios, realizava-se no largo, ou rocio, de Santa Marta.

1676

2 de Março, ... Ordem do Almotacel-Mor do Reino às Câmaras de Ericeira e Peniche, para que, durante a Quaresma, enviem para os Paços Reais de Sintra os melhores e mais frescos pescados, que deveriam ser ali entregues ao Escrivão das cozinhas reais, que passaria certidão da entrega, e os pagaria a seus donos de forma a estes ficarem contentes e satisfeitos.

De 8 em 8 dias as mesmas Câmaras deveriam fazer apresentar, na Almotaçaria Mor, as certidões do Escrivão das cozinhas reais, ficando as despesas destas remessas a cargo dos dois Concelhos.

1678

Vicente Carvalho de Rojas, Cavaleiro Fidalgo da Casa Real e Ouvidor da Ericeira, com sua mulher D. Josefa Pereira da Silva, fizeram o seu testamento e deixaram todos os seus bens à Confraria de Nossa Senhora do Rosário da dita Vila.

1678

16 de Abril, ... O Arcebispo de Lisboa, Dom Luiz de Sousa, concede licença ao Juiz e Confrades de São Sebastião, para poderem reedificar a sua Ermida, acrescentando-a com novo chão, *na forma que estava edificada*.

Vide Notas e Documentos, n.º 25.

1678

21 de Outubro, ... Veio à Ericeira em visita pastoral, o Arcebispo de Lisboa, Dom Luiz de Sousa.

1678

29 de Dezembro, ... Por escritura pública celebrada nesta data, foi fundada a Santa Casa da Misericórdia da Ericeira, por Francisco Lopes Franco, natural desta Vila. Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo e Tesoureiro Geral dos Depósitos da Cidade de Lisboa, o qual dotou a mesma Misericórdia com os rendimentos necessários, cedendo a Câmara e o Povo a Ermida do Espírito Santo para nela se estabelecer a Santa Casa; e os Mestres dos barcos se comprometeram a levar, cada um em seu barco, uma rede, cujo rendimento seria para as despesas da Misericórdia.

Francisco Lopes Franco era natural da Ericeira, filho de Pedro Franco e de Ana Lopes.

Vide Notas e Documentos n.º 26.

1679

26 de Outubro, ... A Câmara, de acôrdo com o Povo, delibera contratar um médico para vir à Vila, dois dias por semana exercer a sua profissão. Era o Dr. Francisco de Andrade, médico em Sintra, que ganharia 20 mil réis anuais, pagos dos rendimentos das sizas, para o que a Câmara obteve autorização do Príncipe Regente.

1680

26 de Janeiro, ... João de Sousa de Noronha, como Ouvidor na Ericeira e Governador do Forte, comunica à Câmara que o Conde Dom Fernando de Menezes pretende obter do Príncipe Regente um Alvará que escuse os moradores do serviço real, se eles se comprometerem a fazer a guarnição do mesmo Forte.

O Povo aceitou a proposta.

1680

20 de Junho, ... A Câmara deu posse da renda do pescado, denominada do morgado, a Simão de Vasconcelos e Sousa, como administrador dos bens de seu filho Pedro José de Vasconcelos, herdeiro da Condessa de Penela.

1682

4 de Fevereiro, ... Carta do Conde à Câmara, ordenando que a Confraria dos Homens do Mar, mande pagar 30 mil réis, por 5 marinheiros que era obrigada a dar para a Armada.

Esta quantia foi paga na Repartição do Consulado, em 2 de Março dêste ano, declarando-se, no recibo, que a Armada ia para Saboia.

1682

4 de Março, ... Faleceu em Lisboa, nas suas casas juntas à Igreja de Santo Eloi, o fundador da Santa Casa da Misericórdia, Francisco Lopes Franco, sendo conduzido para o Jazigo de família, na Igreja da mesma Misericórdia.

1684

2 de Dezembro, ... Carta do Conde à Corporação Marítima, ordenando que, até 15 de Janeiro próximo, faça

aprontar 3 marinheiros para irem servir nas naus de guerra que iam para a Índia, e para as quais se havia mandado recrutar 100 marinheiros, cabendo à Ericeira fornecer 3.

1688

8 de Janeiro, ... Francisco Lopes Franco, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Escrivão das Justificações do Reino e Fazenda, natural desta Vila, como herdeiro e testamenteiro de seu tio o Fundador da Santa Casa da Misericórdia, rectificou nesta data, o contracto que o referido seu tio havia celebrado com a Câmara e com o Povo, acêrca da fundação da mesma Misericórdia.

1691

16 de Julho, ... Alvará régio, concedendo o abatimento de 82 mil réis no imposto denominado dos «usuais», devendo a Vila, para o futuro, pagar apenas 200 mil réis em cada ano.

1692

11 de Junho, ... Dom Pedro II concedeu ao Conde Dom Fernando de Meneses os direitos do pescado na Ericeira, denominados do morgado, em recompensa dos serviços que lhe tinha prestado.

1693

30 de Março, ... Perante a Câmara em sessão compareceram os Mestres dos Barcos e declararam que queriam concorrer para as despesas das obras de reconstrução da Igreja de São Pedro; e assim, êles e os marinheiros dos seus barcos, por suas boas e livres vontades se comprometiam a levar uma rede em cada barco, e o produto dessas redes seria aplicado para as despesas das ditas obras, até estas estarem concluídas.

1695

22 de Junho, ... Por Alvará Régio, desta data, foi confirmado o contracto para a fundação da Santa Casa da Misericórdia da Ericeira.

Vide Notas e Documentos, n.º 27.

1697

7 de Junho, ... Foi aprovado o Compromisso (Estatutos) da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, por Alvará Régio desta data.

1697

7 de Outubro, ... Faleceu e foi sepultado na Ericeira, João de Brito e Sousa de Noronha, que havia nascido nesta Vila em 1637. Era filho de Luiz de Brito e Sousa de Noronha e de D. Maria Luisa Ferreira de Barbuda. Faleceu solteiro e vinculou muitas propriedades com que instituiu um morgadio em favor de sua filha ilegítima, Dona Juliana.

1699

18 de Maio, ... Carta do Conde à Câmara, ordenando que, por ordem de El-Rei e não obstante quaisquer privilégios, se recrute gente de guerra, na Vila, e se dê boa ajuda aos oficiais que vierem tratar desse assunto.

ANAIS DA ERICEIRA

SÉCULO XVIII

1702

Neste ano, na Visitação Eclesiástica, foi pelo Visitador proibido o seguinte: realizar bailes na Ermida de São Sebastião; realizar banquetes, bodegas e comezainas na dita Ermida, em Quinta Feira Santa, e dormirem ali pedintes e vagabundos: o que tudo estava em costume.

1706

23 de Junho, ... Faleceu em Lisboa Francisco Lopes Franco, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Escrivão das Justificações do Reino e Fazenda, sobrinho e herdeiro do Fundador da Misericórdia, de quem foi o 2.º Padroeiro.

Havia servido em Tânger, pelo que tinha o foro de Fidalgo Cavaleiro da Casa Real.

Nascera na Ericeira em 1636 e era casado com D. Julia Palhano da Franca, natural de Peniche e filha de Gaspar Palhano Franco e de Maria Luiz da Roja.

O seu cadáver veio para a Ericeira e foi depositado no Jazigo de família, na Igreja da Misericórdia.

1708

24 de Outubro, ... Faleceu e foi sepultada na Ericeira, de onde era natural, Dona Maria Catarina de Brito e Sousa de Noronha, filha de Luiz de Brito e de D. Luisa Maria Ferreira de Barbuda, e viúva em primeiras núpcias de João Sequeira Gorjão, da Enxara, e divorciada de Cristóvão Brito Lôbo.

Esta senhora, por seu testamento, impôs a obrigação de um Capelão na Ermida de Santo António para ali se celebrar Missa todos os Domingos.

1711

29 de Janeiro, ... Faleceu e foi sepultado na Ericeira, Matias Cabral Albernaz de Rezende, natural de Sintra, que era casado com D. Juliana de Brito e Sousa de Noronha, morgada da Ericeira e filha de João de Sousa e Brito de Noronha, instituidor do morgadio.

1715

7 de Novembro, ... Começa a funcionar regularmente

a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, reunindo neste dia a primeira assembleia geral, a convite e sob a presidência de Francisco Xavier de Horta Osório Castelo Branco, 2.º sobrinho do Fundador, e que foi o primeiro Provedor da mesma Santa Casa.

1721

21 de Junho, ... A Câmara, reunido e consultado o Povo, delibera contratar o Boticário Manuel Cornélio Monteiro para vir estabelecer-se com a sua botica nesta Vila, ganhando de partido 30 mil réis anuais; devendo o mesmo Boticário obter à sua custa uma Provisão do Dezbargo do Paço, para se poder lançar essa quantia na contribuição das Sizas.

(Foi autorizado por ofício do Secretário de Estado, Diogo de Mendonça Côrte Real, datado de 21 de Julho dêste ano).

1721

3 de Novembro, ... Dom João V comunica à Câmara que, tendo instituído uma Academia encarregada de escrever a História dêste Reino, ordena à mesma Câmara que forneça as notícias antigas existentes nos seus arquivos e cartórios, que lhe forem solicitadas pelo Conde de Vilar Maior, Secretário das conferências estabelecidas para a composição da mesma História.

O Secretário do Rei escreveu também à Câmara acerca do mesmo assunto.

1723

Neste ano foi dividido o terreno do Mato da Cruz, que era baldio do Concelho, e concedido a todos que o requeriam ao Conde donatário, como também foram dados muitos terrenos na Vila para edificação de casas.

Em 1724 e 1725 continuou esta doação de terrenos, não só no Mato da Cruz, como no Rio do Calvo e outros locais da Vila.

1723

4 de Abril, ... Quando se instituiu a Casa da Misericórdia, os Mestres dos barcos comprometeram-se a levar, cada um em seu barco, uma rede, cujo producto seria para a Misericórdia. Enquanto esta se não organizou e funcionou, recebeu a Câmara o producto destas redes, sendo depois resolvido emprestar à Igreja Paroquial o dinheiro cobrado, para as despesas das suas obras. Parece que a Misericórdia reclamou o dinheiro do empréstimo, e então a Câmara com o Povo, resolveram, neste dia, proceder a obras de uma nova Sacristia, que estava sendo muito necessária, e que depois disso se pagaria à Misericórdia.

1723

17 de Julho, ... Veio à Ericeira, em visita pastoral, o Cardial Patriarca, Dom Tomaz I.

1724

20 de Março, ... Sentença do Corregedor da Comarca de Tôrres Vedras, a favor da Santa Casa da Misericórdia e contra o Pároco e Confrades da Irmandade do Rosário, que pretendiam exercer actos do culto na Igreja da mesma Misericórdia, desprezando a jurisdição do Provedor e da Mesa.

1730

Faleceu em Lisboa o Doutor António Lopes Franco, 2.º sobrinho do Fundador da Misericórdia, natural da Ericeira e filho de Francisco Lopes Franco e de D. Julia Palhano da Franca. Foi o 3.º Padroeiro da Misericórdia e Ouvidor na Ericeira.

1731

28 de Maio, ... Faleceu em Lisboa, Dona Júlia Palhano

da Franca, mulher de Francisco Lopes Franco, sobrinho e herdeiro do Fundador da Misericórdia.

Era natural de Peniche e filha de Gaspar Palhano Franco e de Maria Luiz da Roja. Está depositada no Jazigo de família, na mesma Misericórdia.

1735

Neste ano, em visitação eclesiástica, proibiu o Visitador que nas Procissões de Corpus-Cristi e do Santo Anjo, fôsem incorporadas danças e pantominas, bem como que, na Procissão de Quinta Feira Santa, fôsem penitentes de açoite.

(A Procissão do Santo Anjo era feita pela Câmara no 3.º Domingo de Julho. No andor ia a imagem do Arcanjo São Miguel, levando em uma das mãos um cacho de uvas tintas, fornecido pelas padeiras do Concelho, que tinham obrigação de acompanhar esta Procissão, na qual se incorporava a Câmara com os Almotacés e mais pessoal municipal).

1735

17 de Abril, ... Neste dia o mar arrojou a uma das praias da Ericeira (ignora-se qual) um peixe desconhecido e de dimensões monstruosas. Dizia-se que tinha vinte e tantos palmos de comprimento.

1745

21 de Outubro, ... Nesta data o Juiz e Officiais da Igreja de São Pedro celebraram uma escritura de contracto com o mestre entalhador, Matias José de Faria, morador em Lisboa, na Rua da Rosa das Partilhas, para êle executar todo o trabalho de talha do Altar-Mor da dita Igreja, pela quantia de oito mil Cruzados. O recibo desta quantia tem a data de 10 de Março de 1746.

Para esta obra emprestaram dinheiro os padres ericeirenses, José dos Santos Franco e António Pereira Delgado.

O primeiro emprestou 950 mil réis e o segundo emprestou 350 mil réis. — Juiz da Igreja, o padre António Luiz Delgado. Escrivão, António dos Santos da Mata. Officiais, António Martins Rasqueiro, António dos Santos Neto, António Gomes de Carvalho, Sebastião Franco, Damasio Gomes, João Franco Leitão, Agostinho Serrão Pacheco, António Franco de Matos.

1748

25 de Outubro, ... Faleceu Pedro Franco Quintino, natural da Ericeira que, com sua mulher Iria da Mata Freire e seu cunhado Frei Jorge da Assunção (monge Jerónimo no Convento do Espinheiro em Évora) legaram todos os seus bens à Santa Casa da Misericórdia, onde instituíram uma capela.

(Continua).

J. DE OLIVEIRA LOBO E SILVA.

TALHINHAS E AS GUERRILHAS LIBERAIS (1)

NOTÍCIAS MONOGRÁFICAS INÉDITAS

DOCUMENTO N.º 21

Juramento da Constituição de 1834

Damos mais os seguintes Documentos, que à primeira vista parecem despidos de importância, tendo contudo, muita, pelos nomes marcantes que recordam e pela sem-cerimónia com que muitos juravam e prejuravam as diversas Constituições, embora as mais contrárias.

« Auto da Camara extraordinaria do dia 17 de Abril de 1834.

Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oito centos trinta e quatro aos desassete de Abril nesta cidade de Bragança, e Paço do Concelho da mesma, em acta de Vereação extraordinaria a que expontaneamente concorrerão o Corregedor da Comarca, Paulo Guedes da Silva, a Camara, o Clero, Nobreza, e Povo; por elles foi dito que tendo até aqui a força armada sufocado a expressão dos sentimentos de fidelidade, e adhesão, que constantemente tem consagrado a sua Magestade Fidelissima, a Senhora Dona Maria Segunda, e á liberdade da Patria consignada na Carta Constitucional da Monarchia hoje que pela sua retirada desta cidade ella se achava livre da coacção, e em estado de poder francamente manifestar a sua vontade cada um de por si, e todos conjuntamente como representantes das respectivas classes do Concelho, reconhecião a Muito Augusta Senhora D. Maria Segunda, como Rainha Legitima, e Reinante de Portugal, e como tal lhe juravão obediencia e fidelidade: renovavão o juramento que outrora prestarão

(1) Cont. do vol. 83.º, pág. 667.

á Carta Constitucional outorgada pelo melhor dos Príncipes e invicto Senhor Duque de Bragança, enquanto Rei de Portugal, e a ele como Regente do Reino na menoridade da Rainha, sua Augusta Filha, tributarão os mais puros e solenes votos de obediência, respeito, e eterna gratidão pelo valor, e constância com que sua Magestade Imperial se tem empregado em libertar a Nação Portuguesa, e arrancala do pego da mais feroz tirania, retirando-a do abismo a que a usurpação mais perfida e inaudita a tinha levado.

Outro sim acordarão que este auto fosse quanto antes levado em forma devida á Presença de Sua Magestade Imperial para manifestação do espirito de fidelidade que domina os habitantes da Cidade Capital do Ducado de Sua Magestade.

E desta maneira houverão este acto por findo, que assinarão, depois de lido: E eu Francisco José da Costa escrivão da Camara o subscrevi.

O Corredor Presidente Paulo Guedes da Silva.

O Vereador Visconde de Ervedosa ⁽¹⁾.

O Vereador Tomaz Carlos Leopoldino Cardoso e Sá.

O Vereador José Marcelino de Sá Vargas ⁽²⁾.

O Procurador Manuel de Figueiredo Sarmento.

Manuel Martins Manso, chantre ⁽³⁾.

José Antonio Correia de Castro Sepúlveda, arcediogo da Sé ⁽⁴⁾.

Joaquim José da Anunciação, arcediogo de Bragança.

⁽¹⁾ António Correia de Castro Sepúlveda, primeiro visconde de Ervedosa, filho do célebre tenente general Manoel Jorge Gomes de Sepúlveda; nasceu em Bragança em 1790 e morreu em 1875.

⁽²⁾ José Marcelino de Sá Vargas nasceu em Bragança em 1802 e morreu em Lisboa em 1876. Foi corregedor interino de Bragança em 1834 nomeado pelo General Avilez, quando entrou nesta cidade onde restabeleceu o regime constitucional e depois efectivo, juiz da Relação do Porto, depois da de Lisboa, deputado em várias legislaturas, ministro da Justiça, da Marinha, do reino, (interino) e conselheiro de estado.

Ver Pinheiro Chagas, *Dicionário Popular*, onde se aprecia a sua acção política.

⁽³⁾ Manuel Martins Manso nasceu na Bemposta, concelho de Mogadouro em 1793 e morreu sendo bispo da Guarda em 1878. Foi cônego, chantre e vigário capitular da diocese de Bragança. Deixou impressas muitas *Pastorais* e também muitos manuscritos.

⁽⁴⁾ João António Correia de Castro Sepúlveda nasceu em Bragança em 1796 e aí morreu em 1876. Era filho do notável tenente-general Manoel Jorge Gomes de Sepúlveda. Foi deão da Sé de Bragança, vigário capitular da mesma diocese e fidalgo da Casa Real. Escreveu um opúsculo intitulado *Documentos Justificativos*, de 42 páginas.

- Antonio José Vieira, arcediogo de Mirandela
Luiz Falcão.
José Joaquim Pinto da Costa.
Francisco Antonio Ferreira, magistral [Cónego da Sé de Bragança e natural de Babe].
Antonio Luiz Gonzaga Moreira [Cónego da Sé de Bragança].
O Conego Paroco Manuel Antonio Ferreira.
João Antonio de Moraes.
Frei Antonio do Carmo.
O Reitor Manuel Antonio de Moraes Sarmento.
Tristão Emilio da Silva.
O Pe. Luciano Eduardo de Novais da Costa e Sá.
Antonio de Figueiredo Sarmento.
Pedro de Figueiredo Sarmento.
José de Figueiredo Sarmento.
Manuel Antonio Ferreira de Mendonça.
José de Sá Carneiro Vargas (1).
Antonio Julio de Sá Vargas (2).
João Emilio de Sá Vargas.
Diogo Albino de Sá Vargas (3).
Miguel Carlos de Novais da Costa e Sá.
Rafael J.º de Lima.
Manuel Joaquim de Lour.º
José Antonio de Sá.
Inacio Xavier de Novais.
José Aurelio Dias.
Alexandre Joaquim Albuquerque d'Az.º
Julio José de Moraes.
Felisberto José Ribeiro.

(1) José de Sá Carneiro Vargas nasceu em Bragança em 1802, filho de José de Sá Carneiro Vargas, que teve carta de nobreza em 1814. Foi pai de Diogo Albino de Sá Vargas, de José Marcelino de Sá Vargas e de António Julio de Sá Vargas e avô paterno do Dr. Diogo Albino de Sá Vargas, antigo deputado da Nação e actual professor liceal em Lisboa e de D. Fortunata Augusta de Sá Vargas, esposa do Dr. Francisco Morgado.

(2) António Júlio de Sá Vargas, doutor em direito, juiz de direito, filho do antecedente, nasceu em Murça, mas criou-se em Bragança e morreu no Lombo, concelho de Macedo de Cavaleiros, em 1880. Escreveu uma *Memoria Acerca de Balsemão*, monografia de grande valor.

(3) Diogo Albino de Sá Vargas, conselheiro, irmão do antecedente, morreu em Bragança em 1872 e foi Governador Civil do mesmo distrito.

Manuel J. Dias Mendes Pereira.
 Antonio José de Sena (?).
 Henrique José Dias.
 Joaquim Teixeira Peres de Vasconcelos.
 José Antonio de Sá Lima.
 Manuel Nunes.
 Francisco José Ferreira de Lima.
 José Maximiano Eduardo Ferreira de Lima.
 Antonio José Franco Junior.
 Antonio Rodrigues Ledesma de Castro.
 Antonio Dias Pereira.
 João Antonio Mendes Saldanha.
 Bernardo José de Sá Lima.
 Afrigio Paulino de Sousa (?) Ferreira e Macedo
 José Antonio de Barros.
 Antonio de Sá Pimentel.
 Bernardo José de Barros.
 Manuel José Chaves.
 Domingos Antonio Gil, coronel reformado de Infantaria 12 (1).
 Leonardo Mrnuel Garcia (2).
 Doutor Joaquim Pereira Ferraz » (3).

Depois no mesmo livro, fólho 84 encontra-se a acta da sessão camarária de 27 de Abril de 1834 na qual «foi apresentado um officio do actual D.^o Corregedor da Comarca José Marcelino de Sá Vargas, datado de vinte e dois de Abril do dito ano em que ordenava que se raspassem, tranquace e riscasse todos os [actos] de rebelião que se achassem exarados nos livros desta Camara no ano de mil e oitocentos e vinte e oito de maneira que se tornassem ilegíveis e a Camara assim o mandou cumprir.

Como medida de *prudencia* achamos optima.

(1) Domingos António Gil. Parece-me que este não deve confundir-se com o tenente-coronel Domingos António Gil de Figueiredo Sarmento, proprietário da quinta da Rica-Fé, subúrbios de Bragança, um dos vultos preponderantes da revolução de 1820. Ambos fizeram a campanha contra os franceses, mas o da Rica-Fé ajuntava ao nome os apelidos de Figueiredo Sarmento.

(2) Leornado Manuel Garcia foi pai do Dr. Manuel Emídio Garcia (1838-1904) célebre lente de direito da Universidade de Coimbra e autor de várias obras impressas.

(3) Extraído do *Livro das Sessões da Camara de Bragança de 1829 a 1835*, fol. 79 v.

E por tal forma foi a raspagem que nem esses livros aparecem e a musa popular cessou de cantar:

Já morreu a Constituição
Foi interrada numa lameira,
Ficou o Marcos Antonio
Co'as chaves da ladroeira.

(Continua).

CÂNDIDA FLORINDA FERREIRA.

LIVROS A VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

- O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique.* Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho 12\$00
- Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães.* Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) 10\$00
- Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto português,* por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15\$00
- Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra.* A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 6\$00
- Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)*..... 4\$50
- Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra,* pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 4\$50
- Notícia sobre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade,* pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5\$00
- Memória histórica e crítica sobre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II,* por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 4\$00
- Apontamentos de optica,* pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 3\$00
- Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões,* por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 3\$00
- Memórias de Castilho,* por Júlio de Castilho :
- | | |
|-------------------------|--------|
| Vols. I e II cada | 20\$00 |
| Vol. III | 25\$00 |
| Vol. IV | 18\$00 |
| Vol. V | 20\$00 |
-

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERARIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação mensal do *Instituto de Coimbra*, sociedade científica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos de autores nacionais e estrangeiros e na língua por eles preferida; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

ASSINATURAS

Série de cinco números.....	25,000
Número avulso	10,000

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto*, Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra — Portugal.

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 84.º

4.ª SÉRIE



VOLUME 13.º

NÚMERO 5

COIMBRA
IMPrensa DA UNIVERSIDADE
1932

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBRO HONORÁRIO

Prof. F. Gomes Teixeira, Reitor Honorário da Univ. do Pôrto antigo Prof. da Univ. de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário*. — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário*. — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente*. — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente*. — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral*. — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, da U. L. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L. — Prof. M. de Sousa da Câmara, I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

SUMÁRIO

<i>Adam Smith e o Tratado de Methuen</i> , por * * *	523
<i>Ideas médicas de Eça de Queiroz</i> . — III. <i>As doenças não mortais</i> , por Alberto Pessoa.	531
<i>S. Francisco de Xavier e o Oriente português</i> , por António de Matos Cid	553
<i>Um teorema sobre determinantes</i> , por Carlos Eugénio Álvares Pereira	574
<i>Miguel Eyquem, senhor de Montaigne</i> , por Agostinho da Silva...	579
<i>A propósito do testamento de Simão Vaz de Camões, primo-coirmão e homónimo do pai de Luís de Camões</i> , pelo Dr. José Maria Rodrigues	592
<i>Talhinhas e as guerrilhas liberais</i> — <i>Notícias monográficas e inéditas</i> , por D. Cândida Florinda Ferreira	605
<i>Febre de malta</i> — <i>Febre ondulante</i> , por Lúcio de Almeida	619
<i>Boletim do Instituto</i>	639
<i>Livros recebidos</i>	641

ADAM SMITH E O TRATADO DE METHUEN

Ensina-se há anos nas escolas portuguesas que o célebre Tratado de 27 de Dezembro de 1703, assinado em Lisboa em dois instrumentos, por causa das precedências, pelos plenipotenciários D. Manuel Teles, Marquês de Alegrete e John Methuen, renovado pelo artigo xxvi do Tratado de Comércio de 19 de Fevereiro de 1810, aniquilou as indústrias portuguesas e estabeleceu um odioso monopólio a favor dos ingleses.

Poucos têm reparado que, graças aos privilégios concedidos aos vinhos portugueses em Inglaterra, criou-se ali o hábito do vinho do Pôrto e atraíram-se capitais avultados para explorar o negócio de vinhos. O gosto pelo «Pôrto» em Inglaterra é um imponderável de tal ordem que mesmo em Ottawa se fez sentir, pois manteve-se a posição no tocante aos direitos de importação, não obstante a concorrência dos vinhos dos Domínios.

Não se trata, porém, de discutir aqui as vantagens do Tratado. Outros competentes o têm feito, destacando-se, entre os ingleses os Srs. Shillington e Chapman, no seu interessantíssimo trabalho intitulado *Commercial Relations of England and Portugal*.

Tem sido citado Adam Smith várias vezes; mas nunca se tem reproduzido o texto do Capítulo VI da «Riqueza das Nações», onde se faz referência ao Tratado de Methuen.

Eis o que nêle se diz :

«Quando uma nação se liga por tratado para permitir a entrada de certas mercadorias de um determinado país estrangeiro e proíbe a entrada de iguais mercadorias doutras proveniências, ou isenta de direitos mercadorias de um país sem contudo tornar a mesma isenção extensiva às mercadorias de outros países, o país beneficiado ou os seus negociantes, cujo comércio é favorecido, devem necessariamente auferir grandes vantagens de tal Tratado. Os negociantes e as mercadorias gozam de uma espécie de privilégio ou monopólio no país que faz as concessões. Êste último país é um mercado mais extenso e mais vantajoso para essas mercadorias: mais extenso porque sendo excluídos ou penalizados com direitos os productos de outras origens, o país compra mais mercadorias favorecidas; mais vantajoso porque os negociantes do país mais favorecido, gozando de uma espécie de monopólio, vendem os seus artigos por preços mais elevados do que se estivessem expostos à livre concorrência.

«Tais tratados, se bem que sejam vantajosos para os negociantes e para as mercadorias do país mais favorecido, são necessariamente desvantajosos para o país que faz as concessões. O monopólio a favor de uns faz com que as mercadorias favorecidas sejam compradas por preços mais elevados que em regime de liberdade. A parte das próprias mercadorias, com a qual a nação paga as mercadorias estrangeiras, é fatalmente vendida mais barata; porque quando duas cousas são trocadas uma pela outra, a barateza de uma corresponde inevitavelmente à carestia de outra. O valor de troca dos productos anuais de um país tende a diminuir por virtude de tais tratados. Essa diminuição de valores não se traduz numa perda positiva; mas sim numa redução de lucros, que, noutras circunstâncias, poderiam ser alcançados. Conquanto a venda dos productos se faça por preços infe-

riores aos que poderiam obter-se não é provável que o preço de venda seja inferior ao de custo...

«Alguns tratados de comércio têm sido considerados vantajosos embora se baseiem em princípios muito diversos destes. Há países que têm concedido monopólios com prejuízo próprio em benefício de nações estrangeiras, por esperarem que no comércio total as vendas excedessem as compras e que resultasse daí um saldo favorável em ouro ou prata.

«Foi um princípio semelhante que determinou o Tratado de comércio entre Inglaterra e Portugal de 1703 e que tem sido tão louvado.

«Eis a tradução literal do tratado, que consiste em três artigos sòmente:

«Artigo 1.^o Sua Sagrada Majestade Elrey de Portugal promete tanto em Seu próprio Nome, como no de seus Successores, de admitir para sempre de aqui em diante no Reino de Portugal, os panos de lã e mais fábricas de lanificio de Inglaterra, como era costume até ao tempo que foram proibidos pelas Leis, não obstante qualquer condição em contrário.

«Artigo 2.^o É estipulado que Sua Sagrada e Real Majestade Britânica, em Seu próprio Nome e no de seus Successores, será obrigada para sempre daqui em diante, de admitir na Grã Bretanha os Vinhos do produto de Portugal, de sorte que em tempo algum (haja Paz ou Guerra entre os Reinos de Inglaterra e de França) se não poderá exigir de direitos de Alfândega nestes Vinhos, ou debaixo de qualquer outro título, directa ou indirectamente e, ou sejam transportados para Inglaterra em pipas, tonéis ou outra qualquer vasilha que seja, mais que o que se costuma pedir para igual quantidade ou medida de vinho de França, diminuindo ou abatendo uma terça parte do direito do costume. Porém, se em qualquer tempo esta dedução ou abatimento de direitos que será feito, como acima é declarado,

fôr por algum modo infringido e prejudicado, Sua Sagrada Majestade Portuguesa poderá, justa e legítimamente, proibir os panos de lã e tôdas as mais fábricas de lanifícios de Inglaterra.

«Artigo 3.º (Trata de ractificações).

«Por êste Tratado a Coroa Portuguesa obriga-se a admitir as lãs inglêsas como antes da proibição, ou seja obrigou-se a não elevar os direitos acima do que estava fixado antes da dita proibição. Mas Portugal não se obrigou a admitir os lanifícios em condições mais vantajosas do que os de qualquer outra proveniência, de França ou Holanda, por exemplo. A Coroa da Grã Bretanha, pelo contrário, obrigou-se a admitir os vinhos de Portugal mediante pagamento sòmente de dois têrços dos direitos que incidissem sôbre os vinhos franceses. Os vinhos franceses eram os que maior probabilidade tinham de concorrer com os portugueses. Por consequência neste ponto o Tratado é vantajoso para Portugal e desvantajoso para Inglaterra. Tem contudo sido considerado como uma obra magistral da política comercial inglêsa.

«Portugal recebe anualmente do Brasil uma quantidade de ouro maior do que poderia empregar no seu comércio interno, quer como moeda, quer como ourivesaria. O excesso era valioso demais para poder ficar parado e fechado em cofres e, como não encontrava mercado dentro das fronteiras, tinha, não obstante qualquer proibição, de ser mandado para o estrangeiro, e aí ser trocado por alguma cousa mais vantajosa para o mercado interno. Uma boa parte dêsse ouro vem anualmente para Inglaterra em troca de mercadorias de outras proveniências que se saldão em Inglaterra. Mr. Barette tem informações de que o paquete semanal de Lisboa traz apròximadamente mais de £ 50.000 em ouro para Inglaterra. A quantia foi provavelmente exagerada, pois se assim fôsse, excedia £ 2:600.000 por ano, o que é mais do que se presume que o Brasil produz.

Os nossos negociantes, há anos, estavam de mau humor com a Coroa Portuguesa. Alguns dos privilégios de que gozavam tinham sido abolidos ou desrespeitados. Êsses privilégios tinham sido concedidos em troca provavelmente de muito maiores favores, tais como a defesa e protecção da Coroa Portuguesa pela Grã Bretanha. Os negociantes, que mais interesses tinham no comércio português, estavam pois inclinados a não o julgar tão vantajoso como se imaginava. A maior parte, para não dizer a quasi totalidade da importação de ouro, alegavam êles, não era por conta da Grã Bretanha, mas sim de outros países europeus. As frutas e vinhos de Portugal importados na Grã Bretanha quasi compensavam o valor dos produtos ingleses vendidos em Portugal.

«Suponha-se que o total da importação por conta de Grã Bretanha excedia ainda a quantia citada por M. Baretti. O comércio de ouro não seria mais vantajoso do que qualquer outro, no qual, contra o mesmo valor exportado, recebessemos igual valor em mercadorias consumíveis. Só uma fracção dessa importação pode supôr-se que se destinava a aumentar a moeda em circulação ou a ourivesaria do Reino. O resto era mandado para fora, a-fim-de ser trocado por mercadorias consumíveis de várias espécies. Mas se essas mercadorias consumíveis fossem adquiridas directamente pelo produto da venda de artigos da indústria inglesa, seria mais vantajoso para Inglaterra do que primeiro comprar com essas mercadorias o ouro em Portugal e depois comprar com êsse ouro as tais mercadorias noutros países. Um comércio de consumo directo é sempre mais vantajoso do que um indirecto. Para trazer ao mercado interno o mesmo valor de mercadorias estrangeiras é necessário um capital muito menor do que doutra forma. Se uma parte mais pequena da sua indústria se empregasse na produção de mercadorias destinadas ao mercado português e uma parte maior se de-

dicasse à produção de artigos destinados a outros mercados, onde a Grã Bretanha procura certas mercadorias para seu consumo, teria sido de maior vantagem para a Inglaterra. Importar o ouro necessário para a troca de mercadorias de outras origens demanda um maior capital do que se se fizesse o comércio directo. Haveria uma disponibilidade de capital para ser colocado noutros fins, fomentando a indústria e aumentando a quantidade de produtos.

«Mesmo se a Grã Bretanha perdesse o mercado de Portugal, não teria dificuldade em obter o ouro de que precisa tanto para a ourivesaria, como para a amoedação, como para o comércio externo. O ouro, como qualquer outro artigo, compra-se por um determinado preço, desde que haja valores para o pagar. De resto, o excesso de ouro de Portugal seria mandado para o estrangeiro, e mesmo que não fôsse transportado pela Grã Bretanha, sê-lo-ia por qualquer outra nação que teria empenho em vendê-lo, pelo seu preço, tal como a Inglaterra o faz actualmente. Comprando ouro em Portugal, de facto compramo-lo em primeira mão e, se o comprássemos noutro país, à excepção da Espanha, comprá-lo íamos em segunda mão e portanto um pouco mais caro. Esta diferença seria insignificante demais para merecer consideração pública.

«Diz-se que quasi todo o nosso ouro vem de Portugal. A nossa balança comercial com outras nações é favorável ou desfavorável. Mas devemos pensar que quanto mais ouro importarmos de um país só, tanto menos importaremos de outro. A procura efectiva de ouro, como a de qualquer outro artigo, é limitada. Se nove décimos dessa quantidade forem importados de um só país, fica apenas um décimo para importar de todos os outros. Além disso, quanto mais ouro for importado anualmente de certos países, além do que é consumido na ourivesaria e na amoedação, tanto mais terá de ser exportado para outros países e quanto mais aquele

insignificante objecto da politica moderna — a balança commercial — parece favorável a respeito de um determinado país, tanto mais há-de revelar-se desfavorável no tocante a outros. Foi baseado na tola noção de que a Inglaterra não podia prescindir do comércio português que, ao terminar a última guerra, a França e a Espanha, sem ofensa nem provocação, exigiram do Rei de Portugal que expulsassem dos seus portos de mar os navios ingleses e, para garantir essa exclusão, recebesse nesses portos guarnições francesas e espanholas. Se o Rei de Portugal se tivesse sujeitado a essas condições ignominiosas que o seu cunhado, o Rei de Espanha, lhe propusera, a Inglaterra ter-se-ia libertado de um muito maior encargo do que o resultante da perda do comércio de Portugal, qual o de defender um aliado muito fraco, e tão destituído de tudo para sua própria defesa que a fôrça total da Inglaterra não bastaria para o aguentar noutra campanha. A perda do comércio português indubitavelmente havia de causar embaraços aos negociantes dedicados a êste ramo do comércio. Durante um ou dois anos estes teriam de procurar melhor emprego para os seus capitais e provavelmente nisto se resumia o prejuízo que a Inglaterra sofreria com a abolição desta notável obra de politica commercial. A grande importação de ouro e prata não se destina à ourivesaria nem à amoedação, mas sim ao comércio externo. É certo que o comércio externo é mais vantajoso quando se dispõe dêstes metais do que doutras mercadorias. O ouro e a prata são instrumentos universais do comércio. São mais facilmente recebidos em troca de outros artigos do que outras mercadorias, graças ao seu pequeno volume e grande valor. Custam também menos a transportar do que qualquer outra mercadoria e perdem menos valor com essas deslocções. De tôdas as mercadorias, portanto, que se comprem em países estrangeiros, só para troca, o ouro e a prata são as mais cómodas. A principal vantagem do comércio português

com a Grã Bretanha consiste na facilidade com que esta última pode fazer o seu comércio externo com outros países para adquirir os géneros destinados ao consumo e, embora essa vantagem não seja essencial, é contudo indubitavelmente considerável. Quanto ao acréscimo de prata e ouro para a ourivesaria e a amoedação, mesmo que não houvesse comércio com Portugal êle havia de realizar-se pela importação destes dois metais em pequenas quantidades. Todavia conquanto o comércio dos ourives seja grande na Inglaterra a maior parte do que vendem é fabricado com metais derretidos, de maneira que o acréscimo de metais preciosos para êste efeito não pode ser grande e demanda uma pequena importação.

«O mesmo se verifica com a moeda. Ninguém imagina, penso eu, que a maior parte da moeda cunhada anualmente, que se fazia antes da última reforma da moeda ouro, nos últimos dez anos, à razão de £ 800.000 por ano representava um acréscimo anual de ouro em circulação no Reino»

* * *

IDEAS MÉDICAS DE EÇA DE QUEIROZ⁽¹⁾

DOENÇAS VAGAS

Estamos perto do fim.

Já pouco volume fazem os verbetes que ainda há na minha pasta...

E, pondo de lado, para mais de aqui a bocado, os que se referem a lesões de origem traumática, pouca coisa fica — alguns verbetes dizendo respeito a um certo número de personagens que apenas se diz que estavam doentes, que andavam adoentadas ou que tinham adoecido; uns outros correspondendo àqueles casos em que as indicações, fornecidas pelo romancista, não são suficientes para fazer o mais vago diagnóstico; e, por último, ainda mais uns dois em que aparece, com tôdas as letras, o nome de umas entidades mórbidas que não é fácil perceber o que sejam.

*

Entram no primeiro dêstes grupos — a irmã do padre Liset (*O crime do padre Amaro*, pág. 52); os dois filhos mais velhos e a criada do Artur Couceiro (*O crime do padre Amaro*, pág. 75); a S. Joaneira (*O crime do padre Amaro*, pág. 398); uma mulher que era boa para ama (*O crime do padre Amaro*, pág. 599); o Morgado de Cidadelhe e a Ve-

(1) Cont. do n.º 4, pág. 452.

nância Rios (*A illustre casa de Ramires*, págs. 384, 393 e 397); a D. Ana Silveira (*Os Maias*, vol. I, pág. 121); a mãe do Conde de Gouvarinho (*Os Maias*, vol. I, pág. 187); o Carlos da Maia (*Os Maias*, vol. I, pág. 152); o Conde de Gouvarinho (*Os Maias*, vol. I, pág. 273); a mãe do Conde de Abranhos (*O Conde d'Abranhos*, pág. 24); um pedreiro de Naim (*A reliquia*, pág. 265); o menino do Castelo, que se chamava Ruperto (*S. Christovam*, no volume *Ultimas paginas*, pág. 161).

E ainda, na vida deste santo (pág. 118 *et passim*) e na de S. Onofre do mesmo volume (págs. 288, 300, 325, 392 *et passim*), se encontram referências a outros vagos doentes.

*

Estão no segundo caso — a S. Joaneira que esteve muito mal quando a Amélia nasceu (*O crime do padre Amaro*, pág. 285); uma irmã dela, que era entrevada (*O crime do padre Amaro*, pág. 23); um homem que estava no consultório do Dr. Gouveia, com um braço ao peito (*O crime do padre Amaro*, pág. 320); a Vicência, criada do padre Amaro, que foi para o hospital com um febrão (*O crime do padre Amaro*, págs. 382 e 383); o Morgadinho da Barrosa e o Pimentel de Ourém que uma benzedeira curou (*O crime do padre Amaro*, pág. 532); a D. Felicidade Noronha que adoeceu com uma febrezita (*O primo Bazílio*, pág. 598); um bufarinheiro genovês que *esmorecera com mal de febres* (*A illustre casa de Ramires*, pág. 387); a Ana Pedra que era *entrevada, muito velha e tremula* (*A illustre casa de Ramires*, pág. 492); a mãe do Casco, que também era *entrevada* (*A illustre casa de Ramires*, pág. 239); a mulher do Esgueira, que estava doente há dias com uma coisa que podia muito bem *ser obra que se pegue* (*A cidade e as serras*, págs. 284, 290 e 291); a D. Maria das Neves Alpedrim que de-

pois do parto ficara sempre adoentada (*A Capital*, pág. 14); a senhora Condessa de Gouvarinho que sofria de uma doença grave no fígado ou no pulmão (*Os Maias*, vol. II, pág. 496); um homem que tinha a mão direita sêcca, mirrada e negra (*A reliquia*, pág. 276); um pequenito que ficou moribundo porque um Senhor o fizera dependurar pelas mãos d'uma arvore, acirrara contra elle os cães, e toda uma noite d'inverno o deixara nusinho sob a neve (*S. Christovam*, no volume *Ultimas paginas*, pág. 174); a mãe de Onofre, que andava consumida pelos ardores do Egypto (*Santo Onofre*, no volume *Ultimas paginas*, pág. 232); uns monges que sofriam de febres (*Santo Onofre*, no volume *Ultimas paginas*, pág. 249); uma viúva pobre que era entrevada (*Santo Onofre*, no volume *Ultimas paginas*, pág. 286); uma rapariga que, uma manhã, ficou branca e immovel no seu catre, como se a alma, durante o somno, a tivesse deixado para sempre (*Santo Onofre*, no volume *Ultimas paginas*, pág. 328); um pobre pequenito que gemia, todo encolhido nos braços da mãe, com grossas crostas de feridas na sua miseravel cabeça, a orelha numa chaga, e um trapo manchado de sangue secco cobrindo um dos olhos (*Santo Onofre*, no volume *Ultimas paginas*, pág. 330); a filha de um centurião romano, que definhava com um mal subtil e lento..., branca e triste..., sem um queixume (*O suave milagre!*, no volume *Contos*, pág. 351); o filho de uma viúva, todo aleijado, que passara do magro peito a que ella o creara para os farrapos da enxerga apodrecida, onde jazera... mirrando e gemendo (*O suave milagre!*, no volume *Contos*, pág. 355).

Temos mais ainda os filhos de D. Maria da Piedade, duas rapariguitas e um rapaz, sempre doentes, crescendo pouco e com difficuldade, cheios de tumores nas orelhas, chorões e tristonhos. (*No moinho*, no volume *Contos*, pág. 66).

Raro era o dia em que um ou outro não estivesse ou de

emplastro sobre a orelha, ou a um canto do canapé, embrulhado em cobertores (pág. 66).

O mais impertinente era o pequerrucho, que tinha umas feridas que faziam nos seus pobres beicinhos uma crosta escura, e ainda outras numa perna, que a mãe lavava com *agua de malvas* (págs. 68 e 80).

*

E agora vamos aos tais dois casos em que se fala de entidades mórbidas que não é fácil dizer o que sejam.

Em *A illustre casa de Ramires* diz-se, pág. 57, que o pai do Gonçalo estava convalescendo *d'uma febre gastrica que exarcebara a sua antiga diabetes*.

Em *O crime do padre Amaro* diz-se, pág. 41, que Amaro, quando estava no Seminário, adoecera com uma *febre nervosa*.

FRACTURAS, LUXAÇÕES, FERIDAS INCISAS, FERIDAS CONTUSAS,
CONTUSÕES, EQUIMOSSES E ENVENENAMENTOS

Pela obra de Eça de Queiroz abundam os desastres, de conseqüências mais ou menos graves.

O padre Natário, por exemplo, *quebrou uma perna* por ter caído da égua (*O crime do padre Amaro*, pág. 489).

E teve, por sinal, que estar muito tempo de cama com o aparelho.

É que a fractura fôra *mal tratada ao principio* (pág. 531).

Mas pode dizer-se que ainda teve sorte, porque as fracturas, de que o romancista fala, tinham às vezes desastrosos resultados.

Assim, ao tio Esguelhas, sineiro da Sé de Leiria, que dera um *trambolhão... na torre, n'uma ocasião de festa*,

foi necessário cortar a perna (*O crime do padre Amaro*, pág. 412).

E o desgraçado ficou para sempre a andar com uma muleta.

Também um pobre histrião com uma perna de pau, que S. Cristóvão encontrou um dia, ficara assim aleijado devido a uma queda (*S. Christovam*, no volume *Ultimas paginas*, pág. 199).

De uma outra fractura há ainda notícia, mas dessa não se sabem as conseqüências.

Aconteceu o desastre àquele Manuel Solha que provavelmente tinha, como se viu, uma úlcera varicosa.

Andava êle na fazenda do Sr. dr. Julio, a concertar um socalco..., quando zás, desaba um pedregulho, que topa na ferida, leva a carne, lasca o osso, deixando-o numa lástima (*A illustre casa de Ramires*, pág. 100).

*

Quando se trata de *luxações*, as coisas costumam correr melhor.

O Castro Gomes, que deslocou um braço por se ter lançado ao freio dos cavalos de uma parelha desbocada, ficou sem defeito, ao que parece (*Os Maias*, vol. I, pág. 258).

A D. Felicidade, que torceu um pé na Igreja da Encarnação e que tratou a sua *luxação simples*, conforme diz o autor, com *compressas d'arnica*, também ficou boa (*O primo Bazilio*, págs. 271, 272 e 277).

*

De mais quedas ainda se fala.

Mas, tirando uma, pela escada abaixo, em que se despe-

daçou o filho de um colega do Taveira (*Os Maias*, vol. I, pág. 387), as outras parece que não tiveram graves consequências.

À Sr.^a D. Mafalda, que caiu num *degrau de pedra que separava dous quartos*, parece que não aconteceu nada de maior, a-pesar-de terem mandado chamar o médico às dez horas, numa noite de chuva (*Um dia de chuva*, no volume *Cartas ineditas de Fradique Mendes e mais paginas esquecidas*, pág. 107).

Madame de Todelle, que caiu do velocípede, apenas esfolou uma perna, cá em cima, no *melhor sitio* como fazia notar Ephraim (*A cidade e as serras*, págs. 76 e 77).

*

Mas, além das quedas, há ainda outros desastres.

João Eduardo encontrou, na sala de espera do Dr. Gouveia, um velho com *uma chaga na canella envolta em trapos...* *Fôra uma trave que lhe cahira em cima; não fizera caso; depois a ferida assanhara-se; e agora alli estava manco e cortidinho de dôres* (*O crime do padre Amaro*, págs. 320 e 322).

Na vida de S. Onofre fala-se de um miserável a quem *uma grande pedra, cahindo d'um guindaste, nas obras das muralhas, esmigalhara os dous braços...* e o abatera como morto (*Santo Onofre*, no volume *Ultimas paginas*, pág. 300).

O conselheiro Acácio, grave e sentenciosamente como sempre, contou, um dia, *a historia d'um sujeito, cujo nome lhe escapava, a quem uma cana de foguete furára o craneo* (*O primo Bazilio*, pág. 136).

Em *A cidade e as serras* conta-se, a págs. 196 e 204, que a mãe do Silvério apanhara, na virilha, uma cornada de um boi.

E, a propósito, parece-me curioso fazer notar que, no conto intitulado *Civilização*, primitivo esboço da história desenvolvida em *A cidade e as serras*, se diz que a mãe do procurador, agora chamado Sousa e não Silvério, *levára um couce de mula* (*Contos*, pág. 107).

Um napolitano, chamado Tancredo, *homem esplendido, feito como um Apollo*, que se dizia sobrinho dos Príncipes de Soria, apanhou, num desastre de caça, *uma chumbada no braço, e alguns grãos perdidos nas costas*, coisa afinal de pouca importância (*Os Maias*, vol. I, págs. 48, 49 e 52).

E, se não há erro de conta, só faltam dois desastres, ambos um pouco cómicos.

É o gordíssimo e riquíssimo Jacinto Galião que enterrou o pé nu n'uma lasca de vidro, ao rebolar em camisa até ao pátio, pelas escadas do *Hotel dos Santos Padres* em Paris, fugindo com terror de um incêndio que rebentara na cavalharia, mesmo por baixo do seu quarto (*A cidade e as serras*, págs. 2 e 4).

É o desembargador Amado que se espetou no prego muito agudo e de cabeça muito chata que o Dr. Pimentel colocava sobre a almofada da sua cadeira no escritório onde trabalhava, para que ninguém se pudesse lá sentar (*O conde d'Abranhos*, págs. 127, 128 e 129).

*

Acabados os desastres, iremos ver agora as desordens, pancadarias, agressões e outras coisas parecidas.

Há bastantes facadas.

Em Madrid, um *chulo* esfaqueou o Alpedrinha (*A reliquia*, pág. 103).

Por causa de um jantar com actrizes, o Tarquínio, do Ginásio, levou também uma facada (*Os Maias*, vol. I, pág. 145).

De uma vez, na Mouraria, dois faias esfaquearam-se (*Os Maias*, vol. I, pág. 216).

No Hotel do Dafundo, Melchior, Artur e umas raparigas viram *um homem, com o busto nú, o rosto livido, os cabellos empastados n'um suor frio...*, que erguia ao ar o braço direito, *todo coberto d'uma pasta de sangue escuro que gotejava devagar...* Um individuo gordo e calvo... procurava vedar o sangue, mas a toalha enrolada ensopava-se depressa: as carnes estavam dilaceradas por facadas transversais e apenas lavado com muita agua, o sangue recomeçava a correr, cahindo em gottas pesadas. O rapaz immovel, mudo, corajoso, perdia a côr; os olhos embaciavam-se-lhe... (*A Capital*, pág. 405).

Parece que o pai de Gonçalo, quando *teve a bulha com o Dr. Avelino da Riosa*, levou com um punhal no braço (*A illustre casa de Ramires*, pág. 421).

E, por último, o Raposão viu no Calvário, em circunstâncias maravilhosas, um homem *com costuras de facadas através da barba rala* (*A reliquia*, pág. 305).

*

Um chicote de cavalo marinho foi a arma com que Gonçalo, de cima da égua, despegou uma orelha e rasgou a boca ao valentão das Nacejas que lhe saltara à frente, ensarilhando um queijado.

O homem caiu no chão, urrando de dor, e, *debruçado, Gonçalo ainda vergastou, cortou desesperadamente face, pescoço, até que o corpo jazeu molle e como morto, com jorros de sangue escuro ensopando a camisa.*

Um tiro atroou o terreiro! (*A illustre casa de Ramires*, pág. 426).

E Gonçalo lançou a egoa, com o chicote alto, sôbre o

rapaz que o alvejara, até que o alcançou com uma cutilada... no pescoço logo alagado de sangue.

O rapaz, estendendo as mãos incertas, ainda cambaleou, abateu, estalou contra a aresta d'um pilar, a cabeça mais sangue jorrou... Ambos os homens jaziam immoveis! Santo Deus! Mortos?... (págs. 426 e 427).

Não, felizmente!

O rapazola ficara pouco ferido. Se cahio, sem sentidos, foi com o susto (pág. 450).

Agora, o outro, o valentão, êsse tiveram que o levar para o hospital (pág. 451).

Mas, passado algum tempo, melhorára consideravelmente. Já lhe repegára a orelha, a bocca soldava... (pág. 489).

E assim acabou a aventura...

Mas parece que era sina da família.

Já o pai do Gonçalò, quando teve a tal bulha, em que falámos, com o Dr. Avelino da Riosa, lhe atirou uma chicotada (pág. 421).

*

Para ferir um homem não é preciso, porém, um terrível chicote de cavalo marinho.

Qualquer coisa serve, mesmo uma simples tocha...

Lê-se, com efeito, em *A reliquia*, pág. 346, que em *Bethlem* na igreja da Natividade um padre latino n'uma bulha, ao benzer hostias, rachára a cabeça d'um padre copta, com uma tocha de cera...

*

Descubro, em seguida, uns pontapés tremendos que o Raposão levou em Jerusalém, por estar a espreitar ao buraco de uma fechadura.

Foram dados com a bota bestial e de bronze de um

inglês, que lhe *malhou tremendamente quadris, nadegas, canellas, a ...carne toda, bem cuidada e preciosa* (*A relíquia*, pág. 151).

Murros encontro dois — um, de raspão, que João Eduardo deu no ombro do padre Amaro (*O crime do padre Amaro*, pág. 354), e um outro, formidável, que Zé Fernandes deu num rapaz e que fêz aluir *o desgraçado, n'uma confusão de melenas, com sangue por toda a face, ... como um montão de trapos molles* (*A cidade e as serras*, pág. 376).

Noto ainda que, um dia, a Rosa, cozinheira da Tôrre, teve que mostrar ao regedor *as marcas roxas* que os dedos do Relho lhe tinham deixado no braço (*A illustre casa de Ramires*, pág. 25).

E com *nodoas roxas* vamos também encontrar os ombros de D. Jacinta Ana de Sobral Vieira Alcoforado e Noronha que o marido sovara, *nodoas tão roxas e dilatadas* — escrevia Segismundo de Noronha, irmão da dama espancada — *que o padre Simões, o nosso bom capellão, as comparou, com o devido respeito, ás nodoas róxas nos hombros do Redemptor depois de 12 horas de Via Dolorosa* (*O Conde d'Abranhos*, pág. 6).

*

E é esta certamente a boa ocasião para lembrar que, no vol. I de *Os Maias*, pág. 434, se fala de um *jockey* que, depois de uma violenta e tumultuosa discussão com o juiz da corrida, se afastou *apoiado ao braço d'um amigo, com o nariz a pingar sangue*, sem se chegar a perceber, porém, se tudo isto resultou de uma queda ou de pancadaria que tivesse havido.

*

Num duelo foi ferido o Conde de Abranhos que, con-

forme êle contava, *subitamente sentiu na orelha uma frialdade fina, penetrante* (*O Conde d'Abranhos*, pág. 205).

— *Não é nada* — declarou o cirurgião — *é um golpesito. Com adhesivo está prompto em tres dias* (pág. 206).

*

Na revolução, de que se fala em *O Conde d'Abranhos*, houve apenas uns *ferimentos ligeiros* que, no romance, se não descrevem.

Apenas se esclarece que foram todos *facilmente curados n'uma pharmacia amiga* (pág. 217).

De uns tumultos, que houve numa remota vila da China e de que se fala em *O Mandarim*, Sá-Tó conseguiu escapar com *um beijo rachado* e *umas leves contusões no hombro* (pág. 163), e Teodoro com uma orelha rasgada por um tijolo (pág. 141).

Mas é sobretudo quando se refere a coisas acontecidas noutras eras que o romancista dá notícia de variadas lesões, algumas muito graves, produzidas em lutas, brigas, etc.

*

Assim, em *A illustre casa de Ramires*, pág. 4, conta-se a história de um *Martim Ramires, freire de San-Thiago*, que, no cêrco de Tavira, *arromba a golpes de acha um postigo da Couraça, rompe por entre as cimitarras que lhe decepam as duas mãos, e surde na quadrella da torre albarran, com os dous pulsos a esguichar sangue...*

No mesmo livro, págs. 179, 180 e 181, descrevem-se os ferimentos que, na lide infeliz de Canta-Pedra, recebeu aquele Lourenço Ramires, mais tarde morto à punhalada, como sabemos, pelo Bastardo de Baião.

Já d'entre a trama falseada do camalho lhe borbulhavam

do hombro, pela loriga, fios lentos de sangue, quando um lança de virotão, que lhe partira as charneiras da greva esquerda, fendeu a perna d'onde mais sangue brotava, ensopando o forro de estopa; depois, já a pé, porque o seu cavalo abatera varado por uma frecha na anca, quando Lourenço mais raiosamente investia..., um calhau agudo lhe acertou no braço — que logo amorteceu, pendeu, com a espada arrastando, presa ainda ao punho pelo grilhão; e, por fim, o homem tombou..., direito como um madeiro, filado por uns peões, enquanto outros com varadas de ascuma lhe vergavam as pernas retesadas.

E, também nessa lide, o *Almocadem dos peões* ficou com o braço varado por uma chuçada (pág. 231).

*

Pela sua vida fora, S. Cristóvão encontrou se muita vez, como já vimos, envolvido em grandes lutas, em que houve não só muitos mortos, mas também muitos feridos.

Dos mortos já falámos noutro ponto e dos feridos pouco há a dizer.

Não se pode averiguar ao certo quantos eram, nem dizer exactamente o que tinham.

De tudo o que lá se conta, só me parece interessante apontar que, na luta dos Jacques com os cavaleiros, Cristóvão ficou *prostrado, immovel, com uma espuma de sangue na bocca*, quando uma flecha lhe varou um joelho (S. *Christovam*, no volume *Ultimas paginas*, pág. 189).

*

No conto *Enghelberto*, publicado no volume *Cartas inéditas de Fradique Mendes e mais paginas esquecidas*, lê-se,

a pág. 146, que *Enghelberto* aprendera... a atirar á flecha, e a manejar o montante..., sem que através d'esse contacto com as armas e no brio de provar destreza e força, elle se abandonasse a outras violencias, além de vergastar algum cavallariço ou quebrar os dentes com o guante a algum pagem tardio.

Ora isto desgostava o avô, o velho *Ulfan*, que, para o desviar... da mollesa, quiz que elle se entregasse á caça, que acorda e aguça o gosto da guerra (pág. 146).

Immediatamente *Enghelberto* se tornou um caçador violento e insaciavel (pág. 146).

Até que um dia, saciado... d'abater ursos, lóbos e javalis, começou, com os seus companheiros, em correrias pelos povoados e pelos caminhos, espalhando ruinas e dór — atropelavam as creanças que brincavam á soleira das portas; frêchavam rezes e pastores; espancavam os donos das tavernas à beira das estradas... (pág. 151).

*

Continuando, vamos encontrar mais uns dentes partidos e um hombro com a carne rasgada duma lasca de pedra (*S. Frei Gil*, no volume *Ultimas paginas*, pág. 389), e a mão direita decepada de um laçao (*O Conde d'Abranhos*, pág. 9).

Em *A relíquia*, pág. 265, aparece-nos o pedreiro de *Naim*, já nosso conhecido, a quem o açoite dos intendentes rasgara a carne.

Na vida de *S. Onofre* poderemos ler, por último, que o miseravel corpo do escravo *Ahmés* estava todo coberto das cicatrizes do açoite e dos ferros (*Ultimas paginas*, pág. 241); que *S. Nilo* tinha, sobre o peito e sobre os rins, ...feridas incuraveis que lhe deixara o cilicio (pág. 248); e que, de marchar de rastos, os joelhos de *S. Onofre* eram duas chagas, onde se empastavam a areia e o sangue (pág. 315).

E muitas outras coisas, mais ou menos parecidas, ainda por lá se encontram, bem como na história de S. Cristóvão — suplícios, martírios, etc. . . .

Mas não vale a pena estar a descriminá-las.

*

Vou terminar esta parte com a notícia de duas tentativas de envenenamento.

Foi um Salgado que se quis matar pela Aninhas Serrana (*A Capital*, pág. 36), e uma actriz do Príncipe Real que, *n'uma noite de ciúme e de genebra, engoliu uma caixa de phosphoros* (*Os Maias*, vol. I, pág. 255).

VÁRIOS DITOS E OPINIÕES MÉDICAS

Depois de feito assim o inventário das doenças de que vieram a morrer ou de que apenas sofreram as diversas personagens criadas pelo romancista, para completar êste estudo da patologia de Eça de Queiroz, alguma coisa há ainda a dizer, deixando mesmo por enquanto em paz tudo o que entra já nos domínios da psiquiatria.

Para nos dar bem a entender, por exemplo, como era o aspecto de alguns indivíduos, Eça de Queiroz, uma vez ou outra, compara-os com certos doentes.

Assim, descreve o padre Silvério como sendo *d'uma obesidade hydropica* (*O crime do padre Amaro*, pág. 259); diz que uma amante, que Basílio teve em Paris, era *d'uma elegancia de tísica* (*O primo Basílio*, pág. 84); acha também um ar tísico a uma actriz do Ginásio, com quem vivia o Ernestozinho (*O primo Basílio*, pág. 49); descobre ainda *um corpo desengonçado de tísico* no caseiro da Ricoça (*O crime do padre Amaro*, pág. 538).

Compara, como se vê, os gordos aos hidrópicos e os magros aos tísicos.

Não se pode dizer que esteja mal...

E também se não pode manifestamente considerar como desacertado afirmar que o Dâmaso tinha uma *côr d'apoplexia* daquela vez que, *de dentes rilhados, a dar murros surdos n'um sofá do Gremio*, contou a João da Ega a história dos amores de Carlos com a brasileira (*Os Maias*, vol. II, pág. 61).

Mas nem tôdas as comparações clínicas são assim felizes.

Lê-se, por exemplo, em *O Conde d'Abranhos*, pág. 109, que a D. Laura Amado tinha uma *amarellidão arthritica*...

*

Como é natural, as diversas pessoas, que figuram nos romances de Eça de Queiroz, uma ou outra vez falavam de doenças.

Mas não diziam, em geral, coisas que tivessem grande importância.

Logo na própria noite em que chegou a Leiria, o *padre Amaro*... perguntou se havia muitas doenças n'aquelle verão.

— *Cholerinas, das fructas verdes, rosnou o conego. Mettem-se pelas melancias, depois tarraçadas d'agua... E suas febritas...*

E ficaram-se a falar *das sezões do campo* (*O crime do padre Amaro*, pág. 22).

Volta a falar-se de sezões e de colerinas em *O primo Bazilio*.

É Julião, o médico, recomendando a Jorge que estava de partida para o Alentejo — *Cuidado com as sezões*... (pág. 61).

É ainda o mesmo Julião que, a uma pergunta da Luíza sobre as doenças que havia, responde — *Colerinas... Por causa das fructas. Doenças do ventre* (pág. 131).

Por duas vezes se indica, como se vê, a mesma origem para as tais colerinas que não atacaram porém, é curioso notar, nenhuma das personagens dos romances.

É doença de que em tempos, quando eu era menino, se falava muito, a propósito de umas febres que às vezes apareciam.

Mas hoje já ninguém sabe o que é...

*

Em *O Conde d'Abranhos* vamos encontrar, a pág. 129, o desembargador Amado *quasi desmaiado, com camarinhas de suor frio na testa*, daquela vez em que se espetou no prego do Dr. Pimentel.

E não queria que lhe arrancassem o prego, porque *ouvira dizer que uma faca, um punhal, um ferro que se arrancam d'uma ferida, causam imediatamente a morte por hemorragia*.

Na novela *Alves & C.^a* também nos aparece muito preocupado com as possíveis conseqüências de um ferimento o pobre do Alves que estava para se bater em duelo.

Temia uma ferida grave, que o retivesse na cama semanas intermináveis, com a sua marcha lenta, a febre, a inflamação, o perigo da gangrena... (pág. 151 e 152).

*

Nas suas conversas, as várias pessoas que figuram nos romances de Eça de Queiroz, além de falarem em doenças, como temos visto até aqui, serviam-se uma vez ou outra, como também é natural, de termos médicos, tomados num sentido mais ou menos figurado, para assim melhor exprimirem os seus pensamentos.

Alencar dizia, por exemplo, que a Maria Monforte,

quando começou a aparecer em S. Carlos, fizera, na rapaziada fina do tempo, uma *impressão de causar aneurismas* (Os Maias, vol. I, pág. 26).

Numa outra passagem do mesmo romance, João da Ega fala na *sarna da virtude, com comichões por qualquer coisa* (Os Maias, vol. I, pág. 261).

*

Mas é num artigo, escrito pelo Conde de Abranhos num jornal chamado a *Bandeira*, combatendo um projecto de reforma administrativa, que os termos e as razões médicas foram mais largamente empregados.

E serviram maravilhosamente, como se vai ver, para que a prosa atribuída ao Conde seja um sonoro e ridículo monumento.

Ele exprimiu-se, com efeito, nestes altíssimos termos:

«... A centralização, pois, chamando toda a vida politica da paiz ao centro, á capital, á cabeça da Nação, cria, por assim dizer, um estado plethorico e apopletico, em que é o centro que tem todo o sangue, todo o vigor, e as extremidades, onde não chega a circulação necessaria..., em breve de-finham».

E a prosa termina com uma bela imagem em que se vê a posteridade, á beira da estrada da civilização, deparando com Portugal exangue, fulminado pela apoplexia causada pelo excesso de sangue administrativo no cerebro (O Conde d'Abranhos, págs. 65, 66 e 67).

*

Convencido, e com certa razão, de que neste mundo só podem ser afinal completamente felizes os fortes e os saudáveis, Eça de Queiroz, depois de nos dizer que o famoso

Jacinto, de *A cidade e as serras*, medrara com a segurança, a rijeza, a seiva rica d'um pinheiro das dunas (pág. 6), informa-nos de que êle, em pequeno, não tivera sarampo e não tivera lombrigas (pág. 7), para nos mostrar bem assim como o funcho e o âmbar, espalhados pelo avô no bêrço daquele que deveria vir a ser o *Príncipe da Gran-Ventura* (pág. 9), tinha afugentado a *Sorte-Ruim* (pág. 6).

E já o mesmo se dizia, a pág. 88 do volume *Contos*, a propósito do Jacinto do conto *Civilização* que, depois de devidamente ampliado, se transformou, como é sabido, na novela intitulada *A cidade e as serras*.

Na mesma ordem de ideas, João da Ega também considerava Carlos da Maia o homem mais feliz d'estes reinos porque, além de outros motivos, *nunca soffrera de dyspepsia*, gozando d'uma saude de pinheiro novo (*Os Maias*, vol. II, pág. 343).

Não é de estranhar tal desabafo num escritor que nunca teve uma saúde por aí além...

Eça de Queiroz sofreu sempre, ao que parece, de uma entero colite, ou coisa parecida, que muito o mortificou.

E não tinha das coisas uma visão azêda!

Tôda a sua obra revela, de facto, um fino espirito de risonha ironia, um pouco desdenhosa, mas cheia, ao mesmo tempo, de bondade.

Consolava-se certamente o autor pensando que, nestas questões de saúde, as aparências são, por vezes, enganadoras.

Lá dizia o Marquês de Sousa — há gente, parecendo forte por se occupar de cousas fortes, que no fundo tinha asthma, tinha pedra, tinha gota... (*Os Maias*, vol. I, pág. 162).

*

Manter a saúde, através dos perigos que constantemente a ameaçam, é afinal coisa difficil.

Para uma pessoa se *subtrahir á tísica, á angina... á febre que vem da sargeta, á casca de laranja escorregadia onde se quebra a perna*, Teodoro julgava mesmo indispensável *ter uma protecção extra-humana* (*O Mandarim*, pág. 17).

Pode muito bem dizer-se que é esta, sem dúvida, a opinião de um homem que o destino amarfanha, de um fraco que sucumbe perante as contingências da vida.

Mas, pela obra de Eça de Queiroz, sente-se muita vez passar o sôpro trágico da fatalidade, arrastando pessoas que não sabem reagir.

Defeito da raça?

Talvez.

Ele pinta-nos, com efeito, a gente portuguesa do seu tempo, sem fibra e sem nervo, a marchar sem destino, aos baldões da sorte.

É que a raça, *creada por esses saguões da Baixa, educada na piolhice dos liceus, roida de syphlis* (sic), *apodrecida no bolôr das secretarias* era, na opinião de João da Ega, *a mais fraca... da Europa* (*Os Maias*, vol. I, pág. 226).

Assim certamente pensava também Julião, quando dizia com uma voz cortante:

— *Esta gente está velha, cheia de doenças, de catarrhos de bexiga, de antigas siphilis* (*O primo Bazílio*, pág. 539).

Tudo muito achacado e tudo muito fraco...

A senhora Condessa de Gouvarinho afirmava, por exemplo, que, na família do marido, havia *uma anemia hereditaria* (*Os Maias*, vol. I, pág. 272).

*

Não é pretensão minha, depois de ter apontado estas coisas, entrar agora a discutir se Eça de Queiroz tinha ou não razão quando assim escrevia.

Desejava apenas mostrar que o romancista julgava poder atribuir a fraqueza da raça a umas velhas doenças.

É isto afinal o que interessa no ponto de vista exclusivo das ideias médicas de Eça de Queiroz.

Remédios, está claro que o escritor não propunha nenhuns.

Não estava isso no feitio do seu espírito.

Mostrava chagas ou defeitos, e já não fazia pouco.

Além disso, a eugenia era coisa em que, ao tempo, ainda se não falava.

Só nos aparece uma pessoa entendida, como era a D. Laura Amado, a desejar, para marido da filha, um bacharel que não tivesse *tisicos na familia* (*O Conde d'Abranhos*, pág. 118).

*

De uma maneira geral pode dizer-se que, no ponto de vista médico, a obra de Eça de Queiroz não é muito instrutiva.

Quando aponta sintomas, limita-se, por via de regra, o autor a dizer aquilo que toda a gente mais ou menos sabe.

Sobre a etiologia e a patogenia das doenças pouco há também que se aproveite.

E, a respeito de terapêutica, estamos na mesma.

Quási todas as coisas que os doentes usavam para acudir aos seus achaques — os sinapismos, o álcool canforado, a água sedativa, a arnica, as papas de linhaça, os rebuçados de avenca, os gargarejos de água e sal, o bicarbonato, os sais de frutas, a água de flor de laranja... — são destes remédios que ainda hoje a cada passo se empregam sem prescrição médica.

Fora isto, nos casos mencionados no presente ensaio, só nos aparece a codeína, o mercúrio, o velho xarope de Gilbert e pouco mais.

E o mesmo facilmente se verifica também nos casos fatais que se estudaram nos ensaios anteriores.

No ponto de vista médico, a obra de Eça de Queiroz não é pois muito instrutiva.

Mas ninguém, por certo, irá ler os livros do escritor com a mira de grangear um pecúlio, mesmo modesto, de conhecimentos sobre patologia...

*

De vez em quando há mesmo o seu deslize.

Já apontámos vários...

Regista-se aqui mais um — no vol. II de *Os Maias*, pág. 378, diz-se que *para indigestões já havia o bi-carbonato de potassa...*

O saber do romancista sobre estes assuntos não devia ser muito firme.

E tudo leva a crer, como já disse, que êle se não devia documentar com abundantes leituras de livros médicos.

Talvez, quando êle começou a escrever, ainda não fôsse moda encher páginas e páginas com complicadas questões de alta patologia que, se assombram os leigos para erudição que aparentam, fazem muita vez sorrir os profissionais.

Mas, já que, pela sua própria natureza, raro será o romance em que não haja referências à doença ou à morte de alguém, julgo mil vezes preferível a longas dissertações sobre casos clínicos uma medicina um pouco incerta e vaga, como esta que figura nos livros de Eça de Queiroz.

A questão é que, como no caso presente, tudo seja habilmente disposto por um artista de raro talento, por forma que as inevitáveis deficiências se não tornem muito aparentes a quem leia os romances sem o propósito deliberado de as andar a catar.

É uma missão, no fim de contas, inglória.

Mas, como já disse por mais do que uma vez e torno aqui a repetir, não há qualquer malícia nas minhas intenções...

ALBERTO PESSOA.

ADVERTÊNCIA

Deve acrescentar-se mais um volume à nota publicada no final do ensaio sobre *A morte de Juliana e outros casos fatais*.

Trata-se das *Notas contemporaneas* de que se citam, no presente artigo, páginas da 1.^a edição (1909).

A. P.

S. FRANCISCO DE XAVIER E O ORIENTE PORTUGUÊS (1)

S. FRANCISCO DE XAVIER EM LISBOA

Três dias depois da sua chegada o Rei chamou-o ao paço: recebeu-o, quasi publicamente, na presença de toda a nobreza da sua corte e distinguiu-o dirigindo-lhe palavras de apreço e amizade, afirmando-lhe que lhe parecia fora de dúvida que o Estado da Índia ganharia muito com a sua pregação e que seria tudo para maior glória de Deus: não agradava a D. Manuel e menos aprazia ao filho que os estrangeiros pudessem supor que a sua conquista e monopólio da navegação do Oriente visava menos à propaganda da fé entre a gentildade da Índia do que a uma finalidade inteiramente utilitária: na mesma emergência, tratando-se em Roma de obter a inquisição e a prerrogativa do confisco dos bens dos cristãos novos, D. João III, nas suas cartas ao Papa, pretendia sempre convencê-lo da verdade do seu ânimo e que tinha em vista somente a conservação da pureza da religião nos seus estados e não a espoliação das grandes fortunas dos judeus convertidos: infelizmente porém, os sucessos posteriores à concessão do tribunal da fé, nas tristemente memoráveis inquisições de Lisboa, Coimbra, Lamego, Évora e Gôa demonstraram à saciedade que, se as intenções do Rei eram boas, não podiam ser mais

(1) Cont. do n.º 3, pág. 394.

cruéis, traiçoeiras e gananciosas as de alguns inquisidores mores e de seus ministros, satélites e familiares.

A história contemporânea ainda não fez bastante luz em volta da figura moral d'este Rei: o primeiro dos armadores e negociantes de grosso trato do seu tempo tinha de-certo bastantes rendas do seu quasi monopólio comercial do Extremo-Oriente, África e Brasil para que precisasse de cubicar os bens dos cristãos novos, os quais, ainda que pingues, pouco ou nada representavam ao pé dos fartos rendimentos da casa da Índia e das suas alfândegas e frotas espalhadas por três mundos e três oceanos: D. João III mostra-se ao contrário, em todos os seus actos, generoso, liberal, mesmo mãos rotas para os conventos e igrejas que protegia: devemos talvez supor que as intenções do Monarca em catequizar as numerosas gentilidades dos seus estados eram excelentes e sinceras: somente, a baixa ganância, o materialismo prático dos homens da Índia, ofereciam quasi sempre resistências teimosas à vontade do Rei que promulgada a milhares de léguas de mar, quando chegava ao Oriente, tinha perdido oportunidade e eficácia.

O Rei, muito devoto, supria por uma fé inteira ás deficiências de um espírito pouco subtil: essa mesma sua devoção o dispunha para admirar um homem de cuja vida e penitência exemplares o tinha informado o seu ministro: a santidade humilde do P. M. Francisco impunha-se já aos fidalgos da côrte pois sempre a integridade moral se impôs às gentes mais ou menos corruptas: era aquele modesto pregador que ali estava, de attitude simples que não condizia com a nobreza das suas feições, evidentemente um homem, no conteudo mais elevado e espiritual da expressão: fé, bondade, coragem moral, caridade profunda eram as virtudes que coexistiam naquele espírito e que o positivismo céptico dos tempos tornava de mais em mais raras: havia, é certo, ainda em Portugal um D. João de Castro, alma temperada

no estoicismo antigo e que havia de relembrar na nossa história os heróis de Plutarco: o Fidalgo português, o Padre navarro eram porém excepções na côrte e na gente de Lisboa e justamente a carestia destas almas heróicas, eleitas da graça de Deus, as tornava respeitáveis e exemplares aos olhos de um povo e de uma nobreza que perdera as virtudes antigas ainda que uma espécie de remorso, uma confissão íntima da sua inferioridade, lhes fizesse compreender a sua decadência: aí estava pois o Rei diante de um homem santo e austero e talvez sentindo um íntimo arrependimento por tudo quanto para o bem de Deus poderia ter feito na Índia e que não fizera. Entretido na sua grossa mercancia, fôra dilatando e esquecendo os bons propósitos, talvez porque a mesma resistência passiva do epicurismo cortezão ou dos homens utilitários do Extremo-Oriente, não lhe deixava realizar aquela obra de fé, aquele alto objectivo espiritual a que os Reis de Portugal e os de Espanha se obrigaram com a Igreja a trôco da confirmação do seu domínio temporal nos novos mundos. De facto o que, até à ida do P. M. Francisco, se fizera no estado da Índia em matéria de fé era nada ou quasi nada⁽¹⁾: os mesmos missionários franciscanos que acompanharam o Cabral e muitos outros que depois foram; algumas missões dominicanas e de outras ordens que por vezes embarcaram para o Oriente; os mesmos bispos metropolitas e vigários gerais, ou por somenos para tão populoso estado ou por incapacidade, muito pouco tinham realizado pelo amor de Cristo e propagação da sua palavra entre o gentio.

Assim D. João III quasi se desculpava do que não fizera insistindo em que não era tanto a conquista e o comércio do

(1) Como é sabido existiam na Índia do Sul desde remotas eras, particularmente nos reinos de Travancore, Coulam, Cranganor e Cochim, como na costa Oriental cêrca das ruínas da antiga cidade de Meliapôr algumas cristandades da Igreja Siríaca a cuja descoberta pelos portugueses nos referiremos adiante.

Oriente que o interessavam mas a conversão daquelas genti-
lidades para o que contava com os merecimentos e benefícios
da prègação dos dois padres cuja vinda em extremo esti-
mava: Francisco de Xavier pôsto que habituado a côrtes
baixava os olhos na sua voluntária modéstia e humildade: o
padre Simão, apagando-se um pouco na sombra do compa-
nheiro, sorria desvanecido; por fim o Rei, ao despedi-los re-
comendou ao seu secretário da Fazenda que lhes desse pou-
sada condigna como a hóspedes; os padres agradeceram
cortezmente a liberalidade mas, como de costume, foram-se
ao Hospital de Todos os Santos porque não quizeram aceitar
outro gasalhado.

O P. Mestre informava a Loiola para Roma:

«Miçer Paulo y un otro portugues yo e Francisco Man-
silhas partimos esta semana á las Indias...

«El-Rey me dixo quando del me despedi, que por amôr
de Nuestro Señor le escribiesse muy largo de la disposition
que allá ay para la combersion de aquellas pobres animas
doliendo-se mucho de la miseria en que estan mettidas y
muy deseoso que el Creador e Redentor d'ellas no sea per-
petuamente offendido de las criaturas á su imagem y simi-
litud creadas y con tanto precio compradas. Es tanto el
cello que su Alteza tiene de la honra de Christo nuestro Se-
ñor y de la salbation de los proximos que es cosa para dar
infinitos louvores y gratias a Dios de ver un rei que tan bien
y piamente siente de las cosas de Dios: y es assi (que si yo
no fuera testigo de vista como soy) no pudiera crêrlo mucho
que en el he visto».

Era porém cedo para a partida das armadas da Índia:
para navegarem ao sul esperavam pelas fortes e contínuas
nortadas de Abril que as levavam direitas a pairar sôbre o
Cabo Frio de onde entravam no golfo à Guiné e de lá atraves-
sando a linha para sudoeste iam na rota do Cabo da Boa
Esperança.

Enquanto se detêm não ficam ociosos os dois companheiros de Jesus pois Loiola em Roma conseguira que Paulo III aprovasse com este nome a nova regra ou ordem religiosa: não faltava tão pouco na Babel que era então Lisboa muito em que se ocupassem; o tempo livre que lhes deixava a missa, o serviço do Hospital e a meditação empregavam-no ou a prègar pelas ruas ou levando conforto aos presos ou então no confessionário aonde meia cidade acudia com ânimo penitente, edificada pelo exemplo e autoridade dos novos apóstolos.

Frutificava em obras pias a prègação dos dois companheiros; sobretudo o poder da sugestão moral do Padre navarro começava a revelar-se de uma grande eficácia: apesar-de estrangeiro de nação e de língua, afrancesado pela sua longa estada em Paris, meio italiano pela sua peregrinação por Veneza, Bolonha e Roma, era contudo muito querido; talvez por aquele dom de penetração nas almas e ciência de as levar à desejada contrição ou antes por aquele halo de prè-santidade que irradiava da sua nobre fronte; também a língua portuguesa não lhe era de aprendizagem difícil: o seu dialecto natal, o francês e o italiano eram assaz de preparação para dominar de-pressa o nosso romance celto-latino a que um pouco de judeu e árabe se tinha misturado com o andar dos séculos: a mesma qualidade de estrangeiro o fazia preferir pela gente da còrte que muitas vezes experimentava certo embaraço e vergonha em se confessar aos clérigos da terra: assim pelo confessionário e pelas suas práticas o P. Mestre Francisco furtou muitos às más ocasiões que arrastam aos pecados graves; aconselhou a outros; compôs as discórdias de alguns e mesmo houve em Lisboa como em Itália no tempo de S. Francisco de Assis, ricos que deixaram o mundo para professarem na nova religião: as igrejas voltaram a ser concorridas na freqüência dos sacramentos que antes o povo só costumava nas semanas

que procediam a Paixão: enfim mais devoção, outros costumes, outra moral.

Isto constava na Côrte e as pessoas mais piedosas começaram a ponderar quão necessários os padres de Jesus eram a Lisboa e que seria loucura, sendo tão precisos e úteis na metrópole, enviá-los à Índia que passaria muito bem sem êles como até ali e ainda porque era de mais fruto e importância a morigeração do mesmo reino de que a conversão das gentilidades orientais; acrescentavam que mais valia os dois padres ficarem em Lisboa e fundarem um colégio ou seminário de moços que professassem na sua regra de onde então saíriam prègadores que abastassem para o Estado da Índia: estas práticas chegaram aos ouvidos do Rei que as aprovou e logo escrevia ao Papa para o autorizar naquele propósito: porém Francisco de Xavier, por muito que fôsse o seu desejo de obedecer, não era homem para abdicar daquele grande sonho da sua vida religiosa, daquele doce projecto que há tanto acalentava no íntimo peito; daquela legítima ambição de ardente apóstolo que em sua alma sentia, de ir levar o evangelho, a dôce palavra de Cristo aos povos distantes da Ásia imersos desde milénios nas suas práticas gentílicas e na ignorância das cousas de Deus: esta febre, êste desejo do Oriente lhe nascera com os seus primeiros passos na vida de penitência; criara-se, formara-se, crescera e finalmente sazouara em si como uma nova consciência, uma nova alma, um novo sentido da vida: agora que naquela Lisboa, cosmópolis do Universo, êle pressentia, palpava já a realização do seu grande sonho, como lhe a queriam impedir, retendo-o ali, amputando-lhe quasi como metade do seu ser, a razão final, imperiosa da sua existência! Êle sentia que Deus o chamava ao Oriente e que homens poderosos o queriam deter naquela côrte e cidade que nada lhe dizia à alma ansiosa de tôda a largueza dos oceanos, de tôda a vasta luz tropical dos novos mundos, senão o mesmo enfado, o mesmo

tédio de Paris, de Veneza, de Roma com as suas côrtes corruptas, a sua moral convencional, a sua vida de aparência e o seu falso urbanismo!...

A inteligência, o espírito, enfim a alma do homem que aspira a Deus é como uma flor alpestre que só pode viver e desabrochar sobre as ásperas penhas dos altos cimos entre a candidez da neve pura e o azul diáfano do céu; o bulício, o afan, o aparentar vaidoso das côrtes são por definição contrários à serenidade de uma inteligência que medita, que se analisa, gravemente inclinada sobre si mesma.

O primeiro movimento, a primeira aspiração do homem que deseja a santidade é desprender-se, furtar-se às realidades mundanas que o cercam: ausentar-se, esconder-se, fugir; procurar os lugares solitários, os desertos, as serras distantes onde possa defrontar-se com a própria consciência, onde possa realizar o seu plano de vigília, meditação, solidade, livre dos mil obstáculos que a mesma inércia do meio em que se criou, as mesmas raízes que ainda o prendem à terra, a família, os amigos, opõem à sua vontade em marcha para um objectivo espiritual superior: o desejo da santidade comporta um plano de vida moral; um sucessivo aperfeiçoamento das faculdades da alma ou digamos a tensão constante dos raciocínios inhibitorios sobre o sub-consciente instintivo: o combate, a luta com a tentação, com o pecado, tem evidentemente muito maiores probabilidades de êxito na solidão de um ermitério aonde a ocasião não se apresenta ao noviço na penitência com aquela facilidade com que nas côrtes se oferece aos olhos mais prevenidos: depois, no esquema da beatitude cristã, entra como modelo a imitar, como (digamos) poética sugestão, o evangelho de Jesus no seu doce apostolado, entre simples pescadores, no lago solitário e tranqüilo de Tiberiade e entre a gente rude da Galileia rural. Como, à custa de que quasi sobre humano esforço, podem os homens de boa vontade procurar o caminho da

perfeição nas côrtes que são a estrada real do êrro e do pecado?

De-certo o P. Mestre Francisco, ajoelhado diante de um crucifixo, na sua cela do Hospital de Todos os Santos, tentando cerrar os ouvidos ao bulício da grande cidade que rolava em estrepitosa tropeada, em contínuo clamor, sentiria claramente como primeiro em Paris no tempo da sua conversão e depois em Veneza não menos oriental e tentadora que Lisboa no silêncio misterioso da sua ria, como na universitária Bolonha, ou enfim na grande Roma pontificia, a inanidade de um esforço, de uma ânsia, de um anelo contínuo para a pureza e para o bem que podia tropeçar e cair na primeira cilada que a tentação lhe armasse sob os pés.

De facto na côrte, as ruas, as lojas, os paços dos grandes, o mesmo hospital e até (¡infinito é o perdão de Deus!) as próprias igrejas, estavam cheias de tentações, de motivos de pecar senão pela obra ou pela palavra, pelo desejo que rompe mal contido das entranhas do homem: ¡que era a côrte, que era Lisboa senão o mostruário capitoso da eterna Eva com os mil feitiços e encantos com que o luxo e a sumptuosidade do século a vestia! ¿Como atravessar uma rua aonde o homem austero e penitente, ainda que absorvido no seu sonho de perfeição, se encontrava a cada passo com os aspectos mais formosos da sedução que pode revestir aquela «Libido» que os filósofos dizem innata no homem? ¿Como concorrer aos paços dos grandes aonde por ser mais elegante e discreto não era menor o perigo? ¿Como frequentar os templos aonde um sem número de mulheres cristãs, nem sempre lembradas da santidade do lugar, acorriam aos altares e ao confessionário tão pouco vestidas e veladas como para um sarau de festa? O mesmo hospital estava repleto de filhas do povo que a sua pobreza trazia mal cobertas e das inúmeras infelizes que vivem de vender os en-

cantos e a frescura da sua mocidade e, galantes e quasi despidas de profissão, são incentivo do mesmo pecado por triste apanágio das côrtes populosas. O P. Mestre Francisco a horas mortas, na sua cela do hospital, lançado de rojo aos pés do crucifixo, só ali encontrava o refúgio aonde não podia chegar aquele aroma de volúpia cortezã que se respirava no mesmo ar das ruas; o eco daquela voz aliciante da grande cidade; o reflexo chamejante do seu olhar de lascívia. Sem dúvida não era aquela vida de continuo sobressalto em que parecia se marginavam, caminhando, as mesmas crateras ignivomas dos Infernos a que o bom estudante navarro tinha sonhado ao converter-se em Paris ao dramático espírito proselitico e hábil sugestão do seu companheiro mais velho de Loiola: Francisco de Xavier visionara então a simplicidade evangélica da Galileia apostólica, entre gente rude e simples, sem diabólicos artificios de beleza e de luxo e não se detivera talvez um momento pensando que o mesmo doce Jesus aceitara por bondade divina os balsâmicos óleos suaves com que a cortesã Madalena lhe ungia de joelhos os seus sagrados pés; um romantismo de místico fizera-lhe entrever aquela vida rude mas sincera dos apóstolos, aquela espécie de primeiro comunismo cristão, contentando-se de pouco, repartindo tudo e nada guardando, confiando em que Deus que não deixava morrer de fome as aves, também não abandonaria os seus filhos.

O seu sonho evangélico não o podia realizar na côrte faustosa de D. João III: subsistiam as mesmas senão mais fortes razões que o fizeram abandonar Paris depois da sua conversão; em Roma graças à amizade de Loiola vira a sua doce e intima esperança do Oriente acercar-se dum têrmo: Paulo III enviava-o à Índia apontando à sua humildade a lenda distante do companheiro de Cristo que levou a sua doce mensagem àquelas gentes brônzeas entre os palmares do Coromandel e de Narsinga: mas a-pesar-de tão longínqua, tão

desvanecida nos séculos, aquela tradição quasi mítica que como um astro nos confins do Oceano se sumia nas brumas espêssas dos tempos, bastava à imaginação romântica de Francisco de ponto de apoio, de finalidade de tãda uma vida, de fulcro espiritual de um esforço que ia transformar o Oriente.

Com efeito, ¿ que se sabia da prègação do apóstolo Tomé na Índia, daquelas suas cristandades tão apagadas, perdidas desde séculos como as passadas do Santo pela areia dos palmares? Nada ou quasi nada: a mesma Renascença com as suas curiosidades humanistas ignorava o Extremo-Oriente: os próprios fenícios e púnicos, os geógrafos gregos a-pesar-dos cronistas de Alexandre, a cosmografia de Estrabão, as rotas latinas das viagens comerciais dos romanos: os Suetónios, os Tácitos, os Tito-Lívios mal o conheciam tão grande era a confusão dos ocidentais sôbre as terras e os mares que ficavam além dos Cimérios, Citas, Partos, Arábios e Etiopes.

Na Idade-Média, se um ou outro mercador ou viajante que se aventurava nas caravanas da Síria ou Gôlfo Pérsico ou nas flotilhas mouriscas do Sultão do Cairo pelo Mar Vermelho regressava um dia à pátria, ninguém acreditava os portentos que vira e chasqueavam-no como narrador de fantásticas patranhas.

Um veneziano, Marco Paulo, escrevera, é certo, um livro das suas peregrinações extremo-orientais onde é fácil reconhecer através das alterações da toponímia, o itinerário dos mercadores mouros que atravessando o golfão do Índico corriam pelas costas de Cambaia, Decan, Canari e Malabar, até ao Comorim na cobiça das pérolas de Manar e das safiras de Ceilão; noutra viagem percorre os Canatos tártaros da Asia central e segue a estrada das caravanas da seda; mas tudo narrado tão confusamente, tão distante, tão entrecortado de sobrenatural, digamos mesmo tão incrível para os homens do seu tempo que o conhecimento do Oriente con-

tinuava envolto no vago de uma geografia advinatória e de uma tradição incoercível.

Do maciço alteroso do Cáucaso, mercadores armênios, seguindo as caravanas persas através as vastas e solitárias lhanuras dos estados do Sufi, tinham chegado por vezes à Índia quer pelo Golfo Pérsico quer por Chiraz e pelas fronteiras do Afeganistão: êstes cristãos porém, gregos ou nestorianos, mais orientais do que europeus, em cuja pátria perdurava talvez a tradição do apostolado de Tomé ou Didimo, não tinham contacto com as nações rumis ou frangis de Ocidente: foram os portugueses, alguns anos mais tarde, que os encontraram na Índia fazendo com peregrinos húngaros a romagem ao túmulo do Apóstolo.

Quem no século xv sabia mais do Oriente era o Infante D. Henrique que pertinazmente ia coleccionando tôdas as indicações que os mercadores genoveses e venezianos, os judeus e os mouros de Ceuta lhe levavam de tôda a parte: o irmão, conde D. Pedro correrá para êle as Sete Partidas do mundo mediterrâneo; trouxera-lhe com muitas informações colhidas no próximo Oriente, um manuscrito das viagens de Marco Paulo e cópias de cartógrafos genoveses: trabalhando sobre os conhecimentos clássicos da geografia de Heródoto e Estrabão, o seu audacioso espírito vislumbra já, virtualmente, a localização das Índias Orientais e da África portentosa no mundo: dedicando as rendas pingues do mestrado de Cristo para armar os ligeiros varinéis da Descoberta o Infante ia formando em Sagres uma escola de capitães e pilotos do Oceano: sabia bem aquele homem tenaz, dotado duma maravilhosa intuição geográfica, porque mandava os seus capitães para o Sul, sempre mais ao Sul, ao longo das costas áridas da África desértica: o encontro das ilhas para o Ocidente posto que feliz foi um compasso de espera que o não desviou do seu plano de descobrir para o Equador: os geógrafos greco-latinos davam um oceano naquela

altura, sem contudo poderem definir a linha de costas que contornava; plantadas as ilhas ocidentais como boas quintas de renda, confiada a administração aos seus donatários, o Infante prossegue nas suas rotas do Sul e os seus pilotos dobram finalmente o cabo que se julgara, com os limites dos mares, ser o térmo do Mundo.

O sobrinho Afonso V entretido com as suas praças marroquinas e as suas pretensões infelizes ao trono leonado de Castela, uma vez morto o Infante, não atende como era mister à descoberta: mas o filho, o sisudo e astuto D. João II, não esquece a lição do tio-avô; uma vez bem segura a coroa, manda de novo para o Austro pilotos e capitães; as naus para uma longa navegação sucedem às ligeiras barcas de Lagos e Bartolomeu Dias, verdadeiro génio de audácia humana que pretende mergulhar a vista nos mistérios vedados do Oceano, irmanado à fúria impetuosa da tormenta, dobra a extrema da misteriosa África etiópica, nunca dos homens devassada e encontra-se finalmente no caminho da Índia: por terra, os criados do Rei, o judeu Josef de Lamego e Pero da Covilhã, informavam-se no próximo Oriente e no reino abexim do Preste João dos caminhos da Índia e assim as cartas dos dois viajantes, vinham confirmar a rota do capitão que foi o génio da descoberta portuguesa.

Uma geração de pilotos e cartógrafos adestrada nos perigos do mar e no prescutar dos roteiros, fôra travando um conhecimento íntimo com as realidades geográficas que pouco a pouco, surgindo do Oceano, iam deslocando para o mundo dos mitos as lendas dos fenícios e dos árabes: a feliz invenção de Pedro Nunes vinha completar a obra dos cosmógrafos e dos práticos e permitir às naus portuguesas, que já antes do seu tempo sulcavam os mares ensinadas e providas de instrumentos e regras de astrologia e geometria (sem precisarem de se prender com os pontos de referência da navegação costeira ao longo dos areais de África) mais largos

vôos pela imensidade marinha. Os vastos oceanos abriam-se agora à lusitana audácia e quando o Gama em frente do Restelo manda levar de âncora, vai confiado porque conhece já mais de metade do seu caminho; o beirão Cabral como o atrevido Côrte Real, tomam os rumos do ocaso do sol porque sabem, de ciência certa, que encontrarão a poente um novo e grande continente lançado do extremo norte quasi ao extremo sul a entestar nos dois polos; a toponímia portuguesa da Terra Nova lá ficou a testemunhar com o formoso e vasto império do Brasil o certo conhecimento que, antes dos outros europeus, os portugueses tiveram dos mundos e dos oceanos.

Quando o estrangeiro Colombo que encontrara em Portugal uma pátria de adopção e casara com a filha de um piloto dos Açores, daquela velha escola insulana dos que foram ao Labrador e tiveram o pressentimento das Antilhas, vem a Lisboa propor a D. João II que lhe dê alguns navios para ir descobrir terras a Oeste, sabia o Rei seguramente, sabiam os seus conselheiros e os seus capitães que o genovês casado nas ilhas, estava bem informado e que grandes terras virgens como os primeiros arquipélagos descobertos no oceano ficavam para aquela banda do mundo. Não era porém oportuna para a política Joanina da descoberta da Índia milenária, rica, policiada e culta uma derivante para a descoberta e ocupação dos mundos primitivos, vestidos de verdes florestas impenetráveis por onde erravam algumas miseráveis tribus autóctones; e tanto assim era que ainda Cabral, em 500, ao encontrar as terras previstas a Ocidente que chamou de Santa Cruz, se limita a desembarcar com alguns homens para solenemente tomarem a posse daquele novo mundo em nome dos reis de Portugal e da Cruz cristã e ouvirem, gratos a Deus, a missa que os seus franciscanos vão rezar em terra num altar improvisado de ramos e flores silvestres: tardariam anos antes que os portugueses fôs-

sem desbravar as selvas brasileiras: só quando o nosso esforço militar extremo-oriental se completou com o regresso à política agrária, já iniciada muitos séculos antes por D. Diniz, é que os Lusíadas, na destra o arado, na sinistra a espada, se resolveram enfim a romper os matos virgens e, novos descobridores dos misteriosos e largos rios que sulcam a verde negra floresta tropical, juntaram a redentora epopeia do sertão ao trágico heroísmo da conquista extremo-asiática.

D. João não ignorava que Colombo devia encontrar terras, ilhas, mundos talvez, ao Ocidente: alguns dos seus capitães que o sabem também, propõem-lhe mandar matar aquele homem meio estrangeiro que pelas relações da família conheceu demasiadamente das viagens arriscadas de pilotos ilhéus para o Oeste temperado e o Noroeste glacial; porém o Príncipe perfeito à Maquiavel que foi implacável para os grandes do reino que lhe faziam sombra, é generoso, é liberal para a gente do mar: podia mandá-lo lançar por toda a vida numa enxovia ou fazer a vontade aos seus conselheiros zelosos do intruso; D. João II porém não foi cruel senão por razão de estado: cioso para Portugal do segredo das rotas de África que ainda em sua vida conduziram o Dias a meio do caminho da Índia, era-lhe um pouco indiferente o que ficava para o Ocidente do globo; e quem podera prever então as consequências que a sua recusa podia ter para a marcha futura do mundo europeu? Colombo, mal sucedido, considerado suspeitosamente pelos capitães da descoberta como intruso que entrou para expiar na família portuguesa, não se julga já seguro em Lisboa e passa-se a Castela: estava escrito que os Reis Católicos aceitariam o foragido de Portugal, confiar-lhe-iam no seu saber e num claro dia de sol andaluz, largando as velas ao vento fresco da serra, levantava ferro em Palos a primeira armada para a descoberta das Índias ocidentais.

As conquistas dos infantes de Aviz, Ceuta e Tânger e a

descoberta laboriosa da África e das Índias devida ao génio tenaz e duro de D. Henrique atraíram, pela fascinação do novo e do inédito, cavaleiros valorosos de tôdas as nações; flamengos como galegos e castelhanos, catalães e andaluzes, genoveses e venezianos, acudiram pressurosos àquela nova maneira de cavalaria das descobertas, agora que o espirito cavalheiresco fenecia numa Europa em que um Luiz XI, um João II, uma Isabel consolidavam o poder absoluto dos reis e aonde, em Azincourt como em Aljubarrota, uma nova táctica militar apoiada nas formações da gente de pé, dava o golpe de morte numa cavalaria pesada e sem mobilidade que já se fazia antiquada como instrumento de guerra.

Porém os gentis-homens que a novidade da descoberta portuguesa chamava a Lisboa e ao caminho do Oriente, pelo poder assimilador da nossa gente breve se aporuguesavam e faziam corpo comum com a nação.

O mesmo teria sucedido a Colombo, cuja nacionalidade porventura nem hoje se discutiria tão ciosamente se a anuência de D. João II ao seu projecto de viagem tivesse completado a nacionalização que o seu casamento em Portugal tinha de há muito começado: o poder de assimilação da cultura portuguesa dos séculos da descoberta e conquista da Índia era em extremo, activo e eficaz e assim nós vamos ter ocasião de mostrar no decurso dêste ensaio como Francisco de Xavier, navarro de nascimento, francês por educação, foi um dos heróis mais portugueses e mais representativos do nosso império da Índia, aquele que as cristandades lusitanas do Extremo-Oriente adoram ainda hoje fervorosamente como seu apóstolo e patrono.

Êste poder de atracção da actividade portuguesa das descobertas e conquistas do Oriente ia chamando a Lisboa personalidades de valor da Europa ocidental à mistura com muitos soldados aventureiros recrutados de tôdas as nações e de todos os exércitos; a metrópole, a Ásia rapidamente

assimilavam estes estrangeiros, de sorte que, quer na côrte quer nas armadas do Indostão e nos seus empórios e fortalezas, eram tantos como as nações do Mundo. O estudante navarro Francisco de Xavier, pensionista de um colégio parisiense que tinha como reitor um notável humanista português, o doutor Diogo de Gouveia, provavelmente levou a sua curiosidade de intelectual prè-romântico aquelas cousas quasi portentosas das viagens dos portugueses à Índia, à mesma Índia que era tradição tinha convertido a Cristo, o apóstolo Tomé: a sua obsessão, o seu sonho, digamos a sua ambição do Extremo-Oriente, devia-se ter gerado então no espírito adolescente, quer pela sugestão das práticas do humanista Gouveia, quer pela leitura de algumas das muitas crónicas e viagens da Índia que a êsse tempo a Imprensa, ainda na sua infância, começava a vulgarizar por ser assunto estranho e peregrino e como tal despertar extrema curiosidade: além das crónicas pròpriamente lusitanas, roteiros, lendas, narrações quasi anónimas de peregrinações e naufrágios, não faltavam também em língua francesa e castelhana, versões do português e mesmo cartas e itinerários de jornadas ao Extremo-Oriente de mercadores ou soldados franceses e castelhanos que para lá se tinham embarcado nas armadas de Portugal: o esforço lusitano aproximava assim da curiosidade europeia realidades etnológicas e geográficas que por muitos séculos se envolveram das mais difusas e extravagantes imaginações como o movimento das cruzadas, chegando das nações bárbaro-latinas o levante mediterrâneo, suscitou em tôda a Europa uma forte atracção pelo próximo Oriente arabizado ou mourisco; assim a tenaz continuação das descobertas e conquistas portuguesas, trazia aos olhos de uma Europa a um tempo curiosa e incrédula a prodigiosa fantasmagoria de uma Índia luxuosa e requintada, rojando sedas brochadas de ouro, cingida de pérolas, rútila de pedrarias, enquanto das áureas caçoulas se evolavam em azuladas

volutas, na penumbra fresca dos marmóreos paços, os aromas raros do sândalo e das rosas de Ispaan. Era um quadro próprio a ferir tôdas as imaginações românticas ou aventurosas êste sonho de um Ultramar delicioso aonde, qual tocados de vara de condão de uma fada, se erguiam do chão, em filigranas de preciosos mármoreos, os minaretes dourados das mesquitas e as pirâmides dos templos de Brama.

Desta fantasia de um Oriente de rajás sumptuosos, de grandeza e luxo asiáticos, tão viva e requintada para enlevar a gente nova, ficaria mais tarde na alma generosa do estudante convertido, um «reliquat», uma impressão inapagável que de alguma forma seria uma determinante quasi subconsciente do seu novo esforço; a conversão a uma alta finalidade moral e religiosa opera na consciência uma nova seriação de valores em que, de um golpe, passam a ter a primeira categoria os espirituais: porém um íntimo sentimento, a raiz moral do carácter, actua fortemente ainda que de uma maneira invisível e subterrânea sôbre a recente formação do espírito em busca anciosa de novos objectivos: como em S. Francisco de Assis, na revelação súbita da graça, ficou sempre aquele doce e profundo sentimento da natureza, aquele amor do verso e da melodia traduzido nas suas laudes, imitado e seguido pelos poetas da sua ordem, assim subsistiu na alma do estudante navarro para além da sua conversão um íntimo sentimento do Oriente asiático que se em antes interessava ao seu «diletantismo» de culto não menos o atraía agora pela curiosidade da alma oriental.

Nós vimos contemporâneamente um alto e profundo espírito, grave nas suas ancestrais raízes puritanas, percorrer os mares em anos loucos da mocidade, deixando em cada escala do Extremo-Oriente um farrapo vivo de coração: depois operada a conversão, senão a de um Santo, a de um homem de letras que na mesma cultura não achou senão

um travor de êrro e de vaidade, o marinheiro Viaud, agora já o célebre Pierre Loti, percorre de novo o mundo ao passo lento das caravanas pelos desertos da Arábia que conduzem à Galileia de Jesus ou através as imensas lhanuras da Pérsia central que levam à cidade das roseiras em flôr, a Ispaham antiga que ergue no céu pálido as cúpulas azulejadas das suas mesquitas; ora, curioso da sabedoria hindu, viaja na penumbra suave das verde-negras florestas do Malabar e de Travancore aonde se erguem sôbre as largas folhas entrecidas dos palmares as tôrres dos templos colossais de Brama e com um único fito, uma única ânsia, uma única ambição: ver, seguir, palpar a pègada desvanecida dos Deuses sôbre a terra, através o fugitivo e trémulo reflexo da luz divina na alma desvairada dos homens; Loti cavalgando pela verde Galileia em flôr, por entre as loucas gramíneas da primavera, demorando-se, sonhador, à beira do lago de Tiberiade, o olhar perdido nos longes cinéreos das águas tranqüilas, não encontra, não entrevê um sinal da passagem viva de Jesus no mundo: Francisco de Xavier leva para o Oriente a Jesus na sua alma e em tôdas as nações que percorre sômente a Jesus vê sôbre o mar e sôbre a terra.

Muitos anos antes, também de uma antiga cidade china que erguia os seus baluartes ameados e as suas tôrres de porcelana na ribeira de um daqueles largos rios que a cada primavera carregam caudalosos o degêlo das serras da Tartária, partira um moço nobre, letrado, no desejo de ir visitar ao Indostão longínquo os lugares aonde meditara, esperando o «Nirvana», o sábio príncipe Sakia e procurar as suas palavras prudentes nos velhos livros esquecidos.

Escondido entre os mercadores de uma caravana hindu consegue chegar às fronteiras fechadas do Celeste Império e passando por entre as tôrres e fortalezas que guardam a portela do Valkhjdí alcança finalmente o árido deserto mongólico aonde, perdido e vagabundo sob os raios ardentes de

um sol estival, caminhando sempre ao Sul, lhe rebenta o ôdre da água que levava às costas: durante cinco dias, sem beber nem comer, palmilha a terra que escalda e pondo a sua esperança em ver um dia a pátria do Buda, passam diante dos seus olhos alucinados da febre do deserto, miragens de caravanas silenciosas que não deixam sôbre a areia mais que uma sombra fugitiva; surgem-lhe no horizonte esbraseado perfis de cidades fantásticas de inconcebível traça até que finalmente, na claridade oftálmica do sol forte da solitária planura, começa a ver como esverdinhar-se a linha extrema do horizonte.

É enfim a terra desejada da Índia, a terra aonde nasceu o nobre Sakia Mouni, o suave Buda que a mais de um milénio entrara no Nirvano: caminha, caminha, cheio de coragem e de esperança o peregrino do Norte: já a fronte envolvida nos seus cândidos turbantes de neve, os cimos himalaianos espreitam, vigilantes, a lhanura mongólica; eis a Índia, a pátria desejada do doce e caritativo sábio: aproxima-se o viajante e transpondo os profundos covões que asoberbam abruptos e ínvios montes gelados, tão cavados e tão sombrios que de dia se vêem as estrêlas luzir no céu; passando a bôca hiante das cavernas encarameladas em cuja penumbra glacial habitaram os solitários eremitas, de penha em penha, de degrau em degrau de serranias, de abismo em abismo, ouvindo mugir escumantes nos vórtices profundos as torrentes frias e puras de onde nascem o bramânico Indu e o sagrado Ganges; deixando atrás, alcandorados nos vertiginosos rochedos os castelos-mosteiros do Tibet; depois torneando as frondosas colinas que descendo suavemente vão morrer muito ao longe na planície imensa, chega finalmente ao paraíso do Indostão aonde próximo da margem do grande rio avista Magada, a terra santa da Índia, a pátria do Buda; ali pode ler e comparar enfim os mil e trezentos livros da sua vida e doutrina aonde, numa floresta

inextricável de comentários, escolhe e medita as suas verdadeiras palavras; iniciado e mestre finalmente em toda a sabedoria búdica vai fazer os estágios solitários da penitência à caverna do dragão de Purushopura aonde o Santo, pôsto há mais de um milénio tenha atingido o Nirvana, consente em aparecer às vezes aos seus escolhidos sob o aspecto de uma sombra luminosa; Hieu Tsang perfeito de saber e de jejuns, vê um dia um ténue lume bruxulear ao fundo das negras lapas do seu antro: passados tempos essa luz fugitiva é já uma doce claridade: passados anos é um grande clarão, um prodigioso e imaterial halo luminoso que resplandece e torna diáfanas as mesmas pedras brancas da sua cova; porque o Buda, há mil anos entrado no Nirvana, não pode aparecer porque não é deste mundo mas vive pelas suas palavras no coração dos homens.

O letrado penitente Hieu Tsang regressando à China, é recebido carinhosamente pelo mesmo Imperador que sob pena de morte lhe tentara vedar a saída do Celeste Império; querido dos príncipes e dos grandes, amado do povo, foi o mestre de uma nova moral, de uma nova religião que contaria em breve quatrocentos milhões de crentes.

Não frutificara tão depressa a cristandade no Oriente: não tinha tido um eco tão ressoante a palavra de Jesus levada por um apóstolo ao grande berço do mundo asiático: se era tradição que S. Tomé prègara e padecera o martírio entre aquelas gentes distantes, um rasto, uma sombra, uma claridade ainda que fugitiva teria deixado no Indostão a sua rápida passagem: achar a sombra luminosa do Budha, encontrar e meditar as suas palavras, fôra o sonho e a ambição do moço letrado Hieu-Tsang que há muitos séculos deixara família e pátria, desafiara as mesmas leis imperiais, arrostarta o grande deserto mongol, franqueara os mesmos desfiladeiros gelados do Kilik e do Himalaia para alcançar a pátria do Buda, procurar a sua sombra desva-

necida, estudar nos lugares alpestres aonde o Santo ermitara e visitar os seus santuários de Koutska e de Karachar. Também agora, no meio de tempos mais duros e utilitários, um moço letrado cristão, ambicionava seguir na longínqua Índia, as pègadas mal visíveis do apóstolo peregrino que levou ao Indostão o pensamento de Jesus que trabalhara e padecera por todo o mundo: o espírito de Deus enviara os apóstolos a cada um dos pontos cardeais; ¿que se sabia porém dos nossos irmãos do distante Oriente?

Era preciso ir vê-los, levar-lhes o abraço fraternal de Jesus: revigorar nas suas almas, palavras e ensinamentos perdidos; enfim, querer-lhes, amá-los em Cristo, como Jesus a todos nos tinha querido e amado: com êste sonho, esta nobre ambição Francisco Xavier embarcava para o Oriente distante na armada da Índia que prestes a largar ferro se balouçava ufana no largo Tejo, tremulante de bandeiras e guiões à fresca brisa do mar.

(Continua).

ANTÓNIO DE MATTOS CID.

UM TEOREMA SÔBRE DETERMINANTES

A-propósito da resolução dum caso muito particular dum sistema de equações lineares, encontrámos uma propriedade dos determinantes, que passamos a expor.

Dado um sistema de três equações lineares a três incógnitas em que os coeficientes das incógnitas sejam nulos ou iguais à unidade e os segundos membros iguais a um número m , e em que apenas uma das incógnitas entra em tôdas as equações, tais como:

$$\begin{cases} x + y + z = m \\ x + y = m \\ x + z = m \end{cases}$$

É patente que a sua única solução é

$$\begin{cases} x = m \\ y = 0 \\ z = 0 \end{cases}$$

Para um sistema de n equações lineares a n incógnitas e em que apenas uma das incógnitas entrasse em tôdas as equações, a solução seria idêntica; isto é, a solução da incógnita que entrasse em tôdas as equações seria igual ao 2.º membro da equação, e as restantes nulas.

É interessante contudo justificar esta conclusão, pelas suas conseqüências.

Aplicando ao sistema dado a regra de Cramer, sabemos que os valores das incógnitas, têm por denominador comum o determinante do sistema que tem uma das filas com todos os elementos iguais à unidade, e sendo os elementos das restantes nulos ou iguais à unidade, e por numeradores os determinantes que se formam substituindo os coeficientes das incógnitas que se pretende determinar pelos segundos membros da equação; donde resulta para o sistema dado:

$$x = \frac{\begin{vmatrix} m & 1 & 1 \\ m & 1 & 0 \\ m & 0 & 1 \end{vmatrix}}{\begin{vmatrix} 1 & 1 & 1 \\ 1 & 1 & 0 \\ 1 & 0 & 1 \end{vmatrix}}, \quad y = \frac{\begin{vmatrix} 1 & m & 1 \\ 1 & m & 0 \\ 1 & m & 1 \end{vmatrix}}{\begin{vmatrix} 1 & 1 & 1 \\ 1 & 1 & 0 \\ 1 & 0 & 1 \end{vmatrix}}, \quad z = \frac{\begin{vmatrix} 1 & 1 & m \\ 1 & 1 & m \\ 1 & 0 & m \end{vmatrix}}{\begin{vmatrix} 1 & 1 & 1 \\ 1 & 1 & 0 \\ 1 & 0 & 1 \end{vmatrix}}$$

ou

$$x = \frac{m \begin{vmatrix} 1 & 1 & 1 \\ 1 & 1 & 0 \\ 1 & 0 & 1 \end{vmatrix}}{\begin{vmatrix} 1 & 1 & 1 \\ 1 & 1 & 1 \\ 1 & 0 & 1 \end{vmatrix}}, \quad y = \frac{m \begin{vmatrix} 1 & 1 & 1 \\ 1 & 1 & 0 \\ 1 & 1 & 1 \end{vmatrix}}{\begin{vmatrix} 1 & 1 & 1 \\ 1 & 1 & 0 \\ 1 & 0 & 1 \end{vmatrix}}, \quad z = \frac{m \begin{vmatrix} 1 & 1 & 1 \\ 1 & 1 & 1 \\ 1 & 0 & 1 \end{vmatrix}}{\begin{vmatrix} 1 & 1 & 1 \\ 1 & 1 & 0 \\ 1 & 0 & 1 \end{vmatrix}}$$

ou

$$x = m, \quad y = 0, \quad z = 0$$

visto que, um determinante que tem duas colunas iguais é igual a zero.

O mesmo raciocínio levar-nos-ia à conclusão de que num sistema de n equações lineares a n incógnitas, em que os coeficientes da incógnita que entra em tôdas as equações sejam iguais à unidade, podendo os das restantes ter quais-

quer valores, tem tôdas as soluções nulas com excepção da primeira que é igual ao 2.º membro da equação.

Na hipótese, porém, de todos os coeficientes das incógnitas serem nulos ou iguais à unidade, o valor do determinante do sistema, em que uma das incógnitas entre em tôdas as equações, pode sempre reduzir-se ao de um determinante de 2.ª ordem, em que os elementos duma fila são iguais a +1 podendo os da outra ser 0, e 1, ou -1; isto é, a um dos seguintes determinantes

$$\begin{vmatrix} 1 & 1 \\ 1 & 1 \end{vmatrix} = 0 \quad \begin{vmatrix} 1 & 1 \\ 1 & -1 \end{vmatrix} = -2 \quad \begin{vmatrix} 1 & -1 \\ 1 & 1 \end{vmatrix} = 2 \quad \begin{vmatrix} 1 & 0 \\ 1 & 1 \end{vmatrix} = +1$$

$$\begin{vmatrix} 1 & 1 \\ 1 & 0 \end{vmatrix} = -1 \quad \begin{vmatrix} 1 & 0 \\ 1 & 0 \end{vmatrix} = 0.$$

Com efeito, subtraindo duas filas paralelas, consegue-se reduzir a ordem do determinante, até à 2.ª ordem.

O seguinte exemplo, mostrará o acêrto do que afirmamos:

Seja o determinante de 5.ª ordem, que por subtrações sucessivas se transforma num de 2.ª ordem:

$$\begin{aligned} \Delta &= \begin{vmatrix} 1 & 1 & 1 & 1 & 0 \\ 1 & 0 & 1 & 0 & 1 \\ 1 & 1 & 0 & 1 & 1 \\ 1 & 1 & 1 & 0 & 1 \\ 1 & 1 & 1 & 0 & 0 \end{vmatrix} = \begin{vmatrix} 1 & 1 & 1 & 0 \\ 0 & 1 & 0 & 1 \\ 1 & 1 & 0 & 1 \\ 1 & 1 & 0 & 0 \end{vmatrix} = \begin{vmatrix} 0 & 1 & 1 \\ 1 & 1 & 1 \\ 1 & 1 & 0 \end{vmatrix} = \\ &= \begin{vmatrix} 0 & 1 & 1 \\ 1 & 1 & 1 \\ 1 & 1 & 0 \end{vmatrix} = \begin{vmatrix} 1 & 1 \\ 1 & 0 \end{vmatrix} = - \begin{vmatrix} 1 & 1 \\ 1 & 0 \end{vmatrix} = 1 \end{aligned}$$

E como os coeficientes por que vêm multiplicados os sucessivos determinantes reduzidos é sempre a unidade, o va-

lor absoluto do determinante não se altera em relação ao anterior, podendo apenas mudar de sinal.

Seja agora o determinante de 4.^a ordem Δ' , que se transforma num outro da mesma ordem, subtraindo a 1.^a e

$$\Delta = \begin{vmatrix} 1 & 0 & 1 & 1 \\ 1 & 1 & 0 & 0 \\ 1 & 1 & 1 & 0 \\ 1 & 0 & 0 & 1 \end{vmatrix}$$

a 4.^a linhas;

$$\Delta' = \begin{vmatrix} 1 & 1 & 0 \\ 1 & 1 & 0 \\ 1 & 0 & 1 \end{vmatrix}$$

Este determinante é nulo por ter duas linhas iguais

$$\Delta' = \begin{vmatrix} 1 & 1 & 0 \\ 1 & 1 & 0 \\ 1 & 0 & 1 \end{vmatrix} = 0$$

Quando o determinante é nulo, o sistema que lhe corresponde é indeterminado, como sabemos pelo teorema de Rouché; com efeito, é fácil verificar que o sistema correspondente ao determinante Δ é indeterminado:

$$\begin{cases} x + z + u = m \\ x + y = m \\ x + y + z = m \\ x + u = m \end{cases}$$

Aparentemente este sistema tem tantas incógnitas como

equações, mas observando-o, vemos que $y = u$, e portanto o sistema transforma-se no seguinte indeterminado:

$$\begin{cases} x + y + z = m \\ x + y = m \end{cases}$$

Resumindo, podemos concluir:

Um determinante de qualquer ordem, em que os elementos duma fila sejam todos iguais à unidade, e em que os elementos das outras filas sejam iguais a zero ou $+1$, quando não fôr nulo é igual a $+1$ ou -1 ou $+2$ ou -2 .

É nulo quando o sistema de equações lineares que lhe corresponde é indeterminado. É igual a $+1$ ou -1 ou $+2$ ou -2 , quando o sistema que lhe corresponde é determinado.

CARLOS EUGÉNIO ÁLVARES PEREIRA.

MIGUEL EYQUEM,
SENHOR DE MONTAIGNE (1)

Pico de Mirândola escreve o *Examen vanitatis doctrinæ gentium et veritatis christianæ disciplinæ*: agora o título do livro é mais explícito, amplamente revela os fins em vista; o processo é simples: pôr lado a lado textos de filósofos, mostrar as contradições e a impossibilidade delas se deslindarem, contar algumas anedotas e, como escreveu Strowski, «instalar o pensamento na dúvida». Há aqui uma direcção diferente: o julgamento fica suspenso, o que é a essência do pirronismo. Mas a conclusão é a mesma: a Verdade está na palavra de Deus.

A publicação em Paris, no ano de 1569, de dois opúsculos de Sexto Empírico, *Adversus Mathematicos* e *Hypotyposes*, juntamente com uma vida de Pírrone, não foi de molde a fortalecer a posição dos racionalistas e o último golpe, em defesa do cristianismo, ia ser-lhes vibrado por Raimundo Sebond na sua *Theologia naturalis sive liber creaturarum*.

Mas o processo agora era bem diferente: ao passo que os outros cépticos punham como que um fôssco, uma barreira intransponível entre o campo onde se exerce a razão, e Deus — o livro de Sebond vinha encher o fôssco e abater a barreira. A faculdade própria do homem é a de julgar, de usar da razão e é essa, senão a única, pelo menos

(1) Cont. do n.º 4, pág. 420.

a sua mais perfeita forma de conhecimento; de modo que se torna necessário demonstrar ao homem que a Verdade não se encontra no mundo, na ciência, mas em Deus, na religião. A teologia, que procedera pela Fé, queria chegar à afirmação de Deus pelo discurso.

A diferença é muito importante, porque a dúvida passa assim do meio para o objecto de conhecimento; de facto, agora não é a razão humana que é fraca, quasi inútil, tropeçando a cada passo, é o mundo exterior que se não deixa conhecer, que flui: do pirronismo passava-se ao πάντα ρεῖ de velho Heraclito.

Mas o cristianismo não ganhava com a ida de um para outro, bem pelo contrário; se até aí a apologética se tinha esforçado por mostrar os defeitos dos meios racionais de conhecimento, ¿como se pretendia agora que o homem chegasse até Deus, raciocinando, sem se lançar perdidamente na Fé? Caía-se evidentemente no risco de que alguém aparecesse e, batendo a razão, com os argumentos já produzidos, levasse o seu cepticismo até Deus.

Foi o que fez Francisco Sanches, com o tratado *Quod nihil scitur*; atentemos no título do livro: desapareceram as palavras costumadas de *theologia*, de *veritatis christianæ disciplinæ*, de *declamatio invectiva* contra os que duvidavam da palavra sagrada; agora temos claramente o *nihil scitur* sem limitação, *nihil*, absolutamente nada.

Vai até negar Deus? É evidente que não, porque estamos no século xvi; mas ignora-o, escrevendo o *cum Deo nulla proportio*; mas o resto é uma negativa de tudo, um ataque a fundo ao silogismo e à ciência que êle pode realizar; a única que ainda um momento se afigurara possível a Sanches é o conhecimento de uma só coisa, *unius rei*, pelo juízo e pela experiência; mas logo abate a sua própria concepção expondo as imperfeições do observador, como fazia Agripa e Mirândola, e notando com Sebond, o eterno fluxo

e refluxo do universo. Sanches estabelece o cepticismo sem fim exterior, o cepticismo pelo cepticismo.

Mas todos estes sistemas que pareciam condenar irremediavelmente a ciência não o fizeram, na realidade; e prestaram até ótimo auxílio ao seu progresso. Por um lado (e aqui temos que exceptuar Sebond), negando a possibilidade de conhecer Deus por discurso e admitindo que a ciência só se podia construir pela razão, afastam o sobrenatural do seu campo; por outro lado, insistiam, sobretudo com Sanches, pela necessidade de estudar os fenómenos um a um, repeti-los na experiência, julgar, *libera mente, nullis coacta demonstrationibus* e desconfiar sempre. É, portanto, o caminho aberto, para que se constitua e progrida a ciência do século seguinte.

Desprezando a erudição, revoltados contra a ciência, estes cepticos da Renascença liam e sabiam imenso, com uma segurança e uma precisão que hoje nos confunde; falam de filologia, de história, de filosofia, de poetas, de teólogos, sempre com o mesmo sólido conhecimento; sente-se que para eles a intuição só é justificada depois do discurso e, esgotado este, como recurso último e indispensável. Primeiro são eruditos, depois defensores do conhecimento imediato. E não é esta uma das qualidades menos simpáticas e menos elegantes do seu espírito.

As bibliotecas dêstes senhores deviam ser, a julgar pelos escritos, singularmente variadas e ao mesmo tempo bem escolhidas. Todos ou quasi todos estes livros se dispersaram, no entanto, depois da morte dos donos e acabaram por desaparecer ou por se enterrar no fundo das bibliotecas, em estantes que ninguém percorre. Só daqueles que lograram despertar mais interesse podemos conhecer alguns pormenores: no seu número inclui-se Montaigne.

Investigadores pacientes e coleccionadores devotos à memória do autor dos *Ensaíos* deram-se ao trabalho de indicar

com certas probabilidades de verdade, quais os livros que constituíam a sua biblioteca; para tal se serviram de dois meios: em primeiro lugar, conseguiu-se encontrar um certo número de volumes que pertenceram a Montaigne, seguramente dêle, porque, em geral na portada, o dono inscrevia-lhes a sua assinatura; depois, fêz-se um estudo cuidadoso das citações que aparecem nos *Ensaíos*, identificaram-se os autores dos trechos e concluiu-se que êle possuía as suas obras; o segundo meio é naturalmente o mais falível, porque se não conta com o empréstimo e com as citações em segunda mão.

Mas, em todo o caso, ambos os processos são aproveitáveis para o fim que principalmente nos interessa: o de saber quais foram os livros que Montaigne utilizou, as leituras que fêz; pertencerem-lhe os volumes ou não é, na verdade, problema que preocupa muito mais a nobre casta dos bibliófilos. O facto de Montaigne possuir os livros e ter-lhes apôsto o nome não é também garantia, como já vimos, de que os tivesse lido; mas é uma indicação.

Vêem em primeiro lugar os latinos com Cícero, Séneca, Tácito, Quintiliano, Horácio, Catulo, Pérsio, Juvenal, Ovídio, Lucano, Claudiano, Marcial, Lucrécio, Propércio, Tibulo, Vergílio, Terêncio, Nepos, Salústio, Suetónio, Plínio, Aulo-Gélio — poetas, oradores, filósofos, historiadores, epistológrafos, compiladores; depois os gregos, Platão, Aristóteles, Plotino, Xenofonte, Epicteto, Luciano, Plutarco, Homero, Heródoto, Ésquilo, Sófocles, Eurípides, Diodoro Sículo — escritores de todos os géneros e tôdas as épocas; entre os modernos podem apontar-se os italianos com Tasso, Maquiavel, Guazzo, Varchi e muitos outros; os franceses com Marot, du Bellay, Baïf, Ronsard, Bodin, Gentillet, Joubert, Froissart, Olivier de la Marche, Commines, Guichardin, Estienne — tudo quanto apetecia a sua curiosidade; espanhóis e portugueses figuram também na biblioteca de

Montaigne: *De rebus Emmanuelis* de Osório, «le meilleur historien latin de nos siècles», a *História* de Castanheda, na tradução castelhana de 1553 e sobretudo na adaptação de Goulard de 1581, González de Mendoza, que o interessou pela China, Gomara que o passeou pela América, Leão Hebreu de quem fala irònicamente nos *Ensaaios*.

Bom conhecedor do latim e encontrando sempre na sua leitura um encanto renovado, Montaigne cultivou-se principalmente nas obras dos romanos e nas dos humanistas que escreviam o latim; o grego, se lhe chegou para traduzir algumas citações mais curtas e mais fáceis, não lhe deu para se abalar a ler nos originais Platão ou Aristóteles — e teve de recorrer às traduções latinas. O italiano conhecia-o êle bem, como se vê, não só pelo grande número de escritores que possui e consulta, como também pelas páginas do *Diário de Viagem* muito correctamente escritas nessa língua. A-pesar-da mãe ser de origem hispânica e o pai compreender e falar o castelhano, Montaigne parece não o ter entendido bem e ter renunciado à sua leitura: num dos livros da biblioteca encontra-se a nota de que o volume é em espanhol, o que parece uma condenação; os portugueses lia-os nas traduções, como os castelhanos.

Com um espírito todo da Renascença, Montaigne gostava de ler os textos e desprezava os comentadores; parecia-lhe que no seu tempo se abusava da glosa: «nous ne faisons que nous entregloser» e os autores verdadeiramente originais quasi não apareciam; o assunto por excelência para os seus contemporâneos, dizia êle, eram as ideias dos outros; assim se queixa amargamente «dos livros sôbre livros» que não cessam de se publicar.

Muito amigo dos livros, Montaigne não tem, contudo, por êles um fanatismo cego; não renuncia a pensar independentemente e não há autoridade nenhuma que o possa obrigar a aceitar um raciocínio que lhe repugne; um dos seus

favoritos é Sócrates e, no entanto, escreve que aplaude determinada conclusão, «non parece que Socrates l'a dit, mais parece qu'en vérité c'est mon humeur».

Com este gosto de independência e o seu apurado bom senso, Montaigne toma em face dos antigos uma atitude original. Para êle, Gregos e Romanos são uns super-homens, os mais inteligentes, os mais cultos, aqueles que devemos tomar por modelo do nosso estilo e do nosso pensamento. Tudo nêles é belo, a forma e a idea — e os modernos inutilmente se esforçam por os igualar; em volta de si vê Montaigne um turba «d'écrivailleurs» que pilham os antigos, enfeitam com trechos de obras gregas e latinas os seus próprios escritos e apenas conseguem que se vejam melhor os defeitos das obras que apresentam. Portanto, como princípio, procurar atingir a perfeição clássica; Montaigne aparece-nos como muito digno de figurar ao lado de Boileau e de assinar o prefácio da *Ode de Namur*.

Mas trata-se apenas de aparência; porque, se Montaigne tanto lê e admira os antigos, não vai até negar que *todos* os modernos sejam incapazes de os igualar: perversamente e sem modéstia, Montaigne reserva um lugar para si próprio, bate-se com êles — e tem uma esperança secreta de enganar os juizes que o hão-de julgar. Depois havemos de notar que, em século de humanistas que escrevem o latim tanto da preferência de Montaigne, êle vai buscar o francês, a língua vulgar, e não se envergonha de o semear ainda dos provincialismos de Gasconha que tanto impressionaram Pasquier.

E Perrault não tem no século xvii palavras mais duras para os clássicos do que aquelas que Montaigne encontrou para atacar Cícero, êsse senhor palavroso que todos tomavam como um grande orador e que sofre nos *Ensaio*s algumas críticas bem justas; acusa-o de ter querido tirar «quelque principale gloire du caquet et de la parlerie» e, depois de censurar aqueles que só se interessam pelo estilo, des-

prezando a *matière*, acaba por citar Sêneca: «Non est ornamentum uirile concinnitas» e por dizer «Fi de l'éloquence qui nous laisse envie de soi, non des choses».

O próprio Platão que, devido sobretudo a Sócrates, o tem de ordinário tão reverente e humilde, não escapou também às críticas de Montaigne, o que fortemente estabelece a sua independência em face dos antigos. Reconhece-lhes, em suma, um extraordinário valor, mas tem confiança em que um dia os modernos, se os não conseguirem ultrapassar os hão-de pelo menos igualar. Montaigne, no século xvi, em pleno esplendor de renascença clássica, tem sobre os grêco-latinos opiniões bem mais equilibradas e aceitáveis do que o culto fanático que lhes prestam no século xx as pessoas estimáveis que nunca os leram.

O comércio assíduo que Montaigne teve com os latinos foi-lhe de grande utilidade, sem dúvida; deu-lhe, como escreve um crítico, «o sentido da beleza da forma, o gosto da expressão densa e succulenta, nervosa e alada»; mais o ajudou a formar-se do que o formou, no entanto; não é de crer que o estudo dos latinos lhe tivesse fornecido mais do que um ideal a atingir, o arquétipo a que desejaria levar a sua obra; os meios de realizar-se êste desejo estavam em Montaigne, no equilíbrio da sua personalidade, no seu bom gosto, no seu conhecimento do francês e não no seu conhecimento do latim.

De ciência, Montaigne sabe muito pouco e tôdas as suas predilecções vão para a moral, para a política, para a história, para a literatura; a filologia irrita-o e muito sinceramente desdenha o «pur étude grammairien» — o que foi de-certo a causa de nunca chegar a dominar o grego. De um modo geral repelia tudo o que lhe pudesse exigir grande esforço e continuidade de trabalho, tudo o que, à custa de enfadonhas tarefas, só daí a muito tempo viria a frutificar plenamente.

A história entrava no número das suas preferências, mas era uma história que poucas vezes encontramos realizada. Dividia em duas grandes classes os historiadores: os ingénuos que se limitam, sem crítica, a coleccionar documentos, aceitando tudo como verdadeiro, deixando a escôlha a outros mais hábeis, e os filósofos que se esforçam por determinar as causas dos acontecimentos, estudam os caracteres e desconfiam dos factos.

O historiador tem naturalmente de adoptar um critério de verdade; êste não é, para Montaigne, a verosimilhança, mas o valor dos testemunhos que um determinado acontecimento reûna em favor da sua veracidade; Montaigne, que admitia a possibilidade dos milagres e dos prodígios, que era supesticioso, não cria que um acontecimento possa ser negado por ser contrário ao que nos parece racional; se tem por si boas autoridades devemos aceitá-lo como verdadeiro.

E isto leva naturalmente a uma severa crítica das fontes e ao estudo atento da documentação.

De resto, os acontecimentos não têm para Montaigne uma importância primacial e prefere o historiador que se lança à explicação e às considerações filosóficas, que analisa mais os movimentos interiores do que os factos exteriores. Porque Montaigne está convencido de que, em história, os acontecimentos são determinados, provocados pelo homem, ou pelo acaso, e que, dum modo e doutro, o que interessa conhecer são os móveis e as reacções. Em resumo, os *Ensaïos* defendem uma forma de história subjectiva, cheia de conjecturas do escritor e, segundo as tendências de Montaigne, propensa a explicar as acções, não pela maldade, mas pela bondade do homem.

O seu conceito de obra-prima nunca o expôs êle claramente; tinha as *Geórgicas* como livro excelente e daqui poderíamos concluir que o interessavam as obras equilibradas, um pouco académicas talvez, mas realmente perfeitas de

forma, como tudo o que provém dêsse habilidoso, dêsse genial compilador que se chamou Vergílio. Mas também Lucrécio é seu favorito: neste a forma é rude e grosseira, mas o sôpro interior, a chama poética muito superiores aos de Vergílio. Séneca, embora discípulo dos rétores, prende-o com um estilo «non tant délicat et peigné comme véhément et brusque» que lhe agrada porque de certo modo se aproxima do seu. Plutarco delicia-o, mas, na verdade, quanto a estilo, a honra vai para Amyot porque o grego escreve mal.

Encontramo-nos, pois, um pouco desorientados e é salutar que nos conservemos nesta atitude quando se trata de Montaigne, porque é talvez a única que nos pode levar à sua compreensão. E, se atentarmos numa das passagens dos *Ensaíos* talvez consigamos saber o que era para Montaigne a obra-prima: «un suffisant lecteur découvre souvent es écrits d'autrui des perfections autres que celles que l'auteur a mises ét aperçues, et y prête des sens et des visages plus riches».

Porventura, obra-prima seria aquela que se tornasse mais susceptível de receber diversas interpretações; se teve êsse pensamento não negaremos que estava no bom caminho; a bom direito se deve desconfiar do que só admite uma interpretação e logo fica explicado por filólogos ou historiadores de literatura, mesmo mediocres.

Vivendo com os livros, Montaigne não tinha, no entanto, cultura puramente livresca, o que é o segredo dos espíritos múltiplos como o seu que, parecendo apenas atentos a uma ocupação, na realidade se interessam por tôdas. Depois, Montaigne possuía fortemente o sentido da vida e, sabendo bem que os livros lhe não poderiam reproduzir com tôda a fidelidade, que muito se perdia na passagem à escrita, observava-a êle próprio, com a curiosidade sempre desperta e sempre nova.

Montaigne observa como se começasse a viver todos os dias; em face da vida, o seu espírito é jôvem, insaciável, de

uma extraordinária frescura de impressões; o cepticismo e a cultura não lhe deixaram no espírito nada de sêco e desdenhoso; Montaigne é, de facto, «o homem que acorda tôdas as manhãs sem as ideas da véspera», como um grego, e perpétuamente as renova, tirando-as dos livros, dos outros e de si mesmo.

Já vimos como através dos *Ensaio*s podemos reconstituir a fisionomia de Montaigne, com uma grande abundância de pormenores, de minúcias pitorescas, como nos fala das suas doenças, da sua maneira de trajar, de todos os seus gostos. O trabalho de introspecção é também notável: Montaigne analisa-se miudamente, procura dar a causa dos seu actos, mostrar o encadeamento dos fenómenos psicológicos, faz observações bem curiosas sobre o despertar da sua consciência depois de uma queda de cavalo — e tudo isto com sinceridade, pelo menos aparente, com interêsse, com desejo de se explicar.

A-pesar-da sua falta de cultura científica e da ausência de paisagem na sua obra, a natureza não lhe é por completo indiferente e interessa-se pelas plantas, pelos animais, e dos seus hábitos e características tira exemplos para apoiar os factos arquivados pelos antigos. Olhos bem abertos e sempre na desconfiança de que se enganam, espírito pronto a comparar e a tirar conclusões, sem cansaço de renovar a experiência, — eis o que Montaigne leva para a observação do mundo e também para a observação do homem.

Efectivamente, Montaigne não desdenha tirar também os seus exemplos de estudo da humanidade, quer lhe surgissem como seus representantes os criados que trabalhavam a quinta, a soldadesca brutal da guerra civil ou os canibais de Ruão. A êle, como à personagem de Terêncio, nada do que é humano lhe é indiferente e alheio; as conclusões que pode tirar do seu trabalho de introspecção, vai-as verificar nos outros; e Montaigne chega dêste modo à primeira das suas

ideias gerais — a de que nos homens certos caracteres morais são comuns e inerentes à espécie.

Fundada assim no estudo de si próprio, do mundo, dos homens e dos livros, quando em geral no seu tempo só uma das fontes servia, a obra de Montaigne pode parecer à primeira vista como completamente original. Um estudo mais atento dos predecessores de Montaigne vai-nos mostrar que os *Ensaaios* muito lhes devem; é conveniente, porém, notar desde já que a dívida é mais material do que espiritual, que a solução do problema das origens dos *Ensaaios* nos leva mais a conclusões sobre a forma do que sobre o fundo.

A originalidade de Montaigne revela-se-nos logo no título do livro: *Ensaaios*. O que entendeu o autor, o que entenderam os contemporâneos por esta palavra? Para Montaigne o *Ensaio* é a experiência que êle faz do seu pensamento na compreensão de assuntos complicados; diante de uma doutrina filosófica, de um problema moral, de uma explicação de factos que se lhe afigura mais interessante e tentadora, o senhor de Montaigne, sem grande confiança na sua razão e nos seus conhecimentos, sonda a passagem; e vai andando enquanto encontra pé; quer tenha que recuar por se lhe ter baixado o vau ou ser grande a fôrça da corrente, quer consiga atingir a outra margem, fêz uma tentativa, uma experiência, um *Ensaio*. A vitória não lhe traz orgulho, nem a derrota o diminue, porque o seu fito não é, convencido da supremacia do seu pensamento, encerrar-se numa torre de marfim e não o experimentar mais: é, pelo contrário, ir à procura de maiores rios e de passagens mais fundas e perigosas.

Não avança resoluto e confiado; pensa e escreve como viaja; desvia-se, volta para trás, o termo da jornada vale para êle menos do que o caminho a percorrer, o que foi sempre a única forma de pensar ou viajar com proveito. Êle próprio nos diz que, na onda a que se meteu, a razão lhe ca-

minha vacilante, a cada momento errando o passo; ¿mas que importa? O essencial é que se faça a experiência. E esta experiência, posta em crónica, constituiu os *Ensaíos*.

Os contemporâneos entenderam-no bem, quando ao citarem em latim o livro de Montaigne, escrevem sempre *Cognatus*, tentativas; e é um erro julgar, como queria Sainte-Beuve, que a tradução exacta seja *Lusus*; quanto mais estudamos Montaigne, tanto mais nos convencemos de que não há nos *Ensaíos* nada de divertimento, de entretenimento, se quisermos; há a marcha de uma razão que se procura a si própria e aos objectos de conhecimento e já veremos que é esta uma explicação aceitável da sua evolução intelectual e das *certezas* a que chega no seu último pensamento. Montaigne foi o homem que *experimentou* intelectualmente, como outros depois, seguindo o caminho aberto, *experimentariam* materialmente.

Se abrirmos ao acaso qualquer página dos *Ensaíos*, logo seremos impressionados pelo grande número de exemplos que nela se acumulam; por vezes Montaigne parece ter tido o prazer de pôr no que escrevia todos os seus conhecimentos, no capítulo em que trata de costumes, a abundância de usos diversos que aponta é verdadeiramente excessiva; e, se não fôsse perigosò fazer paralelos por vezes illusórios, poder-se-ia ver aqui a primeira aparição do processo tão caro aos realistas de impressionar pela acumulação de pormenores. Mas, de facto, esta característica dos *Ensaíos* explica-se bem pela literatura do tempo de Montaigne.

Quando a Grécia, esgotado o esforço criador, e desejosa de não perder contacto com o grande passado que sentia fugir-lhe, fundou, como em Alexandria e em Pérgamo, bibliotecas de clássicos e organizou turmas de eruditos incansáveis na tarefa de comentar e editar — logo apareceram colecções de tudo o que podia apresentar algum interesse a quem pretendesse conhecer o passado. Publicaram-se anto-

logias — a *Palatina* tem aí a sua origem —, repositórios de ditos célebres, volumes de anedotas, dicionários como o de Suidas, uma inundação bibliográfica de arqueologia, de filologia, de história da literatura, de ciência de almanaque.

O costume passou naturalmente aos romanos, o povo mais assimilador que porventura tem existido, encontrou um cultor famoso em Aulo-Gélio, e de Roma, pela Idade-Média, chegou até a Renascença. É nas diferentes compilações destas duas épocas, mais do que nos antigos, que devemos procurar as fontes próximas dos *Ensaaios* de Montaigne.

Do género, o que teve maior exito na Idade-Média foi a colecção de sentenças ou máximas moralistas; e, dentre todos os livros que se disputavam a influência, sobressaíam os *Disticha de Moribus* que se chegaram a atribuir ao velho Catão o Censor, mas que eram realmente obra de um certo Dionísio Catão, o que explica o equívoco.

Ainda com as mesmas características moralistas apparecem, logo no primeiro ano do século XVI, os *Adágios* de Erasmo; trata-se de uma colecção de toda a espécie de historietas que a sua vasta erudição reuniu, «ditos populares, citações, epigramas, provérbios, anedotas», tudo o que podia prender a atenção do leitor, e que Erasmo comentava extraindo-lhe um sentido moral. O êxito dos *Adágios*, que em 70 anos contaram mais de uma centena de edições, fêz surgir uma turba de imitadores como, por exemplo, Corrozet com *Les fleurs de sentences certaines* e *Le trésor de vertu*; para que se fixassem melhor as anedotas e a moralidade, Pibrac moldou-as em versos que se não podem dizer excelentes e compôs os *Quatrains*.

(Continua).

AGOSTINHO DA SILVA.

(Bolsheiro da Junta de Educação Nacional)

A PROPÓSITO DO TESTAMENTO DE SIMÃO VAZ DE CAMÕES, PRIMO-COIRMÃO E HOMÓ- NIMO DO PAI DE LUÍS DE CAMÕES

O ilustre professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Dr. Eugénio de Castro, descobriu no Arquivo distrital dos Próprios nacionais daquela cidade e acaba de publicar o testamento de Simão Vaz de Camões, filho de João Vaz de Vila Franca e irmão consanguíneo de Isabel Tavares, a «menina dos olhos verdes», a «Belisa», das *Líricas de Camões* ⁽¹⁾.

É um importante serviço por S. Ex.^a prestado aos estudos camonianos, pois por êste documento se resolvem ou esclarecem alguns pontos obscuros ou controvertidos respeitantes aos parentes próximos do glorioso autor de *Os Lusíadas* e, num ponto capital, a êste mesmo.

É o que vai ver-se em uma rápida exposição.

I. — Os ascendentes do testador. — Embora não especifique o nome do pai, pois, como era natural, se refere a êle apenas pelas palavras «meu pai», Simão Vaz diz-nos expressamente como se chamava o avô paterno: era João Vaz

⁽¹⁾ *Testamento de Simão Vaz de Camões, almotacé de Coimbra, descoberto e publicado pelo Dr. Eugénio de Castro, Professor da Universidade de Coimbra, sócio efectivo da Academia de Ciências de Lisboa. Coimbra Editora, 1932.* Tiragem à parte de um artigo publicado na «Biblos» de Maio-Agosto dêste ano.

de Vila Franca: «Para esta capela se trará a campa que está na sé, na cova de João Vaz de Vila Franca, meu avô» (pág. 13).

Até aqui, com êste qualificativo só era conhecido o João Vaz, pai do testador⁽¹⁾, pois é a êle que se referem os documentos I e II do estudo publicado pelo cónego Miguel Ribeiro de Vasconcelos no *Instituto*, de 1855, sob o título de *Apontamentos biográficos sobre o nosso insigne poeta Luís de Camões*⁽²⁾. Cf. também o doc. extratado a pág. 139.

Sob o n.º I são reproduzidas duas escrituras, datadas, uma de Coimbra, a 16 de Agosto de 1530, e outra de Lagos, em 12 de Junho do mesmo ano.

Na primeira, em que a segunda se acha incorporada, figura «o muito honrado João Vaz de Vila Franca, cavaleiro, cidadão da dita cidade» de Coimbra; na segunda são estipulantes, por um lado, Pero Vaz de Coimbra, escudeiro do conde de Monsanto, e sua mulher, e por outro, «João Vaz de Vila Franca, irmão do dito Pero Vaz, que presente estava e morava na cidade de Coimbra».

No documento n.º II aparece «Simão Vaz de Camões, fidalgo da casa de El-rei, ... por o qual foi dito ... que era verdade que Isabel Tavares, sua irmã, trazia por título de emprazamento em três vidas um assento de casas e quintal, ... as quais lhe ficaram por falecimento de João Vaz, seu pai, ... cidadão desta cidade (de Coimbra)».

Resulta da combinação dêstes documentos que o testador Simão Vaz de Camões, filho de João Vaz de Vila Franca,

(1) Ainda em 1917 escrevia o diligente investigador Jordão de Freitas: «Êste João Vaz de Camões — cuja ascendência ainda me não foi possível determinar e cujo grau de parentesco com o bisavô do Poeta igualmente desconheço» etc. *D. Bento de Camões e o príncipe dos poetas Lusitanos*. Lisboa, 1917, pág. 8, nota (2).

(2) Págs. 137, 151, 169. Há uma tiragem à parte, com a data de 1854 (Coimbra, Imprensa da Universidade).

era neto de outro João Vaz, chamado também de Vila Franca, que serão designados respectivamente por João Vaz I (o avô de Simão Vaz) e João Vaz II. E João Vaz I é um dos filhos de Vasco Pires de Camões, o fidalgo galego que se passou para Portugal no tempo de D. Fernando⁽¹⁾.

João Vaz II, além de ser pai do testador, Simão Vaz I (I, por causa do pai do Poeta), foi-o também do cruzio D. Bento, de que logo se falará, e de Isabel Tavares, a já referida «menina dos olhos verdes».

E João Vaz I, além de ser o progenitor de João Vaz II, foi-o também de Antão Vaz de Camões, de cujo filho Simão Vaz de Camões II⁽²⁾, nasceu o Poeta.

Por aqui se vê também que Simão Vaz de Camões I, o filho de João Vaz de Vila Franca II, era primo coirmão de Simão Vaz de Camões II, netos ambos de João Vaz I, e que Isabel Tavares, filha do segundo matrimónio de João Vaz II com Branca Tavares, era prima coirmã, não do Poeta, mas do pai deste.

Na conformidade do que fica exposto se devem corrigir algumas inexactidões, como as seguintes:

a) Para o cónego Ribeiro de Vasconcelos (artigo citado

(1) Sobre a procedência de Vasco Pires de Camões e a origem deste apelido geográfico, veja-se o importantíssimo artigo publicado por Joaquim da Silveira na *Biblos* de 1927, vol. III, pág. 425 e segg. Vasco Pires de Camões tinha o seu solar na freguesia chamada no século XIII Santa Eulália de Camones e hoje Santa Eulália de Camos, no vale do rio Minhor, nas proximidades de Baiona. O nome provém da ave ribeirinha camão. Ficam assim desfeitas tôdas as fantasias a respeito da ligação do apelido Camões com Camanho e do castelo de Camões junto do cabo de Finisterra, fantasias ainda perfilhadas por W. Storck (*Vida*, pág. 93 a 96).

(2) Foi Camilo Castelo Branco quem primeiro mostrou que, em face dos documentos que iam aparecendo, era necessário distinguir o Simão Vaz I do II. Fê-lo na versão portuguesa do *Dicionário da educação e ensino* de Campagne e depois nas *Noites de insónia*, de 1874, n.º 3, pág. 14.

do *Instituto* de 1855), Isabel Tavares era tia do Poeta, irmã do pai dêste.

É que o erudito cónego não faz ainda a distinção entre Simão Vaz I e Simão Vaz II.

É porisso também que para êle, e pelo mesmo motivo, Luís de Camões, filho de Simão Vaz de Camões, é neto de João Vaz de Camões (o João Vaz II) e não de António (Antão) Vaz, «como (acrescenta) o erudito bispo de Viseu diz sem prova alguma». A prova encontra-se no que dizem todas as genealogias do Poeta, a começar pela de Pedro de Mariz, na edição dos *Comentários* de Manuel Correia (1613).

b) «(Simão Vaz I) era talvez afillhado do pai do Poeta, filho de um primo em segundo grau, chamado Lopo Vaz, e coevo do grande épico» (W. Storck, *Vida de Camões*, tradução de D. Carolina Michaëlis, pág. 160).

É na descendência de Gonçalo Vaz de Camões, um dos filhos de Vasco Pires de Camões, que aparece mais de um Lopo Vaz⁽¹⁾, mas nenhum é o progenitor de Simão Vaz I. Deu origem ao equívoco o facto de Lopo Vaz I ter um filho chamado também Simão Vaz.

c) «O desculpável equívoco, originado pela homonímia (do Poeta) e do sobrinho Simão Vaz» etc. (D. Carolina, em nota ao passo citado de Storck).

Como fica dito, o pai do Poeta era primo coirmão e não tio de Simão Vaz I.

II. — O crúzio D. Bento de Camões. — No testamento de Simão Vaz de Camões encontra-se a seguinte verba: «Item, deixo a meu irmão Dom Bento, cónego do mosteiro de Santa Cruz, para suas necessidades, 20 cruzados; e sendo caso que o mosteiro onde estiver lhe não quiser dar licença para

(1) Veja-se Severim de Faria, *Discursos vários*, págs. 142-173, ed de 1805).

os êle haver e gastar, à sua vontade, em tal caso que lhos não dêem».

É o mesmo D. Bento, de que se encontra a seguinte notícia no *Rol dos conegos regrantes de Santa Cruz*, de D. Gabriel de Santa Maria⁽¹⁾, publicado pelo erudito e consciencioso Pedro de Azevedo no *Boletim da segunda classe da Academia das Sciencias*, tòm. XIII (1918):

«Ano de 1605... Em 25 de Novembro, dia de Santa Catarina, às 11 horas da noite levou o Senhor ao padre Dom Bento, professo dêste mosteiro de Santa Cruz; e pouco lhe faltava para ter 60 anos de hábito⁽²⁾. Faleceu de velho... Era natural desta cidade de Coimbra, da mais honrada gente dela e teve um irmão muito privado do príncipe pai de El-rei D. Sebastião, que chamavam Simão Vaz de Camões».

E acêrca de outro D. Bento, que foi o primeiro prior geral de Santa Cruz e primeiro cancelário da Universidade, recentemente trasladada para Coimbra, dá-nos o *Rol* as seguintes informações: «Ano de 1547... Levou o Senhor o 2.º de Janeiro o padre Dom Bento, sacerdote que também o foi na vida, muito perfeito em tôdas as virtudes e santidade. E por assim ser, foi eleito depois da separação do mosteiro em geral, e foi o primeiro geral eleito canonicamente. Êste bemaventurado religioso teve 7 irmãos e todos eles por seus merecimentos, o foram também... e só um que lhe ficou o era na vontade, porque sempre chorava não

(1) D. Gabriel faleceu em 9 de Outubro de 1616, mas o *Rol* foi continuado até 1639.

(2) Estes anos de hábito, juntos aos que precederam a profissão, reportam-nos ao tempo em que deve ter nascido o Poeta.

Isabel Tavares não devia diferir muito de Camões na idade, como filha que era do segundo matrimónio de João Vaz II. É provável que fôsse irmã germana do crúzio. A diferença de apelido nada prova contra esta suposição.

o ser, e os mais foram da ordem do padre S. Francisco. A um deles chamavam Frei Cristóvão de Abrantes; foi commissário em este reino, pôsto por o cardial D. Henrique, legado *a latere*. Costumava este padre andar passeando e rezando em a capela mór ante a sepultura de el-rei D. Afonso Henriques todos dias das 4 até às 5 da tarde, onde lhe appareceu uma vez o dito santo rei».

Vê-se, pelo que consta do *Rol*, que não havia parentesco entre o D. Bento, irmão de Simão Vaz de Camões, e o D. Bento, irmão de Frei Cristóvão de Abrantes e de mais seis frades franciscanos. A origem abrantina de Frei Cristóvão, que foi provincial da sua ordem⁽¹⁾, é atestada não só pelo *Rol*, mas por outras fontes, algumas das quais lhe dão o apelido de Almeida⁽²⁾: «Christophorus Almeida, Lusitanus, patria Abratensis (*sic*), professione minorita sub Joanne Rege III Portugalliaer⁽³⁾. «Christophorus de Almeida, Lusitanus Abrantensis, ordinis Minorum, sub rege Joanne III». Nicolau António. *Bibliotheca Hispana Nova*. Tôm. I, p. 236, da ed. de 1783. Cf. Barbosa Machado, na sua *Bibliotheca Lusitana*: «Fr. Christóvão de Abrantes natural da vila do seu apelido. O 16.º provincial da sua província».

A expressa afirmativa do *Rol* de D. Gabriel a respeito da procedência abrantina do irmão do primeiro prior geral de Santa Cruz e a circunstância de este haver tido seis irmãos frades de S. Francisco, não impediu que o cronista dos Crúzios, D. Nicolau de Santa Maria, afirmasse terminantemente que o referido prior era de Coimbra, filho de António Vaz de Camões, neto de João Vaz de Camões, e

(1) Cf. Fr. Manuel de Monforte, *Crónica da provincia da Piedade*, pág. 426, 466 etc.

(2) Foi Jordão de Freitas quem primeiro chamou a atenção para esta circunstância.

(3) *Bibliotheca Universalis Franciscana concinnata a R. P. Joanne a Sancto Antonio, Salmantino. Matriti, 1732*. Tôm. I, pág. 260.

irmão de Simão Vaz de Camões. «Foi o padre prior geral D. Bento natural de Coimbra, filho de António Vaz de Camões e de D. Guiomar Vaz de Camões, que tem uma capela em o claustro da sé de Coimbra, com um túmulo levantado de mármore, todo lavrado de figuras de meio relêvo, porque foi êste fidalgo pessoa notável assim nas guerras de África, como na paz... Teve o nosso prior D. Bento um irmão por nome Simão Vaz de Camões, que herdou a casa de seu pai... Faz menção do nosso prior geral D. Bento o *Agiológio Lusitano*, a 4 de Outubro⁽¹⁾».

Comecemos pelo fim. O *Agiológio* fala efectivamente no prior geral D. Bento, mas enquanto à sua naturalidade diz apenas o seguinte: «Por mais que nos cansámos, nunca pudemos descobrir com certeza a pátria do servo de Deus D. Bento. Achamos porém indícios de ser de Coimbra» (tôm. 1, p. 41).

É muito pouco, para se poder aduzir esta obra em abono da origem conimbricense de D. Bento e sobretudo da família a que êle pertencia. E contudo na sua *História de Camões*, 1.^a parte (Pôrto, 1873), pág. 83, o Dr. Teófilo Braga começa assim um período: «De D. Bento de Camões se lê no *Agiológio Lusitano*». E G. Storck, fiado nestes dizeres, afirma, em nota da pág. 98: «Testemunha fidedigna, D. Nicolau de Santa Maria, refere-se na *Crónica dos Cónegos Regrantes*, ao filho segundo génito (de Antão Vaz), dizendo: Foi o padre prior geral D. Bento...» E o ilustre camonista alemão transcreve o passo há pouco citado da *Crónica* e manda ver Braga, *História de Camões*, 1, p. 83⁽²⁾.

⁽¹⁾ *Crónica da ordem dos cónegos regrantes do patriarca Santo Agostinho*. Lisboa, 1668. *Segunda parte*, pág. 187 e segs. No prólogo declara D. Nicolau que lhe foram de grande ajuda os papéis e memórias que escreveram D. Teotónio de Melo, D. Gabriel de Santa Maria e D. José de Cristo.

⁽²⁾ E em *Camões — Época e vida* (Pôrto, 1907), pág. 169, conti-

E desta maneira, o prior geral D. Bento, que nem era de Coimbra nem da família de Camões, passou a desempenhar um papel muito importante na educação do futuro Poeta.

Melhor teria feito o Dr. Teófilo Braga, se, em vez de pretender reforçar a autoridade do cronista crúzio e de assim induzir em êrro o ilustre camonista alemão, melhor teria feito, repito, se reproduzisse o juízo que de D. Nicolau de Santa Maria tinha formado, por exemplo. João Pedro Ribeiro, o fundador da diplomática em Portugal. Eis o que êle diz, para não citar outras obras suas, nas *Observações históricas e críticas* (Lisboa, 1798), pág. 79 e seg. «Conhece-se bem que os mesmos (documentos)⁽¹⁾ foram fingidos ou interpolados com a mesma cláusula por aquele cronista e portanto o nenhum crédito que deve merecer qualquer outro documento que não tenha abonador mais verdadeiro que o mesmo D. Nicolau... É necessário verificar novamente quanto D. Nicolau avança. Eu não sou o primeiro que me atrevo a suspeitar da sua boa fé e verdade histórica. Sigo só as pisadas dos seus domésticos».

nua o Dr. T. Braga a dizer: ... «importa conhecer a individualidade de Bento Camões, tio do poeta e que tanta influência exerceu nos seus primeiros estudos». E cita as palavras já transcritas do *Agiologio Lusitano*, como se nêle se dissesse que o primeiro prior geral de Santa Cruz, D. Bento, era tio do Poeta. Há indícios de que êste D. Bento era de Coimbra; logo era de Coimbra, e se era de Coimbra, embora se lhe não saiba o apelido, era tio do Poeta. Ou não há lógica, ou estes raciocínios são irrespondíveis. E se o não fôssem, lá estava um obituário citado a pág. 171, que autentica o seu falecimento a 2 de de Janeiro de 1547: «Quarto nonas Ianuarii obiit *Benedictus Presbyter S. Crucis, qui fuit primus Generalis nostræ Congregationis*».

E assim se deu origem a um capítulo novo na história de Camões.

(¹) Refere-se a alguns diplomas aduzidos pelo cronista com uma cláusula apócrifa.

É uma exautoração formal, feita por quem para isso tinha especial competência.

Fundado também nas apreciações de vários autores ⁽¹⁾ a respeito de D. Nicolau de Santa Maria, diz Inocêncio, no artigo correspondente do *Dicionário bibliográfico*: «Suspeito na veracidade dos documentos que apresenta, ou seja por deliberada má fé, ou por falta de inteligência suficiente e de crítica sisuda, D. Nicolau de Santa Maria mereceu sempre pouco crédito como historiador e os seus contemporâneos protestaram desde logo contra as muitas inexactidões».

E no *Suplemento* à obra de Inocêncio acrescenta Brito Aranha: «Mais um exemplo frisante das falsificações cometidas por êste cronista pode ver-se no *Conimbricense* de 4 de Agôsto de 1874».

É tempo de arrumar de vez com as afirmações do tão pouco escrupuloso cronista crúzio, que, querendo honrar a sua congregação com um próximo parente do autor de *Os Lusíadas*, se não contentou com o obscuro D. Bento de Camões, filho de João Vaz de Vila Franca II, e irmão de Isabel Tavares e do irrequieto Simão Vaz I, mas, aproveitando-se da identidade do nome de baptismo do filho de João Vaz II com o do prior geral, D. Bento, fêz dêste abrantino irmão de Simão Vaz II, pai do Poeta.

Em conclusão: Nos dois ramos dos Camões de Coimbra — João Vaz I, João Vaz II, e seus filhos (Simão Vaz I, Bento de Camões e Isabel Tavares), por um lado, e João Vaz I, Antão Vaz, Simão Vaz II e Luís de Camões por outro, não tem cabimento o D. Bento, irmão de Fr. Cristóvão de Abrantes, primeiro prior geral de Santa Cruz e primeiro cancelário da Universidade recém-transferida.

(1) Além de João Pedro Ribeiro, cita Fr. Inácio da Graça, Cristovão Alão de Moraes e Diogo Kopke.

III. — **Os casamentos do testador.** — Foram duas as mulheres com quem casou Simão Vaz I. Basta transcrever o epitáfio que êle quer se ponha na sua campa: «Na cova em que me deitarem se porá uma campa grande com um letreiro que diga: Aqui jaz Simão Vaz de Camões com sua mulher primeira, Joana Perestrela, e dona Francisca, segunda.

Esta D. Francisca, que, como se vê pelo testamento, tinha o apelido de Rebêla, foi a «testamenteira» e «universal herdeira de tôda a fazenda» de Simão Vaz, «para a lograr e fazer dela o que quisesse» (1).

Em 1584, D. Francisca, herdeira e sucessora de seu marido Simão Vaz de Camões, estava outra vez casada, agora com o sobrinho, Dr. Roque Pereira (2).

Fica assim, em parte, rectificado o que Camilo Castelo Branco assegurou em as *Noites de insónia* de Março de 1874 (n.º 3): «Simão Vaz de Camões, o libertino parente do Poeta, casou com uma sua criada e morreu sem descendentes. Esta é a verdade. Quem casou em Coimbra com Francisca Rebêlo, filha de Álvaro Rebêlo Cardoso, morgado das Caldas (3), foi Simão de Vasconcelos e não Simão Vaz».

A êste respeito afirma também D. Carolina Michaëlis, em nota à pág. 178 da *Vida de Camões* de G. Storck: «O nome da mulher de Simão Vaz é desconhecido: Pelo menos não se chamava Francisca Rebêla, nem era filha de Álvaro Cardoso ou Álvaro Rebêlo Cardoso, como diz Camilo Cas-

(1) Estas palavras não dizem tanto como parecem, segundo se vê por outras cláusulas: «Ela (D. Francisca) em sua vida há-de lograr tôda a dita fazenda e por sua morte há-de ficar tôda a dita fazenda obrigada à dita capela» etc.

(2) *Instituto* cit. de 1855, pág. 171.

(3) O Dr. Eugénio de Castro observa em nota que se alude às Caldas de Aregos.

telo Branco, o primeiro propagador da inexacta notícia... O lapso relativo ao nome da mulher procedeu da equivocação de dois nomes (Simão Vaz e Simão de Vasconcelos). Foi o último que casou com Francisca Rebêlo, filha de Álvaro Rebêlo Cardoso, morgado das Caldas, a qual, enviuvando, tornou a casar com Domingos Roque Pereira. Reproduzo as rectificações do próprio culpado (*Insónias*, III, p. 19)».

Pelos documentos que ficam transcritos vê-se: 1.º) que a segunda mulher de Simão Vaz de Camões se chamava Francisca Rebêlo; 2.º) Que esta, depois de viúva, casou com o sobrinho Dr. Roque Pereira, que decerto é o mesmo Domingos Roque Pereira, de Camilo Castelo Branco.

IV. — A data da morte de Simão Vaz. — Nada se sabia até aqui a este respeito. O ano de 1584, que já foi aduzido, é o da data do documento citado na pág. 10, que dá já como efectuado naquele ano o casamento de D. Francisca Rebêlo com o Dr. Roque Pereira.

É pelo termo de abertura do testamento que sabemos ter Simão Vaz de Camões «falecido na guerra de Alcântara», isto é, ou na batalha deste nome, travada a 14 de Agosto de 1580, ou por ferimentos mortais nela recebidos.

E não temos motivo nenhum para supor que Simão Vaz não desse a vida pela independência da pátria.

V. — O túmulo de João Vaz de Vila Franca I na Sé de Coimbra. — Na *Vida de Camões*, p. 97, diz G. Storck: «O segundo filho (de Vasco Pires de Camões), João Vaz de Camões... viveu em Coimbra, onde tinha bens de raiz, ocupando cargos importantes;... aí morreu e teve sepultura... Ainda em vida mandou construir uma capelinha funerária anexa à Sé (Velha) de Coimbra e dentro um túmulo suntuoso, levantado de mármore, todo lavrado de figuras de

meio-relêvo, e nos cantos duas maiores, com escudos das suas armas nas mãos, e em cima do túmulo a figura inteira do mesmo João Vaz, armado ao modo antigo com uma espada na mão e aos pés um rafeiro deitado. Em princípios do século xvii o monumento ainda existia, mas danificado e quasi tapado». O erudito professor alemão transcreve isto de Severim de Faria, parente dos Camões⁽¹⁾ e ainda podia remontar ao conimbricense Pedro de Mariz⁽²⁾.

Abramos agora o testamento do neto de João Vaz I: «Item, mando que meu corpo, quando dêste mundo minha alma partir, seja sepultado na igreja nova de S. Domingos desta cidade, até passarem minha ossada, juntamente com a de minha mulher D. Francisca à capela de N. Senhora do Rosário da igreja nova, que é nossa... Eu tenho assentado com o padre Fr. Martinho de Ledesma e com outros religiosos do mosteiro de S. Domingos de fazer uma capela no dito mosteiro e para isso me dão aquela capela de N. Senhora do Rosário, onde mando se leve a minha ossada e da dita minha mulher e assim a de Joana Perestrelo, minha primeira mulher e de meu pai e avós que estão enterrados em uma capela velha no claustro da Sé... E para esta capela (de N. Senhora do Rosário) se trará a campa que está na Sé, na cova de João Vaz de Vila Franca, meu avó, e a porão na dita capela... E a capela que a dita sua mulher

(1) Constança Pires, filha de Vasco Pires de Camões, casou com um fidalgo francês que combateu na tomada de Ceuta (1415), Pero Severim de nome, sendo provavelmente (segundo Juromenha, I, pág. 13, e Braga, *Hist. Cam.*, I, pág. 59) o bisavô de Manuel de Faria Severim, o autor da biografia do Poeta. G. Storck, *Vida etc.*, nota da pág. 97.

(2) Informa êste último a respeito do túmulo de João Vaz de Vila Franca I: «Está sepultado em capela própria no clustro da Sé de Coimbra, com um letreiro arrogante, das cousas que fêz em serviço de El-Rei». Ed. dos *Comentários* de Manuel Correia, 1613, prólogo.

houver de fazer, não se concertando com os frades, será nesta cidade onde ela quizer e não em outra parte» (1).

¿ Como conciliar a existência do sumptuoso túmulo, mandado construir por João Vaz I, com a cova em que este mesmo João Vaz estava enterrado, à data em que foi feito o testamento do neto? O mausoléu do bis-avô do Poeta será mais uma lenda que deve juntar-se a tantas outras em que tem andado envolvido o nome de Camões e o de alguns dos seus mais próximos parentes? Ou designar-se-à o mausoléu pela palavra «cova»?

DR. JOSÉ MARIA RODRIGUES.

(1) Em nota acrescenta o editor do testamento: «Afinal a capela veio a ser instituída na igreja do Colégio da Graça de Coimbra.

TALHINHAS E AS GURRILHAS LIBERAIS⁽¹⁾

NOTÍCIAS MONOGRÁFICAS INÉDITAS

DOCUMENTO N.º 22

Juramento da Constituição de 1836 que é a de 1822

No fólio 31 do livro abaixo citado encontra-se transcrita a portaria de 11 de Setembro de 1836 que diz ter-se proclamada no dia anterior a Constituição Política de 23 de Setembro de 1822 sendo jurada pela rainha e esposo. Mando que as Camaras Municipais do país a jurem também. Eis a respectiva acta exarada no verso do mesmo fólio.

«Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e trinta e seis aos dezanove dias do mez de Setembro do dito ano nesta Cidade de Bragança e Paços do Concelho da Camara Municipal da mesma aonde se achavão presentes os membros da Camara e os Ex.^{mos} Barão do Vale e Administrador Geral Interino do Concelho o Visconde de Ervedosa e o Il.^{mo} Governador Militar da Praça e mais officiaes da Guarnição desta Praça o Presidente e Vogais do Governo do Bispado, Autoridades e Empregados Publicos abaixo assinados aí publicamente foi lida a Portaria do Ministerio do Reino de 11 de Setembro pela qual Sua Magestade ordena se publique e jure a Constituição de 23 de Setembro de 1822 para reger como Lei fundamental da Monarquia com as modificações que as Cortes geraes da Nação Portuguesa houverem de Decretar o que geralmente aplaudido.

E logo se procedeu ao juramento determinado, pondo cada uma das autoridades e Empregados as mãos nos Santos Evangelhos, repetirão as palavras seguintes = juro guardar e fazer guardar a Constituição politica da Monarquia de 23 de Setembro de 1822 com as modificações que as Cortes Geraes da Nação Portuguesa houverem de Decretar =

(1) Cont. do n.º 4, pág. 522.

E para as pessoas que se achavão presentes e não erão Avtoridades se ometirão as palavras fazer guardar.

E para constar se lavrou o presente Auto que todos assinarão. Eu Luiz Francisco Ramires Secretario da Camara Municipal o escrevi.

João Manuel de Almeida Moraes Pessanha, administrador geral interino (1).

João Emilio de Sá Vargas, presidente da Camara.

Jacinto Ferreira de Sá Lima, fiscal.

O Vereador Carlos Valeriano Leitão Bandeira.

O Vereador Sebastião Antonio Carvalho Figueiredo.

O Vereador José Manuel de Miranda.

O Vereador Francisco Manuel Vara.

Manuel Bernardo da Rocha Moraes, administrador do concelho.

Luiz Francisco Ramires, Secretario da Camara.

Tomaz Carlos Leopoldino Cardoso e Sá, juiz de paz.

Antonio José Garcia, segundo official da Secretaria da Administração Geral.

Henrique José Ferreira, segundo official da Secretaria da Administração Geral.

Francisco Inacio de Sousa Albuquerque, contador do Distrito.

João José da Fonseca, secretario do Distrito.

Joaquim Antonio Maia, official da Contadoria da Fazenda do Distrito.

Marcelino Augusto Leite, amanuense da Secretaria da Administração do Distrito.

João Maximiano Eduardo F. Lima, amanuense da Secretaria da Administração do Distrito.

Manuel Joaquim de Loureiro, amanuense da Secretaria da Administração do Distrito.

João Ferreira Sarmento Lousada, tenente coronel de cavallaria.

Antonio Manuel Ramires, amanuense supranumerario da Administração Geral.

Antonio José de Moraes, bacharel, delegado do Procurador Regio.

Manuel José Garcia.

Manuel Antonio de Moraes Navarro.

(1) João Manuel de Almeida Moraes Pesaanha nasceu nas Arcas, concelho de Macedo de Cavaleiros em 1784 e faleceu em Bragança onde era Governador Civil em 1846. Foi tenente-coronel de Milícias de Miranda do Douro, governador de Cantagalo (Brasil) e director da colónia de Nova-Friburgo.

Não se lê o nome — Juiz de Direito do Julgado de Bragança.
José Aurelio Dias, juiz de paz da freguesia da Villa.
José Antonio de Sá Lima, escrivão da mesma.
Antonio José Franco.
Francisco Pires Carvalho de Meireles.
Antonio José de Oliveira Costa.
José Manuel de Moraes Heleno.
Francisco Candido Ferreira.
Tomaz Antonio Leão, juiz eleito da freguezia da Sé.
Jacinto José Ribeiro, escrivão do mesmo.
José de Sá Pilão, Comissario de Parr.*
Manuel Antonio Adão, comissario da Parroquia.
Gabriel José Ribeiro, professor de primeiras letras.
Francisco Antonio de Azevedo, juiz de paz de Samil.
José Antonio Pimentel, escrivão de paz de Samil.
Francisco Delgado, juiz eleito.
Inacio José Afonso, juiz de paz de Sortes.
João Evangelista de Carvalho, escrivão do juiz.
Francisco Fernandes Capela, juiz eleito de Paçó de Sortes.
Manuel Rodrigues, comissario da Parroquia.
Bernardo Gonçalves, juiz eleito de Lagomar.
Manuel Antonio Vaz Freire, escrivão.
José Manuel da Fonseca Porto, juiz eleito.
Manuel Leal de Mariz, juiz de paz da freguesia de Baçal.
Francisco Diegues, juiz eleito da mesma.
Antonio José Esteves da Costa, escrivão dos ditos.
Antonio José Domingues, juiz de paz da freguesia de Carragosa.
João Afonso Paredes, juiz eleito da mesma freguesia.
Felizardo Rodrigues Veiga, juiz de paz de Villa Meão e comissario.
Antonio Gomes, juiz de paz do lugar de Rabal.
José Candido Vergueiro, escrivão do dito.
Antonio Vicente Aires, juiz eleito
Francisco Rodrigues da Cruz, comissario } não diz donde
Vicente Vidal, comissario da parroquia.
Manuel Ferreira, juiz eleito.
Manuel Antonio Afonso de Moraes, escrivão do dito e juiz de paz
de Vila Meão.
Marcos Fernandes, juiz eleito de São Julião.
João Vicente Rodrigues, escrivão.
João Flores, comissario de Babe.

José Manuel Fernandes, comissario de Nogueira.

José Capela, juiz de Nogueira.

José Antonio, official de diligencias da Camara [assinou de cruz].

Inacio José Teixeira, official de diligencias da Camara.

Antonio José Dias, bacharel.

Joaquim José Roquete, boticario do Regimento de infantaria 12.

Antonio dos Inocentes, primeiro official.

Alexandre José de Moraes Ramos.

José Antonio de Barros a rectificar o seu juramento já feito no ano de 1822.

Francisco José Vieira Junior, fiel interino do Correio de Bragança.

Francisco José Afonso, ajudante do correio de Bragança.

Bernardo Martins, estafeta do correio.

Atanasio Dias, estafeta do correio [Assinou de Cruz],

Custodio José Leite, secretario da Administração Geral.

Sebastião Vicente Leite.

Francisco José de Sousa.

José Bernardo Gonçalves.

Agostinho José da Fonseca, professor regio de filosofia.

João Fernandes, pregoeiro [da Camara] Assinou de Cruz.

José Antonio Ferreira de Lima, Ex.^{mo} Administrador do Concelho.

Manuel José Chaves, escrivão de Direito de Bragança.

Antonio José Vaz Carneiro, professor regio de ler.

José Joaquim Pinto, idem.

Marcos Antonio de Miranda, escrivão interino do juizo de direito deste julgado (1).

P.^o Manuel Caetano Ponce de Leão, professor regio de latinidade.

Francisco José de Moraes, escrivão do juiz de paz de Carragosa.

Carlos Sebastião, juiz eleito da Paroquia de Rabal.

João Gonçalves, juiz de paz de Murçós.

João Afonso, escrivão do dito.

Eusebio Bernardo Pires, juiz de paz de Formil.

Francisco Joaquim Gomes, escrivão do mesmo.

João Miguel Martins Padrão, juiz de Paz de Parada.

Venancio Sebastião do Nascimento, escrivão do dito.

Francisco Antonio Pereira, juiz eleito de Parada.

(1) Marcos Antonio de Miranda foi pai de Francisco Miranda e este do Dr. Francisco Miranda da Costa Lôbo, actual Lente de Matemática da Universidade de Coimbra e Director do Observatório Astronómico da mesma cidade.

Roque Vicente, escrivão do mesmo.

Antonio Martins Ventura, escrivão do juiz eleito

Manuel Antonio, escrivão.

Antonio José Pires Barão, professor e juiz de paz em Ousilhão.

José Fernandes Cancela, juiz eleito de Ousilhão.

João Manuel Fernandes, juiz eleito da freguesia de Carrazedo.

Francisco Fernandes, escrivão do juiz de paz de Ousilhão e Carrazedo

José Gomes, juiz eleito de Vila Boa.

Antonio Rodrigues de Figueiredo, juiz eleito.

Francisco Rodrigues, juiz de paz de Carrazedo.

José Antonio Pimentel.

João Baptista de Moraes, escrivão.

Continuação no folio 38 v.

Domingos Afonso, juiz de Paz de Fresulfe.

Francisco Pires, juiz de Penas Juntas.

João Antonio Martins, escrivão do juiz eleito de Agrochão e Penas Juntas.

Tomé Martins, escrivão do juiz eleito de Mofreita.

Francisco Rodrigues Branco, juiz eleito de Pinela.

Manuel Fernandes, juiz eleito de Paramio

Francisco Antonio, escrivão do dito.

Manuel Bernardo Fernandes, juiz de paz de Selas.

José Anes, juiz eleito de Selas.

Domingos Fernandes Fontoura, escrivão do dito.

Francisco de Moraes, juiz eleito de Moraes.

Manuel Vaz Portelo, escrivão do dito.

Anastacio Martins, escrivão do juiz de paz de Penas Juntas.

Bernardo José Gonçalves de Freixo, professor de primeiras letras» (1).

DOCUMENTO N.º 23

Juramento da Constituição de 1826 renovado em 1837

«No ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oito centos e trinta e sete, no primeiro dia de Setembro do dito ano nesta Cidade de Bragança e Passos do Conselho reunidos aí em auto da Vereação extraordinaria o Coronel do Regimento de Infantaria numero

(1) *Livro das Sessões da Camara de Bragança, 1835 a 1838, fol. 31 e 38.*

nove José de Sousa Pimentel e Faria, Comandante da segunda Brigada da Divisão expedicionaria á Espanha com toda a officialidade dos corpos de que ella se compõe a Camara Municipal, Clero, Nobreza e Povo, abaixo assinados por todos elles e por cada um in solidum foi dito que de suas livres e espontaneas vontades sem a minima coacção ratificavão o juramento de Fidelidade pura e simples, que outrora prestarão a Sua Magestade Fidelissima a Rainha a Senhora Dona Maria segunda e a Carta Constitucional da Monarquia, como unica Lei Fundamental outorgada em vinte e nove de Abril de mil oito centos e vinte e seis, pelo Imortal Senhor Dom Pedro de Alcantara, de Saudosa Memoria emquanto Rei destes Reinos; e de novo protestavão obediencia áquele governo legitimo, havendo por unico, como se nunca tivesse existido, o auto de juramento vão, e ilegal que foi extorquido em virtude da revolta que teve logar em Setembro do anno passado, com o unico fim de destruir a Constituição do Estado e coarctar a Autoridade Legitima que por ella competia a sua Magestade A Rainha Constitucional dos Portuguezes, substituindo a tudo o arbitrio e foror de uma facção anarquica e desorganizadora; declarando alem disso o coronel Comandante e officialidade da referida brigada, que achando-se naquella época em um Paiz estranho, distante da Capital do Reino, não julgarão oportuno re-sestir aos Decretos de Sua Magestade, que mandavão prestar aquelle juramento, mas desde logo protestarão, e reservarão para a primeira occasião restituir á Nação os seus Foros e Á Rainha a sua liberdade.

E ponderando-se pelas pessoas acima mencionadas o estado de coacção em que Sua Magestade Fidelissima se acha na Capital do Reino, sem poder dictar a seus fieis subditos, as medidas conducentes á Salvação da Patria, do Trono Constitucional e da Liberdade legal, garantida na Carta Constitucional da Monarquia; e sendo ao mesmo tempo indispensavel, que em tão ponderosas circumstancias haja uma autoridade superior donde ellas dimanem: Acordarão em nomiar uma junta, que provisoriamente, e emquanto durar o impedimento e coacção de Sua Magestade Fidelissima; e no mesmo ato forão para ella nomeados para Presidente o coronel Comandante da Brigada José de Sousa Pimentel e Faria para Vice Presidente o Conselheiro Francisco Antonio de Almeida Moraes Pessanha, e para Vogaes, o Brigadeiro Bernardo Baptista da Fonseca e Sousa Pereira do Lago, o Capitão de Cavalaria Luciano de Almeida Pimentel, José Cabral Teixeira de Moraes, Martinho Carlos de Miranda, Antonio Pereira Canavarro, e José Marcelino de Sá Vargas, Deputado eleito ás Cortes Gerais da Nação que servirá de Secretario da Junta, havendo-se esta por instalada com os Membros que se acharem

presentes, para desde logo entrarem em exercício de suas funções Governativas.

E sendo aí presentes o Presidente José de Sousa Pimentel e Faria e os Vogaes Bernardo Baptista da Fonseca Pereira do Lago, Luciano de Almeida Pimentel e José Marcelino de Sá Vargas, immediatamente lhes foi deferido o juramento pelo Presidente da Camara Municipal, e eles pondo suas mãos direitas sobre um Livro dos Santos Evangelhos, prometerão de bem e fielmente cumprirem seus deveres, mantendo a Carta Constitucional da Monarquia, sendo fieis á Rainha, e entregando-lhe o Governo logo que cessar o seu impedimento.

Em certeza de que se lavrou este auto por todos assinado. Eu Luiz Francisco Ramires Secretario da Camara Municipal que o escrevi.

José de Sousa Pimentel e Faria, coronel comandante.

Domingos Antonio Gil, presidente da Camara.

Vereador — Manuel Antonio Madeira.

Idem — João Emilio de Sá Vargas.

Idem — Antonio Vicente Aires.

Idem — Francisco José Nogueira.

Idem — Antonio Bernardo Rodrigues.

Bernardo Baptista de Afonseca e Sousa.

Luciano de Almeida Pimentel.

José Marcelino de Sá Vargas.

José Nicolau da Silveira Mongiardim.

José de Almeida e Sampaio da Silva e Castro.

Francisco Antonio de Oliveira, ajudante major.

Joaquim Lazaro Franco, tenente.

Germano da Cruz Abrina, capitão.

Diogo José Victa Fernandes, primeiro tenente.

José Rosado, 2.º tenente do 1.º B. de Artilharia.

José Domingos de Oliveira, 2.º tenente.

Manuel Eleuterio Malheiro, tenente coronel comandante.

Francisco Alexandre Lobo, major de Caçadores 3.

Joaquim Sarmento Freire, capitão do B.^{am} de C.^a n.º 3.

José Marques Salgueiral, capitão do B. de C.^a

Joaquim Rodrigues da Costa Simões, Capitão do B. de C.^a

Luiz Maria de Magalhães, Capitão do B. de C.^a

Francisco Manuel Franco, capitão de C.^a

Antonio Joaquim Ferreira tenente do B. de C.^a

José Antonio Parreira, alferes de C.^a N.º 3.

João Dias Malheiro, alferes de C.^a n.º 3.

Manuel Maria da Rocha, ajudante de C.^a n.º 3.
Fermino Fortunato de Carvalho Monteiro, alferes de C.^a n.º 3.
João Jacinto Tavares, Quartel Mestre de C.^a 3.
Francisco José do Patrocínio Ferraz, Cir.^{ão} Mór do B.^{ão} de C.^a
Casimiro Lopes Moreira Freixo, alferes de Infantaria n.º 10.
Francisco Cardoso Montenegro, capitão comandante de Inf. 9.
José Joaquim Pereira, tenente de Inf. 9.
Joaquim Xavier da Silva Franco, tenente de Inf. 9.
Antonio de Sousa Bessa, tenente de Inf. 9.
Jeronimo Alves Guedes, tenente de Inf. 9.
Estevão Antonio da Costa, tenente quartel mestre de Inf. 9.
João Galvão, tenente de Inf. 9.
Jose Maria de Magalhães, ajudante de Inf.^a
J. Paulino de Sá Carneiro, T. de 9 (¹).
João Nunes Ramos, T. de Inf. 9.
Domingos José Machado, alferes de Inf. 9.
Manuel da Silva Freire, alferes de Inf. 9.
Carlos José da Cunha, idem.
Bento José da Cunha Viana, alferes de Inf. 9.
Pedro Francisco da Gamara, idem.
José Estanislao Lacoeva, alferes do B. Inf. 9.
Antonio Pimentel Maldonado, T.^o Cor.^o Comandante de I. 9.
Luiz Antonio de Oliveira de Miranda, major de Inf. n.º 17.
Geraldo José Braamcamp, capitão de Inf. n.º 17.
José Joaquim Caeta [?], capitão do B. de Inf. 17.
Pedro Alexandrino de Sousa, capitão de Inf. 17.
José Marçal de Oliveira, idem.
Joaquim José Monteiro, capitão Q.^o M.^o de Inf. n.º 17.
Pedro Lopes da Costa e Silva, tenente de Inf. 17.
Domingos José Cabral, tenente de Inf. 17.
Pedro Alexandre da Silva Oliveira, tenente de Inf. 17.
Faustino José da Fonseca, T. de Inf. 17.
Jorge Candido Furtado, T. do B. de Inf. 17.
Anselmo Magno de Sousa Pinto, alferes de Inf. n.º 17.
José Ferreira de Carvalho, alferes de Inf. 17.

(¹) J(osé) Paulino de Sá Carneiro, general de divisão, ajudante de campo de El-rei D. Luís, deputado em várias legislaturas, par do reino, director do Real Colégio Militar, nasceu em Bragança em 1808 e faleceu em Lisboa em 1891. Foi homem de grande representação social e deixou algumas obras impressas.

Ernesto Maria da Silva, alferes de Inf. 17.
Bento Felisberto Pinto de Sousa, alferes do 17.
Alexandre de Almeida Andrade, alferes de inf. 17.
Justiniano Maximino [?] de Moraes, alferes do B.ão 17.
Antonio Maria da Assunção, alferes de Inf. 17.
Jacinto Borges Vital, capelão de Inf. 17.
Sebastião Gonçalves do Vale, Capitão de Inf. 10.
João Casimiro Carneiro, tenente de Inf. 6.
Alvaro de Sá Pereira, T.º de C.º n.º 4.
Bernardo José Gonçalves, T.º do B. 16.
Simão Jorge Chaves Pimentel, alferes de Inf. 16.
Francisco Antonio do Vale, Capitão de Veteranos.
Antonio Manuel d'Afonseca e Sousa, T.º de Caval. 6.
João Antonio Correia de Castro e Sepulveda, arcediogo da Sé.
Manuel da Silva Ferreira, T.º do E. Maior de Artilharia.
João Manuel de Almeida Moraes Pessanha.
Sebastião Pires Antunes [abade de Espinhosela].
P.º Francisco Bernardo Coelho Valdagoso.
Tomaz Inacio de Meireles Guerra, reitor de Mon.º
José Antonio Dias de Castro, bacharel.
Diogo Albino de Sá Vargas, bacharel.
Luiz Antonio Ramires, administrador do concelho subst.
João Baptista de Castro.
Francisco Xavier de Sousa Caldas.
Joaquim Manuel da Fonseca.
Felisberto José Ribeiro.
Manuel Inacio Romarim, T.º Cor.º do B. Movel.
Jeronimo Antonio da Costa, 2.º Sargento.
Leonardo José Ribeiro, cabo.
Avelino Hipolito Pinto, 2.º sargento do B.ão Movel de Brag.ça
Antonio José Teixeira, 2.º sargento.
Antonio José de Sá Pereira, cabo do B.ão Movel de Brag.ça
Eusebio Emilio Ferreira.
José Marcelino Dias.
Antonio Cardoso.
Manuel de Sá Pereira [assinou de Cruz].
José Carlos, cabo [assinou de Cruz].
Antonio Sebastião da Rocha Loureiro.
José Maria Lobato.
Antonio Lima [assinou de Cruz].

Bernardo Antonio de Lião.
Antonio José de Barros.
Domingos Lopes.
João Antonio Correia.
José Manuel de Figueiredo, cabo.
João Antonio de Lião.
Justino Antonio de Sá Lião, cabo » (1).

DOCUMENTO N.º 24

*O dito não dito. Voltam a jurar a Constituição de 1836
que é a mesma de 1822.*

Auto de ratificação do juramento de Fidelidade a Sua Magestade A Rainha e Constituição da Monarquia de 1822 prestado em 19 de Setembro ultimo.

«No ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e trinta e sete aos vinte e tres dias do mez de Setembro do dito ano nesta cidade de Bragança e Passos do concelho da mesma aí presentes os Membros da Camara Municipal, o Ex.^{mo} Governador do Bispado, o primeiro official da Administração Geral, Juiz Substituto de Direito, Governador Militar, o Comandante e officiaes do Esquadrão de Cavalaria numero seis, e as mais da Guarnição desta cidade, Clero, Nobreza e Povo, animados pelos principios de honra e de sua adesão ás instituições proclamadas em Setembro do ano proximo passado a jurados por ordem de Sua Magestade a Rainha, por Portaria de onze do mesmo mez e ano, ratificarão e houverão por valido o juramento que espontaneamente havião prestado no dia dezanove de Setembro ultimo, e declararão não haverem tomado a mais pequena parte nos anarquicos e revolucionarios acontecimentos que nesta cidade tiverão lugar contra as instituições Liberaes que felizmente nos regem;

E para constar se lavrou o presente auto que assinarão comigo Luiz Francisco Ramires Secretario da Camara o escrevi:

Domingos Antonio Gil, presidente.
Vereador Carlos Valeriano Leitão Bandeira.
Mateus Antonio Pereira de Almeida.
José Antonio de Sá.

(1) Livro das Sessões da Camara de Bragança de 1835 a 1838, fol. 54 v. e seg.

Jacinto José de Sá Lima.
José de Almeida Sampaio da Silva e Castro.
Visconde da Ervedosa.
João Carlos de Oliveira Pimentel, juiz de Direito da Comarca.
Alexandre José de Moraes Ramos.
Tomaz Carlos Leopoldino Cardoso e Sá, Com.^{te} da Guarda Nacional.
Henrique José Ferreira de Lima, ajudante da Guarda Nacional.
Antonio José Garcia, Tenente da Guarda Nacional.
Bernardo José Gonçalves, tenente do Batalhão 16.
Francisco Antonio do Vale, capitão de Veteranos.
João Antonio Correia de Castro e Sepulveda, presidente do cabido
Francisco de Assis Ledesma de Castro, Cap.^{ão} da G. Nacional.
Antonio Joaquim Ferreira, Te. do B. de C.^a
Antonio Joaquim de Amorim e Sá, alferes da G. Nacional.
João Maximino Ferreira Lima, alferes da G. Nacional.
Luiz Francisco Ramires, tenente da G. Nacional.
Manuel Paulino de Oliveira, Tenente da G. Nacional (1).
Manuel da Silva Ferreira, 1.º T.º de Artilharia.
João Manuel Martins, alferes de Inf. 16.
José Bernardo, alferes de Veteranos.
P.º Manuel Caetano Barreira, secretario da Camara Ecl.
Inocencio Antonio de Miranda, paroco de Santa Maria (2).
Marcos Antonio de Miranda.
Antonio Joaquim Lopes, encarregado do Deposito.
Fernando Eugenio da Costa, secretario da Contadoria.
Francisco Manuel Pinheiro de Castro.
Antonio José Ribeiro.
Antonio José Dias, bacharel.
Carlos da Silva de Seguiet.

(1) Manuel Paulino de Oliveira, grande industrial e comerciante de Bragança, falecido em 2 de Maio de 1880. Era natural do Asinhoso e foi pai dos Doutores Augusto Trajano de Oliveira, (1835-1897), deputado, autor das *Lágrimas d'Alma* e Manuel Paulino de Oliveira (1837-1890), lente de Filosofia na Universidade de Coimbra, notável escritor e sôgro do Dr. em medicina Augusto Cesar de Oliveira (1830-1915) e avô da esposa do actual Dr. José Faria, de Bragança.

(2) Inocência António de Miranda, pároco de Santa Maria, de Bragança, nasceu em Paçó de Outeiro em 1795 e morreu em Bragança em 1845 deixando algumas obras escritas. Era irmão de Manuel Inácio Romarim de Miranda, também apontado nestas páginas e tio do Dr. Manuel Miranda, actual professor do liceu de Bragança e de sua irmã D. Gaudência Miranda, esposa do Dr. António Pires, também professor do Liceu de Bragança.

José Antonio de Sá Lima, escrivão da Administração do Concelho.
Gabriel José Ribeiro, professor de primeiras letras.
Francisco de Paula Az.º Braga » (¹).

DOCUMENTO N.º 25

Juramento da Constituição de 1838

«No ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e trinta e oito aos seis dias do mez de Maio do dito ano, nesta cidade de Bragança, Paços do Concelho da mesma aí reunida a Camara Municipal, para efeito de prestar o Juramento á Constituição Política da Monarquia Portuguesa depois do Presidente da mesma Camara o haver prestado nas mãos do Governador do Bispado, na conformidade do artigo quarto do Decreto de dez de Abril do corrente ano, o deferio a cada um dos Membros e mais empregados dela, e seus subordinados cada um dos quaes pondo a mão direita sobre o Livro dos Santos Evangelhos jurarão na forma que o mesmo Decreto ordena.

E em certeza de que se lavrou este auto que todos assinarão comigo Luiz Francisco Ramires Secretario que o escrevi, e assinei.

Antonio Rodrigues Ledesma de Castro, presidente.

Antonio José Dias, fiscal.

O Vereador Sebastião Antonio de Car.º Figueiredo.

Idem, José Antonio de Sá.

Antonio Bernardo Rodrigues.

Antonio Bernardo Rodrigues Monteiro.

Francisco de Figueiredo Sarmiento, vereador.

Antonio Ferreira de Macedo Pinto, medico do partido da Camara (²).

Luiz Francisco Ramires, secretario da Camara.

Marcelino José Ramires, amanuense da Camara.

Francisco Pires de Carvalho e Vasconcelos, professor proprietario de Instrução Secundaria na cadeira de latinidade nesta cidade.

Antonio Joaquim da Silva.

João Baptista de Oliveira Mor.ª P. da Junta da P. de Varge.

(¹) *Livro das Sessões da Camara de Bragança de 1835 a 1838*, fol. 60.

(²) Foi o fundador do *Pharol Transmontano*, primeiro jornal que teve Bragança; tornou-se notável como escritor e lente da Escola Médico-Cirúrgica do Pôrto. Nasceu em Guedieiros, distrito de Viseu em 1800 e morreu no Pôrto em 1879.

Francisco Manuel Fernandes Capela, P. da J. da P. de Sortes.
Antonio Martins, Presidente da Paroquia do Predo.
Bernardo José Alves [ou Martins], presidente da Sé.
Manuel Cordeiro, Presidente da J. da P. de S. Julião.
Francisco Pires, presidente da J. da P. de Rebordãos.
José Antonio Rodrigues, presidente da J. da P. de Gustei.
Dionizio Martins, presidente da J. da P. de Carrazedo.
Leandro Antonio Rodrigues, presidente da J. de P. de Bramio.
Raimundo José Rodrigues, presid. da J. de P. de Failde.
Joaquim Marcelino Ferreira, Presidente da J. de P. de Formentãos.
João Rodrigues da Cruz, presid. da J. de P. de Rabal — (Assinou de Cruz).
Francisco Rodrigues, Presid. da J. da P. de Carragosa.
José Antonio, oficial de diligencias. Assinou de cruz.
Gabriel José Ribeiro, professor de ler de Bragança.
Antonio dos Inocentes, carcereiro.
João Pires Morgado. presid. da J. de P. de Gondezende.
Manuel Vara, presidente da J. de P. de Babe» (1).

NOTA FINAL

No cemitério de Vila Nova de Foz Coa, num prisma quadrangular de mármore, encimado por um tronco de pirâmide também quadrangular, e sobre êste uma grande cruz — tudo resguardado por uma grade de ferro — há o seguinte epitáfio:

ANTONIO JOAQUIM MARÇAL, CAVALEIRO DA ORDEM DE CRISTO
DA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE VILA VIÇOSA
TENENTE CORONEL DO BATALHÃO DE VOLUNTARIOS.
NEGOCIANTE E PROPRIETARIO DESTA VILA.
NASCEV A 26 DE SETEMBRO DE 1803.
FOI MANDADO ASSASSINAR EM 13 DE JANEIRO DE 1851
Á SVA MEMORIA MANDOV ERIGIR ESTE MONVMENTO SVA
FILHA AVGVSTA MARÇAL

(1) *Livro das Sessões da Camara de Bragança de 1835 a 1838*, fol. 81.

No mesmo há mais a inscrição da mulher que diz:

Aqui jaz tambem Maria Joaquina Nunes Marçal, mulher do falecido / Antonio Joaquim Marçal / Nasceu a 16 de Janeiro de 1804. / Morreu em 8 de Novembro de 1850. /

No outro lado da pirâmide há êste soneto:

No sombrio pavor da sepultura,
Onde descanças terno pai querido
Meu triste coração a ti vencido,
Sem cessar por ti chama e te procura.

Oh! dias, oh! perda! oh! fatal sorte dura,
É possível que eu tenha resistido
Que minha alma não tenha já fugido
Dum peito onde não há mais que amargura.

Acerbo mal! saúde dolorosa!
Não pode a mão do tempo mitigar-te!
Sim fazer-te mais viva e lastimosa!

Sem ti só sei, querido pai, chorar-te
Praza ao Céu que bem cedo venturosa
Eu vá na paz eterna acompanhar-te.

CÂNDIDA FLORINDA FERREIRA.

FEBRE DE MALTA — FEBRE ONDULANTE⁽¹⁾

EVOLUÇÃO E COMPLICAÇÕES

Com uma incubação durando em média sete ou oito dias, excepcionalmente vinte a trinta, condicionada, certamente, pela maior ou menor intensidade do contágio, virulência microbiana e sensibilidade do organismo, a brucelose humana apresenta, geralmente, uma duração de dois a tres meses. Com efeito, três a quatro *poussées* febris com os respectivos períodos de acalmia (aquelas e estes mais ou menos longos) necessitam, em regra, dêsse tempo para sua realização. É certo que pode haver formas mais curtas (com duas *poussées* febris e até só com uma) contrastando fortemente com outras durando cinco ou seis meses e até anos⁽²⁾.

O critério da cura da febre ondulante mais seguido, naturalmente por ser o mais observado, é o que a faz depender de oito dias seguidos de apirexia. «*Après huit jours d'apyrexie, on peut considérer l'infection comme terminée*»⁽³⁾.

É uma regra e não uma lei absoluta, pois comporta excepções mais ou menos freqüentes.

Efectivamente, por vezes, após muito mais de oito dias (algumas semanas), quando se considerava o processo mórbido extinto, vêmo-lo reaparecer inesperadamente, durando

(1) Cont. do n.º 4, pág. 502.

(2) H. Violle, *loc. cit.*, pág. 66; H. Roger, «Formes cliniques de la mélitococcie», *Journ. Médical Français*, 1929, pág. 161.

(3) H. Violle, *loc. cit.*, pág. 65.

mais ou menos tempo sem que possamos prever a sua terminação. «*Il est bien difficile de prédire la fin de la maladie. Quand l'apyrexie dure plus d'une dizaine de jours après une onde fébrile, on peut espérer en la guérison. Il est loin d'en être toujours ainsi; la maladie paraît complètement finie depuis plusieurs semaines, quand une arthrite ou une poussée thermique inattendue viennent manifester encore la persistance de l'infection*» (1).

Não respeitando sexos nem idades predomina, no entanto, no sexo masculino e dos quinze aos quarenta anos.

É isso devido, como todos os autores salientam, ao facto de os indivíduos em tais condições estarem mais expostos ao contágio e ainda de não terem, provavelmente, como os mais novos, uma certa resistência hereditária (específica ou não) e, como os mais velhos (alguns, pelo menos) um maior ou menor grau de imunidade adquirida lenta e ocultamente.

Complicações. — Possivelmente muito numerosas (flebite, orquite, mastite, estomatite, endocardite, etc.) não falaremos senão das articulares e especialmente das nervosas, as mais importantes e, talvez, as mais frequentes. Entre as complicações articulares (às quais já nos referimos quando tratámos da sintomatologia da febre ondulante e ainda das formas pseudo-reumatismais, etc.) merece particular referência a espondilite. A sua personalidade anatomo-clínica e os erros de diagnóstico que pode infundadamente ocasionar (sobretudo com o mal de Pott) (2) conferem-lhe, na verdade, o direito de ser suficientemente apreciada. Mais rara que a artrite sacro-iliaca e do que a artrite do joelho aparece geralmente do segundo ao sétimo mês de evolução da brucelose.

(1) H. Roger, *Journ. Méd. Fr.*, 1929, págs. 157-158.

(2) H. Roger, «De la spondylite melitococcique et de son diagnostic avec le Mal de Pott», *Soc. des Sci. Méd. et Biol. de Montpellier*, Novembre, 1926, etc., etc.

As suas características anatomo-clínicas são as seguintes: *pincement* articular contingente, «localização lombar predominante, electiva; dor insidiosa no princípio e depois viva, intensa, com paroxismos e irradiação para a bacia e membros inferiores; dores provocadas pela percussão das apófises espinhosas ou pela mobilização lateral da coluna vertebral; ausência habitual de desvio daquela; frequência de perturbações nervosas consistindo em sinais de irritação funicular e pirimidial»⁽¹⁾; dissociação albumino-citológica do líquido céfalo-raquídeo, tenacidade, prognóstico favorável»⁽²⁾.

Quanto às complicações nervosas, mais ou menos tardias e revestindo as formas mais variadas e complexas⁽³⁾, citemos apenas as seguintes palavras de H. Roger, as quais dão bem a noção da sua importância: «*Les localisations nerveuses de la mélitococcie sont assez nombreuses. 1.º Cérébrales à type de troubles psychiques ou de troubles somatiques; 2.º Médullaires à type de parésie spasmodique progressive ou de paraplégie flasque plus grave; 3.º Ménigno-radiculo-névritiques, à type de parésie douloureuse des membres inférieurs avec grosse réaction méningée, de radiculite simple ou de névrite périphérique (polinévrite, névrites isolées rachidiennes ou craniennes avec surdité ou atrophie optique); 4.º Méningées: réactions méningées latentes au cours de mélitococcies banales, réactions méningées accompagnant les précédentes localisations ou les localisations osseuses (spondylites), méningites proprement dites, à type subaigu et lymphocitaire, simulant une méningite tuberculeuse, le plus souvent curables, mais pouvant laisser des séquelles.*

(1) Jean Montagne, «A propos de la spondylite mélitococcique», *Bul. de la Soc. des Sci. Méd. et Biol. de Montpellier et du Languedoc Méditerranéen*, 1926, págs. 418-421.

(2) H. Roger, «La spondylite mélitococcique», *La Presse Médicale*, 1926, pág. 572, etc.

(3) L. Rimbaud et M. Janbon, «Le syndrome encéphalo-méningé de la neuro-mélitococcie», *La Presse Médicale*, n.º 4, 1933, pág. 68.

« Ces localisations nerveuses ont été méconnues pour la plupart jusqu'à ces dernières années, car elles sont souvent tardives.

« La réaction la plus caractéristique est, d'après notre expérience personnelle, la méningite, soit cérébrale et associée alors parfois à des névrites craniennes et presque toujours à des spasmes vasculaires cérébraux, soit médulaire et associée à des radiculonévrites. Cette méningite à allure subaiguë, assez souvent latente dans ses manifestations cliniques, se distingue cependant par l'intensité de ses réactions albumineuses et surtout cytologiques à type lymphocytaire avoisinant ou dépassant la centaine de leucocytes.

« Curable dans bien de ses manifestations, la neuro-mélitococcie aggrave cependant le pronostic de cette infection. Elle en allonge la durée de plusieurs semaines ou même de plusieurs mois et entraîne parfois des séquelles indélébiles. Elle emporte quelques malades qui, atteints d'abord de méningo-myéloradiculite, finissent par une méningo-encéphalite, réalisent ainsi une sorte de névraxite mélitococcique.

« Il est enfin des cas, encore à l'étude, de manifestations nerveuses ultra-tardives, survenant deux, trois, quatre ans après une mélitococcie, qui, en l'absence de toute autre étiologie plausible, nous paraissent devoir être rapportées à cette cause » (1).

Nota. — A tuberculose pulmonar, desenvolvendo-se facilmente nos organismos depauperados, enfraquecidos, aparece por vezes no decurso ou após a febre ondulante, constituindo, deste modo, uma complicação natural, embora indirecta, de tal doença, essencialmente asteniante, depressiva como sabemos. É nossa opinião que, muitas das reacções de Wright atribuídas à tuberculose, devidamente diagnosticada, corres-

(1) H. Roger, « La neuro-mélitococcie », *La Presse Médicale*, n.º 37, 1932, pág. 735-738.

pondem a casos de febre ondulante associadas àquela doença, quer existindo anteriormente, quer desenvolvendo-se simultânea ou sucessivamente.

No caso de existência anterior e simultânea constitui, com outras doenças, nomeadamente com as febres tifo-paratífóides e o paludismo, as chamadas formas *associadas* da *brucelose*, muito para considerar sob vários aspectos, especialmente sob o ponto de vista terapêutico e do valor da reacção de Wright.

Mortalidade.— Esta é relativamente pequena (6%), tendo em vista a sua longa duração, a habitual intensidade e multiplicidade dos seus sintomas e complicações, consequência, principalmente, crêmos, da sua evolução por *poussées* (permitindo ao organismo reparar-se mais ou menos durante os períodos de acalmia) e da relativa precocidade com que, geralmente, se faz o seu diagnóstico levando, conseqüentemente, à instituição de uma terapêutica dotada, freqüentemente, de relativa eficácia. Evidentemente que, na *brucelose* (como noutras endemias e epidemias) podem existir séries de casos mais graves (com uma mortalidade de 15%) ou mais benignos (com uma mortalidade apenas de 2%).

Isto quanto à *brucelose* devida ao *Br. melitensis*, pois que a devida ao *Br. abortus*, predominante na América do Norte ou exclusiva nalguns países (Dinamarca), apresenta não só uma evolução geralmente mais curta mas igualmente mais benigna⁽¹⁾.

«*En général la fièvre ondulante, due au bacille de Bang, est beaucoup moins sévère que la mélitococcie d'origine caprine: l'homme est, à la fois, moins réceptif et plus résistant au germe d'origine bovine qu'au germe d'origine caprine*»⁽²⁾.

(1) Forest Huddleson, *loc. cit.*, etc.

(2) Robert Debré, *Soc. Méd. des Hôp. de Paris*, 1932, pág. 328.

DIETA E TERAPÊUTICA

A primeira não tem nada especial, pode dizer-se. A não ser nos casos em que o aparelho digestivo se encontra fortemente atingido, o que sucede principalmente no estio⁽¹⁾, a alimentação será condicionada, sob o duplo ponto de vista quantitativo e qualificativo, pela capacidade digestiva dos doentes e ainda pela noção de que a febre ondulante é, geralmente, uma doença asteniante e de longa evolução. Durante as *poussées* febris convém, portanto, que os doentes sejam submetidos a uma dieta substancial mas hipotóxica, constituída principalmente por hidrocabornados (massas, frutos frescos e em compota); legumes, etc. O leite e o lacto-soro bem açucarados, algumas carnes magras, os *purés*, os caldos de cereais e legumes, etc., são também muito convenientes.

As bebidas abundantes e açucaradas, activando os emun-tórios, facilitando a diurese, compensando e facilitando, porventura, as crises de desidratação sudoral, estão claramente indicadas pois contribuem eficazmente para a desintoxicação dos organismos.

Nas fases de apirexia ou de subfebrilidade a alimentação pode ser um pouco mais abundante e variada, comportando algumas carnes frias (fiambre, sobretudo), arroz, algumas hortaliças, etc. Pelo contrário, os ovos e a manteiga, mercê da insuficiência hepática, tão freqüente nestes estados⁽²⁾, são para desaconselhar, a não ser em cremes *muito açucarados*, dêste modo menos nocivos, inofensivos e até úteis para o fígado⁽³⁾. Certos doentes, porém, suportam facilmente

(1) Henri Setbon, « La méliococcie et son traitement par le lait de chèvre », *Le Monde Médical*, n.º 752, 15-VII-1929, pág. 760.

(2) L. Rimbaud et M. Janbon, *loc. cit.*, pág. 71.

(3) Noël Fiessenger et Henri Walter, « La nutrition et le regime des

uma alimentação vulgar, abundante em carnes, muito apreciada sobretudo pelos camponeses, sem que desse facto, parece, resultem quaisquer inconvenientes, consequência, certamente, do bom estado das suas funções digestivas.

*

Em contraste com a dieta — corrente, banal, mesmo — a terapêutica da febre ondulante é extremamente variada (anti-infecciosa geral, de *choque*, específica e mista), prova da ineficácia, pelo menos relativa, dos elementos que a constituem.

Da primeira fazem parte o abcesso de fixação e sobretudo os derivados de acridina (gonacrina e tripaflavina).

Do abcesso de fixação, que também pode fazer parte da terapêutica específica, agindo por elaboração de anticorpos vários⁽¹⁾, diz H. Roziés:

«L'abcès de fixation s'est révélé comme un procédé actif susceptible d'exercer une influence utile sur la marche de la maladie. Il a été employé avec des résultats heureux dans les formes traînantes après échec de la vaccinothérapie par H. Roziés, Chaix et Aycard. Dans son article du Progrès Médical (fièvre de Malte et abcès de fixation, 23 décembre, 1922) H. Roziés insiste sur la nécessité de l'utilisation d'une essence de térébenthine vieillie, de l'emploi de doses supérieures aux doses classiques (5 c.c. environ) et de l'injection pratiquée à une période «où l'organisme est encore capable d'une réaction».

hépatiques», *Journ. des Praticiens*, n.º 2, 1926, págs. 17-24 e «La graisse dans l'alimentation des hépatiques», *eod. loco*, n.º 12 bis, pág. 205-207; Noël Fiessenger, «Le sucre en thérapeutique», *retro*, n.ºs 50 e 51, 1928.

(1) Abeloos, «L'abcès de fixation; contribution à l'étude du mode d'action, *Soc. Clinique des Hôp. de Bruxelles*, 9 juillet 1932.

Como êste, outros autores o preconizam⁽¹⁾. A gonacrina e a tripaplavina contam também numerosos sucessos. Por isso, depois de Izar⁽³⁾, muitos outros⁽²⁾ as têm empregado e aconselham, dada a sua eficácia. Empregam-se por via endovenosa, na dose de 0^{gr},10, a 0^{gr},40 por dia (excepcionalmente na dose de um cent.^{gr} por quilo do doente) de dois em dois, ou de três em três dias, conforme a reacção e efeitos produzidos) e ainda em clisteres, em doses maiores (0^{gr},20 a 0^{gr},30) por quilo.

Deve começar-se por doses pequenas (10 a 20 centgs.) verificando-se a susceptibilidade dos doentes, pois que, de contrário, como noutros estados mórbidos, poderão surgir acidentes renais e hepáticos mais ou menos graves⁽⁴⁾.

(1) Bezançon et Philibert, *Pathologie Médicale*, t. I. *Maladies Infectieuses*, Première partie, 1926, pag. 262.

(2) Izar, cit. p. H. Roziès, *loc. cit.*, pag. 188.

(3) Janbon et J. Dupponois, «Fièvre ondulante de longue durée avec déterminations ostéo-articulaires persistantes (spondylite et sacro-coxite); traitement par la gonacrine», *Soc. des Sci. Méd. et Biol. de Montpellier*, 1929, pag. 153; Janbon et Rimbaut, *retro*, décembre, 1930; Bethoux, «Fièvre de Malte taitée et guérie par des injections intraveineuses de trypaflavine», *Soc. Méd. des Hôp. de Paris*, 1930, pag. 206; H. Darré et A. Laffaille, «Un cas de fièvre de Malte guéri par les injections intraveineuses de trypaflavine», *Bul. de l'Acad. de Médecine*, 1918, pag. 999; M. Aubert et Lisbonne, «Deux cas de F. ondulante traités par la gonacrine; *Soc. des Sci. Méd. et Biol. de Montpellier*... 1929, pag. 161, etc.

(4) René Bénard et Passin, «Un cas de mort par ictère grave après injection de dérivé acridinique. Accidents graves et mortels consécutifs à l'emploi de la tripaflavine», *Bull. et Mém. de la Soc. Méd. des Hôp.*, 1930, págs. 1804-1814; Ch. Richet fils et Conder, «Azotémie grave consécutive à une injection intra-veineuse de trypaflavine», *retro*, séance du 21 novembre; G. Coussade, A. Medioni et P. Coupeau, «Deux cas de septicémie suraiguë mortelle à streptocoque hémolytiques et, malgré leur courte durée (six jours), avec des complications cutanées et des arthrites purulentes; confusion mentale avec délire euphorique. Considé-

Uma das melhores formas de realizar a acridinoterapia consiste na técnica de Darré e Laffaille «*en commençant par dix centigrammes de trypaflavine le premier jour pour tâter la sensibilité du sujet, puis en injectant 0 gr. 20 deux jours plus tard, 0 gr. 30 trois jours après pour consolider la guérison, et au besoin 0 gr. 40 quatre jours plus tard par précaution*» (1).

Eficaz em tôdas ou só nas formas com febre de tipo continuo (2), o seu emprêgo, nestas condições, é muito de aconselhar.

Dada a sua acção cário-electiva (cário-genética e cário-clásica), conforme a dose e susceptibilidade individual) podem, na realidade, provocar tais accidentes (nunca a gonacrina, segundo Jausion, Pecker e Médioni) (3). Talvez que a sua inocuidade seja constante e maior a sua eficácia quando tais produtos forem administrados sob a forma de sapóides, como do tratamento de outros estados infecciosos conclui Maurice Renaud (4). Em vez de puros, os compostos de acridina podem aplicar-se associados ao violeta de genciana e de metilo e, sobretudo, ao violeta de iodo ou violeta de Hofmann, porventura mais activos (ao menos em certas septicémias) (5).

rations sur le traitement par la trypaflavine et les causes de gravité des septicémies en général», *retro*, 1931, 268.

(1) Louis Ramond, «Fièvre de Malte», *La Presse Médicale*, n.º 23, 1932, pág. 444.

(2) Dr. António Ventura, «Contribución clínica a la enfermedad de Bruce-Bang», *La Clínica Médica Italiana*, febrero de 1932, cit in *Revista de la Medicina Italiana*, n.º 53, 1932, págs. 165-166.

(3) Jausion, *retro*, pág. 276, e René Bernard et Tassin, *loc. cit.*; H. Jausion, A. Pecker et G. Médioni, «Les accidents de l'acridinothérapie. Inocuité des doses usuelles», *Soc. Méd. des Hôp. de Paris*, 1931, págs. 397-405.

(4) Maurice Renaud, «Antisepsie profond par le complexe savoneux d'acridine», *retro*, págs. 110-119.

(5) Jausion, A. Pecker, A. Soleil et G. Médioni «L'association des

À medicação pelo choque pertencem principalmente os metais coloidais, o sulfarsenol, o neosalvarsan, por vezes muito eficazes⁽¹⁾ e a proteinoterápia nas suas principais modalidades: lacto, hemo e autosoroterápia. Da primeira falaremos quando tratarmos da terapêutica mista.

A segunda, que Gibrál⁽²⁾ e outros autores consideram muito indicada e activa, pratica-se injectando 5 a 15 c. c. de sangue, puro ou citratado, (por via subcutânea ou intramuscular) com intervalos de 3 ou 4 dias. A ela podemos atribuir a cura da nossa segunda observação. Deve dizer-se, no entanto, que há quem a considere destituída de qualquer valor, a não ser num período de evidente tendência para a cura espontânea ou provocada por outros tratamentos que apenas, conseqüentemente, se limita a auxiliar de um modo ligeiro:

«Lautohémothérapie ne guérit pas la mélitococcie. Il est indiqué de l'employer à la fin de la maladie, quand il suffit d'un choc léger pour avoir raison de cette affection interminable»⁽³⁾.

A autosoroterápia⁽⁴⁾ feita quer com o sôro do sangue dos doentes (autosoroterápia propriamente dita) quer com a serosidade obtida por meio de um vesicatório (linfoterápia

sels d'acridide aux violets du triphényl-méthane, dans la cure de la gonococcie et des états septicémiques», *Soc. des Hôp. de Paris*, 1932, pág. 218.

(1) Partearroyo cit. p. H. Roziès, *loc. cit.*, pág. 188; Vedel e J. Vidal, *Soc. des Sci. Méd. et Biol. de Montpellier*... Novembre 1930, etc.; Vedel et J. Vidal, «Considérations thérapeutiques sur la fièvre de Malte. Essai de traitement par le novarsénobenzol», *retro*, 1931, pág. 11; René Gourgas, «Contribution à l'étude du traitement de la fièvre de Malte par les arsénobenzènes», *Thèse de Montpellier*, 1932.

(2) Gibrál, «Fièvre de Malte guérie par l'autohémothérapie», *Journ. des Praticiens*, 1923, pág. 7.

(3) M. Lauze, «L'autohématothérapie ne guérit pas la fièvre de Malte», *Soc. des Sc. Méd. et Biol. de Montpellier*, 1924, pág. 464.

(4) H. Roziès, *loc. cit.*, pág. 189.

de Artautt e Vevey ou flictenoterápia de Lassablière) apresenta também um grande número de sucessos devendo, portanto, empregar-se sempre que outros tratamentos de mais fácil aplicação se mostrem ineficazes.

A medicação chamada específica, de efeitos muito variáveis, compreende as vacinas, os sôros e os extractos microbianos.

As vacinas (stock ou auto-vacinas, preparadas só com o *B. melitensis*, só com o *B. abortus*, com os dois ou ainda com o *B. suis*?), consideradas muito eficazes por uns ⁽¹⁾ inúteis e até prejudiciais por outros ⁽²⁾, datam já desde há muito (1907).

As primeiras, naturalmente, são as mais usadas. Compreendem vários tipos, conforme a sua preparação: *aquecidas* (vacina de Rey, de Basset-Smith, de Sergent e do Instituto Pasteur); *esterilizadas pela adição de antisépticos* (éter, vacina de Duran; iodo, vacina de Ranque e Senez; fluor, vacina de Nicolle); *sensibilizadas* (com sôro de doentes, vacina de Dargein e Plazy; com sôro de convalescentes, vacina de Caronia).

Uma das mais empregadas é a de Ranque e Senez, «*constitué par une émulsion en eau physiologique de 1.000 milliards de micrococcus melitensis stérilisés par 1/10:000^e d'iode*» ⁽³⁾.

Do seu modo de aplicação e indicações, segundo H. Roziès ⁽⁴⁾, dizem claramente as seguintes palavras:

«*Ce vaccin est appliqué en injections sous-cutanées dans*

(1) Cambessédès et Garnier, «La vaccinothérapie de la fièvre de Malte. Indications, techniques et résultats, *Paris Médical*, 1929, vol. I, pág. 290; *La Médecine*, Decembre 1929.

(2) M. A. Coury, «La vaccinothérapie dans le traitement de la fièvre de Malte», *Soc. des Hôp. de Paris*, 30 juin 1922; *La Médecine Pratique*, octobre 1922.

(3) H. Roziès, *loc. cit.*, pág. 190.

(4) Idem.

le tissu cellulaire rétrodeltoïdien ou sous-claviculaire. Les doses seront de $\frac{1}{2}$ c. c., 1 c. c., puis de 1 c. c. $\frac{1}{2}$ à trois jours d'intervalle. Si une baisse de température se produit après la piqûre, ne pas procéder à l'injection suivante, tant que la piqûre précédente n'a pas donné tout son effet. Le traitement doit être commencé immédiatement après l'établissement certain (par l'épreuve de la mélitine, l'hémoculture ou la séro-réaction) du diagnostic de la maladie. C'est là une condition indispensable de réussite (H. Roziès). La période optimale est celle qui correspond à la fin de la première onde fébrile ou tout au début de la période de rémission que la suit. *Passé cette période de rémission, à partir de la deuxième onde, les chances de succès deviennent médiocres*».

Parece estar contra-indicada nas formas agudas⁽¹⁾. Produz quasi sempre uma reacção local e geral mais ou menos intensas (esta última constituída por elevação de temperatura, agravamento das artro-mialgias, etc.), tanto maior, geralmente, quanto maior é a sua eficácia: *«Plus violente est l'intensité du choc produit, plus rapide l'arrêt de l'infection»* ⁽²⁾.

Para que os seus efeitos sejam bons deve aplicar-se na depressão das ondulações febris (se estas existirem, bem entendido) ou, caso contrário, nos períodos de apirexia ou de subfebrilidade, quando o organismo, naturalmente, por aumento das defesas específicas, está em condições de reagir mais eficazmente.

É isso que se infere das seguintes palavras de Ranque e Senez: *«on doit, avec des intervalles de deux à trois jours, essayer de placer trois injections entre deux ondes afin de*

(1) Sacquépée, cit. p. Gibrat, *loc. cit.*; Barret-Smith, Parterroyo, *cits.* por H. Roziès, *loc. cit.*, pág. 190.

(2) Cambéssedès et Garnier, «La vaccinothérapie de la fièvre de Malte. Indications, techniques et résultats», *Paris Médical*, 1929, vol. I, pág. 290.

faire avorter la suivante ou la diminuer» (1) Certos autores, já o dissemos, acusam-na de ineficaz e até de nociva (2). Tal é a opinião de Coury que refere o caso de um rapaz de 19 anos ao qual, no fim de quatro semanas de doença, foi injectada uma pequena dose de vacina, seguida, respectivamente, após três e oito horas, de 40 e 42° de temperatura, depois de 42°,5 morrendo passadas 24 em estado de delírio. Como justificar opiniões, resultados tão contraditórios? Naturalmente tendo em vista o mecanismo de acção da vacinoterapia em geral: *«Celle-ci, pour être efficace, doit déterminer un véritable choc allergique au niveau des foyers infectieux, une réaction focale ayant pour conséquence la lyse des micro-organismes infectants. Que le choc manque, soit par insuffisance du vaccin, soit par défaut d'hypersensibilité allergique, et l'effet thérapeutique sera nul. Que le choc dépasse la mesure au contraire, et l'effet sera nocif*» (3).

O mesmo se pode dizer da auto-vacinoterapia que Lisbonne e outros (4) consideram dotada de um excepcional valor: *«Jamais dangereuse, quelquefois inopérante, très efficace dans la majorité des cas, la vaccinothérapie est, à l'heure actuelle, la seule méthode de traitement applicable à la méliococcie, et, comme le disait récemment Burnet, aux journées Tunisiennes, nous devons nous efforcer, dans les laboratoires, de réaliser des vaccins de plus en plus actifs pour juguler cette infection qui menace d'envahir notre territoire. Il ne faut pas*

(1) Cits. p. G. Roziès, *loc. cit.*, pág. 190.

(2) M. A. Coury, «La vaccinothérapie dans la fièvre de Malte», *La Médecine pratique*, octobre 1922 e *Soc. Méd. des Hôp. de Paris*, 30 juin 1922.

(3) E. Rist, A. Ravine et H. Bonnet, «Ostéites post-paratyphoïdiques récidivantes à bacille paratyphique B», *Soc. Méd. des Hôp. de Paris*, 1931, pág. 1421.

(4) Lisbonne, «Fièvre de Malte et auto-vaccinothérapie», *Soc. des Sci. Méd. et Biol. de Montpellier*, 4 juillet 1924, p. 129.

s'attendre à guérir tous les cas par la vaccinothérapie. Il y a des facteurs encore inconnus qui font que chaque maladie réagit d'une manière spéciale. Pour notre part, nous estimons que 60% des cas traités sont appelés à une guérison rapide par les auto-vaccins» (1). Em compensação, como succede com a stockvacinoterapia, há quem a considere ineficaz (2), o que facilmente se explica, como já referimos, tendo em vista a fase imuno-infectante da sua aplicação, a dose administrada por cada injeção, etc.

Duas modalidades interessantes de praticar a vacinoterapia consistem, respectivamente, uma em aplicar vacinas preparadas não só com os *Brucellæ* mas também com o paratífico B ou qualquer *Salmonella* (3), a outra em as dar por via digestiva: «Parallèlement à la vaccinothérapie par voie intramusculaire pour le traitement de la fièvre de Malte, les résultats obtenus par la vaccinothérapie par la voie gastrique sont des plus intéressants A. Vassilopoulos, suivant les suggestions de Nicole et de Conseil, a fait usage le premier en Grèce de la vaccinothérapie par la voie gastrique, dans deux cas classiques avec séro-agglutination de $1/800$ et $1/1.500$. Il a administré tous les deux jours 10-26 cmc. de vaccin, en 11 doses le matin avant toute nourriture. Vassilopoulos et Prinyos ont également traité un troisième cas par la même méthode, c'est-à-dire par l'administration tous les deux jours de 12 doses de 15 cmc. de vaccin chacune d'une culture de bacilles en bouillon pendant

(1) Lisbonne et Devèze, «La séro-agglutination et vaccinothérapie de la mélitococcie», *retro*, 1926, págs. 396-401; Vedel et J. Vidal, «Considérations thérapeutiques sur la fièvre de Malte. Essais de traitement par le novarsénobenzol», 1931, pág. 11.

(2) Courcoux, Lelong et Corday, *Soc. Méd. des Hôp. de Paris*, 7 juillet, 1922.

(3) S. A. Navarro, «Le traitement de la fièvre de Malte», *La Medicina Argentina*, n.º 109, juin, 1931, cit. in *La Presse Médicale*, 1931, (*Rev. des Journaux*. p. 248).

dix jours, et tués à 70°. Les résultats, dans les 3 cas, ont été, d'après les observateurs, étonnants. Trois autres cas du Dr. Nicolaïdis (du Pirée), dont j'ai pu suivre l'un en consultation, confirment les bons résultats de la vaccination par la voie interne contre la fièvre de Malte⁽¹⁾.

Dos soros são dignos de menção o de Trambusti e Donzello, o de Sargent e o de Wright, com doses e via de aplicação diferentes, conforme a gravidade dos casos: 10 c. c. por via subcutânea nos casos ligeiros; 20 a 40 c. c. por via endovenosa nos casos graves. A inconstância dos seus efeitos e os acidentes que podem provocar, etc., tornam o seu emprêgo muito limitado. Uma modalidade de soroterápia que logicamente deverá dar bons resultados, como muito judiciosamente lembra H. Roziès⁽²⁾, é a soroterápia humana feita, portanto, com sôro sangüíneo de convalescentes e de antigos doentes e ainda, lembramos nós, com o sôro de indivíduos vacinados ou imunizados espontaneamente, frequentes em meios de brucelose animal, nos quais, como nos antigos doentes, conviria fazer uma reactivação imunizante por meio de uma ou duas injeções de vacina específica. É um processo terapêutico de comprovada eficácia na pneumonia (Neisser); nas febres eruptivas e tifóide (Weisbecker); na poliomielite⁽³⁾, na encefalite letárgica (tanto pelo sôro de antigos encefalíticos como de *poliomielíticos*) e na encefalite vacinal (Netter)⁽⁴⁾. Foi nosso desejo empregá-lo no primeiro doente (à custa do sôro sangüíneo do segundo) depois de

(1) Spiro Livierato, *loc. cit.*, pág. 200.

(2) *Loc. cit.*

(3) Cits. p. H. Boziès, *loc. cit.*, pág. 189.

(4) J. Hallé et P. Reyt, «Accidents post-encéphalitiques chez un enfant», *Soc. Méd. des Hôp. de Paris*, 1931, págs. 1850-1856; Arnold Netter, «Encéphalite vaccinale. Efficacité des injections de sérum de sujets récemment vaccinés avec succès. Utilité de l'approvisionnement en ce sérum», *retro*, págs. 1919-1926.

verificada a sua cura o que, lamentavelmente, nos foi impossível por ambos exigirem alta da Enfermaria antes que nos julgássemos seguramente nessas condições.

Também a imuno-transfusão, tão eficaz em estados semelhantes, combatendo simultaneamente a septicémia e a anemia, freqüente nestes doentes, deverá ser útil em todos os casos sendo muito de aconselhar sobretudo nas formas graves pela intensidade ou excessiva duração.

Extractos microbianos. — Compreendem a melitina e a endoproteína ou endoglobina proveniente do Br. abortus. Uma e outra têm revelado manifesta eficácia nalguns casos. A da melitina manifesta-se, por vezes, consecutivamente a simples injeções intra-dérmicas⁽¹⁾ feitas com um fim puramente diagnóstico, em função, por consequência, de doses muito pequenas: 0,01 a 0,02 de c. c. «... il semble, d'après plus résultats heureux obtenus, que cette mélitine, injectée dans le derme, ou dans les muscles, ou mieux à la fois dans le derme et dans le muscle, peut juguler l'évolution toujours interminable de la maladie».

É possível que tais efeitos sejam particularmente devidos à exaltação funcional do sistema reticulo-endotelial (de que a pele faz parte) e ainda do seu poder imunizante. Nalguns casos, porém, as doses, para serem activas, tem de ser maiores ($\frac{1}{4}$ a 1,6 c. c.) inoculando-se então por via subcutânea ou intramuscular com intervalos de três a cinco dias. «*La mélitinothérapie a la valeur d'une medication spécifique dont les effets sont indiscutables au moins chez des sujets obser-*

(1) Xavier Cazalas, «Un cas de fièvre ondulante. Valeur thérapeutique de la Mélitine de Burnet», *Paris Médical*, 1928, vol. II, pág. 161; Robert Debré, Julien Marie et Paul Giraud, «Fièvre ondulante autochtone. Intérêt de l'épreuve à la mélitine de Burnet», *Soc. des Hôp. de Paris*, 1927, pág. 1054; A. Lemierre, G. Marchal et A. Jaubert, «Un cas de fièvre ondulante autochtone. Valeur diagnostique et thérapeutique de l'intradermo-réaction de Burnet», *retro*, pág. 1708.

vés à une période déjà éloignée du début de la maladie. C'est une méthode de traitement inoffensive, susceptible de provoquer une immunité durable et qui est à recommander à toutes les périodes de la mélitococcie⁽¹⁾.

Associadas ao formol (na dose de 3 0/0 de formol a 40 0/0), a melitina e a abortina parece terem um poder curativo maior do que quando empregadas puras, talvez por efeito de se poderem aplicar em doses mais elevadas (até 5 c. c.), o formol, como noutros casos semelhantes, atenuando-lhes o poder tóxico sem lhes diminuir a capacidade imunigénia⁽²⁾.

Além dêste modo de aplicação podem ainda administrar-se por via digestiva⁽³⁾, na dose de meio a um c. c. por dia.

Igual valor curativo tem a endoproteína como se depreende claramente dos trabalhos de vários autores⁽⁴⁾:

Terapêutica Mixta. — É constituída, pode dizer-se, por tôda a que acabamos de indicar (anti-infecciosa e de choque) mas sobretudo pela vacino e pela lactocaproterapia.

«Le seul point que nous avons voulu mettre en lumière, c'est que le problème du mode d'action de la vaccinothéra-

(1) D. Olmer, «Valeur thérapeutique de la mélitine», *Journ. Méd. Français*, 1929, págs. 185-186.

(2) J. Montel, «Un nouveau traitement de la fièvre ondulante par les dérivés de la mélitine et de l'abortine: les formomélitines et les formabortines» *Marseil Médical*, n.º 12, 25 avril 1932, pag. 537.

(3) J. Hatabon-Sala, «Action de la mélitine administrée par voie buccale sur la fièvre ondulante», *Bull. de l'Acad. de Médecine*, 1933, págs. 53-56.

(4) Garnier et Liège, «Un cas de fièvre de Malte guérie à la suite de l'injection unique d'une endoprotéine préparée avec le «Bacillus Abortus» de Bang», *Soc. Méd. des Hôp. de Paris*, 1926, pag. 1325; Montel, *Soc. de Méd. Militaire*, II-IV-1929; H. Roziès, «Traitement curatif de la mélitococcie», *Journ. Méd. Français*, 1929, pag. 191; Cambessédés et F. Layanni, «Endoprotéinothérapie et la fièvre ondulante», *La Presse Médicale*, n.º 94, 1932, pag. 1768, etc.

pie spécifique rejoint celui de la protéinothérapie... L'opposition foncière que l'on a voulu établir entre ces deux méthodes: l'une recherchant la guérison par déclenchement d'un choc favorable, l'autre consistant «essentielllement à appliquer au traitement de la maladie une méthode d'immunisation active» (Parisot et Simonin) est, à notre avis, arbitraire. La première, la protéinothérapie, utilise l'intolérance naturelle de l'organisme vis-à-vis de diverses albumines hétérogènes, introduites par voie parentérale; la seconde, la vaccinothérapie spécifique, met opportunement à profit l'intolérance acquise au cours de certaines infections vis-à-vis de l'antigène microbien homologue» (1).

Embora nesta doença a vacinoterapia se possa considerar sobretudo de natureza específica (2) é incontestável que actua, simultâneamente, e mais ou menos, conforme os casos, como simples proteinoterapia.

Lactocaproterapia. — É feita, como o seu nome indica, pelo leite de cabra (contaminado pelo Br. melitensis). «La lait de chèvre agit, ce nous semble, dans l'infection de Bruce, en tant qu'agent thérapeutique, par choc coloïdoclasique et par des anticorps qu'il contient, réalisant, simultanément, la protéinothérapie et la sérothérapie» (3). Emprega-se por via subcutânea, depois de esterilizado por tyndalisação, na dose de 2 c. c. nas crianças e de 5 a 10 nos adultos, de dois em dois

(1) P. Teissier, J. Reilly et E. Rivallier, «Le mode d'action de la vaccinothérapie spécifique. Essai d'interprétation», *An. de Médecine*, 1929, pág. 231-232.

(2) Autores e loco retro, pág. 234; H. Violle, loc. cit., pág. 108, escrevendo «... ce qui prouve la spécificité du produit et par suite la spécificité de la réaction, c'est que ce vaccin inoculé chez un sujet sain ne produira aucun choc ni même aucune réaction».

(3) H. Setbon, loc. cit., pág. 762; «Le traitement par le lait de chèvre de la mélitococcie, communication au I^{er} Congrès International d'Hygiène Méditerranéenne», (Marseille, 19-25 Septembre 1932) in *Le Siècle Médical*, n.º 33, 15 octobre 1932.

dias. O seu preconizador refere alguns casos curados por êste processo, mesmo depois de tratados ineficazmente por outros o que parece comprovar a sua eficácia.

Além de todos estes agentes terapêuticos muitos são ainda para indicar tais como o bismuto⁽¹⁾, a *mudança de ares*, uma viagem *marítima*, etc.⁽²⁾. Todos, na verdade, mais ou menos eficazes, segundo os casos, estão indicados. É que «*il n'y a rien de plus décevant que le traitement de cette affection*»⁽³⁾; «*toutes les méthodes préconisés contre la fièvre capricieuse... sont très incertaines. Cédant rapidement, dans certains cas, à l'action de telle médication, parfois, à un simple changement d'air, elle est, dans d'autres, désespérément rebelle*»⁽⁴⁾; «*ont peut dire qu'un traitement incontestablement efficace de la fièvre de Malte est resté à trouver*»⁽⁵⁾; «*à l'heure actuelle il n'existe point encore de thérapeutique vraiment spécifique de la fièvre de Malte, c'est ce qui explique les nombreuses médications qui ont été vantées tour à tour*»⁽⁶⁾, etc., etc.

Além da lactocoproterapia faz também parte da terapêutica propriamente mista a que consiste em injeções de uma mistura de sangue e de vacinas (auto ou stok-vacinas). Aplicável e eficaz noutras doenças infecciosas a sua acção é manifesta na brucelose, como afirma Kohler⁽⁷⁾. Parece agir

(1) Lop (P. A.) — «Fièvre ondulante traitée et guérie par le Quinby après échec de la vaccinothérapie», *Marseille-Médicale*, n.º 9, 1932, pág. 154.

(2) H. Setbon, *loc. cit.*, pág. 762.

(3) Xavier Cazalas, *loc. cit.*

(4) H. Setbon, *loc. cit.*, págs. 760-761.

(5) H. Darré et A. Laffaille, *loc. cit.*

(6) L. Bethoux, «Fièvre de Malte traitée et guérie par des injections intraveineuses de typaflavine», *loc. cit.*, pág. 206.

(7) Dr. Kohler, «Quelques considérations sur l'hématothérapie seule ou associée à la vaccinothérapie», *Le Monde Médical*, n.º 766, 15-II-1930, pág. 120.

por *choque específico*, isto é, por acção proteínica, antigénica e, possivelmente, soroterápica *específica*.

Concomitantemente e como medicação útil em todos os casos convêm as injeções de óleo canforado e seus sucedâneos, de esparteína, de estriquinina, etc. Nas formas hemorrágica e asténica, com grande depressão cárdio-vascular, também os hemostáticos (cloreto de cálcio, zimema, coaguleno, etc.) e a adrenalina, na dose de XX a LXXX gotas por dia, devem, respectivamente, ser administrados ⁽¹⁾. As dores, os suores, etc., quando muito intensos e prolongados, devem ser combatidos pelos processos usuais. Contra a hipertermia está particularmente indicada a balneoterápia tépida, podendo associar-se-lhe a criogenina, etc.

(*Continua*)

LÚCIO DE ALMEIDA.

(1) H. Roziés, *loc. cit.*, págs. 191-192.

BOLETIM DO INSTITUTO

ASSEMBLEIA GERAL DE 14 DE NOVEMBRO DE 1932

Aos 14 de Novembro de 1932 reuniu-se a Assembleia Geral do Instituto de Coimbra sob a presidência do Prof. COSTA LÔBO.

O Sr. Presidente comunicou o falecimento dos sócios Dr. AUGUSTO MENDES SIMÕES DE CASTRO, e ANTÓNIO AUGUSTO GONÇALVES, propondo que se exarasse na acta um voto de profundo sentimento e que o Instituto promovesse oportunamente a comemoração destes ilustres consócios. Aprovado por unanimidade. Em seguida, dando notícia de estarem terminadas as obras no edifício da Sociedade propôs que se significasse à Direcção dos Edifícios Públicos e Monumentos Nacionais o reconhecimento do Instituto. Aprovado.

Comunicou, após, a vinda a Coimbra do prof. da Universidade de Zurich e Presidente do Congresso da União Internacional de Matemáticos, RUDOLFO FUETER, com o fim de fazer uma conferência no Instituto.

O Dr. ALBERTO PESSOA anunciou a constituição da secção de Coimbra do Grupo Nacional aderente ao Comité Internacional de História das Ciências, e propôs que o Instituto autorizasse a instalação e funcionamento da Secção no edifício do Instituto. Aprovado. Após troca de impressões entre alguns sócios foi resolvido nomear uma comissão de reforma dos Estatutos, tendo sido escolhidos os Drs. ALBERTO PESSOA, COSTA RODRIGUES e JOAQUIM DE CARVALHO.

Procedeu-se em seguida à eleição de Sócios, a qual deu o seguinte resultado:

SÓCIOS CORRESPONDENTES NACIONAIS

AFONSO DO PAÇO, oficial do Exército e publicista.

JOÃO DE VILHENA, Director do Arquivo de Feitos Findos, e publicista.

ALBERTO DE SOUSA, aguarelista e publicista.

SÓCIOS CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS

HERMANN LAUTENSACH, prof. da Universidade de Giessen, geógrafo.

FERMIN BOUZA-BREY TRILLO, magistrado da Academia Galega e de outras corporações científicas, publicista.

De nada mais se tratou nesta sessão, da qual eu, CABRAL DE MONCADA, lavrei a presente acta.

(aa.) F. M. DA COSTA LÔBO.
CABRAL DE MONCADA.

LIVROS RECEBIDOS

O Instituto recebeu e muito agradece os livros seguintes:

Instruções para o uso das principais tábuas do «Ponto Auxiliar», por A. Fontoura da Costa e Francisco Penteado. Lisboa, Imprensa da Armada, 1932.

Domingo Amunategui Solar — *José Toribio Medina*. Chile, 1932.

J. A. Reis Júnior — *Catálogo sistemático e analítico das Aves de Portugal*. Pôrto, 1931.

— *Aves de Portugal — IV Motacillidæ*. Pôrto, 1932.

— *Aves de Portugal — XI Coccygiformes*, Pôrto, 1931.

Francisco Manuel Alves (Reitor do Baçal) — *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança — No Arquivo de Simancas*, tomo VIII. Pôrto, 1932.

Augusto Cardoso Pinto — *Subsídios para o Estudo das Sigmas. I. As Bandeiras das Três Ordens Militares*. Lisboa, 1929.

Anuário Académico da Academia das Ciências de Lisboa de 1932. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1932.

Junta de Educação Nacional:

Relatório dos Trabalhos efectuados em 1928-1929.

Idem em 1929-1930.

Idem em 1930-1931.

Relatório, propostas e projectos de orçamento, para o ano económico de 1930-1931.

Relatórios das viagens de Estudo dos Bolseiros, Luiz de Pina, Alvaro Rodrigues e Sousa Pereira.

Augusto Nobre — *Moluscos Marinhos de Portugal*. Pôrto, Imprensa Portuguesa, 1932.

Proceedings in Commemoration of the Twenty-Fifth Anniversary of the founding of the American Academy of Arts and Letters. 1930.

- Proceedings of ceremonies to mark the formal opening of the New Building of the American Academy of Arts and Letters.* 1931.
- Dr. Jaime Lopes Dias — *V Congresso Beirão — Castelo Branco — O problema do seu abastecimento de água.* 1932.
- *Memorial sobre alguns problemas e aspirações regionais.* 1932.
- Tenente Afonso do Paço — *Gírias Militares Portuguesas* V. a) *Mais gíria de caserna*, b) *Linguagem da corneta e do clarim.* Imprensa Portuguesa. Pôrto, 1932.
- *Ralhos, espichas e lançadeiras.* Imprensa Portuguesa, Pôrto, 1932.
- *Mordomarias,* Imp. Gráfica do *Notícias de Viana.* Viana de Castelo, 1932.
- *Da influência da guerra no léxico Português.* Madrid, 1932.
- Institut d'Estudis Catalans-Secció Històrico-Arqueològica.* Anuari MCMXXI-xxvi, vol. vii, Barcelona, 1931.
- Enrique Butty — *Introduccion a la Fisica Matematica*, vol. 1, Buenos Aires, 1931.
- Capitão Jorge das Neves Larcher — *Mosteiro da Batalha. O Templo da Pátria.* Litografia Nacional, Pôrto, 1932.
- Matias de Lima — *Dor Eterna.* Pôrto 1932.
- Alberto Souto — *Arte rupestre em Portugal (Entre Douro e Vouga).* Imprensa Portuguesa, Pôrto, 1932.
- Armando de Matos — *A Varonia Real Portuguesa (Gráfico Genealógico).* Gaia, 1932.
- Le Portugal Hydrologique et Climatique.* Indústria Gráfica, Lisboa, 1930-1931.
- Salêma Vaz — *5.º Gula.* Lisboa. Centro Tipográfico Colonial, 1932.
- Eduardo de Faria — *E, quando a guerra acabou,* Drama em 1 acto. Lisboa, Tipografia da L. C. G. G. 1932.
- Elogio Histórico do Dr. Júlio Henriques lido na Academia das Ciências de Lisboa, em 19 de Maio de 1932,* pelo sócio efectivo Manuel Sousa da Câmara, Separata da *Revista Agronómica*, Lisboa, 1932.
- Don Antonio Gutiérrez Alfaro — *Nuestro idioma en la Argentina* (Conferência) Jerez de la Frontera, 1932.
- Miguel José Rodrigues — *Filosofia das Ciências Naturais.* Tip. Académica, Bragança, s. d.
- Curso Académico de 1932 a 1933 — Discurso inaugural — Costumbristas españoles de la primera mitad del siglo XIX,* por Don José R. Lomba y Pedraja. Santander, 1932.
- Afrânio Peixoto — *Ensaio Camonianos.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932.

Exposition Coloniale International. Paris, 1931: — Colonie de Moçambique (Portugal).

L'Enseignement.

L'Industrie.

Les Missions Catholiques.

Administration Publique et Justice.

Le Commerce.

Postes, Télégraphes et Téléphones.

L'éducation physique et le sport.

L'Agriculture.

Ports, Phares et Navigation Commerciale.

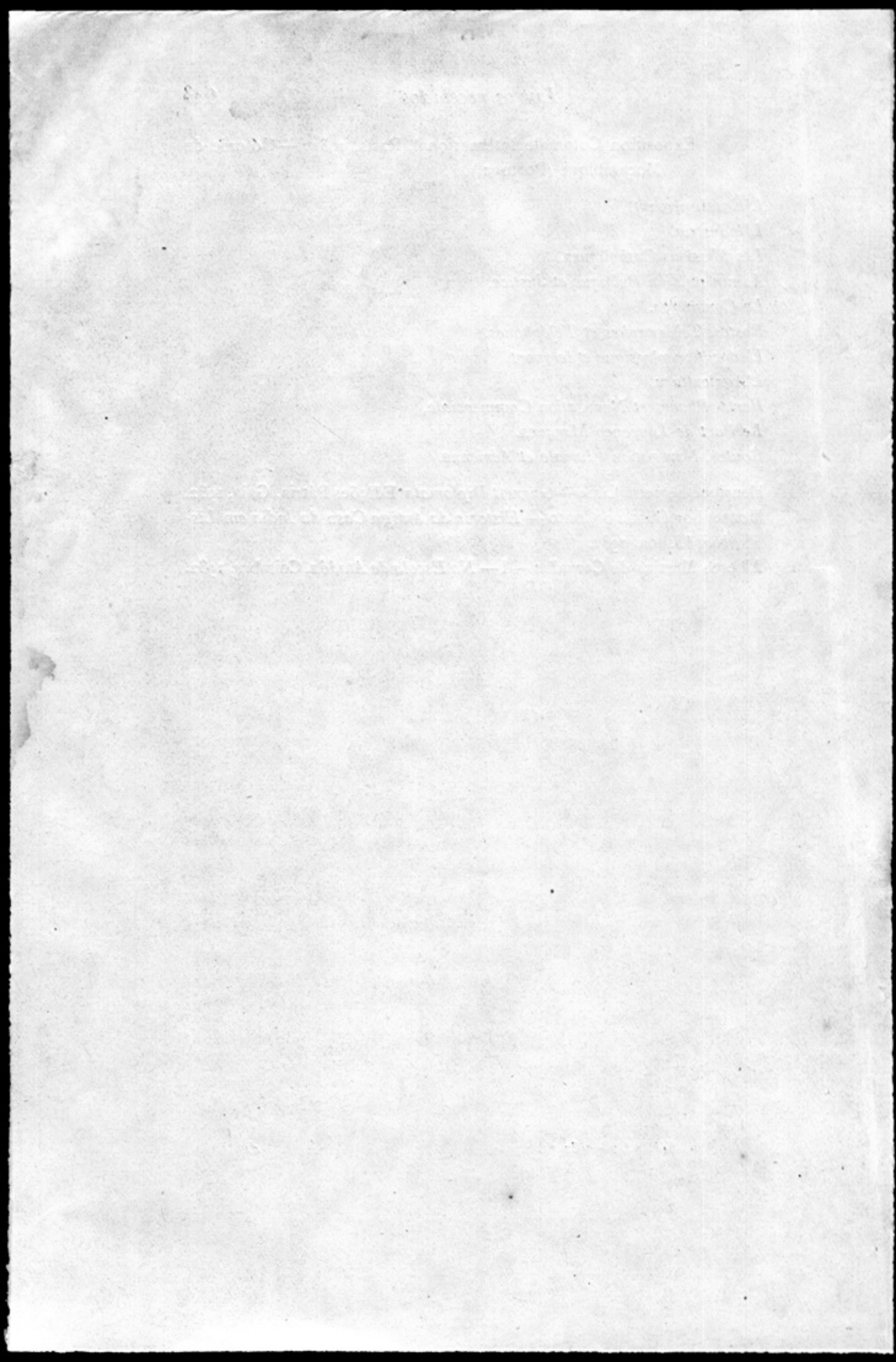
Le Port de Lourenço Marques.

Routes, Navigation Fluviale et Aérienne.

Henrique Ferreira Lima — *Garrett Diplomata*. Edições Pátria. Gaia, 1932.

Monsenhor Gustavo Couto — *História da Antiga Casa da Índia em Lisboa*. Lisboa, 1932.

Alberto Martins de Carvalho — I — *Na Escola de Atadôa*, Coimbra, 1932.



LIVROS A VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

- O Infante D. Henrique (1894)* — Número comemorativo do 5.º centenario do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho 12\$00
- Fernão de Magalhães* — Número comemorativo do 4.º centenario de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) 10\$00
- Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez*, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15\$00
- Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra*. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877) 6\$00
- Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)* 4\$50
- Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra*, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878 4\$50
- Noticia sobre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade*, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895 5\$00
- Memória histórica e crítica sobre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II*, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 4\$00
- Apontamentos de optica*, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 3\$00
- Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões*, por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854 3\$00
- Memórias de Castilho*, por Júlio de Castilho :
- | | |
|-------------------------|--------|
| Vols. I e II cada | 20\$00 |
| Vol. III | 25\$00 |
| Vol. IV | 18\$00 |
| Vol. V | 20\$00 |
-

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERARIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação mensal do *Instituto de Coimbra*, sociedade científica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos de autores nacionais e estrangeiros e na língua por eles preferida; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

ASSINATURAS

Série de cinco números.....	25\$00
Número avulso	10\$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto*, Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra — Portugal.